Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Centro de Educação e Humanidades
Faculdade de Formação de Professores

Isabel Lopez Aragão

Da caserna ao cárcere – uma identidade militar-rebelde construída na adversidade, nas prisões (1922-1930).

São Gonçalo
2011

Isabel Lopez Aragão

Da caserna ao cárcere – uma identidade militar-rebelde construída na adversidade, nas prisões (1922-1930).

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestra, ao Programa de Pós-Graduação em História, da Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: História Social.

Orientador: Prof. Dr. Luís Reznik

São Gonçalo
2011

Isabel Lopez Aragão

Da caserna ao cárcere – uma identidade militar-rebelde construída na adversidade, nas prisões (1922-1930)

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestra, ao Programa de Pós-Graduação em História, da Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: História Social.

Aprovada em_____

Banca Examinadora:_____

_____
Prof. Dr. Luis Reznik (Orientador)
Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ.

_____
Profª. Drª. Márcia de Almeida Gonçalves
Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ.

_____
Prof. Dr. Fernando da Silva Rodrigues
Universidade Severino Sombra – USS.

_____
Prof. Dr. Marcelo de Souza Magalhães
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO.

São Gonçalo
2011

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho ao Gabriel, ao Pedro e à Belinha, que muito me sustentaram com seu carinho incondicional nos seus momentos mais difíceis.

AGRADECIMENTOS

À família Siqueira Campos, que me recebeu como se dela fizesse parte, Sra. Maria Lucila Siqueira Campos, Elisabeth Lucilla Siqueira Campos, Sra. Natalina Rebello, Ana Luíza Rebello, Kátia Rebello e Criméia Siqueira Campos, me atendendo diversas vezes com extrema gentileza e generosidade.

Ao Comandante Coronel Edson Silva de Oliveira e Comandante Pedrosa, do Museu Histórico do Exército e Forte de Copacabana, pela autorização para pesquisa e por me receberem em diversas ocasiões que se fizeram necessárias. Ao Capitão João Rogério de Souza Armada, incansável em dar suporte aos pesquisadores, pela confiança, presteza e apoio durante as inúmeras dúvidas e reflexões críticas. Ao Capitão Genésio (hoje major), Sargento Carlos, Tenente Vânia, e Capitão Ferreira, que sempre me atenderam com louvável dedicação.

Ao Sr. José Antônio Araújo Alves, do Departamento de Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha (DPHDM), por me auxiliar na busca de documentos difíceis de serem encontrados. Aos Sargentos Ramos, João, Nelson, Kom e Ronaldo pelo auxílio na busca do microfilme do Livro de Quarto do encouraçado São Paulo e pelo kefir.

A Felipe Ribeiro, do Museu dos Fuzileiros Navais, pela recepção e atenção dispensadas, colega querido de Mestrado, que merece todo o sucesso.

À Joyce e ao Joenir, do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ), que me auxiliaram numa consulta difícil, atendendo a todos os pedidos com presteza e precisão.

Ao Sr. René e à Sra. Lívia, da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC), pela gentileza e pela organização de centenas de documentos para envio postal, a meu pedido.

Ao Sub-Tenente Fernando Rodrigues, do Arquivo Histórico do Exército (AHEx), que com sua visão de historiador foi um facilitador de minha pesquisa, atendendo a todas as necessidades que surgiram no acesso à documentação, por mim pretendida. Ao Capitão Ferreira Júnior, também um facilitador, por sua ajuda precisa na busca dos arquivos. Ao Tenente Mauro e Sargento Álvaro, que me auxiliaram em todos os pedidos.

À Márcia de Almeida Gonçalves, a quem considero uma amiga querida, por sua inteligência, generosidade e principalmente, sensibilidade, cujo auxílio e paciência jamais esquecerei.

À Esther Lopez Aragão, pela ajuda sem hesitação oferecida em momentos difíceis.

À Edna Fernandes Antunes, pelas horas que me ouviu com paciência, sempre dando idéias e propondo soluções aos dilemas vividos durante a pesquisa.

A você, Ronaldo de Oliveira Baptista, que sei que sempre estará presente nos momentos decisivos.

A vida toda é uma volta ao lar. Para vendedores e agricultores, aviadores e navegadores... todas as criaturas inquietas do mundo estão sempre numa viagem de volta para casa. Assim, os prisioneiros e exilados. Assim, aqueles que nunca conseguem retornar por terem suas vidas ceifadas no caminho, para quem esse regresso foi apenas um sonho...

Autor desconhecido.

RESUMO

ARAGÃO, Isabel Lopes. **Da caserna ao cárcere – uma identidade militar-rebelde construída na adversidade, nas prisões (1922-1930).** 2010. 393 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2010.

O presente trabalho acompanha a trajetória vivida por militares que, na década de 20, do século passado, decidiram rebelar-se em nome da moralização da República, da respeitabilidade à sua condição de militares e, por extensão, à instituição na qual estavam inseridos: o Exército. O percurso feito pelos militares revoltosos entre o primeiro levante armado em 1922 e 1930, ano da Revolução, é estudado neste trabalho. Ao longo dessa trajetória perceber-se-á a formação de uma identidade profissional pautada num forte *ethos* militar, seguida de uma reelaboração desta, que se transforma em uma identidade revoltosa, pois lutam durante oito anos, combatendo as forças legais por todo o país. Em cinco destes oito anos, o Brasil foi governado sob um estado de exceção que, além de promover a suspensão de todos os direitos políticos enviou aos cárceres da Primeira República militares e operários, como presos políticos, ora para presídios, ora para ilhas e campos de desterro, ou mesmo no exílio. Como resultado dos momentos de tortura física e psíquica, vivenciados nas inúmeras prisões pelas quais passaram, e da perseguição, àqueles que fugiam ou se exilavam, forjaram uma identidade rebelde pautada na amizade e auxílio mútuo. Ao contrário do esperado pelo governo houve um fortalecimento na resistência dos revoltosos, culminando na Revolução de 30. Termina por revelar, nas entrelinhas da história, os modelos de punição existentes no Brasil, direcionados àqueles que fizessem oposição ao governo, estando ambos, militares e operários, submetidos a uma ditadura civil que delegou à Polícia Política, inaugurada neste período, e às Forças Armadas, a incumbência de punir membros da sociedade civil juntamente com os militares revoltosos.

Palavras-chave: militares; prisões

ABSTRACT

This work follows the trajectory, lived by military that, in the 20s, of the last century, decided to rebel in the name of the Republic's moralization, dignity to their military conditions and, the institution which were inserted: the Army. The route taken by the rebel militaries between the first armed apprising in 1922 and 1930, the Revolution year, is studied in this work. Along this time will be noted the formation of a professional identity based on a strong military ethos, followed by a reworking of this, which becomes a rebel identity, because fight during eight years, combating legal forces all over the country. In five of these eight years, Brazil was governed under a state of exception that, besides promote the suspension of all the political rights, sent to the First Republic prisons, military and workers, as political prisoners, to deportation and exile fields. As result of the physical and psychological torture experienced in many prisons in which have passed, and chase to those who used to escape or go into exile, forged a rebel identity based on the friendship and mutual assistance. Unlike to the expectance the government, there was a strengthening in the resistance of the rebels culminating in the Revolution of 30. It ends revealing, through the history lines, the punishment models in Brazil, directed to those who opposed to the government, both, military and workers, submitted to a civilian dictatorship which has delegated to the Political Police, started in this period, and the Military Forces, the task of punish members of the civil society with the rebel military.

Keywords: military; prisons.

Lista de Ilustrações

I - Presos na Casa de Correção[1]
Foto 1 – Vista exterior das galerias (9º e 10º - último andar), onde ficavam alojados os oficiais. P. 250.
Foto 2 – Pátio, na hora da refeição. P. 250.
Foto 3 – Lavatório. Ao lado dois banheiros, utilizados por um total de 300 indivíduos. P. 250.
Foto 4 – Pátio. De um lado os civis e oficiais rebeldes. P. 250.
Foto 5 – Os únicos chuveiros existentes. P. 250.
Foto 6 – Enfermaria usada para portadores de doenças comuns e de tuberculose. P. 250.
Foto 7 – Oficina de encadernação. P. 250.
Foto 8 – Distribuição de café por um preso comum, chamados de "correcionais." P. 250.
Foto 9 – Chevalier na entrada de seu cubículo de nº 21, na 10ª galeria. P. 251.
Foto 10 – O cubículo nº 21 da 10ª galeria. P. 251.
Foto 11 – Tenentes Hugo Bezerra e Carlos Fraenkel.
Foto 12 – Esq./dir. Tenentes Jansen de Mello - morto no levante no 3º R.I., em 1926 - Carlos Fraenkel e Respício. P. 251.
Foto 13 – Capitão Manoel Rabello, 1os. Tenentes Alcides Velloso e Americano Freire. P. 251.
Foto 14 – 1º Tenente Etchegoyen. P. 251.
Foto 15 – Capitão de Artilharia Adhemar Mattos. P. 251.
Foto 16 – Tenente Senna Campos. P. 251.
Foto 17 – Chevalier e seu barbeiro, o sentenciado "Palhaço", num vão de escada. P. 251.

II – A prisão no navio *Alfenas*[2]
Foto 18 – Os oficiais prisioneiros no convés do Alfenas. P. 252.
Foto 19 – Tenente Lemos Brito, legalista da guarnição do *Alfenas*, futuro revoltoso, no levante do Amazonas, em 1924, quando levanta o navio *Ajuricaba*. P. 252.
Foto 20 – Tenentes B. Cavalcante e Bento Ribeiro, Capitão Dubois – também chefe do levante do Amazonas, no futuro – Tenentes Ascensão e Chevalier (no chão). P. 252.
Foto 21 – Esq./dir. Identificados em pé o 2º é o tenente Arlindo Mauriti da Cunha Meneses, o 4º é o tenente Arthur da Costa e Silva, o 5º é o tenente Rui de Almeida e o Capitão Silo Meireles é o último (de pé) de chapéu; Esq./dir., sentados, o tenente Jansen de Melo é o segundo. P. 252.
Foto 22 - A oficialidade dos levantes de 1922, presa no Alfenas. P. 252.
Foto 23 – Esq./dir. Tenentes Mario Abreu, Carlos Chevalier e Bento Ribeiro; Capitão Leopoldo Nery da Fonseca. P. 252.
Foto 24 - A guarnição do Alfenas. P. 252.

III – A prisão no *Benevente*[3]
Foto 25 – O paquete Benevente. P. 253.
Foto 26 – A barca da Cantareira Martin Affonso, passando entre o Benevente e o Cuyabá. P. 253.
Foto 27 – Oficiais da Marinha em comissão no Benevente. P. 253.
Foto 28 – Grupo de revolucionários e não-revolucionários, presos por engano. P. 253.
Foto 29 – Tenentes Lincoln, Ariosto, Daemon, Doeys, Chevalier (na frente). P. 253.
Foto 30 – Tenentes Senna Campos e Chevalier. P. 253.
Foto 31 – Um grupo do pessoal da aviação preso por suspeita. P. 253.

IV – A prisão no navio *Cuyabá*[4]
Foto 32 – O navio Cuyabá, em véspera de partir para a Ilha Grande. P. 254.
Foto 33 – Presos no Cuyabá: revoltosos, e governistas presos por engano. P. 254.
Foto 34 – Presos no porão do navio. P. 254.
Foto 35 – O porão do navio ficava aceso dia e noite. P. 254.

V – Ilha de Bom Jesus[5]
Foto 36 – Mapa da ilha de Bom Jesus. P. 255.
Foto 37 – Vista aérea do aterro colocado sobre esta ilha, parte do arquipélago que formou a ilha do Fundão. P. 255.

VI – Ilha de Trindade[6]
Foto 38 – Um navio de suprimentos, chegando à ilha de Trindade.[7] P. 256.

---

[1] CHEVALIER, Carlos. **Memórias de um Revoltoso ou Legalista?** 1922-1926. Rio de Janeiro: Estabelecimento Graphico Nictheroy, 1925 e _____. **Os Dezoito do Forte.** Rio de Janeiro: [s.n.], 1930.
[2] Ibid.
[3] Ibid.
[4] Ibid
[5]Jornal da UFRJ, abril 2007, p. 18. Mapas contam a história da Ilha do Fundão - Pesquisadores do Instituto de Geociências remontam a evolução cartográfica da região. Taísa Gamboa. Disponível em:<http://www.jornal.ufrj.br/jornais/jornal/25/jornalUFRJ2518.pdf. Acesso em: out. 2010.
[6] CHEVALIER, Carlos. **Memórias de um Revoltoso ou Legalista?** 1922-1926. Rio de Janeiro: Estabelecimento Graphico Nictheroy, 1925 e _____. **Os Dezoito do Forte.** Rio de Janeiro: [s.n.], 1930.

Foto 39 – Praia dos Portugueses. Os prisioneiros arrastam mantimentos deixados pelo navio para o barracão de suprimentos. Ao fundo, enfileiradas, diversas barracas, onde dormiam os desterrados. P. 256.
Foto 40 – Presos políticos puxando a jangada. P. 257.
Foto 41 – Grupo geral no momento da chegada. P. 257.
Foto 42 - Casebres de latas e caixotes. P. 257.
Foto 43 – Os habitantes dos casebres. P. 257.
Foto 44 - Gen. Xavier de Brito; Cel. Waldomiro Lima; Ten. Chevalier; Cap. Maynard Gomes; Tem. Silo Meirelles; Ten. Langleberto Soares e Ten. Aurelio Py, na inauguração da placa "Enseada Dr. Pedro Ernesto". P. 257.
Foto 44 – Identificados: Juarez Távora (esq./dir., o 1º de pé), Eduardo Gomes (o 3º de pé, de chapéu), Augusto Maynard Gomes (o 5º de pé, acenando) e o General Xavier de Brito (ao centro, o 5º, sentado, de chapéu) e Carlos Chevalier (sentado, segurando o mastro). P. 257.
Foto 45 - O bloco carnavalesco "O que é isso Arthurzinho?" P. 257.
Foto 46 – Oficiais da Marinha e do Exército. Ao centro o Gen. Xavier de Brito (marcado por uma cruz), tendo de cada lado os comandantes da ilha Theobaldo Pereira e Neves Sobrinho. P. 257.
Foto 47 – Juarez Távora (da esq. para dir., o 1º de pé), Eduardo Gomes (o 3º de pé, de chapéu), Augusto Maynard Gomes (o 5º de pé, acenando), o Gal. Xavier de Brito (ao centro, o 5º, sentado, de chapéu) e Carlos Chevalier (sentado, segurando o mastro). P. 258.
Foto 48 – Eduardo Gomes no centro. P. 258.
Foto 49 – Chevalier na praia Izá. P. 258.
Foto 50 – Praia Edith. P. 258.
Foto 51 - Uma caminhada à Cratera. P. 258.
Foto 52 – Planalto Isidoro – Cap. Távora, Tenentes Denys e Chevalier e marinheiro Agripino. P. 258.
Foto 53 – Cratera, vista de perto. P. 258.
Foto 54 – Enseada viúva Gomes. P. 258.
Foto 55 – O monumento 5 de Julho. P. 258.
Foto 56 – Túnel Jansen de Melo. P. 258.
Foto 57 – Barraca usada pelos desterrados. P. 259.
Foto 58 – O Capitão Cardoso Barata e Chevalier. P. 259.
Foto 59 – Augusto Maynard Gomes e Eduardo Gomes. P. 259.
Foto 60 – Juarez Távora. P. 259.
Foto 61 – Carlos Chevalier e o cabo Alcebíades. P. 259.
Foto 62 - Eduardo Gomes em sua barraca. P. 259.
Fotos 63, 64 e 65– Sobrevivendo através da caça. O churrasco de tartaruga feito pelo coronel Waldomiro Lima. P. 260.
Foto 66 – Auxiliam-se mutuamente: os Tenentes Sylo Meirelles e Carneiro de Mendonça. P. 260.
Foto 67 – Tenentes Raphael e Afilhado na salina construída pelos revoltosos. P. 260.
Foto 68 – Tenentes Olindo Denys e o sd. Cassiano. P. 260.
Foto 69 – Sobrevivência através da pesca. Tenentes Souza Dantas e Chevalier. P. 260.
Foto 70 - Os Tenentes Eduardo Gomes (à direita) e Chevalier enterram dois companheiros: É possível que sejam o Sgto. F. Oliveira e Silva e o ex-praça do 15º RC, na Vila Militar do Rio de Janeiro, Salvador Vicente Melo citados na autobiografia de Juarez Távora. P. 260.
Foto 71 a 84 – Ilha de Trindade, hoje. Pp. 261-2.

VII – Lazareto[8]
Foto 85 – Ruínas do presídio do Lazareto, na Ilha Grande. Construído em 1871, como hospital, passou por leprosário e foi, depois, transformado em Colônia. Em 1940 voltou a funcionar como presídio comum, até 1963, quando os presos foram transferidos para a Colônia Penal de Dois Rios, do outro lado da Ilha Grande. P. 263.
Fotos 86 e 87 – Ventilação das galerias do presídio. P. 263.
Foto 88 - Antes de servir de cárcere para alguns presos políticos, as pequenas celas já abrigaram os escravos que adoeciam durante a viagem nos navios negreiros. Detalhe para a pequena abertura abaixo na porta, por onde os presos recebiam a comida. P. 264.
Foto 89 – Vista lateral da galeria mostrando as ruínas das celas enfileiradas. P. 264.

VIII – O 1º Regimento de Cavalaria Divisionária[9]
Foto 90 – Vista externa do local onde os oficiais ficavam presos. P. 344.
Foto 91 – O Capitão Querê lendo para Eduardo Gomes e o Cunha Cruz. P. 344.
Foto 92 – Os Capitães Querê e Juarez Távora. P. 344.
Foto 93 – Grupo de presos. Dentre eles Juarez Távora, Eduardo Gomes e Cunha Cruz. P. 344.

IX – Documento familiar
Foto 94, 95 – Telegramas de Prestes e Eduardo Gomes informando a queda do avião e a morte de Siqueira. P. 345.

---

[7] Disponível em: <http://www.lost.art.br/trindade.htm>. Acesso em dez. 2009.
[8] Disponível em: <http://viagem.uol.com.br/guia/cidade/ilhagrande_historicas.jhtm>. Acesso em: out. 2010.
[9] CHEVALIER, Carlos. **Memórias de um Revoltoso ou Legalista?** 1922-1926. Rio de Janeiro: Estabelecimento Graphico Nictheroy, 1925 e _____. **Os Dezoito do Forte.** Rio de Janeiro: [s.n.], 1930.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO..... 14

1 O *ETHOS* E A IDENTIDADE MILITAR 28

1.1 Fronteiras simbólicas entre militares e civis: Uma rivalidade histórica.... 28

1.2 Os oficiais..... 35

1.3 As praças..... 38

1.4 A Questão Militar..... 41

1.5 A supremacia do poder civil..... 46

1.6 Os militares e a Reação Republicana..... 55

1.7 Os motivos alegados..... 65

1.8 O *ethos* militar..... 81

1.9 A "nata da oficialidade"..... 96

1.10 Às armas..... 100

2 DOS MOTINS NA CASERNA ÀS PRISÕES DE BERNARDES 107

2.1 1922: O destino dos revoltosos..... 107

2.2 Como vê, uma honra... Depois que é isto?... a ordem bernardista?..... 118

2.3 A criação de uma Polícia Política..... 133

2.4 A 4ª delegacia de Polícia Política..... 140

3 PRESÍDIOS, NAVIOS-PRISÕES, ILHAS E CAMPOS DE DESTERRO: DESTINO DOS "INDESEJÁVEIS."..... 169

3.1 Repressão e conspiração..... 169

3.2 As Casas de Detenção e Correção..... 182

3.3 Os reféns do governo..... 201

3.4 O campo de desterro da Clevelândia..... 203

3.5 O navio-prisão *Alfenas*..... 210

3.6 O *Benevente* e o *Cuyabá*..... ... 212

3.7 O navio-prisão *Jaceguay*..... ... 214
3.8 O navio-prisão *Campos*..... ... 216
3.9 O *Manaus* e o *Baependi*..... ... 220
3.10 O Batalhão Naval..... ... 221
3.11 Ilha das Cobras..... ... 221
3.12 *Jaceguay*/Ilha Rasa..... ... 223
3.13 Ilha das Flores..... ... 229
3.14 Ilha de Bom Jesus..... ... 231
3.15 Trindade..... ... 235
3.16 Lazareto..... ... 242

4 UMA HISTÓRIA DE RESISTÊNCIA..... 260
4.1 A batalha judicial..... 260
4.2 O papel da imprensa no registro da história dos revoltosos..... 278
4.3 Uma rede de solidariedade na prisão..... 293
4.4 "Estou na escola da adversidade, e é nella que mais se pode retemperar a alma."..... 306
4.5 Violetas nunca mais: a morte alcança os exilados..... 321

CONCLUSÃO..... 340
REFERÊNCIAS..... 344
ANEXO..... 359

INTRODUÇÃO

Iniciei as primeiras leituras acerca dos militares num período de férias, curiosa da história do Brasil, história que não havia podido aprender nos bancos escolares, por causa de uma ditadura militar vigente no país. Com uma duração de 20 anos, o governo militar pôde exercer influências nas instituições sob sua égide, perpassando os conteúdos escolares, promovendo o silenciamento de alguns professores, além de diversas modificações, omissões e inclusões nos livros didáticos e no programa.

Esse período durara toda a minha infância e adolescência.

Tornei-me adulta lutando pelas eleições diretas e lendo compulsivamente os livros, "agora" permitidos, que, para minha perplexidade, estavam sendo vendidos nas "feiras do livro," em diversas praças do Rio de janeiro.

Desde que se encerrara esse período, no Brasil, em meados dos anos 80, mesmo não sendo graduada ainda, iniciei a leitura de tudo o que se referia à história do país com afinco e profundo interesse, especialmente sobre o regime que terminara, e que havia perdurado por toda a minha breve vida de jovem. A imagem que possuía sobre o mundo militar era a vivida nesses tempos, além do que se ousava escrever ou falar pelos cantos, aos sussurros, acerca dos governos de Stroessner, Pinochet,[10] dentre outros governantes, de uma fase de trevas que se apossou da América Latina.

Quando ingressei na faculdade de História deparei-me, por acaso, com um livro sobre a Coluna Prestes. Devorei-o. Nunca havia lido nada sobre um grupo de militares que se julgasse no direito de compartilhar das discussões políticas, com os civis. E, mais que isso, que pudesse partir para uma luta armada, enfrentando a ordem constituída, tendo, ainda, que quebrar a hierarquia, valor fundamental à existência da própria instituição a que serviam. Que história era aquela? Quem haveria de pensar que homens sempre vistos a combater em grandes guerras, a realizar feitos heróicos e inimagináveis sacrifícios pela pátria, se envolveriam em tamanha aventura, realizando uma série de revoltas, ao longo de oito anos de suas vidas?

Este grupo, que a historiografia convencionou chamar de "tenentes," atuou na década de 20, do século passado, em todo o Brasil, sem desistir, embora a repressão tivesse sido contundente. Promoveu diversos levantes ora simultâneos, ora isolados, sempre com a idéia

[10] Alfredo Stroessner governou o Paraguai de 1958 a 1989 e Augusto Pinochet, o Chile, de 1974 a 1990.

de moralização da República e de preservação de um *ethos*[11] militar que aprenderam a respeitar e a seguir dentro da caserna.

Após algum tempo de pesquisa, percebi que a constância dos combates realizados pelos militares insurrectos, entre 1922 e 1930, marcara esse período. Decidi, então, estudar as principais lideranças do movimento. Conhecia a história de alguns levantes, como o de 1922 e o de 1924 e a marcha da Coluna Prestes, sobre os quais pesquisei, mas desejava uma aproximação maior da história desse grupo, que só uma pesquisa mais minuciosa podia me proporcionar.

Quando entrei para o mestrado, tive, então, a oportunidade de pôr em prática meu intento. A primeira idéia foi a de visitar um dos quartéis no qual, algumas dessas lideranças, haviam servido e que também havia sido palco de uma das primeiras e, talvez a mais famosa das insurreições militares dessa década, no Rio de Janeiro, o Forte de Copacabana. Esta era a possibilidade que se me apresentava para conseguir pistas sobre eles, permitindo um aprofundamento do que já havia apreendido em obras escritas sobre o assunto. Ali permaneci, durante dois anos, entre julho de 2007 e julho de 2009, em visitas semanais, com a autorização do Comandante do Museu Histórico do Exército e Forte de Copacabana, à época, o Coronel Edson Oliveira. Pesquisei o acervo documental, iconográfico e a Biblioteca Técnica do Forte, conversei com todas as pessoas disponíveis, e assisti a cerimoniais, experiências de grande valia para minha pesquisa, com vistas a uma aproximação dos valores militares.

O ambiente da caserna, as pessoas com as quais convivi e a documentação cedida pela Seção de Pesquisa Histórica e Museológica do Museu Histórico e Forte Copacabana, chefiada pelo Capitão João Rogério de Souza Armada, me permitiram o aprofundamento de importantes dados factuais sobre o Exército. Pesquisei sobre aspectos profissionais e, principalmente, sobre o modo como a memória institucional é cultivada, haja vista a existência, dentro dessa instituição militar, de um museu, de uma editora, da banda do Forte de Copacabana, entre outros elementos constituintes de um conjunto, que serve de sustentáculo à memória institucional, formadora, por sua vez, de um *ethos*[12] militar. Complementando todos esses elementos, estavam cerimônias diversas, algumas das quais

---

[11] Morelli afirmava que "a personalidade deve ser procurada onde o esforço pessoal é menos intenso." Assim, considera Ginzburg, o método proposto por Morelli deveria ter sugerido ao jovem Freud, as possibilidades heurísticas de uma análise baseada na centralidade dos resíduos e dados marginais para a revelação de realidades psíquicas ocultas, apud LIMA, Henrique Espada, in **Micro-história**: escalas, indícios e singularidades. Cap. História Social e Microanálise: Edoardo Grendi; Questões de Escala: Giovanni Levi; e Com il poço farete assai: a micro-história de Carlo Ginsburg.Tese (Doutorado em História). Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 1999. Mimeo. Sobre o *ethos* ver GUEERTZ, Clifford. **A Interpretação das Culturas.** Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

[12] Ibid.

pude participar, como as comemorações do dia "5 de julho," data histórica para o Forte de Cpacabana, pois registra a primeira ação considerada revoltosa, em 1922, hoje, incorporada à memória militar como um feito heróico, o episódio dos "18 do Forte;" ou a cerimônia da passagem de comando do Coronel Edson para o Coronel Pedrosa, em 2010, entre outras, onde aprendi muito sobre o "mundo de dentro," o mundo militar.[13]

Depois de um aprendizado ímpar, nessa caserna – que combina um centro cultural e a realização de diversos cerimoniais, com a rotina de uma caserna - percebi, ainda lá dentro, que poderia apreender algo de proveitoso, procurando enxergar, através da aura de heroicidade criada em torno da figura dos personagens envolvidos em levantes, frequentemente homenageados. Queria uma história na qual aparecesse o homem por trás da farda; que me mostrasse sua humanidade, para além dos feitos extraordinários que esse homem pudesse ter concretizado, e que a História Tradicional, onde ainda se encontra fundamentada parte da história produzida por militares, costuma exaltar.

Ainda que as fontes fossem oficiais e a redação, feita por militares, tivesse seu foco direcionado à construção de mitos, que servissem de alimento à memória institucional, o próprio ato de omitir sempre terminava por revelar, a um olhar perscrutador, do historiador, que havia algo nas entrelinhas que ficara sem ser dito.

Além disso, durante toda minha formação, sempre tive a inclinação de questionar onde estavam os personagens, entre um e outro evento, exaltado pela História. Queria saber, por exemplo, para onde foram os jesuítas depois da passagem de Pombal por aqui; questionava o que ocorrera depois da saída da família real; perguntava-me o que houvera com os filhos dos paraguaios mortos na Guerra; também, o velho Deodoro, de onde teria surgido com tanta convicção... queria o processo histórico. E assim não podia deixar de ser com os militares estudados. Havia tanta ênfase no evento conhecido como "18 do Forte" ou na "Coluna Prestes", e, ainda, na Revolução de 1930, mas eu queria saber, onde estavam os militares, nos momentos intermediários a estas explosões de bravura e coragem.

Iniciei a leitura de suas biografias e autobiografias. Estas me trouxeram informações especialíssimas: seus temperamentos, modo de agir e pensar, seus tipos psicológicos e físicos, sua trajetória.

Decidi, então, fazer contato com seus familiares e esse foi o segundo momento de minha pesquisa. A partir de informações do próprio quartel, consegui contatar alguns deles. Já conhecia traços físicos e de suas personalidades, mas não me esquecerei jamais da sensação

[13] LEIRNER, Piero. Etnografia com militares: fórmula, dosagem e posologia. In: CASTRO, Celso e LEIRNER. Piero, (orgs.). A**ntropologia dos Militares.** Reflexões sobre pesquisa de campo. Rio de Janeiro: FGV, 2009.

que tive ao avistar pela primeira vez Elisabeth Siqueira Campos, vindo em minha direção com um sorriso no rosto. Era o sorriso de Siqueira Campos. A emoção que senti ao folhear álbuns de família, não foi maior do que a de constatar que todos ali haviam sofrido as conseqüências de quem ele havia sido, em vida, bem como de sua perda. Os relatos de familiares da primeira e segunda geração, depois de Siqueira Campos, guardavam, após tantos anos, as emoções de situações da clandestinidade e do impacto que sua morte havia representado para todos. A documentação pessoal, fotos de infância, ao lado dos pais e irmãos, misturadas às cartas do exílio, traziam consigo uma carga de dramaticidade muito impressionante, pois ali se via o homem, um jovem de pouco mais de 20 anos, transformado num mito e, ao mesmo tempo, procurado como um perigoso bandido pelas autoridade de todo o Brasil.

Essa experiência me permitiu a consulta da documentação pessoal deste oficial: cartas, telegramas, fotografias familiares e entrevistas com seus parentes mais próximos. Além dos familiares de Siqueira Campos, conversas como as que tive com Francisco Pereira da Silva Cascardo, filho de Hercolino Cascardo e com o Almirante José Celso de Macedo Soares, primo, em segundo grau, do Tenente revoltoso Edmundo de Macedo Soares, me forneceram pistas sobre suas histórias, que contrastadas com outras "vozes," que pudessem me fornecer dados sobre suas personalidades, foram me levando a compreender suas escolhas.

As fontes individuais permitem-nos saber quais eram suas leituras e discussões, o conjunto de atitudes, crenças, códigos de valores e comportamento, além de viabilizar o percurso constante entre o tempo longo e o tempo breve, o social e o pessoal.[14] Essa aproximação resgata as identidades desses homens, cujos rostos, enfim, emergem do vazio histórico[15] que se formou com o uso de alguns modelos interpretativos na História, revelando o momento em que criam identidades profissionais e, mais tarde, revolucionárias, ainda que treinados para a obediência incondicional.

Desse modo, perseguir a trajetória de vida de alguns militares, envolvidos nos levantes dos anos 1920, em busca de pontos de identificação que os levasse a se empenhar em uma luta contra instituições tão poderosas, significava buscar o homem, vesti-lo e despi-lo dos imperativos militares; significava, ainda, perscrutar-lhes as idéias, pensamentos e sentimentos que os reuniram num caminho, sabido, sem volta, no qual apostaram suas carreiras, mudando radicalmente o rumo de suas vidas.

---

[14] GRIBAUDI, Maurizio. Escala, pertinência, configuração; In: REVEL, Jacques (org.) **Jogos de Escalas.** A Experiência da Microanálise. Rio de Janeiro: FGV, 1998.

[15] Cf. LEVI, G., PASSERINI, L. & SCARAFFIA, L. *Vita quotidiana in un quatiere operaio in Torino*, cit., pp. 433-434, apud LIMA, Henrique Espada. Questões de Escala: Giovanni Levi. In: **Micro-história**: escalas indícios e singularidades. Tese (Doutorado em História). Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 1999. Mimeo.

Acreditava que fontes, tão diretas (como as familiares), trariam esses homens, olhados apenas pelo aspecto profissional, para bem perto de nós. Afinal, da mesma forma que sabia que após inseridos no universo militar transformavam-se em homens diferentes dos civis, sabia-os, também, pessoas como nós. A reconstrução analítica dessa diferença foi necessária à tentativa de uma aproximação de seu lado humano, parcialmente obscurecido pelos valores moldados no meio profissional. A memória dos familiares foi de grande auxílio para compor traços encontrados nas biografias e autobiografias estudadas. Através das conversas e entrevistas realizadas, foi-me possível entrever o caráter de seus familiares, o contexto em que foram educados, a forma como foram criados, os estados, bairros e as casas onde moraram, sua decoração e localização, as lembranças de uma época distante, o envolvimento da família nos momentos mais dramáticos de suas jovens existências. O contato direto com familiares e o uso da história oral foram uma forma de aproximação entre a História e a Antropologia, à medida que ambas colocavam no centro de suas atenções a vida quotidiana, as relações interpessoais. Uma aproximação que acentuava, na história social, sua vocação para voltar-se para os "vazios da história," [16] mesmo que não se tratasse da história de homens anônimos, como apontava Lima, mas, da história de homens que tiveram sua vida pessoal encoberta pela vida pública.

As fotos, as cartas, documentos familiares, cada pista, fazia parte de um todo que ia se completando e que, por serem pessoas públicas, revelavam-se fontes nas quais o público e o privado, misturavam-se. A união da documentação familiar às demais, de âmbito estritamente profissional proporcionava uma abrangência sobre aspectos da subjetividade que não poderiam ser encontrados de outro modo, permitindo reconhecer valores, interpretações do mundo, modelos de comportamento, a própria realidade da individualidade. [17]

Esse foi um momento da pesquisa no qual busquei uma aproximação com o indivíduo, percorrendo o caminho trilhado por eles, através de suas biografias e autobiografias, analisando as afirmações que faziam sobre a sua própria experiência, bem com as fontes pessoais: se eram cartas, fora do domínio público, e não raro levadas às escondidas por parentes ou amigos, para não serem interceptadas pela censura da prisão; ou escritas diretamente para parentes, sempre em momentos em que, aparentemente, não se encontrassem sob pressão ao fazerem algum tipo de declaração. Procurei atentar para o destino da carta ou documento, se era direcionado ao público ou de âmbito pessoal, enviado secretamente ou em

---

[16] Cf. LEVI, G., PASSERINI, L. & SCARAFFIA, L. Vita quotidiana in un quatiere operaio in Torino, cit., p. 433-434, apud LIMA, Henrique Espada. Questões de Escala: Giovanni Levi. In: **Micro-história**: escalas indícios e singularidades. Tese (Doutorado em História). Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 1999. Mimeo.

[17] Ibid, p.433-4.

aberto, a fim de compreender as possíveis intenções de suas declarações. Ou seja, se pretendiam, a partir delas, criar uma justificativa para a sociedade, acerca dos levantes; se eram depoimentos judiciais, nos quais podiam cometer alguma omissão, pretendendo se defender, ou se podiam expor suas idéias livremente.

A procura de razões para a criação de uma identidade, para além da profissional, adquirida nas Escolas Militares e quartéis, de um fortalecimento identitário forjado nos momentos de rebeldia, que por ventura tivessem adquirido por força de situações decisivas em combates, perseguições, e outras experiências vivenciadas nos levantes, meu olhar voltou-se para as insurreições que haviam protagonizado. Ao me debruçar sobre esses "eventos", tentando compreender o que os identificou nessa empreitada, várias questões surgiram em relação ao rumo dado à pesquisa.

A primeira dúvida foi a de como poderíamos considerá-los militares característicos de seu tempo, se aos olhos de alguns legalistas, da época, os rebeldes não representavam o Exército. Sendo assim, permanecia uma dúvida de como estudá-los, se não podia considerá-los militares característicos. Percebi então, que embora fossem julgados diferentes dos outros, por alguns membros da alta oficialidade, esse era um discurso que pretendia de modo estratégico e intencional desvinculá-los da instituição, dada a situação de quebra da hierarquia, que constrangia, sobremaneira, os oficiais superiores da época. Ao mesmo tempo, omitia graves problemas estruturais do Exército, abrangendo desde a precariedade de recursos materiais, até a ausência de treinamento adequado, motivo de insatisfação de todos na caserna, além de dissimular, a complacência de alguns oficiais legalistas, em relação ao poder público civil, em questões políticas nas quais havia discordância entre estes e os revoltosos. Segundo esses últimos, alguns oficiais legalistas eram membros corruptíveis, "cujos galões foram conquistados com o sacrifício da própria honra militar," [18] recebiam dos políticos "missões rendosas, promoções antecipadas, transferências de guarnições e de quadros, impunidade perante a justiça, etc."; meios através dos quais se serviam "os políticos dominadores para desviar o militar pouco escrupuloso dos princípios da boa moral, a fim de os colocarem ao serviço de uma causa impatriótica." [19] Em contrapartida, os revoltosos intitulavam-se membros do Exército, rebelados em defesa da Pátria, da Instituição e de uma

[18] Trecho da última entrevista do general Isidoro Dias Lopes, concedida ao jornalista Paulo Duarte, no dia da retirada das tropas revolucionárias da capital paulista. In SILVA, Hélio. **1922.** Sangue na Areia de Copacabana. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v. II, 1964, pp. 387-88 (Documentos da História Contemporânea).

[19] AZEVEDO, Asdrúbal Gwyer de. **Os Militares e a Política.** Barcelos, Portugal: Minho, 1926, p.34, apud COELHO, Edmundo Campos. **Em Busca de Identidade:** O Exército e a Política na Sociedade Brasileira. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1976, p. 88.

Constituição que vinha sendo burlada, em prol de interesses e favorecimentos políticos, para a manutenção dos senhores de terras no poder. Nesse sentido, seu discurso e sua prática eram legalistas, partindo-se do princípio que a Constituição de 1891, determinava que o respeito às autoridades se fizesse "dentro da lei." [20] É dessa forma que haviam se apropriado[21] do *ethos*[22] militar e que decidiram defendê-lo, cumprindo a lei e moralizando a República, pela qual se sentiam responsáveis, e defendendo o Exército.

O episódio das "cartas falsas," atribuídas a Arthur Bernardes,[23] seguido da prisão do Marechal Hermes por Epitácio, e do fechamento do Clube Militar fora, apenas, o auge de uma série de insatisfações, algumas herdadas do Império, como a ausência de um projeto político que estruturasse o Exército materialmente e valorizasse seus componentes; outras relacionadas a uma política que não hesitava em envolvê-lo em disputas eleitorais, utilizando-se de seus membros em situações de ilegalidade, para perpetuar o poder à custa das armas.

Julgando ter o direito de exercitar sua liberdade política, revelavam-se representativos de uma época na qual os militares interagiam no processo político, opinavam, desejavam candidatar-se, revoltavam-se contra o poder público civil; uma época na qual a discussão sobre os rumos da nação fazia-se presente dentro da caserna. Reivindicavam os tempos de Caxias, de Deodoro, Floriano, Sólon, Sena Madureira, tempos em que militares participaram de guerras que os uniram num mesmo espírito de corpo, alguns defendendo a idéia do "soldado cidadão." Possuíam rara clareza e lucidez política, quanto a esse direito, justamente em um momento no qual, o Exército, caminhava, concomitantemente, na direção de outras correntes ideológicas, que pretendiam separar o elemento militar de questões políticas.

A possibilidade de estudar a crise institucional, que resultou nas revoltas militares da década de 20, revelou que as transformações sofridas no interior do Exército, desde sua criação, geraram diferentes correntes que se confrontaram e que divergiam quanto à interpretação acerca da participação, ou não, do militar na política. Dentre elas podemos destacar a corrente do soldado cidadão, a Positivista, a dos Jovens Turcos, a Missão Indígena e a Missão Francesa, que serão abordadas no trabalho. Uma leitura atenta sobre essas diferentes correntes mostra que, embora tenham gerado visões diferenciadas, o espírito

---

[20] CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL (De 24 de fevereiro de 1891) TÍTULO I: Da Organização Federal; DISPOSIÇÕES PRELIMINARES; Artigo 14 - As forças de terra e mar são instituições nacionais permanentes, destinadas à defesa da Pátria no exterior e à manutenção das leis no interior. A força armada é essencialmente obediente, dentro dos limites da lei, aos seus superiores hierárquicos e obrigada a sustentar as instituições constitucionais.

[21] CHARTIER, Roger. "Cultura Popular": revisitando um conceito historiográfico. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 8, n. 16, 1995, p.179-192.

[22] GUEERTZ, Clifford. **A Interpretação das Culturas.** Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

[23] Candidato à sucessão presidencial de Epitácio Pessoa.

corporativo estava à frente de todas elas. Significa dizer que, para os militares de um modo geral, mesmo havendo diferenças ideológicas, fossem elas referentes ao tipo de treinamento ou à conjuntura política, as atitudes de legalistas e revoltosos, excetuando-se os casos que envolviam corrupção, sempre priorizavam o respeito à corporação e à condição de militar. Nesse sentido, enquanto os Jovens Turcos, depois absorvidos pela Missão Francesa, lutavam pela modernização do Exército, por vias legais, os revoltosos pegavam em armas para um desagravo à instituição e para a moralização da República, pois sem isso, estando o Exército subordinado ao poder civil, nada poderia ser feito. Outrossim, não se deve esquecer que a idéia da responsabilidade pelo regime republicano, por o haverem proclamado os militares, justificava-os e emprestava autoridade a uma intervenção sobre ele.

Além das diferentes correntes de pensamento, os movimentos rebeldes trazem à tona a cisão entre um grupo da oficialidade rebelde e um grupo da oficialidade legalista, embora este último possuísse um passado de envolvimento em inúmeras revoltas entre o crepúsculo do Império e a alvorada republicana. Parte da oficialidade legalista utilizava-se de um discurso pautado na quebra da hierarquia e na ilegalidade, com o intuito claro de anular o poder desestabilizador das insurreições e das denúncias dos revoltosos e, em última análise, o abalo que a rebeldia criara na hierarquia do Exército. As críticas dos rebeldes, por sua vez, estavam voltadas para a negação da hierarquia militar, em função da corrupção denunciada pela oficialidade revoltosa e da cumplicidade aos atos ilegais do governo, dentre eles as fraudes eleitorais e intervenções federais, onde o Exército era utilizado de modo considerado desrespeitoso.

Nesse caso, o principal desafio para o trabalho foi o de apreender, por trás dos discursos cristalizados da cúpula do Exército e do governo, as possíveis intenções e atitudes dos militares revoltosos, quase sempre “sobrepostas” pelas proposições da instituição, e do governo.

Passei a segui-los, então, após os levantes. Percebi que tudo o que se escrevia em torno dos rebeldes, somente era relacionado às insurreições, culminando com a Revolução de 1930. Havia diversas lacunas na história, entre um e outro levante, que ocultavam dados importantes do processo histórico, assim como de suas histórias. Afinal, onde estavam esses militares entre um e outro levante? A história só os acompanhava nesses eventos. O próximo passo, então, no acompanhamento de suas trajetórias, foi procurá-los imediatamente após cada revolta. Procurei pistas, na bibliografia, que me levassem a esse período. Constatei que existiam alguns parcos capítulos dedicados a este assunto, em suas autobiografias, e constatei que eles próprios davam mais ênfase aos levantes do que a esses episódios. Descobri, então,

um livro que homenageava Siqueira Campos e trazia algumas fotos, publicadas pelo Tenente Carlos Saldanha da Gama Chevalier, nas quais os revoltosos apareciam em navios-prisões e me dirigi ao arquivo da Marinha, na Ilha das Cobras, mais precisamente para o Departamento do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha, o DPHDM, (antigo SDM). Ninguém sabia me informar a respeito dessas fontes, não havendo nenhum registro da passagem dos rebeldes por esses navios, disponível a pesquisadores.

O surgimento de fontes a esse respeito se deu como resultado de uma árdua pesquisa, pois alguns documentos, especialmente aqueles que se referem às punições direcionadas a militares, são tratados como arquivos internos, ou mesmo sigilosos, mostrando-se, apenas, aqueles que registram os feitos heróicos, mantendo-se, assim, a memória institucional preservada. Esse era um problema que impossibilitava o acompanhamento de suas trajetórias: a tentativa da instituição em omitir ou transformar as declarações, contra o Exército ou a Marinha, os depoimentos, reportagens ou documentos que revelassem como eram perseguidos, presos ou torturados. Tudo isso caracterizava um esforço constante, das instituições, em colocar sob seu controle, ou cancelar, toda a manifestação autônoma de seus membros. De fato, as ranhuras causadas na memória da instituição, pelos militares rebeldes desta época, foram de grandes proporções, pois atingiam a um dos princípios mais caros da corporação: a hierarquia, e, por isso, todo e qualquer expediente que pudesse ser utilizado para omitir fatos relacionados a estes militares, seus destinos, ou qualquer relação da instituição com eles nesse período, era posto em prática. Ademais, as instituições, de um modo geral, não têm como prática expor erros de seus membros, mantendo, assim, impoluta a sua imagem, agindo, antes, como uma família que procura proteger os seus componentes.

Na Marinha isso é ainda mais forte que no Exército. Não são heroicizados os atos de rebeldia, sejam eles de qualquer período da história. Quanto ao Exército, à solução encontrada pelos encarregados dos setores culturais, fora consagrá-los como heróis, produzindo uma série de documentos, monumentos e datas comemorativas, enfim, um extenso menu que compõe a memorialística militar, até hoje, e que homenageia os revoltosos da década de 20, do século passado. Obviamente, isso só foi possível a partir de 1930, quando os rebeldes deixaram a posição de revoltosos e passaram a ocupar o papel de coadjuvantes do poder, mas o fato é que, a posição de heróis que passaram a ocupar, obscurecia, mais ainda, o meu caminho em busca de pistas.

Ainda assim, consegui descobrir alguns poucos relatórios do Ministro da Marinha da época, enviando-os aos navios-prisões, vindo a complementar este material mais tarde, através das autobiografias de um militar revoltoso, uma exceção, e a de um operário espanhol,

ambos prisioneiros, à época, o Tenente Carlos Saldanha da Gama Chevalier e o operário gráfico Everardo Dias, que haviam escrito suas obras enfatizando o cotidiano prisional e confirmando que haviam estado presos, por longo período, em diversas prisões.

Diante disso, fui procurá-los em arquivos policiais. Quando iniciei a pesquisa sobre o período em que estavam à disposição da Justiça, a princípio pensava que, nos arquivos policiais, não haviam deixado nenhum documento escrito, nenhum texto direto, especialmente sobre os militares, ou, ainda, que, se houvesse registros, sobre esse período crítico da vida dos rebeldes, tivessem sido recolhidos aos arquivos militares como documentos sigilosos.

Mesmo assim, decidi pesquisar os livros da Casa de Detenção e Correção dos anos 1922 aos anos 1927. As matrículas continham nome, número de entrada, nacionalidade, profissão, filiação, cor, razão da prisão, sinais característicos e até vestimentas. Depois de folhear uma média de 30 livros, percebi que os nomes dos militares, que se mostravam em fotos nas autobiografias mencionadas, haviam sido retirados, se é que algum dia, sequer, chegaram a ser escritos nos livros de matrícula.

Em virtude dos impedimentos relatados para encontrar documentos que mostrassem esse momento de suas trajetórias, dentro de instituições prisionais, as dificuldades de integrar esse período à história permaneciam em aberto. Mesmo diante dessa circunstância sombria, vislumbrei que haveria de existir, em algum lugar, sinais, indícios, dessa parte da história, que me permitissem decifrá-la. Foi quando surgiu a idéia de tentar encontrar os militares revoltosos a partir de seus nomes, pois, julgava que relacionando nominalmente os principais envolvidos em atos de rebeldia, talvez conseguisse encontrá-los em fichas da Polícia.

Somente quando optei por fazer a busca nominal consegui, finalmente, descobri-los nos arquivos da Polícia Política (DESPS). Esses arquivos continham, entre outros documentos, os relatórios dos próprios investigadores e, por isso, me deram acesso direto às práticas de punição, exercidas pelo governo. Ao serem localizados, traduziram-se numa fonte riquíssima, pois eram fontes isentas do compromisso dos jornais, de atrair o público leitor, ou das fontes do Exército, de omissão de fatos ou criação de memórias de heróis. Devido ao fato de serem documentos secretos e de caráter informativo ao governo, pormenorizavam o caminho que os rebeldes estavam percorrendo nesta fase, revelando as práticas do Estado em vigiar e punir[24] seus opositores. Esse tipo de documentação dava indícios de uma realidade oculta que as fontes, de um modo geral, não deixavam transparecer. É como se enxergássemos a partir dos olhos dos "inspetores" os passos dos foragidos, quando eram seguidos. Eram documentos que tornavam possível atingir aquele nível mais profundo, de

[24] FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**. Nascimento da Prisão. 17ª ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

uma história que os homens não sabem que fazem. A própria conspiração dos rebeldes se revelava a partir dos relatórios da Polícia Política, bem como os procedimentos de repressão através dos encaminhamentos dados.

Seus carcereiros eram membros de outro universo, que não o militar, e cumpririam os mandados de prisões, havendo, inclusive, casos de generais presos por inspetores, algo inusitado de acordo com a hierarquia militar. As instalações prisionais seriam comuns às de presos civis; o processo seria julgado por foro civil, enfim, todos os artifícios para que fossem humilhados[25] e julgados fora de uma lógica inerente ao universo militar, de modo a serem prejudicados no resultado do processo, foram criados.

O complemento dessas fontes foi facilitado porque os próprios militares, possuidores de uma formação erudita, na época, num universo de analfabetos, e, por isso, dominando de modo surpreendente a escrita, faziam-se ouvir, mesmo de dentro das instituições prisionais, ainda que estas se encontrassem em lugares inóspitos. Isso era possível sempre que interpelados por jornalistas, quando tinham oportunidade de dar entrevistas; em cartas e manifestos, para serem lidas no plenário da câmara por legisladores oposicionistas, ou direcionadas às autoridades judiciais; e quando escreviam suas autobiografias. Possuíam, além disso, um modo peculiar de expressão, denunciando todas as arbitrariedades cometidas pelo governo, ora demonstrando convicção, ora irreverência, sem deixar de ressaltar o tom desafiador, direcionado às autoridades legalistas. Encontravam sempre uma forma de se fazer ouvir, por possuírem aliados civis e militares que os auxiliaram nos momentos de maior adversidade.

Haviam escrito, então, centenas de cartas nas prisões e no exílio. As cartas das prisões foram encontradas em arquivos do CPDOC, da Fundação Getúlio Vargas, e as cartas do exílio, no Arquivo Público do Estado de São Paulo – APESP. As cartas alinhavavam os lapsos de memória encontrados nas autobiografias, enquanto estas, em contrapartida, fechavam as lacunas comuns às correspondências.

Outro elemento facilitador, para a coleta de informações, foi a existência, dentre as fontes, de um número razoável de jornais de oposição aos governos de Epitácio e Bernardes. Eram recortes feitos pelos investigadores de polícia, encontrados nos arquivos da Polícia Política (DESPS), que revelavam situações vividas por eles, durante toda a década, além de ceder espaço, também, em diversas ocasiões, para suas declarações, especialmente quando se encontravam presos.

---

[25] BENTHAM, Jeremy. **El panóptico.** Buenos Aires: Quadrata, 2004.

Complementaram as cartas da prisão e do exílio, os Relatórios dos Ministros da Guerra e os documentos de Alterações dos oficiais, ambos encontrados no Arquivo Histórico do Exército - AHEx. Os Relatórios me forneceram listas com nomes de prisioneiros, locais e datas de prisões, pronunciamentos, transferências, concessões de *habeas corpus*, entre outras informações, e as Alterações me permitiram acompanhar detalhes de suas vidas profissionais, como, por exemplo, suas idades e patentes; a arma a que pertenciam; os cargos que ocuparam; as diversas guarnições a que serviram, podendo compreender melhor sua atuação antes das conspirações e dos levantes.

Adicionadas, estas fontes, àquelas encontradas na Polícia Política, descobri que, a partir de 1922, foi criada a primeira delegacia de repressão a crimes políticos, no Brasil, a 4ª Delegacia Auxiliar de Polícia Política, e que, após as revoltas ocorridas, em todo o país, no ano de 1924, inaugurou-se um período cujas prisões jaziam lotadas, revelando a face cruel de um estado de exceção; que nesse período, durante os oito anos, nos quais mantiveram a luta, militares revoltosos, operários e indivíduos sem culpa formada viveram dias de incerteza, pois o país foi governado sob um estado de sítio, que, além de promover a suspensão de todos seus direitos políticos, os enviou aos cárceres, navios-prisões, ilhas litorâneas e oceânicas, e campos de desterro. Tratava-se momento no passado republicano, no qual, ao contrário do regime ditatorial militar em que eu fizera o transcurso de minha juventude para a idade adulta, foram os militares que padeceram torturas nas prisões e perseguições no exílio, onde tentavam sobreviver na clandestinidade.

O trabalho termina por revelar, nas entrelinhas da história, os modelos de punição existentes no Brasil, direcionados àqueles que fizessem oposição ao governo, e uma ditadura civil que delegou à Polícia Política, inaugurada neste período, e às Forças Armadas, a incumbência de punir membros da sociedade civil juntamente com os militares revoltosos.

A utilização da perspectiva organizacional, como suporte ao estudo institucional, contemplada a partir das obras de Edmundo Campos Coelho,[26] José Murilo de Carvalho,[27] Frank MacCann,[28] Domingos Neto e outros, autores comprometidos com apreciações mais próximas da realidade desse grupo, que se propõem a analisar a instituição militar em seus

---

[26] COELHO, Edmundo Campos. **Em Busca de Identidade:** O Exército e a Política na Sociedade Brasileira. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1976.

[27] CARVALHO, José Murilo de. **O Brasil Republicano**. Sociedade e Instituições (1889-1930). Tomo III, Capítulo V, 2ª Edição. Rio de Janeiro: Difel, 1978. 2º volume, p. 186. (História Geral da Civilização Brasileira); As Forças Armadas na Primeira República: o poder desestabilizador. Rio; São Paulo: Difel, 1980 apud CASTRO, Celso. **Os Militares e a República.** Um estudo sobre a cultura e ação política. Rio de janeiro: Zahar, 1995.

[28] McCANN, Frank D. **Soldados da Pátria:** História do Exército Brasileiro 1889-1937. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

aspectos "internos", "estruturais", "organizacionais; [29] e a conjunção desta perspectiva com os estudos da Antropologia, voltados para os militares ou não, a partir das obras de Castro,[30] Gueertz [31] e Chartier [32] foram fundamentais ao entendimento do universo militar. Isso porque, os primeiros, são autores que se assemelham aos antropólogos sociais, pois, pretendendo despojar-se, do máximo possível, de pressupostos, observam inicialmente "a visão do nativo", para, a partir, daí "entender os significados implícitos na sua visão de mundo."

Para exame e análise de aspectos relacionados à memória, Castro,[33] Pollak[34] e Catroga foram de extrema valia, quanto ao entendimento do significado dos mitos de fundação e refundação do Exército, de uma memória herdada, da construção da memória institucional.

Para apreciação da história das instituições prisionais foram consultados Marcos Bretas,[35] Chazkel,[36] Foucault[37] Holoway[38] Bentham,[39] entre outros, que me auxiliaram a compreender os modelos prisionais e as práticas punitivas no Brasil e em outros países, em vários períodos da história.

---

[29] NETO, Manuel Domingos. Influência estrangeira e luta interna no Exército (1889-1930. In: ROUQUIÉ, Alain (coord.). **Os partidos militares no Brasil.** Rio de Janeiro: Record, [198-].

[30] Podemos relacionar como obras desse autor utilizadas ao longo da análise: CASTRO, Celso. **Os Militares e a República.** Um estudo sobre a cultura e ação política. Rio de janeiro: Zahar, 1995; **O Espírito Militar.** Um antropólogo na caserna. Rio de Janeiro: Zahar, 1990; Revoltas de soldados contra a República. In: CASTRO, Celso, IZECKSOHN, Vitor e KRAAY, Hendrik, (orgs.). **Nova História Militar Brasileira.** Rio de Janeiro: FGV, 2004; **Goffman e os Militares:** sobre o conceito de instituição total. Disponível em <http://www.aman.ensino.eb.br/>. Acesso em: fev. 2009.

[31] GUEERTZ, Clifford. **A Interpretação das Culturas.** Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

[32] CHARTIER, Roger. "Cultura Popular": revisitando um conceito historiográfico. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 8, n. 16, 1995, pp.179-192.

[33] CASTRO, Celso. **A Invenção do Exército Brasileiro.** Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

[34] POLLAK, Michael. Memória, e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, nº 10, 1992, p. 200-212.

[35] Alguns artigos desse autor que contribuíram para um entendimento de questões ligadas ao sistema prisional são: BRETAS, Marcos Luiz. O que os olhos não vêem: Histórias das Prisões do Rio de Janeiro. In: MAIA, Clarissa Nunes; NETO, Flávio de Sá; COSTA, Marcos; BRETAS, Marcos Luiz (orgs.). **História das prisões no Brasil**. Rio de Janeiro: Rocco, 2009, Volume II, e Polícia e Polícia Política no Rio de Janeiro dos anos 20. **Revista do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, nº 3, outubro de 1997.

[36] CHAZKEL, Amy. Uma perigosíssima lição: a Casa de Detenção do Rio de Janeiro na Primeira República. In: MAIA, Clarissa Nunes; NETO, Flávio de Sá; COSTA, Marcos; BRETAS, Marcos Luiz (orgs.), **História das prisões no Brasil.** Rio de Janeiro: Rocco, 2009, Volume II, Cap. 9.

[37] FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**. Nascimento da Prisão. 17ª ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

[38] HOLLOWAY, Thomas H. **Polícia no Rio de Janeiro.** Repressão e Resistência numa cidade do século XIX. Rio de Janeiro: FGV, 1997.

[39] BENTHAM, Jeremy. **El panóptico.** Buenos Aires: Quadrata, 2004.

Autores como Revel,[40] Guinsburg e[41] Gribaudi, me auxiliaram no acompanhamento da trajetória do grupo estudado, aguçando, especialmente, a minha percepção de que a "construção causal não é dada de antemão," [42] antes, é conquistada, passo a passo, num processo de desvendamento do objeto, que vai se reconstruindo à medida que novas fontes vão surgindo, pois os dados empíricos constituem o "material bruto, que deve permitir individualizar mecanismos e funcionamentos sociais, encontrados além do objeto e das categorias historiográficas que o informam". Nesse sentido, as leituras de trabalhos sobre a abordagem microhistórica me mostraram que dados empíricos têm a função de reconstituição de uma história que não se prevê a partir de modelos pré-concebidos, pois, "ao sublinharem a ruptura existente entre forma e conteúdo insistem, ao contrário, na dimensão da incerteza, da possibilidade." Dessa forma, pude comprovar empiricamente que "a continuidade histórica só pode, portanto, ser lida a posteriori, mas não desvenda, em si, suas leis." [43]

O leitor encontrará no primeiro capítulo deste trabalho, uma reflexão acerca da Formação do Exército; sobre a rivalidade histórica construída entre civis e militares, e a tentativa de afirmação de uma identidade militar desde os primórdios da instituição. O capítulo discorre, também, sobre a crise militar nos anos 20 e acerca dos motivos alegados pelos revoltosos para uma ação armada. No segundo capítulo são feitas considerações sobre os primeiros levantes, bem como sobre o início da repressão e da tortura nas prisões, através da criação de uma delegacia especializada para punir crimes políticos. São apresentadas algumas lideranças rebeldes e legalistas e analisa-se, também, o início da reelaboração de suas identidades profissionais, buscando compreender a origem deste acontecimento, dentro do contexto vivido por aqueles militares. O terceiro capítulo descreve o cotidiano dos revoltosos nos presídios do Rio de Janeiro e de São Paulo, ilhas e campos de desterro, pelos quais passaram, a tortura, as condições precárias, as adversidades vividas dentro de um sistema prisional sob o sítio. O quarto capítulo mostra, por fim, uma história de resistência e luta dos prisioneiros pela sobrevivência e pela liberdade, através de uma batalha judicial, do envio de correspondências e de denúncias à imprensa e ao poder judiciário e legislativo, e da solidariedade entre companheiros, na prisão e no exílio.

---

[40] REVEL, J. Microanálise e construção do social. In: REVEL, J. (org.). **Jogos de Escalas:** a Experiência da Microanálise. Rio de janeiro: FGV, 2000.

[41] GINSBURG, C. **O queijo e os vermes:** o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela inquisição. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

[42] GRIBAUDI, Maurizio. Escala, pertinência, configuração. In: REVEL, J. (org.) **Jogos de Escalas.** A Experiência da Microanálise. Rio de Janeiro: FGV, 1998.

[43] Ibid.

CAPÍTULO 1 – O *ethos* e a identidade militar

1.1 Fronteiras simbólicas entre militares e civis: Uma rivalidade histórica.

Quando me propus a estudar as revoltas militares da década de 20, do século passado, decidi iniciar pelo ponto que me parecia mais próximo de algumas lideranças militares do episódio conhecido por "18 do Forte". Dentre outros revoltosos que haviam inaugurado uma longa fase de insurreições militares, somente encerradas em 1930, os líderes desse episódio tinham vivenciado um dos mais famosos, e possivelmente o mais dramático, dos embates havidos nessa década, no Forte de Copacabana. Desse modo, visitar esse quartel de artilharia era a primeira possibilidade que se me apresentava para conseguir pistas sobre eles, para além do que revelavam as obras escritas sobre o assunto, com seu foco restrito às refregas, pistas essas que me permitissem enxergar o homem, o ser humano por trás do evento.

Ao visitar pela primeira vez o Forte de Copacabana, tendo conhecimento de toda a trama que ali se passara, devido ao estudo do levante de 1922 [44] em pesquisa anterior, a primeira impressão que tive foi a de visualizar, de forma imaginativa, porém automática, as cenas que ali haviam ocorrido. Nos diversos locais do quartel que entrava, lembrava-me das situações narradas pelos historiadores como se fossem flashbacks de um filme, no qual se desenrolava a trama. Conhecia detalhes da história: os personagens envolvidos, traços de seus tipos físicos e psicológicos, os tipos de canhões, da Kruup, seu alcance; quem operava essas armas, o desenrolar cronológico dos fatos, a pressão das forças legalistas, os imprevistos e as sabotagens ocorridos, as adesões e as fugas, a tensão criada pelo bombardeio dos encouraçados, os momentos de traições e de ousadia.

Os dias vividos, ali, pelos rebeldes, passaram diante dos meus olhos, assim como as situações intensas experimentadas por eles. Lembrei-me, então, das palavras de Michael Pollak, ao afirmar que o "patrimônio arquitetônico, seu estilo, as paisagens, as datas e os personagens históricos", dentre outros elementos, "são lugares de memória",[45] cheios de impressões possibilitadoras da recriação do fato histórico, "um fato histórico com alma", carregado de significados e isento de anacronismos.

---

[44] Esse estudo foi sobre 1924, mas havendo, em 1922, eventos anteriores, foi necessário um estudo detalhado desse levante. Ver: ARAGÃO, Isabel Lopez. **1924:** A Revolução que começou em 1889. 2006. 385 f. Monografia (pós-graduação em História do Brasil). Faculdade de Formação de Professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. São Gonçalo, 2006.

[45] POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, nº 3, 1989, p. 3-15.

Realizando a pesquisa no próprio quartel onde teriam exercido sua profissão, a partir da documentação fornecida pela Seção de Pesquisa Histórica e Museológica do Museu Histórico do Exército e Forte Copacabana, então chefiada pelo Capitão João Rogério de Souza Armada, foi-me possível estudar a atuação cotidiana dos revoltosos, no exercício de suas funções neste quartel. Foi possível encontrar documentos que me permitissem estudar a Escola na qual se formaram - Escola Militar do Realengo; os cursos que fizeram; o conjunto de leituras que os influenciaram para além do ambiente familiar; as nomeações para cargos diferenciados, as funções exercidas no quartel, chegando ao dia-a-dia do estabelecimento e à distribuição de suas funções, num dos mais importantes quartéis de artilharia da década estudada. A observação dos registros de suas atividades, através dos Boletins Regimentais, e do próprio ambiente em que passavam a maioria das horas em que viveram,[46] significou a primeira aproximação, com os oficiais, como indivíduos, ainda que vinculados a um ambiente profissional repleto de significados inerentes ao universo militar. O aprofundamento acerca do cotidiano profissional, somado a dados biográficos, mais amiúde, a princípio encontrados nas fontes escritas e, a posteriori, através do contato com familiares de alguns militares envolvidos nos levantes, permitiram que me transportasse no tempo, me aproximando de suas histórias.

A permanência de dois anos - julho de 2007 a julho de 2009 - em visitas semanais ao Forte Copacabana, à procura de fontes, que me permitissem uma pesquisa mais intensa, foi fundamental para a compreensão do universo de valores que compartilhavam. Ao mesmo tempo em que desejava aprofundar dados sobre os militares que lá serviram no passado, pude conviver com oficiais e praças, e até mesmo com civis, sob regime de contratação, tendo essa convivência favorecido uma introdução ao entendimento de como se davam as relações entre os militares, de diversos graus hierárquicos, e destes para com os civis, já que esses eram dois momentos em que essas relações guardavam peculiaridades, remetendo a um código de valores que permeava a instituição, tanto no presente, como no passado.

Pretendia me aproximar do universo militar, sempre tendo em mente a possibilidade de escolhas dos indivíduos, acreditando ser necessário, para tanto, a atenção sobre a relação entre a psicologia individual e o imaginário coletivo, trabalhando "sobre a intersecção entre as diferentes durações", entre "o vivido individual e as estruturas." [47]

---

[46] Mesmo o ambiente estando modificado em relação à época, o conhecimento dos fatos históricos permitiu uma compreensão muito maior de elementos necessários à pesquisa.

[47] GRIBAUDI, Maurizio. Escala, pertinência, configuração. In: REVEL, J. (org.) **Jogos de Escalas.** A Experiência da Microanálise. Rio de Janeiro: FGV, 1998.

Era o momento de explorar a diferença que separava um indivíduo socializado por uma instituição militar, diferenciando-o, em primeiro lugar, de nós, pesquisadores, para em seguida, compreender particularidades do pensamento militar e deste em relação ao pensamento civil. Isso para mim era um ponto imprescindível a uma investigação que pretendesse clareza: investigar a partir da diferença, o código de valores que muitos deles de muitos modos compartilhavam e representavam, tomando como ponto de partida uma experiência dentro de um quartel, para chegar à motivação de alguns personagens escolhidos, por mim, para acompanhamento de suas trajetórias. A idéia de reconstruir analiticamente esta diferença era fundamental à compreensão do código de valores que possuíam, principalmente porque nestes valores, somados às convicções pessoais, estavam os parâmetros nos quais pautaram suas escolhas.

O alcance dessas especificidades, na forma de enxergar o mundo, dos militares, e entre estes e os civis era importante, porque já percebia que fundamentavam suas escolhas a partir da apropriação[48] de um código de valores ditado pela corporação, criado, ao longo da existência desta, e, portanto, portador de permanências medievais; somadas ao mesmo tempo a afirmação de valores individuais e sociais desse mesmo militar. No mesmo homem percebíamos, então, a intersecção entre a duração breve e longa, "a intersecção do movimento rápido e da mutação consciente com aquilo que é lento e inconsciente." [49] O movimento rápido compreendia o indivíduo, único diante dos demais homens da sociedade e o homem social, inserido em questões políticas, sociais, econômicas, um homem de seu tempo. O movimento lento, por sua vez, dizia respeito ao homem ressocializado em uma instituição com valores de longuíssima duração: o Exército, sem que por isso perdesse sua individualidade. Isso se tornou claro à minha análise, pois, estudando há alguns anos a ruptura da qual foram protagonistas os revoltosos dos quais trata o trabalho, percebia certo fracasso na finalidade da instituição, na uniformização de mentes e corpos,[50] à medida que esses valores não se sobrepunham às escolhas do indivíduo, podendo, apenas, somarem-se a elas, durante o processo de apropriação[51] desses valores.

---

[48] CHARTIER, Roger. "Cultura Popular": revisitando um conceito historiográfico. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 8, n. 16, 1995, p.179-192.

[49] GRIBAUDI, Maurizio. Escala, pertinência, configuração. In: REVEL, Jacques (org.) **Jogos de Escalas**. A Experiência da Microanálise. Rio de Janeiro: FGV, 1998.

[50] FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**. Nascimento da Prisão. 17ª ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

[51] CHARTIER,op. cit., nota 48.

> [...] se nos colocarmos numa perspectiva mais holista, que envolva os quatro anos do curso, e mais além, que situe a experiência da formação na AMAN como uma etapa da carreira militar, o caráter de "instituição total" passa a ser visto como transitório e passageiro. Creio que, nessa perspectiva, se perde mais do que se ganha ao classificar como "total" a instituição militar, em particular as academias militares, pois as divergências com o modelo de Goffman são grandes, apesar de várias semelhanças formais. [...] Em primeiro lugar, inexiste uma divisão rígida entre "equipe dirigente" e "internos" (*inmates*). Na cadeia de comando militar não há uma separação da mesma natureza. Embora haja uma barreira intransponível entre oficiais e praças, dentro dessas divisões existem fortes mecanismos de mobilidade social com base no mérito individual. Dentro do corpo de oficiais, as diferenças entre as posições são de grau, não de qualidade. O comandante e os chefes dos cadetes na AMAN já foram, um dia, cadetes – fato recorrentemente enfatizado. Ao contrário das instituições totais típicas, a comunicação informal e o estabelecimento de relações afetivas entre cadetes e oficiais são crescentemente estimulados ao longo do curso. Embora o respeito e a precedência hierárquica devam ser sempre observados, busca-se o estabelecimento de vínculos afetivos entre cadetes e oficias. Estes devem, no cotidiano da vida militar, "dar o exemplo", servindo assim de modelos para os cadetes.
> [...] é importante destacar que Goffman trata principalmente dos estabelecimentos de participação compulsória. Numa academia militar, ao contrário, só fica quem quer. Apesar dessas observações críticas em relação à utilização do conceito de "instituição total" para classificar a vida na caserna, reconheço que resta uma qualidade característica do mundo militar que é preciso de algum modo tentar definir.[52]

Durante minha permanência dentro do quartel, procurava capturar uma realidade histórica que, para ser atingida, dependia de observação, de tempo e do exercício de tentar me colocar num certo grau de abstração em relação aos valores civis e da tentativa de colher, através de pequenas atitudes cotidianas, traços, indícios, a visão de mundo, desse grupo de homens, "agora" já imersos em valores próprios à profissão.

Embora visse na criação de uma identidade profissional, um fenômeno inerente a qualquer profissão, compreendi rapidamente que valores como disciplina e hierarquia, eram [são] essenciais ao êxito da organização militar, tanto na paz como na guerra; e que, a conservação destes dois princípios exigia a manutenção de um conjunto de práticas cotidianas – confirmadas em diversos cerimoniais - a serem respeitadas, fundamentadas em valores nutridos por tradições seculares; bem como, que se tratava de princípios, práticas, valores e tradições bastante diferenciados daqueles encontrados no restante da sociedade.

Sabia, pelo exercício da pesquisa, que a rivalidade entre civis e militares tinha raízes históricas que não se podia ignorar. Estas se iniciavam na estruturação da instituição no Brasil, em novas bases, transplantada que foi do velho mundo, com sua organização interna e seus valores, durante o processo de colonização.

---

[52] Castro afirma que "Goffman inclui quartéis (p. 17, 21) e academias militares como exemplos de instituições totais (p. 24-25 e 55), embora utilize como referências básicas, para a construção de seu "tipo ideal", as prisões e os manicômios. Quando se refere às academias militares, sua única fonte é o texto de Sanford M. Dornsbuch, "The Military Academy as an Assimilating Institution" (1955), no qual o autor relembra e analisa sua experiência como cadete da Academia da Guarda Costeira dos Estados Unidos. Dornsbuch permaneceu nessa academia militar apenas dez meses, de um curso total de quatro anos. Ver CASTRO, Celso. **Goffman e os Militares:** sobre o conceito de instituição total. Disponível em: <http://www.aman.ensino.eb.br/>. Acesso em: fev. 2009.

Com a convivência no meio militar durante esses dois anos entendi que, "a força do processo de construção de fronteiras simbólicas," [53] que está na base da identidade militar, ainda que não obtivesse como resultado a proeza de submeter às mentes humanas, era muito forte. Castro afirma que se trata de um processo que resulta na existência de "qualidades claramente distintivas entre 'militares' e 'civis' (ou 'paisanos'), entre o 'aqui dentro' (o 'meio" ou "mundo militar') e o 'lá fora' (o 'meio' ou 'mundo civil')" facilmente perceptíveis quando se convive com o cotidiano militar. Segundo ele, isso ocorreria porque "ser militar não é uma profissão que se restrinja à jornada de trabalho." Este autor cita o artigo 13 do Estatuto dos Militares[54], no qual aparece a determinação de que a disciplina e o respeito à hierarquia, reconhecidamente pilares da instituição, "devem ser mantidos em todas as circunstâncias da vida entre militares da ativa, da reserva remunerada e reformados." [55] Para reforçar o sentimento corporativo construído no dia a dia, na instrução e aplicação da disciplina cotidiana, há ainda o convívio entre os militares em eventos, respeitando-se os círculos militares.[56]

> Ao longo da vida militar, há também uma grande concentração de interações dentro de um mesmo "círculo social", [...] com isso, o "mundo militar" torna-se mais diferenciado, enquanto a individualidade de seus integrantes torna-se mais indiferenciada. [...] Na vida militar, para além do ambiente de trabalho, os locais de moradia, de lazer e de estudo são também, em grande medida, compartilhados. Essa característica estende-se para cônjuges e filhos, englobando toda a "família militar". A interação social endógena é estimulada, tanto formalmente, através eventos de confraternização organizados pela instituição, quanto informalmente, através de encontros sociais organizados por colegas de "família militar.[57]

---

[53] CASTRO, Celso. **Goffman e os Militares:** sobre o conceito de instituição total. Disponível em: <http://www.aman.ensino.eb.br/>. Acesso em: fev. 2009.

[54] Artigo 13, parágrafo 3º do Estatuto dos Militares (Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980). Ibid.

[55] O autor chama a atenção "para o fato de que a obrigação se estende para além do serviço ativo, incluindo os aposentados, e também para a expressão "em todas as circunstâncias da vida". Ibid.

[56] Mesmo fora dos quartéis, os militares estão formalmente sujeitos, por exemplo, a padrões prescritos de comportamento e aos limites impostos pelos "círculos hierárquicos", definidos no artigo 15º do Estatuto dos Militares como "âmbitos de convivência entre militares de uma mesma categoria", com a finalidade expressa de "desenvolver o espírito de camaradagem, em ambiente de estima e confiança, sem prejuízo do respeito mútuo." Esses círculos hierárquicos regulam, por exemplo, regras de comensalidade — sargentos e oficiais não podem sentar-se à mesma mesa. Não respeitar esses círculos levaria a uma das situações mais temidas pela instituição: a "promiscuidade hierárquica." São Círculos do Exército: Oficiais - Oficiais-Generais ou Marechais (em caso de guerra. Oficiais Superiores: (coronéis, tenentes-coronéis e majores); Oficiais Intermediários: (capitães); Oficiais Subalternos: (tenentes). Praças: Subtenentes e Sargentos; Cabos e Soldados. CASTRO, op. cit., nota 53. São Círculos da Marinha: Oficiais - Oficiais-Generais - Almirante (em caso de guerra), Almirante-de-Esquadra, Vice-Almirante, Contra-Almirante; Oficiais Superiores - Capitão-de-Mar-e-Guerra, Capitão-de-Fragata, Capitão-de-Corveta. Círculo de oficiais Intermediários: Capitão-Tenente, Círculo de Oficiais Subalternos, Primeiro-Tenente, Segundo-Tenente. Obs: O ordenamento hierárquico dos praças da Marinha do Brasil ocorre de forma idêntica ao dos oficiais, estão divididos por círculos e obedecem aos mesmos critérios: Círculo de Suboficiais e Sargentos: Suboficial, Primeiro-Sargento, Segundo-Sargento, Terceiro-Sargento. Círculo de Cabos, Marinheiros e Soldados: Cabo, Marinheiro e Soldado. Sobre Circulos da Marinha ver site disponível em: <htpp://www.mar.mil.com.br/>. Acesso em: out. 2010.

[57] CASTRO, op. cit., nota 53.

Esse tipo de convivência complementa o treinamento tornando a individualidade de seus integrantes mais indiferenciada quando se trata da formação de um espírito de corpo, com um código de valores próprio, que irá nortear as ações militares.

Certa vez, conversando com um capitão do Exército a esse respeito, disse-me ele que pequenos detalhes cotidianos podiam ser observados nas atitudes dos militares que os diferiam dos civis. Como exemplo, disse-me que num estacionamento jamais um militar ocuparia duas vagas, como muitos "paisanos" fariam. Repetia que quaisquer situações cotidianas poderiam seguir o mesmo tipo de conduta. Com esse e outros exemplos, que apreendi observando como se davam as relações envolvendo questões, as mais elementares, e aparentemente corriqueiras do dia a dia, o oficial pretendia me fazer compreender, que havia algo além de um *ethos*[58] militar, construído a partir de ensinamentos contidos nas histórias, que compunham a memória institucional. Forjava-se, na caserna, não somente um entendimento da hierarquia e de certos valores aplicáveis a homens de guerra, como a coragem e a bravura. Estavam também, os militares, imersos numa "rede de relações com regras próprias," construídas nas relações interpessoais, constituídas por "princípios éticos e morais corretos e sãos" que os tornava, ou melhor, faziam com que se sentissem diferentes dos civis, até mesmo nas ações cotidianas.[59]

Nesse sentido, os mecanismos de socialização da caserna forjariam uma identidade militar "reconhecida a partir da idéia de pertencimento a um mundo de dentro," advinda da "constante atualização de princípios de entendimento da realidade", mas, não só inerentes ao convívio no período de trabalho, e sim, de caráter holista.[60] Partindo-se dessa premissa, posso concluir que o comportamento do militar é prescrito por uma disciplina absorvida não só nos regulamentos e treinamentos militares, mas, também nas relações cotidianas, entre militares e seus familiares, que também compartilham desse código de valores.[61] Juntos, regulamentos, treinamentos e convivência, prevêem condutas rigorosas "tanto para uma atuação em combate, quanto para um desfile, ou para entrar num elevador", não sendo possível "dissociar

---

[58] Sobre o *ethos* militar farei uma análise ao longo do trabalho. Ver GUEERTZ, Clifford. **A Interpretação das Culturas.** Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

[59] ALBERTINI, Lauriani Porto. O Exército e os outros. In: CASTRO, Celso e LEIRNER. Piero, (orgs.). **Antropologia dos Militares.** Reflexões sobre pesquisa de campo. Rio de Janeiro: FGV, 2009, p. 81.

[60] LEIRNER, Piero. Etnografia com militares: fórmula, dosagem e posologia. In: CASTRO, Celso e LEIRNER. Piero, (orgs.). **Antropologia dos Militares.** Reflexões sobre pesquisa de campo. Rio de Janeiro: FGV, 2009, p. 42.

[61] Sobre o acompanhamento das relações conjugais e entrevistas com esposas de militares ver CHINELLI, Fernanda. Pesquisa e aliança: o trabalho de campo com mulheres de militares In: CASTRO, Celso e LEIRNER. Piero, (orgs.). **Antropologia dos Militares.** Reflexões sobre pesquisa de campo. Rio de Janeiro: FGV, 2009, p. 91-105.

a etiqueta da disciplina militar." [62] O militar Henrique Loot refere-se a um preparo para a vida, além do preparo para a guerra.

> E o fato de servir traz ainda outra vantagem, porque o Exército não ensina apenas um cidadão a se preparar para a guerra, mas dá educação, ensina a obedecer, ensina a cumprir o seu dever, ensina as primeiras letras, ensina ginástica, tornando os soldados mais fortes, mais capazes; o Exército nivela. [...] Não é só a formação profissional para a eventualidade de uma guerra, mas essa formação cívica e moral que é muito útil para o brasileiro.[63]

O caminho traçado até aqui, por minha análise, almejava mostrar o foco principal, no qual residia o conflito inicial, entre civis e militares, em qualquer tempo histórico. Cheguei à constatação de que o transbordamento da estrutura hierárquica, de suas relações internas, e de sua idéia de ética, elementos norteadores de sua conduta na sua interação com o "mundo de dentro," [64] para fora dos muros da caserna, dá a esses militares "a percepção e a interação dos militares com o 'mundo de fora'", segundo "critérios homólogos à sua organização interna. Nesse sentido, tais mecanismos, simbólicos e sociológicos, determinam como os militares classificam, ordenam e idealmente codificam, processam e negociam sua identidade com os civis a partir dessa fronteira primordial entre o 'dentro' e o 'fora'." [65]

Diante da percepção da realidade a partir desses parâmetros, concluo que, nas relações entre militares e civis, há um choque de idéias porque os primeiros fundamentam as ações dos membros do "mundo de fora", nos mesmos parâmetros que existem no "mundo de dentro," avaliando as ações dos civis segundo padrões de conduta próprios ao *ethos* militar. Sendo assim, situações ou atitudes que para os militares teriam certo grau de importância, representariam circunstâncias normais e até corriqueiras para os civis, e/ou vice e versa, criando uma falta de sincronia entre os valores desses grupos que se tornou histórica.

---

[62] Leirner usa o termo etiqueta, para diferenciar a ética representativa de uma conduta "moral", de uma ética mais voltada para o comportamento em situações cotidianas. Penso que as duas formas de conduta estão unidas na ética (ethos) militar, embora compreenda que para efeito de explicitação seja um recurso bem interessante. LEIRNER, Piero. Etnografia com militares: fórmula, dosagem e posologia. In: CASTRO, Celso e LEIRNER. Piero (orgs.). A**ntropologia dos Militares.** Reflexões sobre pesquisa de campo. Rio de Janeiro: FGV, 2009, p. 42. O desenvolvimento do conceito por Gueertz é mais abrangente: *"O ethos de um povo é o tom, o caráter e a qualidade de sua vida, seu estilo moral e estético e sua disposição, é a atitude subjacente em relação a ele mesmo e ao seu mundo que a vida reflete."* GUEERTZ, Clifford. **A Interpretação das Culturas.** Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

[63] LOTT, Henrique. **Série de entrevistas**. Disponível em: <http://www.cpdoc.fgv.br>. Acesso em: out. de 2005.

[64] Estes termos: "dentro," "fora," "mundo de dentro," "mundo de fora" são usados com frequência nos textos de Antropologia reunidos em CASTRO, Celso e LEIRNER, Piero (orgs.) op. cit., nota 62.

[65] CASTRO, Celso. **Goffman e os Militares**: sobre o conceito de instituição total. Disponível em: http://www.aman.ensino.eb.br/>. Acesso em: fev. 2009. Ver também ALBERTINI, Lauriani Porto. O Exército e os outros. In: CASTRO, Celso e LEIRNER. Piero (orgs.), op. cit., nota 62, p. 81.

Como a construção dos valores militares está fundamentada na memória institucional, e estes caminham rumo a uma transposição no tempo, trazendo ao presente concepções e valores de tempos idos, do período de formação do Exército no Brasil e quiçá de suas origens portuguesas,[66] penso que a instituição deva ser estudada a partindo-se desse princípio.

Pretendendo estender a compreensão do "mundo de dentro" às heranças históricas dessa instituição, realizando assim uma conexão entre elementos do passado e do presente, elementos estes que, para efeito de construção da memória do Exército, vão sendo constantemente reelaborados, é necessário que vejamos alguns pontos de sua formação e, principalmente, como foi construído, historicamente, o conflito entre civis e militares.

1.2 Os oficiais

De um modo geral, a colonização da América portuguesa, teria nos deixado como herança concepções clássicas e medievais de organização e hierarquia, acrescidas de sistemas de graduação próprios da realidade da América.[67] Por sua condição de país colonizado, todo um aparelho institucional e burocrático, semelhante ao que havia em Portugal, teve que ser trazido para as regiões coloniais, e, adaptado à realidade aqui encontrada. O recrutamento do corpo de oficiais obedeceu a essa prática, escolhendo-os dentre uma elite, remontando à tradição do recrutamento dos oficiais em Portugal, feito a partir de membros do Colégio de Nobres de Lisboa, da Academia de Marinha ou, ainda, da instituição do cadetismo.[68] Para ingressarem nestas instituições portuguesas, era exigida a qualidade de nobreza e, por isso, se os pretendentes ao oficialato eram provenientes dessas escolas, acima citadas, o corpo de oficiais do Exército português era formado por membros com linhagem nobre comprovada. A adaptação desse sistema ao Brasil colonial, contudo, exigiu uma flexibilização desses critérios, pois, grupos ávidos por títulos de fidalguia - os únicos concedidos na colônia e somente aos primeiros senhores que aqui chegaram - e ansiosos por títulos de nobreza, concedidos pela Coroa, "ocupavam cargos municipais, realizavam cerimônias religiosas e praticavam exercícios militares, buscando, através de tais ocupações, oportunidades para

---

[66] CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vitor e KRAAY, Hendrik, (orgs.). **Nova História Militar Brasileira.** Rio de Janeiro: FGV, 2004, Introdução.

[67] SCHWARTZ, Stuart B. **Segredos Internos.** Engenhos e Escravos na Sociedade Colonial 1550-1835. São Paulo: Cia das Letras, 1988, p. 210-3.

[68] CARVALHO, José Murilo de. **O Brasil Republicano.** Sociedade e Instituições (1889-1930). Tomo III, Capítulo V, 2ª ed. Rio de Janeiro: Difel, 1978. Coleção História Geral da Civilização Brasileira. 2º volume, p. 186.

demonstrar status e auferir honrarias." [69] Exerciam o serviço militar, haja vista o fato dos conceitos medievais de nobreza também fundamentarem-se nesta "profissão das armas", conferindo aos guerreiros recompensas.[70] Podíamos encontrar os seguintes grupos de organização militar nesse período: as tropas de 1ª linha, também chamadas de forças de linha, comandadas por soldados profissionais; as milícias locais, como tropas de segunda linha e, por fim, as ordenanças, correspondendo à terceira linha das unidades locais. As duas últimas eram comandadas por senhores de engenho da região, que preferiam as milícias locais, para conciliarem a profissão das armas com seus negócios, sem a necessidade de se ausentarem.[71]

Como podemos observar, a graduação militar era uma extensão e confirmação de posição social. Uma patente de oficial miliciano, assinada pelo rei, era uma forma indireta de legitimação de seu status de nobre, já que não o conseguiam de outra forma. Além disso, eram autorizados a portar espadas e andar a cavalo - atributos nobres – e, mesmo que não recebessem soldo, seus filhos podiam tornar-se cadetes, cargo exclusivamente destinado aos filhos de nobres.

Nos anos que se seguem, disposições reais de 1809 e 1820, permitem o alistamento dos filhos desses oficiais, como cadetes. A próxima geração de cadetes foi, portanto, composta dos "filhos de oficiais das forças de linha e das milícias, bem como das ordenanças, e de pessoas agraciadas com o hábito de ordens honoríferas." Sendo assim, se o candidato a cadete, em Portugal, tinha que provar origem nobre "de quatro costados," no Brasil, o recrutamento foi se estendendo às gerações subseqüentes, aos filhos de oficiais luso-brasileiros e senhores de engenho, oficiais dessas milícias, e assim sucessivamente.[72] Ou seja, a seleção de oficiais teria sido feita a partir dos quadros existentes, a fim de formar aquilo que se podia considerar um projeto de corporação, sendo sua composição basicamente restrita aos filhos das elites. Posteriormente foram criados os títulos de segundo-cadete, para filhos de

---

[69] CARVALHO, José Murilo de. **O Brasil Republicano.** Sociedade e Instituições (1889-1930). Tomo III, Capítulo V, 2ª ed. Rio de Janeiro: Difel, 1978. 2º volume, p. 232 (Coleção História Geral da Civilização Brasileira).

[70] Ibid, p. 232. As guerras contra índios (gentios) no séc. XVI e contra holandeses no séc. XVII, por exemplo, propiciaram oportunidades para exercer tal profissão. Evaldo Cabral de Mello dá um exemplo admirável de como os senhores julgam-se merecedores de reconhecimento, pelas lutas que empreenderam contra os holandeses. De certa forma, a atitude da Coroa, ao não reconhecer o mérito dos homens que lutaram, teria gerado ressentimentos, nesses componentes de milícias, sendo esse um dos motivos para os conflitos que ocorreram nessa região. Cf. MELLO, Evaldo Cabral de. **A Fronda dos Mazombos.** São Paulo: Cia das Letras, 1995.

[71] *[...] na Bahia, foram criadas as milícias locais e em 1612 havia no Recôncavo doze companhias de milícias. Em 1626, tropas de primeira linha foram organizadas com um regimento de 2500 soldados, comandadas por soldados profissionais.* Ainda segundo Schuartz, em 1800, existiam, somente no Recôncavo Baiano:*[...] seis regimentos de milícias, com oficiais graduados, todos senhores de engenho, ocupando 705 destes cargos. Em fins da era colonial, praticamente todos os postos de coronel e muitos dos de capitão nos Regimentos do Recôncavo, eram ocupados pelos senhores de engenhos,* razão pela qual, no início da República ainda recebiam essa forma de tratamento. Ver SCHWARTZ, Stuart B. **Segredos Internos**. Engenhos e Escravos na Sociedade Colonial 1550-1835. São Paulo: Cia das Letras, 1988, p. 232.

[72] CARVALHO, op. cit., nota 69, p. 186.

oficiais menos graduados do Exército ou da Guarda Nacional, e, de "soldado particular" para filhos de funcionários públicos de cargos importantes e comerciantes ricos.[73] Para todos esses inexistiam pré-requisitos para o acesso aos cargos superiores.

Em seis de setembro de 1850, o ministro Manoel Felizardo de Sousa e Melo[74] cria uma lei que muda os critérios de recrutamento para o quadro de oficiais, representando, no meu entendimento, um marco divisório para o desinteresse dos civis pela profissão militar. Fixando normas rígidas para as promoções, valorizando o curso da academia, o tempo de serviço prestado ao Exército e o mérito, a nova legislação fez com que o oficialato deixasse de ser uma força ligada a privilégios, transformando-se "em uma corporação relativamente profissionalizada e racional". A lei determinava que os oficiais de engenharia, artilharia e estado-maior, fizessem cursos universitários relacionados às suas armas. Além disso, os pretendentes ao oficialato que ingressassem no Exército, "para atingirem os postos mais elevados, deveriam passar pelos quadros inferiores, servindo nas casernas", obedecendo a um critério de promoções internas.[75] Essa lei teve como conseqüências uma série de fatores: em primeiro lugar, os soldos para oficiais eram baixos, fator que, associado às novas exigências de formação, tornava o cargo de oficial pouco atrativo, já que antes era concedido (conquistado), sem nenhum esforço. E foi, precisamente, essa mudança que fez com que os filhos das elites optassem pelas carreiras de Direito e Medicina, almejando cargos políticos no futuro, obtendo, assim, com mais facilidade, participação na estrutura do poder imperial. Uma segunda consequência, foi que, com o afastamento desse grupo, ingressaram no Exército membros de poder aquisitivo inferior, que pretendiam seguir a carreira militar. Esses, somados aos chamados "tarimbeiros", que, ao lutarem nos conflitos platinos alcançando suas patentes, por mérito, alterariam profundamente a composição do oficialato. Tais medidas geraram insatisfações nos componentes da instituição, pois os baixos soldos para oficiais, associados às novas exigências de formação desvalorizavam a profissão, enquanto os cargos públicos para civis, especialmente aqueles formados em Direito, os "bacharéis," eram enaltecidos. Essa insatisfação criaria uma cisão significativa entre civis e militares trazendo conseqüências futuras.

---

[73] CASTRO, Celso. **Os Militares e a República.** Um estudo sobre a cultura e ação política. Rio de janeiro: Zahar, 1995, p. 26.

[74] Este militar, luso-brasileiro, formou-se na Universidade de Coimbra antes de ingressar na carreira militar. Foi ministro de 8 de março a 31 de maio de 1848, retornando ao cargo em 29 de setembro de 1848, permanecendo até 6 de setembro de 1853. Reaparece no cargo em 12 de fevereiro de 1859, permanecendo até 10 de agosto de 1859.

[75] SCHULZ, John. **O Exército na Política**: origens da intervenção militar, 1850, 1894. São Paulo: EDUSP, 1994, p. 26-7. Ver também NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das; MACHADO, Humberto Fernandes. **Império do Brasil.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985, p. 430.

1.3 Os praças

O recrutamento de praças do Exército, sempre fora realizado em regime de voluntariado e, invariavelmente, das classes baixas, havendo um decreto, de 1835, que legitimava o recrutamento forçado como alternativa ao não suprimento do contingente pelo voluntariado.

Durante o Império, percebe-se a existência de uma sociedade hierarquizada por princípios de "pureza de sangue", que por sua vez classificava seus integrantes como membros de classes "nobres" ou não. Essa hierarquização se reproduzia dentro do Exército, na escolha de seus quadros. Com a Guerra do Paraguai seu corpo de combatentes recebeu grande contingente de escravos, que pretendiam, através da atuação na Guerra, conquistar a libertação. Além disso, em tempos de paz, eram recrutados retirantes nordestinos, desempregados e presidiários. Essa forma de recrutamento teria aumentado o preconceito, por parte das classes altas, em relação ao Exército, que por sua vez também teria nutrido ressentimentos para com a sociedade civil, sentindo-se marginalizado.

Os oficiais também se sentiam desprezados, especialmente se comparados às oficiais da Guarda Nacional, criada em 1831, onde estavam representados os grupos de renda mais alta do país, podendo exercer o cargo:

> [...] nas cidades do Rio de Janeiro, Bahia, Recife e seus respectivos termos:
> 1º. todos os cidadãos brasileiros que podem ser Eleitores, contanto que tenham menos de 60 anos de idade e mais de 21;
> 2º. os cidadãos filhos famílias de pessoas que têm a renda necessária para serem Eleitores, contanto que tenham 21 anos de idade para cima.
> Em todos os outros Municípios do Império [...]
> 1º. os cidadãos que têm voto nas eleições primárias uma vez que tenham 21 anos de idade até 60;
> 2º. os cidadãos filhos famílias de pessoas que têm a renda necessária para poderem votar nas eleições primárias, contanto que tenham 24 anos de idade para cima.[76]

Com a lei de 1850, já mencionada, o quadro de oficiais se democratiza, em relação às praças, pois, atuação na guerra permitia a um praça vislumbrar a possibilidade de se tornar um "oficial de carreira", podendo, como promoção pela participação na guerra, inclusive, retornar com outra patente. Essa será a segunda causa de democratização das patentes de oficiais, aceitando-se grupos sociais de poder aquisitivo mais baixo, para o oficialato, a partir das praças. Todas essas questões contribuirão para abrandar a distância social entre oficiais e praças e, consequentemente aprofundar aquela já existente entre militares e civis.

---

[76] Coleção das Leis do Império do Brasil de 1831, p. 51 apud MATTOS, Ilmar Rhollof de; GONÇALVES, Márcia de Almeida. **O Império da Boa Sociedade.** A consolidação do Estado imperial brasileiro. 9ª ed. São Paulo: Atual, 1997. (Brasil, Análise e Crítica), p. 27-8.

Com vistas à regulamentação do recrutamento para a Guerra foi emitido, pelo governo imperial, o decreto 3371, de 7 de janeiro de 1865, criando os corpos de Voluntários da Pátria. Os alistados receberiam, conforme o mesmo decreto, um soldo diário de 300 réis, uma indenização, em dinheiro, e terras, quando dessem baixa - 22500 braças quadradas nas colônias militares ou agrícolas - tendo preferência também na ocupação de cargos públicos, "além de outras honrarias militares ou pensão por invalidez ou morte".[77] Ainda assim, como o Exército não oferecia prestígio social, o recrutamento forçado foi necessário, como nos mostra a citação a seguir:

> [...] muitos rapazes evitavam sair de casa e só o faziam disfarçados de mulher, para burlar a vigilância dos fiscais. Para contribuir com o esforço da guerra, o governador paulista, Tavares Bastos, usou uma estratégia até mesmo cômica: convidou a população para ouvir música no Largo do Palácio e, na melhor parte da apresentação, ordenou que a polícia cercasse o praça e aprisionasse todos os homens aptos para o serviço militar.[78]

Todavia, se alguns voluntários estavam longe de ser patriotas, apresentando-se, espontaneamente, para "defender a Pátria", para outros, a Guerra do Paraguai irá despertar um sentimento patriótico, especialmente em jovens de outras classes, reformulando o quadro de praças, que até então era marginalizado. Nesse caso, "ser soldado do exército deixava de ser uma humilhação e um castigo, para ser um ato de patriotismo." [79]

Ainda assim, como foi dito, o grosso das tropas era composta por negros, escravos, enviados por seus senhores, que os cediam em troca da obtenção da dispensa de seus filhos ou protegidos, e de indenização. Por outro lado, a caminho das senzalas para os quartéis,[80] os

---

[77] Segundo Salles, o governo imperial emitiu um decreto que criava os corpos de Voluntários da Pátria, em 7 de janeiro de 1865, oferecendo vantagens. Ver essa parte do decreto em SALLES, Ricardo. **Guerra do Paraguai:** escravidão e cidadania na formação do exército. São Paulo: Paz e Terra, 1990, p. 82. A despeito das leis de recrutamento aprovadas em 1874 e 1908, que criavam uma série de concessões, privilegiando grupos financeiros e políticos da elite econômica, somente após a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), e uma longa campanha nacional, deixaria de ser "letra morta". Para que isso ocorresse, desencadeou-se uma campanha promovida pelos seguintes atores: os "jovens turcos", com a criação da revista "A Defesa Nacional", em 1913, para divulgação de suas idéias; a criação da Liga da Defesa Nacional, em 1916, com a introdução de representantes civis e, finalmente, o apoio de Olavo Bilac, filho de militar, poeta e escritor de grande influência no meio civil, especialmente, entre advogados e médicos. Somente aí, em 1916, a lei de 1908 seria cumprida, criando-se a exigência da carteira de reservista para a ocupação de cargos públicos, e, após 1919, o próprio Exército passaria a controlar o processo de recrutamento. Outras medidas foram tomadas para promover a aproximação dos jovens de classe média e alta para o serviço militar, como a criação de Sociedades de Tiro e a ampliação da instrução militar nas instituições de ensino secundário e superior.Ver mais em CARVALHO, José Murilo de. **O Brasil Republicano:** Sociedade e Instituições (1889-1930). Tomo III, Capítulo V, 2ª ed. Rio de Janeiro: Difel, 1978. 2º volume, p. 190-94. (História Geral da Civilização Brasileira).

[78] MORSE, Richard M. Formação Histórica de São Paulo. São Paulo: Difel, 1970, apud LOCONTE, Wanderley. **A Guerra do Paraguai.** São Paulo: Ática, 1994, p. 27.

[79] SALLES, op. cit., nota 77, p. 95.

[80] Salles afirma que Richard Graham e Emília Viotti, são autores que aventam a possibilidade de escravos terem fugido e se apresentado na guerra, todavia, concordo com Salles quanto aos possíveis impedimentos de um escravo conseguir alistar-se, tendo-se apresentado como voluntário, para alcançar a liberdade "oficial," sem uma carta de liberdade: "Pela análise do Aviso de 9 de outubro de 1867, acima citado, infere-se que os escravos apresentados às juntas recrutadoras deveriam vir

escravos almejavam a alforria, conforme a promessa do governo. Todavia, não só escravos participavam desse processo de substituição:

> É bom lembrar que a prática de se apresentar um substituto para o serviço militar, principalmente na Guarda Nacional, era relativamente comum na época (e não apenas no Brasil). O substituto, inclusive, não precisaria ser necessariamente um escravo. Cidadãos livres, em troca de vantagens, favores e compensação financeira, aceitavam apresentar-se como substitutos de outros cidadãos.[81]

As substituições também eram feitas por libertos buscando ascenso, como exemplifica o texto abaixo:

> [...] Esse arrebatamento atingiu não só jovens das elites, mas, também, setores humildes da população. Eduardo Silva retrata o orgulho de Dom Obá II, filho de africanos forros, ao se alistar. O príncipe, em carta, narrou que se apresentou com "30 cidadãos brasileiros, seus conterrâneos, em cujos peitos sobravam entusiasmo e amor à pátria". Esse depoimento desmitifica a visão de que o corpo de Voluntários da Pátria era composto apenas por aqueles incorporados pelo alistamento forçado – "voluntários a pau e corda". Claro que em nome do engajamento compulsório, muitas arbitrariedades foram cometidas contra elementos indesejáveis, pessoas humildes ou adversários políticos. Muitos senhores, para fugir ao recrutamento de seus filhos, enviavam seus escravos. Esses obteriam a alforria e as vantagens consignadas no decreto do imperador. [...] o recurso do alistamento serviu para que muitos jovens tivessem "oportunidade de melhorar de vida, de deixar de ser propriedade de outrem". Dom Obá II, por exemplo, retornou da guerra com a patente de alferes. [82]

Em relação ao recrutamento, mesmo após a Guerra do Paraguai, poucas mudanças ocorreram. Entretanto, a Guerra trouxe consigo uma grande lição: foi preciso um esforço de mobilização nacional e isso fez com que o governo imperial e a classe dominante buscassem recursos humanos fora de uma estrutura social até então rígida, com hierarquias cristalizadas. Foram, então, recrutados para o Exército "elementos qualificados como incapazes de partilhar e conviver com os padrões de civilização do Império," e foram esses homens, "desocupados, vagabundos, malandros e escravos", que servindo nas fileiras do Exército, enfrentaram a primeira guerra contra um inimigo externo.

Esse esforço de mobilização nacional havia promovido a coesão dos militares dentro de uma instituição, que "emergiu da guerra com amplo reconhecimento moral, sem, contudo, contar com espaço de participação e poder social e político condizentes com esse

---

acompanhados de sua carta de liberdade." SALLES, Ricardo. **Guerra do Paraguai**: escravidão e cidadania na formação do exército. São Paulo: Paz e Terra, 1990, p. 73.

[81] Ibid., p. 70.

[82] NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das; MACHADO, Humberto Fernandes. **Império do Brasil.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985, p. 416.

reconhecimento." [83] A partir dessa constatação, não é difícil imaginar-se o sentimento de um oficial, que, após passar por agruras de toda a sorte, numa guerra com duração de 6 anos (1864-1870), poucos anos depois da chegada ao seu país, sofresse sansões como transferências e prisões, com aconteceu a alguns dos ex-combatentes. Tais episódios marcariam um dos mais graves momentos geradores de ressentimentos entre o meio militar e o poder público civil, entre o "mundo de dentro" e o "mundo de fora." [84]

1.4 A questão militar

Em visita ao Rio de janeiro, em 1884, a convite de associações abolicionistas, Francisco do Nascimento, um marinheiro apelidado de Dragão do Mar, participante ativo do movimento que levou ao fim da escravidão no Ceará, foi homenageado pelo, então, tenente-coronel Antônio de Sena Madureira, ex-combatente da Guerra do Paraguai, que na época era comandante da Escola de Tiro de Campo Grande, na Corte.

O Dragão do Mar, como era chamado por haver liderado uma resistência contra o embarque de escravos do porto de Fortaleza para outras províncias, por ocasião do tráfico interprovincial, teve sua homenagem noticiada pela imprensa, o que fez com que Sena Madureira fosse chamado a prestar esclarecimentos por superiores. Em resposta, afirmou ser subordinado, apenas, ao Conde d'Eu, referindo-se ao seu comando no final da Guerra do Paraguai.[85] Como medida disciplinar, foi transferido para o Rio Grande do Sul, tendo, novamente, o episódio, ampla repercussão na imprensa. [86]

Dois anos depois, José Antônio Correia Câmara, o Visconde de Pelotas - um dos poucos generais da Guerra do Paraguai, à época, ainda vivo - conhecido e respeitado por todo o Exército, especialmente por, em março de 1870, em Cerro Corá, ter empreendido

---

[83] SALLES, Ricardo. **Guerra do Paraguai:** escravidão e cidadania na formação do exército. São Paulo: Paz e Terra, 1990, p. 62-63.

[84] CASTRO, Celso. **Goffman e os Militares:** sobre o conceito de instituição total. Disponível em <http://www.aman.ensino.eb.br/>. Acesso em: fev. 2009.

[85] Após o afastamento de Caxias, em 1869, o Conde d'Eu assume.

[86] Há um episódio que antecede ao relatado, de 1884, que ocorreu envolvendo Floriano Peixoto em 1883. Quando este militar foi promovido ao generalato, o Coronel Frias Vilar, sentindo-se preterido, ameaçou usar seu regimento contra o governo caso não fosse promovido. Vilar, apoiado pelo jornal Nihilista, que se intitulava órgão dos trabalhadores, do Exército e da Marinha, acusou Floriano de ser protegido da instituição e foi inicialmente transferido para o Rio Grande do Sul e logo em seguida reformado por "motivos de saúde." Floriano fora promovido por um gabinete liberal, partido que apoiava. Estava na Província de Mato Grosso na ocasião. Com a assunção de Cotegipe, conservador é transferido para Alagoas, onde está quando surge o novo conflito, aqui relatado. Seu nome sequer é mencionado e ele também não opina sobre os fatos. SAES, Guillaume Azevedo Marques de. **A República e a Espada**: A primeira década republicana e o florianismo. 2005. Dissertação (Mestrado em História) - Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005. 139 f. Disponível em: <http//:www.teses.usp.br/teses...tde-28042006-181955-.pdf>. Acesso em: mar. de 2009.

perseguição cerrada a Solano López, abatendo-o pessoalmente - teria se manifestado contra o governo conservador do Barão de Cotegipe, que, segundo ele, desprezava e punia os oficiais que se opusessem ao partido da situação.

Referia-se a Sena Madureira e, também, ao cel. Ernesto Augusto da Cunha Matos, seu companheiro no conflito platino, que havia denunciado diversas irregularidades, constatadas em inspeção às guarnições do Piauí, em fevereiro de 1886, cometidas pelo capitão Pedro José de Lima, este último ligado ao Partido Conservador.

O deputado do mesmo partido, Simplício Resende, em defesa ao seu co-partidário teria tecido críticas à atitude do coronel Cunha Matos, que, por sua vez, teria replicado através da imprensa, sendo preso por tal ato, em junho do mesmo ano.

Sena Madureira, que se encontrava no Rio grande do Sul, aproveitando-se desse fato, publica, então, um artigo no jornal "A Federação", um jornal republicano, de Porto Alegre, de propriedade de Júlio de Castilhos, denunciando as punições sofridas pelos militares, tendo, vários colegas seus, assinado uma declaração de apoio integral, por ocasião desse artigo.

O governo tentou punir Sena Madureira novamente, mas o general Deodoro da Fonseca, que nessa época era presidente da província do Rio Grande do Sul, recusou-se a cumprir as ordens de aplicação de punição ao seu subordinado. Este último, mesmo sendo ligado ao Partido Conservador, nesse momento se posiciona a favor de seu companheiro de farda, prevalecendo, aí, o espírito de corpo, fato que fez com que Correia Câmara, o Visconde de Pelotas o elogiasse, apesar de serem adversários políticos.

Aberto esse precedente de insubordinação, vários acontecimentos desse tipo, em apoio aos militares envolvidos ocorreram. Como poderiam os demais oficiais superiores admitir que homens como Correia da Câmara e Cunha Matos fossem desrespeitados? O primeiro tinha comandado a guarnição que deu cabo à vida de López, e o segundo, amigo deste, era reconhecido como um combatente de "grande bravura" na mesma guerra, da mesma forma que Deodoro.

Seguiu-se a atitude de Deodoro a sua exoneração do cargo de presidente da província do Rio Grande do Sul, onde também exercia a função de comandante de Armas. Além da perda dos cargos foi imediatamente transferido para o Rio de Janeiro. Severiano Fonseca, outro herói da Guerra do Paraguai, médico, seu irmão e diretor da Escola da Praia Vermelha, à época, também seria punido por não impedir as manifestações de apoio, dos oficiais da Praia Vermelha, na ocasião da chegada do irmão, ao Rio de Janeiro.

> [...] As demonstrações de descontentamento dos oficiais contra o governo começaram a se espalhar. No Rio Grande do Sul, ocorreram diversas reuniões e debates que expressaram solidariedade a Sena Madureira, com o respaldo de Deodoro da Fonseca. No Rio de Janeiro, os alunos da Escola Militar organizaram, sob a liderança do professor tenente-coronel Benjamin Constant Botelho de Magalhães, divulgador do positivismo nos meios militares, eventos de apoio aos militares sulistas, como a reunião realizada na Sociedade Francesa de Ginástica, no centro da cidade, no dia 10 de outubro. [...] Em novembro de 1886, Deodoro foi exonerado e transferido para a Corte. Antes de embarcar para o Rio de Janeiro, foi homenageado, junto com Sena Madureira, nas ruas de Porto Alegre pela oficialidade local. Em janeiro de 1887, os alunos da Escola Militar e diversos oficiais receberam os dois militares, entusiasticamente, apesar de o Barão de Cotegipe ter ordenado ao diretor da Escola, general Severiano da Fonseca, irmão de Deodoro, que impedissem os alunos de saírem do estabelecimento. Após esse episódio, o general Severiano foi afastado do cargo, tendo recebido inúmeras manifestações de apoio por parte dos alunos, que também aclamaram publicamente Deodoro. [87]

Tanto Deodoro como Severiano, já conhecidos da antiga oficialidade, especialmente por lutarem toda a guerra, do início ao fim, passaram a ser homenageados, também, pela jovem oficialidade, formada na Praia Vermelha.[88] Severiano, hoje patrono da medicina no Exército, havia tomado parte na Campanha do Uruguai, em Salto e Paissandu, marcos iniciais de um ciclo, que prosseguiria na Guerra da Tríplice Aliança como voluntário, embora doente e ainda em licença para tratamento. Recebeu condecorações, sendo o único oficial do Corpo de Saúde condecorado com a Ordem do Cruzeiro. Atendeu as epidemias de doenças infecto-contagiosas como varíola e cólera, apesar da precariedade do estado sanitário da tropa. Ele e Deodoro eram filhos de um militar e seus irmãos também foram para a guerra. Os dois e Hermes Hernesto, conseguiram retornar e continuar a carreira no Exército, enquanto seus outros irmãos, o major Eduardo Emiliano, o tenente Hypólito e o alferes Afonso Aurélio, morreriam em combate, nas batalhas de Curupaiti e Itororó.[89]

---

[87] NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das; MACHADO, Humberto Fernandes. **Império do Brasil.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985, p. 434-5.

[88] Castro afirma que a Escola Militar da Praia Vermelha esteve fechada durante a Guerra do Paraguai. Entretanto, na página 14, diz que a Escola referida existiu no prédio do Largo de São Francisco, até 1874. CASTRO, Celso. **Os Militares e a República.** Um estudo sobre a cultura e ação política. Rio de janeiro: Zahar, 1995, p. 31. As fontes do próprio Exército não mencionam esse fechamento, como veremos nos anexos. A periodização sobre as Escolas Militares, apenas registram no ano de 1858 a sua bipartição, entre Escola Central (Largo) e Escola da Praia Vermelha. A Escola Central teria se transformado na Escola Politécnica, em 1874, e permaneceria no Largo, responsável pela formação de engenheiros civis, de 1875 a 1936. Segundo a mesma fonte, a Escola Militar da Praia Vermelha já existia desde 1855: como Escola Militar de Aplicação (1855-59); Militar (1860-80); Militar da Corte (1881-88); Militar da Capital Federal (1889-97) e Militar do Brasil (1898-1904), tendo apenas absorvido o ensino propriamente militar desde 1858, já que no Largo a Escola Politécnica se dedicaria, apenas, ao curso de engenharia. A fonte, por mim consultada, também se refere à coexistência das duas, afirmando, inclusive, que no período de 1858 a 1874, no Largo, antes de se transformar em Politécnica, a Escola Central do Exército, complementava o ensino da Praia Vermelha. Carvalho (1978), também compartilha dessa evolução, não mencionando o fechamento da Escola, durante a Guerra. CARVALHO, José Murilo de. **O Brasil Republicano.** Sociedade e Instituições (1889-1930). Tomo III, Capítulo V, 2ª ed. Rio de Janeiro: Difel, 1978. 2º volume, p. 195. (História Geral da Civilização Brasileira). Infelizmente, devido ao recorte temático, não será possível uma investigação mais acurada. Sendo assim, para efeito de contextualização histórica, optei pelo resultado, apontado no texto, obtido com o cruzamento das fontes, quais sejam: a de Carvalho, já citada, e a do Exército, a seguir: BENTO, Cláudio Moreira. (Historiador do Exército) **Escola de Formação de Oficiais do Exército.** Disponível em: <htpp://www.resenet.com.br> Acesso em set. de 2005.

[89] SILVA, Hélio; CARNEIRO, Maria Cecília Ribas. **Deodoro da Fonseca.** 1º presidente do Brasil. 1889-1894. São Paulo: Grupo de Comunicação Três, 1983. (Os presidentes).

Depois da homenagem a Deodoro, no Rio de Janeiro, o que demonstrava como a história dos dois heróis circulava pela instituição, ainda que em uma Escola cujo treinamento fosse diferenciado,[90] foi elaborado um documento, em reunião entre vários militares. Dentre os presentes à reunião, realizada em fevereiro de 1887, no teatro Recreio Dramático, no Rio de Janeiro, sob a presidência de Deodoro, estavam os dois envolvidos diretamente no conflito, Sena Madureira e Cunha Matos, além de Benjamin Constant. Através desse documento consegue-se impedir medidas de perseguição aos militares envolvidos na questão, a revogação do ato que proibia a livre manifestação de oficiais e o afastamento do Ministro da Guerra, o deputado Alfredo Rodrigues Fernandes Chaves, precisamente em 12 de fevereiro de 1887.[91]

Em 1887 foi fundado o Clube Militar e Deodoro foi seu primeiro presidente. Deodoro, então, já general à época, solicita, em Assembléia, que o Exército não mais persiga escravos fugidos, pois considera isso uma "ignóbil missão", solicitação que é cumprida fielmente, para desespero dos senhores de terra. Havia lutado ombro a ombro com escravos e julgava injusta a perseguição e prisão daqueles que junto ao Exército defenderam suas vidas numa mesma guerra, com bravura e coragem. É provável que pensassem que se eram heróis de guerra, não podiam ser caçados e açoitados.

Em 3 de novembro de 1888, devido a um incidente na Escola Militar onde o Ministro da Guerra Tomás José Coelho de Almeida[92] foi desacatado pelos alunos, Deodoro seria transferido novamente, dessa vez para Mato Grosso, só retornando em 23 de outubro de 1889.[93]

Os jornais republicanos[94] se valiam de qualquer incidente com o Exército para fazer acirrada campanha contra a Monarquia, condicionando a sua extinção à única forma de

---

[90] Os oficiais que retornam da Guerra do Paraguai, ao regressarem de seus combates, se deparam com uma jovem oficialidade em formação na Escola Militar da Praia Vermelha, que ministrava, nessa época, um ensino de cunho positivista, voltado para o estudo das ciências, assunto que será pormenorizado nos capítulos seguintes. Apesar da existência de Escolas Militares desde 1792, no fim do Império, o ensino da Escola da Praia Vermelha cria uma formação diferenciada, das Escolas Militares de até então, para os oficiais. O envolvimento em uma guerra iria aprofundar mais ainda a distancia criada pela formação, através da aquisição de valores inerentes ao exercício da mesma. Ver mais em ARAGÃO, Isabel Lopez. **1924:** A Revolução que começou em 1889. 2006. 385 f. Monografia (pós-graduação em História do Brasil). Universidade do Estado do Rio de Janeiro. São Gonçalo, 2006. CARVALHO, José Murilo de. **O Brasil Republicano.** Sociedade e Instituições (1889-1930). Tomo III, Capítulo V, 2ª Edição. Rio de Janeiro: Difel, 1978. 2º volume. (História Geral da Civilização Brasileira).

[91] Esteve no Ministério entre 12 de junho de 1886 a 12 de fevereiro de 1887.

[92] Esteve no Ministério de10 de março de 1888 a 7 de junho de 1889.

[93] NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das; MACHADO, Humberto Fernandes. **Império do Brasil.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985, p. 442.

[94] Em especial, Quintino Bocaiúva, no Rio de Janeiro, em *O País* e Júlio de Castilhos, em Porto Alegre, em *A Federação* – CARVALHO, José Murilo de. **O Brasil Republicano.** Sociedade e Instituições (1889-1930). Tomo III, Capítulo V, 2ª ed. Rio de Janeiro: Difel, 1978. 2º volume, p. 210. (História Geral da Civilização Brasileira).

desagravo ao Exército e lançando boatos que iam desde a prisão de seus membros, até a extinção do próprio Exército.[95] Além disso, como Pedro II estava doente, com diabetes, aventava-se a possibilidade de um terceiro reinado. Calógeras afirma que isso seria apenas um boato, posto que todos julgavam impossível a concretização dessa hipótese na época.[96]

O fato é que Deodoro, que, em 1889, apenas pretendia a deposição do gabinete de Afonso Celso de Assis Figueiredo, o Visconde de Ouro Preto, foi convencido de que em defesa da corporação devia usar seu prestígio extinguindo a Monarquia, apesar de ser um monarquista, membro atuante do partido conservador e amigo de Pedro II. Observemos o seguinte comentário dos autores de "Império do Brasil":

> A implantação da República não era consenso em boa parcela da oficialidade. Porém, ela impunha-se naturalmente, porque cada vez mais identificava-se à queda da monarquia como a única forma que permitiria desagravar o Exército. Foram esses os argumentos utilizados para sensibilizar Deodoro. Apesar de doente, somente ele seria capaz de aglutinar em torno de si a maioria dos militares, inclusive os reticentes da Marinha. A relação pessoal de Deodoro com o imperador era um empecilho, mas os radicais argumentavam que a doença de Pedro II logo o levaria ao túmulo, aumentando a perspectiva de um Terceiro Reinado, solução repudiada pelo Exército.[97]

A partir daí, a Proclamação da República e a extinção da única monarquia que ainda existia na América, já se fazia presente:

> Mesmo havendo a destituição do gabinete do Barão de Cotegipe em março de 1888 e a extinção legal da escravidão, em maio do mesmo ano, a monarquia encontrava-se cada vez mais desprestigiada entre os oficiais do Exército. Preparava-se o golpe militar e republicano.[98]

A união entre os dois grupos, os oficiais antigos e os da Praia Vermelha, significou para os oficiais mais antigos a justificativa à intervenção militar no país. Fundamentava-se aí a idéia do soldado-cidadão, personificada na figura de Deodoro, um oficial tarimbeiro, com o apoio dos oficiais da Praia Vermelha para quem, este, representava o apoio em "sua luta

---

[95] NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das; MACHADO, Humberto Fernandes. **Império do Brasil.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985, p. 443.

[96] Pedro II morreria quatro anos depois, em Portugal. CALÓGERAS, J. **Formação Histórica do Brasil.** 5ª ed. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1957, p. 392-9.

[97] NEVES, op. cit., nota 95.

[98] Ibid., p. 443-5.

contra o sistema imperial, considerado retrógrado, e seus representantes, os bacharéis civis corporificados nos políticos.” [99]

1.5 A supremacia do poder civil

A educação superior especialmente dos cursos de Direito, serviu como elemento de unificação ideológica da elite Imperial, destacando-se, nessa época, as Faculdades de Direito de São Paulo e de Recife. No Império, esta elite intelectual mantinha-se no poder ocupando posições no Estado, havendo, portanto o “predomínio do poder civil”, durante esse período, motivo de orgulho para a Monarquia.[100] Restava aos membros do Exército, embora fosse um grupo letrado, a ocupação de uma posição marginal.

> [...] Militares que ocuparam importantes posições políticas, como Caxias e Osório, o fizeram predominantemente na condição de representantes de partidos, não do Exército. [...] Da parte de alguns políticos liberais, chegaram mesmo a surgir propostas para a extinção do Exército. A criação da Guarda Nacional (1831) foi vista com apreensão por muitos militares pela ameaça potencial que representava: eventualmente vir a substituir o Exército como força de defesa. [...] A “mocidade militar” com estudos superiores sofria, portanto, dupla marginalização: como parte do Exército dentro da ordem dominada pelos bacharéis de Direito e como um grupo de oficiais com estudos superiores dentro de um Exército que não se modernizava. O isolamento e o ressentimento daí resultantes possibilitariam o desenvolvimento de características ideológicas distintas e em grande parte contrárias às da elite civil. [101]

As características ideológicas distintas, já existiam pelo tipo de socialização que o Exército oferecia, como instituição, pois com a exigência da profissionalização de seus componentes, em virtude da lei de 1850, torna-se “um grupo profissional dotado de relativa autonomia em relação ao restante da sociedade”.[102]

O Exército, em 7 de abril de 1831, já teria marcado sua presença em relação ao que podemos denominar de intervenção na sociedade civil, quando se posicionou a favor da abdicação de Dom Pedro I. Em 1830, ao encaminhar para a Câmara o projeto orçamentário para 1831-1832, o Imperador reduziu, em um quarto, as despesas com as forças militares. Além disso, os chamados liberais exaltados, favoráveis ao federalismo - ainda que sob forma

---

[99] Segundo Castro (1995), este termo *“vem de tarimba, estrado de madeira onde dormiam os soldados nos quartéis”*, era usado para desqualificar os oficiais *“ligados à tropa geralmente sem estudos superiores”*. CASTRO, Celso. **Os Militares e a República**. Um estudo sobre a cultura e ação política. Rio de janeiro: Zahar, 1995. Sobre os a rivalidade construída entre “bacharéis” e militares ver CARVALHO, José Murilo de. **O Brasil Republicano.** Sociedade e Instituições (1889-1930). Tomo III, Capítulo V, 2ª ed. Rio de Janeiro: Difel, 1978. 2º volume, p. 197. (História Geral da Civilização Brasileira)

[100] CASTRO, ibid, p. 20.

[101] Ibid, p. 20.

[102] Ibid, p. 19.

de monarquia federativa, embora acusados de republicanos[103] - conseguiram o apoio dos jovens cadetes da época. O Exército participou, então, da mobilização, no Campo de Santana, em torno da volta do ministério de brasileiros deposto dias antes.

Desta vez Pedro I não teve o mesmo apoio militar de novembro de 1823, quando dissolveu a Assembléia Constituinte mandando cercar o prédio onde acontecia a Assembléia, esvaziando-a e prendendo quem se opusesse, contando com um efetivo de aproximadamente dois mil homens das tropas. Desta vez, fora obrigado a abdicar.[104]

Talvez a causa dessa mudança de atitude dos membros do Exército, em relação ao poder civil, estivesse na lei de 24 de novembro de 1830, que demitia todos os oficiais estrangeiros, de todas as classes e armas dos corpos nacionais – exceto os que lutaram na Independência do Brasil e os que se encontrassem gravemente feridos ou mutilados em serviço nacional.[105] Isso pode ter facilitado a atuação do Exército contra o Imperador, que não contava mais com o apoio de seus compatriotas militares.

Torna-se relevante mencionar que a Guarda Nacional foi criada poucos meses após a abdicação, em 18 de agosto de 1831, por Diogo Antônio Feijó, então ministro da Justiça, devido a uma série de levantes dos militares e da própria Guarda Real da Polícia. Segundo Mattos e Gonçalves "o governo dos liberais moderados criou o Corpo de Guardas Municipais Permanentes, no Rio de Janeiro, e a Guarda Nacional, na Corte e em todas as províncias" devido ao fato de "não mais confiar plenamente nas forças do Exército" [106]

> [...] No Rio de Janeiro, a tropa, pouco disciplinada, se mostrava presa fácil dos interesses em jogo e, em seus escalões inferiores, facilmente se identificava aos setores social e economicamente excluídos, descontentes com sua condição e que tinham adquirido um novo peso político, após o 7 de abril, em função do caráter público da política, que voltara a ganhar as ruas. Um batalhão de infantaria, aquartelado no morro de São Bento, rebelou-se em 12 de julho de 1831. Apenas contornado o problema, dois dias depois, levantou-se a Guarda Real de Polícia. Reunidos a outros corpos sublevados, no campo de Santana, os soldados exigiam a revisão da Constituição, a expulsão de diversos personagens, a demissão de outros e a proibição de imigração portuguesa por dez anos, mantendo a cidade em pânico e o governo sitiado no Paço por mais de uma semana. Novos acontecimentos semelhantes se repetiriam nos meses seguintes. [107]

---

[103] MATTOS, Ilmar Rhollof de; GONÇALVES, Márcia de Almeida. **O Império da Boa Sociedade.** A consolidação do Estado imperial brasileiro. 9ª ed. São Paulo: Atual, 1997, p. 37. (Brasil, Análise e Crítica).

[104] NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das; MACHADO, Humberto Fernandes. **Império do Brasil.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985, p. 118.

[105] NEVES, ibid, p. 92-119.

[106] MATTOS; GONÇALVES, op. cit., nota 103, p. 27.

[107] NEVES; MACHADO, op. cit., nota 104, p. 124-5.

Após o Período Regencial, que durou nove anos (1831-1840) e foi marcado por violenta agitação social, com episódios conhecidos como a Revolta dos Cabanos, no Grão-Pará, de 1835 a 1840; a Sabinada, na Bahia, de 1837 a 1838; a Balaiada, no Maranhão, de 1838 a 1841 e a própria Guerra dos Farrapos, que teria duração de aproximadamente dez anos (1835-1845), assumiu Pedro Araújo Lima, a última regência una que, a partir de 1837, dá início a um esforço das elites dirigentes, no sentido de assegurar a ordem legal e de criar uma burocracia administrativa. Pedro Araújo Lima era membro do Partido Regressista, representante de membros do governo interessados em restabelecer um centralismo político, ao contrário das três regências anteriores, duas trinas e uma una, que representavam, através das medidas tomadas por seus membros, um avanço liberal. Trata-se de um período de conciliação, um tempo em que o antigo costume colonial do "beija mão" fora restabelecido por este regente.

A partir da maioridade, o Imperador exerce o poder Moderador, amparado na Constituição de 1824, havendo os poderes Judiciário, Legislativo e Executivo, este último representado por um Conselho de Ministros e seu presidente, que funcionava como um primeiro ministro dos regimes parlamentares atuais. Tratava-se da consolidação do Império, através de uma monarquia hereditária, parlamentarista, bipartidária, constitucional e representativa. O Imperador, na prática, nomeava e demitia ministros, dissolvia a Câmara, escolhia os Senadores vitalícios, e escolhia os membros do Conselho de Estado, cargo também vitalício.[108] O Imperador também escolhia o presidente do Conselho de Ministros, que por sua vez escolhia o restante do Gabinete. Quando os membros do gabinete ficavam desgastados, de forma irreversível, perante a opinião pública o Imperador podia demiti-los. Da mesma forma podia dissolver a Câmara caso essa oferecesse qualquer tipo de oposição ao Gabinete. Vejamos um rico exemplo da política imperial implementada:

> De 1858 a 1868, por exemplo, sucederam-se dez gabinetes representativos de opiniões divergentes, e, destes, apenas dois deixaram o poder de acordo com as normas geralmente admitidas em um regime parlamentar. Ao longo do Segundo Reinado, preenchido por 36 gabinetes [21 liberais e 15 conservadores], por 11 vezes o imperador recorreu ao preceito constitucional, [Constituição de 1824] que autorizava a dissolução da Câmara, "nos casos em que o exigir a salvação do Estado." [109]

[108] Cf. MARTINS, Maria Fernanda Vieira. **A Velha Arte de Governar.** Um estudo sobre política e elites a partir do Conselho do Estado (1842-1889). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2007.

[109] NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das; MACHADO, Humberto Fernandes. **Império do Brasil.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985, p. 285; Ver também MARTINS, ibid.

Nessa época existia certa alternância de conservadores e liberais no poder, medida que fortalecia o Poder Moderador, cuja atuação correspondia a de um árbitro de divergências. De qualquer forma as divergências e as diferentes propostas políticas que possuíam não representavam uma oposição significativa entre grupos rivais politicamente ou de atividades econômicas distintas, posto que a maioria dos políticos era proveniente de famílias abastadas, tinham tido formação intelectual semelhante e não raro tinham laços de parentesco e amizade entre si. Não bastando isso, tanto liberais, quanto conservadores eram senhores de terras, e, mesmo os negociantes mais ricos, dedicados ao comércio internacional, negociavam os produtos dos grandes proprietários de terras, isso quando o mesmo não exercia ambas as atividades econômicas, havendo uma relação de complementaridade entre proprietários de terras e comerciantes. Além disso, o casamento dos membros dessa elite, entre si, gerava uma grande clientela composta de família extensa, agregados e toda sorte de dependentes que serviam de base eleitoral para ambos os partidos. Podemos observar que o governo mais parecia um "arranjo entre amigos" e que essas relações de poder com base no clientelismo e no favorecimento pessoal dos indivíduos de poder aquisitivo mais alto, permaneceram, como uma herança, na administração publica, após a proclamação da República. Essa estrutura de poder, mesmo diante da existência de diferentes propostas políticas, resultava numa sociedade hierarquizada, legitimadora da ordem escravista que excluía as camadas populares, pobres e iletradas, das decisões políticas e econômicas.[110]

Além de todos os privilégios de que compartilhavam os componentes do poder civil, é interessante enfatizar que, títulos nobiliárquicos eram fartamente distribuídos nesse período, tanto a civis quanto a militares, diferentemente dos tempos coloniais. Atividades ligadas ao poder público, tais como o Senado ou o Conselho de Estado, ou, ainda, presidência do Conselho de Ministros, eram passíveis de recebimento desses títulos:

> No Parlamento, distinguia-se o Senado, constituído, em sua existência, por uma base nobiliárquica. Ao ali ingressarem, se não possuíssem títulos, os indivíduos, quase sempre, rapidamente passavam a recebê-los das mãos do imperador. No período de 1826 a 1889, de um total de vinte presidentes da casa, 17 tinham título de nobreza, isto é, 85% do total. [...] Da mesma forma, 31 dos 49 membros – ou seja – 63,25% - do Conselho de Estado, restaurado em 1841, ostentaram títulos. A relação já se reduzia um pouco no caso dos presidentes do Conselho de Ministros, cargo criado em 1847, 60% dos quais eram titulares do Império.[111]

---

[110] Cf. MARTINS, Maria Fernanda Vieira. **A Velha Arte de Governar.** Um estudo sobre política e elites a partir do Conselho do Estado (1842-1889). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2007. Ver também NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das; MACHADO, Humberto Fernandes. **Império do Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985, p. 286-7.

[111] NEVES; MACHADO, ibid, p. 272.

Alguns títulos eram distribuídos de acordo com o poder econômico, tais como os concedidos a muitos cafeicultores, os "barões do café". Os proprietários de terra também recebiam títulos relacionados à sua atuação na Guarda Nacional, ou, ainda, os militares, por seus feitos na Guerra do Paraguai, como é o caso do próprio Caxias, o único Duque do Império, ou o Marechal Antônio Correia Câmara, o Visconde de Pelotas, citado nos capítulos referente à Questão Militar.

Devido ao absolutismo ilustrado lusitano, surgido em Portugal na segunda metade do século XVIII, o saber também era muito valorizado nessa época, sendo, portanto, a formação em Direito a via de acesso aos cargos públicos mais importantes. Com o passar dos anos, a carreira de Direito tornou-se acessível a indivíduos de outras camadas sociais, e indivíduos que não participavam da vida política do país, por falta de oportunidade, também se formavam em Direito ou Medicina. Esses grupos também tinham algum prestígio social em virtude de viverem em um país de analfabetos, se distinguindo, por isso, do restante da população, pois "segundo o censo de 1872, de uma população livre de oito milhões e meio de habitantes, havia menos de doze mil alunos matriculados nas escolas secundárias e, no país como um todo, não mais que oito mil pessoas com educação superior." [112]

Da mesma forma os oficiais do Exército, mesmo os menos graduados e de origem mais humilde, pertenciam à minúscula porcentagem de letrados que receberam educação além da básica, muitos deles tendo cursado engenharia.

Dessa forma, participarão da política nos primeiros anos da República, os bacharéis em Direito, os médicos, e todos os oficiais militares de nível superior, incluindo os das armas "científicas" (artilharia e engenharia) que, segundo Castro, até 1857 terão concluído o curso superior, além dos oficiais combatentes, de infantaria e cavalaria.[113]

No caso específico dos militares o "saber" não estava associado ao poder econômico. Sendo assim, não desfrutavam de prestígio junto aos grupos dominantes civis, nem mesmo os oficiais. Esse papel era ocupado pela Guarda Nacional, criando um distanciamento entre o Exército e os civis que só viria a ser amenizado a partir do sorteio militar. Vejamos o que diz Carvalho a esse respeito:

> Apesar de manter hierarquia organizacional paralela à hierarquia de renda, o nível inferior da renda excluía da Guarda praticamente todos os elementos normalmente recrutados para o Exército e a Marinha. A Guarda era uma fiel representação dos grupos de renda mais alta do

[112] CARVALHO, José Murilo de. As Forças Armadas na Primeira República: o poder desestabilizador. Rio; São Paulo: Difel, 1980, p. 65, apud CASTRO, Celso. **Os Militares e a República.** Um estudo sobre a cultura e ação política. Rio de janeiro: Zahar, 1995, p. 27.

[113] Cf. CASTRO, Ibid, p. 27.

> país, ao passo que o exército não se ligava a estes grupos nem mesmo pela oficialidade, como em parte o fazia a Marinha. Criou-se assim um verdadeiro divórcio entre o Exército e os grupos dominantes civis. Assim marginalizada, a oficialidade do exército desenvolveu uma acentuada agressividade contra estes grupos, representados principalmente pela elite política civil.[114]

Outro dado importante que colaborou para a separação entre o Exército e o poder civil foi a determinação de que a segurança seria feita em São Paulo e Minas Gerais – além das Forças Públicas, uma polícia estadual - pela Guarda Nacional, enquanto as tropas do Exército ficavam responsáveis pela defesa das fronteiras e da costa brasileira.

> Ao fim do Império [...] o exército distribuía-se em função da defesa das fronteiras do Rio Grande do Sul e Mato Grosso e do policiamento de cidades costeiras, como a Corte, Salvador, Recife, Belém. São Paulo e Minas, duas das províncias economicamente mais importantes, e com 32% da população do país, estavam praticamente desguarnecidos de tropas do exército. A segurança interna nestas províncias, e no interior da maioria das outras, era tarefa da Guarda Nacional, principalmente de vez que os efetivos policiais eram também muito reduzidos. A extrema concentração de tropas na Corte e no Rio Grande do Sul tornava cruciais estas duas guarnições, caso houvesse intervenção dos militares na política.[115]

A concentração de tropas no Rio Grande do Sul e na Corte do Rio de Janeiro é digna de destaque em minha análise, haja vista o envolvimento dessas duas guarnições em três episódios que julgo determinantes dos rumos políticos do país: o primeiro foi o envolvimento das duas guarnições na Questão Militar; o segundo está relacionado à Proclamação da República, pois só houve êxito nesse intento, principalmente, pelo fato da guarnição do Rio Grande do Sul, sendo a única - fora da capital - capaz de "opor efetiva resistência militar à guarnição do Rio de Janeiro", não tê-lo feito, mantendo-se neutra em relação aos acontecimentos que marcaram a mudança da ordem vigente.[116] O terceiro episódio foi a Revolução de 1930, e, antes disso, o levante das guarnições do Rio Grande do Sul que compuseram a Coluna Miguel Costa-Prestes.

O fim do Império levou ao banimento da família imperial para a Europa, ato somente revertido por decreto de 1922.[117] A proclamação do governo provisório da República, em 15 de novembro de 1889, estabeleceu, entre outras transformações, a separação entre a Igreja e o

---

[114] CARVALHO, José Murilo de. **As Forças Armadas na Primeira República**: o poder desestabilizador. Rio; São Paulo: Difel, 1980, p. 65, apud CASTRO, Celso. **Os Militares e a República**. Um estudo sobre a cultura e ação política. Rio de janeiro: Zahar, 1995, p.192.

[115] CARVALHO, ibid, p. 204.

[116] Ibid. p. 204.

[117] ARQUIVO NACIONAL. Os presidentes da República. Deodoro da Fonseca a Luís Inácio Lula da Silva. Rio de Janeiro, 2009, 4ª Edição, Arquivo Nacional. Disponível em: <http://www.portalan.arquivonacional.gov.br/media/presidentes-jan-2010.pdf>. Acesso em: dez. 2010.

Estado, com a instituição do casamento civil e da laicização dos cemitérios. Toda a estrutura política do Império foi alterada com a Constituição de 1891. O sistema político brasileiro passou a se basear no presidencialismo, no federalismo e no regime de representatividade. Definiram-se os três poderes de governo, Executivo, Legislativo e Judiciário, extinguindo-se, conseqüentemente, as instituições que consolidavam o Império sob a forma de uma Monarquia Constitucional: O Conselho de Estado, o Poder Moderador e o Senado vitalício.[118]

A estrutura econômica, contudo, permaneceu a mesma, mantendo-se, o Brasil, um país de economia agro-exportadora. Permaneceram, também, os mesmos atores políticos, trazendo em sua bagagem velhas pendências, oriundas de disputas regionais antigas, embora mantidos o clientelismo e o favorecimento pessoal dos indivíduos de poder aquisitivo mais alto como base das relações de poder, uma herança, na administração pública republicana.

A união de civis a militares republicanos no advento da mudança de regime deu-se tão somente no momento de sua instituição e nos primeiros meses da formação de seu gabinete inaugural, não havendo unanimidade entre os participantes da derrubada da monarquia. Logo em seguida, divididos em blocos políticos, partidários monarquistas, federalistas, positivistas e libertadores, iniciaram uma luta pela hegemonia no poder. Da mesma forma, militares que outrora haviam sido partícipes com Deodoro nessa mudança, pouco a pouco mostraram-se contrários a seu governo.

Praças de outros regimentos também se insurgiram em defesa da monarquia. O 25º Batalhão de Infantaria, liderado pelo cabo Cândido Pedro Duarte, em Desterro, Santa Catarina, se rebelou, do dia 17 para 18, de 1889, saindo pelas ruas com a bandeira imperial pelas ruas. O telegrama enviado pelo coronel Barros, um dos oficiais do Batalhão à Benjamim Constant, Ministro da Guerra, na ocasião, dizia que não havia forças que pudessem contê-los. No Rio de Janeiro, no 2º Regimento de Artilharia de Campanha, em São Cristovão, e do 17º Batalhão de Infantaria, em 20 de dezembro, praças armadas sairiam do quartel, aproveitando-se da ausência dos oficiais que despediam-se de uma comitiva de militares chilenos. Em Foz do Rio Apa, em Mato Grosso, soldados do 2º Batalhão de Artilharia rebelaram-se contra a República, em 20 de dezembro, data em que chegou a notícia da Proclamação, tendo sido, inclusive, incendiado o quartel durante a madrugada.[119]

---

[118] ARQUIVO NACIONAL. Galeria dos Presidentes. (Apresenta informações sobre os presidentes do Brasil). Disponível em: <http://www.arquivonacional.com.br>. Acesso em: nov. 2009.

[119] CASTRO, Celso. Revoltas de soldados contra a República. In: CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vitor e KRAAY, Hendrik, (orgs.). **Nova História Militar Brasileira.** Rio de Janeiro: FGV, 2004, p. 302-8.

Já no período legislativo, de 15 de novembro de 1890 até 24 de fevereiro de 1891, data em que é promulgada a Constituição, formam-se grupos antagônicos entre oficiais das Forças Armadas. Mais uma vez o Rio Grande do Sul faz história, através do levante de diversas guarnições[120] como: a do município de Bagé, sob o comando do General João Neves da Silva Tavares; a guarnição de Santana do Livramento, sob o comando de Rafael Cabeda; a guarnição de Uruguaiana pelas mãos do coronel Luís Alves Leite de Oliveira Salgado; somadas às adesões das guarnições de São Gabriel, São Borja, Quaraí, Jaguarão, e, mais tarde a de Alegrete. A guarnição da Serra, sob o comando do major Antonio Ferreira Prestes Guimarães, além da formação de contingentes civis armados em São Borja, São Gabriel, Caçapava e Cruz Alta, para a deposição de Julio de Castilhos e autoridades fiéis a ele. Ainda não era o bastante. A Marinha, que se opôs ao Exército desde a proclamação, quando o Ministro, José da Costa Azevedo, o Barão de Ladário[121] tentou uma reação armada para impedir a tomada do regime monárquico, agora, reunira sob a liderança de Custódio José de Melo diversas unidades da Armada: o rebocador *Mayrink*, o encouraçado *Riachuelo*, onde instala o seu comando, e, utilizando a lancha *Clarita* toma o cruzador *1º de março*, o encouraçado *Solimões*, as Canhoneiras *Cananéias, Centauro, Carioca e Liberdade*, e as torpedeiras *Iguatemi, Marcílio Dias e Araguari*. Essas são apenas algumas das inúmeras ações de homens da política e das armas para a deposição de Deodoro, o velho general que, devido às conseqüências da guerra, a 15 de novembro, precisou de auxílio para subir e apear de seu cavalo, no Campo de Santana.[122] O bastante para iniciar uma guerra.

Esses e outros exemplos, que não cabem ao tema pesquisado neste trabalho, exemplificam como a deposição de Deodoro foi apenas mais um dos desentendimentos políticos entre civis e militares, bem como entre membros da própria corporação. Para os militares envolvidos no conflito, porém, a fissura não atingia somente a oficialidade do Exército. As manifestações contrárias reveladas pelas pesquisas, até então, envolviam a preparação de um combate em armas entre membros da mesma corporação, revelando a ação não apenas de oficiais do Exército e da Marinha, mas, também, de praças,[123] como

---

[120] Em 1893 inicia-se a Revolução Federalista neste estado, que terá participação decisiva também na Revolução de 1930.

[121] Permanece no Ministério de 7 de junho a 15 de novembro de 1889.

[122] SILVA, Hélio; CARNEIRO, Maria Cecília Ribas. **Deodoro da Fonseca.** 1º presidente do Brasil. 1889-1894. São Paulo: Grupo de Comunicação Três, 1983. (Os presidentes).

[123] Castro faz questão de enfatizar que se trata de uma pesquisa em andamento. CASTRO, Celso. Revoltas de soldados contra a República. In CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vitor e KRAAY, Hendrik, (orgs.). **Nova História Militar Brasileira.** Rio de Janeiro: FGV, 2004.

exemplificado acima, embora, no caso destes últimos, Castro aponte para a influência de elementos civis.

O segundo embate entre as forças armadas viria com a assunção de Floriano Peixoto[124] à presidência. Floriano mandou prender os treze generais[125] que lhe enviaram uma carta-manifesto. Este documento exigia a convocação de novas eleições presidenciais para que fosse cumprido o dispositivo constitucional, pois à vacância presidencial antes de dois anos de governo devia seguir-se novo pleito eleitoral.

Ele resiste no poder mesmo a uma esquadra poderosa, capaz de fazer a capital ir pelos ares. A definição de Hélio Silva explica um pouco da personalidade de Floriano.

> Era o conhecimento da incapacidade de Floriano defender-se que animara o seu ex-ministros da Marinha [Custódio de Melo] de a renovar: a intimação que, em 23 de novembro, forçara Deodoro a renunciar. É verdade que Deodoro não era Floriano. Custódio devia prevenir-se contra aquela bravura fria e meditada, tão diferente da coragem do proclamador da República. Enquanto Deodoro era o homem da ação, capaz de empolar-se a uma clarinada, Floriano era o homem da reação, carecendo do acicate do golpe para desenvolver uma energia ilimitada, infalível em todas as horas de perigo, calculada e mortal como o bote de uma serpente.[126]

O mesmo almirante que levantara a esquadra contra Deodoro, Custódio de Melo, o fazia contra Floriano, na noite de 5 de setembro de 1893. Lá estava, na sala de armas do *Aquidabã*, o almirante e outros chefes do movimento, e de outras naus, como: os cruzadores *República, Sete de setembro, Trajano, Orion e Guanabara*; as torpedeiras de alto-mar *Araguari e Marcílio Dias*; o vapor *Jupiter e Amazonas*; os navios *Urano, Venus e Marte* e o encouraçado *Javari.* A solução estratégica foi inesperada, mas ao pedir que as embarcações estrangeiras se posicionassem de modo a cercar a esquadra rebelde, tampando-lhes o fogo e tolhendo-lhes as manobras, além de arregimentar apoio de todo o Exército e líderes políticos, Floriano imobilizou a revolta sem que fosse necessário desfechar um tiro sequer.

Outras revoltas isoladas ocorreram em seu governo, como o levante da Fortaleza de Santa Cruz, acompanhada pela Fortaleza de Lage, mas a ação de Floriano foi implacável.[127]

---

[124] Apesar desses desentendimentos, Floriano também era muito respeitado no meio militar. "Nasceu em 1839, num engenho do interior de Alagoas, vindo para a Corte para seguir o curso da Escola Militar. Tenente ao seguir para o Paraguai foi promovido, na guerra, a capitão e major. Era portanto um oficial da *war generation.* Chegou a coronel em 1874 e a brigadeiro em 1883. Politicamente era ligado aos liberais." CASTRO, Celso. **Os Militares e a República.** Um estudo sobre a cultura e ação política. Rio de janeiro: Zahar, 1995, p.152.

[125] Dentre eles está o irmão de Deodoro, o general-médico João Severiano da Fonseca.

[126] SILVA, Hélio; CARNEIRO, Maria Cecília Ribas. **Floriano Peixoto**. 2º presidente do Brasil. 1891-1894. São Paulo: Grupo de Comunicação Três, 1983, p. 96. (Os presidentes).

[127] SAES, Guillaume Azevedo Marques de. **A república e a Espada**: A primeira década republicana e o florianismo. 2005. Dissertação (Mestrado em História) - Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005. Disponível em: <http//:www.teses.usp.br/teses...tde-28042006-181955-.pdf>. Acesso em: mar. de 2009.

Ao contrário do que muitos imaginavam, Floriano entrega o governo a Prudente de Moraes. Não comparece para passagem do cargo. Envia Cassiano do Nascimento, um ministro de seu governo deixando apenas uma carta.[128]

E a república seguiu, entre Florianismos e Deodorismos,[129] mineiros, paulistas, riograndenses...

1.6 Os militares e a reação republicana

Na década de 20 a sociedade enfrentava sérios problemas estruturais causando certa efervescência política. A dependência econômica, agravada por uma política excessivamente atrelada aos interesses dos cafeicultores, fazia aumentar nossa dívida externa e dificultava a formação de um mercado interno diversificado e autônomo. A exportação de café encontrava obstáculos que se agravavam com a superprodução. Produzíamos mais café do que necessitava o mercado internacional, mas a política econômica dos governos republicanos, de um modo geral, não procurava viabilizar alternativas a esta limitação econômica.

> Nesse sentido, há, na Europa, no começo de 1920, uma tendência à políticas de contenção fiscal e de juros altos, revertendo o *boom* do pós-guerra e refletindo, consequentemente, no preço do café. Em 1919 havia escassez de oferta e aumento de demanda; em 1920, a situação é a oposta: a oferta está normalizada e a demanda cai.[130]

O Brasil, um país essencialmente agrícola enfrentava, nesse momento, graves problemas por ter sua economia baseada neste produto. Para enfrentá-lo, desde 1897 já havia sido criada a Sociedade Nacional de Agricultura, fundada no Rio de Janeiro, constituindo-se, a SNA, como "foro legítimo da institucionalização de demandas das frações da classe proprietária, com abrangência nacional." [131]

A política e o sistema eleitoral, fundamentados na propriedade territorial, estabeleciam uma rede de alianças que se assentava no coronelismo, favorecendo aos latifundiários. Complementava esta rede a política dos governadores que, concebida por Campos Sales,

---

[128] SILVA, Hélio; CARNEIRO, Maria Cecília Ribas. **Floriano Peixoto**. 2º presidente do Brasil. 1891-1894. São Paulo: Grupo de Comunicação Três, 1983, p. 84. (Os presidentes).

[129] Cf. SAES, Guillaume Azevedo Marques de. **A República e a Espada**: A primeira década republicana e o florianismo. 2005. Dissertação (Mestrado em História) - Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005. Disponível em: <http//:www.teses.usp.br/teses...tde-28042006-181955-.pdf>. Acesso em: mar. de 2009.

[130] FRITSCH, Wiston. 1922: A Crise Econômica. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 6, n. 11, p. 3-8, 1993.

[131] MENDONÇA, Sônia Regina de. **O Ruralismo Brasileiro (1888-1931).** São Paulo: Hucitec, 1997, p. 48.

segundo presidente civil do Brasil, apoiava grupos dominantes aliados ao governo federal em cada estado. Aos candidatos que defendessem o governo central, na política nacional, era garantida a eleição para o Congresso, visto que a instituição da Comissão de Verificação de Poderes permitia a validação ou não do resultado de uma eleição, tendo controle sobre os mandatos. Desse modo, ainda que um deputado de oposição ganhasse as eleições, não seria diplomado. Essas medidas fizeram com que, no Congresso, predominassem representantes das oligarquias agrárias, ligadas a São Paulo e Minas Gerais, permanecendo defendidos os seus interesses, determinantes da política do país, e favorecendo setores econômicos vinculados a estes dois estados, que dividiriam, a partir daí, o poder político alternando-se no Governo Federal.

As tensões regionais interoligárquicas, criadas por causa dessas contradições do federalismo brasileiro, que permitiam a alguns estados a hegemonia no poder, em detrimento de outros, durante as duas primeiras décadas da República, tiveram como resultado uma série de rivalidades construídas.

Como se não bastassem todos esses fatos, nos dias 9 e 12 de outubro de 1922 foram publicadas no Jornal *Correio da Manhã*, de propriedade de Edmundo Bittencourt, duas cartas atribuídas a Artur Bernardes, candidato à sucessão presidencial em 1922, por Minas Gerais, nas quais o Exército era afrontado. A primeira delas, datada de 03-06-1921 e publicada em 10-06-1921, refere-se ao banquete oferecido por Hermes da Fonseca em agradecimento às Forças Armadas, pois, recentemente chegado de viagem à Europa, fora recepcionado com apreço por militares de terra e mar, além de ser eleito presidente do Clube Militar. Compareceram Almirantes, generais, membros do Estado-Maior do Exército e da Marinha, entre outros, além de muitos jornalistas.[132]

A carta referia-se a ele como "ridículo e acintoso, chamava-o de "canalha"; pedindo punição e transferência para todos os presentes e chamando-os de venais e corruptos. Edmundo Bittencourt era amigo de Nilo Peçanha[133] e desafeto de Bernardes.[134] Além disso,

---

[132] Hermes viajara em virtude de uma doença de sua esposa, Nair de Teffé, em decorrência da queda de um cavalo. Havia sido eleito senador pelo Rio Grande do Sul, em acirrada disputa contra Ruy Barbosa, mas renunciou para ajudá-la em seu tratamento, já que havia tido um esmagamento da cabeça do fêmur que lhe causava terríveis dores. Além disso, ficara perplexo com a recente morte de Pinheiro de Machado, líder político e amigo pessoal de Hermes da Fonseca, tendo por isso renunciado ao mandato e viajado, inicialmente para a Europa e depois para a Suíça, licenciado, onde permaneceu por 4 anos, retornando apenas no dia 4 de novembro de 1920. Ver: FONSECA, Nair de Tefé Hermes da. **A Verdade sobre a Revolução de 22.** Rio de Janeiro: Gráfica Portinho Cavalcanti LTDA, 1974, p. 63, 78 e 87.

[133] É interessante observar a ligação de Nilo com os proprietários, José Eduardo de Macedo Soares e Edmundo Bittencourt dos jornais *O Imparcial e Correio da Manhã*, respectivamente: *"Apesar de fluminense, Nilo Peçanha também tinha uma longa experiência de militância política no Distrito Federal. Ao longo dos anos 1890 criou laços de grande proximidade com as massas cariocas, através do movimento jacobino. Após a derrota desse movimento, com a instauração da política dos governadores, tornou-se a principal liderança no Estado do Rio durante quase vinte anos. Ao longo desse tempo sempre buscou construir uma rede de alianças com diferentes setores cariocas, principalmente através das figuras de Maurício de*

quando Mário Rodrigues entrega a carta a Edmundo, após recebê-la do Senador Irineu Machado e Oldemar Lacerda, ele acredita realmente que é verdadeira.[135] Bernardes, nega veementemente a autoria das cartas, através de telegrama enviado, no dia seguinte, ao deputado Bueno Brandão e lido, por este último, na Câmara dos deputados. O próprio irmão de Hermes, Fonseca Hermes, ex-deputado e "agora" tabelião, declara, em 17 de novembro de 1921, ao jornal *O Combate,* ter sido procurado pelo falsário para que este conseguisse um documento com a assinatura de Bernardes, pretextando confirmar sua assinatura. Uma Comissão de Investigação, para apuração de sua autenticidade foi instaurada pelo Clube Militar, em 16 de novembro de 1921. No dia em que o relatório da Comissão é apresentado, em Assembléia do Clube Militar, quando o perito Simão Correia, exibe provas irrefutáveis da falsidade das cartas, tentando derrubar o parecer da Comissão, nada mais adiantava. Ninguém lhe dera ouvidos. Havia 690 sócios, nesse dia e os ânimos se encontravam exaltados. O Clube Militar votara, tendo o plenário decidido, por 493 a 90, pela autenticidade das cartas. O próprio Prestes, ao pedir a palavra, teria discursado contra o relatório da Comissão: "Essas cartas são falsas. Acho que, se devemos fazer uma revolução, precisamos dar à nação motivos justos e não falsos como essas cartas e o laudo com que se procura, agora, legitimar essa falsificação.[136] Prestes foi vaiado. Também a ele não deram ouvidos. Na época era instrutor de engenharia na Escola Militar de Realengo e apesar simpático e solidário a qualquer movimento não via, nesse caso, a coesão e organização necessárias à um levante. Por causa disso, no dia seguinte à Assembléia, teve que enfrentar os ânimos exaltados de seus colegas, na Escola, principalmente de Odílio Denys. Para piorar mais ainda a situação, Epitácio Pessoa que até então acompanhava a discussão à distância, mesmo se aproximando do término de seu mandato, resolveu transferir oficiais que se declararam contra Bernardes para guarnições na Amazônia e no Rio Grande do Sul, acirrando mais ainda os ânimos militares. Juarez Távora em sua obra, *À Guisa de Depoimento sobre a Revolução de 1924*, cita muitos casos de

---

Lacerda, José Eduardo de Macedo Soares, Edmundo Bittencourt e Irineu Machado." FERREIRA, Marieta de M. A Reação Republicana e a crise política dos anos 20. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 6, n. 11, 1993, p. 9-23. Estes dois jornalistas são presos, mais tarde por Arthur Bernardes.

[134] O desafeto ocorreu devido ao não atendimento de um favor político, pedido pelo primeiro para seu afilhado, José Felipe de Freitas Castro. A partir daí tornou-se inimigo de Bernardes que, por sua vez, também recusa-se a reconhecer, eleito, Leão Veloso, deputado pelo estado da Bahia e redator-chefe do *Correio da Manhã.* Essas pequenas desavenças teriam contribuído para que Edmundo fosse parcial, ao julgar pela publicação ou não da carta, em seu jornal. SILVA, Hélio. **1922.** Sangue na Areia de Copacabana. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v. II, 1964, p. 79. (Documentos da História Contemporânea).

[135] Oldemar Lacerda também relata à imprensa , no dia 31 de maio de 1923, todo o ocorrido. A imprensa posteriormente lança um folheto intitulado: *"Desfazendo a confusão"*, que reúne depoimentos de várias pessoas inclusive o do já citado Fonseca Hermes. *Cf.* Ibid.

[136] MEIRELLES, Domingos. **As Noites das Grandes Fogueiras.** Uma História da Coluna Prestes. 6ª ed. Rio de Janeiro: Record, 1999.

transferências e prisões e, dentre eles, o caso da transferência de aproximadamente dez oficiais subalternos, do 1º Regimento de Cavalaria Divisionária, e as prisões de quatro oficiais aviadores navais, por intermédio de um único despacho do presidente.[137]

Decidiram os militares entregar o caso ao julgamento da Nação, nas urnas, unindo-se a Nilo Peçanha na disputa eleitoral denominada por Reação Republicana.

A Reação Republicana surgiu de uma aliança entre os estados do Rio Grande do Sul, Bahia e Pernambuco, unidos em torno de um confronto voltado para uma disputa sucessória à presidência da República, entre os grupos políticos que usufruíam dessa dominação política e os que exerciam oposição a eles, tendo Nilo Peçanha como liderança.

Nilo iniciou sua carreira como deputado federal constituinte, da primeira Constituição Republicana. Permaneceu atuante durante 31 anos,[138] sendo, portanto, uma liderança construída no estado do Rio de Janeiro, desde 1890. O tempo de carreira política de Nilo, só no Rio de Janeiro, foi de 20 anos e, durante esse período, talvez tenha sido o mais ferrenho questionador do esquema sucessório montado por Minas e São Paulo, bem como da política dos governadores, sempre se confrontando com o governo federal.

Além da vasta experiência política e de seu constante posicionamento como opositor da aliança Minas-São Paulo, calcada nas fraudes eleitorais, naquela conjuntura, Nilo era um dos poucos que poderiam ser lançados contra Bernardes. "Além de ser um político de expressão nacional, era, juntamente com Rui Barbosa, um dos únicos líderes ainda sobreviventes dos primórdios da República, o que lhe conferia uma autoridade especial." [139]

---

[137] TÁVORA, Juarez. **À Guiza de Depoimento sobre a Revolução Brasileira de 1924.** São Paulo: Tipografia de O Combate. 3 volumes. Volume I, 1927/1928, p. 39. Somente em 24 de maio de 1923, quando Oldemar, o redator da carta, e Jacinto Guimarães, o que a escreveu, se reuniram, e não só confessaram a falsificação como a reproduziram diante de testemunhas e um tabelião, é que o episódio ficou definitivamente esclarecido. A essa altura, um ano depois, já havia sido traçado um caminho sem volta.

[138] Nilo Peçanha construiu uma carreira política que o levaria a 31 anos de atividades (1890-1921). Era advogado, nascido na cidade de Campos, estado do Rio de Janeiro, em 2 de outubro de 1867. Foi deputado à Assembléia Nacional Constituinte (1890-1891), a primeira Constituição republicana, deputado federal pelo Partido Republicano Fluminense (1891-1903) e senador (1903). Renunciou ao mandato de senador para assumir a presidência do estado do Rio de Janeiro (1903-1906). Foi eleito vice-presidente da República em 1906 e, com o falecimento de Afonso Pena, assumiu a presidência em 14 de junho de 1909. Em 1912, foi eleito senador pelo Rio de Janeiro, estado do qual tornou-se mais uma vez presidente entre 1914 e 1917. Foi ministro da Relações Exteriores (1917) no governo de Vencesláu, em 1921, concorreu à presidência da República na legenda da Reação Republicana, sendo vencido nas urnas por Artur Bernardes, tendo, aí, encerrada a sua carreia política. Faleceu no Rio de Janeiro em 31 de março de 1924. ARQUIVO NACIONAL. Galeria dos Presidentes. (Apresenta informações sobre os presidentes do Brasil). Disponível em: <http://www.arquivonacional.com.br>. Acesso em: nov. 2009.

[139] *"A despeito do inegável prestígio de Nilo, existem entretanto indicações de que essa manifestação não era exatamente fruto do espontaneísmo da população carioca e fluminense."* Os órgãos mais expressivos da imprensa carioca, liderados pelo Correio da Manhã e O Imparcial, (jornal de Maricá) *"foram fundamentais para conformar a opinião pública a favor de Nilo. Edmundo Bittencourt, dono do Correio da Manhã e possuidor de inegáveis qualidades jornalísticas e de uma extraordinária capacidade de despertar o interesse popular,"* juntamente com o nilista José Eduardo de Macedo Soares, irmão de José Carlos de Macedo Soares *"proprietário de O Imparcial, vinha desde algum tempo bombardeando a candidatura Bernardes e exaltando as qualidades políticas e pessoais do líder fluminense."* FERREIRA, Marieta de M. A Reação Republicana e a crise política dos anos 20. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 6, n. 11, 1993, p. 9-23.

Todavia, apesar de ser uma figura política de grande experiência, qualquer que fosse o candidato da oposição, dentro dos padrões políticos vigentes na República Velha, enfrentaria muitas dificuldades, "pois as regras de funcionamento da política dos governadores garantiam a perpetuação das situações no poder, e a sorte das candidaturas oposicionistas parecia já estar traçada antes mesmo da disputa eleitoral." [140]

Os componentes da Reação Republicana acreditavam ser possível ultrapassar esse desafio através do uso de diferentes estratégias. Nilo conduziu sua campanha promovendo a cooptação de grupos aliados que fortalecessem sua candidatura. Buscou o apoio de chefes políticos municipais e estaduais descontentes com as forças bernardistas; fez propaganda eleitoral, uma novidade na época, e procurou apoio militar.

No dia 24 de junho de 1921, no Rio de Janeiro, um grupo de políticos, reunidos no Centro Rio-Grandense, criou o movimento da Reação Republicana, lançando um manifesto que oficializava a chapa Nilo Peçanha - J. J. Seabra. Esse manifesto, basicamente, criticava a adoção de um processo de escolha excludente, para os candidatos à presidência; de um funcionamento do regime federalista, que beneficiava os grandes estados em detrimento dos demais; pleiteava maior autonomia do poder Legislativo em relação ao Executivo; e abordava a indignação dos militares diante da ocupação da pasta do Exército por Pandiá Calógeras, um civil, fato que os desprestigiava.[141]

Em seu programa de governo, para a economia, procurava capitalizar a crise econômica de 1922,[142] motivo de descontentamento à época, defendendo princípios financeiros ortodoxos, reivindicando o equilíbrio do orçamento federal e o equilíbrio cambial. Defendia, também, a importância da agricultura, de sua diversificação; a necessidade de auto-suficiência na produção de alimentos e o amparo as demais culturas como o cacau, a borracha, o açúcar, etc. Através da propaganda eleitoral, prática inédita até então, criou comitês eleitorais estaduais e municipais e organizou viagens por todo o país, propondo a resolução de problemas locais, a solução da crise econômica e a regeneração dos costumes políticos brasileiros.[143]

Com isso, procurava mobilizar a opinião pública e invalidar quaisquer tentativas de uso da fraude e da violência nas eleições, muito comuns na época, além se sensibilizar as

---

[140] FERREIRA, Marieta de M. A Reação Republicana e a crise política dos anos 20. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 6, n. 11, 1993, p. 9-23.

[141] Ibid, p. 9-23.

[142] FRITSCH, Winston. 1922: A Crise Econômica. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 6, n. 11, 1993 p. 3-8.

[143] FERREIRA, op. cit., nota 140, p. 9-23.

Forças Armadas, cooptando os militares, único grupo organizado e capaz de enfrentar as oligarquias.[144] Os militares ajudaram na campanha, fazendo todos os contatos possíveis, não só no meio militar, mas, utilizando todos os conhecimentos que possuíam entre os civis. No depoimento do tenente- coronel Frutuoso Mendes, temos um exemplo bastante esclarecedor disso:

> Finalmente, eis a minha ação: quando ficou, definitivamente, provada a autenticidade da carta do Sr. Artur Bernardes, ofensiva aos brios das classes armadas, estas julgaram-se incompatíveis com o seu insultador e agressor que aspirava ser o seu supremo chefe. Nestas condições e de conformidade com os nossos direitos assegurados pela nossa lei básica, desenvolvemos uma intensa campanha de propaganda contra uma tal candidatura e em favor do chefe da "Reação Republicana" e apelamos para o julgamento da Nação. Felizmente o nosso apelo foi recebido com patriótico ardor comprovado com os quatrocentos mil votos com que foi sufragado o nosso candidato apesar de toda opressão governamental. Individualmente, empreguei os meus melhores esforços para que fosse solucionada a questão de candidatura, em boa paz e harmonia e nesse sentido telegrafei, a 1.º de janeiro do corrente ano, aos Senhores Senador Lauro Sodré, Coronel Pereira Lobo, Presidente de Sergipe, Dr. Souza Castro, Governador do Pará, grandes amigos meus e que pela sua investidura política muito podendo nos auxiliar nesta grande obra de patriotismo. Escrevi, também, a diversos amigos e camaradas políticos apelando para o patriotismo de cada um deles, a fim de que não prestassem apoio a uma candidatura condenada pela opinião pública representada pelas diferentes classes do país. Posteriormente, procuramos um senador federal de um estado do extremo norte a quem pedimos a sua intervenção para terminar a situação premente em que se achavam as classes armadas, que sendo a força, não queriam utilizar "o direito da força, mas a força do direito"; apelamos ainda, para o "Tribunal de Honra" para o Supremo Tribunal Federal, com o fim de patentear, mais uma vez, os nossos intuitos pacíficos; mas, tudo debalde, tudo em vão. [145]

A nomeação de civis para ocupar as pastas militares, durante o governo de Epitácio Pessoa, tal como a de Pandiá Calógeras, para o Exército, e Raul Soares, para a Marinha, agitara os militares e Nilo Peçanha iria aproveitar a ocasião para acusar o governo. O jornal *O Estado de São Paulo* publicaria, no dia 19 de junho de 1921 a seguinte declaração deste candidato:

> Não me parecia nobre que a República, nesse particular, fosse menos liberal que o Império, onde os militares exerciam sua ponderada ação política na alta administração do país, trouxeram sempre a influência de sua abnegação e de sua formação cívica, o altruísmo e o senso profundo do interesse verdadeiramente nacional. A própria experiência da República aí estava a indicar a profundidade dessa colaboração. Em 30 anos de gestão nas pastas militares essa colaboração foi sempre perfeitamente honesta, sem desmerecer à laboriosa gestão atual.[146]

---

[144] FERREIRA, Marieta de M. A Reação Republicana e a crise política dos anos 20. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 6, n. 11, 1993, p. 9-23.

[145] Depoimento do tenente-coronel Frutuoso Mendes no IPM de 1922, apud SILVA, Hélio. **1922.** Sangue na Areia de Copacabana. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v. II, 1964, p. 500. (Documentos da História Contemporânea).

[146] Entrevista de Nilo Peçanha ao jornal *O Estado de São Paulo* 19/06/21 apud FORJAZ, Maria Cecília Spina. **Tenentismo e Política.** Tenentismo e Camadas Médias Urbanas na Crise da Primeira República. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977, p. 35.

O retorno de Hermes da Fonseca da Europa, em novembro de 1920, criou uma expectativa em torno de seu nome, para que fosse candidato à sucessão presidencial. A não concretização de sua candidatura ocorreu, a princípio, por hesitação de Hermes e, em seguida, porque as articulações das bancadas dos estados dissidentes já estavam organizadas em torno da candidatura de Nilo Peçanha. Isso tornava os militares aliados em potencial das oligarquias dissidentes.[147]

De fato, desde o lançamento do manifesto que oficializava a chapa da Reação Republicana, no Centro Rio-Grandense, no Rio de Janeiro,[148] ficaram claras as preocupações de obter uma aproximação com os militares, através da crítica à posição secundária que lhes vinha sendo atribuída pelo governo federal. No programa de Nilo constava, entre outras proposições, a "exigência de maior credibilidade para as Forças Armadas". Na campanha eleitoral estadual, também se procurou a adesão e a participação, na campanha, de vários militares de diversas regiões:

> O arquivo de Nilo Peçanha traz informações significativas acerca de suas ligações com os militares ao longo de todo o segundo semestre de 1921. São inúmeras as cartas de militares provenientes de diferentes estados do país declarando seu apoio a Nilo e relatando suas iniciativas para a criação de comitês eleitorais. A imprensa nilista também fazia questão de enfatizar o apoio dos militares ao candidato oposicionista, como o demonstra a notícia publicada em novembro de 1921 por *O Imparcial*: 'Nilo Peçanha desce de bordo do *Iris* nos braços de um general e de um almirante - O Exército e a Armada se confraternizam com o povo para glorificar o grande líder democrático'.[149]

Ainda que o episódio das "cartas falsas", atribuídas a Arthur Bernardes, não tivesse sido provado, o fato de conter referências desrespeitosas aos militares, teria aumentado a aproximação dos militares com os opositores de Bernardes. Segundo Ferreira "a publicação desses documentos pelo Correio da Manhã visava claramente incompatibilizar o candidato situacionista com os militares e envolvê-los definitivamente na causa dissidente." [150]

As eleições presidenciais realizaram-se em 1º de março, como era previsto, resultando na vitória de Bernardes, com 466 mil votos, contra 317 mil de Nilo Peçanha. O resultado não foi aceito pela oposição, que reivindicaria um Tribunal de Honra, que arbitrasse o processo

---

[147] FERREIRA, Marieta de M. A Reação Republicana e a crise política dos anos 20. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 6, n. 11, 1993, p. 9-23**;** e, FORJAZ, Maria Cecília Spina. **Tenentismo e Política.** Tenentismo e Camadas Médias Urbanas na Crise da Primeira República. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977, p. 37.

[148] A Convenção para a escolha do candidato à presidência, reunida em 8 de junho de 1921, já havia se realizado, sem a presença dos representantes políticos da Bahia, de Pernambuco, do Rio Grande do Sul e do Rio de janeiro, demonstrando, assim que a *"cisão oligárquica estava consumada"*. *Cf.* FORJAZ, ibid.

[149] Ibid, p. 35.

[150] FERREIRA, op. cit., nota 147.

eleitoral. Como a criação desse tribunal não tivesse sido aceito pelos vencedores, iniciou-se uma campanha que incitaria os militares à rebeldia:

> Ao longo de todo o primeiro semestre de 1922, e em especial após as eleições, a imprensa pró-Nilo assumiu uma postura panfletária, denunciando diariamente as punições e transferências sofridas pelos tenentes antibernardistas. Além de denunciar as perseguições feitas pelos bernardistas aos militares, as lideranças da Reação Republicana radicalizavam suas posições, abrindo espaço para a possibilidade de intervenção armada na decisão do conflito político. A esse respeito J. J. Seabra declarava: 'Se não for aceita essa solução patriótica e honrosa do Tribunal de Arbitramento, teremos a luta e a sangueira.'[151]

As lideranças políticas de Minas e São Paulo não se deixaram intimidar. Raul Soares responderia às ameaças de revolta militar, publicadas em *O Estado* da seguinte forma: "Se as classes armadas se acham no direito de fazer a revolução, nós nos achamos no dever de debelá-la." [152]

Os partidários de Nilo foram retirados de todas as comissões da Câmara e dos trabalhos de reconhecimento eleitoral, marginalizadas no cenário político nacional, sem nenhuma possibilidade de acordo. Diante disso, Nilo Peçanha e J. J. Seabra escreveram um manifesto que entre outras coisas declarava: "A dissidência retira-se do Congresso e só a este caberá a responsabilidade do que acontecer de hoje em diante." [153]

Segundo Ferreira, no mês de maio, Dantas Barreto, um aliado de Nilo telegrafou a ele dizendo a seguinte mensagem: "Tribunal de Honra ou revolução."

Para completar esse quadro de insatisfação ocorreu um incidente determinante para um grave conflito entre militares e civis. Como o Exército era usado para conter manifestações contrárias ao governo, em períodos eleitorais, nas eleições estaduais de Pernambuco, disputadas entre o grupo nilista e bernardista dois meses depois das presidenciais, em 27 de maio de 1922, após o pleito, os dois grupos se confrontaram iniciando uma luta armada, envolvendo o Exército. Nesse confronto a morte do dentista Tomás Coelho Filho, dentro de seu carro, nas ruas de Recife, atingido por soldados do Exército, transformou-se num escândalo que chegou aos jornais. Desorientados com o ocorrido, quatro tenentes apelaram ao Clube Militar, telegrafando, ao seu presidente, o Marechal Hermes da Fonseca, para que este intercedesse junto ao comandante daquela guarnição, o coronel Jaime Pessôa,

---

[151] Seabra veio na chapa presidencial como candidato a vice-presidente e mais tarde concorreria ao governo estadual da Bahia. Jornal *O Estado de São Paulo*, 27/4/22. FERREIRA, Marieta de M. A Reação Republicana e a crise política dos anos 20. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 6, n. 11, 1993, p. 9-23.

[152] Ibid, p. 9-23.

[153] Ibid, p. 9-23.

parente de Epitácio Pessôa, a fim de receber orientação de modo a conduzir a atuação das Forças Armadas de forma mais adequada.[154] Hermes da Fonseca, atendendo ao pedido, envia um telegrama alertando este oficial-comandante para as conseqüências que suas ações trariam para a história do Exército, afirmando que "as situações políticas passam e o Exército fica." Alegava também que o governo, ao se utilizar do Exército para, através da violência, obter vantagens políticas sobre seus adversários, procurava "desviar as Forças Armadas do seu alto destino," fazendo com que tomasse "a odiosa posição de algoz do povo pernambucano." Por causa dessa interferência, em 1º de julho de 1922, Hermes da Fonseca recebe uma repreensão do Ministro da Guerra pelo envolvimento no episódio de Pernambuco, emitindo resposta no dia seguinte, na qual afirmava considerar injusta a repreensão.[155] O presidente da República, então, ordenou ao Marechal Gabriel de Sousa Pereira Botafogo que efetuasse sua prisão no 3º Regimento de Infantaria, na Praia Vermelha, gerando uma reação imediata entre oficiais, de generais a tenentes.

A revolta militar, finalmente, aconteceria em 5 de julho de 1922, por todas as razões expostas, tendo sido combatida pelas forças federais, sem que tivesse conseguido atingir seu objetivo: o desagravo às afrontas sofridas pelos militares, que não encontrariam, também, apoio das forças oposicionistas.

Os deputados dissidentes votaram a favor do estado de sítio, pedido por Epitácio, para que pudesse realizar as medidas repressivas e punitivas necessárias dentro da "Lei:"

> Epitácio Pessoa pediu imediatamente a decretação do estado de sítio no Estado do Rio e no Distrito Federal, e grande número de deputados dissidentes do Rio Grande do Sul, Bahia e Pernambuco votaram a favor da medida, demonstrando um recuo das oligarquias e a desarticulação completa da Reação Republicana. Nos meses seguintes, a repressão desencadeada pelo governo fortalecido de Epitácio determinou inúmeras prisões e instaurou vários processos. [...] Passados os momentos mais agudos da crise de 1922, a recomposição do pacto oligárquico parecia completa, as oligarquias dissidentes tentavam se rearticular com a situação dominante de forma a evitar as intervenções federais, reinaugurando um novo monumento de estabilidade. Essa possibilidade, entretanto, se mostrou pouco duradoura, e no final da década novamente a cisão intraoligárquica se manifestou fortemente fazendo eclodir a Revolução de 30.[156]

Para Hélio Silva, o plano de Nilo Peçanha era outro. Não acreditava que os militares se rebelassem. Acreditava, da mesma forma que os militares, ser possível "impedir a posse de

---

[154] SILVA, Hélio. **1922.** Sangue na Areia de Copacabana. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v. II, 1964, p.48. (Documentos da História Contemporânea).

[155] Ibid., p.107.

[156] FERREIRA, Marieta de M. A Reação Republicana e a crise política dos anos 20. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 6, n. 11, 1993, p. 9-23.

Bernardes, diante do Congresso," através de "um grande movimento popular".[157] Ainda segundo o autor, o que Nilo queria era "uma abstenção simpática" por parte dos militares, não imaginando que fosse possível uma rebelião, ainda mais na proporção que ocorreu.

Contudo, fica claro que durante a campanha eleitoral a insatisfação militar havia sido estimulada em proveito dos políticos da dissidência.

Poucos dias depois do início da insurreição militar, a dissidência se dissolveu, reatando antigas alianças políticas, com seus opositores. Mesmo assim, Nilo e seus partidários, pagariam um alto preço pela oposição exercida. Sofreriam toda a sorte de perseguições após a posse de Bernardes. Nilo e todo o grupo que formara a dissidência, no, Rio de Janeiro perderiam seus mandatos,[158] fossem do Legislativo ou do Executivo.[159]

Provavelmente, sentindo-se responsável pelo clima de rebelião que se instalara, no Rio de Janeiro, já que os dissidentes haviam, de certa forma, incitado os militares, durante a campanha, Nilo assumiu o compromisso de atuar como um dos advogados dos revolucionários,[160] tendo defendido os revoltosos até o fim de sua vida.

> Reuniram-se, hontem, ás duas horas da tarde no escriptorio do Dr. Justo Mendes de Moraes, sob a presidência de do senador Nilo Peçanha, os advogados de defesa dos accusados, nos successos de 5 e 6 de julho do anno passado. A essa reunião estiveram presentes, além do senador Nilo Peçanha e Dr. Justo Mendes de Moraes, os Drs. Targino Ribeiro, Themístocles Cavalcanti, Odilon de Andrade e outros. O Dr. Evaristo de Moraes escreveu uma carta desculpando a sua ausência e declarando-se solidário com todas as deliberações tomadas por seus collegas. Os Drs. Mario Carneiro e Heitor Lima justificaram o seu não comparecimento. O senador Nilo Peçanha explicou então, os fins da reunião, elogiando a atitude da defesa que durante os trabalhos do summario de culpa manteve dignamente a maior solidariedade, sendo unanimemente, sustentado pelos collegas os casos ali discutidos, fortalecendo assim, a todos os princípios por elles defendidos. Aconselhou aos collegas que continuassem unidos, combinando os planos a adoptar no próximo interrogatório dos réos. Declarou S. Ex. que do estudo que fez detidamente do processo, não colheu absolutamente contra os accusados, nenhuma prova efficiente, capaz de determinar o crime. Dos autos não consta nenhuma accusação justa aos moços da Escola Militar e soldados dos fortes de Copacabana e Vigia nem aos que se viram indirectamente implicados no caso. Falou depois o Dr. Justo Mendes de Moraes que estudou minuciosamente os pontos jurídicos da accusação, historiando as phases e incidentes mais importantes do processo, atravez os trabalhos do summario. Recordou a jurisprudência, trazendo explicações interessantes, dentro do direito, para as principaes bases

---

[157] SILVA, Hélio. **1922.** Sangue na Areia de Copacabana. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v. II, 1964, p.253. (Documentos da História Contemporânea).

[158] Refiro-me aos políticos do Rio de Janeiro. Futuramente Bernardes interferiria no mandato de J. J. Seabra, no governo da Bahia, além de tentar atingir, também, Borges de Medeiros, no Rio Grande do Sul. Quanto a este último, o único ganho que obteve foi a mudança do artigo constitucional, que permitia a reeleição. Ver mais, Ibid., p.250-80.

[159] Era muito comum, nesta época, que os políticos lançassem mão da prática de intervenção federal. O próprio Hermes da Fonseca havia, durante o seu mandato presidencial, se utilizado desse recurso através da "política das salvações". Nilo também interveio no Rio de Janeiro, tirando Alfredo Backer do poder, na ocasião em que assumiu a presidência da República, para completar o quatriênio de Afonso Pena. Hélio Silva comenta que *"ao tempo da Constituição Federal de 1891, as situações estaduais somente sofriam soluções de continuidade por duas vias: a intervenção federal ou o estado de sítio"*. Ibid, p.250-80.

[160] Exerceu o cargo de curador de menores, representando os alunos da Escola Militar de Realengo.

> da denuncia. Em seguida todos os advogados presentes manifestaram as suas opiniões, tendo ficado enfim, definitivamente combinados os planos da defesa no interrogatório dos réos. [161]

É notório o empenho de Nilo Peçanha e o uso de sua influência política na tentativa de reunir os melhores advogados em torno do caso[162] e na assunção da defesa dos alunos da Escola Militar, como curador de menores. Quanto à sua carreira política, estava terminada. Segundo Marieta Ferreira "Nilo Peçanha morreria na adversidade, vencido na política federal e na estadual, mas com uma auréola de popularidade que ele não prezaria menos que o prestígio dos postos oficiais." [163]

1.7 Os motivos alegados

Se observarmos o discurso inicial de alguns militares, que se destacaram no processo de revoltas ocorrido, nesse e em outros períodos, veremos que apontavam na direção da legalidade e acusavam o governo de corrupção e parte de seus perseguidores como representantes de um falso legalismo, que contava "apenas com meia dúzia de graduados sem valor e sem dignidade, cujos galões foram conquistados com o sacrifício da própria honra militar." [164]

A idéia de realizar um desagravo a uma série de ofensas contra alguns oficiais e consequentemente à corporação, fora o móvel das insurreições militares contra civis que envolveram Deodoro e Floriano; e, agora, somavam-se, estes agravos, às acusações de corrupção administrativa e fraude eleitoral, como móvel das insurreições militares da década de 20, ainda que muitos membros da corporação se mantivessem fiéis ao governo. Fica claro ao historiador que, em detrimento de construções teóricas requintadas, decida olhar para as motivações dos militares, abstraindo-se da visão de mundo dos civis, que a prisão do Marechal Hermes e o fechamento do Clube Militar, somados aos ânimos acirrados por causa da publicação das supostas cartas de Bernardes, fatos considerados graves ofensas ao Exército, desencadearam o levante de 1922.

---

[161] Jornal *A Nação*, 24/10/23. FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. FGV. CPDOC. Rio de Janeiro: Arquivo Themístocles Brandão Cavalcanti, TBC c 1921.09.00.

[162] Nilo morreria antes de ver o processo concluído, no ano seguinte, em 1923.

[163] FERREIRA, Marieta de M. A Reação Republicana e a crise política dos anos 20. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 6, n. 11, 1993, p. 9-23.

[164] Trecho da última entrevista do general Isidoro Dias Lopes, concedida ao jornalista Paulo Duarte, no dia da retirada das tropas revolucionárias da capital paulista. In SILVA, Hélio. **1922.** Sangue na Areia de Copacabana. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v. II, 1964, p. 387-8. (Documentos da História Contemporânea).

Julgavam-se moralmente acima do governo,[165] estando, portanto, justificados em seus atos de rebeldia, mas suportaram repreensões, prisões, transferências, até que uma de suas lideranças foi diretamente atingida moralmente, como o foi Deodoro da Fonseca, no passado e seu sobrinho Hermes em 1922. Afinal, a prisão de um marechal, que já havia sido presidente do país, considerado um representante do Exército, era um ultraje. Especialmente por ter ele apenas orientado ao oficial de Pernambuco, num caso tão irregular para um governo. Para completar fora mantido preso num regimento comandado por um tenente-coronel, numa situação de normalidade do Regime, rompendo com a hierarquia.[166]

Não restara outra saída, em desagravo ao Exército senão a revolta militar.

A falta de entendimento de como pensavam os militares, por parte dos civis, gerou uma situação que poderia ter sido evitada, se fosse tratada com prisões por simples indisciplina, acompanhadas de penas leves, com julgamento em foro militar, seguidas de anistia. Ao contrário disso, o endurecimento da repressão, que se seguiu à revolta de 1922, e a negativa de anistia, foram cruciais para a continuação das insurreições e, principalmente, para o aumento de adesões. Isso ocorreu porque a situação daqueles que foram presos, e carregaram sobre seus ombros a violência da repressão desencadeada pelo governo, faria com que outros, que não puderam ou não queriam aderir, se manifestassem:

> Não pensou o senhor Arthur Bernardes e não pensaram os demais mandatários do Governo, que esses rapazes pudessem conservar no seio do Exercito, amigos que os não deixariam cahir sosinhos? Santa ingenuidade! Era, portanto, claro, evidente, que novo "movimento" irromperia no seu Governo, iniciado de pouco. (...) Do que ficou escripto, conclue-se logo que adheri no segundo levante por ter elle como um dos fins principaes fazer voltar ao Exército, de onde foram injustamente afastados, alguns dos seus melhores elementos.[167]

Conforme foi se tornando óbvio que, sob o governo de Bernardes, os revoltosos não teriam respeitados o seu intuito de desagravo, tendo o governo, ao contrário, entregado seu processo à justiça civil, que lhes imputou uma condenação que gerava sua expulsão do Exército e lhes reservava as prisões, não havia como retroceder. Basta que atentemos para o

---

[165] Albertini cita Castro quando afirma que, quando este autor pretende estabelecer fronteiras entre militares e 'paisanos,' "a mensagem que se transmite é a de que em geral os militares não são apenas diferentes dos civis, mas também são melhores: uma elite, fundada sobre princípios éticos e morais corretos e sãos." Dessa forma Albertini aprofunda a idéia inicial de Castro. CASTRO, Celso. **O Espírito Militar.** Um antropólogo na caserna. Rio de Janeiro: Zahar, 1990, apud ALBERTINI, Lauriani Porto. O Exército e os outros. In CASTRO, Celso e LEIRNER. Piero, (orgs.). **Antropologia dos Militares.** Reflexões sobre pesquisa de campo. Rio de Janeiro: FGV, 2009, p. 81.

[166] Ver mais em ARAGÃO, Isabel Lopez. **1924:** A Revolução que começou em 1889. Monografia (pós-graduação em História do Brasil). Universidade do Estado do Rio de Janeiro. UERJ. 2006. 385 f.

[167] CHEVALIER, Carlos. **Memórias de um Revoltoso ou Legalista?** 1922-1926. Rio de Janeiro: Estabelecimento Graphico Nictheroy, 1925, p. 76-77. Carlos Saldanha da Gama Chevalier é Tenente da Aviação do Exército, como Eduardo Gomes, ambos revoltosos e a referência acima é de uma autobiografia do primeiro.

fato de que a condenação ao artigo 107, do qual falarei mais adiante, foi proferida no início de 1923, ano em que, imediatamente iniciaram-se os preparativos para os levantes de 1924.

Juarez Távora mostra porque uma revolta em torno do desagravo ao Exército foi-se transformando numa idéia de moralização social e de retorno à legalidade. Dirá que a subserviência à autoridade civil corrompida terá como conseqüência "a corrupção de uns membros do Exército corruptíveis," e a humilhação de outros, que desejarem manter a "honra" do Exército, instituição a que fazem parte:

> [...] '(os maus políticos) não as podem encaminhar bem [às forças armadas] porque para auferirem vantagens nas suas lutas desleais, não só terão de manter a Força Pública conturbada, retalhada e combalida, mas pervertida a sua parte mais fraca e humilhada a que deseja ver a honra dos militares acima de todas as comodidades.'
> 'Para realizar seus propósitos - continuava o mesmo 'tenente' - 'as vantagens de qualquer sorte (missões rendosas, promoções antecipadas, transferências de guarnições e de quadros, impunidade perante a justiça, etc.) são os meios de que se servem os políticos dominadores para desviar o militar pouco escrupuloso dos princípios da boa moral, a fim de o colocarem ao serviço de uma causa impatriótica.'[168]

Os membros corruptíveis eram os oficiais "cujos galões foram conquistados com o sacrifício da própria honra militar," [169] a que Isidoro se referia no início deste sub-capítulo. Juarez referia-se a própria situação dos revoltosos, pois eles eram a parte do Exército humilhada, "a que deseja[va] ver a honra dos militares acima de todas as comodidades," todos tratados como bandidos, perseguidos, presos, ou mortos; referia-se, também, aos que não se rebelaram e estavam submetidos às ordens de oficiais superiores, permanecendo ao lado do governo, recebendo "missões rendosas, promoções antecipadas, transferências de guarnições e de quadros, impunidade perante a justiça," como o caso do Marechal Carneiro da Fontoura, promovido pelo poder público civil, embora fosse conhecido de todos seu envolvimento em atos de corrupção.[170] Não se pode esquecer que, conforme aponta Isidoro Dias Lopes, haviam ainda "aquelles que, em ponto de vista atrazado, honestamente pensam[vam] que estão[vam] cumprindo o dever de defender o princípio da autoridade.[171]

---

[168] AZEVEDO, Asdrúbal Gwyer de. Os Militares e a Política. Barcelos, Portugal: Minho, 1926, p.34 apud COELHO, Edmundo Campos. **Em Busca de Identidade:** O Exército e a Política na Sociedade Brasileira. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1976, p. 88.

[169] Trecho da última entrevista do general Isidoro Dias Lopes, concedida ao jornalista Paulo Duarte, no dia da retirada das tropas revolucionárias da capital paulista. In SILVA, Hélio. **1922.** Sangue na Areia de Copacabana. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v. II, 1964, p. 387-88 (Documentos da História Contemporânea).

[170] Jornal *A Notícia* 08/ 04/26 apud MEIRELLES, Domingos. **As Noites das Grandes Fogueiras.** Uma História da Coluna Prestes. 6ª ed. Rio de Janeiro: Record, 1999, p. 519-526.

[171] Carta de Isidoro Dias Lopes, de Foz do Iguaçu, em 27/02/25, para Azevedo Lima. ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. APESP. Acesso rápido. Cartas da Revolução de 24. Acervo Digitalizado. Disponível em <http://www.arquivoestado.sp.gov.br>. Acesso em: out. 2009.

Há, contudo, nesta declaração de Juarez Távora, uma assertiva muito importante a ser considerada. O oficial afirma que membros de um poder civil corrompido "não as podem encaminhar bem [às forças armadas]" desviando "o militar pouco escrupuloso dos princípios da boa moral, a fim de o colocarem ao serviço de uma causa impatriótica." De um jeito ou de outro, se estava, esta força, subordinada, pela Constituição, à presidência, mesmo aqueles que tivessem "escrúpulos" terminariam por serem colocados "ao serviço de uma causa impatriótica." Isso acontecera com Jaime Pessôa, no caso de Pernambuco que relatei a poucas páginas atrás, quando um tenente escreveu a Hermes da Fonseca desorientado, pedindo-lhe um conselho. O resultado disso foi que o próprio comandante da guarnição, ouviu o conselho do Marechal, apresentando-se às autoridades militares e pedindo para deixar o comando, o que deixou Epitácio Pessôa furioso. Juarez também afirma haver intencionalidade em manter a tropa [o Exército] "conturbada, retalhada e combalida, mas pervertida a sua parte mais fraca e humilhada a que deseja ver a honra dos militares", para, assim, "realizar seus propósitos," pois um Exército fortalecido poderia combater o governo facilmente.

Quanto aos agravos ao Exército o protesto era tão recorrente, que não é necessário muito conhecimento sobre a história institucional para lembrarmo-nos de declarações, de até três décadas anteriores, que se mostravam atuais à época em que viviam os insurrectos. Nesse sentido, se compararmos a conversa de Deodoro com o Visconde de Ouro Preto, na ocasião da Proclamação da República, bem como o discurso de outros militares, ao longo da história militar, este, parecerá uníssono.

> No meio do mais profundo silêncio, cientificou-me de que se pusera à frente do Exército para vingar as gravíssimas injustiças e ofensas que enumerou [...]. Só o Exército, afirmou, sabia sacrificar-se pela pátria e, no entanto maltratavam-no os homens políticos, que até então haviam dirigido o país, cuidando exclusivamente dos seus interesses pessoais.[172]

Eram protestos já conhecidos dos bacharéis e ao mesmo tempo tão atuais, "as gravíssimas injustiças e ofensas," somados ao modo de governar "cuidando exclusivamente" de "interesses pessoais." Agora, em 1922 víamos nas declarações dos revoltosos as mesmas questões em aberto, transpondo o tempo e trazendo ao presente o conflito entre civis e militares, com apenas algumas atualizações, haja vista terem se passado *apenas 33 anos* entre o que disse Deodoro e as declarações de 1922, entre a Proclamação da república e o "5 de julho" de 1922.

---

[172] CASTRO, Celso. **Os Militares e a República.** Um estudo sobre a cultura e ação política. Rio de janeiro: Zahar, 1995, p. 94. Conversa entre Deodoro e O Visconde de Ouro Preto, momentos antes de Deodoro destituí-lo do cargo, no dia da Proclamação da República.

Na obra de Fausto, há uma afirmação conclusiva de Távora sobre a corrupção no poder público civil. Para ele, os bacharéis que estavam ao lado do governo, eram "políticos profissionais, hábeis e inúteis chicanistas" e alguns oficiais do Exército ou da Marinha podiam "ombrear-se com o bacharelismo desses políticos profissionais."[173]

Para os revolucionários, o respeito ao "chefe supremo das Forças Armadas", o presidente da Republica, e à hierarquia militar, estavam diretamente condicionados ao cumprimento da lei pelos civis e militares, fossem eles o presidente da República, ou os oficiais mais graduados, aos quais estavam subordinados hierarquicamente. Para eles, justamente por ocuparem os cargos de "chefe supremo da nação" e de oficiais superiores, responsáveis pela corporação, deviam agir dentro da lei. A própria Constituição de 1891, com bases liberais, garantia o direito de insurreição caso isso não ocorresse. O artigo 14, dessa lei, trazia a mensagem clara de que "a força armada é [era] essencialmente obediente, *dentro dos limites da lei*, aos seus superiores hierárquicos e obrigada a sustentar as instituições constitucionais."[174] Era exatamente o que estavam fazendo, defendendo as instituições constitucionais da ilegalidade que se instituíra, por causa da disputa da hegemonia do poder político.

> [...] a força armada não jura fidelidade incondicional aos agentes do poder constituído. Jura, sim, obediência à Constituição. O seu papel no mecanismo interno da República é a garantia da lei. E só dentro dos limites dela é que sua obediência, indispensável à própria disciplina, deve exercer-se sem discussão, sem controvérsias.[175]

Reivindicavam uma disciplina no governo civil, no mesmo nível da que estavam submetidos e cobravam que os dirigentes se portassem com "austero culto do dever,"[176] como lhes era cobrado, inclusive, pelo próprio Epitácio Pessôa, ao classificar as atitudes de Hermes da Fonseca, como atos de indisciplina. Mais uma vez fundamentavam as ações dos membros do "mundo de fora", nos mesmos parâmetros que existem no "mundo de dentro," avaliando as

---

[173] TÁVORA, Juarez. À Guiza de Depoimento sobre a Revolução Brasileira de 1924. São Paulo: Tipografia de O Combate. 3 volumes 1927/1928, Volume I, p. 93 apud FAUSTO, Bóris. **Revolução de 1930.** 14ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

[174] BRASIL. Constituição. (1891). **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil (24 de fevereiro de 1891)**. TÍTULO I; *Da Organização Federal;* DISPOSIÇÕES PRELIMINARES: Art. 14 – *"As forças de terra e mar são instituições nacionais permanentes, destinadas à defesa da Pátria no exterior e à manutenção das leis no interior. A força armada é essencialmente obediente, dentro dos limites da lei, aos seus superiores hierárquicos e obrigada a sustentar as instituições constitucionais."* Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/>. Acesso em ago. 2010.

[175] TÁVORA, Juarez. op. cit., nota 173, p. 90, apud COELHO, Edmundo Campos. **Em Busca de Identidade:** O Exército e a Política na Sociedade Brasileira. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1976, p. 89.

[176] Declarações do Ten. - Cel. Frutuoso Mendes em seu depoimento prestado a 27 de setembro de 1922, no Inquérito Policial Militar a que respondeu, apud SILVA, Hélio. **1922.** Sangue na Areia de Copacabana. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v. II, 1964, anexos, pp. 493-502. (Documentos da História Contemporânea).

ações dos civis segundo padrões de conduta próprios ao *ethos* militar.[177] Afirmavam ser, o argumento de indisciplina para prender Hermes da Fonseca, um "falso pretexto" para prendê-lo. Observe como Frutuoso Mendes se refere a Epitácio:

> [...] essa disciplina de que tanto fala e abusa, mas de que não cuida e que, somente exige, dos que têm a altivez de não submeterem-se aos seus caprichos, essa disciplina que é igual para todos: para a autoridade que manda e para o indivíduo que obedece; essa disciplina que na "Escola Militar" aprendi e depois tenho sempre ensinado e que "consiste no rigoroso cumprimento do dever, espontânea e conscientemente"; essa disciplina que Rui Barbosa prega e ensina desde a monarquia e que "consiste em um vínculo comum que submete o comandante e o comandado, a direção e a força que a serve, à impersonalidade do regime legal. A condição da docilidade do elemento militar à ascendência do regime civil está na observância, por este, dos princípios permanentes da ordem militar. Não se pode manter a excepcionalidade férrea das leis disciplinares no Exército senão pelo mais austero culto do dever; e este será impossível, se do governo, que exige obediência às suas ordens, não baixar o exemplo do respeito aos limites, que o direito positivo lhes impôs.[178]

Essa era a questão crucial: "A condição da docilidade do elemento militar à ascendência do regime civil está na observância, por este, dos princípios permanentes da ordem militar."[179] Os civis lidavam com os militares sem considerar esse ponto, sem considerar como pensavam e agiam os membros do "mundo de dentro." Para além dessa questão, se os militares fundamentam as ações dos membros do "mundo de fora", nos mesmos parâmetros que existem no "mundo de dentro," como já foi dito, avaliando as ações dos civis segundo padrões de conduta próprios ao *ethos* militar,[180] consequentemente, sua "percepção e a interação com o 'mundo de fora,'" possui "critérios homólogos à sua organização interna," determinantes de como os militares "classificam, ordenam e idealmente codificam, processam e negociam sua identidade com os civis."[181] Por isso, asseverava Frutuoso, consideravam a disciplina que lhes era cobrada "igual para todos: para a autoridade que manda e para o indivíduo que obedece."[182] Se essa fronteira primordial entre o 'dentro' e o 'fora' era ignorada pelo elemento civil, e nenhum dos lados cedia, um conflito, um choque

---

[177] CASTRO, Celso. **Goffman e os Militares:** sobre o conceito de instituição total. Disponível em: <http://www.aman.ensino.eb.br/>. Acesso em: fev. 2009. ALBERTINI, Lauriani Porto. O Exército e os outros. In: CASTRO, Celso e LEIRNER. Piero, (orgs.). **Antropologia dos Militares.** Reflexões sobre pesquisa de campo. Rio de Janeiro: FGV, 2009, p. 81.

[178] Declarações do Ten. - Cel. Frutuoso Mendes em seu depoimento prestado a 27 de setembro de 1922, no Inquérito Policial Militar a que respondeu apud SILVA, Hélio. **1922**. Sangue na Areia de Copacabana. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v. II, 1964, anexos, pp. 493-502. (Documentos da História Contemporânea).

[179] Ibid, p. 493-502.

[180] CASTRO, op. cit., nota 177 e ALBERTINI, in: CASTRO e LEIRNER, op. cit., nota 177, p. 81.

[181] Cf. ibid, p. 81.

[182] Cf. ibid, p. 81.

de visões de mundo estava estabelecido. Nesse sentido, se ignorada "a força do processo de construção" dessas "*fronteiras simbólicas,*"[183] estabelecendo, o poder público civil, como parâmetro para a ação rebelde do militar, a *indisciplina*, enquanto, os militares, justificam sua ação a partir daquilo que consideram um desrespeito aos *"princípios permanentes da ordem militar,"* [184] conforme as palavras do próprio Coronel Frutuoso Mendes, não haveria consenso.

O tenente-coronel, Frutuoso Mendes também cobra de Epitácio o que chama de verdadeira "Legalidade," relativizando, assim, o conceito de lei, justificando o ato da revolução como legítimo, dadas as condições excepcionais, de ilegalidade, em que o país se encontrava, em função dos atos cometidos pelo Poder Executivo. Acusava as autoridades civis como as culpadas da revolução militar, apoiado nas palavras de Rui Barbosa:

> Tão fundo penetrou no coração dos oficiais o grande ultraje que, alguns, até então seus partidários, justamente indignados, aderiram à Revolução como única solução contra a afronta, a tirania, e da violação do direito baseado na lei, que é igual para todos e tão intencionalmente desprezada por ele, sem se lembrar do que cantava a musa de Solon: 'o desprezo da lei alastra de males a cidade" e que na frase do estadista helênico: 'a lei encadeia os maus, extingue a violência, coíbe a sedição e aplaca os furores da discórdia' e que segundo Rui Barbosa: - A lei é a origem espiritual, o princípio necessário de toda a obediência: não pode haver absurdo mais absurdo do que reclamar a obediência, desobedecendo a lei... Foi a insurreição da autoridade civil contra a legalidade que soprou nas fileiras do Exército o primeiro movimento de resistência do governo de sua majestade... Na lei é que se acha a base de todos os poderes, efêmeros e desprezíveis, se assentam na força, invioláveis e duradouros, se descansam no direito... Os direitos da farda, as formas protetoras de sua honra, os princípios tutelares de sua justiça são intangíveis ainda no arbítrio dos soberanos... Não inspireis à alma do soldado a mentira, a baixeza, a hipocrisia, os vícios mais opostos à lealdade e à inteireza, que são as bases do dever militar, onde a disciplina assenta na honra...[185]

Sobre a afirmação de Frutuoso de que "não pode haver absurdo mais absurdo do que reclamar a obediência, desobedecendo a lei," Juarez Távora, uma das lideranças mais significativas dos revoltosos, afirma que a força armada não jurara "fidelidade incondicional aos agentes do poder constituído." Segundo ele, "o seu papel no mecanismo interno da República é a garantia da lei" e só dentro dos limites da lei é que os militares deveriam exercer a obediência, "indispensável à própria disciplina". Somente dentro da lei deveriam obedecer, "sem discussão, sem controvérsias", repetindo a alusão de Frutuoso, de "obediência

---

[183] Cf. CASTRO, Celso. **Goffman e os Militares**: sobre o conceito de instituição total. Disponível em: <http://www.aman.ensino.eb.br/>. Acesso em: fev. 2009. ALBERTINI, Lauriani Porto. O Exército e os outros. In: CASTRO, Celso e LEIRNER. Piero, (orgs.), CASTRO, Celso e LEIRNER. Piero, (orgs.). **Antropologia dos Militares.** Reflexões sobre pesquisa de campo. Rio de Janeiro: FGV, 2009, p. 81.

[184] Declarações do Ten. - Cel. Frutuoso Mendes em seu depoimento prestado a 27 de setembro de 1922, no Inquérito Policial Militar a que respondeu apud SILVA, Hélio. **1922.** Sangue na Areia de Copacabana. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v. II, 1964, anexos, pp. 493-502. (Documentos da História Contemporânea).

[185] Ibid, p. 493-502.

dentro dos limites da lei,"[186]como previa a Constituição.[187] Fora, então, "a insurreição da autoridade civil contra a legalidade que soprou[ara] nas fileiras do Exército o primeiro movimento de resistência,"[188] pois, ao ignorar os valores do "mundo de dentro,"[189] inspirando "à alma do soldado a mentira, a baixeza, a hipocrisia, os vícios mais opostos à lealdade e à inteireza, que são as bases do dever militar, onde a disciplina assenta na honra," [190] deixaram este "soldado" em posição moral, na qual só restava a reação.

Compartilhavam da idéia de que eram os verdadeiros legalistas também os demais revoltosos, como podemos observar no comentário de Silva acerca do depoimento de um dos rebeldes:

> [...] respondendo à pergunta do juiz, no interrogatório: "É culpado ou não?" adotaram quase todos os oficiais uma forma invariavelmente única: "sua consciência não o acusa de ter cometido crime algum"...[191]

O Marechal Odilio Bacellar redige uma carta à imprensa, na qual deixa claro que não se consideram os ilegais, ou mesmo "revolucionários", comparando esse termo à ilegalidade praticada pelo governo e, numa inversão de idéias, propondo que os revoltosos sim, lutavam pela legalidade.

> **Uma carta do Marechal Odilio Bacellar**
>
> A Imprensa paulista publicou hontem o seguinte:
> O Marechal Odilio Bacellar, em brilhante carta-protesto, assim se expressa sobre o movimento revolucionário do país, iniciado pelas forças aquarteladas em São Paulo:
> Aos meus camaradas do Exército, da Marinha, das Policias Militarisadas, ás classes operarias e ás classes productoras do meu pais:
> O meu precário estado de saúde, aggravado com as preocupações e a actividade da noite de 4, do corrente, obrigou-me para tratamento e repouzo, a uma ausência que pode levar a alguns curiosos a perguntarem aonde estou.

---

[186] COELHO, Edmundo Campos. **Em Busca de Identidade:** O Exército e a Política na Sociedade Brasileira. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1976, p. 89.

[187] BRASIL. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil (de 24 de fevereiro de 1891)** TÍTULO I; *Da Organização Federal;* DISPOSIÇÕES PRELIMINARES: Art. 14 – *"As forças de terra e mar são instituições nacionais permanentes, destinadas à defesa da Pátria no exterior e à manutenção das leis no interior. A força armada é essencialmente obediente, dentro dos limites da lei, aos seus superiores hierárquicos e obrigada a sustentar as instituições constitucionais."* Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/>. Acesso em ago. 2010

[188] Declarações do Ten. - Cel. Frutuoso Mendes em seu depoimento prestado a 27 de setembro de 1922, no Inquérito Policial Militar a que respondeu apud SILVA, Hélio. **1922**. Sangue na Areia de Copacabana. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v. II, 1964, anexos, p. 493-502. (Documentos da História Contemporânea).

[189] CASTRO, Celso. **Goffman e os Militares**: sobre o conceito de instituição total. Disponível em <http://www.aman.ensino.eb.br/>. Acesso em: fev. 2009. ALBERTINI, Lauriani Porto. O Exército e os outros. In: CASTRO, Celso e LEIRNER. Piero, (orgs.). **Antropologia dos Militares.** Reflexões sobre pesquisa de campo. Rio de Janeiro: FGV, 2009, p. 81.

[190] Declarações do Ten. - Cel. Frutuoso Mendes em seu depoimento prestado a 27 de setembro de 1922, no Inquérito Policial Militar a que respondeu apud SILVA, op. cit. nota 188.

[191] Ibid, p. 493-502.

> Respondo categoricamente; estou ao lado de Isidoro, onde sempre estive e estarei, até ver o meu paiz transformado em uma Patria de homens livres, onde o regimen adoptado pela revolução triunfante, na manhã de 15 de Novembro de 1889, seja um facto.
> Infelismente a situação em que nos achamos, de 4 para 5 do corrente, não nos permittiu que o paiz, tendo conhecimento do movimento regenerador, tivesse simultaneamente conhecimento dos seus fins e quaes as cauzas que o determinaram. Isso que ahi está com os pomposos nomes de poder executivo, legislativo e judiciário, não passa de uma sociedade de auxílios mútuos, onde os seus membros, para mais livremente agirem, inventaram a celebre lei de imprensa, que fechou a ultima válvula que a liberdade ainda tinha.
> Somos revolucionários? Não. Revolucionarios são os que têm mantido a nação, rasgando diplomas, que representam a verdadeira opinião publica; revolucionários são os que votam nivelando os operários aos antigos escravos; revolucionários são os que têm annulado a autonomia dos Estados, collocando á testa delles, falsos representantes dos mesmos; revolucionarios são os que se têm transformado rapidamente de pobretões de hontem, em ricaços de hoje; revolucionários são os que têm arruinado o paiz com a advocacia administrativa; revolucionários são os que levaram a Patria á miséria, situação em que ella se acha.
> Comparae o estado em que se acha a nossa Patria, esse colosso em território e em riquezas, com outros paizes da America do Sul, pequenos e sem os nossos thesouros, e dizei: é a nós que cabe a responsabilidade da situação actual? Não; esta cabe inteira aos políticos profissionaes, que têm arruinado a nação em proveito próprio.
> Temos ouvido constantemente attribuir-se á grande guerra a cauza dos nosso males. Pois nós, que só entramos nella platonicamente, para tomar navios allemães, e vendel-os, por um bom preço, á França, podemos attribuir a nossa situação á grande guerra? O que diriam as grandes nações que nella tomaram parte directamente?
> A situação actual da França, Inglaterra, Italia, Japão (com o terremoto inclusive) demonstraram, á evidencia, a incapacidade dos nossos governantes.
> Foi, pois, tendo acima de nós o altar da Patria, que resolvemos salval-a ou morrer por Ella.
> O nosso programa é o publicado por Isidoro, companheiros que fomos na organização do movimento regenerador.
>
> São Paulo, julho de 1924 - (a) Marechal Odilio Bacellar[192]

Os revoltosos, nesse sentido, consideravam-se os legalistas de fato e tinham como projeto político um "movimento regenerador," como afirma Odilio Bacelar. É pelo *ethos* que lutam, razão pela qual a punição na proporção que lhes foi imposta passou a ser considerada uma injustiça ainda maior. Conheciam os jogos de força que havia na sociedade a qual pertenciam e, sendo para eles, a revolta, um instrumento político, julgavam-se, portanto, mais do que justificados perante a lei e o *ethos* militar, o que tornava legítima sua ação e lhes dava mais convicção.

> [...] Não há então natureza criminosa, mas jogos de força que, segundo a classe a que pertencem os indivíduos, os conduzirão ao poder ou à prisão: pobres, os magistrados de hoje sem dúvida povoariam os campos de trabalhos forçados; e os forçados, se fossem bem nascidos, 'tomariam assento nos tribunais e aí distribuiriam justiça'. No fundo, a existência do crime manifesta felizmente uma 'incompressibilidade da natureza humana'; deve-se ver nele, mais que uma fraqueza ou uma doença, uma energia que se ergue, um 'brilhante protesto da individualidade humana' que sem dúvida lhe dá, aos olhos de todos, seu estranho poder de fascínio. [...] Pode então acontecer que o crime constitua um instrumento político que seja tão importante para a libertação de nossa sociedade quanto foi para a emancipação dos negros;

[192] ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. APESP. Carta do Marechal Odilio Barcellar, de São Paulo, em 00/07/24, para a Imprensa paulistana. Acesso rápido. Cartas da Revolução de 24. Acervo Digitalizado. Disponível em <http://www.arquivoestado.sp.gov.br>. Acesso em: out. 2009.

> teria esta acontecido sem ele? 'O veneno, o incêndio e às vezes até a revolta atestam as ardentes misérias da condição social". [193]

Nas palavras do próprio Isidoro Dias Lopes, comandante do levante de São Paulo, e demais ações rebeldes, até a passagem do comando para Prestes, ao lançar o programa de governo dos revoltosos, em 1924, após a invasão da capital de São Paulo, vemos confirmados os argumentos anteriores:

> [...] Ela traz, [a Revolução] como um dos seus objetivos, a substituição do atual governo da República, por entenderem os seus chefes e orientadores, que este governo não está a altura dos destinos do país e que, por fatos cuja citação é desnecessária, por mui notórios, tem demonstrado praticamente ser a continuação dos governos eivados de vícios que tem dirigido o Brasil nestes últimos lustros. Estes governos de nepotismo, de advocacia administrativa e de incompetência técnica na alta administração, de concessão em concessão, de acordos em acordos, vem arruinando paulatinamente as suas forças vivas, aniquilando-o interna e externamente. [...] os chefes do movimento revolucionário querem dar o exemplo que empreste autoridade à sua crítica aos republicanos, que, até agora, ocuparam os altos postos da administração do país e que, com raras exceções, não souberam servi-lo nos seus interesses gerais. [...] O Brasil está reduzido a verdadeiras satrapias, desconhecendo-se completamente o merecimento dos homens e estabelecendo-se como condição primordial, para o acesso às posições de evidência, o servilismo contumaz, que, movendo-se pela moda das ambições, cada vez mais se generaliza, constituindo fator de degradação social.[194]

Novamente a assertiva de que "este governo não está[va] à altura dos destinos do país", aparece. De que há um poder público corrupto, que governa "de acordo em acordo," através de "concessões" e de "incompetência" e "advocacia administrativa" - usando o termo "advocacia," em referência à velha rivalidade entre militares e bacharéis. Isidoro é mais genérico ao denunciar que "desconhecendo-se completamente o merecimento dos homens," fora estabelecida como condição primordial, para o "acesso às posições de evidência," o "servilismo contumaz," que, "movendo-se pela moda das ambições," cada vez mais constituía-se como "fator de degradação social."[195] Não se refere à concessão de privilégios somente para oficiais do Exército, como o fez Juarez, mas afirma que todos da sociedade que se mantivessem em posição de "servilismo contumaz" em relação ao governo teriam "acesso"

---

[193] Foucault vai mais além em sua análise, acerca da criminalidade, referindo-se ao crime como a manifestação de uma rebeldia, para ele, salutar, contra valores pré- estabelecidos: *"No curso dessa polêmica antipenal, os partidários de Fourier foram sem dúvida mais longe que os outros. Elaboraram, os primeiros talvez, uma teoria política que é ao mesmo tempo uma valorização positiva do crime. Se este é, segundo eles, um efeito da 'civilização', é igualmente e pela mesma razão uma arma contra ela. Traz consigo um vigor e um futuro. A ordem social dominada pela fatalidade de seu princípio compressivo continua a matar pela mão do carrasco ou com as prisões, aqueles cujo natural robusto rejeita ou desdenha suas prescrições, aqueles que por serem fortes demais para ficar presos nesses cueiros acanhados, os desfazem e rasgam, homens que não querem permanecer crianças. Sem o crime que desperta em nós uma grande quantidade de sentimentos adormecidos e de paixões meio apagadas, ficaríamos mais tempo na desordem, ou seja, na atonia".* FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**. Nascimento da Prisão. 17ª ed. Petrópolis: Vozes, 1998, p. 239 e 240.

[194] Primeiro programa distribuído, para a população, pelos revolucionários de 1924. Cf. FORJAZ, Maria Cecília Spina. **Tenentismo e Política.** Tenentismo e Camadas Médias Urbanas na Crise da Primeira República. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

[195] Ibid.

à essas "posições de evidência." De acordo com as palavras do comandante dos revoltosos, estes queriam "dar o exemplo" que emprestasse "autoridade" a esse poder corrompido.

Na verdade Isidoro Dias Lopes e seus comandados apenas atualizavam velhas queixas acerca do uso do poder civil de modo a atender aos interesses políticos e econômicos pessoais, além do protesto, também antigo, do tratamento dado ao Exército, sem o respeito que lhe julgavam devido. A declaração de Floriano Peixoto há pouco mais de duas décadas atrás, dos fatos que ora tratamos, trazia, em seu conteúdo, a idéia de proteger o Exército dos civis, de um governo que estava "aniquilando-o interna e externamente." Por isso, a única solução que via para a "questão da classe" militar, além de permitir "expurgar a podridão que vai por este pobre país," de um "corpo social, que como o nosso está[va] corrompido" era a *espada*.

> Vi a solução da questão da classe, excedeu sem dúvida a expectativa de todos. Fato único, que prova exuberantemente a podridão que vai por este pobre país e, portanto, a necessidade da ditadura militar[196] para expurgá-la. Como liberal, que sou, não posso querer para o meu país o governo da espada; mas não há quem desconheça, e aí estão os exemplos, de que ela é que sabe purificar o sangue do corpo social, que como o nosso está corrompido.[197]

Alguns anos depois, em 1920, tomavam para si a responsabilidade de garantir o cumprimento da Constituição republicana e de zelar por suas instituições, incluindo o Exército, especialmente porque se orgulhavam de haverem protagonizado a mudança de regime.

> [...] **Grandemente responsáveis pelo regime que implantamos** à custa de nossas baionetas, até hoje temos vivido como comparsas e relegados sempre a um plano inferior, depois que o pretensioso e inculto bacharelismo se assenhoreou, com a nossa própria aquiescência dos papéis mais importantes. No taboleiro político de nossa terra não somos admitidos e desde que um de nossos camaradas se aventura a romper o preconceito estabelecido, candidatando-se a uma posição qualquer, recusam-nos, dizendo que devemos entregar-nos a nossos deveres profissionais. No entanto, nem mesmo este último direito nos tem sido assegurado integralmente e quando não bastassem as inúmeras provas de desconsideração, havia ainda a triste humilhação de não administrarmos as nossas classes. [...] manter uma posição indiferente quando se vai talvez julgar o nosso destino, não é uma coisa admissível. As Forças Armadas não se sujeitarão a servirem de meros espectadores, tratando-se da escolha de seu chefe supremo. [...] Já não é só o material que nos falta e que facilmente seria adquirido; é o moral que se abate e sua depressão envolve também a defesa de nossa nacionalidade... [...] Chegamos infelizmente a um estado de marasmo e inanição que não pode e nem deve ser

[196] É lícito lembrar que aparece desde aí uma referência à ditadura militar apenas como medida saneadora, da mesma forma que os revoltosos pretendiam e afirmam em seus programas que o farão pois não se pode esquecer que Floriano entrega o poder a Prudente de Moraes, a despeito de muitas desconfianças dos civis na época, que acreditavam que ele não faria isso. Ver mais em CASTRO, Celso. **Os Militares e a República.** Um estudo sobre a cultura e ação política. Rio de Janeiro: Zahar, 1995; SILVA, Hélio; CARNEIRO, Maria Cecília Ribas. **Floriano Peixoto**. 2º presidente do Brasil. 1891-1894. São Paulo: Grupo de Comunicação Três, 1983. (Os presidentes).

[197] Carta de Floriano Peixoto a um amigo, escrita em 10/07/1887, sobre a Questão Militar. CASTRO, CASTRO, Celso. **Os Militares e a República.** Um estudo sobre a cultura e ação política. Rio de janeiro: Zahar, 1995, p. 94. Conversa entre Deodoro e O Visconde de Ouro Preto, momentos antes de Deodoro destituí-lo do cargo, no dia da Proclamação da República: p.153.

> ignorado pelo público que paga docilmente nossas despesas e confia em nós como seus sentinelas mais avançadas. [...] As classes armadas não são formadas de carneiros nos tempos hodiernos: possuímos um passado que mostra o que temos feito em prol da evolução político-social de nosso país. [...] tenhamos presente que o que nos guia nesse momento não é um subalterno sentimento de vulgar ambição, mas sim o amor da pátria querida, dessa terra que herdamos de nosso antepassado e que juramos defender com a própria vida.[198]

Quantas questões podem ser levantadas apenas desse trecho, devido à capacidade de síntese do capitão, no que se refere ao sentimento que permeava a caserna! Em primeiro lugar, a idéia do soldado cidadão, que defende o direito a participação do militar na vida política, tão cara aos adeptos de Deodoro, e agora, aos tenentes, não sendo respeitada, pois, apesar de haverem implementado do regime republicano, o "pretensioso e inculto bacharelismo se assenhoreou", com a "própria aquiescência" dos militares, "dos papéis mais importantes". Vemos como se ressentem tendo recusada sua participação "no taboleiro político", deixando-os em posição de "meros espectadores." Estão, portanto, alijados da política, impedidos de se candidatarem, prática permitida aos que o desejassem no Império. Além disso, é mencionada a impossibilidade de dedicarem-se aos deveres profissionais, pois "não administram a própria classe" por causa da presença de ministros civis, no comando das Forças Armadas.[199] Em relação ao abandono material no qual o Exército e a Marinha se encontravam, não tinham "assegurado o direito de exercerem suas funções profissionais," devido à precariedade dos soldos, instalações e armamentos das duas forças militares. Alencastro Graça não deixa de citar o compromisso com o povo brasileiro, de defendê-lo e revelar, a este, o grau de corrupção em que se encontra o poder público civil, que "não pode e nem deve ser ignorado pelo público que paga docilmente nossas despesas e confia em nós como seus sentinelas mais avançadas." Chama a atenção também para o sentimento de humilhação, por ocuparem a posição de "comparsas", termo que designa a cumplicidade em crimes, além de referirem-se

---

[198] Capitão – de - fragata. Alencastro Graça. Discurso por ocasião da chegada do Marechal Hermes da Fonseca ao Brasil em 1921. FORJAZ, Maria Cecília Spina. **Tenentismo e Política.** Tenentismo e Camadas Médias Urbanas na Crise da Primeira República. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977, p. 36. Grifos meus.

[199] No governo de Epitácio Pessôa são nomeados ministros civis nas pastas do Exército, (Pandiá Calógeras) e da Marinha, Raul Soares (28-07-19 a 20-10-20), Joaquim Ferreira Chaves (20-10-20 a 12-09-21) e João Pedro da Veiga Miranda (12-09-21 a 15-11-22). Embora Epitácio justificasse publicamente a medida com diversos argumentos outros, anotações manuscritas encontradas por sua filha Laurita Pessôa Raja Gabaglia, 30 anos depois da medida, após a sua morte, revelam as intenções de sua atitude: *"Separar nas pastas militares a administração, do serviço de Estado Maior. A primeira é política e, por sua natureza mesmo, transitória; o segundo é técnico e profissional e deve ser, o mais possível, permanente. A administração deve ficar a cargo de um civil, justamente para afastar a força armada da política; o preparo da tropa caberá ao militar, sem intervenção nem mesmo do ministro."* RAJA GABAGLIA, Laurita Pessoa. **Epitácio Pessoa**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1951, vol. I apud CASCARDO, Francisco Carlos Pereira. **O Tenentismo na Marinha.** Os Primeiros Anos – 1922 a 1924. São Paulo: Paz e Terra, 2005, p. 58.

ao "moral que se abate e sua depressão", como se já estivessem no limite máximo da possibilidade de suportarem os ressentimentos acumulados. [200]

O capitão Alencastro terminava seu discurso reafirmando tudo fazer por "amor da pátria querida", que juraram "defender com a própria vida,"[201] um sentimento construído a partir de elementos da memória institucional que exaltam o patriotismo, como se fora uma religião civil,[202] remetendo à a memória institucional, fruto da socialização que tiveram.

Reivindicam, ainda, a memória institucional, pois, ao afirmar que: "possuímos um passado," remetem a uma história, repleta de batalhas e heróis, que devem, segundo os militares, serem respeitados. Um passado que mostrava o que tinham feito "em prol da evolução político-social de nosso país."[203] Sobre essa contribuição dada ao país pelos militares podemos ouvir o que pensa MacCan:

> A história política do Brasil republicano é a história do crescimento da nação-Estado brasileira. O Exército como a única instituição nacional, foi um ator central dessa história. Levando o poder do governo central às pátrias, o Exército contribuiu para a mudança política, para a formação da nação-Estado e para o engrandecimento da pátria nacional. [...] Oficiais governavam as cidades de fronteira estratégica, mapeavam o país, demarcavam as fronteiras, construíam estradas e linhas telegráficas e férreas, quartéis, comandavam as forças policiais e o Corpo de Bombeiros no Rio de Janeiro e em outras cidades, intervinham na política local por ordem federal e faziam cumprir ordens legais.[204]

Novamente vemos um militar, Frutuoso Mendes, listando momentos de contribuição, desta vez no campo político, do Exército:

> [...] Por tudo isso é que estou do lado dos meus camaradas que ainda não perderam a noção de honra, da dignidade, do brio militar e do amor a este Exército que cooperou para a Independência, para a Abdicação, para a Abolição e finalmente proclamou a República e consolidou-a: este Exército que depois do passageiro eclipse atual, há de continuar a ser o que sempre tem sido: o redentor da Pátria, o defensor dos oprimidos, o elemento de progresso, a garantia do regime de liberdade e da democracia, que no pensar de Alcebíades – "é toda a organização do poder avessa ao despotismo.[205]

---

[200] Capitão - de - fragata. Alencastro Graça. Discurso por ocasião da chegada do Marechal Hermes da Fonseca ao Brasil em 1921. In FORJAZ, Maria Cecília Spina. **Tenentismo e Política.** Tenentismo e Camadas Médias Urbanas na Crise da Primeira República. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977, p. 36.

[201] Ibid, p. 36.

[202] Cf. CATROGA, Fernando. **Nação, Mito e Rito:** Religião Civil e Comemoracionismo (EUA, França e Portugal). Fortaleza: Edições NUDOC/Museu do Ceará, 2005.

[203] FORJAZ, op. cit., nota 200, p. 36.

[204] McCANN, Frank D. **Soldados da Pátria:** História do Exército Brasileiro 1889-1937. São Paulo: Cia. das Letras, 2007, p. 15 e 19.

[205] Declarações do Ten. - Cel. Frutuoso Mendes em seu depoimento prestado a 27 de setembro de 1922, no Inquérito Policial Militar a que respondeu apud SILVA, Hélio. **1922.** Sangue na Areia de Copacabana. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v. II, 1964, anexos, pp. 493-502. (Documentos da História Contemporânea).

Os militares participaram destes e de outros momentos dando contribuições políticas e sociais devido ao fato de ser o Exército uma instituição secular, talvez a única existente com seu grau de organização desde a criação das tropas de 1ª linha na colônia.

Além da participação nos eventos acima e ao contrário do que possa parecer, os militares embora aquartelados, de modo a absorverem, nos treinamentos, a disciplina, a idéia de compromisso com a defesa da ordem interna e externa, entre outros elementos da instrução, sendo-lhes exigido, neste período de formação, o isolamento da sociedade, ao se formarem, passam a ter um contato direto com a população. Se observarmos o relato de Henrique Lott sobre sua experiência ao longo da carreira militar, perceberemos que, embora a instituição não incentive nenhum tipo de identificação entre os oficiais e a população, o fato de terem uma socialização diferenciada dos civis, não significa que não tenham interação social. O contato com a população se dá durante o treinamento externo e de forma muito dramática, nos salvamentos em acidentes, causados por naufrágios, quedas de aviões ou desastres naturais, ou mesmo no contato com a população carente dos recursos mais elementares à sobrevivência do país. Em entrevista biográfica, Henrique Loot fala da experiência de um militar em viagens por todo o país, onde podem ter contato direto com a população brasileira.

> Eu tive, no exercício das funções inerentes à minha profissão, a oportunidade de conhecer muitos lugares do Brasil. Servi na Amazônia - em Belém do Pará - no Nordeste - na Paraíba -, em Mato Grosso - em Campo Grande - e em Cuiabá -, no Rio Grande do Sul - em Santa Maria -, em São Paulo - em Lorena e na capital -, em Belo Horizonte e aqui no Rio também, naturalmente, que é o lugar onde passei mais tempo. Então, tive oportunidade de ver o que é o Brasil - as suas grandezas e suas dificuldades, seus tropeços, suas misérias [...] Quer dizer, tinha bom conhecimento do Brasil, por ter vivido, servido e sofrido nessas áreas, em contato com a população e com os problemas locais. [...] Na Paraíba, nosso quartel ficava em Cruz das Armas, nos arrabaldes de João Pessoa. O lugar era muito pobre e eu enxergava a pobreza e fazia duas distribuições diárias de alimentos: a primeira, quando a carne para nossos caldeirões era cortada, das pelancas que sobravam com alguma carne e ossos, que serviam para fazer uma sopa ou um ensopado; depois, o que sobrava nos caldeirões era distribuído também. [...] Na Paraíba, eu tinha que fazer reconhecimento de terreno para exercícios em zonas que não conhecia. Como não havia boas cartas, eu tinha que tomar informações com homens que estavam lá em suas palhoças. As palhoças eram uma tristeza, feitas de pau-a-pique e barro, cobertas de palha e umas varas com palha por cima serviam de cama. O fogão era de barro, as panelas de barro, os meninos e meninas 'nuinhos', mesmo os de sete, oito anos. Tinha-se que ter cuidado ao tomar uma informação, pois às vezes a própria dona da casa não estava vestida. Essa é a miséria que eu vi na Paraíba. É esse aspecto da profissão militar que faz com que conheçamos o Brasil, o Brasil vivido, o Brasil sofrido, o Brasil do povo brasileiro.[206]

Atentando para o fato de que uma revolta contra o governo jamais poderia advir de populares, dada a ausência de um grupo organizado capaz de enfrentar as forças repressivas

[206] LOTT, Henrique. Série de entrevistas. Disponível em: <http://www.cpdoc.fgv.br>. Acesso em: out. de 2005.

do governo, assumiram, para si, a responsabilidade de instauração da "verdadeira" legalidade. Afirmam que a tentativa de tomar o Estado nas mãos tem a finalidade de reconduzi-lo à legalidade, ou, à "republicanização da República":

> O elo unificador dessas revoluções, o movimento tenentista, tem como objetivo tático a derrubada do presidente Artur Bernardes em nome de uma 'republicanização da República', ou seja, à recondução do sistema político a seus reais parâmetros jurídico-políticos definidos pela Constituição de 1891.[207]

Contudo não se tratava de uma ação direcionada a figura de Bernardes:

> [...] a razão de toda essa revolta, na verdade, não era a figura política de Bernardes, mas o que ela representava. A continuação do assalto aos cofres públicos, a submissão do país ao capital inglês, a manutenção dos privilégios das classes dominantes em contraste com a miséria e do abandono em que vivia o resto da população, a má representação do Congresso, constituído em sua grande maioria por políticos venais e corruptos, ligados aos grandes proprietários rurais.[208]

O Coronel Frutuoso Mendes, classificava a atitude revolucionária como "resistência", a essa situação, insustentável para eles, justificando, dessa forma, o caráter violento das insurreições. Para ele, mesmo quando se trata da aplicação da lei em relação a inimigos, a característica desta, "está no amparar a fraqueza contra a força, a minoria contra a maioria, o direito contra o interesse, o princípio contra a ocasião."

Ele associa a estabilidade política ao cumprimento da lei, e, mesmo, a lei à pratica do regime republicano, sobre o qual depositaram esperanças de livrar o país dos "vícios" que se "apoderaram" do Império:

> A República é a lei na ação. Fora da lei, pois, a República está morta; que foi sobretudo para os tempos extraordinários que se armou o mecanismo da lei, enfreadora comum do povo e do poder; que a ilegalidade entronizada por um despotismo é a mãe de todos os demais e se não nos reconciliarmos com os princípios em cujo nome solapamos a monarquia, à cuja sombra fizemos a revolução, para cuja execução organizamos a República, bem cedo os vícios que de nós se apoderaram terão consumado estragos irreparáveis. Esses princípios traçam o dever da República, definem o caráter da revolução, legitimam o sacrifício da monarquia. Faltar a eles é justificar a monarquia nos erros, em repressão dos quais suprimimos, é desonrar a revolução nos intuitos cuja sinceridade era a nossa defesa, é arrastar a República a uma esterilidade, a um descrédito, a um desconserto, a um destino pior que os do regime a que sucedeu.[209]

---

[207] TÁVORA, Juarez . Uma Vida e Muitas Lutas. Rio de Janeiro: José Olympio, 1973, 1º volume, p. 51 apud FORJAZ, Maria Cecília Spina. **Tenentismo e Política.** Tenentismo e Camadas Médias Urbanas na Crise da Primeira República. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977, p.52. Não concordo com o posicionamento teórico desta autora que pretende atrelar a ação militar à legitimação de grupos econômicos.

[208] MEIRELLES, Domingos. **As Noites das Grandes Fogueiras.** Uma História da Coluna Prestes. 6ª ed. Rio de Janeiro: Record, 1999, p. 702.

[209] Declarações do Ten. - Cel. Frutuoso Mendes em seu depoimento prestado a 27 de setembro de 1922, no Inquérito Policial Militar a que respondeu apud SILVA, Hélio. **1922.** Sangue na Areia de Copacabana. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v. II, 1964, anexos, p. 493-502. (Documentos da História Contemporânea).

Para ele, caso não fossem mantidos os "princípios" em nome dos quais haviam rompido com a "monarquia," a instituição do regime republicano seria em vão e se a República permanecesse com os mesmos "vícios", invalidaria o esforço dos militares, para a sua implementação, resultando em "estragos irreparáveis." Referia-se, naturalmente, aos mesmos indivíduos no cenário político, mantendo relações de poder com base no favorecimento pessoal, uma herança do recente Império, presente, como uma continuidade, na administração pública republicana.

Em seu depoimento, tentava mostrar que a revolução consistia num ato de defesa ao regime republicano, que haviam inaugurado, ao povo e à Pátria, por extensão e, por fim, ao Exército, como representante desse povo, posição em que se colocavam, além de parte ofendida e desrespeitada pelo poder civil.

Segundo Frutuoso Mendes, "esgotados todos os meios e recursos para uma solução pacífica do caso", restaria, então, "a Revolução"[210] único caminho possível para "arrancar a República desse lamaçal pútrido das bajulações interesseiras e das negociatas imorais.[211]" Aludia à tentativa de mudança via eleitoral, durante a Reação Republicana, pois, tendo esbarrado num processo eleitoral fraudulento, legitimado pela Comissão de Verificação de Poderes, o único meio de resgatarem o respeito à corporação fora o da luta armada.

> [...] Esgotados todos os meios e recursos para uma solução pacífica do caso, e diante do insulto agressivo, ferino, humilhante e desmoralizador, não podíamos deixar de obedecer aos mesmos impulsos de sentimento de patriotismo, de brio, de dignidade, de honra que atuaram em Deodoro, Floriano, Benjamin, Solon, Sena Madureira, etc. e de seguir a boa doutrina e os patrióticos conselhos pregados e sustentados pelo conselheiro Rui Barbosa, assim expressos: - "Depois de haver batido as portas de todos os Tribunais, em caso extremo, a Revolução é um direito sagrado dos povos: direito que precede a todo regime organizado e dorme na base de todas as Constituições.[212]

O "patriotismo, o brio, a dignidade e honra", valores caros aos militares, eram opostos aos sentimentos de "humilhação e desmoralização" aos quais se referia Frutuoso. Eram valores que, de um modo geral, apoiavam-se em exemplos de personalidades cobertas por uma auréola de heroicidade, como Deodoro, Floriano, Benjamin, Solon e Sena Madureira, mostrando como a história e memória institucionais eram importantes para as decisões dos militares. A relação do passado com o presente e a reivindicação de fatos ou personagens que

---

[210] Aqui se percebe claramente o pensamento liberal, inaugurado por John Locke, e que é um preceito da Constituição de 1891, que propõe a legitimidade de insurreição, em caso de quebra do contrato social.

[211] CARVALHO, Joaquim Nunes de. A Revolução no Brasil. Buenos Aires: [s. n.], 1925, p. 24 apud FAUSTO, Bóris. **Revolução de 1930.** 14ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1994, p. 81.

[212] Declarações do Ten. - Cel. Frutuoso Mendes em seu depoimento prestado a 27 de setembro de 1922, no Inquérito Policial Militar a que respondeu apud SILVA, op. cit., nota 209.

fizeram parte desse passado, dava sentido às motivações dos militares em mais um de tantos episódios da história militar.

1.8 O ethos militar

Um elemento capaz de amalgamar grupos de universos diferenciados é a história institucional, elemento que edifica a memória institucional. Esta tem um repertório farto de narrativas de combates e, no caso do Exército, principalmente, da vida de homens cujas ações heróicas são exemplos a serem seguidos. Tudo isso é complementado por uma série de rituais, celebrações e comemorações cívicas, contendo elementos religiosos, fúnebres ou familiares, que estão sempre presentes, num processo de construção e reconstrução de mitos de fundação e re-fundação, ao longo da história da instituição, com vistas a criar/reforçar o espírito de corpo; havendo, ainda, símbolos como hinos e a bandeira, que ao mesmo tempo constituem-se em instrumentos de culto e objetos de reverência dentro da caserna.

A importância da memória institucional, construída por lembranças e esquecimentos deve-se ao fato de ser ela um instrumento capaz de manter acesa uma sequência de fatos históricos, com ações que contém valores cultivados pela instituição, que emprestam legitimidade às ações de seus membros no presente. Nesse momento o passado é recriado por referência a um estoque simbólico anterior.[213] Isso ocorre por ser "perfeitamente possível que, por meio da socialização política ou por meio da socialização histórica, ocorra um fenômeno de projeção ou de identificação com determinado passado, tão forte que podemos falar numa memória quase herdada." Uma memória que reflete, no presente, de modo tão incisivo e definitivo, o passado, que é capaz de criar identidades, independentes de experiências vivenciadas em um tempo cronológico, "(...) uma memória que (...) pode ser transmitida ao longo dos séculos com altíssimo grau de identificação."[214]

Esses fatos podem ser mais ou menos verossímeis, o que não afetará a sua legitimidade, porque o que esta em jogo não é a fidedignidade ou não do acontecimento, mas o fim a que ele se destina, necessitando, somente, "guardar alguma verossimilhança com o real, sob o risco de não vingar."[215] Não se trata, contudo, de um exercício de repetição de uma simples narrativa sobre personagens e eventos que habitam o passado. A construção da

[213] CASTRO, Celso. **A Invenção do Exército Brasileiro.** Rio de Janeiro: Zahar, 2002, p. 11.

[214] Sobre memória, como elemento constitutivo da identidade, e sobre acontecimento, personagem e lugar, como elementos de composição da memória, ver POLLAK, Michael. Memória, e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, nº 10, 1992, p. 200-212.

[215] CASTRO, op. cit., nota 213, p. 11.

memória institucional se dá a partir da repetição de fatos históricos envolvendo ações militares, que a priori precisam ser exemplares. Essas ações exemplares só serão úteis se cobertas por uma auréola de heroicidade, porque pretendem a criação de mitos.

Podemos comparar os poderes destes seres hipotéticos, à coragem e bravura do militar, atributos que lhes permitem feitos tão admiráveis. Possíveis medos, hesitações e desespero são sentimentos humanos e, portanto, esquecidos. Serão lembrados, apenas, feitos como os de Caxias, Osório, Mallet Sampaio, Deodoro e Floriano; todos combatentes de uma Guerra, que ceifou tantas vidas, na qual, esses personagens, elevados a uma categoria não-humana, a tudo suportaram sem vacilar, a maioria do início ao fim da Guerra, como Deodoro, que participou desde a primeira etapa, que marcou a fase mais dura da Guerra: o combate do Tuiuti. Osório também participa dela, na Cavalaria, assim como Mallet, no comando da Artilharia, e, sem poder igualar a estes, o próprio Sampaio, hoje patrono da Infantaria do Exército, que de lá não retornou, pois foi encurralado entre cinco mil cavalarianos paraguaios e vinte e cinco mil guaranis. Morreu por permanecer em combate, sendo atingido a primeira, a segunda e a terceira vez, sem abandonar seu comando até receber ordens de Osório, para ser substituído e levado ao hospital. A Batalha do Tuiuti durou cinco horas. Nela tomaram parte 60 mil homens da três armas – Artilharia, Cavalaria e Infantaria. Os paraguaios tiveram seis mil mortos, sete mil feridos e cerca de 300 prisioneiros. Os aliados perderam 3913, entre mortos e feridos, incluindo-se mais de 50 oficiais dentre os mortos, como Sampaio, e pelo menos uma centena dentre os feridos, como Osório. Pode-se imaginar o drama que vivenciaram esses militares, bem como o efeito de uma história como essa sobre oficiais recentemente formados, especialmente se a narrativa for construída de modo a que atitudes nas quais o dever, a disciplina, a força e a coragem e, sobretudo o amor à pátria, acima da própria vida do combatente, sejam exaltadas.

Rosa Maria Paulina da Fonseca foi outro desses seres elevados a uma categoria não-humana, que a tudo suportam. Recebera de uma vez a notícia da perda de Afonso Aurélio da Fonseca, morto no combate de Caruzu, às margens do Rio Paraguai e do Capitão Hipólito Mendes da Fonseca, no Curupaiti. Ainda lhe restavam, na guerra, quatro filhos: o tenente Deodoro da Fonseca, o tenente-coronel Hermes da Fonseca, pai do Marechal Hermes, que combateram lado a lado, João Severiano, que era médico e Eduardo Emiliano. Este último caiu morto, enquanto Deodoro combatia no 1º Batalhão, acoplado à Artilharia de Mallet. Hermes também morreu em combate, retornado apenas João Severiano e Deodoro dos seis

irmãos.[216] Os registros dizem que a resposta atribuída à Dna. Rosa foi: "O que importa é a vitória alcançada pela Pátria, que eles foram defender", um exemplo fortíssimo de "mãe e mulher de militar."[217] Hoje todos são reconhecidos como heróis na caserna. Mallet é o patrono da Artilharia do Exército; Osório, da Cavalaria; Sampaio, da Infantaria, João Severiano da Fonseca, da Medicina, e assim sucessivamente.

Embora seja inegável a carga de dramaticidade existente nesses episódios, é sabido que exemplos desse tipo fornecem elementos para "construções culturais necessárias para que os indivíduos possam interpretar e classificar a realidade," sabendo-se que para essas construções são privilegiadas "certas narrativas em detrimento de outras."[218]

Quando chegavam ao Exército, os militares passavam a "respirar" essa memória institucional, criada e nutrida, pelos mais antigos, e "herdada"[219] e recriada, constantemente, pelos mais novos; memória esta que reivindicava os tempos idos da Batalha dos Guararapes,[220] contra os holandeses, e que tinha seu auge nos grandes heróis da Guerra do Paraguai, mencionados. Eram "mitos de origem ou de refundação" do Exército.[221] Símbolos alimentados por ritos, gestos e atitudes, cuja significância remetia "para o fundo ancestral da mentalidade mítica" e devolvia ao presente o "halo de sacralidade" necessário à manutenção de uma ética peculiar. Por trás de tudo isso estava o Estado, agora não mais fundamentado no direito divino, que "tendo em vista socializar o respeito pela instância política, que consubstanciava o contrato social" criava os elementos simbólicos necessários à interiorização do "dever cívico," isto é, do patriotismo, produzindo e reforçando, assim, os "sentimentos de comunhão e de identificação" desses grupos.[222] De fato, a instituição treinava seus componentes dentro de valores diferenciados. E era dessa maneira que enxergavam o mundo. Sempre alimentara seus espíritos com um código de valores diferenciado, exortando-os à: disciplina, obediência, hierarquia, honra, coragem, bravura, cumprimento de seus deveres. E o historiador da história militar que não se detiver sob esse aspecto, fará uma

---

[216] SILVA, Hélio; CARNEIRO, Maria Cecília Ribas. **Deodoro da Fonseca.** 1º presidente do Brasil. 1889-1894. São Paulo: Grupo de Comunicação Três, 1983, p. 68-80. (Os presidentes).

[217] CHINELLI, Fernanda. Pesquisa e aliança: o trabalho de campo com mulheres de militares In: CASTRO, Celso e LEIRNER. Piero, (orgs.). A**ntropologia dos Militares.** Reflexões sobre pesquisa de campo. Rio de Janeiro: FGV, 2009.

[218] CASTRO, Celso. **A Invenção do Exército Brasileiro.** Rio de Janeiro: Zahar, 2002, p. 11 e 80.

[219] Cf. POLLAK, Michael. Memória, e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, nº 10, 1992.

[220] Cf. CASTRO, op. cit., nota 218.

[221] CATROGA, Fernando, **Nação, Mito e Rito:** Religião Civil e Comemoracionismo (EUA, França e Portugal). Fortaleza: Edições NUDOC/Museu do Ceará, 2005, p.7-9.

[222] Ibid, p. 15.

análise no mínimo equivocada do universo de valores que norteiam as ações dos componentes dessa instituição.

Ao prestar culto a estes personagens da história, institucional, relacionando-os ao presente, os militares demonstravam "uma relação significativa entre os valores" que conservavam, e a "ordem geral da existência". Esse entendimento de um elemento que é apenas constitutivo da memória institucional como sendo um representante da própria realidade, era "um elemento essencial" por ser norteador de suas práticas políticas.[223] Através do culto aos heróis do passado, o *ethos* militar tornava-se "emocionalmente e intelectualmente razoável" porque, se os símbolos remetem a um universo de definição de valores, a associação do herói ao presente legitimava e justificava a ação e/ou a reação dos militares revoltosos. Suas negativas em submeterem-se a um governo civil, que, segundo eles, agia na ilegalidade, requisitando, inclusive, o Exército para reprimir violentamente seus adversários políticos, justificavam a insurreição militar, à medida que, a participação como "comparsas" nesses atos, contrariava os valores nos quais haviam forjado suas identidades profissionais.[224]

> O ethos de um povo é o tom, o caráter e a qualidade de sua vida, seu estilo moral e estético e sua disposição, é a atitude subjacente em relação a ele mesmo e ao seu mundo que a vida reflete. A visão de mundo que esse povo tem é o quadro que elabora das coisas como elas são na simples realidade, seu conceito da natureza, de si mesmo, da sociedade. Esse quadro contém suas idéias mais abrangentes sobre a ordem.[225]

Diante dessas reflexões podemos perceber que o culto a esses elementos, convertidos em heróis, de modo intencional[226] para construção da memória institucional das Forças Armadas, transformava, um simples conjunto de idéias, criadas para manter a coesão de um grupo, em algo real. A absorção desses valores, geradora de uma "visão de mundo,"[227] do 'mundo de dentro,'[228] torna-se "emocionalmente e intelectualmente aceitável," a esses militares por se apresentar como "um verdadeiro estado de coisas" do qual o seu "tipo de vida" era uma "expressão autêntica."[229] E os valores que os heróis do passado representavam,

---

[223] GUEERTZ, Clifford. **A Interpretação das Culturas.** Rio de Janeiro: Zahar, 1978, p. 144-5.

[224] Ibid, p. 144-5.

[225] Ibid, p. 144-5.

[226] Sobre a criação de cultos cívicos, ver CATROGA, Fernando, **Nação, Mito e Rito**: Religião Civil e Comemoracionismo (EUA, França e Portugal). Fortaleza: Edições NUDOC/Museu do Ceará, 2005, p.7-9.

[227] GUEERTZ, op. cit, nota 223, p. 144-5.

[228] CASTRO, Celso. **Goffman e os Militares:** sobre o conceito de instituição total. Disponível em <http://www.aman.ensino.eb.br/>. Acesso em: fev. 2009.

[229] GUEERTZ, Clifford. op. cit., nota 223, p. 144-5.

ao serem materializados nas ações dos revoltosos, eram a expressão mais autêntica da ética militar.

Esse fenômeno ocorria independente da época ou da condição política do militar, pois, exemplos de conduta militar como Deodoro, Floriano, Benjamin, Sólon, Sena Madureira, e outros, símbolos do Exército, eram citados nos discursos mais diversos, de legalistas e revoltosos, nos mais variados períodos da história, havendo, inclusive pequenas amostras disso, ao longo do trabalho. Os revoltosos relacionavam esses nomes a uma prática militar pautada em ética e moralidade, reivindicadas por eles, em discursos de várias partes do país, nos quais ocorreram os levantes, e ao longo dos oito anos em que as revoltas ocorreram. São citados pelo Coronel Frutuoso Mendes, Juarez Távora, Alencastro, Isidoro Dias Lopes, Chevalier e muitos outros, em seus depoimentos, à Polícia Política, em seus manifestos, à população, e em cartas dirigidas ao público ou de âmbito particular.[230] Eram exemplos de conduta que justificavam sua intervenção militar, já que a apreensão dos valores implícitos em suas ações eram formadores de um *ethos* que os impedia de compactuar com os atos de ilegalidade cometidos pelos governantes, das primeiras décadas republicanas, que sempre envolviam o Exército.

Os eventos de julho de 1922 tinham ligação com essa história institucional, pois tanto os militares mais novos, como os mais antigos, partilhavam da história e da memória da caserna, defendendo, antes de tudo, a honra militar. A absorção de uma construção cultural como uma verdade, cuja conduta pessoal e profissional[231] são a expressão mais autêntica é uma característica da socialização do Exército, mesmo no caso de oficiais jovens recém chegados, como muitos dos que se envolveram nos levantes.

Os mais jovens, segundo Pollak, partilharam de uma *memória herdada*, de modo que, mesmo não tendo vivenciado os fatos, esta teria tomado tamanho relevo em seus imaginários, gerando um fenômeno de *projeção* e/ou identificação tão grande com o passado, "capaz de tornar quase impossível de se ter a consciência da participação, ou não, no evento." Através da referência a estes *personagens*, bem como aos *acontecimentos* que os envolveram, como se ali estivessem presentes, reivindicavam a memória, tanto do *acontecimento* – Batalha dos

---

[230] GONTIJO, Rebeca. "Paulo amigo". Amizade, mecenato e ofício do historiador nas cartas de Capistrano de Abreu. In GOMES, Angela de Castro (org.). **Escrita de Si.** Escrita da História. Rio de Janeiro: FGV, 2004. p. 165-6. *Geralmente "a carta constitui "um lugar de sociabilidade, 'privado' oposto aos lugares 'públicos', com revistas colóquios e manifestos." Os militares estudados, permitem "a interpenetração do privado e do público. É como "um relatório de ligação" que atualiza a troca de informações "entre os membros de um grupo com um objetivo comum."*

[231] É importante relembrar a alusão a opinião de Celso Castro, analisada nas primeiras páginas desse trabalho, quando o autor chama a atenção *"(...) para o fato de que a obrigação se estende para além do serviço ativo, incluindo os aposentados, e também para a expressão "em todas as circunstâncias da vida".* CASTRO, Celso. **Goffman e os Militares:** sobre o conceito de instituição total. Disponível em <http://www.aman.ensino.eb.br/>. Acesso em: fev. 2009.
.

Guararapes, Guerra do Paraguai, Proclamação da República, entre outros – quanto à relacionada aos *personagens* históricos – Caxias, Osório, Deodoro, Floriano, Hermes e outros – que será reivindicada no momento do levante de 5 de julho de 1922.[232] Devemos atentar para o fato de que, no caso das recentes revoltas, haviam se passado apenas três décadas da República e outras cinco da Guerra do Paraguai, que deixara tantos heróis.

Sendo assim, não eram os revoltosos destituídos do espírito de corpo porque se insurgiram. Ao contrário disso, levantaram-se porque a condição de revoltosos foi "a maneira pela qual suas identidades puderam se enunciar e se afirmar."[233] Isso não significava que estivessem rompendo as continuidades culturais e sim que a *apropriação* destas por grupos ou indivíduos é diferenciada. Ou seja, a maneira como os militares revoltosos se *apropriaram*[234] da memória institucional, e, consequentemente, do *ethos*[235] militar, apresenta uma distinção na forma de apropriação dos demais membros do Exército, que embora tivessem passado por treinamentos semelhantes e compartilhado da mesma história e memória institucionais permaneceram leais ao governo.

> A Memória individual é formada pela coexistência, nem sempre pacífica, de várias memórias: pessoais, familiares, grupais, regionais, nacionais. Esta, em permanente construção já que o presente se transforma em passado e este retorna ao presente sob a forma de retrospectiva do indivíduo. Além disso, a memória unifica uma pluralidade de memórias outras de diferentes tempos e níveis de complexidade que coabitam na memória subjetiva, mostrando como cada indivíduo se apropria das experiências.[236]

Essa assunção de temporalidades diversas, pode se dar no âmbito coletivo ou individual, posto que existe um ponto de interseção entre o que é subjetivo e o que é inerente à vida coletiva. Nesse sentido o que é subjetivo ao se relacionar com "objetos ou normas que circulam na sociedade," podem ser "recebidos, compreendidos e manipulados de diversas maneiras." Significa dizer que "à hierarquia das classes ou grupos corresponde uma hierarquia paralela" dos "hábitos culturais." Nesse sentido, podemos afirmar que os bens simbólicos adquiridos, através do contato com a memória institucional, podem remeter a um universo de definição de valores, mas não definem a ação do indivíduo que possui liberdade de escolha na

---

[232] POLLAK, Michael. Memória, e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, nº 10, 1992, p. 200-212.

[233] CHARTIER, Roger. "Cultura Popular": revisitando um conceito historiográfico. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 8, n. 16, 1995, p.179-192.

[234] Ibid, p. 179-192.

[235] Ver GUEERTZ, Clifford. **A Interpretação das Culturas.** Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

[236] CATROGA, Fernando. O céu da memória. Cemitério romântico e culto cívico dos mortos em Portugal. Coimbra: Livraria Minerva Editora, 1999, p. 12 apud THOMAS, Lois-Vicent. **Rites de mort.** Pour La paix dês vivants, Paris: Fayard, 1985, p. 15-7.

tomada de suas próprias decisões, pois, se considerarmos a perspectiva de Chartier, concordaremos que "tanto os bens simbólicos como as práticas culturais continuam sendo objeto de lutas sociais, onde estão em jogo sua classificação, sua hierarquização, sua consagração ou, ao contrário, sua desqualificação."[237] A formação do *eu* de cada indivíduo, então, será inseparável do modo como se relaciona com a sociedade ou com os grupos com os quais convive, e da forma como cada um organiza seu projeto de vida à luz do seu passado.[238] É como se este *eu* fosse constituído por uma síntese da mistura de várias influências exteriores, que poderão ser *apropriadas* como herança e/ou reinterpretadas. Isso acontece devido à construção seletiva que a memória faz do passado, à retenção daquilo que é importante para este indivíduo, da mesma forma que reserva ao esquecimento aquilo que deseja silenciar.

As diferentes formas de *apropriação* ocorrem à medida que, "nem as idéias nem as interpretações são desencarnadas," posto que "contrariamente ao que colocam os pensamentos universalizantes, as categorias dadas como invariantes, sejam elas fenomenológicas ou filosóficas, devem ser pensadas em função da descontinuidade das trajetórias históricas," de rupturas históricas.[239]

> O fato de uma norma pretender submeter alguém não significa que estes foram real, total e universalmente submetidos," pois há que ser considerada a existência de "um espaço entre a norma e o vivido, entre a injunção e a prática, entre o sentido visado e o sentido produzido, um espaço onde podem insinuar-se reformulações.[240]

A apropriação do *ethos* militar pelos revoltosos, de diversos períodos da história do Exército, embora obedeça a circunstâncias políticas específicas, é diferenciada dos militares legalistas, mesmo quando me refiro àqueles que não aderiram, mas que concordam com suas motivações. São inúmeros os casos de cooperação como o do Tenente Brocardo Bicudo, oficial legalista que em Itapura, Mato Grosso, liberou o sargento Nelson ordenando que este sumisse de sua frente, pois retornaria afirmando que não o havia encontrado, juntamente com as praças que com ele se encontravam.[241]

---

[237] CHARTIER, Roger. "Cultura Popular": revisitando um conceito historiográfico. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 8, n. 16, 1995, p.179-192.

[238] CATROGA, Fernando. **O céu da memória.** Cemitério romântico e culto cívico dos mortos em Portugal. Coimbra: Livraria Minerva Editora, 1999, p. 12 apud THOMAS, Lois-Vicent. Rites de mort. Pour La paix dês vivants, Paris: Fayard, 1985, p. 15-7.

[239] CHARTIER, op. cit., nota 237, p. 179-192.

[240] Ibid, p.179-192.

[241] OLIVEIRA, Nelson Tabajara de. **1924** – A Revolução de Isidoro. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1956, p. 52.

Quartim nos oferece um exemplo interessante da posição de alguns legalistas, em relação aos revolucionários. Além de afirmar que "do outro lado da linha de tiro, os oficiais governistas, com poucas exceções, combatiam seus colegas rebeldes muito mais por dever de ofício do que por convicção", apresenta-nos uma visão panorâmica das matérias publicadas nos primeiros números da Revista do Clube Militar.

> A 15 de novembro de 1926, 37º aniversário de uma República em que seguramente Benjamin Constant não reconheceria seus ideais, e dia da transmissão do mandato presidencial de Artur Bernardes a Washington Luís, foi lançada a *Revista do Clube Militar*, que iria marcar profundamente a evolução das idéias políticas da oficialidade brasileira. Nos primeiros números refletem-se, sobretudo, além do ambíguo mal-estar suscitado pelas rebeliões tenentistas, um esforço para reafirmar o positivismo como referência filosófica fundamental. Já no primeiro número da revista, uma longa nota informa sobre o julgamento do major Klinger. 'Fanfarrão e ciclotímico, o co-fundador de *A Defesa Nacional*, após perseguir implacavelmente, mas sem êxito, o destacamento de João Alberto, havia, em agosto de 1925, dispersado as tropas sob seu comando.' Punido com alguns meses de prisão, logrou ser absolvido pelo Supremo Tribunal Militar. A *Revista do Clube Militar* reproduz a defesa de Klinger naquela corte. O segundo número, datado de 20 de janeiro de 1927, ataca duramente, sem citar-lhe o nome, o general Setembrino de Carvalho, ministro da Guerra do governo de Artur Bernardes. Personagem turvo e duvidoso, Setembrino era detestado pelos tenentes rebeldes. Gwyer de Azevedo, no contundente e hilariamente sarcástico discurso em que denunciou a corrupção da cúpula do Exército e da Marinha durante a tumultuada assembléia do Clube Militar, quando se enfrentaram, às vésperas do levante do Forte de Copacabana (o 'primeiro 5 de julho') os oficiais rebeldes e os governistas, lançou contra o general Setembrino, que o aparteara, a acusação de haver, 'na campanha do Contestado, de parceria com os peculatários', roubado 'a nação em 2.600 contos, assinando recibos fantásticos de víveres e deixando os soldados morrer de fome.' É notório o contraste entre o tom de repúdio com que a Revista se refere a Setembrino e o tom compreensivo em que lamenta a rebelião tenentista (vale lembrar que naquele momento a Coluna Prestes ainda combatia em território brasileiro). Elogiando o ministro da Guerra designado por Washington Luís (o general Nestor Sezefredo[242] dos Passos), decreta que nele "o Exército vê, não uma vulgar figura de político, como muitos que lhe têm norteado ou desnorteado os destinos" (a alusão a Setembrino é óbvia), 'mas um soldado de verdade, profissional emérito...' e prossegue: 'O Exército... há quatro anos, se arrasta desanimado, dividido, esgotando-se em guerrilhas inglórias contra alguns de seus próprios camaradas, abandonado dos poderes políticos...' Acrescenta enfim: 'O Exército se ressente de tudo. Sua oficialidade dividida, mercê de soezes explorações políticas; vários oficiais, entre os quais, moços que constituíam verdadeiras esperanças da pátria, em armas contra o governo' [...][243]

Estes e muitos outros exemplos, que poderiam resultar em outro trabalho de tão numerosos, demonstram que muitos oficiais, mesmo não aderindo, compreendiam e achavam honrosa a posição dos revoltosos. Contudo, a apropriação do *ethos* militar por esse grupo, não os movia a uma luta contra o governo em armas, provavelmente por não acreditarem que valesse a pena lutar por um projeto político diferenciado.

---

[242] Nestor Sezefredo é citado por Hélio Silva como comandante de uma tropa "legalista," que teria combatido os revoltosos do Forte. Ele é o mesmo que detém Frederico Cristiano Buiz, na Vila Militar. Apesar de fiel ao governo, Chevalier afirma ser ele tão respeitado no Exército, que as lideranças duvidaram de conseguir adesões para novos levantes, após sua nomeação para a pasta da Guerra no Governo de Washington Luís. Cf. SILVA, Hélio. **1922.** Sangue na Areia de Copacabana. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v. II, 1964. (Documentos da História Contemporânea).

[243] MORAES, João Quartim de. O Positivismo nos anos 20, entre a ordem e o progresso, in: LORENZO, Helena Carvalho de; COSTA, Wilma Peres da (orgs.). **A década de 1920 e as origens do Brasil moderno.** São Paulo: Unesp, 1997.

Há também o exemplo de legalistas que combatem, em armas, de modo incisivo os revoltosos como Rondon e Bertoldo Klinger, ou o General Setembrino de Carvalho para quem os revoltosos eram pessoas que "accendem paixões para estimular falsos melindres"; ou "os que prettendem colorir com pretextos patrióticos a insânia das tentativas tantas vezes renovadas contra a ordem pública;" e promovem "golpe(s) vibrado(s) contra a ordem com o propósito evidente de satisfazer ambições meramente pessoaes."[244]

É preciso que cada caso seja analisado separadamente. Durante as pesquisas percebi relatos nos quais, diversos militares, não havendo conseguido levantar sua guarnição devido a acontecimentos inesperados, mantiveram suas identidades rebeldes ocultas, facilitando outras insurreições, de dentro dos quartéis, mesmo nos casos em que foram transferidos para guarnições distantes.[245] Outros se decidiriam ao longo das conspirações. Houve, ainda, aqueles que abandonaram o local onde serviam, assim que tiveram notícias dos levantes, unindo-se imediatamente às frentes de combate. Fora do meio militar, observa-se casos de adesões por compartilharem das mesmas críticas ao sistema político, excludente e autoritário; outros aderiram por serem anarquistas e até mesmo ex-combatentes da 1ª Guerra, como o caso dos Batalhões Estrangeiros, em São Paulo; houve adesões de elementos do sul, de gaúchos, acostumados a envolverem-se em refregas ao longo da história,[246] e que aderiram à Coluna; e, se quisermos nos estender, no norte, encontraremos os manauenses ou os sergipanos, que aderiram aos levante militares de Manaus e de Aracaju, em 1924, cada qual contemporâneo de uma história política de seu tempo e de sua região,[247] e portador de uma *memória herdada*

---

[244] Relatório anual do Ministro da Guerra. 1924. CENTER FOR RESEARCH LIBRARIES (Consórcio internacional de pesquisa independente de cooperação entre universidades, livrarias e arquivos dos EUA - universidades fundadoras - e outros países). Disponível <http://www.crl.edu>. Acesso em: jan. 2009.

[245] Este é o caso, por exemplo, de Fernando Fernandes do Nascimento Távora, irmão de Joaquim Fernandes do Nascimento Távora e de Juarez Fernandes do Nascimento Távora, os três revoltosos. Ele foi transferido de Curitiba para o Rio Grande do Sul, pois estava demasiado comprometido com o levante e este não dera certo. A sua transferência, ao contrário do isolamento pretendido pelo governo, resultou na contribuição deste militar para o levante do Rio Grande do Sul, em fins de 1924, junto a Prestes, João Alberto Siqueira Campos e Juarez Távora, este último vindo de Foz, após a retirada de São Paulo.

[246] É só nos lembrarmos da Farroupilha, dos levantes a favor e contra a primeira República, da Revolução Federalista, a Revolução de 1923, a Revolução de 30, entre outros. Ver documento de Alterações deste militar: ARQUIVO HISTÓRICO DO EXÉRCITO AHEx. Cf. TÁVORA, Juarez. **Uma vida, muitas lutas:** Memórias, v. I, Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército e Livraria José Olympio, 1973.

[247] O Primeiro-Tenente Augusto Maynard Gomes é um rico exemplo de militar e ao mesmo tempo envolvido na história política de onde nasceu, no Engenho "Campo Redondo", município de Rosário do Catete, em Sergipe. Aos 16 anos foi para o Rio de Janeiro e assentou praça no 20º B.C., aquartelado no Realengo, para ingressar na Escola Militar, o que conseguiu em 1903. Envolveu-se contra a revolta da vacina obrigatória, de 1904 sendo, por isso, expulso do Exército. Voltou para Sergipe e cursava o secundário no Colégio Atheneu Sergipense, quando se envolveu, em 1906, na revolta de Fausto Cardoso em Aracaju, pois em Sergipe o poder dividia-se entre grupos dominantes, que desde o Império controlavam as administrações. Fausto de Aguiar Cardoso foi uma liderança de oposição ao exercício do poder desses grupos poderosos. Sobre a revolta de Fausto Cardoso ver site disponível em: <http//:www.infonet.com.br/>. Acesso em: set. 2009. Sobre a revolta de Sergipe ver MAYNARD, Andreza Santos Cruz. **A Caserna em Polvorosa**: Revolta de 1924 em Sergipe. 2008. 129 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2008. Ver também: ARAGÃO, Isabel Lopez.

que, semelhantemente aos revoltosos do Exército, se somara a um projeto político individual.[248] Na verdade cada um desses casos deverá ser pesquisado criteriosamente, pois, se pensarmos em adesões de civis [ou mesmo militares] estes projetos, provavelmente, estarão ligados a uma história política local e à experiências políticas individuais, ora de dentro de um mesmo país, ora ligadas a uma origem estrangeira - como vimos o caso dos combatentes imigrante europeus - gerando incontáveis possibilidades.

No caso específico dos militares, envolvidos nos episódios rebeldes ou não, há que se considerar, ainda, as diferentes correntes de pensamento existentes na caserna e se essas de alguma forma influenciaram sua escolha pela rebelião ou pela legalidade.

A primeira das correntes de pensamento presentes na caserna era a idéia do "soldado cidadão", adotada pelos oficiais do Exército chamados pelos mais jovens de "tarimbeiros" ou "tropeiros," oficiais muito antigos, bastante numerosos durante a monarquia e que não tinham frequentado a Escola Militar, a maioria destes, participantes da Guerra do Paraguai. Essa visão expressa durante a Questão Militar, e provavelmente simpática aos tenentes, considerava legítima a participação dos militares na política, bem como sua atuação no caso da necessidade de uma intervenção, de caráter reformista (ou contestatória).

A segunda corrente existente entre os oficiais do Exército era a dos positivistas ou "científicos," formados na Escola da Praia Vermelha. Sua formação apresentava diferenças, pois, aos tropeiros interessava apenas afirmar a organização em face da elite política, "num jogo quase que exclusivamente de prestígio e poder," enquanto "aos doutores interessava não apenas afirmar a organização, mas, também, usar o poder desta, para reformar o sistema político." Ocupavam os positivistas, uma posição ambígua, pois, para eles, o militar devia ser 'o cidadão armado, importante cooperador do progresso', produzido pelo avanço do regime industrial, que, por sua vez, tornaria os exércitos entidades inúteis e faria com que fossem "recolhidos ao museu da história das armas," posto que, este, representava "um elemento de

---

Revoltas militares no Norte do Brasil no ano de 1924: o levante das forças do Exército e da Marinha no Amazonas. Monografia (pós-graduação em História do Brasil). Universidade do Estado do Rio de Janeiro, UERJ, 2006. 60 f.

[248] Ao estudar o levante de Manaus, em 1924, no qual Marinha e Exército se unem, percebi que há um momento no qual, os Cabanos são lembrados pelos manauenses durante a atuação tenentista. Em Óbidos foi construída a Capela do Bom Jesus, erguida na parte mais alta da cidade, em função de uma promessa dos óbidenses por causa da Cabanagem, nos anos de 1831 e 1840. Os cabanos chegaram em Óbidos depois de terem tomado Santarém, Monte Alegre e Alemquer, as mesmas cidades que os tenentes percorreriam 80 anos depois, cidades vizinhas ao município. Sobre Manaus ver: MAYNARD, Andreza Santos Cruz. A Caserna em Polvorosa: Revolta de 1924 em Sergipe. 2008. 129 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2008; CASCARDO, Francisco Carlos Pereira. **O Tenentismo na Marinha**: Os Primeiros Anos – 1922 a 1924. São Paulo: Paz e Terra, 2005; e ARAGÃO, Isabel Lopez. **Revoltas militares no Norte do Brasil no ano de 1924**: o levante das forças do Exército e da Marinha no Amazonas. Monografia (pós-graduação em História do Brasil). Universidade do Estado do Rio de Janeiro, UERJ, 2006. 60 f..

destruição.” [249] Para este grupo o Exército se tornaria desnecessário, a partir do momento em que o progresso atendesse às necessidades de todos, não havendo mais guerras. A Escola da Praia Vermelha era um núcleo de estudos sobre Matemática, Filosofia e Letras, formando, doutores cuja “erudição era reconhecida até por militares estrangeiros,” embora fosse tão “notável quanto sua ignorância no domínio da técnica militar.”[250] Esta corrente participou ativamente da Proclamação da República unindo-se aos “tropeiros” nesse intento. Essa Escola foi fechada em 1904, por ocasião de sua participação na Revolta da Vacina, contudo a influência positivista permaneceu com a presença dos oficiais que nela haviam se formado.

A terceira corrente teve seus componentes chamados de “jovens turcos,” jovens oficiais enviados à Alemanha, na primeira década republicana, em 1906, ocasião em que o Marechal Hermes da Fonseca, oficial convicto quanto à necessidade de reformas no Exército, ocupava o cargo de Ministro da Guerra, durante o governo Afonso Pena. Foram enviados como estagiários a fim de que partilhassem do treinamento com instrutores desse país. Como os oficiais alemães haviam participado da organização do Exército da Turquia, os oficiais brasileiros treinados por eles passaram a ser assim conhecidos. Eram também chamados de germanófilos por serem adeptos da utilização do modelo alemão de técnicas militares, tendo viajado com vistas ao aprendizado dessas técnicas. Pregavam a modernização do Exército e sua atuação como órgão de defesa nacional, especialmente porque, durante a Primeira Guerra Mundial, haviam percebido que “o desenvolvimento da Indústria da Guerra e a prática de novos princípios táticos” tinham acentuado a distância entre os Exércitos dos países desenvolvidos e o Exército brasileiro,[251] permanecendo, este último, defasado. Segundo Neto “a corporação estava absolutamente defasada em relação às organizações do mundo industrializado,” guardando, o Exército, em pleno regime republicano, “as mesmas características do período colonial.”

Ao retornarem da Alemanha, os jovens oficiais ligaram-se aos corpos de tropa criando cursos extensivos das técnicas alemãs aos demais oficiais. Criaram também a Revista Defesa Nacional, em 1913, com papel de divulgação das novas técnicas, para orientação aos membros da instituição, e principalmente de propaganda da intenção modernizadora e da necessidade de uma lei para a aplicação do serviço militar obrigatório, sendo essa uma grande

---

[249] CARVALHO, José Murilo de. As Forças Armadas na Primeira República: o poder desestabilizador. Rio; São Paulo: Difel, 1980 apud CASTRO, Celso. **Os Militares e a República.** Um estudo sobre a cultura e ação política. Rio de janeiro: Zahar, 1995, p. 210-1.

[250] NETO, Manuel Domingos. Influência estrangeira e luta interna no Exército (1889-1930. In: ROUQUIÉ, Alain (coord.). **Os partidos militares no Brasil.** Rio de Janeiro: Record, [198_], p. 55.

[251] Ibid, p. 56.

conquista desse grupo para o Exército a partir de 1916. São alguns colaboradores e diretores dessa revista: Bertoldo Klinger, Estevão Leitão de Carvalho, Tasso Fragoso, Mascarenhas de Moraes, Goés Monteiro, Borges Fortes, Humberto de Alencar Castello branco, Olympio Mourão, Orlando Geisel, Pery Bevilacqua e Emílio Garrastazu Médici.[252]

Em 1916, o Exército consegue o monopólio do serviço armado, a nível nacional "multiplicando seu poder político."[253] Seu efetivo é aumentado, podendo-se criar, por isso, grandes unidades, em detrimento dos pequenos destacamentos de outrora; são comprados armamentos; há a adoção da aviação militar, da artilharia de tiro rápido e de moderna aparelhagem de comunicação, além da instalação de novos quartéis, stands de tiro, entre outros; e, finalmente conseguem uma estrutura organizacional cuja distribuição da tropa obedecia a um planejamento nacional,[254] ao contrário do período imperial, onde o Exército não era necessário, como instituição nacional forte, dado o sistema de dominação política que fora criado em bases regionais.[255]

Quando as negociações em torno da vinda de uma Missão Alemã fracassam, o ministro da Guerra decidiu implementar uma comissão para organização de cursos dentro da Escola Militar do Realengo. Esta organização contava com um grupo de instrutores composto pela elite do Exército. Os melhores oficiais foram escolhidos para ministrarem cursos de aperfeiçoamento nas três armas, a de Infantaria, Cavalaria e Artilharia e a essa série de treinamentos denominaram de Missão Indígena. Rodrigues acredita que o uso desse nome esteja "relacionado à tentativa de se estabelecer um grupo de instrutores nacionais, partidários do estabelecimento de uma cultura militar própria, do Brasil, apesar de terem como base de sustentação ideológica, os aprendizados do Exército alemão." [256] A Missão Indígena surge em 1918, justamente quando a maior parte da jovem oficialidade rebelde se encontrava na Escola

---

[252] NETO, Manuel Domingos. Influência estrangeira e luta interna no Exército (1889-1930. In: ROUQUIÉ, Alain (coord.). **Os partidos militares no Brasil.** Rio de Janeiro: Record, [198_], p. 59-60.

[253] CARVALHO, José Murilo de. **As Forças Armadas na Primeira República**: o poder desestabilizador. Rio; São Paulo: Difel, 1980, apud ibid, p. 49.

[254] NETO, op. cit, nota 252, p. 48.

[255] Ibid., p. 59-60.

[256] O Exército passa por algumas modificações importantes no início do século XX, pois, sendo uma instituição relativamente nova em relação aos Exércitos do Velho Mundo apresentava atraso em seu armamento e nas instalações dos quartéis, insuficientes ao bom desempenho do serviço militar. O Congresso Nacional destinava à instituição, orçamento inadequado às suas necessidades de modernização, o que preocupava o Alto Comando Militar, pois, ao final da Primeira Grande Guerra, compreendiam que os conceitos de combates e as regras tradicionais de conduta na guerra, haviam se modificado. Desejosos de operar mudanças significativas, no prazo mais curto possível, julgavam imperativa a reformulação do regulamento da Escola Militar e do ensino militar adaptando-os as novas realidades do campo de batalha. RODRIGUES, Fernando da Silva. **Renovação e Revoltas:** a Escola Militar do Realengo de 1918 A 1922. Disponível em <http://www.abed-defesa.org/page4/page7/.../FernandoRodrigues.pdf>. Acesso em 01/10/2010.

Militar. O Ministro da Guerra, à época o General Alberto Cardoso de Aguiar, abriu um processo de seleção para um quadro de instrutores da Escola de Formação de Oficiais, pretendendo, com isso, aplicar um novo tipo de treinamento com base no modelo alemão, já que a Missão Alemã não poderia vir ao Brasil. Em 1919, o grupo de instrutores assumiu toda a estrutura de ensino militar do Exército. Esse novo modelo de instrução foi criado com a finalidade de atender à modernização cujo objetivo "vinha sendo buscado desde 1905, inclusive pelos "Jovens Turcos," com uma Escola modelada segundo padrões militares de currículo (ensino mais práticos do que teóricos) e de disciplina rígida." [257] A instrução, baseada no regulamento de 1918, durante o governo de Wenceslau Braz Pereira Gomes (15/11/14 a 15/11/18) ocasião em que o General de Divisão José Caetano de Faria era o Ministro da Guerra (15/11/14 a 15/11/18), previa o ensinamento dos conhecimentos necessários ao desempenho das funções de oficial de tropa, de cada uma das Armas, compreendendo cinco cursos: um fundamental, destinado a todas as Armas, e quatro especiais, sendo um para cada Arma. Foi baseada, também, no regulamento de 1919, já no governo de Delfim Moreira da Costa Ribeiro e durante o ministério do General Alberto Cardoso de Aguiar, que era ainda o Ministro da Guerra, abrangendo os conhecimentos necessários ao desempenho das funções de oficial de tropa, até o posto de Capitão, obrigando, dessa forma, o oficial a manter constante aperfeiçoamento em sua profissão, enquanto durasse sua carreira no Exército, conforme era feito nos Exércitos europeus.[258]

Os Jovens Turcos influenciaram positivamente o convite à Pandiá Calógeras para a assunção do cargo de Ministro, desde 1918, e no ano de 1919, alguns deles ocuparam postos, junto ao Ministério da Guerra, influenciando diretamente as principais medidas necessárias à

---

[257] RODRIGUES, Fernando da Silva. **Renovação e Revoltas:** a Escola Militar do Realengo de 1918 A 1922. Disponível em <http://www.abed-defesa.org/page4/page7/.../FernandoRodrigues.pdf>. Acesso em 01/10/2010.

[258] Foram instrutores dessa Missão na primeira seleção: Na Infantaria, os Primeiros Tenentes Eduardo Guedes Alcoforado, Newton de Andrade Cavalcanti, Primeiro Tenente Demerval Peixoto, Primeiro Tenente João Barbosa Leite e o Segundo Tenente Odylio Denys (revoltoso). Na arma de Cavalaria, o Capitão Euclides de Oliveira Figueiredo (ex-estagiário no Exército alemão) e os Primeiros Tenentes Renato Paquet, Orosimbo Martins Pereira e Antônio da Silva Rocha. Na Artilharia, o Capitão Epaminondas de Lima e Silva (ex-estagiário no Exército alemão), os Primeiro Tenentes Luiz Correa Lima; Mario Ary Pires e Artur Joaquim Panfiro. Na segunda seleção: o Capitão Outubrino Pinto Nogueira, os Primeiros Tenentes José Luiz de Morais; Mario Travassos Penedo Pedras, Henrique Duffles Teixeira Lott, Victor César da Cunha Cruz (revoltoso),Olimpio Falconiere da Cunha (revoltoso), Filomeno Brandão, Joaquim Vieira de Melo, Onofre Muniz Gomes de Lima, Tristão de Alencar Araripe, Cyro Espírito Santo Cardoso (revoltoso), Illydio Rômulo Colônia, (revoltoso) Arlindo Maurity da Cunha Menezes (revoltoso). Na Cavalaria, o Capitão Milton de Freitas Almeida, Gomes de Paiva, Brasiliano Americano Freire (revoltoso), Aristóteles de Souza Dantas (revoltoso). Na Artilharia, os Capitães Eduardo Pfeil e Pompeu Horácio da Costa e os Primeiros Tenentes Álvaro Fiúza de Castro e José Agostinho dos Santos. Na Engenharia: o Capitão Othon de Oliveira Santos, Primeiros Tenentes, Luiz Procópio de Souza Pinto, Juarez do Nascimento Fernandes Távora (revoltoso), Edmundo de Macedo Soares (revoltoso). RODRIGUES, Fernando da Silva. **Renovação e Revoltas:** a Escola Militar do Realengo de 1918 A 1922. Disponível em <http://www.abed-defesa.org/page4/page7/.../FernandoRodrigues.pdf >. Acesso em 01/10/2010.

modernização do Exército.[259] Em 1918, após a derrota alemã, os Jovens Turcos deixam de existir como grupo organizado e a Revista Defesa Nacional passa a defender a vinda da Missão Militar Francesa, cessando a disputa entre seus defensores e os Jovens Turcos. Embora estes últimos tivessem preferências pelo modelo alemão e o outro grupo se mostrasse favorável ao modelo francês, ambos defendiam um propósito modernizador. Também compartilhavam, os adeptos do modelo alemão e do modelo francês a idéia de que militares de todas as patentes deveriam manter-se submetidos, hierarquicamente, aos seus comandantes superiores e estes, por sua vez, ao presidente da República. Deveriam ser "soldados profissionais", exercendo neutralidade política.

Com a contratação da Missão Militar Francesa, em 1920, pelo Ministro da Guerra João Pandiá Calógeras, no governo de Epitácio Pessoa, os oficiais brasileiros receberam os cursos das Escolas de Estado-Maior, Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, Escola de Aviação Militar, Curso de Oficiais Intendentes, Curso de Saúde e Veterinária e Curso de Equitação. [260]

A Missão era chefiada por Maurice Gustave Gamelin[261] e composta de 20 oficiais instrutores. Para esse general a organização militar brasileira teria de possuir uma doutrina de Guerra e atender a três objetivos: Criar meios para defesa permanente do território nacional, assegurar efetivos regulares e permanentes e organizar instrução e treinamento desse efetivo. Isso implicava em problemas como a existência de um recrutamento seletivo, a criação de casernas e centros de instrução, a compra de armamento para essa instrução e a criação de indústrias que permitissem a produção, ao menos, de parte do material para fabricação de armas, que, em sua maioria era comprado no exterior. Além disso, havia a necessidade do desenvolvimento de uma rede de transportes rodoviários e ferroviários que permitissem o deslocamento simples e rápido das tropas, para qualquer região do país. Essas medidas representavam despesas que dificilmente o governo estaria disposto a arcar.[262]

De parte desse dilema participaram os oficiais revoltosos, pois foram instrutores da Missão Indígena: Tenentes Odílio Denys, Arlindo Maurity da Cunha Menezes, Braziliano Americano Freire, Illydio Rômulo Colônia, Juarez do Nascimento Fernandes Távora, Cyro do

---

[259] NETO, Manuel Domingos. Influência estrangeira e luta interna no Exército (1889-1930. In: ROUQUIÉ, Alain (coord.). **Os partidos militares no Brasil.** Rio de Janeiro: Record, [198_], p.59.

[260] FREITAS, Marco Túlio Delgobbo. **A Missão Militar Francesa no Brasil.** 2004. 80 f. Monografia. (Graduação em Licenciatura Plena em História). Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo. 2004, p. 27.

[261] Gamelin foi, durante a Primeira Guerra Mundial, o chefe da Terceira Seção do Estado-Maior do General Joseph Joffre e comandante de divisão de Infantaria, já no final do conflito. Ibid, p. 59.

[262] NETO, Manuel Domingos. Influência estrangeira e luta interna no Exército (1889-1930. In: ROUQUIÉ, op. cit., 259, p. 67-9.

Espírito Santo Cardoso, Aristóteles de Souza Dantas, Edmundo Macedo Soares e Silva, Olímpio Falconiere da Cunha e Victor César da Cunha Cruz, todos estes envolvidos em levantes. [263] O Marechal Hermes, por sua vez, estava alheio a tudo isso, pois havia viajado em 1915 para a Europa, para cuidar da saúde de sua espôsa, Nair de Teffé, que sofrera grave fratura na cabeça do fêmur, numa queda de uma charrete. Hermes da Fonseca, que fora eleito senador do Rio Grande do Sul, disputando a vaga com Rui Barbosa, seu ferrenho inimigo na campanha civilista, viajara, renunciando ao cargo, por ter se decepcionado com a morte do senador Pinheiro Machado, seu amigo e líder do PRRG (Partido Republicano do Rio Grande), que fora assassinado no Rio de Janeiro, neste ano. Retornou apenas em 1921, ocasião na qual foi recebido com diversas homenagens e eleito presidente do clube militar, além de se cogitar sobre a probabilidade de que ele concorresse à sucessão presidencial, mas a organização em torno de Nilo Peçanha somada a sua hesitação pôs termo ao assunto.[264]

No ano de 1922, a crise que atingiu as forças armadas abalou mais ainda o quadro de carência do Exército com a perda de inúmeros oficiais rebelados que lotaram as prisões.

A geração formada pela Missão Francesa, por sua vez, não tardou a ver sua euforia em torno da possibilidade de modernização transformada em frustração, pois tornara-se clara a incapacidade de colocarem em prática as lições recebidas dos instrutores franceses, sem a implementação das medidas estruturais acima citadas. A impossibilidade de modernização causava outro problema grave, mantinha suas carreiras estacionadas causando mais insatisfação. Como exemplo disso, podemos observar oficiais como Kingler, Leitão de Carvalho e Euclides Figueiredo, contando com 30 anos de serviço, quase em 1930, ainda com a patente de coronéis,[265] mesmo sendo oficiais de prestígio, por terem sido estagiários alemães, por estarem todo esse tempo na ativa, por terem participado da Revista Defesa Nacional, por todo o esforço empenhado na modernização e por terem participado do Estado-Maior do Exército.

Segundo Neto, esse foi o momento no qual "estavam formadas as condições para que o novo Exército passasse a agir politicamente." Ou seja, a decisão que já havia sido tomada há oito anos pelos revoltosos, quando partiram para a luta armada em desagravo ao Exército e

---

[263] RODRIGUES, Fernando da Silva. **Renovação e Revoltas:** a Escola Militar do Realengo de 1918 A 1922. Disponível em <http://www.abed-defesa.org/page4/page7/.../FernandoRodrigues.pdf >. Acesso em 01/10/2010.

[264] Cf. FONSECA, Nair de Tefé Hermes da. **A Verdade sobre a Revolução de 22.** Rio de Janeiro: Gráfica Portinho Cavalcanti Ltda., 1974, p. 109.

[265] NETO, Manuel Domingos. Influência estrangeira e luta interna no Exército (1889-1930. In: ROUQUIÉ, Alain (coord.). **Os partidos militares no Brasil.** Rio de Janeiro: Record, [198_], p. 68.

em defesa do *ethos* militar, “agora” seria adotada também pelos legalistas, ao verem frustradas as tentivas de organização do Exército, via institucional, dentro da legalidade.

Nesse sentido, se até então cada grupo lutava pelo Exército à sua maneira, uns politicamente, outros obedecendo a hierarquia; uns pela defesa do *ethos* militar, outros em defesa de uma estruturação e modernização institucional, a ausência de uma solução para problemas estruturais que colocavam em jogo o bom andamento e a respeitabilidade da instituição, revelaram a todos os que não haviam aderido que o problema era político, resultando numa união das diversas correntes em torno da Revolução de 30.

Vale ressaltar que todas as correntes mencinadas abrigavam idéias que estavam presentes no universo militar na década de 20, ocasião em que surgiram os movimentos de 1922 e 1924, fator que, associado ao aumento do contingente de oficiais do Exército, que em 1889 era de 13.000, passando para 42.977 em 1920, criava muitas divisões no Exército, podendo-se encontrar, ainda, dentro de cada uma dessas correntes, projetos políticos diferenciados.

De qualquer forma, não vejo, em nenhuma das correntes, algo que remeta a escolha dos revoltosos, no período anterior à Revolução, pois, dentre eles há oficiais muito antigos, já reformados como os generais Isidoro, formado na Escola Militar do Rio Grande do Sul; há positivistas como o General Augusto Ximeno de Villeroy; instrutores e alunos da Missão Indígena, como alguns dos revoltosos. Dentre seus instrutores podíamos encontrar também “Jovens Turcos”, como os Capitães Euclides de Oliveira Figueiredo e Epaminondas de Lima e Silva, do grupo que expunha a ideologia do “soldado-profissional,” extremamente legalistas.

Poderíamos apenas sugerir que os modernizadores que permaneceram na legalidade defendiam a idéia de um “soldado profissional,” enquanto os revoltosos reivindicam a idéia do “soldado-cidadão,” apregoada pelos veteranos da Guerra do Paraguai durante a Questão Militar, embora nunca em seus discursos tenham mencionado esse termo, como o fizeram os veteranos desta Guerra.

1.9 A “nata da oficialidade”

Apesar de breves em sua duração, as insurreições de 1922 foram levantes que tiveram um grande impacto sobre o Exército e sobre o poder civil. Embora sejam tratados como acontecimentos pouco significativos para a história política brasileira, e abordados

isoladamente da Revolução de 30, por alguns autores,[266] representam o marco inicial de uma série de levantes que culminarão nesta Revolução, havendo conexão entre todos os levantes militares durante os oito anos que a intermediaram. Essa assertiva é possível, haja vista o conjunto de fontes pesquisadas, especialmente as cartas que, trocadas entre os prisioneiros e exilados militares, revelaram, não apenas essa conexão, mas uma proximidade ora mais, ora menos intensa entre eles. Isso aconteceu especialmente por haverem compartilhado diversas vivências, na Escola Militar, nos quartéis, ou mesmo nos levantes, mas principalmente pelo convívio que experimentam nas prisões e o exílio, como veremos no decurso do trabalho.

A importância dos levantes de 1922 não passou despercebida pelos políticos da época. Havia clareza na avaliação do poder público de que qualquer governo constituído estaria ameaçado, ao lutar contra grupos das Forças Armadas, preparados para a Guerra, fortemente armados e municiados. Especialmente porque, dentre esse grupo havia vários oficiais que haviam recebido treinamento de guerra, recentemente, a partir da instrução dos Jovens Turcos que organizaram a Missão Indígena, além de dez dos trinta e oito oficiais instrutores, serem lideranças das revoltas.[267]

Acredito que o treinamento, pelo qual passaram, tenha servido como um elemento para seu aperfeiçoamento militar, auxiliando-os no combate revolucionário, pois Chevalier confirma o proveito desse treinamento nos combates:

> [...] Não era estranho ao Ministerio da Guerra que, envolvida no movimento sedicioso, estava a nata da officialidade, porque esse mesmo Ministerio exigia para a classificação no Forte e na Escola, como instructores, officiaes que tivessem mostrado maior aproveitamento pratico e theorico nos cursos militares. Era portanto o próprio Ministerio que mostrava não serem os implicados a ralé da classe, nem mesmo indivíduos medíocres. Eram officiaes tirados da elite aqueles que tinham conseguido passar nos rigorosos "filtros" exigidos por S. Ex. o senhor Calogeras.[268]

---

[266] Drumond afirma: *"Apesar de todo o impacto de 5 de julho de 1922, destaco o ponto que considero da maior importância neste capítulo: não consegui identificar uma continuidade efetiva na conspiração tenentista entre 1922 e 1924. Se o trauma da rebelião isolada e derrotada permanece a flor da pele, o fio da conspiração se cortou inteiramente ou se tornou muito frágil em diversos momentos. Alguns tenentes presos, mais exaltados mantinham uma conspiração mais hipotética e emocional do que efetiva, mas outros preferiram se entregar à expectativa da anistia."* (grifo meu) DRUMMOND, José Augusto. **O Movimento Tenentista:** A Intervenção Política dos Oficiais Jovens (1922-1935). Rio de Janeiro: Graal, 1986, p. 97. Ver também: OLIVEIRA, Tabajara de. **1924 – A Revolução de Isidoro.** São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1956, p. 25; ARAGÃO, Isabel Lopez. **1924:** A Revolução que começou em 1889. Monografia (pós-graduação em História do Brasil). Universidade do Estado do Rio de Janeiro. UERJ, 2006, 385 f. e ARAGÃO Isabel Lopez. **Revoltas militares no norte do Brasil no ano de 1924**: o levante das forças do exército e da marinha no Amazonas. Monografia (graduação em licenciatura plena em História). Universidade do Estado do Rio de Janeiro. UERJ, 2009, 60 f.

[267] RODRIGUES, Fernando da Silva. **Renovação e Revoltas:** a Escola Militar do Realengo de 1918 A 1922. Disponível em <http://www.abed-defesa.org/page4/page7/.../FernandoRodrigues.pdf >. Acesso em 01/10/2010.

[268] CHEVALIER, Carlos. **Memórias de um Revoltoso ou Legalista?** 1922-1926. Rio de Janeiro: Estabelecimento Graphico Nictheroy, 1925, p. 76.

O temor dos governantes, desse inimigo bem treinado e fortemente armado, que a qualquer momento poderia conseguir uma adesão maciça, como viria a ocorrer futuramente, na Revolução de 1930, exigia providências enérgicas. E a primeira delas foi o encerramento do governo de Epitácio Pessoa sob o estado de sítio.

> O perigo não era mais o operário organizando numa greve ou colocando uma bomba, mas uma conspiração contra o governo constituído, por grupos que alcançavam os altos escalões militares, e que eram capazes de empregar armamento pesado, contando com a simpatia – por vezes ativa – de elites urbanas. O governo Bernardes, iniciado em novembro, funcionou com a cidade em estado de sítio, e o governo atemorizado.[269]

Não temiam, dessa forma, os operários, pois, embora causassem preocupação ao governo, sua organização estava se iniciando, sem que, ainda, estivessem em condições de concorrer para a destituição de um governo, como era o caso dos militares revoltosos.

> [...] Na imprensa operária, e mesmo na grande imprensa do período, é possível encontrar referências freqüentes ao policiamento de organizações de trabalhadores e à repressão violenta de greves. Poucos dias após os distúrbios contra os bondes ocorrido em janeiro de 1909, o jornal *O Operário* noticiava a expulsão de um agente secreto da polícia do Partido Operário Socialista. Seis meses depois, *A Voz do Trabalhador* comentava a impossibilidade de realizar um meeting da Confederação Operária Brasileira devido à perseguição policial. No outro lado do espectro da imprensa carioca, o *Jornal do Commercio* noticiava como os administradores da Fábrica de Tecidos Confiança, ameaçados com uma greve caso não demitissem um fiscal, chamaram a polícia e obtiveram uma força de 28 praças da Polícia Militar com carabinas para – como dizia o jornal – poder agir sem se sentir ameaçados.[270]

A urgência, então, era a vigília e a prisão de militares suspeitos de conspiração ou foragidos, devido ao envolvimento nos levantes. O início dos anos 20, por essa razão, é marcado, como já foi dito, pelo encerramento do governo de Epitácio Pessoa sob o estado de sítio e a implementação do mesmo por Arthur Bernardes, em seu governo, mantido na mesma situação durante todo mandato. Marca também, e principalmente, o estabelecimento de uma Polícia Política como instituição organizada. A sua criação havia sido motivada pela necessidade de combater uma ameaça às instituições ligadas ao Estado, que surgira a partir dos levantes militares.

Nesse sentido, uma série de medidas repressivas foram adotadas na década de 20, por causa das revoltas militares, governada através da implementação do estado de sítio no governo de Epitácio Pessôa de 1922 A 1926. Uma delas foi a criação da 4ª Delegacia Auxiliar de Polícia Política, em novembro de 1922, o que representava um marco nos novos rumos da repressão política no país, pois inauguraria, uma política essencialmente política. Se

---

[269] BRETAS, Marcos Luiz. Polícia Política no Rio de Janeiro dos anos 20. **Revista do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro**, nº 3, outubro de 1997, p. 30.

[270] Ibid., p. 27.

observarmos a evolução das delegacias especializadas em crimes políticos, constataremos que a 4ª Delegacia, após algumas reestruturações, transformar-se-ia no DOPS, órgão responsável pela prisão e tortura de presos políticos durante o período de vigência da ditadura militar no Brasil.

A 4ª Delegacia Auxiliar de Polícia Política,[271] fora criada em 1922, com as seções de Ordem Política e Social e de Arquivo e Informações, entre outras. Esta Delegacia foi substituída em 1933, pela Delegacia Especial de Segurança Política e Social, também com a função única de polícia política, exercida principalmente pelas Seções de Ordem Política, e de Ordem Social, além do Arquivo Geral.[272] Em março de 1944, houve reestruturação dos serviços da Polícia Civil do Distrito Federal, extinguindo-se a Delegacia Especial e criando-se a Divisão de Polícia Política e Social, subordinada ao Departamento Federal de Segurança Pública.[273] Essa Divisão foi extinta em 1945, ocasião em que foi criada a Delegacia de Ordem Política e Social.[274] Com a transferência da capital para Brasília, a Divisão de Polícia Política e Social ficou subordinada ao governo do Estado da Guanabara até o momento em que a Lei n.º 263, de 24 de dezembro de 1962, instituiu o Departamento de Ordem Política e Social, o DOPS.[275]

Esse fora o primeiro efeito da revolta de 1922. O segundo decreto assinado por Arthur Bernardes promovia uma pequena reforma na polícia, transformando a Inspetoria de Investigação e Segurança Pública, na 4ª Delegacia de Polícia Política, pretendendo criar uma delegacia especializada em crimes políticos. A reforma previa a conversão do antigo Inspetor, em auxiliar direto da Chefia de Polícia e uma modificação no cargo exercido pelo Chefe de

---

[271] Ver Decreto n.º 15.848, de 20 de novembro de 1922. Cria a 4ª Delegacia Auxiliar de Polícia Política. ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. APERJ. **Inventário da Delegacia Especial de Segurança Política e Social.** Rio de Janeiro, 1997, 1998 e 1999.

[272] Decreto n.º 22.332, de 10 de janeiro de 1933. Substitui a 4ª Delegacia Auxiliar de Polícia Política pela Delegacia Especial de Segurança Política e Social. ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. APERJ. **Inventário da Delegacia Especial de Segurança Política e Social.** Rio de Janeiro, 1997, 1998 e 1999.

[273] Decreto-lei n.º 6378, de 28 de março de 1944. Extingue a Delegacia Especial de Segurança Política e Social e cria a Divisão de Polícia Política e Social, subordinada ao Departamento Federal de Segurança Pública. ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. APERJ. **Inventário da Delegacia Especial de Segurança Política e Social.** Rio de Janeiro, 1997, 1998 e 1999.

[274]Decreto-lei n.º 7.887, de 21 de agosto de 1945. Extingue a Divisão de Polícia Política e Social e cria a Delegacia de Ordem Política e Social. O Decreto-lei n.º 8.168, de 9 de novembro de 1945, restabeleceu a Divisão de Polícia Política e Social, estruturada nas delegacias de Segurança Política e Segurança Social e no serviço de Investigações, além de outros setores. Foi responsável pela apreensão dos documentos do Partido Comunista, quando da cassação de seu registro eleitoral em 1947, e atuou no controle e repressão às suas atividades e aos seus militantes, no Rio de Janeiro, então capital do país. O Departamento Federal de Segurança Pública, através da Portaria n.º 721, de 16 de julho de 1955, criou o Xadrez Especial e a Zeladoria. Ver ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. APERJ. **Inventário da Delegacia Especial de Segurança Política e Social.** Rio de Janeiro, 1997, 1998 e 1999.

[275] Ver Ver ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. APERJ. **Inventário da Delegacia Especial de Segurança Política e Social.** Rio de Janeiro, 1997, 1998 e 1999.

Polícia, que desde 1841 era destinado a um bacharel,[276] e que agora seria ocupado por um militar, o Marechal Carneiro da Fontoura.

Embora a Polícia Política estivesse incluída num projeto de redefinição do papel do estado, e várias medidas já tivessem sido tomadas para combater a organização sindical dos operários e sua militância, seriam as rebeliões militares as causadoras do endurecimento do regime e, conseqüentemente, o contexto apropriado para a expansão do novo departamento:

> As revoltas militares dos anos 20 provocaram uma certa inversão no desenvolvimento da polícia política no Brasil, quando comparada a outros países. Na maioria dos casos foi um sistema de controle de membros da elite na oposição, que foi transferido para vigiar as organizações de trabalhadores. No Brasil, a vigilância do movimento operário era anterior à organização formal da polícia política, que teve que esperar o surgimento de um grupo de elite capaz de ameaçar – ou parecer ameaçar – o controle do Estado.[277]

1.10 Às armas

Em 1922 os revoltosos previam um levante de todo o Exército. Contudo, embora a conspiração antecipasse um movimento geral,[278] a insurreição só ocorreu no Forte de Copacabana, sob o comando de Euclides Hermes da Fonseca e Antonio de Siqueira Campos; na Escola de Sargentos de Infantaria, sob o comando do Tenente Telmo Borba; na Companhia de Potoneiros, do 1º Batalhão de Engenharia, em Niterói, sob o comando do Capitão Luiz Gonzaga Borges Forte – com vistas ao controle da estação rádio-telegráfica de campanha - na 1ª Companhia Ferroviária, sediada em Deodoro; na Escola Militar de Realengo, sob o comando do o Coronel João Maria Xavier de Brito Júnior; na Vila Militar comandada por Frederico Cristiano Buiz[279] e, finalmente, na 1ª Circunscrição Militar de Campo Grande, em Mato Grosso, sob o comando de Clodoaldo da Fonseca, juntamente com Joaquim Távora.

---

[276] Em 1841 com a Reforma do Código de Processo Criminal (Lei nº 361, de 3 de dezembro de 1841). Ver NEDER, Gizlene; NARO, Nancy; SILVA, José Luiz Wenewck. **A Política na Corte e no Distrito Federal 1831-1930 –** Estudos das Instituições Policiais Brasileiras, Militares e Paramilitares, de suas origens até 1930. Rio de Janeiro: Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – Divisão de Intercâmbio e Edições, 1981, p. 116-7. Ver também HOLLOWAY, Thomas H. **Polícia no Rio de Janeiro.** Repressão e Resistência numa cidade do século XIX. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997, p. 159.

[277] BRETAS, Marcos Luiz Polícia Política no Rio de Janeiro dos anos 20. **Revista do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro**, nº 3, outubro de 1997, p. 25.

[278] Inquérito Policial Militar de Eduardo Gomes: *"Perguntado se sabia que outras unidades acompanhavam o Forte, respondeu ter acreditado que o movimento fosse geral."* FILHO, Ivan Alves. **Brasil, 500 anos em documentos.** Rio de Janeiro: Mauad, 1999, p. 383-4. Ver também CHEVALIER, Carlos. **Memórias de um Revoltoso ou Legalista?** 1922-1926. Rio de Janeiro: Estabelecimento Graphico Nictheroy, 1925, p. 75.

[279] Se vitoriosa, a revolta da Vila Militar teria início pelo 1º Regimento de Infantaria, como ocorreu, e esta unidade levaria, em seguida, ao erguimento do 2º Regimento de Infantaria e do restante das várias unidades, de todas as armas, da 1ª Divisão de Infantaria, lá existentes, da qual faziam parte os dois Regimentos acima mencionados.

Como muitas guarnições comprometidas pelo país não se levantaram, as que haviam se rebelado mantiveram-se em combate por pouco tempo.

> Entrava pelos olhos de todo ser mediocremente intelligente, que nunca poderiam pretender fazer revolta sozinhos o Forte de Copacabana, a Escola Militar e a desamparada guarnição de Matto Grosso. Era por todos sabido que compromissos existiam em todos os corpos da Força Federal; que revoltosos eram muitos generaes e officiaes de todas as partes e á proporção que desappareciam as probabilidades de victoria iam-se deixando ficar nas encolhas até que de vez se bandeavam.[280]

As palavras empenhadas não foram cumpridas devido a desistência de alguns e a impossibilidade de outros, mas havia outra questão importante a ser considerada: o fato dos legalistas estarem de prontidão com muita antecedência tornando os revoltosos presas fáceis.

Na Vila Militar, embora o relógio marcasse em torno de uma hora da madrugada, a alta oficialidade estava reunida, em grupos, no cassino de oficiais, acordada, à espera dos acontecimentos. A Polícia também estava de prontidão, pois já tinha conhecimento prévio do levante e, desde o dia 3, se preparara para combatê-lo, mesmo sabendo que seu início seria na madrugada de 4 para 5 de julho:

> Na expectativa dos graves acontecimentos que vimos explodir na madrugada de 5, a Policia Militar, **já na manhã de 3**, se dispunha previdentemente concentrando os seus elementos para uma acção mais prompta. No quartel do Meyer se agruparam, constituindo um destacamento, sob o commando do coronel Constancio Deschamps Cavalcanti, o 3º batalhão de infantaria, com uma companhia de sapadores; o 5º da mesma arma; um grupo de telephones de campanha; uma secção de metralhadoras pesadas a três peças, e um pelotão forte de cavallaria, todos providos das respectivas viaturas de remuniciamento e de elementos do serviço de saúde; neste Quartel-General e á disposição deste commando, o regimento de cavallaria, com três dos seus esquadrões; o corpo de serviços auxiliares, a companhia de metralhadoras com três secções a três peças; uma companhia de infantaria; os automoveis blindados; um pelotão com fuzis-metralhadoras e atiradores especiaes e um grupo de telephones de campanha; nos quartéis da rua Evaristo da Veiga, um terceiro destacamento commandado pelo coronel João Alvares de Azevedo Costa e composto das seguintes unidades: 1º e 4º batalhões de infantaria; uma secção de metralhadoras pesadas a três peças; um esquadrão de cavallaria e um grupo de atiradores de escol; e, finalmente, no seu quartel, em Botafogo, também á disposição deste commando, o 2º batalhão.[281]

A antecedência na preparação das forças legalistas devia-se, principalmente, aos grupos organizados pelo Marechal Carneiro da Fontoura, à época comandante da 1ª Região Militar e depois nomeado a Chefe de Polícia do Distrito Federal, para espionar os rebeldes

---

[280] CHEVALIER, Carlos. **Memórias de um Revoltoso ou Legalista?** 1922-1926. Rio de Janeiro: Estabelecimento Graphico Nictheroy, 1925, p. 75.

[281] Documento de Ordem do Dia da Polícia Militar do Distrito Federal escrito no Relatório do Chefe de Polícia do Distrito Federal, o Marechal Manoel Lopes Carneiro da Fontoura e transcrito pelo Ministro da Justiça e Negócios Interiores, João Luís Alves, em seu Relatório anual, de 1922-1923, ao Presidente da República. CENTER FOR RESEARCH LIBRARIES (Consórcio internacional de pesquisa independente de cooperação entre universidades, livrarias e arquivos dos EUA - universidades fundadoras - e outros países). Disponível <http://www.crl.edu>. Acesso em: jan. 2009.

dentro dos quartéis. Por isso, quando a insurreição das diversas guarnições do Exército eclodiu, as forças legalistas estavam "prontas, à espera":

> A vigilância da conspiração foi levada a efeito principalmente por grupos legalistas dentro das forças armadas. Em dezembro de 1921, o General Carneiro da Fontoura, comandante da Região Militar, começou a construir uma rede de informações, utilizando-se de sargentos do Exército como informantes. A presença da polícia é menos perceptível, mas eles tinham mesmo de ser extremamente cuidadosos, pois policiar militares sempre foi um ponto sensível.[282]

O coronel Frutuoso Mendes, ao ser interrogado acerca de sua possível participação na conspiração de 1922, momento em que relaciona todas as razões dos revoltosos contra as ações de Epitácio,[283] algumas já vistas, confirma as palavras de Bretas, ratificando, inclusive, a participação do Marechal Carneiro da Fontoura na chefia do grupo:

> [...] ainda, porque estabeleceu a política do suborno, com intensidade nunca vista, para conseguir apoio de certos inconscientes e incondicionais, ao mesmo tempo, que instituiu no Exército, para melhor garantia do seu caprichoso despotismo, o abjeto serviço de espionagem feito por praças, gordamente remuneradas e com amplos poderes, contra oficiais, até mesmo generais, embora o chefe do mesmo serviço fosse, também, uma alta autoridade militar, em cuja casa se reuniam soldados e sargentos para receber e discutir as ordens sobre espionagem e assassinatos contra nós.[284]

De acordo com o relatório do Marechal Carneiro da Fontoura, ao Ministro da Guerra, outras forças legalistas já haviam tomado posição para combater os revoltosos de 1922:

> Alem destas forças, que foram postas á disposição do Ministerio da Guerra, contava mais este commando **no referido dia 3**, por ordem do Governo com um batalhão de infantaria do Corpo de Bombeiros, organizado com louvável rapidez pelo seu illustre commandante coronel Marciano de Oliveira Avila, e, no dia seguinte, também com o Batalhão Naval, que, com quatro companhias de infantaria, duas baterias de artilharia e uma companhia de metralhadoras pesadas, sob o commando do valoroso capitão de mar e guerra Protogenes Pereira Guimaraes,[285] aquartelou no arsenal de Marinha.
> Ao estalar a revolta, annunciada na madrugada de 5, por tiros do Forte de Copacabana, estando toda a tropa disposta, como atraz ficou dito, coube ao 2º batalhão guarnecer immediatamente a sede do Governo, até á chegada de elementos do Exercito e da Marinha, incumbência que elle poude executar com a máxima presteza e decisão. Pouco depois, as primeiras informações de que os insurrectos do Realengo tentavam a marcha para o centro da

---

[282] BRETAS, Marcos Luiz. Polícia Política no Rio de Janeiro dos anos 20. **Revista do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro**, nº 3, outubro de 1997, p. 29.

[283] Declarações do Ten. - Cel. Frutuoso Mendes em seu depoimento prestado a 27 de setembro de 1922, no Inquérito Policial Militar a que respondeu apud SILVA, Hélio. **1922.** Sangue na Areia de Copacabana. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v. II, 1964, anexos, p. 493-502. (Documentos da História Contemporânea).

[284] Ibid, p.493-502.

[285] Esse oficial, que nesse momento está ocupando uma posição legalista, será preso em 1924, por chefiar a conspiração de 1924 na Marinha, que ficou conhecida por conspiração Protógenes. Com a prisão desse líder, Hercolino Cascardo, com apenas 23 anos, assume o comando da revolta e levanta o encouraçado São Paulo. Sobre esse levante, de 1924, na Marinha, ver CASCARDO, Francisco Carlos Pereira. **O Tenentismo na Marinha.** Os Primeiros Anos – 1922 a 1924. São Paulo: Paz e Terra, 2005.

> cidade, o destacamento sob o commando do coronel Deschamps desde logo se moveu para occupar posições avançadas de resistência e dar apoio e ligação a um esquadrão do 1º regimento de cavallaria divisionária do Exercito, lançado em Cascadura e Campinho em arriscada e diffícil missão. Esse destacamento, reforçado mais tarde com o 1º batalhão de infantaria e uma secção de metralhadoras a três peças, que occuparam posição no morro Getulio, e com um esquadrão de cavallaria, todos da Policia Militar, e ainda com o 2º batalhão do 2º regimento de infantaria, o 1º batalhão de caçadores, um esquadrão daquelle regimento e uma bateria de artilharia, ficou sob o commando do preclaro general João de Deus Mena Barreto e marchou para a Villa Militar a secundar a acção das tropas já aquarteladas, havendo os dois esquadrões alcançado a referida localidade, o 5º batalhão, Campinho, o 3º, Cascadura, e Pilares, o 1º. A ultima destas unidades e os citados elementos do Exercito constituíam o grosso da columna, cujo commando foi confiado ao coronel João Alvares de Azevedo Costa.[286]

Como vemos o uso de diversas companhias e batalhões de infantaria, cavalaria e artilharia, do Exército; de efetivos do Corpo de Bombeiros e Polícia Militar, municiados inclusive com metralhadoras pesadas, revelam que estavam preparados para uma revolta com grande número de adesões.

Após a retomada da Vila e da Escola Militar, pelos legalistas, os revoltosos do Forte de Copacabana, sabendo-se os últimos ainda insurrectos e constatando que seus canhões de maior alcance, os de 305 mm, haviam sido sabotados[287] deixando-os sem poder de fogo para combater os encouraçados, que ameaçavam atingi-los, e tendo a anistia recusada, decidem abandoná-lo.[288] Fazem isso, sem, contudo, aceitarem a rendição. Vinte e oito homens saem do Forte de Copacabana, tendo, em minha pesquisa, registrado, até então, a presença de 13 deles, realmente participantes, incluindo-se o comandante, preso pouco antes do combate e o civil que aderiu, marchando pela Avenida Atlântica junto a eles, que enfrentaram as forças legalistas, compostas por aproximadamente três a quatro mil homens, entre as ruas Barroso e Hilário de Gouveia, de 13:15 às 15:00 horas.

Os oficiais que participaram foram: Antonio de Siqueira Campos, que assume o comando, após a prisão de Euclides Hermes da Fonseca, este último comandante do Forte e filho do Marechal Hermes da Fonseca; Delso Mendes da Fonseca; Eduardo Gomes, da Aviação do Exército, que se apresentara no dia do levante; Mário Tamarindo Carpenter, que adere abandonando sua guarnição que chegara para substituir o comando, e Newton Prado,

---

[286] Documento de Ordem do Dia da Polícia Militar do Distrito Federal escrito no Relatório do Chefe de Polícia do Distrito Federal, o Marechal Manoel Lopes Carneiro da Fontoura e transcrito pelo Ministro da Justiça e Negócios Interiores, João Luís Alves, em seu Relatório anual, de 1922-1923, ao Presidente da República. CENTER FOR RESEARCH LIBRARIES (Consórcio internacional de pesquisa independente de cooperação entre universidades, livrarias e arquivos dos EUA - universidades fundadoras - e outros países). Disponível <http://www.crl.edu>. Acesso em: jan. 2009.

[287] Isso foi feito por sargentos que estavam entre eles, no momento que foram autorizados a deixarem o Forte. MUSEU HISTÓRICO DO EXÉRCITO E FORTE COPACABANA. Seção de Pesquisa Histórica e Museológica do Museu Histórico do Exército e Forte Copacabana. CUNHA, Henrique. **Conferência realizada na Sociedade dos Homens de Letras do Brasil**, em 28/04/54, pelo General de Divisão Henrique Cunha. Pasta Pesquisa 18 do Forte, Gaveta nº 2.

[288] Os sargentos e todos que ali se encontravam foram autorizados a deixar o quartel caso desejassem. Ibid. GOMES, Eduardo. **Entrevista ao *Jornal do Brasil*** de 02/07/72, Pasta Pesquisa 18 do Forte, Gaveta nº 2.

tenente Intendente do Forte. As praças eram: Manoel Ananias dos Santos, ordenança de Siqueira Campos,[289] José Pinto de Oliveira, João Pereira Neto, Hildelbrando da Silva Nunes, Pedro Ferreira de Melo e Manoel Antonio dos Reis, sem nos esquecermos do civil Octávio Corrêa.

> Sufocada a revolta da Escola Militar, restava dominar os sublevados de Copacabana, e nessa missão, que havia sido confiada á bravura e lealdade do Exercito e da Armada, também veiu a collaborar a Policia Militar.
> Assim, a 3ª companhia do 2º batalhão, na manhã de 6, ficava á disposição do destemido coronel João Nepomuceno da Costa, commandante das forças em operação contra o Forte Copacabana, para fazer o policiamento da retaguarda e a vigilância das propriedades abandonadas pelos habitantes daquelle bairro. Mais tarde, porem, um pelotão dessa companhia, ao mando do 1º tenente Pedro Goytacazes, e uma esquadra da mesma unidade, sob a direcção do cabo de esquadra Bartholomeu Ribeiro Nimbos, que tinham os seus elementos distribuídos em patrulhas de vigilância, reuniram-se celeremente, em conjuncto com forças do Exercito, enfrentaram e detiveram os revoltosos, os quaes, tendo abandonado o Forte, e abrigados por elevações de areia e pelo caes em reconstrução da Avenida Atlantica, na altura da rua Hilario de Gouvêa, reagiram com vigor ao ataque das tropas legaes, sendo, afinal, alli definitivamente dominados.
> Outro pelotão, este do 4º batalhão, que havia seguido, sob o commando do 2º tenente Frederico Mariath Costa, para Copacabana, com a missão de capturar revoltosos que por acaso se houvessem escapado, também collaborou no final do ataque, tomando lugar na linha de fogo, na esquina da rua Barroso, e assim reforçando, em momento decisivo, os contingentes empenhados na lucta.
> Vencidos os rebeldes, a tropa da Policia Militar entrou logo a arrecadar armas e objectos esparsos no local da lucta, sendo, então, recolhidos fuzis, sabres-baionetas, peças de equipamento, munição e um retalho da bandeira nacional com uma inscrição assignada por um dos officiaes revoltosos, sendo que alguns desses artigos já foram entregues ás autoridades competentes e os demais o serão opportunamente”.[290]

---

[289] Foi ordenança deste no período em que Siqueira Campos assumiu interinamente o Comando do Forte por ocasião das férias de Euclides Hermes da Fonseca. Ver CARNEIRO, Glauco. **O Revolucionário Siqueira Campos.** A epopéia dos 18 do Forte e da Coluna Prestes na biografia do lendário tentador do impossível, herói do Tenentismo. Rio de Janeiro: Record, 1966.

[290] Documento de Ordem do Dia da Polícia Militar do Distrito Federal escrito no Relatório do Chefe de Polícia do Distrito Federal, o Marechal Manoel Lopes Carneiro da Fontoura e transcrito pelo Ministro da Justiça e Negócios Interiores, João Luís Alves, em seu Relatório anual, de 1922-1923, ao Presidente da República. CENTER FOR RESEARCH LIBRARIES (Consórcio internacional de pesquisa independente de cooperação entre universidades, livrarias e arquivos dos EUA - universidades fundadoras - e outros países). Documento de Ordem do Dia da Polícia Militar do Distrito Federal escrito no Relatório do Chefe de Polícia do Distrito Federal, o Marechal Manoel Lopes Carneiro da Fontoura e transcrito pelo Ministro da Justiça e Negócios Interiores, João Luís Alves, em seu Relatório anual, de 1922-1923, ao Presidente da República. *“Tambem marcharam, neste dia, para Copacabana: - um pelotão do 2º batalhão, sob o commando do 2º tenente Julio Baptista Telles, que foi localizado na ladeira do Leme, em apoio a uma bateria de obuzes alli postada; - outro pelotão do mesmo batalhão, que, sob o commando do 1º tenente Oliveiros dos Santos Loura, marchou em reconhecimento por cima do Tunnel e pela ladeira do Barroso, estacionando afinal na rua dos Toneleros, á disposição do coronel commandante das forças de ataque; - um pelotão do 4º batalhão, commandado pelo 1º tenente Alcides de Meira Lima, que foram postos para o serviço de segurança, á disposição de um grupo do 1º regimento de artilharia montada, que se ia unir áquellas forças; - um pelotão do 1º batalhão, ao mando do 1º tenente Antonio Guanabara, que foi distribuído em serviço de policiamento; - um destacamento, sob o commando do tenente-coronel Gustavo Moncorvo Bandeira de Mello, formado de duas companhias do 2º batalhão, de uma secção de metralhadoras pesadas a três peças e de um pelotão de fuzis-metralhadoras, e que não teve necessidade de agir por já haver cessado a acção; - um grupo de combate do 2º batalhão, commandado pelo 3º sargento Philemon Petronilho de Oliveira, que, incumbido de aprisionar revoltosos foragidos, não teve ensejo de realizar essa missão. A Policia Militar, por essa ocasião, destacou ainda, para o Palacio do Catete, que estava sendo desguarnecido, uma companhia do 1º batalhão e outra do 4º, esta commandada pelo capitão Jayme dos Santos Lima e aquella pelo capitão Antonio José de Souza, e mais um esquadrão de cavallaria, sob o commando do capitão Themistocles de Faria Lima.”* Disponível <http://www.crl.edu>. Acesso em: jan. 2009.

A vigilância fora tão rígida que, além da insurreição das unidades militares mencionadas, outras tentativas, que raras vezes aparecem na relação das guarnições rebeladas, tiveram seus líderes transferidos para outras unidades, ou os levantes sufocados, antes mesmo que conseguissem dominar a caserna. Como exemplo, podemos citar a tentativa frustrada do capitão Euclides Loretti Ferreira e o tenente Lobo Fortes de levantarem o Forte de São Luís e o de Imbuí, que antes mesmo de chegarem aos Fortes, foram presos, às 2:10 da madrugada do dia 4 para 5, pelo comandante do Forte São Luís: Zeno Estilac Leal, e recolhidos à Fortaleza de Santa Cruz.[291]

Com as guarnições rebeldes dominadas pelas forças legais em poucas horas houve um retorno à normalidade, sem que tivessem conseguido atingir seu objetivo mais imediato: o impedimento da posse de Arthur Bernardes, para o desagravo do Exército. Bernardes, embora vitorioso nas urnas naquele mesmo ano, só assumiria em novembro, como era de praxe. Coube, então, a Epitácio Pessôa a decretação do estado de sítio no Estado do Rio e no Distrito Federal, nos meses seguintes e a repressão desencadeada por seu governo, que determinou inúmeras prisões e instaurou vários processos.[292]

Nilo e partidários da dissidência do Rio de Janeiro pagariam um alto preço pela oposição exercida. Sofreram toda a sorte de perseguições após a posse de Bernardes, perdendo seus mandatos, fossem estes do Legislativo ou do Executivo.[293]

Os oficiais do Exército, praças e alunos da Escola Militar de Realengo, adentraram as prisões, sem grandes perspectivas para o futuro, enquanto outros optariam, em tempo, pela clandestinidade como uma saída possível.[294]

Havia chegado a hora do ajuste de contas de Bernardes com os seus adversários políticos. Ele "vinha da mais rude peleja eleitoral havida no país". Não fora poupado nem pela oposição, nem pela imprensa, tendo, também, sofrido inúmeras humilhações. Conforme

---

[291] Cf. SILVA, Hélio. **1922.** Sangue na Areia de Copacabana. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964. V. II, p. 127. (Documentos da História Contemporânea).

[292] FERREIRA, Marieta de M. A Reação Republicana e a crise política dos anos 20. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 6, n. 11, 1993, p. 9-23.

[293] Futuramente Bernardes interferiria no mandato de J. J. Seabra, no governo da Bahia, além de tentar atingir, também, Borges de Medeiros, no Rio Grande do Sul. Quanto a este último, o único ganho que obteve foi a mudança do artigo constitucional, que permitia a reeleição. Era muito comum, nesta época, que os políticos lançassem mão da prática de intervenção federal. O próprio Hermes da Fonseca havia, durante o seu mandato presidencial, se utilizado desse recurso, através da "política das salvações". Nilo também interveio no Rio de Janeiro, tirando Alfredo Backer do poder, na ocasião em que assumiu a presidência da República, para completar o quatriênio de Afonso Pena. Hélio Silva comenta que *"ao tempo da Constituição Federal de 1891, as situações estaduais somente sofriam soluções de continuidade por duas vias: a intervenção federal ou o estado de sítio"*. Ver SILVA, op. Cit., nota 291 e ibid**.**

[294] SILVA, op. cit., nota 291..

concluiu Silva, era um homem de amores fáceis e ódios difíceis de apagar... Por isso, não esqueceria facilmente...[295]

[295] Cf. SILVA, Hélio. 1922. Sangue na Areia de Copacabana. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964. V. II, p. 127. (Documentos da História Contemporânea).

CAPÍTULO 2 - 1924 - Dos motins na caserna às prisões de Bernardes

2.1 1922: o destino dos revoltosos

O combate com as tropas que estavam entre as ruas Barroso – atual Siqueira Campos e Hilário de Gouveia – foi acirrado. Eduardo Gomes teria dito em entrevista ao Jornal do Brasil[296], 50 anos depois, que era a primeira vez que via alguém morrer. Eram jovens os revoltosos de todas as guarnições, com idade média de 20 anos e mesmo assim decidiram lutar contra instituições seculares como a República, a Polícia e o próprio Exército legalista. Passavam por um verdadeiro batismo de fogo sem que tivessem a real dimensão do que os esperava no futuro. Dentre eles havia outro jovem, já mencionado, com idade entre 20 e 25 anos: o civil Octavio Corrêa.[297]

Octávio Corrêa era filho de estancieiro no Rio Grande do Sul. Um, de nove irmãos homens, além de três mulheres. Vivia na estância da Serra, no município do Quaraí, uma das maiores do estado, certamente a melhor, "pelas suas aguadas e qualidade das pastagens." [298]

> Só nessa propriedade tínhamos mais de 10 mil rezes, 10 a 15 mil ovelhas, mais de 1000 éguas e 400 cavalos para os serviços do campo. Quem não fosse mesmo bom nos arreios só poderia montar n'algum arrastador de água ou em cavalo de mulher, que os demais eram caborteiros. Esta vida, tão cheia de riscos, foi, para nós, uma escola de destreza, de coragem e até de temeridade. De todos os irmãos, porém, o mais campeiro, mais ágil e mais audacioso era o Octavio. Montava em qualquer potro, mesmo em pêlo, atirava bem o laço e as boiadeiras. Tocava bem violão e tinha uma excelente voz. Era dotado de um verdadeiro temperamento de artista. Corajoso em extremo possuía também um admirável sangue frio.[299]

Ainda menino Octávio foi para São Leopoldo, no mesmo estado, onde foi matriculado no Ginásio N. S. da Conceição, dos padres Jesuítas, colégio por onde passaram Oswaldo Aranha, João Neves, Nereu Ramos, os irmãos Konder, entre outros. Tempos depois, seguiu para Porto Alegre para concluir os estudos. Mais ou menos aos 21 anos, viajou para Paris, onde levou uma vida boêmia, convivendo no Quartier Latin, bairro de Paris onde se reuniam jovens artistas, da época, literatos, pintores e médicos. Nesse período se envolveu com uma jovem aristocrata russa e, em virtude desse relacionamento, foi ameaçado por alguns membros de sua família que atentaram contra a sua vida. Adalberto Corrêa, seu irmão, foi

---

[296] Entrevista ao Jornal do Brasil 02/07/72, MUSEU HISTÓRICO DO EXÉRCITO E FORTE COPACABANA. Pasta Pesquisa 18 do Forte, gaveta nº 2. Seção de Pesquisa Histórica e Museológica do Museu Histórico do Exército e Forte Copacabana. GOMES, Eduardo. Entrevista ao *Jornal do Brasil* 02/07/72, Pasta Pesquisa 18 do Forte, gaveta nº 2.

[297] Ibid.

[298] Ibid.

[299] Ibid.

buscá-lo em Paris, num hospital, gravemente ferido, trazendo-o para o Rio Grande do Sul. Temendo que pudessem encontrá-lo no Brasil para por fim a sua vida, seus familiares decidiram que fosse passar uns tempos no Rio de Janeiro, onde, por ironia do destino, iria se juntar aos "18 do Forte." [300]

Adalberto Corrêa seria, no futuro, um ferrenho lutador ao lado dos rebeldes. Lutou no Rio Grande do Sul junto às guarnições que formaram a Coluna Prestes, ficando depois ao lado dos exilados, tendo lutado, novamente, na invasão ao Rio Grande do Sul em 1926, na chamada Coluna Relâmpago, chefiada por Isidoro e composta por uma centena de exilados,[301] além de lutar nas tropas da Revolução de 1930.

Após o combate, os revoltosos de Copacabana, devido à gravidade dos ferimentos que possuíam, foram levados, inicialmente, para o Hospital Central do Exército, enquanto o comandante do Forte de Copacabana, Euclides Hermes da Fonseca, não tendo sido atingido, seguira preso para o 1º RCD (1º Regimento de Cavalaria Divisionária). Haviam tentado uma anistia antes de saírem pelas ruas de Copacabana, tentando encontrar uma saída para a situação drástica que se configurava. Faziam parte da única, dentre todas as guarnições da capital federal, ainda rebelada, e mantinham o firme propósito de não se entregarem. Bastava ler as inscrições nos pedaços da bandeira do Brasil que haviam repartido entre si e colocado junto ao peito para compreender que se despediam. Mas o governo não pretendia facilitar as coisas para os rebeldes e, desse modo, nenhuma condição foi aceita, sendo, antes, intimados à rendição.

Os ferimentos de Siqueira foram profundos, o que gerava uma lenta recuperação e, por isso, sua alta do Hospital Central do Exército, onde permaneceu sobre constante vigilância, só se daria em dezembro, quando foi enviado para a prisão na Escola de Comando e Estado-Maior:

> Escreva para a Escola de Estado Maior – Rua Barão de Mesquita. Sigo para lá agora.
> Hospital, 19/12/1922.
> Recebi há cerca de um mês um cartão participando o teu noivado e há uns 15 dias uma carta tua; não respondi nem uma nem outra por vários motivos, entre eles falta de tempo. Como sabes isto aqui é uma vida muito trabalhosa. Antes de mais nada devo felicitá-lo por teres tomado um caminho sério e peço que transmitas os meus cumprimentos à Sra. tua noiva. Eu não respondi a tua participação porque foi um remendo (ilegível), deixei, portanto, ficar de molho uns tempos. Fiquei satisfeito em saber que já abriste a fábrica. Este negócio de montagem não dá resultado. É preciso trabalhar. Escreva-me dando notícias.
> Digas a Tito que qualquer dia responderei a carta dele.

---

[300] Seção de Pesquisa Histórica e Museológica do Museu Histórico do Exército e Forte Copacabana. CORRÊA, Adalberto. Entrevista de Adalberto Corrêa, irmão de Octávio Corrêa. MUSEU HISTÓRICO DO EXÉRCITO E FORTE COPACABANA. Pasta Pesquisa 18 do Forte, gaveta nº 2 Seção de Pesquisa Histórica e Museológica do Museu Histórico do Exército e Forte Copacabana.

[301] OLIVEIRA, Nelson Tabajara de. **1924 –** A Revolução de Isidoro. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1956.

> Agora não poderei escrever muito porque estou preparando a minha defesa. Por estes dias deverei ter alta do hospital, mas ainda podem escrever para cá. Abraços do Toni.
> Olha, em vez de cumprimentos, transmitas á tua noiva votos de felicidade, porque não se pode felicitar ninguém por ter ficado noiva de um (ilegível) como és. Toni. [302]

O documento acima é uma carta de Siqueira ao seu irmão mais velho, Raymundo Siqueira Campos Filho, comunicando a transferência do HCE, para outra unidade do Exército onde ficaria preso provisoriamente, e justificando a demora em escrever, em razão da necessidade de repouso por causa do grave ferimento que sofrera. É interessante observar a afirmação de que estava escrevendo sua defesa, situação que aparece constantemente nas cartas de outros oficiais. Durante o longo tempo que esteve foragido, pode-se perceber, nas cartas remetidas a familiares, o contato constante com seu pai, Raymundo Pessôa de Siqueira Campos, mas principalmente com este irmão mais velho a quem Siqueira escreve.[303] Havia troca de notícias referentes a assuntos familiares como o caso do casamento de seu irmão, com Maria Lucilla, relatado na carta acima, ou mesmo, troca de assuntos cotidianos, o que demonstra certa persistência em não permitirem que sua situação jurídica os separasse. Na verdade, este irmão o acompanharia até o fim de sua breve vida, em todos os seus passos, promovendo o auxílio material e afetivo que lhe era possível, durante o período que Siqueira Campos esteve no exílio.

A permanência na prisão da Escola de Estado-Maior fora breve, menos de um mês, de 21 de dezembro de 1922 a 10 de janeiro de 1923, mês em que o Supremo Tribunal Federal beneficia vários rebeldes com um habeas corpus, para que respondessem ao processo em liberdade, medida que dá oportunidade a vários oficiais de fugirem para outro país. Este é o caso de Siqueira Campos que se interna no Uruguai. Percebendo o rumo que tomara o processo, ainda em recuperação, decide pedir baixa do Exército, mas esta lhe é negada, enquanto tramitasse o processo. Percebendo que o mesmo seria entregue ao foro civil, vislumbrou que as atitudes recentes de Epitácio, anti-militarista como era - tendo impetrado o estado de sítio preventivo – somadas as de Bernardes - que assumira a presidência da República recentemente - resultariam na punição exemplar dos participantes dos levantes. Essa visão de Siqueira foi compartilhada com poucos oficiais, pois a maioria acreditava numa solução pacificadora, que pudesse ter como consequência, inclusive, a anistia.

---

[302] Carta de Antonio de Siqueira Campos - ele assina como Toni e a família o chama por esse nome até hoje - para seu irmão, Raymundo Pessôa Siqueira Campos. Fonte fornecida por Elisabeth Siqueira Campos, sobrinha-neta de Antonio Siqueira Campos, e por Maria Lucila Siqueira Campos, sobrinha de Antonio Siqueira Campos e filha de Raymundo Pessôa Siqueira Campos - o Didi, conforme é chamado na carta.

[303] Antonio Siqueira Campos tivera mais um irmão chamado Amâncio Tito, que também mantém contato constante com ele no exílio, embora vivesse em um sítio no interior de São Paulo e em razão disso se mantivesse mais afastado da família que residia no Rio.

Diante disso, a despeito do *"otimismo de seus companheiros de ação revolucionária"* decidiu-se pelo exílio, e o fez no momento exato, pois, tendo o governo acabado de decretar o estado de exceção, teria início no país uma "ditadura" civil. Decidiram os revoltosos esperar no exílio pelo resultado do processo. Este período se transformaria num longo tempo de repressão contra os inimigos do governo, fossem eles civis ou militares.

> A ditadura policial, já vislumbrada e temida com Epitácio Pessôa, reiniciara-se com características trágicas e muito mais graves. O estado de sítio instalou-se de vez na vida dos brasileiros e de vez em quando o levantariam por 24 horas para "eleições." [304]

Siqueira previra um endurecimento do sistema jurídico e policial, o que não era tarefa das mais difíceis. Bastava uma ligeira reflexão sobre o que tinham significado os últimos cinco meses de regime de exceção e de subversão do direito e da justiça.

> Bernardes, ao assumir a presidência da República, numa cerimônia veloz, entre alas de polícia secretas e de capangas, recebia de herança os horripilantes resultados de cinco meses de regime de exceção. Trazia para o governo o instinto primitivo de autoridade que alimentaram o anti-militarismo de Epitácio Pessôa, insubmisso ao domínio moral do Exército. Durante o seu mandato, à sombra do estado de sítio preventivo, a insegurança tomaria feições de lei. O artigo 80 da Constituição[305] reformada abriu aos sequazes governistas o direito ao revide eliminatório de inimigos e opositores. Vedar-se-ia às vítimas a defesa da lei, proibindo o Judiciário, pela reforma constitucional competências para exercer função reparadora em casos de vigência do estado de sítio.[306]

Eduardo Gomes também foge ao ser beneficiado pelo mesmo habeas corpus, e, para sobreviver, dá aulas numa modesta escola nas proximidades da fazenda do Marechal Bento Ribeiro, que o acolhera, com a identidade falsa de Eugênio Guimarães.

Os dois tenentes, Siqueira e Eduardo, haviam se conhecido na Escola Militar, tendo cursado a mesma turma de artilharia, a turma de 1918. De lá, Eduardo Gomes se matriculou no Curso de Observação de Aérea de Artilharia, na Escola de Aviação Militar.[307] Siqueira tentou o mesmo curso, mas não foi habilitado para a aviação, retornando ao Forte de

---

[304] CARNEIRO, Glauco. **O Revolucionário Siqueira Campos.** A epopéia dos 18 do Forte e da Coluna Prestes na biografia do lendário tentador do impossível, herói do Tenentismo. Rio de Janeiro: Record, 1966, p. 284.

[305] BRASIL. Constituição. (1891). **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil (24 de fevereiro de 1891)**. Artigo 80 - *"Poder-se-á declarar em estado de sítio qualquer parte do território da União, suspendendo-se aí as garantias constitucionais por tempo determinado quando a segurança da República o exigir, em caso de agressão estrangeira, ou comoção intestina."* Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/>. Acesso em ago. 2010.

[306] LISBOA, Rosalina Coelho. **A Seara de Caim.** Romance da Revolução no Brasil. Rio de Janeiro: José Olympio, 3ª edição, 1952, p. 343-4.

[307] Documento de Alterações de Eduardo Gomes. MUSEU HISTÓRICO DO EXÉRCITO E FORTE COPACABANA. Seção de Pesquisa Histórica e Museológica do Museu Histórico do Exército e Forte Copacabana. Pasta Eduardo Gomes, gaveta nº 2.

Copacabana.[308] No dia da revolta, Eduardo se apresentou ao Forte de Copacabana, pois os oficiais da Escola de Aviação haviam sido presos antes de conseguirem se levantar.[309] Era aluno de lá o tenente Carlos Saldanha da Gama Chevalier, nessa época, e não conteve sua decepção diante da falta de adesão das demais guarnições que haviam se comprometido:

> Qual não foi minha admiração e que decepção senti ao mesmo tempo, quando ao romper do dia, despertando, fui informado de que só a Escola Militar se havia revoltado e que toda a Villa Militar agia contra ella! [...] Official novo que era eu no Exército, naquella epoca, filho e neto de commerciante, sem nenhum parente na classe, completamente alheio, portanto, às cousas de quarteis, vivendo fora dos meios militares, e com muito amor á carreira que abraçara, nunca poderia julgar que um official, empenhando sua palavra num compromisso serio, pudesse com a facilidade dos "velhacos," esquecel-a no momento opportuno, abandonando companheiros nas mais penosas dificuldades. E ainda mais degradante se me apresentou o facto, quando me puz a considerar que muitos delles, além de faltarem á palavra dada sem motivo justificado, não se limitaram a uma acção; quizeram ser mais infames; agiram com efficiencia contra os próprios camaradas, que em limitadíssimo numero, tiveram a hombridade de manter firmes os seus compromissos [...]. E convencido estou de que não foi a acção do Governo que tornou de nenhum effeito a sedição. Aos companheiros que se diziam "nossos" inteiramente, e que na occasião falharam, por covardes ou tartufos, é que se deve atribuir o principal motivo do fracasso do movimento revolucionário. E este movimento seria fatalmente vencedor si tal não se desse, não pela organisação, cujos planos estavam eivados de erros e defeitos, mas pela enorme superioridade numérica de elementos que se diziam favoráveis.[310]

Outro militar bem mais experiente que Chevalier, o General reformado Isidoro Dias Lopes, dois anos depois, ao levantar a cidade de São Paulo, e manter sob o domínio dos revoltosos a capital paulista, expressaria o mesmo sentimento, o de não encontrar explicação para o número de adeptos que julgava ter a insurreição do Exército nesse ano.

> [...] Mas o nosso ideal é o ideal de todo aquele que seja bom brasileiro; queremos ver o paiz nas mãos de administradores honestos e donos de sentimento de justiça. A corte de parasitas que suga a nação só merece o apoio daqueles que se locupletam com os restos dos magnatas. Aí estão para proval-o as pessoas que hoje cercam o Presidente da República, inclusive uma parte do Exército – mínima parte, porque você pode estar certo de que a maioria desses que se encontram em Guaiaúna e no Rio, a favor do governo, têm os mesmos sentimentos nossos e só mesmo alguma coisa, que não posso ainda explicar, fez que até agora não tenham causa comum conosco. Esse falso legalismo conta apenas com meia dúzia de graduados sem valor e sem dignidade, cujos galões foram conquistados com o sacrifício da própria honra militar. [311]

O que Isidoro "não conseguia explicar" devia-se à novidade que as revoltas da década de 20 traziam: os *acontecimentos* de 1922 inauguravam uma nova cisão no Exército que abala

---

[308] Documento de Alterações de Antonio Siqueira Campos. MUSEU HISTÓRICO DO EXÉRCITO E FORTE COPACABANA. Seção de Pesquisa Histórica e Museológica do Museu Histórico do Exército e Forte Copacabana. Pasta Siqueira Campos, gaveta nº 2ª.

[309] Cf. CHEVALIER, Carlos. **Memórias de um Revoltoso ou Legalista?** 1922-1926. Rio de Janeiro: Estabelecimento Graphico Nictheroy, 1925.

[310] Ibid, p. 53-5.

[311] Trecho da última entrevista do general Isidoro Dias Lopes, concedida ao jornalista Paulo Duarte, no dia da retirada das tropas revolucionárias da capital paulista. In SILVA, Hélio. **1922.** Sangue na Areia de Copacabana. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v. II, 1964, p. 387-88. (Documentos da História Contemporânea).

e reformula a noção de *pertencimento,* recentemente criada pelos oficiais que acabavam de chegar ao Exército.

A verdade é que nunca houve consenso quanto à insurreições no Exército. Desde a Questão Militar, grupos de militares levantaram-se contra os civis em desagravo ao Exército, pois "eventos que podiam ser lidos e tratados como casos de indisciplina e insubmissão ao poder civil transformaram-se em episódios de defesa contra a humilhação e a afronta do governo ao que haveria de mais caro à classe militar." [312] De qualquer forma, "apenas uma parte do Exército se mobilizou, efetivamente, e muitos oficiais leais ao governo passaram a ver com simpatia, embora à distância, o desenrolar dos acontecimentos.[313] Entretanto, sempre houve quem os combatesse, senão no ato do levante, pouco tempo depois, por disputas internas, como vimos na breve análise feita no primeiro capítulo.

Na década de 20, fica claro que as revoltas não defendiam um projeto político de toda a oficialidade, o de moralização da sociedade e de conquista da respeitabilidade para a instituição da qual faziam parte através da luta armada, pois alguns tentavam fortalecer a instituição pelas vias legais, a partir de sua modernização, como vimos, enquanto outros permaneciam neutros. Há que se observar que, da mesma forma que na Proclamação, muitos oficiais, das décadas iniciais da República, permaneceram leais ao governo, embora parte destes admirassem a iniciativa dos revoltosos de lutarem pelo desagravo à honra militar.

Unia os militares proclamadores da República, um passado recente, a participação na formação da instituição e as vivências adquiridas na Guerra. Pertenciam a um passado de homens que tinham feito, ou visto fazer a história, desde os tempos imperiais, tanto no meio civil como no militar. Um passado de homens que ao darem rumo aos destinos políticos do país:

> Na juventude, direta ou indiretamente – pegando em armas ou armando-se da pena, como soldados, rebeldes legisladores, administradores ou juízes como redatores de jornais, panfletos, tratados e folhetins, defenderam a ordem ou tentaram transformá-la e, sofrendo as conseqüências legais dessas ações, foram julgados, condenados, deportados e anistiados, no Brasil e até em Portugal. [314]

Diferentemente desse período, o "5 de julho" de 1922 inaugura uma curiosa cisão no Exército. Alguns jovens, com média de 20 anos de idade, haviam *herdado* a memória dos

---

[312] CASTRO, Celso. **Os Militares e a República.** Um estudo sobre a cultura e ação política. Rio de janeiro: Zahar, 1995, p. 198.

[313] Ibid, p. 198.

[314] MARTINS, Maria Fernanda Vieira. **A Velha Arte de Governar.** Um estudo sobre política e elites a partir do Conselho do Estado (1842-1889). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2007, p. 100.

revoltosos mais velhos e lutavam, "agora", pelo *ethos* militar, sendo, curiosamente, combatidos por alguns deles. Esse fato caracterizava uma "subversão da lógica geracional", mostrando que, em poucos anos, a "cultura política" inicial, dessa instituição, formada por seus fundadores e forjada na juventude destes, após a passagem de uma ou duas gerações havia sofrido transformações, da mesma forma que alguns de seus mentores.[315]

Quando revisitamos o passado, percebemos que muitos generais que combateram os rebeldes de 1922, 1924, 1926 e da Coluna Prestes, estiveram nas prisões por estarem envolvidos em rebeliões ou insubordinações no passado. No momento das revoltas da década de 20, estão ocupando algum cargo no Governo Bernardes,[316] como acusam os rebeldes em um abaixo-assinado, enviado a este presidente, de dentro da Casa de Correção:

> [...] S. Excia o Snr. General Antenor Santa Cruz de Abreu, duas vezes amnistiado, como rebelde de 1895 (manifestação de desagrado ao General Ouriques Jacques, comandante da Escola Militar de então) e de 1904 (vacina obrigatória) e hoje chefe da Casa Militar de S. Ex.; O Snr. General Ribeiro da Costa, ex-comandante da primeira Região e amnistiado de 1897 (rebelião contra Prudente de Moraes); o Snr. General Tertuliano Potyguara, amnistiado de 1895, 1897 e 1904; os Snrs. Generais Nestor Sezefredo dos Passos e Nepomuceno Costa, respectivamente, do Estado-Maior do Exército e ex-comandante da circunscrição Militar de Mato Grosso, amnistiado de 1893; o Snr. General Azevedo Costa, ex-comandante da fracassada coluna do sul e aministiado de 1895; o Snr. Capitão Fausto Ferraz d'Elly, da Casa Militar de S.Ex. e aministiado de 1904; o Snr. Almirante Alexandrino de Alencar, actual Ministro da Marinha, aministiado de 1893, etc., etc. [317]

Não obstante terem participado de revoltas, em diversos períodos da história, sido presos e anistiados, foram os perseguidores implacáveis dos revoltosos, de que trata o trabalho. O coronel Antenor de Santa Cruz Pereira de Abreu estava presente na prisão de Euclides Hermes da Fonseca, comandante do Forte de Copacabana, na ocasião do levante desta guarnição em 1922, conforme demonstra esse relato de seu irmão, Hermes da Fonseca Filho ao escrever a biografia de seu pai:

---

[315] Sirinelli propõe que observemos a diferença de contextos. Alerta para que se observe nas mudanças de geração - no caso por ele estudado, usando como exemplo um partido político - as mudanças dentro de uma instituição. Afirma que a cultura política dessa instituição vai se transformando, posto que uma cultura política inicial, formada pelos fundadores e forjada na juventude destes, após a passagem por várias gerações, sofrerá transformações, da mesma forma que seus mentores. Cf. SIRINELLI, Jean François. A Geração. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (orgs.). **Usos e Abusos da História Oral.** Rio de Janeiro: FGV, 1996.

[316] Há exceções. Vários oficiais de alta patente se envolvem profundamente com a causa rebelde, tanto do Exército quanto da Marinha. Vale à pena destacar o General Augusto Ximeno de Vileroy, militar da extinta Escola da Praia Vermelha. Seu nome é encontrado acompanhando todos os levantes dos rebeldes, até, pelo menos, 1924. Nos arquivos da Polícia Política, no Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, encontramos registros de sua prisão por longo período. Outro nome importante é o do Coronel Frutuoso Mendes que, no IPM de 1922, faz uma brilhante defesa, repleta de erudição, dedicada aos rebeldes e ao Exército. É um documento de grande valor histórico, pois possui vários argumentos reveladores do *ethos* militar e nos apresenta uma visão panorâmica dos conflitos políticos entre civis e militares desse período. Há, ainda, a título de exemplo uma extensa relação de oficiais de alta patente na relação de revoltosos presos, no anexo deste trabalho.

[317] Abaixo assinado endereçado a Arthur Bernardes, escrito por oficiais revoltosos de dentro da Casa de Correção. Assinam 6 Generais, 1 Coronel, 1 Tenente-Coronel, 4 Majores, 7 Capitães, 26 1os Tenentes e 8 2os Tenentes. Rio de Janeiro: Arquivo Rosalina Coelho Lisboa, RCL c 1924. 11. 16. Rio de Janeiro, 2009. FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. FGV. CPDOC.

> [...] o coronel Hastínfilo de Moura telefonou para o Forte de Copacabana avisando aos oficiais que ainda se achavam, que qualquer tiro que partisse do Forte, seu comandante seria imediatamente fuzilado no quartel do 1.º Regimento de Cavalaria, sob o comando do coronel Santa Cruz (Rapa-Côco), onde se encontrava diante de um pelotão de fuzilamento.[318]

O mesmo Antenor de Santa Cruz, já promovido a general, teria participado da orientação na movimentação das tropas legalistas de 1924, concentradas no Corpo de Bombeiros da rua Anita Garibaldi, tendo, inclusive, ordenado sua retirada de São Paulo quando estas foram atacadas pelos rebeldes.

O General Tertuliano Potiguara "comandou 100 homens da Polícia Militar, que tomaram parte no ataque aos revoltosos de Copacabana." [319]

Já o General Fernando Setembrino de Carvalho, que esteve ao lado de Deodoro na Proclamação, sendo um dos "científicos" eleitos para a Constituinte de 1890, ocasião em que estava com 29 anos,[320] estaria no combate aos revoltosos em 1922, como chefe do Estado-Maior do Exército, tendo assumido o cargo na madrugada do dia 5 de julho:

> Pelas duas horas, proximamente, de madrugada, sou despertado, em minha residência pelo major médico Dr. Ivo Soares, que me fora chamar de ordem do Ministro da Guerra, Dr. Pandiá Calógeras. Comunica-me o levante da Escola. Partimos para o Ministério. O Ministro faz-me ciente da minha nomeação para o Estado-Maior. Manda que assuma imediatamente o cargo. Fi-lo mesmo em traje civil. Meus uniformes tinham ficado em Juiz de Fora.[321]

Em novembro de 1922, Artur Bernardes assumiu a presidência da República e designou o general Setembrino para o Ministério da Guerra, tendo ocupado esta pasta durante todo o seu governo, seguido de Nestor Sezefredo dos Passos, que assumiria o mesmo cargo no governo de Washington Luís.

Quanto ao Almirante Alexandrino Alencar, revoltou-se contra Deodoro e, depois, fez parte da Revolta da Armada, contra o presidente Floriano Peixoto e, *agora,* era o Ministro da Marinha de Bernardes. Enquanto ocupou esse cargo, durante o governo de Arthur Bernardes, foi o principal perseguidor dos militares rebeldes da Marinha, além de responsável pela manutenção dos rebeldes das duas forças, Exército e Marinha, nos navios-prisões e ilhas de

---

[318] SILVA, Hélio. **1922.** Sangue na Areia de Copacabana. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v. II, 1964, p. 349. (Documentos da História Contemporânea).

[319] Ibid, p. 150.

[320] CASTRO, Celso. **Os Militares e a República.** Um estudo sobre a cultura e ação política. Rio de janeiro: Zahar, 1995, p. 196.

[321] SILVA, op. cit., nota 318, p. 202.

desterro. Seu nome consta em diversos relatórios,[322] enviados à presidência, informando a situação de militares desterrados.

Resta-nos concluir, a partir de um breve olhar sobre os episódios de rebeldia militar da década de 20, que a experiência não vivenciada por esses jovens, no passado, foi absorvida durante a socialização, através das histórias contadas e recontadas na caserna, tendo como efeito uma *apropriação*[323] do *ethos*[324] militar diferenciada. Em contrapartida, os mesmos oficiais que outrora tinham participado de diversas insurreições, eram "hoje," os seus perseguidores, embora muitos deles tivessem participado da conspiração.

> O capitão Leopoldo Nery da Fonseca registrou que passava horas na prisão meditando sobre a 'revolução fomentada pelos generais e totalmente suportada por tenentes e capitães'.[325]

O fato é que os que cumpriram o compromisso arcaram com o peso da repressão política que permaneceu tanto tempo quanto os rebeldes persistiram em seu intento, como veremos na sequência desse trabalho.

De imediato, o Marechal Hermes da Fonseca[326] foi preso no navio *Floriano,* depois transportado para o encouraçado *Rio Grande do Sul* e, em seguida, para o tênder *Ceará*, sendo, finalmente, levado para sua residência, no início de 1923, beneficiado por um habeas corpus concedido pelo Supremo Tribunal Federal, por sua doença já se encontrar agravada. Desde o dia de sua prisão, em 6 de julho, havia tido um ataque cardíaco que se agravara, levando-o à morte no dia 8 de setembro de 1923. No mesmo dia de sua morte recebeu intimação para depor:

> Nesse mesmo dia 9, pela tarde, recebia a Sra. D. Nair Hermes da Fonseca uma intimação do Estado-Maior do Exército ao seu esposo já morto, para que comparecesse, no dia seguinte à Juízo. O Barão de Tefé, em nome de sua filha, a viúva do marechal Hermes da Fonseca,

---

[322] Relatórios do Ministro da Marinha. DEPARTAMENTO DE PATRIMÔNIO HISTÓRICO E DOCUMENTAÇÃO DA MARINHA (antigo SDM). Relatórios do Ministro da Marinha. DPHDM. Rio de Janeiro, 2009.

[323] CHARTIER, Roger. "Cultura Popular": revisitando um conceito historiográfico. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 8, n. 16, 1995, p.179-192.

[324] GUEERTZ, Clifford. **A Interpretação das Culturas.** Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

[325] DRUMMOND, José Augusto. **O Movimento Tenentista:** A Intervenção Política dos Oficiais Jovens (1922-1935). Rio de Janeiro: Graal, 1986, p. 96. Refere-se ao grande grupo de generais e almirantes comprometidos que não se rebelaram, mas há um grande grupo de oficiais de alta patente comprometidos.

[326] Hermes da Fonseca Filho escreve, na biografia do pai, que o Marechal partia ao encontro das tropas com um pressentimento absoluto de derrota. *"Três causas davam-lhe esse presságio: a falta completa de articulação do movimento; o retardamento de contatos entre os revolucionários e o conhecimento completo e perfeito de toda a ação revolucionária, pelo governo. Achava que o elemento civil, além de inerte, só havia sido prejudicial, tendo se tornado ótima fonte de informações e divulgações de todo o plano vagamente delineado. Também afirma que outra ilusão é a de que toda a oficialidade da Vila estava comprometida. Mesmo que o tivesse, quase toda a oficialidade encontrava-se fora dos quartéis, completamente controlada, de modo a impedir o seu regresso às unidades."* SILVA, Hélio. **1922.** Sangue na Areia de Copacabana. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v. II, 1964, p. 208. (Documentos da História Contemporânea).

> dirigiu, ao general Alexandre Leal, em resposta à intimação que fez para que o ex-presidente e responsável pela Revolução de 1922 se apresentasse em Juízo para depor, o seguinte telegrama: 'Exmo. Sr. General Chefe do Estado-Maior, Rio – Comunico-vos em resposta a vossa carta-expressa de anteontem, 7 de setembro, exigindo o comparecimento do marechal Hermes, gravemente enfermo, à audiência de amanhã, do Juízo Federal, a fim de ser interrogado sobre os sucessos de 5 de julho do ano passado, que, amanhã, a essa hora, seu precioso cadáver será sepultado no cemitério dessa cidade, sem prévios convites para o enterramento e com expressa recomendação de absoluta recusa de honras militares[327] que, por direito, competem ao seu féretro, como Marechal e ex-Presidente da República, preferindo o ínclito marechal que seu corpo fosse amortalhado na Bandeira da Pátria, que tanto adorava e honrava. Em nome da desolada viúva: - (a) Barão de Tefé'[328]

O Barão de Teffé era um Almirante, herói da Guerra do Paraguai, tendo lutado ao lado do Almirante Barroso e se mostrou indignado com a forma como Hermes da Fonseca vinha sendo tratado, pois estava "gravemente enfermo." Seria enterrado "com expressa recomendação de absoluta recusa de honras militares," da mesma forma que exigira Deodoro da Fonseca, seu tio.[329]

Para os revoltosos não seria diferente. Além de não conseguirem a adesão esperada das demais forças do Exército foi-lhes negada a anistia e todos foram presos.

> Julguei, como julgaram todos os brasileiros e a Humanidade toda julgaria, que o então Presidente Arthur da Silva Bernardes, não por uma questão de caridade, mas simplesmente por mera questão de política intelligente, amnistiasse amplamente os poucos processados pelos acontecimentos de Julho de 922.[330]

Desejavam ao menos uma pacificação que os fizessem cumprir pena e serem reintegrados:

> Um discurso do senhor General Setembrino, já indicado para Ministro, fez-nos crer ser o mesmo partidário do apaziguamento do Exercito, e assim chegamos nós, ingenuamente, a acreditar que estivesse sanada, dentro em pouco a scisão fatal, que antevíamos no seio da corporação.[331]

Ao contrário disso, houve uma reação violenta e inflexível de Bernardes e todos foram presos e processados, incursos num artigo do Código Penal, e não do Código de Justiça

---

[327] Deodoro da Fonseca, tio de Hermes da Fonseca, deixou expressa em sua carta-testamento sua negativa em receber honras militares após sua morte, tendo sido enterrado como civil, apesar da insistência de Floriano e de seu irmão Severiano da Fonseca, hoje patrono da medicina do Exército, em homenageá-lo, sua viúva recusou-se terminantemente para não descumprir seu pedido. Cf. SILVA, Hélio; CARNEIRO, Maria Cecília Ribas. **Deodoro da Fonseca.** 1º presidente do Brasil. 1889-1894. São Paulo: Grupo de Comunicação Três, 1983. (Os presidentes).

[328] SILVA, Hélio. **1922.** Sangue na Areia de Copacabana. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v. II, 1964, p. 226-228. (Documentos da História Contemporânea).

[329] Ver FONSECA, Nair de Tefé Hermes da. **A Verdade sobre a Revolução de 22.** Rio de Janeiro: Gráfica Portinho Cavalcanti LTDA, 1974, p. 109. Biblioteca Técnica do Forte de Copacabana.

[330] CHEVALIER, Carlos. **Memórias de um Revoltoso ou Legalista?** 1922-1926. Rio de Janeiro: Estabelecimento Graphico Nictheroy, 1925, p. 75.

[331] Ibid, p. 76.

Militar, muitas vezes ocupando nas prisões o mesmo lugar de presos comuns e dividindo as celas com todo o tipo de apenado.

O Coronel Frutuoso Mendes já havia declarado o quão injusto julgava as prisões dos revoltosos, posto que devido "a dureza da condição, que pesa sobre o soldado, requerendo-lhe uma existência perene de sacrifícios heróicos, torna duplicadamente sacrossantas as garantias com que a lei o ampara da degeneração da disciplina em cativeiro."

Além de serem punidos, quando se consideravam restauradores da legalidade, foram misturados a presos de crimes comuns e em prisões para civis, ignorando-se a especificidade de sua situação de presos políticos e da sua condição de militares. De fato, de acordo com o artigo 47, do Código Penal, para os militares a "pena de reclusão" deveria ser cumprida "em Fortaleza, Quartel ou Estabelecimento Militar, o que durante muito tempo não aconteceu, como veremos mais adiante.

> Até a data da minha reclusão na Casa de Correcção, onde occupei o cubículo 21 da 10ª Galeria, procurei sempre agir nas revoluções dentro dos moldes militares com toda a lealdade exigida ao caracter do revoltoso digno. Uma vez, porém, que o Governo nos incluia, a mim e a mês companheiros, no rol dos criminosos communs, nivelando-nos a autores dos mais hediondos delictos, seria justo que, por elles collocados assim, em aviltante posição, contra ella agíssemos, não sob o aspecto militar, mas, á socapa, com o emprego do veneno do punhal, emfim, recorrendo a meios outros. Repugnava-nos, porém, o attentado pessoal, e, unicamente por essa razão, inctatas conservam-se, até hoje, as figuras responsáveis pelas affrontas á nossa dignidade e a de nossos concidadãos, affrontas que collocam o Brasil em nível bastante inferior ao dos outros paizes civilizados. E bem sabem os senhores do Governo que coragem não nos falta para isso, e a realisação de um attentado pessoal é mil vezes mais fácil do que um golpe ao Regimen. Se todos os officiaes que, em numero superior a 300, passaram pelas tarimbas do 1º de Cavallaria em 1922, pelo porão do Cuyabá, pelos cubículos da Casa de Correcção e pelas ruas da cidade, em quadrados de policia, pensassem em reivindicar os seus brios ultrajados perante a Nação, perante os seus concidadãos, perante a Família, se todos esses officiaes, formando uma única e solida mole humana se levantassem contra as autoridades desta Republica infeliz; se em cada um desses officiaes tivéssemos um chefe, um propagandista desassombrado, onde estariam agora os senhores do Governo? Onde se encontrariam os nossos collegas que consentiram na humilhante desmoralisação á farda que trazemos, e que outra não é senão a mesma que vestem? Que teria acontecido ao Presidente da Republica, responsável directo pelo acto revoltante, do então Ministro da Justiça, de cujo Gabinete eram emanadas aquellas ordens; do Chefe de Policia como fornecedor de elementos para a sua execução; e, finalmente, do senhor Ministro da Guerra, que, como expoente Maximo do Exercito Brasileiro, deveria ser o primeiro a lançar o seu protesto contra o attentado ignóbil á dignidade militar dos seus subordinados? Mais nobre para o Governo, e menos degradante para nós, seria o fuzilamento. Occultando-se, no entanto, sob o falso véo da honestidade, o cidadão que trae o mandato presidencial, levado pelo então Ministro João Luiz Alves, baixou um decreto – segundo o feitor da Correcção, Waldemar Loureiro, 'á similhança de Floriano' – considerando-se a 9ª e 10ª Galerias daquella Casa, 'prisão de Estado.'[332] Este decreto publicado no Diario official de ..... revela com bastante clareza, a nenhuma pobreza de caracter dos nossos dirigentes, a mesquinhez de espírito, a ausência completa de sentimentos elevados e dignos dos cidadãos que trazem consigo as responsabilidades de Governo. Perdoe-me, leitor, o pequeno afastamento involuntário da promessa feita de não ter para com os meus adversários palavras de rancor, mas, creio, no entanto, perdoável a minha discrepância neste capitulo. Colloque-se na minha situação, mettido em cubículo da Casa de Correcção, por ordem de meia dúzia de tyrannos, senhores do

[332] Assim foram reservadas as duas galerias para presos políticos.

> Governo, e diga-me com sinceridade, se há alguém, que recordando estes factos, seja capaz de manter inalterado o seu bom humor? [333]

As medidas adotadas por Bernardes, embora tivessem sido demasiado penosas para os revoltosos acabariam por promover a concentração de centenas de oficiais nas prisões e no exílio, favorecendo o encontro de perseguidos de toda a parte do Brasil e, consequentemente, a continuidade da conspiração.

2.2 Como vê, uma honra... Depois que é isto?... a ordem bernardista?

O surgimento de novas instituições republicanas criou limitações ao poder do Estado. Um Estado enorme que, para ser governável, contava com alianças políticas, favorecimentos e privilégios, com o surgimento de novos elementos de oposição, como os operários e os militares revoltosos, teve que ser dotado de um poder forte e eficaz. No plano jurídico-constitucional este poder estava na lei, criada para esse fim, embora, de modo contraditório, a manutenção do poder exigisse, constantemente, que seus limites fossem excedidos.

> Nas monarquias do Antigo Regime, com a sua estrutura jurídico-política corporativa, o risco de abuso era pequeno, porque os vários poderes que partilhavam o espaço social limitavam-se mutuamente. O Leviathan era, por outras palavras, uma hipótese teórica. A lei estava submetida por um lado, a estruturas normativas superiores (direito natural, direito divino) e, por outro lado, à intangibilidade dos privilégios, num nível inferior. Agora, o Estado está sozinho no espaço social e a lei torna-se a única linguagem de comando político. Daí que surja um novo problema – o do provável despotismo da lei, o de um eventual absolutismo jurídico, e – com isto – a idéia, de caráter inútil e nefasto, de fazer com que a lei ultrapasse os seus limites.[334]

Nas décadas iniciais da República no Brasil, o descontentamento se expressava entre parte da intelectualidade, operários e militares do exército e da Marinha. Exigiam-se reformas sociais mais profundas, o cumprimento das leis constitucionais, o fim da corrupção e do clientelismo. Muitas vezes as reformas pretendidas tinham em vista a moralização da administração pública, considerada, por esses grupos, requisito para a melhoria da situação do país.

O movimento operário tinha como bandeira a luta contra a exploração do trabalhador, exigindo melhores condições de vida e de trabalho, fazendo greves, organizando sindicatos,

---

[333] CHEVALIER, Carlos. **Memórias de um Revoltoso ou Legalista?** 1922-1926. Rio de Janeiro: Estabelecimento Graphico Nictheroy, 1925, p. 117 e 118.

[334] HESPANHA, Antonio Manuel. Pequenas Repúblicas, grandes Estados. Problemas de organização política entre o Antigo Regime e o liberalismo. In: JANCSO, István (org.). **Brasil:** Formação do Estado e da Nação. São Paulo: Hucitec, 2003, p. 104. Tilly conceitua essa alteração na ordem política como a mudança de governo indireto, para governo direto: CF. TILLY, Charles. **Coerção, capital e estados europeus.** 990-1992**.** Cap. 1: As cidades e os Estados na história do mundo; 4: O Estado e seus cidadãos e 7: Os soldados em 1992. São Paulo: EDUSP, 1996.

denunciando em seus jornais as injustiças existentes. Os adeptos do anarquismo atuavam desde o início do século nessa luta contra a exploração.

> [...] Vinham de toda parte do Velho Mundo – da Itália, da Áustria-Hungria, da Espanha, da Rússia, da Polônia, da Alemanha, tendo tomado parte em terríveis conspirações, em assombrosos atentados, em refregas e levantes populares, escapos da forca, dos campos de trabalho forçado na Sibéria, dos presídios e calabouços, dos confinamentos nas ilhas polinésicas ou nos desertos africanos – gente tão generosa em atitudes, tão pura em sentimentos, tão culta em conhecimentos – acusada dos mais espantosos e horripilantes crimes à sociedade! Eles, que em todos os seus atos ressumbravam amor à humanidade – não tinham lar, nem pátria, nem família! Andavam dispersos, tocados de terra em terra, vigiados pelas polícias, perseguidos pelos magistrados, que aplicavam as leis de exceção... Alguns tinham possuído riquezas, outros títulos acadêmicos, certos ocupado funções elevadas nos governos, vinham outros de origens aristocráticas, de progênie ilustre. E viviam a sua pobreza discreta, quase oculta, sem uma queixa, sem uma leve demonstração de arrependimento, sem o menor desalento, sem manifestar tristeza ou mal humor. O seu ódio era à má organização social existente, apenas. [335]

Os defensores do comunismo fundaram o seu partido em 1922, também denunciando as desigualdades sociais e propondo-se a combatê-las. A repressão contra esses grupos era forte, dificultando-lhes a atuação e a possibilidade de conseguirem grande número de adeptos.

No Exército, a oficialidade manifestava divergências com o governo, a partir do desencadeamento de rebeliões militares, como as do Forte de Copacabana, em 1922, como já foi visto; a tomada da capital paulista, em 1924, com a destituição de seu governo, por aproximadamente 30 dias. Em 1924, além de São Paulo houve o levante das forças terrestres e marítimas na capital amazônica, em Manaus. No Exército levantou-se o 27º Batalhão de Caçadores, da 8ª Região Militar e na Marinha, a Flotilha do Amazonas. O 27º Batalhão de Caçadores de Manaus, na capital do Amazonas, fazia parte da 8ª Região Militar, que também era responsável: pelo 4º Grupo de Artilharia sediado em Óbidos, no Pará, quase fronteira do estado do Amazonas; pelo 26º Batalhão de Caçadores de Belém, capital do Pará; pelo 24º Batalhão de Caçadores de São Luís, no Maranhão; e pelo 25º Batalhão de Caçadores de Teresina, capital do Piauí. Dessas unidades, apenas as duas últimas não se rebelaram e todas declararam terem se insurgido em solidariedade ao levante paulista..

Revoltaram-se quase simultaneamente em julho de 1924: em 5 de julho, o levante de São Paulo; no dia 12 de julho, o 10º Regimento de Cavalaria Independente, na cidade de Bela Vista, em Mato Grosso; em 13 de julho, o 28º Batalhão de Caçadores de Aracaju, em Sergipe; em 23 de julho, a Flotilha do Amazonas, juntamente com o 27º Batalhão de Caçadores, de Manaus e no dia 26 de julho, o 26º Batalhão de Caçadores, em Belém, complementando a sincronia entre os levantes militares somente no mês de julho.

---

[335] DIAS, Everardo. **História das Lutas Sociais no Brasil.** São Paulo: Alfa-Ômega, 2ª ed., 1977, p. 8 e 9.

Concluindo a conexão entre as revoltas deflagradas no país, no mesmo ano, em 1924, observa-se, além dessas guarnições militares, o levante do Rio Grande do Sul, em 24 de outubro. O levante acontece enquanto os rebeldes, após a retirada de São Paulo, acomodavam-se em Foz do Iguaçu, no Paraná. Meses depois os revoltosos gaúchos unem-se à Coluna paulista formando a Coluna Prestes e realizando a famosa marcha pelo país até 1927.

Na Marinha, em 4 de novembro, há a tentativa do levante do encouraçado *Minas Gerais* e da contratorpedeira *Goiás*, e o levante do encouraçado *São Paulo*, tendo, após aportarem em Montevidéu, alguns revoltosos da Marinha se unido aos revolucionários do Rio Grande do Sul, seguindo com eles pela Coluna Prestes.

Na Coluna Prestes, fazem uma longa marcha de cerca de 25.000 quilômetros em guerra de movimento, contra o Exército legalista, Forças Públicas, "coronéis", e até cangaceiros. [336] Há também as insurreições de 1926, no Rio Grande do Sul, denominada por Coluna Relâmpago e no Rio de Janeiro, o Levante do 3º R.I., além de outras incontáveis conspirações que não lograram êxito, rebeliões estas que marcariam um período de oito anos, durante a Primeira República, de combates armados.[337]

Revoluções, dentro e fora do Brasil, foram comuns a vários países latino-americanos, tais como: Argentina, Chile, Equador, Peru, Bolívia, etc. (também na República Dominicana e na Guatemala, na América Central), perfazendo um total de "11 movimentos revolucionários predominantemente militares" apenas entre 1930 e 1931, que certamente foram sendo construídos ao longo da década de 20, como no caso do Brasil. Outras revoltas, não raro citadas pelos revoltosos em seus manifestos, ocorridas em outros países, mas coevas de suas insurreições, inspiravam os militares a apelarem para a solução das armas e a manterem-se persistentes em suas atitudes intervencionistas.[338]

> Pior que a masmorra é o fusilamento. No México se fusila todo o oficial revoltoso aprisionado e, entretanto, estarão, porventura, com tal rigor, abafados os famosos pronunciamentos nesse país? Apenas as revoltas têm redobrado de intensidade, sendo muito mais bem preparadas e muito mais freqüentes as cenas de ferocidade entre combatentes que sabem bem que do resultado da peleja lhes depende a vida. [...] nem os suplícios dantescos da Fortaleza de S. Pedro, nem os rigores dos invernos da Sibéria, nem os enforcamentos públicos em massa impediram levantes, conspirações e, finalmente, a vitória dos princípios por que combateram. [339]

---

[336] Lampião combate a Coluna Prestes em Pernambuco. **Superinteressante** – Jun.1997.

[337] Sobre o levante do 3º R.I. ver SILVA, Hélio. **1922.** Sangue na Areia de Copacabana. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v. II, 1964. (Documentos da História Contemporânea). Sobre a invasão ao Rio Grande do Sul, a "Coluna Relâmpago", ver OLIVEIRA, Nelson Tabajara de. **1924 –** A Revolução de Isidoro. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1956.

[338] Cf. FAUSTO, Bóris. **Revolução de 1930.** 14ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

Também dentro do país a efervescência política era sentida, mesmo por indivíduos ligados ao governo:

> São Paulo, 9 de agosto de 1924
> Sr. Bernardes
> Hoje, dia do seu aniversário, trago com as minhas felicitações, o meu presente: esta carta. Resumo nella uma serie de observações sobre o estado de espírito do nosso povo, que há muito estudando, venho com a maior isenção de animo. Photographei este estado de espírito no doloroso momento presente: fiz-me preciso e frio como machina, para não interferir com as minhas ideas e sentimentos no trabalho delicado de auscultação. Sondei centenas de creaturas de todas as classes sociaes, ricos e pobres, patrões e operários, gente de baixo e gente de cima. Como a maior parte dos homens tem duas opiniões, uma de uso social e outra íntima, resultante da experiencia pessoal da vida, desprezei sempre a primeira, pura mascara, e arranquei confissões á segunda, única que interessa. Estas observações valem, pois, pela intenção com que foram feitas e pela dose de verdade, que encerram. Se o Dr. Bernardes as ler e sobre ellas reflectir, nalgum momento de socego, que acaso tenha, estou certo de que algo bom resultará. E é na esperança que tal succeda que me animo a envial-as ao homem em quem sempre me impresionou o vivo interesse patriótico de resolver os tremendos problemas que assoberbam nossa infeliz terra; o homem que a posteridade cognominará o presidente-martyr, pois nenhum soffreu maiores amarguras, nem foi tão sarjado pela calumnia, nem tão insultado – menos comprehendido em suas honestíssimas intenções.
> As minhas conclusões são as seguintes:
> O estado de espírito do povo brasileiro é de franca revolta. Tomei médias e creio não errar orçando em 90% o índice das creaturas que, quando se abrem na intimidade, denunciam este estado de revolta. Do espírito de revolta ao espírito revolucionário a transição é mínima. Basta que deflagre um movimento militar para que a passagem se opere e o revoltado se transforme em revoltoso. Revoltoso platônico, é verdade, mas perigosíssimo, pois dará á explosão a forma moral das suas sympathias e a material, sendo-lhe possível.
> Esta média elevadíssima espanta-me, e posso affirmar que tem crescido sempre, notando-se até entre os próprios empregados públicos. Abrange todas as classe sociaes sem excepção, e sobretudo a classe pensante, a parte culta do paíz.
> Verificado este estado de espírito, tratei de indagar de suas causas, usando os mesmos methodos de observação serena e meticulosa; e cheguei á conclusão que isso se dá em virtude do completo divorcio entre a política e a opinião. De tida a gente ouvi os maiores horrores da política e dos políticos, - tida aquella como a arte de explorar o thesouro, e estes, como usurpadores indignos. D'ahi o completo desinteresse da nação pela política. [...].
> O Brasil está praticamente fallido, não tem instrucção, não resolve nenhum dos seus problemas vitaes e irá ao esphacelamento, se uma reforma radical não detiver esta marcha de cousas.
> [...] Este divorcio está de tal forma aggravado que se torna possível o facto assombroso acontecido em São Paulo: um governo cáe integralmente, derruído em todas as suas peças, e ninguém surge a defendel-o! Numa população de 700.000 almas, collocam-se ao lado delle, nos Campos Elyseos, setenta pessoas – um por dez mil! Logo depois esse governo reentra em funcções e é recebido secca e friamente. E o povo não tinha a menor sympathia, louvando-lhe sem reservas os seus primeiros actos. Mas era governo...
> As tropas legaes desfilam pela cidade e o povo não as clama como libertadores. Silencio mortal. Silencio de desapontar. Indifferença absoluta. Exercito allemão entrando em Paris...
> Por que? Porque governo revolucionário ou governo legal, para o povo é tudo um, já que nenhum é livremente escolhido por elle.
> Este facto aterrorizou-me. Vi a possibilidade de uma subvesão completa da ordem do paíz inteiro, como se deu na Rússia, com o cortejo infinito de soffrimentos e horrores, que as convulsões revolucionarias acarretam [...].
> Entre nós, persiste este cancro das revoluções militares? Porque o povo se revela tão sympathico a taes movimentos, sejam encabeçados por quem fôr? É porque o povo não se sente ligado ao governo, e não vê differença entre governo revolucionário e legalidade usurpada [...].
> De que valeu a terrível repressão castilhista no sul? Cada degolado dava origem a dez futuros revoltosos, - seus filhos e parentes, e a revolução lá está, em perpetua encubação, com explosões periódicas [...].

[339] Abaixo assinado endereçado a Arthur Bernardes, escrito por oficiais revoltosos de dentro da Casa de Correção. Assinam 6 generais, 1 Coronel, 1 Tenente-Coronel, 4 Majores, 7 capitães, 26 1º Tenentes e 8 2º Tenentes. FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. FGV. CPDOC. Rio de Janeiro: Arquivo Rosalina Coelho Lisboa, RCL c 1924. 11. 16. Rio de Janeiro, 2009.

> Perdoe-me o Dr. Bernardes a audácia desta carta, mas é tão sincera, tão pura de intenções, é escripta, com tal vontade de acertar, que além de perdão, merece... meditação.
> Creia-me, etc.
> Monteiro Lobato.[340]

A resposta de Bernardes é gentil, porém bastante sucinta. Em relação à colaboração do povo com os rebeldes e à indiferença em relação às tropas legais, bem como à adesão de operários de diversas nacionalidades, este responde apenas que atribui à colaboração do operariado ao movimento de São Paulo, à existência de diversas nacionalidades européias, neste estado. Os imigrantes que aderiram ao levante haviam combatido na 1ª Guerra Mundial e operado canhões e tanques de guerra importados, durante a revolta, devido ao conhecimento que possuíam.[341]

> Quanto á attitude do povo paulista em face do levante de 5 de julho último, reconheço que a falta de mais prompta reacção cívica foi em parte devido aos motivos apontados em sua prezada carta; porém, creio que a lamentável occorrência foi também devida á influencia do elemento estrangeiro, cujo excesso, dando de certo modo um aspecto cosmopolita a essa Capital, acaba até por oppor sérios embaraços nos elementos em que a população deseja vibrar pelas cousas brasileiras com todo o ardor que seria de dezejar.[342]

Bernardes tentava camuflar a aquiescência de muitos civis em relação às revoltas, pois, além da participação dos Batalhões de Imigrantes, na revolta de 1924, ficou claro na época que havia grande simpatia à causa rebelde.[343] Além disso, Lobato menciona a indiferença com que as tropas legalistas foram recebidas, quando chegaram à capital paulista, mas omite que, logo em seguida a essa chegada, uma série de saques aos estabelecimentos destruídos nas batalhas seriam liderados pelos próprios soldados legalistas.

> São Paulo, que sofrera tanto com os bombardeios, vai conhecer agora outro tipo de violência: o saque das tropas legalistas. Das janelas, as famílias assistem, com horror, ao arrombamento das lojas comerciais. Os depósitos da Casa Duchen, na rua Borges de Figueiredo, são invadidos pelos soldados. As grandes latas de biscoitos e cestas de champanhe são abertas a ponta de baioneta, seu conteúdo espalha-se pelo chão. A turba fardada carrega latas de conserva, garrafas de bebida, depreda o escritório da empresa, queima documentos e livros de contabilidade. A pilhagem estende-se por toda a cidade, e cada um leva o que pode. Numa carroça, um grupo de soldados empilha caixas de bebidas junto com a máquina de escrever do

---

[340] Carta de Monteiro Lobato, de 09/08/24, à Arthur Bernardes. ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. APESP. Cartas da Revolução de 24. Acervo Digitalizado. Disponível em <http://www.arquivoestado.sp.gov.br>. Acesso em out. 2009.

[341] Ver mais em ARAGÃO, Isabel Lopez. **1924:** A Revolução que começou em 1889. Monografia (pós-graduação em História do Brasil). Universidade do Estado do Rio de Janeiro. UERJ, 2006, 385 f.

[342] Carta de Arthur Bernardes de 06/09/24 à Monteiro Lobato. ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. APESP. Cartas da Revolução de 24. Acervo Digitalizado. Disponível em <http://www.arquivoestado.sp.gov.br>. Acesso em out. 2009.

[343] SILVA, Hélio. **1922.** Sangue na Areia de Copacabana. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v. II, 1964. (Documentos da História Contemporânea); FAUSTO, Bóris. **Revolução de 1930.** 14ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1994; MEIRELLES, Domingos. **As Noites das Grandes Fogueiras.** Uma História da Coluna Prestes. 6ª ed. Rio de Janeiro: Record, 1999.

> gerente da loja. As residências, abandonadas por causa do bombardeio, são saqueadas com fúria. Os soldados das polícias militares do Rio e de Minas Gerais roubam tudo que pode ser transformado em dinheiro.[344]

Por hora, é importante frisar que a carta de Lobato revela um clima de subversão, no qual "o estado de espírito do povo brasileiro é de franca revolta." É em média "90% o índice das creaturas que, quando se abrem na intimidade, denunciam este estado de revolta", além de pensar "horrores da política e dos políticos, - tida aquella como a arte de explorar o thesouro, e estes, como usurpadores indignos," opinião que não difere muito das acusações encontradas nos discursos militares.

Acreditavam, os militares, que uma mudança jamais viria do povo, dada a violência com que o Estado lidava com aqueles que lhes oferecia oposição, violência esta da qual serão vítimas os próprios militares rebeldes, durante a vigência do estado de exceção, decidem pela insurreição.

> [...] Apelar para o povo, esse infeliz povo sobrecarregado de impostos, sem instrução e sem vida, que jaz disseminado pelo imenso território brasileiro, em postos onde em muitas vezes não chega sequer sombra de civilização, onde não bafeja o sentimento, a idéia de Pátria? Esse povo, só por si, nada poderá fazer; mas se à sua frente estiver a síntese desse mesmo povo – o Exército Brasileiro – composto de caracteres bem formados, com a noção exata do cumprimento do dever – de "defensor da Pátria no exterior e mantenedor das leis no interior" – esse povo terá alcançado um nível bem mais elevado do que aquele em que vive hoje aos olhos do estrangeiro ganancioso e audaz. É, pois, para esse pioneiro e expoente do civismo nacional que apelamos, no sentido de arrancar a República desse lamaçal pútrido das bajulações interesseiras e das negociatas imorais e alçá-lo ao Altar-Mor da Pátria que se tornaria assim mais forte e mais respeitada.[345]

É interessante observar a semelhança entra a descrição do povo feita por Nunes, e a de Henrique Loot, que vimos há algumas páginas atrás, pois Nunes refere-se a ele como "sem instrução e sem vida, que jaz disseminado pelo imenso território brasileiro, em postos onde em muitas vezes não chega sequer sombra de civilização." Nunes vai mais além quando classifica o Exército como "a síntese desse mesmo povo," que ao contrário dele que "só por si, nada poderá fazer," poderia representá-lo.

A idéia de Nunes de que teriam mais chances de lograr êxito, diferentemente do povo, ruiu por terra logo após a primeira insurreição, pois aqueles que se levantaram contra o governo, nos anos 20, foram levados aos cárceres e por um período de oito anos, superlotaram os espaços de punição herdados do Império. Como nos anos iniciais da República os

---

[344] SILVA, Hélio. **1922.** Sangue na Areia de Copacabana. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v. II, 1964. (Documentos da História Contemporânea), p. 392-3; MEIRELLES, Domingos. **As Noites das Grandes Fogueiras.** Uma História da Coluna Prestes. 6ª ed. Rio de Janeiro: Record, 1999, p. 183.

[345] CARVALHO, Joaquim Nunes de. A Revolução no Brasil. Buenos Aires: [s. n.], 1925, p. 24 apud FAUSTO, Bóris. **Revolução de 1930.** 14ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1994, p. 81.

governantes ainda pensavam e discutiam a implementação das instituições republicanas e dos dispositivos legais necessários ao atendimento dos espaços prisionais, permaneciam, durante esta década, os recursos jurídicos e institucionais herdados do Império, especialmente para reprimir crimes contra a ordem estabelecida na recente República. Eram expedientes oriundos da Europa que, trazidos pelo colonizador, reproduziam os castigos exemplares medievais, onde criminosos embora não mais "supliciados" publicamente, sofriam torturas intramuros, conforme apontara Foucault, em sua análise a respeito da transição das práticas punitivas desse período.[346]

Passadas apenas três décadas da substituição da monarquia, em 1924, o Jornal *A Batalha*, um dos mais antigos jornais sindicais de Lisboa, ao publicar notícias sobre a "Revolução Brasileira," na Argentina, fazendo referência à revolta militar em São Paulo, comentava "a proximidade que existia entre os métodos empregados pelas repúblicas portuguesa e brasileira." No que se referia às praticas de coerção, direcionadas a indivíduos ou grupos que ameaçassem a estabilidade política, malgrado o discurso modernizante da elite intelectual brasileira, eram utilizados ilhas e campos de desterro, bem como de navios-prisões, que traziam histórias de horror de seus porões. A existência de continuidades no emprego de alguns desses meios legais, coercitivos e punitivos, inerentes a um país colonizado, ocorreram mesmo depois da década de 30.[347]

> Os lugares que serviam de prisão no Rio de Janeiro, remanescentes do período colonial, como o calabouço dos escravos, o Aljube, o Arsenal da Marinha, mostravam-se superlotados e desnudados aos olhos das comissões de visitas como depósitos degradantes da espécie humana. Ausência de carcereiros, insalubridade nas celas, mistura entre escravos, libertos, livres, homens, mulheres, contatos com pessoas que circulavam pelas calçadas, além da própria imagem da prisão vista como lugar de conflitos pessoais, onde pessoas mandavam castigar seus escravos, ou trancafiar os loucos em seus acessos de fúria, revelavam os cárceres como lugares do ócio e da barbárie. [348]

---

[346] Esta obra analisa a evolução dos castigos medievais para a organização do sistema prisional na França: FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir.** Nascimento da Prisão. 17ª ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

[347] Um dos civis envolvidos no episódio denominado Intentona Comunista, em 1935, pede remoção da Ilha Grande, Colônia Correcional Dois Rios, através de um abaixo assinado e entregou ao jornal A Nota de 20/04/37 queixando-se "(...) por estarem alojados num barracão coberto de zinco, insalubre com uma área de 600m² com 700 + 500 de delitos comuns, tendo que, fora do barracão andar de braços cruzados e uniforme de condenados (chamado de zebra), com o cabelo e barba raspados; e trabalhos forçados; castigos em celas infectas com ¼ de ração de 24 em 24 hs, pelas menores faltas; espancamentos, humilhações, as mais vexatórias; correspondência de no máximo 12 linhas aos familiares e censurada; por serem submetidos a regime de fome em virtude da falta de transporte da Ilha ao continente, passando por períodos de 10 a 15 dias a cada mês, em que a única alimentação é meia concha de água de feião e três a quatro pedaços de carne, bastante deteriorada, chegando muitas vezes em estado de putrefação, não havendo nada que a substitua; sem hospital para imenso número de doentes por causa da falta de alimentação, havendo 1 enfermaria com 20 leitos para 1.375 homens, somados presos comuns e políticos; por não receberem visitas familiares, dada a distância; pela proibição da compra de jornais, cigarros, sabão dentifrício sabonetes, objetos essenciais"..... Pedem à Corte de Apelação e conseguem um Habeas Corpus. ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. APERJ. DESPS. Arquivo Sebastião Accyoli de Lima Lopes. Notação 537.

[348] SANT'ANNA, Marilene Antunes. **Os Espaços da Punição:** Olhares e discursos sobre prisões republicanas no Rio de Janeiro. In: XII ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA ANPUH-RJ 2006: 2. Publicação da Anpuh.

Rosalina Coelho Lisboa referir-se-ia aos anos, entre 1922 e 1930, como momentos nos quais: "dentro da subversão do direito e da Justiça, a vingança oficial alimentar-se-ia por mais oito anos com o repasto de carne humana, dessedentar-se-ia com o sangue e as lágrimas dos adversários." [349]

No fim do estado de sítio, em novembro de 1926, ao término do governo de Artur Bernardes, foi permitido à imprensa lançar sobre os governantes uma série de denúncias, relativas às conseqüências desse longo período de repressão. Era uma oportunidade única e de breve duração, pois uma nova lei de imprensa seria criada em 1927. Enquanto o governo, para se defender, tentava desqualificar moralmente os prisioneiros políticos, esse era o momento dos jornais de oposição "passarem a limpo" os anos de silêncio que haviam sido obrigados a manter. Os jornais, de um modo geral, festejaram a liberdade e falaram de direitos humanos e de sua razão de ser. "Desde 1922, quando a tirania sanguinária e cúpida de Epitácio Pessôa se travestiu na nefanda tragédia sanha-bernardesca, requintada de crimes, não vimos o sol," dizia Mário Rodrigues, jornalista e diretor de *A Manhã*, no editorial de 1º de janeiro de 1927.[350] O editorial descrevia a violência dos últimos anos, ao afirmar que: tudo se "entenebrecia, numa quase eterna noite, no último qüinqüênio, tudo falara do horror das geenas repletas, do martírio intraduzível de lares em abandono, das torpezas da delação, da ignomínia do suborno," fazendo alusão às arbitrariedades do fim do governo de Epitácio Pessôa e de todo o governo de Arthur Bernardes.[351]

Ainda que o estado de exceção fosse uma prática comum nos anos iniciais da República posto que "ao tempo da Constituição Federal de 1891, as situações estaduais somente sofressem soluções de continuidade por duas vias: a intervenção federal ou o estado de sítio," [352] o período estudado revela um momento do país, no qual, para além da supressão das liberdades civis, incontáveis violências e arbitrariedades foram cometidas em nome de uma suposta legalidade. Violências e arbitrariedades essas, que abrangeram desde a manutenção de diversos prisioneiros sem culpa formada, até a tortura e o assassínio de civis e

---

[349] LISBOA, Rosalina Coelho. **A Seara de Caim.** Romance da Revolução no Brasil. Rio de Janeiro: José Olympio, 3ª edição, 1952, p. 343.

[350] Mário Rodrigues escreveu a matéria no mesmo ano em que disputaria as eleições parlamentares distritais, e aproveitaria seu jornal para criticar seus adversários. Embora estivesse se utilizando do jornal para atacar todos os seus potenciais competidores e as denúncias dos crimes de Bernardes viessem acompanhadas de argumentos tipicamente pré-eleitorais, um olhar através do interesse político do diretor do jornal nos permite entrever o que acontecia no país. *A Manhã* 01/01/27. In SAMIS, Alexandre. **Clevelândia.** Anarquismo, sindicalismo e repressão política no Brasil. São Paulo: Imaginário, 2002, p, 179 -180; 190 e 216.

[351] Ibid, p, 179 -180; 190 e 216.

[352] Ver SILVA, Hélio. **1922.** Sangue na Areia de Copacabana. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v. II, 1964, p. 250-280. (Documentos da História Contemporânea).

militares. Expunha uma organização policial que empregava não apenas guardas e agentes policiais corruptos, mas uma polícia que tinha também ao seu dispor uma hierarquia judiciária de um nível elevado, com seu indispensável e numeroso séquito de empregados, funcionários e outros auxiliares, muitos assemelhando-se aos carrascos, pelo envolvimento em torturas. "E qual o sentido dessa grande organização senhores? Prender inocentes e mover-lhes processos sem razão e, na maioria das vezes sem resultado (...)." [353]

Essas práticas foram legitimadas pelo discurso da "ameaça revolucionária" e aconteceram num clima de permissividade e impunidade das autoridades civis. Seu discurso trazia consigo a idéia da necessidade urgente de ação, sem, inclusive, o empecilho da observância dos trâmites convencionais. A idéia de burlar as leis em prol de uma ação mais eficaz, então, era constantemente observada, por exemplo, nos relatórios dos chefes de polícia e o resultado disso era que as ações podiam exceder aos limites mais elementares da legalidade, como o direito à própria vida, caso se fizesse necessário.

Sob a sombra do estado de exceção iniciariam os revoltosos, a partir de suas prisões, uma aventura inimaginável a qualquer ser humano, fosse ele civil ou um homem das armas. Os líderes das revoltas de 1922 foram os pioneiros nessa viagem ao inferno.

Frederico Cristiano Buiz, responsável pela tentativa de insurreição na Vila Militar, já descrita, aparece nas fontes, enviando carta da prisão ao advogado Themístocles Brandão Cavalcanti.[354] A carta foi enviada em 25/10/25, do 1º Regimento de Cavalaria Divisionária – 1º R.C.D. – onde se encontra preso junto a Delso Mendes da Fonseca, tenente que participou do levante no Forte de Copacabana, por intermédio de quem envia a carta. Havia, antes de ser preso nesse quartel, e juntamente com todos os rebeldes da Vila Militar, Escola Militar e Forte de Copacabana sido recolhido a prisão da Ilha das Cobras e, em seguida embarcado no navio *Alfenas* - ex-alemão, requisitado do Loyd, pelo Ministério da Guerra - um dos diversos navios que serviriam como prisão a operários e militares nesse período e que ficavam sob os cuidados do Arsenal de Marinha e das autoridades dessa força armada.[355] Era o início de uma peregrinação por inúmeras prisões. Foram transferidos inúmeras vezes, sendo, em muitos momentos, difícil, ao próprio pesquisador, acompanhar suas trajetórias, devido ao grande número de estabelecimentos prisionais pelos quais passaram, ora para responderem a sumário

---

[353] KAFKA, Franz. **O Processo.** São Paulo: Círculo do Livro, 1963, p. 49.

[354] Já mencionado na reunião dos advogados que possivelmente trabalhariam na causa dos revoltosos, sob a presidência do senador Nilo Peçanha: o Drs. Justo Mendes de Moraes, Targino Ribeiro, Themístocles Cavalcanti, Odilon de Andrade, Evaristo de Moraes, Mario Carneiro e Heitor Lima.

[355] CHEVALIER, Carlos. **Memórias de um Revoltoso ou Legalista?** 1922-1926. Rio de Janeiro: Estabelecimento Graphico Nictheroy, 1925, p. 61.

de culpa ou para irem a julgamento; ora a pedido, devido às condições da prisão; ora, ainda, por necessitarem de cuidados médicos, com seus organismos exauridos da vida carcerária e, muitas vezes, para isolá-los em caso de novos levantes, temendo um motim nos cárceres ou navios, para aderirem a novas revoltas.

Esse último caso era possível, pois estavam sempre preparados para entrarem numa refrega. Um exemplo disso ocorreu em outubro de 1924, quando diversos oficiais, prisioneiros desde 1922 nos porões do *Cuyabá*, onde passaram parte de sua vida carcerária, sabendo da conspiração Protógenes, na Marinha, quando pretendiam levantar os encouraçados, estavam todos a postos para adesão, obviamente com a anuência e adesão de seus carcereiros: "Á meia-noite, estávamos, eu e os meus companheiros, promptos para o desembarque, e consequente commando de forças de terra. Encontravamo-nos a bordo, fardados, armados e municiados, nada menos de 70 officiaes do Exercito, resolvidos para o que desse e viesse." O levante não aconteceu nesta data, pois o Comandante Protógenes, que atuara na defesa da legalidade em 1922 e "agora" era revoltoso, havia sido preso antes de assumir o navio, ficando adiada essa proeza, que foi posta em prática no dia 4 de novembro. O comando do encouraçado *São Paulo* foi assumido por Hercolino Cascardo, oficial revoltoso que tinha apenas 23 anos de idade. [356]

O tenente Delso Mendes da Fonseca, que envia a carta de Frederico Buiz, é um dos homens do Forte de Copacabana. Em 15/09/25 foi beneficiado por um habeas corpus para que fosse posto em liberdade, mas, ao apresentar-se, em 23/09/25, ao Departamento de Guerra, de onde deveria ser enviado para servir em alguma unidade militar, foi mandado recolher preso a um dos corpos da 1ª Região Militar, o 1º Grupo de Artilharia Montada,[357] um dos diversos quartéis pelos quais passariam na condição de prisioneiros. Depois vai para o 1º RCD – o Regimento de Cavalaria Divisionária - em São Cristóvão, "como garantia á ordem publica" [358], encontrando-se com Buys, nesta unidade. Buiz, em carta a seu advogado, Themístocles,[359] queixa-se de ter sido preso, pois quando se apresentou ao Departamento da Guerra, já de posse do alvará de soltura, foi mandado prender novamente pelo Ministro da

---

[356] CHEVALIER, Carlos. Memórias de um Revoltoso ou Legalista? 1922-1926. Rio de Janeiro: Estabelecimento Graphico Nictheroy, 1925, p. 101. Fizeram parte da insurreição os encouraçados *Minas Geraes* e o *Goiaz.* Ver mais em: CASCARDO, Francisco Carlos Pereira. **O Tenentismo na Marinha.** Os Primeiros Anos – 1922 a 1924. São Paulo: Paz e Terra, 2005.

[357] Carta de Frederico Cristiano Buiz a Themístocles Cavalcanti. FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. FGV. CPDOC. TBC c 25.10.05. Rio de Janeiro, 2009.

[358] Relatório do Ministro da Guerra de 06/01/26. ARQUIVO HISTÓRICO DO EXÉRCITO AHEx. Rio de Janeiro: Arquivo Histórico do Exército – Divisão de História Militar – Coleção Estado maior do Exército. Série: Estado Maior. Sub-série: Inquéritos. Período: anos 1920-1930. Estante: I-24 – Prateleira: 04 Número: 7.552. Rio de Janeiro, 2009.

[359] Afirma ter sido abandonado pelo advogado Evaristo da Veiga.

Guerra, tendo o seu habeas corpus desrespeitado, da mesma forma que Delso.[360] A alegação da razão dessa medida foi "por não offerecer condições de segurança á ordem pública". A esta justificativa Buiz teceu o seguinte comentário: "Como vê, uma honra... Depois que é isto?... a ordem bernardista?"

Nos relatórios do Ministro da Guerra percebe-se que essa é uma providência que se estende a quase todos os oficiais. Mesmo depois de terem cumprido a pena, ao chegar o alvará de soltura o Ministro da Guerra mandava que o oficial se apresentasse ao Departamento de Guerra, e de lá dava ordens para que fosse recolhido, novamente, prisioneiro a um dos corpos da 1ª Região Militar, no Rio de Janeiro. Era mais fácil que fosse aceita a manutenção do oficial preso sob palavra,[361] em sua residência, ou por menagem[362] em algum quartel, do que deixá-lo em liberdade oficialmente.

Delso Mendes da Fonseca demonstra, em outra carta, certa apreensão quanto ao artigo 107, do Código Penal Civil, a que foram condenados, pois despede-se afirmando que: "Aqui sempre tendo esperança no 111 fica o seu amigo agradecido".[363] Sabia que a Constituição da República estabelecia que "os militares de terra e mar" perderiam "as suas patentes quando condemnados á pena de prisão por tempo superior a dois annos" [364] e nisso consistia a estratégia do governo para expulsá-los do Exército. A primeira sentença, pelos levantes de 1922, foi proferida em 23 de dezembro de 1923, através do um pronunciamento, de 55 folhas, no 22º volume do processo, aos cuidados do juiz Henrique Vaz Pinto Coelho, condenando os revolucionários ao artigo 107 do Código Penal Civil.[365] Se fossem condenados ao artigo 111, correspondente à tentativa de coação ao livre exercício de uma autoridade constituída tinham chance de obterem sentença de até dois anos. O artigo 107, entretanto, correspondia à

---

[360] Carta de Frederico Cristiano Buiz, do 1º RCD – São Cristóvão para Themístocles Cavalcanti, em 05/10/25. FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. FGV. CPDOC. Arquivo Themístocles Brandão Cavalcanti. TBC c 25.10.05. Rio de Janeiro, 2009.

[361] A palavra empenhada era um elemento cultural tão importante, no meio militar, que podemos localizar em vários relatórios de ministros, documentos oficiais, textos redigidos da seguinte forma: "se encontra preso sob palavra em sua residência", ou: "foi-lhe permitido gozar de prisão semi-aberta, sob palavra".

[362] Local onde é mandado servir, enquanto está preso. Pode ser em outro estado, pode ser também que permaneça naquele quartel cumprindo pena sem que trabalhe.

[363] Carta de Delso Mendes da Fonseca, do 1º Grupo de Artilharia Montada, no Campinho, onde se acha preso, para Themístocles Brandão Cavalcanti, em 26/01/24. FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. FGV. CPDOC. TBC c 24.01.26. Rio de Janeiro, 2009.

[364] Entrevista de Themístocles Brandão Cavalcanti ao jornal *A Esquerda* de 25/11/27. FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. FGV. CPDOC. TBC c 21.09.00. Rio de Janeiro, 2009.

[365] Somente foi modificada essa sentença, em 4 de fevereiro de 1928, em mais 26 páginas de sentença, com a condenação para o artigo 111. Em 20 de dezembro de 1930, o juiz Sá de Albuquerque mandou que se cumprisse o acórdão de autoria do ministro Muniz Barreto, do Supremo Tribunal Federal, que determinou o arquivamento do processo e a baixa na culpa dos acusados, ou seja, a prescrição da pena. Cf. SILVA, Hélio. **1922.** Sangue na Areia de Copacabana. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v. II, 1964. (Documentos da História Contemporânea).

tentativa de mudança violenta da forma de governo e à Constituição do país, e a tentativa de enquadrá-los neste artigo tinha o propósito de que, sendo condenados a uma pena superior a dois anos, não pudessem mais ser reintegrados ao Exército. E foi o que aconteceu. Enquanto eram incursos no artigo 107, e julgados pela justiça civil, eram, concomitantemente, condenados pela Justiça Militar por crime de deserção, à medida que iam sendo presos.

Os casos de Frederico Buiz e de Delso da Fonseca são demonstrativos do número de remoções das prisões por que passaram os rebeldes. Delso Mendes da Fonseca havia sido preso em 19/08/22 na Escola do Estado-Maior e libertado pelo habeas corpus do Supremo Tribunal Federal em 10/01/23, como vários outros revoltosos, também libertados nesse mês. Em 27/12/23 foi pronunciado e preso novamente no 1º B.E.[366] Em 26/01/24, está no 1º Grupo de Artilharia Montada, no Campinho, tendo chegado lá três dias antes da carta, onde alega estar em melhores condições para receber uma visita "agora," referindo-se, talvez, à situação precária da prisão, ou a uma situação de incomunicabilidade, providência comumente tomada pelas autoridades militares, por causa do temor de conspirações. Em 01/07/24, é transferido para a Armada, de onde vai, em 16/01/25 para a Ilha Grande. Em 27/03/25 removido para a 1ª RM, para o 1º RCD – o Regimento de Cavalaria Divisionária - em São Cristóvão, em 07/04/25, quando se encontra com Frederico Cristiano Buiz, de onde fugiu.[367] Em 06/01/26, Frederico Cristiano Buiz aparece na Ilha Grande,[368] enquanto Delso, em carta de 18/12/26[369], aparece recapturado no 1º RCD, dizendo ter sido preso juntamente com o tenente Lourival Serôa da Mota, outro tenente envolvido nas insurreições. Na carta faz um desabafo ao médico Pedro Ernesto Batista, amigo de diversos militares rebeldes, por saber que haviam dito terem os dois se entregado às autoridades, abandonando a luta. Sobre isso afirma que: "Só os nossos chefes far-me-iam encarrilhar as armas, por disciplina, mais do que por convicção," o que evidencia que no período em que esteve solto continuou lutando junto àqueles que mantinham as conspirações e as pelejas afirmando que: "Não nos apresentaríamos quando os bravos pelejam como leões, nos campos de toda parte", numa clara referência à Coluna Prestes. Diz, também, que "há ainda os que se batem com sinceridade e coragem, sem tergiversações,

[366] Relatório do Ministro da Guerra de 07/12/25. ARQUIVO HISTÓRICO DO EXÉRCITO AHEx. Rio de Janeiro: Arquivo Histórico do Exército – Divisão de História Militar – Coleção Estado maior do Exército. Série: Estado Maior. Sub-série: Inquéritos. Período: anos 1920-1930. Estante: I-24 – Prateleira: 04 Número: 7.552. Rio de Janeiro, 2009.

[367] Ibid.

[368] Ibid.

[369] Carta de Delso Mendes da Fonseca para Pedro Ernesto Baptista em 18/12/26. Arquivo Pedro Ernesto Baptista. FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. FGV. CPDOC. PEB c 26.12.18. Rio de Janeiro, 2009.

dispostos a todos os sacrifícios para que lhes reste, impolluta, a honra que prezam mais que a própria vida." Nesta carta dirige-se a Pedro Ernesto como um grande amigo:

> Amizade pelo caro amigo, cujo coração, cujo amor ao Brasil, cujas convicções, cuja sinceridade eu conheço e admiro como exemplar a serem seguidos pelos que anceiam em proceder com dignidade e honra na vida.[370]

O Ten. Lourival Serôa da Motta também está preso com Delso, no 1º RCD, tendo antes disso, em 25/04/26, fugido do Hospital Central do Exército (HCE).

O Cel. João Maria Xavier de Britto Junior,[371] já mencionado como responsável pela insurreição na Escola Militar do Realengo, em 05/07/22 foi preso e no mês seguinte, em 19/08/22, removido preso para o Batalhão Naval. Em 08/12/22, apenas 3 meses depois, foi recolhido à Escola de Estado-Maior, tendo, provavelmente, se encontrado com Delso da Fonseca, que estava lá desde 19/08/22. Em 09/01/23 foi libertado por habeas corpus do STF. Em 08/02/23, mesmo já tendo sido libertado, foi novamente preso no 1º RCD e, em 27/12/23, condenado ao artigo 107 do Código Penal Civil, continuou lá.[372] Em 30/09/25 recebeu habeas corpus e, em 03/10/25 apresentou-se ao Departamento de Guerra, mas foi preso novamente, por ordem do Ministro da Guerra, no 1º RCD, "como garantia á segurança publica," [373] onde chega em 02/06/26, juntamente com o Capitão Carlos Miguel de Vasconcelos Querê. [374] Este último havia sido preso no dia 24/07/22, em São Paulo, implicado no movimento, também já mencionado, em Mato Grosso, no ano de 1922, do qual foram os líderes Clodoaldo da Fonseca, sobrinho de Hermes da Fonseca, e Joaquim do Nascimento Fernandes Távora, um dos irmãos de Juarez Távora. Em 12/01/23, o Capitão Querê, como era conhecido de todos, fora libertado pelo habeas corpus do Supremo Tribunal Federal,[375] mas, em 06/04/26 foi preso

---

[370] Carta de Delso Mendes da Fonseca para Pedro Ernesto Baptista em 18/12/26. FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. FGV. CPDOC. PEB c 26.12.18. Rio de Janeiro, 2009.

[371] Era filho de militar, o capitão Francisco Victorino Xavier de Brito, que assentara praça em 1819, aos 14 anos. Documento de Alterações de Francisco Victorino Xavier de Brito. ARQUIVO HISTÓRICO DO EXÉRCITO AHEx. Rio de Janeiro, 2009.

[372] Relatório do Ministro da Guerra de 21/09/25. ARQUIVO HISTÓRICO DO EXÉRCITO AHEx. – Divisão de História Militar – Coleção Estado maior do Exército. Série: Estado Maior. Sub-série: Inquéritos. Período: anos 1920-1930. Estante: I-24 – Prateleira: 04, Número: 7.552. Rio de Janeiro, 2009.

[373] Relatório do Ministro da Guerra de 12/12/25. ARQUIVO HISTÓRICO DO EXÉRCITO AHEx. – Divisão de História Militar – Coleção Estado maior do Exército. Série: Estado Maior. Sub-série: Inquéritos. Período: anos 1920-1930. Estante: I-24 – Prateleira: 04, Número: 7.552. Rio de Janeiro, 2009.

[374] Carta do Tenente Mario Vieira para Pedro Ernesto Baptista. Arquivo Pedro Ernesto Baptista. FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. FGV. CPDOC. PEB c 26/06/02. Rio de Janeiro, 2009.

[375] Relatório do Ministro da Guerra de 26/09/25. ARQUIVO HISTÓRICO DO EXÉRCITO. AHEx. – Divisão de História Militar – Coleção Estado maior do Exército. Série: Estado Maior. Sub-série: Inquéritos. Período: anos 1920-1930. Estante: I-24 – Prateleira: 04, Número: 7.552. Rio de Janeiro, 2009.

novamente e levado ao Arsenal de Marinha,[376] onde encontrou-se com o Cel. José Maria Xavier de Britto Junior, dentre muitos outros oficiais,[377] que partiram, em seguida, juntos dali para a Ilha de Trindade.[378]

Um breve acompanhamento da trajetória percorrida, até então, por três líderes, apenas, dos levantes de 1922, como foi feito acima: a do Capitão Frederico Cristiano Buiz, à frente do 1º Regimento, na Vila Militar; a de Delso Mendes da Fonseca, tenente que participou da insurreição do Forte de Copacabana e a do Coronel João Maria Xavier de Brito, responsável pelo levante da Escola Militar, expõe a mobilidade desses oficiais nas prisões. Transitavam entre prisões, as mais diversas, com intervalos, ora curtíssimos, ora mais longos, situação que permitia o encontro de revoltosos de todo o país e, mais que isso, a troca de experiências entre eles, experiências que compartilhariam ao longo dos oito anos, intermediários entre o primeiro levante e a Revolução de 1930. Nas prisões a convivência diante de situações as mais adversas tornaria alguns desses homens bons amigos. Responsáveis por levantes em sofrimento e construíam laços, mais sólidos do que os que já possuíam, devido à profissão.

Até o momento das revoltas, várias foram as razões que nortearam a ação política dos rebeldes. Depois da primeira revolta sua identidade de grupo foi reelaborada. Para além dos vínculos legados, também foi construída a posteriori, na ação, da mesma forma que os militantes políticos a constroem: na adversidade. A ação violenta do combate e as conseqüências de um enfrentamento contra a República e o Exército exigiam um grau de agressividade do indivíduo que lhes emprestava uma resistência física e psíquica diferenciada dos demais. Em contrapartida gerava sofrimentos desumanos, uma vida de austeridade e renúncia. Os laços construídos nos intermináveis momentos de combates, de socorro ou de morte dos companheiros, em fugas de perseguições dos legalistas, ou em enfrentamentos, nos quais podiam por à prova, durante as batalhas, a lealdade, a bravura e o companheirismo um do outro, se estreitavam a cada experiência vivida. Unia-os, além dos momentos em batalhas, as incertezas quanto à vida e à morte; quanto ao retorno para seus lares; o sentimento de perda e solidão, pela ausência de sua família; podendo passar meses e até anos sem sequer visitá-los, sem enterrar seus mortos ou ver o nascimento de seus filhos; a frustração pela impossibilidade

---

[376] Relatório do Ministro da Guerra de 09/07/26. ARQUIVO HISTÓRICO DO EXÉRCITO. AHEx. – Divisão de História Militar – Coleção Estado maior do Exército. Série: Estado Maior. Sub-série: Inquéritos. Período: anos 1920-1930. Estante: I-24 – Prateleira: 04, Número: 7.552. Rio de Janeiro, 2009.

[377] Relatório do Ministro da Guerra de 09/07/26. ARQUIVO HISTÓRICO DO EXÉRCITO. AHEx. – Divisão de História Militar – Coleção Estado maior do Exército. Série: Estado Maior. Sub-série: Inquéritos. Período: anos 1920-1930. Estante: I-24 – Prateleira: 04, Número: 7.552. Rio de Janeiro, 2009.

[378] A transferência para esta Ilha Oceânica será mencionada no decorrer do trabalho. CHEVALIER, Carlos. **Os Dezoito do Forte.** Rio de Janeiro: [s.n.], 1930.

de exercerem sua profissão. [379] Diante da vida em suspenso, criaram laços de solidariedade, já iniciados na caserna e estendidos aos momentos partilhados nas difíceis pelejas enfrentadas. Mas o momento de seu batismo de fogo, ainda estava por vir, ao enfrentarem o estado de exceção que Bernardes levaria as últimas conseqüências.

É necessário destacar, contudo, que após o levante de 1922 a repressão estava apenas se iniciando. As leituras de relatos de oficiais presos, nesse período, revelam certa tranqüilidade das autoridades militares e civis, tanto no trato jurídico, haja vista a concessão do habeas corpus de janeiro/fevereiro de 1923, extensivo a todos, quanto na acomodação desses oficiais às prisões. Após o levante de 1924 a situação mudou drasticamente. A eficiência dos levantes, em 1924, o número de adesões e a quantidade de guarnições revoltadas por todo o Brasil inaugura um marco nos rumos da repressão no país, como veremos mais a frente do trabalho.

> No 'Beneventes', que me foi dado de prisão, como disse no capitulo anterior, as cousas não correram tão bem como em 922, a bordo do 'Alfenas'. A officialidade carcereira era boa, havendo, no entanto, excepções; as ordens mais severas, e algumas tendendo ao absurdo. Os commandantes substituídos de quando em quando, mostravam-se sempre delicados, sem todavia fugirem a conhecida aristocracia do commando.[380]

Após a revolta de 1924, a repressão endureceria e além das prisões em quartéis, medidas que compreendiam prisões em presídios e navios-prisões e o desterro para diversas ilhas, seriam mantidas.[381]

Themístocles Brandão Cavalcanti, advogado dos rebelados, percebeu logo no início do sumário de culpa, que não haveria anistia, pois era notório que na luta judicial que estava por se travar não lidaria "estrictamente com a lei." Havia observado a rapidez com que se fizera o processo, repleto de falhas processuais. Ao fim do sumário, dispunham de apenas 20 dias para preparar a defesa de um processo que, até então, possuía 20 enormes volumes, um prazo impossível de ser cumprido para ele e os demais advogados. [382] O advogado considerou

---

[379] Eduardo Gomes não recebe autorização para visitar seu pai doente e depois para enterrar e João Alberto está na Coluna, quando seu filho nasce. Cf. CHAGAS, Paulo Pinheiro. **O Brigadeiro da Libertação:** Eduardo Gomes – Ensaio Biográfico. Rio de Janeiro: Zelio Valverde, 1945; Cf. BARROS, João Alberto Lins de. **Memórias de um Revolucionário.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1953.

[380] CHEVALIER, Carlos. **Memórias de um Revoltoso ou Legalista?** 1922-1926. Rio de Janeiro: Estabelecimento Graphico Nictheroy, 1925, p. 101.

[381] Cf. CHAZKEL, Amy. Uma perigosíssima lição: a Casa de Detenção do Rio de Janeiro na Primeira República, in: MAIA, Clarissa Nunes; NETO, Flávio de Sá; COSTA, Marcos; BRETAS, Marcos Luiz (orgs.). **História das prisões no Brasil**. Rio de Janeiro: Rocco, 2009, Volume II, Cap. 9, p. 12.

[382] Declarações de Themístocles ao jornal *A Nação* 24/10/23. FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. FGV. CPDOC. TBC c 21.09.00. Rio de Janeiro, 2009.

que, mesmo que lessem um volume por dia, jamais conseguiriam tempo para terminar a defesa.

2.3 A criação de uma Polícia Política

Em 1852 já havia sido criado o Corpo de Agentes de Segurança Pública, com competência de investigar crimes e contravenções comuns, juntamente com os crimes políticos e, em 1890, o Código Penal Brasileiro, substituindo o Código Criminal aprovado em 1830,[383] mas o Império não tinha uma organização policial voltada especificamente para seus opositores políticos.

Percebemos, ao refazermos um rápido levantamento histórico das instituições policiais, militares e paramilitares, que estas, organizadas em face às necessidades mais prementes à defesa das instituições do Estado, ao longo da história do Brasil, tiveram inúmeras funções, de acordo com o cenário político, econômico ou social que se apresentava.

Em alguns momentos tiveram que reprimir o "inimigo interno," os participantes de inúmeras revoltas na Colônia, Regência e Império; de conter os "independentes," ou combater a insurreições de grupos do Exército. Noutros, atuaram nos movimentos das camadas sociais "não senhoriais;" realizaram rondas e prisões a fim de "guardar os brancos da gente servil," uma ação direcionada aos escravos e aos homens pobres, à "gente despossuída, sem posição estável e socialmente indefinida." Atuaram, ainda, no controle a "acessos terrestres às freguesias mais centrais, onde se integravam o porto, o comércio e o governo," protegendo, assim os "comerciantes de grosso trato", vindos com a Corte. Promoveram a prisão para recrutamento; vigiou o mecanismo eleitoral, favorecendo o arbítrio da utilização repressiva dos aparelhos municipais, a serviço da classe dominante. Defendeu, também, a Monarquia do "inimigo externo" na Guerra do Paraguai. Sustentou a perspectiva dos homens públicos que julgavam empreender o "aperfeiçoamento da civilização e da moral pública através das instituições liberais", pretendendo legitimar, como Liberal, um Estado cujo espaço de extrema exploração do trabalho, era "assentado principalmente no escravo, mas também no homem livre pobre," ou na "gente despossuída, sem posição estável e socialmente indefinida." [384]

Divididas entre a função de repressão a crimes públicos e crimes comuns, ou, de defesa da Coroa de "inimigos internos" e "externos," as instituição policiais atuaram em todo

---

[383] HOLLOWAY, Thomas **Polícia no Rio de Janeiro.** Repressão e Resistência numa cidade do século XIX. Rio de Janeiro: FGV, 1997, p. 67.

[384] Cf. PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA. **A Polícia na Corte e no Distrito Federal.** 1831-1930. Rio de Janeiro, 1981. (Estudos PUC-RJ).

o período Colonial sem que existisse, um setor organizado para atuar exclusivamente na repressão ao crime político. A função de Polícia Política, uma polícia civil especializada em crimes contra o Estado, só surge na República.

Nas primeiras décadas republicanas foram criadas quatro Delegacias Auxiliares, a 1ª, a 2ª, a 3ª e a 4ª Delegacias Auxiliares, esta última o objeto de nossa análise neste sub-capítulo, a 4ª Delegacia de Polícia Política. Na República, a função de polícia política, no Rio de Janeiro, foi estabelecida em 1900.[385]

De certo modo, uma completava o trabalho da outra quanto à vigília de atividades no trânsito, nas embarcações e às viagens da população, através da Inspetoria de Veículos e da Inspetoria Marítima. Controlavam, também, os dados da população, através do Gabinete de Identificação e Estatística; os mortos e feridos, a partir do Gabinete de Serviço Médico Legal; os suspeitos e os presos, comuns e políticos, a que atendia o Gabinete de Investigações e Capturas, todos esses órgão funcionando sob a égide do Ministério da Justiça e Negócios Interiores. Atuavam, ainda, no controle das escolas correcionais, das casas de espetáculos, contando com um corpo de censores, entre outras atividades de controle da sociedade, como veremos a seguir.

A 1ª Delegacia Auxiliar, além da incumbência de regularização de todos os problemas inerentes ao trânsito, posto que a "Inspectoria de vehiculos," [386] mesmo sendo um departamento relativamente autônomo, estava subordinado a ela, e como complemento a esta regularização, era responsável pelo "levantamento topographico do Districto Federal," sob o ponto de vista da viação, tendo por base as plantas do Cadastro Municipal. Era responsável, também, pelo controle aos crimes cometidos no trânsito e pelo auxílio à administração de orgãos prisionais; pela "inspecção e fiscalização das escolas e colônias correcionaes, que haviam passado, por lei, "para a jurisdicção immediata do Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, incluindo-se a Colônia Correccional de Dois Rios, na Ilha Grande.[387]

---

[385] Pelo Decreto n.º 3.610, de 14 de abril de 1900. CENTER FOR RESEARCH LIBRARIES (Consórcio internacional de pesquisa independente de cooperação entre universidades, livrarias e arquivos dos EUA - universidades fundadoras - e outros países). Documento de Ordem do Dia da Polícia Militar do Distrito Federal escrito no Relatório do Chefe de Polícia do Distrito Federal, o Marechal Manoel Lopes Carneiro da Fontoura e transcrito pelo Ministro da Justiça e Negócios Interiores, João Luís Alves, em seu Relatório anual (1922-1923), ao Presidente da República. Disponível <http://www.crl.edu>. Acesso em: jan. 2009.

[386] Relatório do Ministro da Guerra 1922/23. ARQUIVO HIDTÓRICO DO EXÉRCITO. AHEx. – Divisão de História Militar – Coleção Estado maior do Exército. Série: Estado Maior. Sub-série: Inquéritos. Período: anos 1920-1930. Estante: I-24 – Prateleira: 04, Número: 7.552.Relatório do Ministro da Guerra 1922/23. Rio de Janeiro, 2009.

[387] Havia cinco grupos de internos nesse presídio: homens, mulheres, homens alcoólatras, mulheres alcoólatras e menores entre 14 e 21 anos. As penas disciplinares que foram estabelecidas para todos os tipos de internos reduziam-se a apenas três tipos: advertência, trabalho forçado e reclusão em cela. Estabelecia-se como obrigatório o trabalho, que deveria ser realizado por turmas diurnas na produção agrícola, pesca, criação de animais e oficinas de carpintaria, serraria, ferraria, sapataria, olaria e Alfaiataria, onde os presos trabalhavam para retirar do Estado o ônus pela sua manutenção. SANTOS, Myrian Sepúlveda

A 2ª Delegacia Auxiliar, por sua vez, atuava com fim de repressão e fiscalização das casas de diversões publicas e na repressão ao jogo, além de outros crimes comuns. As casas de diversões e espetáculos públicos eram regidas por um regulamento assaz criterioso, que permitia o "*controle do movimento geral das diversões do povo* carioca, habilitada que se encontra[va] por um corpo de censores." Somente no ano de 1922 esta Delegacia ficou responsável por:

> [...] 334 processos, 12 por infrações theatraes – contravenção de leite; 97 por força do art. 31 da lei n. 2.321, de 1910; dois pelo art. 399[388] do Codigo Penal; seis pelo art. 303[389]; três pelo art. 330[390]; cinco pelo art. 338[391]; dois pelo art. 331[392]; [...] 48, as vistorias e 479 os exames medico-legaes effectuados. [...] Durante o ano de 1922 foram censurados 1.341 films, sommando a metragem 1.678.608. Soffreram modificações, para serem approvados, 84 films, com a metragem total de 157.672. [...] Os córtes foram na extensão de 564m metros e 60 centimetros; 54 films foram approvados, com a nota de impropros para crianças e um foi prohibido.[393]

A 3ª Delegacia Auxiliar de Polícia, a quem estava ligada a Inspetoria Marítima[394] encarregava-se do controle e vigília da sociedade, confeccionando "listas de passageiros embarcados e desembarcados," e determinando "o movimento diário" dos portos, através da elaboração de estatísticas que permitissem a visão de aumento de passageiros em direção a determinados locais. Isso foi feito, por exemplo, quando da vinda de grande número de pessoas para a capital federal, "por occasião das festas do Centenario" da República. "Grande foi o trabalho da Policia Maritima," haja vista a presença de "muitos ladrões presos pelos

---

dos. Os porões da república: a Colônia Correcional de Dois Rios entre 1908 e 1930. **TOPOI**, v. 7, n. 13, jul.-dez. 2006, pp. 445-476.

[388] BRASIL. **Código Penal (1890).** *"Art. 399. Deixar de exercitar profissão, officio, ou qualquer mister em que ganhe a vida, não possuindo meios de subsistencia e domicilio certo em que habite; prover a subsistencia por meio de occupação prohibida por lei, ou manifestamente offensiva da moral e dos bons costumes,"* ou seja, a vadiagem ou mendicância." Disponível em <http://www6.senado.gov.br/>. Acesso em jan. 2009.

[389] BRASIL. **Código Penal** (1890). *"Art. 303. Offender physicamente alguem, produzindo-lhe dôr ou alguma lesão no corpo, embora sem derramamento de sangue,"* o que corresponderia hoje ao artigo 129, que prevê a lesão corporal. Disponível em <http://www6.senado.gov.br/>. Acesso em jan. 2009.

[390] BRASIL. **Código Penal** (1890). *"Art. 330. Subtrahir para si, ou para outrem, cousa alheia movel, contra a vontade do seu dono,"* ou seja, o roubo, atual artigo 157. Disponível em <http://www6.senado.gov.br/>. Acesso em jan. 2009.

[391] BRASIL. **Código Penal** (1890). *"Art. 338. Julgar-se-ha crime de estellionato,"* atual artigo 171. Disponível em <http://www6.senado.gov.br/>. Acesso em jan. 2009.

[392] BRASIL. **Código Penal** (1890). *"Art. 331. Crime de furto,"* atual artigo 155. Disponível em <http://www6.senado.gov.br/>. Acesso em jan. 2009.

[393] Documento de Ordem do Dia da Polícia Militar do Distrito Federal escrito no Relatório do Chefe de Polícia do Distrito Federal, o Marechal Manoel Lopes Carneiro da Fontoura e transcrito pelo Ministro da Justiça e Negócios Interiores, João Luís Alves, em seu Relatório anual, de 1922-1923, ao Presidente da República. CENTER FOR RESEARCH LIBRARIES (Consórcio internacional de pesquisa independente de cooperação entre universidades, livrarias e arquivos dos EUA - universidades fundadoras - e outros países). Disponível <http://www.crl.edu>. Acesso em: jan. 2009.

[394] Regida pelo Decreto n.º 6.440, de 30 de março de 1907. Ibid.

investigadores destacados a bordo," conforme a constatação do Chefe de Polícia em seu relatório anual.

Listas desse tipo poderiam prever a ida e/ou vinda de grupos rebeldes em meio a algum plano de levante, pois nelas constavam o nome do passageiro, a classe do navio que os conduzia, os portos de embarque e de destino, sua nacionalidade e sexo. Era organizada, ainda, com a discriminação de classe, nacionalidade, procedência e destino, "a estatística das embarcações entradas e sahidas do porto do Rio de Janeiro, no decurso do anno."

> O numero total de passageiros desembarcados no decurso de 1922, orçando por 95.634, excede de 19.198 o dos que aqui desembarcaram em 1921. Feita a reducção entre o numero de entradas e sahidas no mesmo espaço de tempo, é verificado o excesso de 22.825 nos algarismos de entradas, o que leva a conclusão de ser esse, approximadamente, o numero de pessoas que em 1922 fixaram residência nesta Capital. Do primeiro ao ultimo dia do anno desembarcaram dos navios aqui aportados 95.634 passageiros, sendo 47.038 nacionaes e 48.566 estrangeiros. Procedentes de portos nacionaes aqui aportaram 50.547; e vindos de portos estrangeiros 45-087 passageiros. Dos passageiros embarcados, em numero de 72.809, 35.085 eram nacionaes e 37.724 estrangeiros. A portos do exterior destinaram-se 31.653, e a nacionaes 41.156. Foi de 209.925 o numero de passageiros em transito [...] e 2.941 o numero de navios entrados em 1922.[395]

Podia-se a partir dessas estatísticas não só perceber a informações pessoais e dados numéricos sobre os passageiros, mas, também, informações sobre as embarcações.

> Os ladrões do mar, contrabandistas, com relativa facilidade, conseguiram descarregar e transportar seus roubos e contrabandos. As diligencias policiaes assignaladas quanto á apprehensão de roubos e contrabandos... á captura de ladrões do mar. Estes, apanhados em flagrante delicto, foram todos presos e apresentados á 3ª Delegacia Auxiliar, sendo as embarcações conductoras de roubos remettidas ao Socorro naval, á disposição da Capitania do Porto.[396]

Depois eram "remettidos mappas" explicativos do movimento geral de passageiros "à Directoria Geral de Estatistica," no Gabinete de Identificação e Estatística, além do envio de mapas da Polícia Marítima, sobre o movimento de passageiros e de embarcações ao Departamento Nacional de Saúde Pública. Esta última, de posse desses registros podia, com ajuda das "Praças da Policia Militar," tomar todas as providências "que fossem necessárias á boa execução do rigoroso serviço de isolamento dos doentes que tivessem que ser removidos

---

[395] Regida pelo Decreto n.º 6.440, de 30 de março de 1907. CENTER FOR RESEARCH LIBRARIES (Consórcio internacional de pesquisa independente de cooperação entre universidades, livrarias e arquivos dos EUA - universidades fundadoras - e outros países).

[396] Documento de Ordem do Dia da Polícia Militar do Distrito Federal escrito no Relatório do Chefe de Polícia do Distrito Federal, o Marechal Manoel Lopes Carneiro da Fontoura e transcrito pelo Ministro da Justiça e Negócios Interiores, João Luís Alves, em seu Relatório anual, de 1922-1923, ao Presidente da República. CENTER FOR RESEARCH LIBRARIES (Consórcio internacional de pesquisa independente de cooperação entre universidades, livrarias e arquivos dos EUA - universidades fundadoras - e outros países). Disponível <http://www.crl.edu>. Acesso em: jan. 2009.

de bordo das embarcações para a Ilha das Flores." Como vemos, além da pobreza, a saúde era um caso de polícia.

A elaboração dessas listas permitia, ainda, à Chefia de Polícia, identificar a prática da policia de alguns Estados, "de deportar para esta Capital, summariamente, indivíduos absolutamente indesejáveis, vadios ou gatunos," principalmente do Norte do país.

Considerando-se que as embarcações eram o meio de transporte principal nesse período, não havendo ainda aviões em larga escala, ou, ainda, estradas que percorressem grandes distâncias, a vigilância às embarcações com o nível de controle demonstrado permitia um nível de repressão bastante satisfatório para a Polícia da época.

Não foi por acaso que Chevalier quase foi preso pela polícia ao descer de uma embarcação no Rio de Janeiro.[397] Da mesma forma, Eduardo Gomes, após a queda do avião na Serra do Mar.[398] Após a queda, tendo conseguido pousar de modo a não se ferir, decidiu tomar um navio em direção ao Rio Grande do Sul para integrar-se às tropas de Prestes quando, ao chegar a um ponto de escala do navio, em Florianópolis, foi reconhecido e preso. O reconhecimento era facilitado pela lista de passageiros, mas, como os revoltosos se utilizavam sempre de várias identidades falsas, e como a Chefia de Polícia pretendesse tornar conhecidos dos agentes, determinados indivíduos que se configuravam em "uma ameaça à ordem pública," outra providência foi tomada:

> Esta chefia, no sentido de melhorar a vigilância a bordo, procura tornar conhecidos dos investigadores os indivíduos embarcados sob a acção da policia, ou facilitando o seu conhecimento pessoal, ou por meio de boas photographias.[399]

Já em 1930, poucos meses antes da Revolução, encontramos nos Relatórios de Polícia Política um pedido da Delegacia Regional de Ribeirão Preto, São Paulo, de uma foto de Siqueira Campos à Polícia Civil do Distrito Federal.[400]

---

[397] Cf. CHEVALIER, Carlos. **Memórias de um Revoltoso ou Legalista?** 1922-1926. Rio de Janeiro: Estabelecimento Graphico Nictheroy, 1925.

[398] Em meio à Revolta de 1924 decidiu bombardear o Palácio do Catete e jogar panfletos sobre a cidade do Rio de Janeiro informando o que se passava em São Paulo, mas o avião cai. Ao saber da revolta no Rio Grande toma um navio, mas é preso em Santa Catarina.

[399] Documento de Ordem do Dia da Polícia Militar do Distrito Federal escrito no Relatório do Chefe de Polícia do Distrito Federal, o Marechal Manoel Lopes Carneiro da Fontoura e transcrito pelo Ministro da Justiça e Negócios Interiores, João Luís Alves, em seu Relatório anual, de 1922-1923, ao Presidente da República. CENTER FOR RESEARCH LIBRARIES (Consórcio internacional de pesquisa independente de cooperação entre universidades, livrarias e arquivos dos EUA - universidades fundadoras - e outros países). Disponível <http://www.crl.edu>. Acesso em: jan. 2009.

[400] Relatório da Polícia Civil do estado de São Paulo à Polícia Política do Distrito Federal, de 16-02-30. ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. APERJ. DESPS. Arquivo da Polícia Política, Antonio Siqueira Campos, notação 219, 1924-30.

Esse tenente nunca fora alcançado pela polícia. Fugiu na ocasião do primeiro habeas corpus concedido aos revoltosos de 1922, em janeiro do ano seguinte.[401] Retornaria a viver no Brasil, sempre em situação de clandestinidade, no Rio ou em São Paulo, para conspirar ou rever a família, depois de longo período no exílio e em combate na Coluna Miguel Costa-Prestes. Em algumas ocasiões utilizava-se de um sítio de seu irmão, Raymundo Pessôa Siqueira Campos, em Campo Grande, onde se reuniam revoltosos conhecidos, para conspirar e rever familiares.[402]

A 4ª Delegacia de Polícia Política era oriunda do Corpo de Investigações e Segurança Pública,[403] criado em 1907, com a finalidade de prevenção, investigação e vigilância policial. Foi substituído, em 1920, pela Inspetoria de Investigação e Segurança Pública,[404] sendo, esta última, transformada em 20 de novembro de 1922,[405] na 4ª Delegacia Auxiliar de Polícia Política, pelo presidente Arthur Bernardes, assim que iniciou seu governo, como já foi dito. Surgia, no Brasil, o primeiro órgão responsável, especificamente, pela repressão dos movimentos sociais, com uma seção diferenciada, a Seção de Ordem Política e Social.[406] Esta Seção deveria zelar pela "segurança interna da República, empregar os meios preventivos à manutenção da ordem, assegurar o livre exercício dos direitos individuais, desenvolver a

---

[401] Cf. Relatórios dos Ministros. ARQUIVO HISTÓRICO DO EXÉRCITO. AHEx. – Divisão de História Militar – Coleção Estado maior do Exército. Série: Estado Maior. Sub-série: Inquéritos. Período: anos 1920-1930. Estante: I-24 – Prateleira: 04, Número: 7.552.Relatório do Ministro da Guerra 1922/23. Rio de Janeiro, 2009.

[402] Entrevista a mim concedida por Natalina Santos Rebello, filha adotiva de Raymundo Pessôa Siqueira Campos, irmão do oficial Antonio Siqueira Campos. Rio de Janeiro, mar. 2009.

[403] Decreto n.º 6.440, de 30 de março de 1907. Relatórios do Ministro da Justiça. CENTER FOR RESEARCH LIBRARIES (Consórcio internacional de pesquisa independente de cooperação entre universidades, livrarias e arquivos dos EUA - universidades fundadoras - e outros países).

[404] Decreto Legislativo n.º 4.003, de 7 de janeiro de 1920, regulamentado pelo Decreto n.º 14.079, de 25 de fevereiro de 1920. Relatórios do Ministro da Justiça. CENTER FOR RESEARCH LIBRARIES (Consórcio internacional de pesquisa independente de cooperação entre universidades, livrarias e arquivos dos EUA - universidades fundadoras - e outros países).

[405] Decreto 15.848. Relatórios do Ministro da Justiça. CENTER FOR RESEARCH LIBRARIES (Consórcio internacional de pesquisa independente de cooperação entre universidades, livrarias e arquivos dos EUA - universidades fundadoras - e outros países).

[406] O Chefe de Polícia, no relatório anual de 1911, sugeria ao Ministro da Justiça e Negócios Interiores que o Corpo de Investigação e Segurança Pública – a unidade de investigação civil criada em 1907 – deveria ser dividida em oito seções, incluindo uma de "ordem social" para proteger direitos individuais e a ordem política. Além desta, seria criada e uma "seção especial", para qualquer tipo de serviço que pudesse ser necessário ao Chefe de Polícia. Em 1915, a Inspetoria de Investigação e Capturas foi estruturada em dez seções. *"Em 1917 ela tinha 206 homens em serviço, embora a sua lei de organização previsse apenas 80. A "seção especial" sugerida em 1911 nunca foi criada, mas a "ordem social" foi teoricamente dividida em duas seções: "ordem social" e "segurança pública"."* Por economia de pessoal essa separação permaneceu apenas no papel, *"ficando em 1917 um grupo composto de um comissário e sete agentes encarregado da segurança pública e da ordem social.* Sua função como Polícia Política era vigiar os anarquistas, socialistas e outros que atentassem contra a ordem e somente em 1916 produziram, para os arquivos da polícia fichas sobre 1843 pessoas. "*A seção era ainda muito pequena, mas certamente sua importância foi crescendo com o passar dos anos. A Inspetoria recebeu uma nova organização em 1920, desta vez por decreto presidencial. Deveria ser composta por 237 homens divididos por oito seções com a ordem social e a segurança pública mantidas juntas, reconhecidas como uma só função. A seção de ordem pública e social mereceu um status distinto das demais. Enquanto todas as outras eram subordinadas a um dos três sub-inspetores, a seção de ordem pública respondia diretamente ao Inspetor."* BRETAS, Marcos Luiz. Polícia Política no Rio de Janeiro dos anos 20. **Revista do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro**, nº 3, outubro de 1997, p. 30.

máxima vigilância contra as manifestações ou modalidades anárquicas e agir prontamente com relação à expulsão de estrangeiros perigosos."[407]

O regulamento que criou a 4ª Delegacia Auxiliar, uma delegacia de polícia política, reformava o que regulamentava a Polícia Civil anteriormente.[408] Subordinou o Gabinete de Identificação e Estatística, o Gabinete de Serviço Médico Legal e o Gabinete de Investigações e Capturas, ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores, significando, estes dois últimos, o embrião de uma polícia técnica. Em seguida, a estas providências, seria elaborada uma proposta de profissionalização da carreira policial, prevendo a criação de uma Escola de Polícia.

Além dessas alterações, o decreto presidencial, de 20 de novembro de 1922, modificou o decreto anterior, que determinava que a Chefia deste setor policial fosse exercida apenas por bacharéis em Direito, conforme relatei no início deste sub-capítulo. Isso permitiu que, em 28 do mesmo mês e ano, assumisse a Chefia de Polícia do Distrito Federal um militar do Exército, o Marechal Manoel Lopes Carneiro da Fontoura, o homem que ocuparia, na história, o papel de maior perseguidor dos militares revoltosos.[409] Assumia o cargo, justificando não ser lícito "declinar do convite" que recebia em "circumstancias excepcionaes, mal refeita que se encontrava a Nação do profundo abalo que soffrera devido á grave crise política, tão lamentavelmente objectivada na ultima tentativa de anniquilamento da ordem constitucional."[410] Referia-se, o Marechal, ao levante militar ocorrido em 1922.

---

[407] Lei 4.743, de 31/10/1923. SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. Os porões da república: a Colônia Correcional de Dois Rios entre 1908 e 1930. **TOPOI**, v. 7, n. 13, jul. - dez. 2006, p. 445-47.

[408] Referente ao decreto nº 6440 de 30 de março de 1907, 1º parágrafo do artigo nono. Documento de Ordem do Dia da Polícia Militar do Distrito Federal escrito no Relatório do Chefe de Polícia do Distrito Federal, o Marechal Manoel Lopes Carneiro da Fontoura e transcrito pelo Ministro da Justiça e Negócios Interiores, João Luís Alves, em seu Relatório anual, de 1922-1923, ao Presidente da República. CENTER FOR RESEARCH LIBRARIES (Consórcio internacional de pesquisa independente de cooperação entre universidades, livrarias e arquivos dos EUA - universidades fundadoras - e outros países). Disponível <http://www.crl.edu>. Acesso em: jan. 2009.

[409] Ocupou o lugar de Geminiano Franca nomeado Ministro do Supremo Tribunal Federal e de seu substituto interino Dr. Carlos de Faria Souto, que já havia sido delegado da 1ª Delegacia de Polícia Política. CENTER FOR RESEARCH LIBRARIES (Consórcio internacional de pesquisa independente de cooperação entre universidades, livrarias e arquivos dos EUA - universidades fundadoras - e outros países). Disponível <http://www.crl.edu>. Acesso em: jan. 2009.

[410] Documento de Ordem do Dia da Polícia Militar do Distrito Federal escrito no Relatório do Chefe de Polícia do Distrito Federal, o Marechal Manoel Lopes Carneiro da Fontoura e transcrito pelo Ministro da Justiça e Negócios Interiores, João Luís Alves, em seu Relatório anual, de 1922-1923, ao Presidente da República. CENTER FOR RESEARCH LIBRARIES (Consórcio internacional de pesquisa independente de cooperação entre universidades, livrarias e arquivos dos EUA - universidades fundadoras - e outros países). Disponível <http://www.crl.edu>. Acesso em: jan. 2009.

2.4 A 4ª delegacia de polícia política

Na 4ª Delegacia, sob as ordens do Delegado Carlos Reis, o suplício dos presos se iniciava pelo isolamento. Se alguém da família procurasse um preso necessitaria de alguma influência junto aos funcionários, pois as informações mais simples, eram sonegadas e as respostas ríspidas eram o resultado obtido diante de qualquer pergunta. Caso tivessem algum tipo de influência junto a algum delegado, ou funcionário de polícia, o familiar, ou amigo, também seria desviado de seu intento, ouvindo uma afirmativa de que "este está complicadíssimo," ou que está preso "por ordem do chefe de policia." Tudo era feito para demovê-lo de seu intento intercessor, até que meses se passassem, sem que a família ou o próprio preso tivessem notícias um do outro. Se se conseguisse, após "inenarráveis peripécias," uma audiência com a chefatura policial, dir-se-ia que a "ordem é de um marechal", ou do Ministro da Justiça, João Luís Alves. Ainda assim, se o parente, ou amigo, insistisse, conseguindo transpor assessores, cartas, permissões e toda uma burocracia intencionalmente criada para impedir acesso ao prisioneiro, e conseguisse ser recomendado por alguém, chegando à presença do Ministro, não conseguiria seu intento. Ser-lhe-ia dito que havia um engano e que esse nome não figurava nas listas daquele ministério, tendo sido, provavelmente, o preso, recolhido por ordem do Catete.

Após toda essa peregrinação, era normal que essa pessoa entrasse para o rol de suspeitos, podendo, por isso, receber ordem de prisão:

> Há, todavia, casos que resolvem-se rapidamente.
> Quando o amigo, que acaba de pedir a liberdade do suspeito, transpõe porta da Central, para ganhar a rua, é detido e vai para o calabouço, entrando ahi um amigo por quem intercedera e ao qual então refere a dolorosa e triste aventura.[411]

Themístocles Brandão Cavalcanti advogado dos oficiais revoltosos, desde 1922, chegou a ser preso por defender de modo tão veemente os revoltosos. Esclarecimentos mais aprofundados acerca do episódio não foram encontrados nas fontes, embora transpareça ter sido por breve período, conforme mencionado em carta por Eduardo Gomes:

> Soube que você andou passando uns tempos na Detenção, mas que 'por falta de provas' foi solto.[412]

---

[411] DIAS, Everardo. **Bastilhas Modernas:** 1924-1926. São Paulo: Obras Sociais e Literárias, 1926, p. 18.

[412] Carta de Eduardo Gomes, do presídio Hospedaria dos Imigrantes, em São Paulo, para Temístocles Brandão Cavalcanti em 14/01/25. FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. FGV. CPDOC. Arquivo Temístocles Brandão Cavalcante. TBC 25.01.14. Rio de Janeiro, 2009. Essa carta consta, no arquivo do CPDOC – FGV, como tendo sendo sido remetida da Ilha de Trindade, contudo este oficial só foi enviado para desterro nesta ilha em 1926.

Ou mesmo de acordo com dados biográficos[413] do advogado:

> Em 1924, chegou a ser preso por sua atuação na causa. Ao sair da prisão, impetrou habeas-corpus em favor de quase cem oficiais que também haviam participado dos eventos de 1922, e que se encontravam indevidamente presos na Casa de Correção, uma vez que essa instituição não era prisão militar nem se destinava aos acusados de crimes políticos. Em resposta, Bernardes baixou um decreto considerando a Casa de Correção uma prisão política; ainda assim, o habeas-corpus foi concedido, e no mesmo dia os oficiais foram transferidos para outro local.[414]

Era tão comum esse tipo de arbitrariedade que o *Correio da Manhã*, de 20/11/1928 ironiza a ação policial, quando agentes, por engano, prendem Amâncio Tito Siqueira Campos, irmão de Antonio Siqueira Campos, o tenente revoltoso, que morava num sítio no interior de São Paulo e nunca se envolvera com nenhuma atividade rebelde[415]:

> **Quem tiver barbas à Luis Carlos Prestes ou à Siqueira Campos, ponha-as a baixo se não as quiser por de molho.**
> Amâncio de Siqueira Campos morava em Guarulhos com a sua esposa e uma filhinha de seis meses em um sítio. No dia 18/11/28 foi preso quando levava adubo em seu carro para o seu sítio. Encaminhado á Delegacia de Ordem Política e Social DOPS, permaneceu incomunicável até às 3 da tarde, quando o delegado Ibrahim Nobre reconheceu o equívoco: em virtude de sua barba grande, sua semelhança com Siqueira era impressionante. Amâncio tinha há mais de uma semana a casa vigiada, além de lhe seguirem todos os passos. Como se vê, as autoridades andam assombradas por aqui.[416]

Na 4ª Delegacia podia-se observar com freqüência a tentativa da Polícia Política esconder os prisioneiros, por serem prisões ilegais, como foi o caso de Emígdio Miranda, preso na Rua 7 de setembro. Ex-aluno na Escola Militar do Realengo, denunciado por um, também, ex-aluno e "atual" investigador, de nome Lara Lage, foi levado para a 4ª Delegacia Auxiliar de Polícia Política. Ficou incomunicável, embora não existisse nenhum processo contra ele. Devido à ilegalidade de sua prisão, negavam que ele lá estivesse. Emígdio Miranda combatera nas tropas sublevadas da EMR, tendo sido, depois, passado para tropa e desligado do Exército. A partir daí ficou exilado junto a vários oficiais e, em 1924, combateu em São Paulo. Após a chegada em Foz do Iguaçu, desceu com o coronel João Francisco unindo-se à Coluna Prestes. Foi preso em Mato Grosso, poucos dias antes da Coluna internar-se na Bolívia, tendo lá ficado por 8 meses, ao fim dos quais, veio para o Rio, nesta ocasião que

---

[413] Dicionário Histórico Biográfico. FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. FGV. CPDOC. FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. FGV. CPDOC. Disponível em: <http//:www.cpdoc.fgv.br/>. Acesso em: set. 2009.

[414] Isso faria da Detenção, anos depois transformada em Penitenciária Milton Dias Moreira, conhecida dos presos por P.P. (Presídio Político) o cárcere de muitos prisioneiros políticos durante a ditadura militar no Brasil(1964-1985).

[415] Entrevista a mim concedida por Maria Lucila Siqueira Campos, filha de Raymundo Pessôa Siqueira Campos, irmão de Antonio Siqueira Campos. Rio de Janeiro, 15/09/2008.

[416] Jornal *Correio da Manhã*, 20/11/28. ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. APERJ. DESPS. Arquivo da Polícia Política, Antonio de Siqueira Campos, notação 219, 1924-30.

relato, na qual, foi preso. Os jornais afirmam ser mais uma façanha da Polícia Política, porque o investigador "Lara se presta a esse servicinho, por ser um delator conhecido."[417]

O General Augusto Ximeno de Vileroy também aparece nos relatórios da Polícia Política, preso na 4ª Delegacia, dias antes de sua condenação.

> [...] logo após a condenação ao art. 107, foram apresentados no dia 28-04-28, os Generais. Augusto Ximeno de Vileroy e José de Oliveira França (que se achava preso na Delegacia de Política Política), ao Ministro da Guerra e o Major Raimundo Nonato Lopes de Menezes ao Comandante da 1ª Região Militar. [418]

Somente após a condenação é levado para um quartel, já tendo passado por diversas outras prisões, desde 1922.

> Exmo. Snr. Chefe de Polícia do Distrito Federal
> Tenho a honra de apresentar a V. Ex. o Exmo. Snr. General Augusto Ximeno de Vileroy ao quartel do 1º Grupo de Artilharia Pesada de São Cristovão, onde o General ficará preso. Reitero a V. Ex. os protestos de minha elevada consideração e estima. Saúde e fraternidade. Octavio de Azevedo Coutinho (General div.)[419]

Ao chegar nesta Delegacia, o prisioneiro detinha-se diante de um universo diferenciado do mundo exterior. Dentro da cela, um mundo de códigos. Falava-se com os olhos, com gestos mínimos e com economia de palavras, com linguagem breve, imperativa. Algumas palavras representavam códigos e alguns gestos simples, como passar um cigarro, podiam encobrir a passagem de um bilhete, uma carta, ou uma navalha.

A exploração do prisioneiro era outro problema a ser enfrentado. Além de tudo ser caríssimo na prisão, na 4ª Delegacia o dinheiro pedido pelo preso aos familiares, quando chegava às mãos de seu dono tinha seu valor reduzido pela metade. Ao passar pela carceragem outros 10% se perdiam. Aterrorizado por outro preso que desejasse se aproveitar de sua situação - os chamados "piratas" - podia lhe ser dito, por exemplo, que iria descer para a geladeira no dia seguinte, com o intuito de induzi-lo a dar dinheiro ao carcereiro para evitar a transferência. Ao chegar às mãos do preso, o "pirata" terminava por ficar com grande parte do que o primeiro possuía. Nesse ambiente, a ansiedade e nervosismo atingiam o prisioneiro a

---

[417] Jornal *Correio da Manhã*, 20/11/28. ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. APERJ. DESPS. Arquivo da Polícia Política, Antonio de Siqueira Campos, notação 219, 1924-30. *O Globo* 29/11/28; *A Vanguarda* 3/12/28; *O Jornal*; 30/11/28; *Diário Carioca* 30/11/28. Arquivo da Polícia Política, Emígdio Miranda. Notação 507.

[418] Prontuário 15.398 da Polícia Política do Distrito Federal. Documento do Ministério da Justiça e Negócios Interiores para Polícia Civil do Distrito Federal. ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. APERJ. DESPS. Arquivo da Polícia Política, Augusto Ximeno de Villeroy, notação 251, 1924-42.

[419] Documento da 1ª Região Militar 28 de abril de 1928 n. 45 - Estado Maior 2ª seção, ao Exmo. Snr. Chefe de Polícia do Distrito Federal. ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. APERJ. DESPS. Arquivo da Polícia Política, Augusto Ximeno de Villeroy, notação 251, 1924-42.

um nível indescritível. Minutos transformavam-se em horas, horas em dias, dias em anos. A confusão mental era agravada ao ouvirem as conversas sobre a tortura.

> [...] descripções apavorantes da geladeira, de espancamentos a borracha, de palmatoadas, de longas estadias a pão e agua, em furnas ignotas, do xadrez dos malandros onde se bate e rouba com requintes de malvadez – o preso vai a pouco e pouco perdendo o gênio alegre e confiante e a prostração, que se segue ás grandes emoções, começa a tomar posse daquele organismo, abatendo-o até a cobardia. Julgando-se perdido, anseia a liberdade a todo custo.[420]

O pavor dos presos diante da possibilidade de ser levado para a geladeira devia-se ao fato de suas instalações atentarem contra a integridade física de todos os presos. Essa cela ficava num corredor interno dos fundos da delegacia. Media de 8 a 10 metros e possuía um piso ladrilhado que servia de cama aos prisioneiros. Nada do mundo exterior chegava aos prisioneiros deste lugar. Sequer era permitida a entrada de jornais para que pudessem distrair-se daquele ambiente ferino, que chegava a ter, em alguns períodos, uma população de 40 a 190 presos. Nos momentos de superlotação, dormiam de pé, encostados uns aos outros. Se fossem traídos pelo sono e caíssem eram acordados com agressões. A aglomeração, na pequena sala, chegava a obrigar o carcereiro a empurrar o indivíduo que acabava de chegar para a cela "a coice de arma" para "aferroalhar a grossa porta de grades" sobre suas costas.[421]

Na Delegacia de Polícia Política de São Paulo as coisas não eram muito diferentes. Certa vez, estando a polícia receosa da presença de revoltosos em São Paulo, ainda sobressaltada com a última revolta paulista, houve uma denúncia sobre a presença de rebeldes em um apartamento à rua Bueno de Andrada. Há muito eles passavam por lá, sem que a polícia conseguisse prendê-los, tendo, inclusive, uma vez, Miguel Costa sido visto numa loja chamada Casa Kosmos fazendo compras. Desta vez, "os policiaes, por medo, ou por respeito do valoroso chefe, não ousaram prender o distincto patriota, comquanto tivessem tido a lealdade de comunicar o caso ao delegado." Este último, teve uma reação inusitada. Avançou sobre os dois policiais e esbofeteou os dois "secretas".[422]

Mas, como dizia anteriormente, foi feita uma denúncia em relação a um apartamento, onde provavelmente, Siqueira Campos, Miguel Costa e até Luiz Carlos Prestes tinham estado em São Paulo, enquanto os "scarpias" dormiam..."[423] Os jornais, como sempre defendiam os

---

[420] DIAS, Everardo. **Bastilhas Modernas:** 1924-1926. São Paulo: Obras Sociais e Literárias, 1926, p. 21-2.

[421] Ibid., p. 24 e 25.

[422] Jornal *Diário Nacional*, São Paulo, de 10/01/30 e *Correio da Manhã* de 11/01/30. ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. APERJ. DESPS. Arquivo da Polícia Política, Antonio de Siqueira Campos, notação 219, 1924-30.

[423] Ibid.

revoltosos e criticavam veementemente a polícia e seus métodos, bem como a delação de alguns:

> **A DELAÇÃO DE TODOS OS TEMPOS**
> Individuos há capazes de todas as baixezas, desde que tenham um resultado eleitoral immediato. Victima de um desses desclassificados foram os briosos militares.[424]

Vigiavam dia e noite em busca de alguma pista. Essa era uma característica da polícia política, nesse período. Seguiam os passos pelas ruas, lojas, vigiavam suas casas, seu trabalho, entre outros lugares:

> **A VIGILANCIA SEVERA**
> O delegado da Ordem Politica e Social (...) passou a exercer severa vigilância sobre o prédio da rua Bueno de Andrada, destacando para ali os seus mais experimentados auxiliares. Estes estabeleceram uma permanente 'campana', indagando, também, da vizinhança, dos costumes dos moradores do prédio vigiado, do numero exacto destes, enfim, colheram todas as informações consideradas precisas para o assalto.[425]

Depois de inúmeros fracassos, razão provável da irritação do delegado, essa foi uma das poucas vezes que conseguiram prender alguns oficiais:

> [...] quatro officiaes revolucionários... alugaram o prédio nº 101 da rua Bueno de Andrada, ali fixando residência. Para maior garantia, trataram esses corajosos officiaes incluírem-se nas listas eleitoraes do P. R. P., alistados com nomes trocados, por intermédio de um centro político a serviço da candidatura do sr. Julio Prestes. [...] Ante-hontem, á noite, um amigo dos officiaes revolucionários foi visital-os. [...] Sahindo de casa, desceram pelas ruas Octavio Gomes, Conselheiro Furtado até a rua da Gloria, sendo seguidos, no entanto, por dois agentes de policia – um mulato gordo e um moço bem vestido. Antes de chegar á rua da Gloria foram abordados pelos secretas e intimados a comparecer perante o dr. Laudelino de Abreu, delegado da Ordem Politica e Social. Afim de não trahir sua qualidade de revolucionários promptificaram-se a exhibir aos agentes os seus documentos, que eram, principalmente, as cadernetas de eleitores 'perrepistas'. Pensaram, assim, despistar os policiaes. Ao levar a mão ao bolso para tirar a prova de identidade, pensando os inspectores que elles iam reagir, fizeram fogo contra o rapaz que ia em companhia do major Emigdyo de Miranda. Este, ante o ataque, reagiu engalfinhando-se com um dos secretas, ao mesmo tempo que o seu companheiro, empunhando uma arma de grosso calibre, fez fogo sobre o outro policial, que é o de nome João Abreu e Silva, ferindo-o gravemente no ventre. Emquanto se desenrolava a lucta tremenda surgem á frente da casa suspeita, vários caminhões pejados de soldados de policia que (iam?) cercar a residência dos revolucionários. Os soldados que acorreram aos estampidos, iniciaram, então, terrível fuzilaria contra os dois perseguidos. [...] Cessado o fogo, que foi ensurdecedor, conseguiram os policiaes prender o major Emigdyo Miranda, o mesmo não acontecendo com o seu companheiro, que conseguiu desvencilhar-se, fugindo. [...] O companheiro do major Emigdyo Miranda, que feriu o secreta Abreu e Silva, era o tenente Granville Bellophonte, militar que muito se destacou em 1924.[426]

Dentro da casa Djalma Dutra e Aristides Corrêa Leal, que também moravam no prédio 101 da rua Bueno de Andrada, foram presos momentos antes da prisão de Emígdio Miranda

---

[424] Jornal *Diário Nacional*, São Paulo, de 10/01/30 e *Correio da Manhã* de 11/01/30. ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. APERJ. DESPS. Arquivo da Polícia Política, Antonio de Siqueira Campos, notação 219, 1924-30.

[425] Ibid.

[426] Ibid.

da rua da Gloria. Foi "o primeiro assalto 'victorioso' da policia contra os revolucionários..." Ainda assim, foram necessários para a prisão de apenas quatro homens "vários caminhões pejados de soldados de policia", além de "dezenas de praças de infantaria, soldados de cavallaria e outros tantos secretas." [427]

Após a prisão dos três revoltosos todos foram levados para a delegacia de Polícia Política, em São Paulo, onde permaneceram por algum tempo.

> Aquelle delegado Laudelino de Abreu, de São Paulo, é muito habil nas emboscadas. Quando falei com elle tratou-me muito bem. Mas mandou-me levar para a cadeia e ahi é que eu pude ver quem elle é. Metteram-me, por ordem sua, em uma das peores cellas de dispõe a central de policia. E' um cubículo pequeninissimo que não dá espaço nem para a gente se deitar. Todo nu. Nem um jornal para servir de abrigo á gente. E para não contrastar com ambiente, exigiram também que eu tirasse a roupa.
> - Você vae entrar para ahi, disse-me brutalmente o carcereiro; mas primeiro tem de tirar a roupa. Resisti. Reagi. Tive de luctar. Mas elles acabaram dominando-me entrem muitos. Um pega-me pelo pescoço, outro pelos braços, outro segura-me as pernas; e assim tiram-me a roupa. (...) Passei naquelle cubiculo até duas horas da madrugada. Depois passaram-me para outro, devolvendo-me a roupa. Nunca mais fui interrogado. E assim mesmo tive sorte, porque o Aristides soffreu mais. Elle nem podia ficar no chão. Atiravam água na cella em que o metteram para não o deixarem em paz. Elle tinha que se empoleirar em uma elevação para não pisar horas inteiras num molhado.
> O Tenente Aristides Corrêa Leal, que ali também se achava, confirmou:
> - Atiravam água e gritavam, interveiu o jovem offical veterinário, gritavam: 'Vocês são peores do que anarchistas. Vocês são uns bandidos.'
> E emquanto eu estava sem roupas naquelle cubículo, tornou o Tenente Dutra, ainda queriam que confessasse quem eu sou: - Confesse que você é o Tenente Dutra. Respondi-lhes que não podia confessar-lhes nada, nem tratar com elles emquanto não me devolvessem as minhas roupas. Um homem naquellas condições não póde dizer que é official do Exercito. Elles queriam humilhar-me, submetter-me a um vexame. Estão convencidos que o mundo vae se acabar. Ou então pensam que a gente se esquece de certas coisas. Mas aquelle delegado está muito enganado.[428]

Em 1925, os senadores Moniz Sodré e Barbosa Lima iniciaram uma campanha na qual denunciavam, a partir do depoimento de prisioneiros, que lhes enviaram cartas, os abusos cometidos pelos representantes da lei. Representantes do governo diziam ser necessário que os denunciantes abandonassem o campo das divagações imprecisas, passando a uma demonstração de suas afirmações, no tocante àquilo que consideravam "sofrimentos cruéis e torturas brutaes" de que eram "victimas, nesta capital, os detentos politicos". Para tanto, afirmavam trazer ao plenário "provas testemunhaes e documentos de algumas dessas barbaridades, que hão de transir de espanto e quiçá de horror, os espíritos mais calejados na sua indiferença pelas desgraças humanas". Apresentavam para seus debatedores um maço de papéis, a maioria cartas de prisioneiros que, embora se colocassem ao inteiro dispor das

---

[427] Jornal *Diário Nacional*, São Paulo, de 10/01/30 e *Correio da Manhã* de 11/01/30. ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. APERJ. DESPS. Arquivo da Polícia Política, Antonio de Siqueira Campos, notação 219, 1924-30.

[428] Jornal *Diário da Noite* de 15/01/30. ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. APERJ. DESPS. Arquivo Polícia Política, Djalma Dutra, notação 487, 1928-30.

autoridades para prestarem esclarecimentos, Moniz Sodré decidiu preservar suas identidades, temendo por sua integridade. Numa das cartas há o testemunho das incontáveis mortes na geladeira onde passavam "os mais fantásticos horrores".[429]

O Sargento Aldobrantino Chaves Segura, preso por envolvimento na Conspiração Protógenes,[430] afirma que esteve preso "em uma humida cela" do 2º Regimento de Infantaria por oitenta e cinco dias. Sem ar e sem luz e a pão e água por quase três meses, quase não podia andar. Em 23/02/25, foi excluído do Exército, sendo mandado apresentar-se à Polícia.[431] Foi transferido para a 4ª Delegacia de Polícia Política,[432] onde deu entrada na "geladeira" e passou nesta cela mais 56 dias. Depois desses meses foi para a Detenção. A descrição de um prisioneiro[433] que foi testemunha de sua chegada revelava que "era um espectro humano, incapaz de dar três passos."

Pedro de Góes Tojal, outro Sargento, envolvido na mesma conspiração de Aldobrantino, tendo sido excluído do Exército e entregue à Polícia Política, também passou dois meses no mesmo Regimento a pão e água, indo, em seguida, para a Detenção, na mesma época de seu companheiro de farda. Além desses, e compartilhando das mesmas adversidades, estava o sargento Osman Seabra de Bonfim, cujo estado de saúde também era grave e foi testemunhado por seus companheiros quando foram ao sumário de culpa, que escreveram mais tarde ao Senador Moniz Sodré.[434]

> Nesta carta há referencia a um desgraçado que já faleceu, cujo estado de miséria física e orgânica não só eu presenciei, como todos que estavam lá no primeiro dia de inquérito, no sumario de culpa. Foi uma scena verdadeiramente trágica: entrava macilento, esquelético, trôpego, roupas dançando no corpo, um rapaz imberbe. Perguntaram-lhe o nome. Não era possível ouvir-lhe a resposta. A sua afonia era extrema. Era uma das victimas da **benignidade** do sitio actual. Havia passado 45 dias em um desses túmulos de enterrados vivos, muitos deles sem comer e sem beber, sinão pão e café, e alguns outros em completa abstinência. Em 45 dias perdera 28 quilos; entrou jovem cheio de nobres esperanças; sahiu de lá para morrer de tuberculose galopante, adquirida por entre os martírios da sede, da fome e da asfixia.
> [...] V. ex. teve a ocasião de ver, no Juizo da Primeira Vara Federal, o estado de debilidade a que estava reduzido um dos denunciados hoje falecido, segundo fui informado... Benignidade! Era de se ver o estado em que chegavam á Casa de Detenção os presos políticos que tinham tido a infelicidade de demorar na policia...

---

[429] DIAS, Everardo. **Bastilhas Modernas**: 1924-1926. São Paulo: Obras Sociais e Literárias, 1926, p. 187.

[430] Assim denominado o levante da Marinha em 1924, no Rio de Janeiro. Protógenes era o nome do líder da revolta, que foi preso dias antes, tendo assumido seu lugar Hercolino Cascardo.

[431] Relatórios dos Ministros de 05/12/25. ARQUIVO HISTÓRICO DO EXÉRCITO. AHEx. – Divisão de História Militar – Coleção Estado maior do Exército. Série: Estado Maior. Sub-série: Inquéritos. Período: anos 1920-1930. Estante: I-24 – Prateleira: 04, Número: 7.552.Relatório do Ministro da Guerra 1922/23. Rio de Janeiro, 2009.

[432] Também chamada na época por Polícia Central ou Central de Polícia.

[433] Carta de um prisioneiro ao Senador Moniz Sodré, apud DIAS, op. cit., nota 429, p.189.

[434] Ibid. p.189-200.

> [...] Lembra-se v. ex. que esse desgraçado servidor da Patria, ao comparecer para ser qualificado como denunciado no processo da chamada conspiração Protogenes, surgiu como um fantasma, esqueletico, com palidez cadavérica, sem forças para se mover, nem siquer para poder falar. O tétrico quadro impressionou a todos, inclusive ao juiz, inclusive ao procurador criminal, quando, por piedade cristã, v. ex. e eu nos acercamos dele para levar-lhe um pouco de conforto moral.
> Quer v. ex., quer eu, o víamos pela primeira vez, mas teria sido um crime, si não tivéssemos procurado amparal-o naquele momento em que ele se via, depois da tortura sem conta, levado á barra do tribunal. V.ex. ofereceu-se para ser o seu advogado, pois o misero não tivera a quem recorrer, e eu, que pude ficar mais tempo ao seu lado, ouvi-lhe a descrição dos sofrimentos por que passara, depois de preso, e aquela voz sumida, como que vinha já de alem tumulo, era o mais forte anátema contra os seus algozes. Tinha chegado áquele lastimável estado, porque o haviam encarcerado durante 45 dias em uma solitária, sem ar e sem luz, tudo em obediência ás ordens de um sr. major Sarmento.
> A crueldade chegara ao ponto de deixarem-n'o durante cinco dias a fio sem receber alimento! Cinco dias sem comer! Horrivel e que esquecimento! Esquecem-se as autoridades de alimentar os presos, dias consecutivos, e depois o "leader" do Governo no Senado vem dizer que eles são tratados com benignidade!! Que irrisão!...
> Apesar de, como já disse, não o conhecer nem (presenciar a situação) sem alimento e tal se dera, como lhe disseram depois, **por esquecimento**, quando de uma feita ficou sua família, fui visital-o no Hospital de S. Sebastião, para onde afinal havia sido removido, já ás portas da morte, depois dos maos tratos que recebera. Solicitei de enfermeiros e serventes um pouco de carinho para com aquele infeliz brasileiro, victima da **benignidade** do Governo. Da vez seguinte que lá voltei, já o seu leito estava vazio: havia falecido.
> Libertara-se assim da ferocidade dos homens **benignos**, porque Deus o chamara para junto de si para, com a sua infinita bondade, recompensar o sargento Osman Severo do Bomfim, de tudo quanto havia feito para a salvação da sua Patria.
> Como contribuição á resposta que v.ex. vae dar ao sr. Senador Bueno Brandão, que ousou dizer em pleno Senado da Republica que os presos políticos só tem tido somente a benignidade do Governo, permito-me de relembrar a v. ex. a dolorosa scena a que assistimos, na primeira sessão do sumario de culpa, passada com o infeliz ex 1º sargento Osman Severo de Bomfim.
> O nome desse desgraçado póde ser dado, porque é um dos taes que sairam das masmorras para o tumulo, que já se libertaram pela morte de todos os sofrimentos terrenos. Ele estará hoje, sr. presidente, recebendo da infinita justiça de Deus, a recompensa dos suplícios que lhe infligiu na terra a crueldade dos homens, a serviço desse Governo **benigno** que tem levantado esse clamor da consciência nacional nessa situação de revolta... [435]

Muitos morreram depois de sair da Polícia Central, como era chamada a 4ª Delegacia de Polícia Política, ao passar pela Correção ou Detenção, alguns, sem sequer serem notados, simplesmente desfaleciam ante aos maus tratos:

> Quando a lotação chega a esse limite, a grossa grade de ferro que toma a frente do cubículo – enche-se de corpos humanos: os mais novos trepam como podem, obrigados pelo chefe do cubículo, e ali ficam dependurados, enganchados, 12, 24 horas, até que um mais fraco despenca dali, sem forças, pernas e braços insensibilizados pela dor e imobilidade suportada...
> Certa manhan apareceu um na grade, retesado, hirto, olhos esbugalhados, boca torcida pela agonia horrenda; e dias após um outro foi retirado em estado de côma.
> Sabe-se se estão mortos ou adormecidos, pelo café da manhan, uma água escura de sabor indefinível, distribuída em canecas de folha de Flandres, velhas, furadas, ferrugentas e acompanhadas de um pãozinho.
> Como não atendem á chamada, é preciso sacudil-os e então é que se verifica que em vez de um preso, defrontam com um cadáver. Essas scenas, si não são cotidianas, também não são raras. [436]

---

[435] Carta de um prisioneiro ao Senador Moniz Sodré, apud DIAS, Everardo. **Bastilhas Modernas**: 1924-1926. São Paulo: Obras Sociais e Literárias, 1926, p.189-200.

[436] Ibid, p. 25-6.

A lotação devia-se a prática policial de prender qualquer homem que fosse encontrado a partir de determinada hora circulando por ruas, bairros ou subúrbios da cidade, considerados suspeitos. Estes, criminosos ou não, eram vítimas das "canôas", as prisões em massa.

> Cidadãos são arrancados das mesas dos cafés ou de dentro dos automóveis. Nos subúrbios ou bairros suspeitos da cidade, são caçados mendigos, vadios, invertidos, desocupados, malandros, pequenos negociantes, caixeiros, etc., seja quem for que tenha a desgraça de passar na hora do cerco; seja velho ou moço, são ou doente, aleijado ou perfeito, limpo ou sujo. Todos esses malaventurados são levados para a Polícia Central e despejados na carceragem ou na geladeira, aos magotes de vinte ou trinta. Dahi são remetidos para o **Campos**, o navio-inquisição, que se acha no fundo da Bahia em frente á ilha Mocanguê [...].[437]

Lima Barreto expõe sua posição como testemunha das práticas políticas de repressão pouco antes do período estudado. Embora o episódio seja antecedente ao recorte temporal, ao narrar momentos da repressão à Revolta da Vacina, nos fornece um exemplo bastante ilustrativo, da forma como atuava a polícia:

> Eis a narrativa do que se fez no sítio de 1904. A polícia arrepanhava a torto e a direito pessoas que encontrava na rua. Recolhia-as às delegacias, depois juntavam na Polícia Central. Aí, violentamente, humilhantemente, arrebatava-lhes os cós das calças e as empurrava num grande pátio. Juntadas que fossem algumas dezenas, remetia-as à ilha das Cobras, onde eram surradas desapiedadamente.[438]

Ou ao narrar, de forma irônica, seu temor em continuar um trabalho de escritor, diante da implementação do estado de sítio:

> Este caderno esteve prudentemente escondido trinta dias. Não fui ameaçado, mas temo sobremodo os governos do Brasil. Trinta dias depois, o sítio é a mesma coisa. Toda a violência do governo se demonstra na ilha das Cobras. Inocentes vagabundos são aí recolhidos, surrados e mandados para o Acre. Um progresso! Até aqui se fazia isso sem ser preciso estado de sítio; o Brasil já estava habituado a essa história. Durante quatrocentos anos não se fez outra coisa pelo Brasil. Creio que se modificará o nome: estado de sítio passará a ser estado de fazenda. De sítio para fazenda, há sempre um aumento, pelo menos no número de escravos.[439]

A incomunicabilidade na geladeira era absoluta e os espancamentos na prisão aconteciam diariamente e a toda hora. Segundo Dias, "reinam despoticamente nesse inferno polar" dois homens, o carcereiro e o chefe da cela. Esta última chefia é alcançada por antiguidade e cada chefe tem sua claque, para garantir que suas ordens sejam cumpridas de modo servil, pois se contrariadas o preso era, também, espancado, desta vez pelos próprios

---

[437] DIAS, Everardo. **Bastilhas Modernas**: 1924-1926. São Paulo: Obras Sociais e Literárias, 1926, p. 24.

[438] BARRETO, Afonso Henriques de Lima. Diário íntimo. 1956, pp. 13-4, apud PINHEIRO, Paulo Sérgio. **Estratégias da Ilusão.** A Revolução Mundial e o Brasil. 1922-1935. São Paulo: Cia das Letras, 1991, notas do 3º capítulo.

[439] Ibid, notas do 3º capítulo.

presos, diante da indiferença do carcereiro. Não havia meios de defesa diante das covardias. O preso que chegava era revistado, seu dinheiro, retirado e, se não oferecesse resistência não sofreria maiores torturas. Como vemos, a privação de liberdade não era a única pena a ser cumprida pelo prisioneiro e seu desejo de liberdade não era devido à saudades ou vontade de retomar sua vida, mas à necessidade de sair do inferno em que se encontrava, ainda com vida. Assistia-se a cenas tão abomináveis, que havia momentos em que determinadas pessoas perguntavam-se se o que viam era realidade, ou se estavam diante de uma "alucinação ou sob a influência de um pesadelo pavoroso, horripilante."[440]

Na geladeira gritava-se, ria-se, contavam-se piadas, travavam-se discussões sobre vitórias do futebol ou sambas carnavalescos; comentavam-se os crimes mais recentes, formulavam-se projetos de outros crimes, despreocupadamente, sendo dia ou noite, não sendo possível, dada a algazarra, um horário regular de sono, o que deixava os ânimos mais ainda a flor da pele. Para dormir havia que se seguir a escala. Enquanto um grupo dormia sob o piso gelado, outro ficava de pé, ou de cócoras em vigília.[441]

Ali, misturados presos políticos aos presos comuns, encontravam-se sãos e doentes, jovens e velhos, inocentes e culpados, malandros e trabalhadores, mendigos, ou, simplesmente, desempregados. Dentre os criminosos, misturavam-se desde casos de falsificação do leite e falsificação de dinheiro, até ladrões e assassinos.

As pragas de insetos e parasitas espalham-se entre os presos, assim como as doenças. Alguns estão semi-mortos. Com parecença de "massa macilenta de ossos revestida de pele e alguns farrapos em volta". Os demais, que estão em melhor situação de resistência física e psíquica também revelam o tamanho desprezo pela vida humana a que estão submetidos. Transformaram-se, também, em "figuras espectraes – seres de fundos olhos febris e imóveis. De faces encovadas, de barba intonsa e revolta, que caminham tropegamente (...). Despedem de si um odor acre, almiscarado, proveniente da falta de higiene e mudança de roupa." Todos estão doentes, não há um são sequer.[442]

Um exemplo do que podia fazer a prisão com um homem em pleno gozo de sua saúde está na história do cabo Reis.

---

[440] DIAS, Everardo. **Bastilhas Modernas**: 1924-1926. São Paulo: Obras Sociais e Literárias, 1926, p. 27.

[441] Ibid, p. 26.

[442] Ibid., p. 28-9.

Reminiscências da epopéia dos 18 de Copacabana - Após cinco anos de torturas nas bastilhas do sítio o cabo Reis morre à míngua de tratamento no hospital S. Sebastião

Na narrativa que se vai seguir, ao mesmo tempo, da ausência de sentimentos da humanidade de alguns médicos e da covardia de um apóstata que o dinheiro fácil inclui entre os "chalaças" dos grandes deste regime de falcatruas e de negociatas, de acanalhamento mental e de misérias, na narrativa, repetimos, que vamos fazer em seguida, encontramos oportunidade para relembrar o heroísmo grandioso, inédito na história dos movimentos revolucionários que a honra inspira, contra as ignonimias dos déspotas, dos 18 de Copacabana. Não há quem não exalte a arrancada romântica dos que ardiam no desejo de ver um Brasil livre e próspero. Não há brasileiro, digno desse nome que não experimente o frenesi que o patriotismo produz: ao ouvir o descritivo empolga-se dos detalhes e do desfecho da epopéia soberba e grandiosa daquele 6 de julho de 1922, que o calendário assinala como sendo a data que mais de perto fala ao culto dos brasileiros. [...] depois do 5 do mesmo mês que fazia surgir em São pulo, para continuar a obra iniciada pelos heróis do Forte, a figura de Isidoro Dias Lopes. [...] Mas o fato que nos reportamos abaixo, se tem a exaltar a sua gênese patriótica, não pode escapar, infelizmente, ao aspecto doloroso que as circunstâncias, sobrevindas ao epílogo daquela alucinação de tanta beleza, impuseram.

Entre os que foram vencidos materialmente pelos exércitos mercenários, do déspota numa luta desigual, figurava o cabo Manoel Antonio dos Reis, que se decidira, num gesto que diz muito da sua bravura e dos seu sentimentos patrióticos, acompanhar os seus superiores na caminhada para a morte.

(Nas bastilhas do Sitio) – Não compreendendo a significação da atitude do cabo Reis, os carrascos da época expulsaram-no do Exército, sepultando-o em prisões infectas, onde padeceu horrores. Findo o governo gastrônomo de Epitácio, o país rolou para as ignonimias do quatriênio de Bernardes Nas trevas do sitio, que permitiram tudo, o cabo Reis foi conservado nas bastilhas do execrado. Foi a fase aguda da sua odisséia. Um dia, já nesse governo, levantado o sitio, porque nada houvesse contra a vítima do seu próprio ideal, foi ela posta em liberdade. Mas os sofrimentos por que passou no cárcere transformaram o cabo Reis, antes um homem forte e sadio, numa criatura alquebrada e doente. Restava-lhe porém, o ânimo, um pouco do que fora naquela época. E procurou trabalho com que pudesse manter a esposa e dois filhinhos [Há uma foto dos três no jornal: Ela é uma moça, muito jovem e as duas crianças têm um e três anos no máximo], que estavam vivendo, aquela e estes, sob o amparo do seu sogro. Insulou-se nos subúrbios da Linha Auxiliar e encontrou meios de ir vivendo honestamente, anulando, com o milagre da força de vontade, os insultos periódicos da moléstia que lhe minara o organismo, no cárcere. E resistiu o quanto pode até que cedeu às exigências da febre rebelde.

Desprezado e traído por Geraldo Rocha

Nesse estado resolveu, o cabo Reis, procurar Geraldo Rocha, o argentário que traíra a causa da revolução, sujeitando-se aos caprichos do reprobo, servindo-lhe os desejos, aliciando cangaceiros para combater Prestes, até que culminou na oferta de 500 contos pela cabeça do chefe da coluna invicta. [...]. Chegando ao escritório do magnata, o cabo Reis se anunciou, no empenho de exorar, à generosidade do traidor, um pequeno auxílio. Mas o Sr., Geraldo Rocha [...] recusou-se a receber o cabo Reis. [...] Sem mais poder trabalhar e sem recursos à debelação da enfermidade, foi o cabo Reis internado no hospital da Gambôa, ficando sob os cuidados do Dr. Sinval. Mas esse médico, seguindo o exemplo do diretor daquele estabelecimento, tratava o doente mal impondo-lhe o martírio do jejum. E foi além. Sabendo que se tratava de febre palustre, diagnosticou tifo, no empenho de apressar a transferência do enfermo para outro estabelecimento. As misérias que sofreu no hospital da Gambôa agravaram o estado de saúde do denodado patriota. Já próximo da morte, mesmo assim não tocou a piedade dos médicos do hospital S. Sebastião. O processo adotado neste revelava a mesma desumanidade. E o cabo Reis morreu no dia 27 de junho. O seu enterro foi feito às espensas de seu sogro, que ainda recolheu na sua casa, tratando-os com carinho, a esposa e os filhos do herói de Copacabana. [...][443]

Tanto os revoltosos, muitos deles ainda foragidos, como Siqueira Campos, outros ainda presos em quartéis como Eduardo Gomes e suas respectivas famílias, ao saberem da morte do cabo compareceram à missa.

[443] Jornal *A Esquerda* 11/7/27. ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. APERJ. DESPS. Arquivo da Polícia Política, Antonio Siqueira Campos, notação 219, 1924-30. Grifos meus.

> **A missa do cabo Reis. Igreja de São Francisco De Paula às 9:00 h.**
> Informam que compareceram a viúva do Comandante Luís Gomes,[444] sua filha, Eduardo Gomes, Siqueira Campos, Artur Cabanas, João Cabanas, Mercedes Cabanas, Capitão Carlos da Costa Leite e esposa, coronel Sotero de Menezes, tenente Felissisimo Cardoso, e tenente Paulo Storino, tenente Raphael Guimarães, entre outros.[445]

Reis fora transferido para o Forte de Copacabana, poucos meses antes da revolta, no ano de 1921. Trabalhara na Fortaleza de São João, onde deixara a função de corneteiro recentemente, passando a exercer a função de cabo de compras. Foi transferido para Copacabana a pedido de Henrique Cunha que servira com ele e "agora" estava no Forte do Vigia, como ajudante de ordens do comandante. Pediu a Henrique Cunha o favor de interceder por ele, pois passava por problemas no Forte de São João. Henrique Cunha pediu a Siqueira Campos, que o encaminhou ao "Xirú," apelido de Euclides Hermes da Fonseca, desde criança. Este confirmou a necessidade brevemente de um corneteiro no Forte de Copacabana, pois haveria baixa do que lá servia, autorizando a transferência. Foi um dos combatentes socorridos no HCE, apenas com um ferimento no braço, seguindo depois para sua peregrinação pelas prisões do sítio. Ao sair da prisão "graças à interferência da boníssima Dª. Geni Gomes" conseguiu um emprego no *Correio da Manhã,* que lhe permitia viver modestamente, mas, tendo adoecido voltou para Alagoas. Não conseguindo se estabelecer por lá retornou, mas a falta de condições mínimas de sobrevivência nas prisões havia deixado marcas em sua saúde, bastante abalada, e não resistiu.[446]

Nesse sentido, a "Polícia Central", como também era designado o prédio da 4ª Delegacia de Polícia Política, pelos prisioneiros e pelos jornais, dava uma idéia exata do que era o governo, durante o sítio.

> Para ele [para o policial], certamente é justiça colocar-se ao lado do arbítrio, da violência e da opressão, daquele que manda e dispõe dos cofres da Nação para pagar as dedicações interesseiras, que será tudo, menos justiça. Para ele é, sem dúvida, justiça negar ao encarcerado te o essencial a sua existência – roupa e alimentação.[447]

A descrição de quem esteve preso na Polícia Política é a de que a hostilidade dos agentes complementava o sofrimento causado pelas precárias instalações do prédio da Central

---

[444] Este é o pai de Eduardo Gomes, que foi da Marinha até certo tempo, abandonando depois a farda para seguir a carreira de jornalista.

[445] Jornal *A Esquerda* 11/7/27. ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. APERJ. DESPS. Arquivo da Polícia Política, Antonio Siqueira Campos, notação 219, 1924-30. Grifos meus.

[446] CUNHA, Henrique. Conferência realizada na Sociedade dos Homens de Letras do Brasil, em 28/04/54, pelo General de Divisão Henrique Cunha. MUSEU HISTÓRICO DO EXÉRCITO E FORTE COPACABANA. Seção de Pesquisa Histórica e Museológica do Museu Histórico do Exército e Forte Copacabana. Pasta Pesquisa 18 do Forte, gaveta nº 2.

[447] DIAS, Everardo. **Bastilhas Modernas:** 1924-1926. São Paulo: Obras Sociais e Literárias, 1926, p. 20. Grifos meus.

de Polícia. Segundo Dias, tinham os investigadores um olhar cínico e inquiridor "que fere e enerva ao mesmo tempo". Um "fitar arrogante" de quem dispõe da liberdade de outrem, de quem com um simples gesto, ou palavra, pode mudar a direção da vida de quem está em suas mãos. As respostas eram "em tom breve, desdenhoso, displicente e a "voz dominadora," "abrupta e cortante" podia surgir diante de qualquer pergunta cotidiana, demonstrando a recusa ao atendimento das necessidades mais essenciais, mediante a alegação de "não ser ali uma casa de favores." Esse tratamento estendia-se aos familiares desses presos, que muitas vezes ao deixarem encomendas não saberiam, até que pudesse rever seu parente, se algum dia lhe chegou às mãos. O linguajar depreendia rudeza, brutalidade, grosseria e desumanidade.

A violência policial, contudo, não se restringia aos estabelecimentos prisionais. Também era conhecida nas ruas quando realizavam a prisão d'algum suspeito.

> A polícia paulista está apavorada com a admitida presença de Siqueira Campos naquele estado. O pavor das autoridades paulistas, de todos que tenham sido revolucionários, vai ao extremo de prender sempre os que encontra, embora, para tanto, cometa os maiores e violências. Ainda na segunda feira em São Paulo, tendo a polícia recebido denúncia que no prédio número 5 da Rua Epitácio Pessoa se encontrava oculto o Tenente Siqueira Campos, para ali se dirigiu, alta madrugada, invadindo-o em busca do oficial revolucionário. Nessa casa, residiam há alguns dias os ex-oficiais da coluna Prestes, Capitão Augusto Ribeiro e Tenente Atanagildo França. O último tinha vindo de Goiás, recentemente, onde estivera na campanha política, para a sucessão presidencial, encontrando-se em convalescência de uma pleuriz, conseqüente de um ferimento no pulmão, por ocasião da revolução. Não encontrando Siqueira, foram eles arrastados pelos secretas para a Delegacia de Ordem Política e Social, onde estão presos. Atanagildo França trabalhou durante ano e meio na Agência Brasileira em São Paulo e em *O combate*, tendo passado a lecionar em particular, pois é um rapaz preparado e ocupou altos cargos em Goiás, seu estado natal. A sua história revolucionária é, mais ou menos, esta: quando por lá passou a Coluna Prestes, juntou-se aos revolucionários deixando o seu tabelionato em Rio Verde, sendo escolhido por Juarez Távora pra seu ajudante de ordens. Preso Juarez Távora, no Piauí, Atanagildo foi transferido para o 3º Destacamento, ingressando no Estado-Maior de Siqueira Campos e com ele foi toda a campanha. Terminada a luta, andou por diversos lugares, até que veio ter a São Paulo, onde há dois anos e meio reside, tendo vivido honradamente. Quanto a seu companheiro Augusto Ribeiro, fez parte da coluna de Cabanas, na qual ingressou quando este chefe revolucionário esteve em Campinas. Augusto Ribeiro era Primeiro Sargento instrutor em Campinas. Chegando ao Paraná, ingressou no 2º Destacamento da Coluna Prestes, passando mais tarde para o 3º, sob o comando de Siqueira Campos, com o qual se internou no Paraguai. Não tendo sido submetido a nenhum processo veio pra São Paulo. Os dois foram arrancados da casa e levados para a 4ª Delegacia de Polícia Política de São Paulo.[448]

Logo ao entrar na cela o preso sofria uma série de humilhações "de indivíduos sem sequer a condição moral do próprio preso," por parte dos agentes ou de outros, sem qualificação profissional, que funcionavam como tal. O Delegado Carlos Reis era descrito pelos presos como um "carrasco chinês", capaz de idéias "monstruosas, cruéis e terríveis", de tortura, e ordenar sua aplicação aos presos o fazia com "ares galhofeiros, risonhamente, despreocupadamente". Everardo Dias testemunha a prisão de diversos oficiais do Exército,

---

[448] Jornais *Gazeta de Minas* de 30/03/30; *Diário Carioca* de 26/03/30; ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. APERJ. Arquivo da Polícia Política, Antonio Siqueira Campos, notação 219, 1924-30.

em 1925, portando explosivos, episódio do qual falarei mais adiante. Dentre eles, encontrava-se o Capitão Carlos da Costa Leite. Segundo o autor, este ao ser provocado e maltratado por Carlos Reis, até os limites possíveis que uma pessoa suportar, teria, num impulso, reagido e arremessado uma cadeira em sua direção. Outro que, segundo ele, exorbitava de sua função era o coronel Araripe, que sempre aparecia para humilhar os presos cercados de agentes armados, sugerindo fuzilamento. O ministro Setembrino de Carvalho mantinha a polícia política como uma extensão do próprio Exército, no que tange à punição de rebeldes indisciplinados e revoltosos, sendo esta, talvez, a primeira vez que atuam polícia e Exército juntos contra crimes políticos, no Brasil.[449]

Certa ocasião o caixa de um botequim foi abordado na rua e lia um dos manifestos dos revoltosos militares de 1924, que circulava sub-repticiamente pela capital. O adolescente deveria revelar, obviamente sob tortura, quem havia imprimido e distribuído o folheto, ou como eram chamados: "os boletins sediciosos". Como afirmasse todo o tempo tê-lo encontrado "no passeio", a calçada, demonstrando, inclusive, a marca de pisaduras, foi conduzido às chamadas "masmorras ao réz-do-chão" onde eram torturados. Depois de muito tempo, souberam os presos haver sido enviado, o rapaz, para a Casa de Detenção, onde ficou no porão, até que curasse as queimaduras e um deslocamento no braço que sofrera durante o interrogatório. Após sua recuperação foi enviado ao Oyapock, em uma das levas de presos para a Clevelândia,[450] local do qual falarei ainda no decorrer desse trabalho.

Muitos foram vistos pelos presos, sendo conduzidos de maca aos porões da Detenção, após o interrogatório na 4ª Delegacia, não se sabendo, depois, o destino que tomaram, como o foi o caso do adolescente Alberto Fernandes, espancado violentamente por toda a madrugada, juntamente com seu pai José Fernandes, como suspeitos de atearem fogo a uma fábrica de tecidos, na qual trabalhavam, em Del Castilho, de propriedade de parentes de Bernardes.

Em julho de 1925 a "polícia fontouresca", desconfiada de um levante envolvendo forças da aviação, juntamente com Batalhões de Infantaria e Artilharia e muitos civis, iniciou um período de repressão. Segundo Everardo Dias, a Delegacia de Polícia Política recebera uma denúncia, provavelmente atendendo ao oferecimento de uma recompensa em dinheiro. Dias é capaz de narrar os fatos pelo lado da repressão, mas é Chevalier quem pode nos revelar sobre qual conspiração Dias se referia, pois, era ele um dos implicados no levante. Antes, porém, vejamos o caminho que trilhou Chevalier, até chegar ao envolvimento nesse levante.

---

[449] É possível que tenham atuado, no Império contra crimes contra a ordem, mesmo que estes não fosse designados pelo termo: "presos políticos". DIAS, Everardo. **Bastilhas Modernas**: 1924-1926. São Paulo: Obras Sociais e Literárias, 1926, p. 19-20.

[450] Ibid, p. 19-20.

Em 1922, a 12 de julho, sete dias após o levante deste ano, este tenente artilheiro-observador da Aviação do Exército, vai preso para o 1º Regimento de Cavalaria Divisionária, 1º RCD, permanecendo lá até o dia 18 de julho, quando foi transferido para o navio *Alfenas.* Depois disso ficou preso por menagem no Rio de Janeiro, tendo reencontrado o Capitão Leopoldo Nery da Fonseca e o tenente Hugo Bezerra, e, como fossem amigos inseparáveis, tentou retirá-los, dentro de uma caixa, da prisão na Fortaleza de Santa Cruz, onde os dois se encontravam presos. Contudo, como estavam conspirando para adesão à 1924, pretendendo não levantar suspeitas, esperaram a proximidade da data, mas, os dois foram transferidos para o *Cuyabá*, repentinamente, e Chevalier perdeu o contato com São Paulo, intermediado pelos amigos. Em 07 de julho de 1924, dois dias após da insurreição de São Paulo, foi novamente preso, desta vez no *Beneventes,* outro navio do Loyd requisitado pela Marinha de Guerra para servir como navio-prisão, navio este que permaneceu fundeado próximo à Ilha das Enxadas, também "girando em torno da bóia," no qual Chevalier esteve por trinta dias. Ali, segundo o revoltoso, sabiam de "notícias levadas por homens da guarnição" e por visitas que recebiam no Arsenal de Marinha. Sabiam estar o governo "alarmado com os boatos de novas e próximas tentativas de levantes." Diante disso, foram levados para *O Cuyabá,* outro "ex-alemão transformado em jaula fluctuante", como dizia Chevalier, que, levantando ferros com carta de prego, ficou parado na enseada do Abraão, em frente à Ilha Grande, próximo à prisão militar do Lazareto, juntamente com 70 oficiais presos, ocasião em que, ao passarem diante do encouraçado Minas e São Paulo, cantaram o hino nacional e à bandeira, terminando com vivas à revolução e ao general Isidoro. Ali ficaram ancorados por algum tempo indo para a enseada da Tapera, nas proximidades de Angra dos Reis, onde estiveram ancorados a uns 50 metros da Ilha Francisca, que pertencera ao Marechal Hermes, num passado próximo, pois na Ilha Grande não havia como serem fornecidos mantimentos a este navio.[451] Permaneceu no navio até novembro, tendo a quantidade de prisioneiros aumentado por causa da vinda dos presos do *Belmont* e do *Jaceguay*, quando foram transferidos para a Casa de Correção. Chevalier e Nery haviam se reencontrado no *Cuyabá.* Chevalier foi solto por falta de provas e Bezerra e Nery fugiram reencontrando-se nas ruas. Quando Chevalier saiu da Casa de Correção, já havia um plano de revolta em curso. Ele procura o Capitão Carlos da Costa Leite, que já conhecera d'outros tempos de Escola Militar. Dele recebeu ordens de, juntamente com um tenente cujo nome não quis revelar, levantarem voo, levando consigo dois sargentos bombardeadores. Deveriam os aviões partirem da Escola da Aviação e soltarem bombas sobre

[451] CHEVALIER, Carlos. **Memórias de um Revoltoso ou Legalista?** 1922-1926. Rio de Janeiro: Estabelecimento Graphico Nictheroy, 1925, p. 85-8.

o palácio do Catete e demais pontos necessários ao sucesso da ação, que seria auxiliada por companheiros em terra. O bombardeio seria seguido da distribuição de panfletos pelos aviões com mensagens à população. O efetivo de terra se comunicaria com os aviadores por rádio. Antes, porém, na rua Cabuçú, bombas de quinze quilos deveriam ser transportadas para a Escola de Aviação, por Chevalier, que não possuindo carro, conseguiu um amigo que se colocou à disposição. Como já tivesse sido chamado para outra missão, pediu ao amigo tenente e mais dois amigos, um acadêmico, outro jornalista, que buscassem as bombas, mas, ao chegarem ao local, os esperava a polícia, já tendo sido presos o Capitão Costa Leite e mais alguns oficiais. Quando pegou o trem, Chevalier percebeu a presença de oficiais da aviação que deveriam estar em casa. Ao chegar na Escola de Aviação, percebeu movimento de prontidão e, por isso, decidiu esconder-se numa vala de lama, coberta de mato. "E assim, fingindo... rã, nesse 'agradável' esconderijo, tendo ainda que encharcar-me por cúmulo do azar, uma chuva forte, esperei pelo amigo portador das bombas... até as 2 da madrugada, hora em que deveria, na Escola, dar começo ao levante." Decidido a ir para a Estação para observar algum movimento anormal, encontrou-se no caminho do Realengo com os Tenentes Falconiere e Serôa da Mota, que tinham por missão o levante da Escola Militar do Realengo, quando lhes expôs a ausência do amigo e de mais dez ex-alunos da EMR, que o auxiliariam na tomada da Escola de Aviação. Decidiram, então, bater na casa de outro oficial, para ver se se encontrava, quando um familiar disse ter sido chamado às pressas, às 24 horas, na Escola de Aviação. Diante disso, definitivamente concluíram que havia fracassado o levante. Provavelmente havia surtido efeito o programa de recompensas em dinheiro instituído pelo governo, para delatores.[452]

Nessa ocasião, um prédio da Rua Flack foi tomado pela polícia e a residência do industrial Viriato da Cunha Bastos Schomacker, neste edifício, foi invadida. Oficiais foragidos, lá asilados, reagiram travando um intenso tiroteio, ferindo, inclusive, alguns policiais durante a fuga. [453]

Esse episódio teria desencadeado uma série de prisões, o que Dias chama de "acontecimentos os mais graves da história desse quatriênio nefando". Os locatários foram presos, incluindo-se as mulheres, as crianças e o próprio industrial, todos levados para a 4ª Delegacia de Polícia Política. A apreensão das bombas fez com que a polícia interrogasse a todos, lançando mão de todo e qualquer expediente, desde o suborno até a tortura física por

---

[452] Cf. CHEVALIER, Carlos. **Memórias de um Revoltoso ou Legalista?** 1922-1926. Rio de Janeiro: Estabelecimento Graphico Nictheroy, 1925.

[453] DIAS, Everardo. **Bastilhas Modernas:** 1924-1926. São Paulo: Obras Sociais e Literárias, 1926, p. 34-5 e 39.

horas e até dias. Segundo o operário, tudo "servia afim[454] de conseguir os seus fins: a descoberta da conspiração e pseudo movimento revolucionário." Manuel Carneiro da Fontoura ordenou que fossem "agarrados nessa malha tenebrosa vários médicos, advogados, negociantes, industriais tidos como envolvidos num tétrico plano de bombas e atentados pessoaes". O irmão de Siqueira Campos, Raymundo Pessôa Siqueira Campos, residente no Maracanã, à época, que tinha uma fábrica pequena de dinamites, rapidamente teve que abandonar o ramo, pois foi questionado pela polícia acerca de um possível fornecimento desse explosivo aos revoltosos.[455] No início prenderam apenas os "empregados, "chaufeurs", jardineiros, encarregados de armazém, os quais foram seviciados dos modos mais cruéis." Depois de conseguirem algumas informações e pretenderem a confirmação das mesmas, diante da recusa dos seus patrões, foi a vez destes serem torturados.[456]

O industrial Viriato da Cunha Bastos Schomacker,[457] era brasileiro, casado, tinha 42 anos de idade e era co-proprietário da Lavanderia São Paulo na rua Gonçalves Crespo, nºs 43 e 45. Foi preso no dia 24 de julho de 1925 e após ser levado a uma sala, foi, então, comunicado da acusação de "conivência com os movimentos revolucionários." Os agentes da 4ª Delegacia de Polícia Política entregaram-no ao suplente Moreira Machado e, enquanto sua residência e seu estabelecimento comercial eram submetidos a diversas buscas, tentando forçá-lo a confessar seu apoio aos militares rebeldes, este ordenou seu espancamento. Participaram desse episódio um capitão, o filho de Carneiro da Fontoura, um sargento de nome Helmo Couto, além de mais cinco homens e o próprio suplente. Após o espancamento Schomacker foi transferido para a "geladeira" tendo, esta, sido molhada permanentemente para que não pudesse sentar ou deitar-se. Ali foi mantido por 70 horas, molhado e em absoluto jejum. Levado novamente à autoridade referida, como se mostrou irredutível foi novamente espancado, até o dia 9 de agosto, "ás vezes de palmatória, a ponta-pé, a borracha, a rebenque e a murros no tórax até vomitar sangue, o que aconteceu mais de uma vez".[458]

---

[454] Mantida a ortografia original.

[455] Entrevista a mim concedida por Maria Lucila Siqueira Campos, filha de Raymundo Pessôa Siqueira Campos, irmão de Antonio Siqueira Campos. Rio de Janeiro, 15/09/2008.

[456] DIAS, Everardo. Cf. **Bastilhas Modernas**: 1924-1926. São Paulo: Obras Sociais e Literárias, 1926, p. 37.

[457] No livro de Meirelles o nome está como Victor da Cunha Bastos Schomacker e no livro de Dias, como Viriato da Cunha Bastos Schomacker. Ibid.; MEIRELLES, Domingos. **As Noites das Grandes Fogueiras.** Uma História da Coluna Prestes. 6ª ed. Rio de Janeiro: Record, 1999.

[458] DIAS, op. cit., nota 456, p. 40.

O fabricante de fogos de artifício Narciso Ramalheda[459] foi detido em Nova Iguaçu, Baixada Fluminense, em 31 de julho de 1925. Sua casa foi arrombada por um grupo de agentes chefiados pelo investigador Barcellos Mendanha. Na 4ª Delegacia Policial foi espancado dentro de um banheiro para confessar que fabricava bombas de dinamite para os conspiradores militares. Francisco Chagas era o delegado titular nesse dia. Juntamente com ele encontravam-se seus auxiliares, Moreira Machado e Capitão Eliezer Costa. Ramalheda foi esbofeteado e arrastado pelos cabelos, várias vezes, além de ter sido ordenada, quatro dúzias de vezes, a aplicação de palmatória, na única mão que possuía.[460] A acusação pela qual foi preso e deveria confessar o crime, era a de fabricação de bombas explosivas para atender ao movimento revolucionário. Ramalheda lembrou-se de ter ouvido o delegado Machado dirigir-se a outro preso, a que chamavam por Schomaker, que na mesma ocasião era surrado no banheiro. Lembra-se, também, de ter sido visitado, às 23 horas, na prisão, pelo General Antenor Santa Cruz Pereira de Abreu, chefe da Casa Militar da Presidência da República à época, a quem se queixou dos maus tratos, tendo sua súplica sido ignorada. Em seguida, foi levado, novamente, ao banheiro, onde um embrulho foi colocado para que ele o abrisse. Como a única mão que possuía tivesse os dedos inchados, por causa da palmatória, o próprio delegado Francisco Chagas abriu o pacote contendo diversos componentes para a fabricação de bombas. Em seguida disse que, caso não confessasse, o espancaria pessoalmente. Já moído pelos maus tratos e pela fome que passava decidiu assinar o que lhe pediam sem que soubesse o conteúdo do documento. Somente muito mais tarde saberia pelos jornais, ter assinado uma confissão de "envolvimento em movimento revolucionário". Os jornais diziam que um fabricante de fogos de artifício era condenado por uma suposta "apreensão de bombas de altos explosivos e quantidade de dynamite." [461]

> Eram os dois processos predilectos, usados na Polícia: o insulto para aviltar, a tortura para amendrontar. Nem todos resistiram a tamanhas provações: alguns, fracos, puzilanimes, horripilados em face das torturas físicas, baquearam, declarando, denunciando e assignando tudo quanto á policia convinha que fosse declarado, denunciado e assignado em depoimento.[462]

---

[459] Meirelles refere-se ao mesmo preso como Francisco de Almeida Ramalheda. Cf. MEIRELLES, Domingos. **As Noites das Grandes Fogueiras.** Uma História da Coluna Prestes. 6ª Edição. Rio de Janeiro: Record, 1999, p. 657.

[460] Havia perdido a outra mão durante uma explosão em sua fábrica. Dias, ao longo de seu trabalho descreve como torturas aplicadas: pontapés, bofetadas, palmatória, o cano de borracha, as espetadas com faca, as queimaduras, as salas molhadas, dias a fio, e as pancada contínuas sobre o coração. Conversando com um profissional de saúde pude constatar que essa ultima prática altera o compasso natural do coração, acelerando-o até um ataque e/ou parada cardíaca. DIAS, Everardo. **Bastilhas Modernas**: 1924-1926. São Paulo: Obras Sociais e Literárias, 1926, p. 40.

[461] Cf. Ibid e op. cit., nota 459.

[462] DIAS, op. cit., nota 460, p. 38.

Ambos, Schomacker e Ramalheda, assistiram ao espancamento de Conrado Niemeyer, negociante, dono da Casa Borlido Maia e Cia., que, no dia 24 de junho de 1925, foi convocado, por telefone, a prestar esclarecimentos na 4ª Delegacia de Polícia Política, também pelo delegado Francisco Chagas. Segundo Dias, havia travado uma luta desigual contra seus algozes. Uma testemunha, Humberto Roma, que tinha negócios com o Chefe de Polícia do Estado do Rio de Janeiro, o Marechal Manoel Carneiro da Fontoura foi à 4ª Delegacia àquele dia. Essa testemunha depôs - somente em 1927, passado o estado de sítio - quando a esposa de Niemeyer entrou com um processo, representada pelo advogado Evaristo de Moraes, para investigar o que ocorrera com seu marido. Roma disse ter visto Niemeyer travar luta corporal com o Tenente Nadyr, o agente conhecido como "Mello das Crianças" e o delegado Francisco Chagas. Roma ouviu barulhos de pancadaria, mas não deu importância por estar acostumado a isso, sempre que fazia visita à Delegacia, a trabalho. Ainda escutou Niemeyer chamá-los de "bandidos" e "canalhas", e, em seguida, viu o agente e o tenente Nadyr, com suas fisionomias transtornadas, abrirem a porta e descerem as escadas apressadamente. Roma acompanhou os dois até a calçada, que ficava em baixo da janela do Delegado Chagas, onde avistou um homem caído a um metro, mais ou menos, de distância da parede. Procurou socorrê-lo levantando sua cabeça para evitar que fosse asfixiado pelo próprio sangue, quando foi puxado, pelo agente, e preso, sob protesto, pois desejava socorrer Conrado Niemeyer. Roma, ao olhar para cima, ainda viu, na janela, o Delegado debruçado, com a camisa rasgada. Pode também ver Niemeyer morrer, antes de ser levado para o interior da Delegacia. A descrição do estado de seu corpo feita pela viúva foi tão impressionante que acho desnecessária, para o que este trabalho pretende analisar, contudo, é importante frisar que estes últimos torturados são pessoas de situação financeira razoável, sendo Niemeyer, inclusive pertencente a uma família de engenheiros, industriais e militares. Seu bisavô fora o Coronel Conrado Jacob de Niemeyer, que, vindo de Portugal pertenceu ao Real Corpo de Engenharia Militar. O filho deste, avô do torturado, também chamado Conrado Jacob de Niemeyer, foi Brigadeiro, General de Divisão (1891), General de Divisão Efetivo, Marechal Graduado (1893) e Marechal efetivo (1895). O pai de Niemeyer fora um industrial (com o mesmo nome do avô e bisavô). Niemeyer teve muitos irmãos e dentre eles o engenheiro Alberto Niemeyer,[463] e o Major Álvaro Conrado Niemeyer, militar da arma de engenharia.[464] Estes dois últimos estiveram na Delegacia à procura do irmão. O primeiro foi para a

[463] Em 1916, Alberto Niemeyer participou das obras de alargamento da Avenida Niemeyer, que vai do Leblon ao atual Bairro de São Conrado. COLÉGIO BRASILEIRO DE GENEALOGIA. Disponível em: <http//:www.cbg.org.br/arquivos _genealogicos_n_02.htm>. Acesso em: 05 jul. 2010.

[464] Ibid.

Delegacia, imediatamente após sua prisão. Esperou por quatro horas e decidiu retornar à noite. Saiu de lá novamente sem conseguir vê-lo, tendo recebido, contudo, notícias de que estava sendo bem tratado, havia jantado e "estava lendo jornal em sua cama."[465] Quanto ao outro irmão que o teria procurado na prisão, o Major Álvaro, sequer foi atendido ao procurar o Marechal Manuel Carneiro da Fontoura. O mais curioso é que Carneiro da Fontoura havia servido com o Marechal Conrado Niemeyer, avó do prisioneiro e nem isso o demoveu da ação grotesca contra o neto do primeiro, bem como contra tantos outros, cujos casos sequer chegaram às manchetes de jornais, por pertencerem à população despossuída, como operários e praças do Exército e da Marinha.

> Si o assassínio de Conrado Niemeyer foi averiguado e esclarecido, deve-se isso, sem dúvida nenhuma, á qualidade social do morto – grande negociante, capitalista, com immenso prestígio comercial e no paiz. Fosse ele um infeliz deserdado, um trabalhador, um operário, um pobre – e sua morte tragica ficaria impune, como impunes ficaram, até hoje, os crimes horripilantes cometidos a bordo do **Campos**, na fazenda de Magé, na Clevelandia, na Colonia Correcional, nos quartéis de São Paulo, etc...[466]

Os responsáveis diretos por esse ambiente de tortura eram: Marechal Manoel Carneiro da Fontoura, Chefe de Polícia do Estado do Rio de Janeiro, o General Antenor Santa Cruz Pereira de Abreu, chefe da Casa Militar da Presidência da República, a qual estava subordinada a 4ª Delegacia de Polícia Política e o Marechal Setembrino de Carvalho, Ministro da Guerra do governo de Arthur Bernardes.

De acordo com Maurício de Lacerda, o "Fontoura entre os criminosos legalistas, era decerto um dos repugnantemente notáveis," referindo-se ao chefe de Polícia e Marechal Carneiro da Fontoura. Contudo, afirmava, não convinha esquecer os outros: "os diretores da Casa de Detenção, da de Correção; e da Colônia Correcional de Dois Rios; o diretor do Lloyd Brasileiro, e os comandantes dos presídios da Ilha Raza, da Ilha das Flores e outros." Além deles, pode-se citar o delegado da 4ª Delegacia Auxiliar, Dr. Carlos da Silva Reis. Maurício de Lacerda reforçava os depoimentos dos sobreviventes ao dizer que "na Colônia Correcional e nos domínios do Cantuária do Lloyd, passaram-se cenas inenarráveis (...)"[467]

Os diretores de prisões passam a ter não somente uma autonomia administrativa e sim o exercício dos castigos secretos, "não codificados pela legislação, um poder de punir que se exerce na sombra" e que confere às penas um caráter tão arbitrário e despótico quanto às

---

[465] MEIRELLES, Domingos. **As Noites das Grandes Fogueiras**. Uma História da Coluna Prestes. 6ª ed. Rio de Janeiro: Record, 1999, p. 656.

[466] DIAS, Everardo. **Bastilhas Modernas:** 1924-1926. São Paulo: Obras Sociais e Literárias, 1926, p. 49.

[467] SAMIS, Alexandre. **Clevelândia.** Anarquismo, sindicalismo e repressão política no Brasil. São Paulo: Imaginário, 2002, p. 216.

penas do antigo regime. Segundo Foucault o agente de punição exercia um poder total, que nenhum terceiro poderia vir a perturbar; o indivíduo a ser "corrigido" estava a mercê da autonomia dada aos diretores das prisões na aplicação de "técnicas de tipo disciplinar", *agora* não mais publicamente, de caráter exemplar onde a população podia contemplar o "horrível destino dos proscritos."[468]

> A prisão, essa região mais sombria do aparelho da justiça, é o local onde o poder de punir, que não ousa mais se exercer com o rosto descoberto, organiza silenciosamente um campo de objetividade em que o castigo poderá funcionar em plena luz como terapêutica e a sentença se inscrever entre os discursos do saber.[469]

Outra conspiração, envolvendo bombas no ano de 1925, foi planejada por três oficiais: o próprio Chevalier, que ficaria encarregado de atrair elementos do Exército e da Marinha; o Capitão Nery da Fonseca, encarregado da confecção e arrecadação de material e de elementos da polícia e o tenente Hugo Bezerra, encarregado da adesão dos civis e de bombeiros. Buscavam adesões em toda parte, tendo conseguido grande número de comprometidos. Certos de que havia provável delação do endereço em que guardavam dois grandes caixões de bombas, 30 caixas de munição, vários fuzis Mauser e revólveres 38 mm, transportaram esse material em várias viagens, Chevalier e Nery, enquanto Hugo e mais dois amigos guardavam as entradas da rua, "armados até os dentes," pois haviam percebido certa admiração da vizinhança. Tudo isso aconteceu às nove horas da noite, a transferência de todo esse material de uma casa na Travessa Fernandina, para outra na rua Esteves Júnior. No dia seguinte, nova mudança. Contrataram um carregador de carrinho de mão e após acondicionarem as bombas em baús, levaram todo o material para uma casa no Beco do Rio, explicaram ao carregador que tratavam-se de colméias, que não suportariam muito calor, pois Chevalier havia coberto os baús com panos molhados, temendo uma explosão por aquecimento durante o caminho. Tinham adeptos em quase todos os corpos do Exército e da Polícia Militar, além de civis, em número aproximado de 1.500, faltando apenas o término de confecção de material, pois eles mesmos fabricavam as bombas. Nery decidiu, então, contratar mais pessoas e dentre eles, um policial, conhecido antigo deste Capitão. Acontece que este mesmo policial viria a ser o seu delator, tendo recebido grande quantia do governo para tal. Seguiu-se à esta prisão a

---

[468] FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**. Nascimento da Prisão. 17ª ed. Petrópolis: Vozes, 1998, p. 106-7, 206-8.

[469] Ibid, p. 214.

apreensão de todo o material que em grande quantidade se encontrava nesta casa, fracassando, assim, mais uma conspiração na capital federal.[470]

Nas ruas os investigadores encarregados de vigilância dos militares perseguiram-lhes como aves de rapina perseguem sua caça, sem sequer uma piscada d'olhos.

O 1º Tenente Aviador Canrobert Penn Lopes da Costa tinha sua casa, na Rua Candido Benício nº 180, Jacarepaguá, vigiada pelos investigadores todos os dias, conforme podemos verificar nos relatórios dos investigadores da Polícia Política. Tendo seus passos vigiados os investigadores relatavam dias inteiros de um oficial. Iam seguindo-o até o correio; retornavam até sua casa; relatavam a visita de um parente de Filinto Müller; que Canrobert "dorme na rede;" seu passeio pelo quintal de sua casa com esposa e filho... De uma hora para a outra o relatório afirma que Canrobert "some de repente" e que ao procurá-lo o investigador já o "encontra no centro" do Rio de Janeiro. Lá "encontra-se com um homem alto e magro, às 17 horas, na Rua Gonçalves Dias, em frente ao café Papagaio." Depois vai "à rua 7 de setembro" tendo voltado "com um senhor baixo de óculos, terno escuro." Seguiram, os dois, "pela rua do Ouvidor e Av. Rio Branco," onde encontra Maurício de Lacerda, "em frente a La Royale"; caminham "até a Lopes Fernandes, onde está o Tenente Maynard"; às 18:10 entra na Avenida Rio Branco, Ouvidor, Ramalho Ortigão, 7 de setembro, depois, pega o bonde e vai até a Casa de Saúde Pedro Ernesto, na rua 20 de abril, na Lapa, saindo de lá às 20hs."[471] E assim viviam os oficiais, mesmo depois de libertados pela justiça com a Polícia a seu encalço, dia e noite, sem, contudo, deixarem jamais de conspirar.

Siqueira Campos era um dos que viviam se esquivando, sem que tivesse um minuto de tranquilidade. Em 1924, após reunião com Isidoro em Foz do Iguaçu, onde está alojada a Coluna Paulista, desce, com Juarez, para o Rio Grande e levanta a guarnição de São Borja. As demais guarnições levantadas são as de São Luís das Missões, sob o comando de João Pedro Gay e a do Batalhão Ferroviário de Santo Ângelo, sob o comando de Luís Carlos Prestes, enquanto a Coluna Paulista resiste na região de Foz do Iguaçu. João Alberto está em Alegrete. Juarez Távora vai de Foz do Iguaçu para o Rio Grande, vindo do levante de São Paulo, a fim de organizar as insurreições sulistas e encaminhar as tropas rebeladas ao encontro de seu grupo. Ao chegar ao Rio Grande, assume a luta em Uruguaiana, exercendo a função de chefe do Estado-Maior do líder civil maragato Honório de Lemes, líder revoltoso da causa

---

[470] CHEVALIER, Carlos. **Memórias de um Revoltoso ou Legalista?** 1922-1926. Rio de Janeiro: Estabelecimento Graphico Nictheroy, 1925, p. 150-5.

[471] Relatórios da Polícia Política. ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. APERJ. DESPS. Arquivo Polícia Política. Arquivo Canrobert Penn Lopes da Costa (1º Tenente Aviador), notação 472, 1928-30.

Libertadora que se coloca à disposição e Isidoro para o combate, tendo inclusive, queixado-se de não ter sido avisado antes do levante de São Paulo, conforme a carta abaixo.

> Não secundou o Rio Grande o movimento de São Paulo porque não houve convite da junta revolucionária e ainda mais por nos terem sempre conservado alheios a todo aquele movimento [...]. Actualmente estamos promptos a prestar todo nosso concurso todo sacrifício e se retarda aqui nosso levante tem sido obstáculos a falta de recursos.[472]

Siqueira Campos e os demais comandantes das guarnições sulistas são os comandantes do embrião da Coluna Miguel Costa-Prestes, que se unirá com a Coluna Paulista em Foz do Iguaçu. No final da marcha da Coluna, já em 1927, Siqueira Campos, comanda o último destacamento a deixar o país, protegendo sua retaguarda até que todos atravessem a fronteira para a Bolívia.

Era extremamente visado devido a essa posição de insubordinação ao Exército e de desafiador da Polícia. Além disso, a liderança exercida por ele, tanto no episódio dos 18 do Forte, como na insurreição das guarnições que compuseram a Coluna Miguel Costa-Prestes, no Rio Grande do Sul;[473] ou, ainda, no comando de um dos quatro de seus destacamentos, lhe conferira uma aura de ousadia e periculosidade que o fazia um dos mais temidos e procurados revoltosos, no mesmo nível de Prestes e Miguel Costa.

Tornara-se, por isso, um dos oficiais revoltosos mais perseguidos, havendo buscas policiais e boatos em diversos jornais, de vários estados, a seu respeito.

Os jornais, de um modo geral, não perdiam uma chance sequer de censurar o governo, como vimos nas denúncias sobre torturas na prisão, e de elogiar e defender os revoltosos. O governo também não perdia a chance de publicar notícias com acusações aos oficiais rebeldes, como o fez no caso das "acusações de chacina e roubo" e outras desse tipo, que

---

[472] Carta de Honório Lemes da Silva Para Isidoro Dias Lopes e Francisco Pereira da Silva. De Artigas para Foz do Iguaçú, em 30/09/24. ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. APESP. Os portadores dessa carta são o 1º tenente Oswaldo P. de Carvalho e Major do Exército Libertador Alfredo Canabarro. Lemes gozava de um respeito tão grande no meio militar que Juarez aceita a posição de comandado deste líder revoltoso. Disponível em <http://www.arquivoestado.sp.gov.br>. Para Drumond o contato dos militares rebeldes com os civis do Rio Grande teria representado *"um importante ensaio na futura subordinação dos tenentes às oligarquias gaúchas coligadas na Aliança Liberal, em 1930."* Os chefes libertadores, que juntaram armas com os tenentes, eram uma facção dos libertadores mais insatisfeita com o *"Pacto de Pedras Altas"*, que pusera fim à luta armada civil no Estado, em fins de 1923. Pode-se concluir, então, que houve uma colaboração entre tenentes e oposicionistas civis (libertadores), tendo, inclusive, Joaquim Francisco de Assis Brasil, principal chefe libertador, dado apoio à nova rebelião, tendo sido considerado por Bernardes, como o "chefe civil da revolução. Quanto aos soldados, houve o engajamento de muitos rebeldes que haviam participado do levante de 1923, no Exército, em virtude das perseguições sofridas por causa dessa participação, ou seja, muitos dos soldados militares gaúchos, comandados pelos tenentes em 1924, no levante do Rio Grande do Sul, haviam sido jovens Libertadores na revolução de 1923. Cessada a luta neste estado, ingressaram no Exército, para fugir a represálias republicanas, que vinham sofrendo, devido à sua participação rebelde no ano anterior. *"Dessa forma, muitos civis libertadores chegaram à rebelião comandados não pelos seus líderes civis locais, [mas] sob o comando dos tenentes enquanto superiores hierárquicos no Exército."* DRUMMOND, José Augusto. **O Movimento Tenentista:** A Intervenção Política dos Oficiais Jovens (1922-1935). Rio de Janeiro: Graal, 1986, p. 108-9.

[473] ARAGÃO, Isabel Lopez. **1924:** A Revolução que começou em 1889. Monografia (pós-graduação em História do Brasil). Universidade do Estado do Rio de Janeiro. UERJ. 2006, 385 f., p. 192.

vinham sendo imputadas à Siqueira Campos. A esta denúncia um exilado em La Gaiba, informava, através dos jornais, serem mentirosas, estando, este revoltoso, presente ao fato narrado.[474]

Os jornais participavam de inúmeras situações da vida dos foragidos. Da convocação por ocasião de suas fugas:

> **Edital de Convocação -** 10 de fevereiro de 1923
> Em obediência ao determinado pelo Senhor Ministro da guerra e de ordem do Senhor Coronel comandante desta escola, faço saber aos primeiros tenentes Antonio de Siqueira Campos e Granville Bellerophonte de Lima, adidos a este estabelecimento, que a contar da presente data, dentro do prazo de 8 dias ficam intimados a comparecer à primeira Região Militar, sob pena de deserção de acordo com o código de Org. Jud. E Proc. Mil. E demais leis em vigor. Rio de Janeiro, 10 de fevereiro de 1923. Gayoso e Almendra, 1ºTen. Sec.[475]

Noticiavam as ações dos exilados em prol de sua sobrevivência transmitido-as para o Brasil, Argentina e Uruguai, como na notícia que informa a abertura de um escritório de representação comercial, por Siqueira Campos e Araújo Góes, este último oficial do Forte de Copacabana, também envolvido no levante desta guarnição militar:

> **Intercambio comercial com o Uruguai**
> Os tenentes Siqueira Campos e Araújo Goes, que pertenceram à guarnição do Forte de Copacabana, como se sabe se encontram em Montevidéu, onde estabeleceram uma casa de comissões, consignações e representações, não só para aquela praça como para a de Buenos Aires. Diversas fábricas brasileiras já fizeram contato com a firma Araújo Campos & Cia., cuja correspondência pode ser enviada para a cx. Do correio 820, em Montevidéu. Diversos amigos do tenente que se empenham em dar incremento à sua iniciativa, nos dirigiram essa comunicação.[476]

Noutro exemplo, há a informação acerca da iniciativa de Eduardo e Siqueira Campos, quanto à conservação dos túmulos de soldados do Forte de Copacabana, que haviam lutado junto a eles, exaltando o sentimento de companheirismo dos oficiais:

> De alta significação e piedade humana, o gesto que vem de ter o tenente Siqueira Campos, um dos heróis de Copacabana. Não esquecendo, mesmo no exílio, a memória daqueles que, ao seu lado tombaram, na tarde de 6 de julho de 1922, naquela época magnífica, quando

---

[474] Jornal *A Vanguarda*, 19/08/27. ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. APERJ. DESPS. Arquivo da Polícia Política, Antonio Siqueira Campos, notação 219, 1924-30.

[475] Edital de Convocação. Jornal sem nome (apagado pelo tempo) de 10/ 02/23. ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. APERJ. DESPS. Arquivo da Polícia Política, Antonio Siqueira Campos, notação 219, 1924-30.

[476] Ibid., Jornal sem nome (apagado pelo tempo) de 25/10/23. ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. APERJ. DESPS. Arquivo da Polícia Política, Antonio Siqueira Campos, notação 219, 1924-30. Os rebeldes trabalharam em muitos ofícios durante o exílio, sendo este, o de representação comercial apenas um deles. Ver autobiografias de Juarez Távora: TÁVORA, Juarez. **Uma vida, muitas lutas:** Memórias, Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército e Livraria José Olympio, 1973. 1974 e 1976, 3 Volumes; de João Alberto: BARROS, João Alberto Lins de. **Memórias de um Revolucionário.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1953, e de Carlos Chevalier: CHEVALIER, Carlos. **Memórias de um Revoltoso ou Legalista?** 1922-1926. Rio de Janeiro: Estabelecimento Graphico Nictheroy, 1925. Nas cartas cedidas pela família de Siqueira Campos pode-se observar com que dificuldades tentava sobreviver.

> defendiam as liberdades públicas atassalhadas pela prepotência governamental. (...) Por intermédio de Eduardo Gomes entrega ao procurador da Santa Casa de Misericórdia o seguinte requerimento:
> Exmo. Sr. dr. Procurador da Santa Casa de Misericórdia. O tenente Antonio de Siqueira Campos, representado pelo1º tenente Eduardo Gomes, requer à V. Ex. a renovação por mais 5 anos, cada uma das rasas de adultos ns. 87.398, 87.399 e 87.423, do quadro 53, onde foram respectivamente inhumados a 8 de julho de 1922 e 9 de julho de 1922, soldado de Exército de cor branca, soldado do Exército de cor parda e José Pinto de Oliveira, no cemitério de São Francisco Xavier. Rio, 7 de julho de1927. Pelo 1º tenente Antonio de Siqueira Campos – a Eduardo Gomes, 1º tenente.[477]

Em notícia de 1928 os jornais acusam a polícia de usarem politicamente os revoltosos, como pretexto ao endurecimento do regime de exceção:

> **Um herói de Copacabana em São Paulo?**
> **O nome de Siqueira Campos põe em polvorosa a polícia de São Paulo (Da nossa sucursal em São Paulo)**
> A oligarquia diante do movimento de emancipação popular que dia a dia mais se intensifica e concretiza, não só em São Paulo mas em todo o país – lança mão dos meios ao seu alcance a fim de conservar as posições que já lhe vão fugindo. Aqui em São Paulo, por exemplo, as contínuas vitórias do Partido Democrático já estão abalando os alicerces da velha e corrompida oligarquia pérrepista, que se debate em vão, joando com o suborno, a fraude, com os atentados pessoais e com as atas falsas, para ver se não se deixa desalojar das posições conquistadas Agora mesmo, temendo perder as eleições de outubro, a maioria política das camadas municipais está forjicando planos de repressão policial á imprensa liberal e ao partido democrático. Assim, já se apregoa a existência de movimentos sediciosos que vêm sendo preparados, com o fito de derrubar o governo. Os elementos do governo, dizem estar aqui, com esse objetivo o valoroso coronel revolucionário Siqueira Campos, um dos heróis sobreviventes da epopéia de Copacabana. Afirmando isso, o governo não tem outro intuito senão da aplicação da célebre lei celerada, estendendo-a além dos elementos comunistas, aos democráticos e liberais de todos os matizes. O partido democrático está fechado, como aconteceu aí, com o Clube Militar, anos atrás e aqui mesmo, com a Liga Nacionalista, em 1924. A imprensa independente, se não for impedida de circular, pelo menos ficará sob o regime da censura mais vigorosa. E, desse modo, sob o novo estado de sítio, com que o governo do Sr. Washington Luís achou de melhor resguardar suas prerrogativas oligárquicas, o Brasil, ou se deixará jugular em suas aspirações mais elevadas, ou, então, responderá ao governo como deve, consciente que está da sua soberania. Os complôs sediciosos que a delegacia do Dr. Ibrahim está agora forjicando, e a pseudo estadia de Siqueira Campos em São Paulo, não passam de elementos do plano arquitetado pelo PRP para vencer nas próximas eleições de outubro e para levar à presidência da República sua excia d. d. herdeiro-presumptivo Julio Prestes. E é desse modo que se escreve, não só a história do perrepismo, como a de toda a oligarquia dominante no país – com subornos, com fraudes, com mentiras, com violências.[478]

Neste jornal há a divulgação de uma prática governista que consistia em proclamar revoltas inexistentes, para, justificar o uso da força e a continuidade da supressão dos direitos civis, com vistas à manutenção das oligarquias no poder, através do silenciamento da imprensa e da conservação das forças repressoras.

Essas notícias são frequentes, durante os oito anos que antecedem à Revolução de 1930. É importante lembrar que estes jornais fazem parte do Arquivo Polícia Política, tendo

---

[477] Jornal sem nome (apagado pelo tempo) de 25/10/23; *O Globo* de 21/7/27. ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. APERJ. DESPS. Arquivo da Polícia Política, Antonio Siqueira Campos, notação 219, 1924-30.

[478] Jornal *A Esquerda* de 14/04/28. ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. APERJ. DESPS. Arquivo da Polícia Política, Antonio Siqueira Campos, notação 219, 1924-30.

sido provavelmente utilizados pelos investigadores, como um acervo informativo, estando inclusive guardados, sob a forma de recortes, junto aos relatórios, de seus agentes, que mantinham a vigilância dos militares rebeldes, utilizando-se das informações contidas nos jornais, que nem sempre contém relatos que correspondem à realidade.

Num dos relatórios da Polícia Política encontrados, o investigador comunica à sua chefia ter recebido o aviso que Siqueira Campos chegaria, de Florianópolis, no carro nº 184, e se hospedaria na Avenida 28 de setembro, nº 19. Outros delatores informam que viria para o Novo Hotel Riachuelo – mas, segundo o investigador seria um alarme falso. Diante das denúncias, vigiam o local de 16 a 28 de junho de 1928, quase um mês. Após dias seguidos de "severa vigilância," os investigadores, de nº 555 e 584, ambos afirmando conhecerem Siqueira Campos, entram na casa "disfarçados de mata mosquitos," para se certificarem de que não está lá.

> **4ª Delegacia Auxiliar**
> Seção de Ordem Política e Social
> No dia 18, como para esclarecer o caso da estadia ou não de Siqueira Campos, no citado prédio nº 19 da Av. 28 de setembro, foram incumbidos, os investigadores ns. 555 e 584, ambos conhecendo bem o tenente Siqueira Campos, fardados de mata mosquitos, ao penetrarem no prédio em questão o que fizeram às 9:00 h, da manhã deste mesmo dia, desempenhando o de nº 555, o papel de inspetor sanitário e o outro o de mata mosquitos. Ao penetrarem foram recebidos com naturalidade, o que talvez não acontecesse se ali estivesse refugiada qualquer pessoa.

Examinaram toda a casa, inclusive descrevendo cada cômodo em detalhes. Como não tivessem encontrado nada, suspenderam a vigilância e entraram em contato com o Chefe de Polícia de Santa Catarina para rever as pistas disponíveis sobre o caso.[479]

Vigiavam os revoltosos todo o tempo, em busca de alguma pista. Seguindo seus passos, os investigadores da Polícia, acompanhavam os rebeldes pelas ruas, lojas e cafés, vigiavam suas casas, seu trabalho, entre outros lugares, sempre tentando conquistar novos delatores a serviço do Marechal Carneiro da Fontoura. Vigiavam dentro dos quintais, e até cenas familiares vistas pelas janelas eram relatadas.

Augusto Ximeno de Villeroy era o predileto dos investigadores. Era um general da arma de engenharia. Havia participado das principais decisões da transição do Império para a República da Proclamação da República junto a Deodoro, das discussões principais da política nacional. Um ilustre homem das armas e da política. Filho do capitão, Augusto Ernesto Estulla de Villeroy, assentara praça em junho de 1876, com apenas 14 anos de idade. Estava reformado desde 1912, após 36 anos de serviço no Exército, já com 50 anos de idade.

[479] Relatório da Polícia Política de 03/07/28. ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. APERJ. DESPS. Arquivo da Polícia Política, Antonio Siqueira Campos, notação 219, 1924-30.

Sua vida estava misturada à instituição. Algo híbrido, como a vida de tantos outros militares que tiveram o pai, os irmãos, os filhos na corporação. Quando as revoltas começaram, mesmo já estando reformado, participou desde a assembléia no Clube Militar sobre as cartas falsas de Bernardes, tendo, inclusive feito parte da Comissão criada para apurar sua autenticidade. Ficou preso até 1929, nas piores prisões e com criminosos da pior espécie, em locais para presos comuns, situação pela qual jamais imaginaria passar, sendo um general, principalmente já sendo reformado. Estava no 1º RCD, quando recebeu, definitivamente, o seu alvará de soltura, por ter sido condenado a pena de dois anos, embora já tivesse cumprido 4 anos e dois meses de prisão. Morava em Santa Tereza e quando lhe era permitido estar em casa por ter sido contemplado por algum *habeas corpus*, era seguido pelos agentes da 4ª Delegacia por todos os caminhos onde passava. Costumava sair de sua casa, na rua Monte Alegre, e ir para o Centro do Rio de janeiro, o que não fazia sem antes rezar. Isso também era observado pelos investigadores através da janela de sua casa. Em apenas um dia de vigília o oficial foi seguido das 13:40 às 18:40. O investigador seguiu-o pegando o bonde, que tomou junto a ele, até o Largo da Carioca, depois, até o Correio da Manhã, à loja Parque Royal, à loja Notre Dame de Paris, à Associação dos Empregados do Comércio, ao engraxate, à Casa Dantas, à rua 7 de setembro, à Galeria Cruzeiro, à Av. Rio Branco à Casa Vieira Nunes, ao Clube de Engenharia, novamente à Gonçalves Dias, à Confeitaria ,etc., etc., etc.. Se conversasse com qualquer pessoa, isso era relatado nos mínimos detalhes, incluindo-se a descrição física e fisionômica, suas vestes, bem como todas suas ações, durante o dialogo, até o retorno à sua casa.[480]

Certo dia foi seguido até a estação das barcas, em Niterói, onde assistiu à inauguração do busto de Nilo Peçanha, no parque do mesmo nome, à Rua Passo da Pátria. Continuou sendo seguido ao retornar, estando acompanhado dos deputados Adolpho Bergamini e Baptista Luzardo.[481] Em outra ocasião sai de casa e desce do bonde na Rua do Ouvidor. Ali conversa com pessoas por duas horas; depois segue para o Café Papagaio, na Gonçalves Dias e daí à Casa Nime. Volta à Rio Branco e, em frente ao bar Brahma, conversa com três

[480] Relatório de 27/07/927, assinados pelos investigadores 332, 203 e Henrique (550). Relatórios da Polícia Política. ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. APERJ. DESPS. Arquivo Polícia Política. Augusto Ximeno de Villeroy, notação 251, 1924-42.

[481] Relatório de 02/10/27, assinados pelos investigadores 332, 540 e 550. Relatórios da Polícia Política. ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. APERJ. DESPS. Arquivo Polícia Política. Augusto Ximeno de Villeroy, notação 251, 1924-42.

senhores, tudo devidamente registrado, nos mínimos detalhes.[482] Dali foi seguido até a Alfaiataria Soares & Maia, nº 33 da rua Gonçalves Dias e na livraria Francisco Alves. Uma conversa com quatro senhores, em frente à Casa Lopes Fernandes é relatada e finalmente, o investigador o segue até o Cemitério São João Baptista, de onde retorna à sua casa, sendo informado que dali não mais sai.[483]

O dia mais impressionante de toda essa andança foi em 27 de novembro, quando levou seu netinho à Bomboniere "A menina do Chocolate" e foi seguido, simplesmente, de 15:00 às 19:40, até o regresso dos dois para sua casa.[484] Nada menos do que quatro investigadores seguiram o oficial neste passeio com seu neto.

Noutro dia saiu com a filha casada, e foi seguido, desta vez, por seis investigadores. Depois, ainda no mesmo dia, fica lendo jornal com seu netinho ao lado, sentado numa cadeira na porta de casa, enquanto é observado pelos investigadores 540, 439 e 300.[485]

N'alguns dias nos quais não desejava sair consta no relatório o seguinte dizer: "compra remédios e retorna," e, para tanto, cinco investigadores o seguem.[486] Se decide comprar um chapéu de palha é seguido por seis investigadores por cinco lojas, além o resto da tarde, como sempre, em seus passos, em sua casa.[487]

Em 28-11-27 sai de casa e vai até a Associação dos Empregados do Comércio. Lá, encontra-se com cinco pessoas com quem caminhou, de 15:05 às 15:25, pelos seguintes locais: Largo da Carioca, ruas Santo Antonio, Ouvidor, Gonçalves Dias, Assembléia e

---

[482] Relatório de 11/11/27, assinados pelos investigadores 540, 353 e 168. Relatórios da Polícia Política. ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. APERJ. DESPS. Arquivo Polícia Política, Augusto Ximeno de Villeroy, notação 251, 1924-42.

[483] Relatório de 21/11/27, assinado pelos investigadores 540, 216 e 439. Relatórios da Polícia Política. ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. APERJ. DESPS. Arquivo Polícia Política Augusto Ximeno de Villeroy, notação 251, 1924-42.

[484] Relatório de 21/11/27, assinado pelos investigadores 540, 216 e 439. Relatórios da Polícia Política. ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. APERJ. DESPS. Arquivo Polícia Política Augusto Ximeno de Villeroy, notação 251, 1924-42.

[485] Relatório de 08/12/27, assinado pelos Investigadores 332, 540, 305, 300, 439 e 550. Relatórios da Polícia Política. ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. APERJ. DESPS. Arquivo Polícia Política Augusto Ximeno de Villeroy, notação 251, 1924-42.

[486] Relatório de 05/12/ 27, assinado pelos investigadores 332, 439, 550, 150 e 305. Relatórios da Polícia Política. ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. APERJ. DESPS. Arquivo Polícia Política Augusto Ximeno de Villeroy, notação 251, 1924-42.

[487] Relatório de 13/12/27, assinado pelos investigadores 150, 332, 540, 305, 300, 439. Relatórios da Polícia Política. ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. APERJ. DESPS. Arquivo da Polícia Política Augusto Ximeno de Villeroy, notação 251, 1924-42.

novamente Ouvidor, indo, em seguida para sua residência.[488] Durante os 20 minutos nos quais conversa, é observado por mais cinco investigadores.

Em dezembro, do mesmo ano, ao ir novamente ao centro do Rio de Janeiro é seguido por oito investigadores pelas ruas da Carioca e 13 de maio; pela praça Marechal Floriano, Avenida Rio Branco, República do Peru, de novo Carioca, até chegar ao Clube Militar: Entra pela frente. A impressão que se tem é que percebe estar sendo seguido. Sai pelo lateral do clube, pela rua Santa Luzia sendo, por isso, perdido de vista. Os investigadores, então, correm à sua residência, onde o encontram. É visto no portão pelo investigador 439 e na varanda lendo um livro, vestindo uma roupa caqui (!), pelos investigadores 300 e 305.[489]

Num dos relatórios, o investigador Luiz Peixoto, o nº 697, presenciou, dentro do Café Belas Artes, na rua Almirante Barroso, uma reunião, às 9:30 da manhã. Estavam presentes os generais Ximeno de Villeroy, Isidoro Dias Lopes e Espírito Santo Cardoso. Além desses, o constituinte Lengruber, o Tenente Cabanas "e vários outros desconhecidos." Conversavam sobre política. O investigador relata as palavras de Cardoso: "A vitória de um movimento armado depende da capacidade do chefe militar"; e, logo após, teria respondido Lengruber: "A situação política atual está por um fio." [490]

---

[488] Relatório de 28/11/27, assinado pelos investigadores 540, 305, 332, 523 e 439. Relatórios da Polícia Política. ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. APERJ. DESPS. Arquivo Polícia Política. Augusto Ximeno de Villeroy, notação 251, 1924-42.

[489] Relatório de 01/12/27, assinado pelos investigadores 332, 150, 540, 305, 439, 300, 523 e 550. Relatórios da Polícia Política. ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. APERJ. DESPS. Arquivo Polícia Política. Augusto Ximeno de Villeroy, notação 251, 1924-42.

[490] Relatório de 01/28, assinado por Luiz Felippe Peixoto, investigador nº 697. Relatórios da Polícia Política. ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. APERJ. DESPS. Arquivo Polícia Política. Augusto Ximeno de Villeroy, notação 251, 1924-42.

CAPÍTULO 3 – Presídios, navios-prisões, ilhas e campos de desterro: destino dos "indesejáveis."

3.1 Repressão e conspiração

A instauração de inquéritos militares e de um processo judicial rigoroso, cheio de vícios e arbitrariedades, contra um grande grupo de rebeldes frustrou as expectativas existentes relacionadas à concessão de uma anistia imediata. À medida que as investigações tinham continuidade, vários oficiais foram soltos, por falta de provas, ou comprovação da inocência; outros receberam *habeas-corpus* para responder ao processo em liberdade,[491] mas quando foram condenados ao artigo 107, viram frustradas as últimas esperanças que possuíam, em relação a um poder constituído, capaz de conter as ilegalidades do Executivo: o Judiciário.[492]

> [...] a pena mínima prevista para os culpados incursos no artigo 107 implicaria sua *expulsão automática do Exército* (em virtude de regulamentações militares específicas). Além disso, a acusação de atentar contra a Constituição e o regime político foi indignamente repelida pelos tenentes, que se imaginavam como agentes privilegiados da "regeneração" política. Em virtude disso, "grande parte dos revoltados de1922, que se dispunha a cumprir a sentença justa que lhe fosse aplicada, para continuar, em seguida, sua atividade normal no Exército, decidiu aguardar, fora do Rio, o próximo pronunciamento da Justiça, em condições de incorporar-se à conspiração, então já existente, se o veredicto pronunciado o fosse em obediência à aquele critério de vingança."[493]

Ao serem condenados a esse artigo, ficaram "sem esperança de anistia", além de "ameaçados de exclusão do Exército". Por esse motivo, "muitos tenentes, envolvidos em 1922, retornaram à conspiração e lhe deram rumos mais objetivos."[494]

Formara-se um núcleo de revolucionários profissionais constituído por Siqueira Campos, Eduardo Gomes, Joaquim Távora, Juarez Távora, Fernando Távora, Henrique Ricardo Hall, Vítor César da Cunha Cruz, e tantos outros elementos que conspiravam, abertamente, como se fosse a única forma de recuperar o que haviam perdido.

---

[491] Arquivo Leopoldo Nery da Fonseca, apud DRUMMOND, José Augusto. **O Movimento Tenentista:** A Intervenção Política dos Oficiais Jovens (1922-1935). Rio de Janeiro: Graal, 1986, p. 96-7.

[492] Nos programas de governo, distribuídos pelos revolucionários de 1924, fica claro, como proposta, o fortalecimento do Judiciário, como uma medida que julgavam capaz de impedir os desmandos do Executivo, solucionando, assim, a crise política que as arbitrariedades cometidas por este Poder teria causado.

[493] TÁVORA, Juarez. **Uma vida, muitas lutas**: Memórias, v. I, Rio de Janeiro: José Olympio, 1973 apud DRUMMOND, José Augusto. O Movimento Tenentista: A Intervenção Política dos Oficiais Jovens (1922-1935). Rio de Janeiro: Graal, 1986, p. 99.

[494] Ibid, p. 99.

Ainda se sentiam membros do Exército, mesmo tendo sido, alguns, condenados, outros expulsos, especialmente os alunos e as praças.

Desde o retorno de Setembrino de Carvalho, então Ministro da Guerra do governo de Artur Bernardes, do Rio Grande do Sul, quando tinha sido incumbido, por este último, de ser mediador do dissídio ocorrido naquele estado, em 1923, em torno da candidatura de Borges de Medeiros e Assis Brasil, já haviam, os tenentes, traçado um plano para prendê-lo. Após a assinatura do pacto de Pedras Altas,[495] os revolucionários seguiam-lhe os passos, esperando uma oportunidade para detê-lo no caminho de volta, sendo essa a indicação para os quartéis, comprometidos com a revolução, se levantarem.

Quando o Ministro da Guerra, marechal Setembrino de Carvalho regressava do Rio Grande o tenente, Joaquim de Magalhães Cardoso Barata seguiu do Rio de Janeiro para o Paraná, a 24 de dezembro,[496] com a missão de o prender, no dia 28, na cidade de Ponta Grossa. A este sinal iniciaria o levante simultâneo de todos os corpos aquartelados no Paraná e de parte da tropa do Rio de Janeiro. O plano foi denunciado e Barata preso, a 25, em São Paulo, e recambiado diretamente para o 27º Batalhão de Caçadores, em Manaus.[497] Muitas

---

[495] Cerca de três anos, após o início da revolução federalista de 1893, que teria se estendido até 23 de agosto de 1895, Borges de Medeiros ascende ao poder no Rio Grande do Sul e, praticamente perpetua-se no mesmo, por duas décadas, de 1896 a 1926. Isso foi possível devido à outorga de uma constituição autoritária, por Júlio de Castilhos, positivista ferrenho, que possibilitava a reeleição sucessiva do Presidente do Estado. Vejamos como ele conseguiu isso e as conseqüências políticas de sua permanência, por tão longo período: Em 1903, é reeleito, em 1908, não se candidata, mas escolhe e faz eleger um homem de sua confiança, Carlos Barbosa, por intermédio de quem, continua a governar. Em 1913, é reeleito, governa por três anos. Afastado por motivos de saúde, governa os dois anos restantes por intermédio de Salvador Pinheiro Machado. Em 1918, Borges de Medeiros reelege-se. Para as eleições de 1923, o Partido Federalista, juntamente com os dissidentes do PRR fundam a Aliança Libertadora (depois Partido Libertador), e lançam a candidatura de Assis Brasil. Para reeleger-se, Borges de Medeiros necessitava obter no mínimo ¾ do sufrágio, o que era considerado praticamente impossível pela oposição. Apesar das expectativas, Borges de Medeiros ganha as eleições (provavelmente fraudadas) e em conseqüência disso, eclode a revolta armada, inicialmente em Carazinho e adjacências, logo se alastrando por todo o RGS. Os republicanos de Borges de Medeiros passam a ser chamados de "chimangos", e os "libertadores" de "maragatos" e "bandoleiros", este último apelido, depreciativo, atribuído pela imprensa favorável à situação, mas adotado com entusiasmo pelos revoltosos. Para combatê-los, foram criados os "corpos provisórios" (antigos corpos de patriotas, da revolução de 1893), e convocada parte da Brigada Militar. São 5 as colunas revoltosas e 5 governistas: A do Norte, comandada pelo gal. Leonel da Rocha e combatida pela 1ª Brigada Provisória, sob o comando do gal. Firmino de Paula; a do oeste, comandada pelo gal. Honório Lemes e combatida pela 2ª Brigada Provisória, sob o comando do cel. Flores da Cunha; a do Sul, comandada pelo gal. José Antônio Rocha (Zeca Neto) e combatida pela 3ª Brigada Provisória, sob o comando do cel. Juvêncio Lemos, a do Nordeste, comandada pelo gal. Felipe Portinho e combatida 4ª Brigada Provisória sob o comando do cel. Firmino Paim Filho; e finalmente a do Centro comandada pelo gal. Estácio Azambuja e combatida pela 5ª Brigada Provisória sob o comando do cel. Claudino Nunes Pereira. Em São Borja, foi criado um corpo provisório, sob o comando de Getúlio Vargas, que combatia os revoltosos. Depois de muitos combates, foi assinado um armistício, em 07 de novembro, violado, várias vezes. A paz definitiva veio com o "Pacto de Pedras Altas", assinado a 15 de dezembro, na propriedade de Assis Brasil, na cidade Pelotas (hoje Pedras Altas), na presença do Ministro da Guerra Gal. Setembrino de Carvalho. HISTÓRIA do Rio Grande do Sul. (Apresenta informações históricas sobre o Rio Grande do Sul). Disponível em: <http//:www.riogrande.com.br/historia/default.htm>. Acesso em: mar. 2010.

[496] A iniciativa de Barata, obviamente em combinação com os demais revoltosos, foi exatamente um dia depois da sentença que enquadrava os tenentes no código 107, já mencionado. SILVA, Hélio. **1922.** Sangue na Areia de Copacabana. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v. II, 1964. (Documentos da História Contemporânea).

[497]Ali, em Manaus, Barata participaria do levante, ainda em 1924, junto ao tenente Augusto Ribeiro e aos oficiais da Marinha que comandaram a Flotilha do Amazonas. Sobre o levante em Manaus, em 1924 ver: ARAGÃO, Isabel Lopez. **Revoltas militares no Norte do Brasil no ano de 1924**: o levante das forças do Exército e da Marinha no Amazonas. Monografia (graduação em História do Brasil). Universidade do Estado do Rio de Janeiro. UERJ. 2006, 60 f.; CASCARDO, Francisco

tentativas foram feitas, no sentido de dar continuidade às revoltas, mas como diz Hélio Silva, "naqueles dias, os jovens oficiais que, desde 1922, vinham lutando, viviam em uma alternativa de fugas e prisões."[498] E ainda assim, conspiravam.

Nas cartas de Juarez Távora a Alfredo Simas Enéas, observa-se como conspiraram os revoltosos, por todo o país preparando a novo combate:

> Meu caro Simas
> Mil felicidades
> Li com os companheiros da República suas duas últimas cartinhas. Estamos contentíssimos com o rumo que vão tomando os negócios da empreza. Affigura-se-me que si algum desfalque (coisa muito em moda nestes tempos que correm...) não for dado no activo da sociedade, por algum dos thesoureiros, e o cambio continuar a subir, alcançaremos, dentro de dois meses, uma estrondosa Victória commercial. Estive sabbado passado, demorando-me até as 11:40 de domingo, com os nossos camaradas de Castro. Fui lá especialmente para anima-los e, sobretudo, organiza-los. Da longa palestra que tive com todos, em casa de Theodoreto, conclui, razoavelmente que não nos faltam alli elementos nem officiaes, para tormnar exeqüível o levante, em massa, do regimento. Eis, sob esse aspecto, o verdadeiro estado do corpo:
> 1º esq. Cap. Mello (Decididamente contra. É odiado pela soldadesca. -sublevando – Ten. Osmário (decididamente nosso. Parece disposto...).
> 2º esq. – Cmte. – Cap. Busse (conversei incidentemente com elle, q. não me conhece, nem sabe a q. lá fui. Apreciei-lhe os modos e convenci-me de q. é muito amigo do nosso bloco. Não foi fallado ainda. Garantiram-me unanimemente q., si não se decidir a favor tbém não será contra!...
> Sub^{nos} Tens. Lincoln e Theodoreto (São ambos inteiramente nossos).
> 3º esq. - Comte. Cap. Menna Barreto (Falla mal do governo, aproximando-se do bloco... Não inspira confiança alguma)
> Sub^{nos} – Ten. Ebeken – (Cretino, nada vale. É contra.) e J. Luiz de Siqueira (Conheço-o da Escola. É bom rapaz. Não foi fallado ainda. Estou convencido de que adherirá á nossa causa).
> 4º esq. – Comte. Cap. Octavio F. Souza (É nosso. Confirmo o conceito em que você o tem. Merece a distinção de ser o chefe alli.)
> Sub^{nos} – Ten. S. Lima e Ancora (São ambos inteiramente nossos).
> Outras informações: são contra o cel. Cmte., o Maj. Fiscal (perigoso porque é muito dado com a sargentada) e o ajudante.
> Não é isso, entretanto, o peor da questão (pois como fiz ver a todos elles, o corpo não estando em prontidão, taes elementos são innofensivos.) O ponto fraco é não haverem, aquelles officiaes, trabalhando a sargentada, q. é muito apegada á tropa (pois são casados e têm propriedades...); isso deixa-os na incerteza de si serão obedecidos.
> Notei, com franqueza, e por isso q. apezar de termos alli officiaes em quantidade sufficiente, falta-lhes tino para o negócio...
> Instruí-os o quanto pude, na maneira porque deveriam levar a cabo essa pequena emprêsa commercial. Disse-lhes que o Isidoro, ao passar por lá, já deveria achar resolvidas todas essas pequenas cousas. Parece-me que ainda não estão de todo convencidos dos lucros que darão á Empresa. Fiz-lhes ver que, de qualquer forma, essas coisas preliminares podem resolver-se antes de uma decisão final. Depois de tudo preparado (porq. actualmente não está) elles, deante do que lhes expuzer o chefe, que recusem o seu capital si julgarem fracas as possibilidades da Emprêsa. Convenci-os de que era, entretanto, indispensável que se preparassem decididamente para o caso de ser vantajoso o negócio... Prometteram-me resolutamente fazê-lo. Vim de lá animado. Julgo indispensável para dispô-los de vez, que o general converse com elles em pessoa, expondo-lhes os elementos com que conta para a Victória. Combinamos que o Severo desembarcaria na estação de Tronco (1ª depois de Castro) indo elles buscá-lo de automóvel, conduzindo-o até a Chácara de Theodoreto, distantes 3 Kms. de Castro. A essa conferência aconselhei que levassem tbém. o Cap. Busse e

---

Carlos Pereira. **O Tenentismo na Marinha**: Os Primeiros Anos – 1922 a 1924. São Paulo: Paz e Terra, 2005; MAYNARD, Andreza Santos Cruz. **A Caserna em Polvorosa**: Revolta de 1924 em Sergipe. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2008, 129 f.

[498] SILVA, Hélio. **1922.** Sangue na Areia de Copacabana. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v. II, 1964. (Documentos da História Contemporânea), p. 425; DRUMMOND, José Augusto. **O Movimento Tenentista:** A Intervenção Política dos Oficiais Jovens (1922-1935). Rio de Janeiro: Graal, 1986, p. 96-7.

> o ten. Siqueira. Creio que com isso se ultimará de vez o nosso negócio naquela cidade. Hoje mesmo vou escrever ao Cap. Octávio, renovando a incistencia com que me bati para q. trabalhassem com cautela, embora o pessoal [ilegível].
> Julgo que o general já encontrará o máximo recurso q. nos poderá fornecer Castro, bem como os meios porque nos serão entregues. Tenho continuado a corresponder-me com o pessoal de Coritiba. Pelas contas do Sampson, deprehendo que o moral de lá continua baixo. O Plínio e o Amorety, sobretudo, continuam muito pessimistas qto. ao lucro do negócio. Falta-lhes ainda a certeza de que o negócio é sério. Mandei-lhe cópia de sua penúltima carta (A animadora!). Estou aguardando resposta. O mano Joaquim seguiu hoje para S. Catharina afim de remetter-lhe com segurança e urgência as informações pedidas pelo general. Fallará com Valgas em Joinville, com o Cmte. do Forte, Mal. Luz, em S. Francisco, com os Caps. Colonia Moreira Lima, em Florianópolis, com Buabuan, em Blumenau, seguindo depois para o Contestado, onde entrará em ligação com o Paes Leme. Aqui deve voltar antes de 31 do corrente.
> Eu sigo amanhã para o Rio Grande, onde pretendo fallar com o Cap. Fernando e Buarque, do 3º B. E., e Cap. Agenor (carolinha), tens. Uchôa e Jaire de Lima, da artilharia, todos em S. Gabriel; com Cap. Duncan (Comte. da Esq. da Aviação), em Sta. Maria; com o Cap. Martins (Artilharia) e Tens. Bibuano Chaves e Baroneza (da Infantaria), em Cruz Alta e com o Capitão Prestes, em Sto. Angelo. Cá estarei, também, até 31. Manda-lhe-emos, modestamente um relatório. Toda nossa correspondência deve vir para aqui. O Tulio dará o conveniente destino. Sem mais, aceita um abraço do Juarez.[499]

É impressionante como Juarez Fernandes do Nascimento Távora e seu irmão Joaquim Fernandes do Nascimento Távora eram incansáveis e viajavam desertados, por todo o país, em busca de adesões para nova insurreição de 1924. Por isso, a morte de Joaquim Távora, em combate, em São Paulo, deixara os revoltosos tão abalados.[500] Contavam ainda com Fernando Fernandes do Nascimento Távora, outro irmão oficial, que fora transferido de Curitiba, para o Rio Grande do Sul, dias após o levante,[501] em julho de 1922, e que mais tarde, além de atuar no levante do Rio Grande, faria parte do Estado-Maior de Isidoro, durante a marcha da Coluna Miguel Costa-Prestes.[502] Juarez escrevia e viajava para entrar em contato com todos os que demonstrassem ser potenciais companheiros na construção de mais um grupo capaz de tomar o poder. Ainda no início do ano de 1924, bem próximo à data do levante, que foi em 5 de julho, na mesma data do levante de 1922, andava ele como um peregrino colhendo novos combatentes:

> Meu caro Simas
> Meu forte abraço

---

[499] Esta carta não tem data, contudo a menção ao auxilio de Joaquim Távora na conspiração mostra que é do período que antecede as revoltas de 1924, Joaquim morre em São Paulo, em combate. Carta de Juarez Fernandes Távora, de local ignorado, para Alfredo Simas Enéas. ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. APESP. Cartas da Revolução de 24. Acervo Digitalizado. Disponível em <http://www.arquivoestado.sp.gov.br>.

[500] Joaquim do Nascimento Fernandes Távora morre no dia 19 de julho após um ferimento em combate, quando comandava um ataque ao 5º Batalhão da Força Pública. Este batalhão teria sido o último a se render, deixando abalados os oficiais.[500] João Francisco, rio-grandense, companheiro de Isidoro desde a revolta de 1893, fora gravemente ferido por estilhaços de granada e Eduardo Gomes, ao tentar voar com o Oriole, até o Rio de Janeiro sofre uma queda na Serra do Mar, tendo, entretanto, sobrevivido. Essas perdas desfalcaram o comando rebelde.

[501] Cf. Documento de Alterações de Fernando Fernandes Nascimento Távora. ARQUIVO HISTÓRICO DO EXÉRCITO. AHEx.

[502] Cf. Cartas da Revolução de 24. ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. APESP. Acervo Digitalizado. Disponível em <http://www.arquivoestado.sp.gov.br>.

> Cheguei hontem de Yzhgél (Castro), onde fiz ligeira visita aos sócios da nova filial alli. Achei-os bastante animados com as últimas transações comerciaes realizadas: acabam de entrar como sócios efectivos da empresa trazendo óptimo capital – l Yzk Wqhhv (o Cap. Busse) v l Gvm Hrjrvriz (e o Ten. Siqueira). Julgo xxxx xxxx que é muito boa actualmente a situação daquela filial. Só falta agora uma cousa para impor seu crédito definitivamente á praça: - é a vinda até cá, mesmo de passagem, apenas para trocar idéias do gerente da matriz ahi l (o) Hvevil (Severo).
> O mesmo se tem dito em Hlirgrwz (Coritiba) onde os vovrvmglh (elementos) agora francamente decididos reflectem parodiando o nosso Hvevil (Severo)[503] que não vêem claro algumas coisas. São todos accordes, entretanto em affirmar, que este com uma simples visitinha a Hlirgrwz (Coritiba) poderia esclarecer tudo deixando na praça uma confiança illimitada aos adeptos da empresa. Concordo com todos elles! Julgo que é de capital importância essa visita do gerente da matriz ás nossas filiaes aqui, pois não há como mão de mestre e experiência de velho para ajeitar tudo *de pressa*... Estamos aguardando sua carta promettida em telegramma *afim* de tomarmos resoluções definitivas. É possível que o mano (Joaquim Távora) vá á H. kzfol (S. Paulo) ver com os olhos o que prometteu affirmar - zl Kormrl (ao Plínio) – enquanto eu terei de repetir uma viagem Zl (ao) Irl (Rio) Sigmxv (Grande) acompanhando um filho do Yvo Uzwiryrl (Cel. Fabrício) que vae fazer ortzylvh (ligações) – com os – ivelofyrlmzirlh xl hqo (revolucionários do Sul). Aproveitarei essa viagem, si a houver de fazer, para conversar com os nossos sócios de lá sobre o que já fizeram em suas respectivas filiaes. Continuo A clamar contra a protelação indefinida do ajuste de contas, que será grandemente prejudicada em todas as praças si ultrapassa este mês, devido á verdadeira limpa de capitães que nos fará z Vhyloz xv Zkviurylznvmgl (a Escola de Aperfeiçoamento). Pondere bem isso ao gerente! Fallo-lh com toda franqueza e de cadeira porque estou lutando com o próprio cobre. Sem mais, disponha do amigo e sócio.
> Xfziva (Juarez).[504]

Diante de um número considerável de cartas lidas, mesmo naquelas endereçadas à familiares, ou nas que estavam escritas em código não foi observada alternativa que não fosse a luta, o "ajuste de contas." Em 1923, imediatamente após a condenação dos militares começara nova conspiração. Os líderes do movimento viajaram pelos estados de São Paulo, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, Mato Grosso, o Sul de Minas Gerais e Rio de Janeiro. Àqueles que permaneciam nas prisões, restava a esperança de uma fuga para reintegrarem-se à conspirações e lutas. Enquanto isso não acontecia, também conspiravam.

Mais experientes e mais fortalecidos, em 1924, voltariam atuar no comando de novas revoltas. A cidade de São Paulo foi escolhida para dar início ao levante, seguida das demais guarnições.

Os irmãos Távora assumem o comando das conspirações. João Alberto afirmaria, no futuro, que o elemento mais ativo da corporação havia sido Joaquim Távora: "bandeira,

---

[503] Esse era um nome fictício dado a Isidoro Dias Lopes, General comandante das revoltas a partir de 1924, ocupando essa função até meados de 1927, quando passa o comando para Prestes. Embora desejasse tê-lo feito à Miguel Costa, Prestes já havia, com seu carisma e idéias de combate inovadoras, conquistado a tropa. Cf. ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. APESP. Cartas da Revolução de 24. Acervo Digitalizado. Disponível em: <http://www.arquivoestado.sp.gov.br>. É possível, contudo que o fato de Prestes ser do Exército e de Miguel Costa ser da Força Pública, foi o fator de maior peso para que tomassem essa decisão, pois não poderia o comando de uma revolução promovida pelo Exército ser entregue a um oficial da Polícia Militar.

[504] Cartas do Exílio: de Juarez Távora para Alfredo de Simas Enéas, em 12/02/24. Código: a-z; b- y; c- x; d- w; e-v; f-u; g-t; h-s; i-r; j-q; k-p; l-o; m-n; n-m; o-l; p-q-; r-i; s- h; t-g; u-f; v-e; w-b; x-d; y-c; z-a. ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. APESP. Cartas da Revolução de 24. Acervo Digitalizado. Disponível em <http://www.arquivoestado.sp.gov.br>.

cérebro e alma do movimento em sua fase inicial." Seu irmão, Juarez, após participar do levante da Escola Militar, em 1922, seguia seus passos.[505]

Joaquim Távora, responsável pelo levante do 17º batalhão de Caçadores, sediado em Corumbá, Mato Grosso, em 1922, junto à Clodoaldo da Fonseca, era considerado desertor desde 1923. Depois de viajar por todo o país, transferira-se para São Paulo indo morar na Rua Vauthier, número 27, numa república, no bairro de Vila Pari, São Paulo, em cima de um café,[506] onde já residia o Tenente Custódio de Oliveira, do 2º Grupo Independente de Artilharia Pesada, de Quitaúna. Neste local as reuniões dos líderes do levante aconteciam e a casa parecia um quartel-general revolucionário. O major Miguel Costa, do Regimento de Cavalaria da Polícia Militar, da Força Pública Paulista, era presença constante, além de diversos outros oficiais lotados nas guarnições de São Paulo, como o major Cabral Velho, fiscal do 6º Regimento de Infantaria, de Caçapava; o capitão Newton Estilac Leal, chefe de material bélico da 2ª Região Militar; o tenente Asdrúbal Gwyer de Azevedo e o tenente Luís Cordeiro de Castro Afilhado, ambos do 4º Batalhão de Caçadores, situado no bairro de Santana.[507]

A residência na Travessa da Fábrica, número 6, dos tenentes Henrique Ricardo Hall e Vítor César da Cunha Cruz, que também haviam se transferido para São Paulo, como Joaquim Távora, era outro local de acerto dos planos militares, destes e de outros militares foragidos, que ao receberem o resultado dos processos judiciais decidiram-se definitivamente pela luta. Joaquim Nunes de Carvalho, Otávio Guimarães, Eduardo Gomes e os ex-alunos da Escola Militar de Realengo, Emígdio da Costa Miranda e Diogo Figueiredo Moreira Jr., eram alguns dentre vários companheiros de conspiração nesses locais.[508]

Além de conspirarem tinham que usar identidades falsas, pois eram vigiados todo o tempo por policiais. Henrique Ricardo Hall usava o nome de Dr. Ricardo Fischet Jr., enquanto Vítor César da Cunha Cruz, era o Dr. Vitor da Silveira. Juarez Távora, após mudar de nome várias vezes, vivia escondido em São Paulo, sob o nome de Otávio Fernandes, eletricista de profissão e técnico da Casa Stolze, uma das oficinas elétricas mais conceituadas da capital paulista. Já Eduardo Gomes, passara a maior parte do tempo refugiado em Mato Grosso,

---

[505] BARROS, João Alberto Lins de. **Memórias de um Revolucionário.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1953, p. 23.

[506] TÁVORA, Juarez. **Uma vida, muitas lutas:** Memórias, v. I, Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército e Livraria José Olympio, 1973; Drumond, p. 132; SILVA, Hélio. **1922.** Sangue na Areia de Copacabana. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v. II, 1964. (Documentos da História Contemporânea), p. 366.

[507] Ibid, p. 366.

[508] Ibid, p. 366.

também clandestino, sob o nome de Dr. Eugênio Guimarães, advogado e professor primário.[509]

Os revoltosos, conforme se observa na carta, pretendiam se insurgir antes da intervenção preparada, pelo governo federal, contra J. J. Seabra, contando, inclusive, com sua adesão. Seabra era o presidente (governador) do estado da Bahia. Fora candidato à vice-presidência da República, em 1922, na chapa encabeçada por Nilo Peçanha contra Artur Bernardes, o que o colocava numa posição muito arriscada. Mesmo assim contavam com seu apoio para o levante.

O movimento deveria ser deflagrado no mês de março, com início simultâneo no Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo e Sul de Minas, podendo, em seguida, receber o apoio de elementos das guarnições do Rio de Janeiro, Mato Grosso e Goiás. O núcleo principal era a cidade de São Paulo.[510] As guarnições do Exército, circunvizinhas da capital, em ação conjugada com elementos da Polícia Militar, a tomariam, enquanto os corpos de tropa aquartelados no Vale do Paraíba, reforçados por elementos vindos do Sul de Minas, avançariam até Cruzeiro, abrindo as portas para a invasão do Rio de Janeiro. Às forças paulistas caberia também a missão de barrar, na costa Leste da Serra do Mar, a progressão das unidades contra-revolucionárias, partidas de Santos. A rebelião no Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná visava, principalmente, impedir que o contingente situado em Porto Alegre marchasse contra São Paulo ou que o mesmo fosse feito por elementos desembarcados em Paranaguá e São Francisco. Somente no Paraná e em Santa Catarina, mais de dez mil homens estavam comprometidos:

---

[509] Todas as informações sobre a identidade dos rebelados foram retiradas do Inquérito Policial Militar, vol. 114, p. 61, in SILVA, Hélio. **1922.** Sangue na Areia de Copacabana. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v. II, 1964, p. 364 (Documentos da História Contemporânea); da Denúncia do Procurador Criminal da República sobre a revolta de 5 de julho de 1924 em *O Estado de São Paulo* de 01/05/25 e do próprio documento no qual foi feita a denúncia, encontrado na ATJESP, in MEIRELLES, Domingos. **As Noites das Grandes Fogueiras.** Uma História da Coluna Prestes. 6ª ed. Rio de Janeiro: Record, 1999, p. 50.

[510] São Paulo fora escolhida devido às dificuldades causadas pelo sítio na capital federal, onde a vigilância e a delação se haviam tornado constantes. Esta cidade, por sua vez, enfrentava um momento político delicado para o governo federal, o que de alguma forma poderia facilitar a ação dos revoltosos. No primeiro semestre de 1924, a sucessão de Washington Luís por Carlos de Campos no governo do estado havia sido imposta. Washington Luís forçara o senador Álvaro de Carvalho PRP (Partido Republicano Paulista) a desistir de sua candidatura, primeiro para o governo e depois para o senado, provocando insatisfação política em torno de seu nome nesse estado. Além disso, greves operárias provocadas pela carestia, ocorrida em função da alta artificial dos preços do café, surgiam em busca de reajuste salarial. A greve no Cotonifício Rodolfo Crespi, a maior indústria têxtil da cidade, inicia um movimento por todo o setor envolvendo 12.000 operários durante várias semanas. Isso resulta em violências, perseguições, prisões, deportações. Para completar o clima de insatisfação com o governo, no dia 29 de junho de 1924, a Missão Inglesa, que chegara ao país em dezembro de 1923, para, a pedido do governo, realizar minuciosa inspeção na economia nacional, publica um relatório no qual recomenda a privatização do Banco do Brasil; do Lloyd e da Estrada de Ferro Central do Brasil. Para renegociar a dívida contraída pelo governo e conceder novos empréstimos, a missão cobrava, também, deste, um rígido arrocho fiscal e medidas que favorecessem o ingresso de capitais externos, considerados indispensáveis ao desenvolvimento do país.

> [...] Como vai indo a organisação dos planos? Por aqui já temos cojitado de uma possível distribuição dos 10 ou 12 mil homens que contamos levantar no Paraná e S. Catharina. Tudo está dependendo, porém, da opinião decisiva e irrevogável do nosso Severo. Tenho já qualquer coisa de cálculo de distância, e rotas de marcha no trem, de todos os pontos oestes dos estados para S. Paulo. É possível que isso nos sirva para alguma coisa.
> Sem mais acceite um forte abraço do amigo.
> Juarez[511]

O general Isidoro Dias Lopes, que viajara por esses três estados citados, buscando adesões, assumiria o comando do levante, pois era necessário um oficial dessa patente para emprestar respeitabilidade ao movimento.[512]

Embora o plano estivesse fechado, alguns reveses ocorreram no mês pretendido para sua deflagração. A desistência de Bertoldo Klinger, nas palavras de Juarez, "oficial de grande valor e prestígio"[513] causou certa apreensão quanto à certeza de êxito. Além da recusa de Klinger, em março, Seabra, que procurava manter o controle sobre o governo da Bahia apoiando Raul de Leoni à sua sucessão, fora forçado a abandoná-lo, devido a uma intervenção federal.[514] Quase simultaneamente morria Nilo Peçanha, no dia 31 de março de 1924, um grande aliado e amigo, tendo, esses acontecimentos, abalado a confiança dos revoltosos, pois eram elementos caríssimos ao sucesso do levante.

> [...] Acho que será bom fallar com o general sobre a opportunidade de animar a reacção já esboçada pelo Dr. Seabra, na Bahia, contra o rolinha. Julgo que poderemos encontrar na pessoa daquelle bahiano, um auxiliar valente e precioso. É necessário ter, entretanto, máxima prudência, porque Leone candidato á presidência é sufficientemente ruim e frouxo. Agora perdoe-me que lhe faça uma pergunta innocente: Itu e Jundiaí são nossos? Pergunta-lhos, porque o 4º Regimento de A. Montada é considerado como peso capaz de, por si só, fazer pender o fiel indeciso da balança. E o Klingger? Esclareça-me discretamente esses pontos, porque com isso mettem-se convicções até num São Thomé! Logo que tenha recebido os informes, detalhes e instrucções, de que fala o general em sua carta, prettendo seguir para o sul, onde me demorarei o tempo indispensável para fallar com meu irmão Fernando em S. Gabriel, que fiscaliza o 3º B. E., com o Cap. Agenor Aguiar e tenentes Uchôa Cavalcanti e Jaire Alb. de Lima, elementos óptimos com que contamos no R. A. M. aquartelado naquela cidade. Passando depois, por Santa Maria e C. Alta até Santo Miguel, onde temos á nossa disposição no 1º Btl. Ferroviário, a energia intelligente de Carlos Prestes. Creio que esses

---

[511] Carta de Juarez do Nascimento Fernandes Távora, de local ignorado, para Alfredo Simas Enéas, em 18/01/24. ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. APESP. Cartas da Revolução de 24. Acervo Digitalizado. Disponível em <http://www.arquivoestado.sp.gov.br>.

[512] Isidoro Dias Lopes nasceu em Dom Pedrito (RS), em 1865. Militar, entrou para o Exército como voluntário em 1883, fixando-se no 13º Batalhão de Infantaria, sediado em Porto Alegre. Propagandista da República, apoiou, da capital gaúcha, o movimento que pôs fim ao Império. No mesmo ano abandonou o Exército para participar da Revolução Federalista, desencadeada no Rio Grande do Sul contra o governo de Floriano Peixoto. Com a derrota dos federalistas partiu para o exílio em Paris, em 1895. De volta ao Brasil, no ano seguinte, anistiado, retornou ao Exército e estabeleceu-se no Rio de Janeiro, dando seguimento à sua carreira militar. Em 1923, já como general reformado e residindo em São Paulo, deu início às articulações contra o governo de Artur Bernardes. No ano seguinte, escolhido pelos conspiradores como o líder do movimento, viajou pelos estados de São Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul estabelecendo contatos nos meios militares e elaborou, junto com Joaquim Távora, um plano de ocupação da capital paulista. FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. FGV. CPDOC. Dicionário Histórico Biográfico. Disponível em: <http//:www.cpdoc.fgv.br/>. Acesso em: set. 2009.

[513] TÁVORA, Juarez. **Uma vida, muitas lutas:** Memórias, v. I, Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército e Livraria José Olympio, 1973 Drumond, p. 132.

[514] Ibid, p. 132.

> elementos, si de todo não nos poderem ajudar, atrapalharão, pelo menos, seriamente, a acção dos que, no Rio Grande, nos quizerem combater.[515]

Dois dias depois repetia com ânimo a possibilidade de adesão de J.J. Seabra:

> [...] Não te esqueças de ponderar ao Severo a conveniência de um entendimento com o Seabra. Creio firmemente que o bahiano tendo certeza que não ficará só, fará um saleiro feio no sertão.[516]

Por todas as razões anteriormente mencionadas, houve a necessidade de reformulação do plano. Decidiram, então, que não haveria mais um levante simultâneo dos estados comprometidos. O início da ação militar seria em São Paulo, enquanto as demais, do Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Minas Gerais só se levantariam quando fossem enviadas para combater as tropas insurrectas de São Paulo.

O novo plano consistia no ataque aos quartéis policiais da Luz;[517] 1º, 2º e 4º Batalhão de Infantaria; Corpo Escola; Cadeia Pública e Regimento de Cavalaria, onde os aguardava Miguel Costa, oficial da Força Pública comprometido com a revolução. O 4º Batalhão de Caçadores, onde serviam os tenentes Asdrúbal Gwyer de Azevedo e Luís Cordeiro de Castro Afilhado, o Regimento de Cavalaria e o 2º Grupo de Artilharia Pesada, de Quitaúna, onde servia o Tenente Custódio de Oliveira, o mesmo da Rua Vauthier, e Filinto Müller[518], iniciariam a insurreição. Em seguida, ocupar-se-iam as estações ferroviárias, o telégrafo, que

---

[515] Carta de Juarez do Nascimento Fernandes Távora, de local ignorado, para Alfredo Simas Enéas, em 16-01-24. ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. APESP. Cartas da Revolução de 24. Acervo Digitalizado. Disponível em <http://www.arquivoestado.sp.gov.br>.

[516] Ibid.

[517] Sairiam na madrugada de 5 de julho, em taxis com autotaxímetros alugados, numa garagem de São Caetano, que se dividiriam em várias rotas. Depoimento de Emígdio Miranda, ao autor. Cf. TÁVORA, **Juarez. Uma vida, muitas lutas:** Memórias, v. I, Rio de Janeiro: José Olympio, 1973; e MEIRELLES, Domingos. **As Noites das Grandes Fogueiras.** Uma História da Coluna Prestes. 6ª ed. Rio de Janeiro: Record, 1999, p. 46.

[518] Essa é a segunda vez que Filinto Müller aparece como revolucionário. Ele vem de Quitaúna, com a primeira tropa, comandada por Custódio de Oliveira, que trazia a artilharia para o centro de São Paulo. Quando Custódio foi ferido e, logo após, preso. Em 1922, havia sido preso, durante cinco meses, acusado de participação nos preparativos insurrecionais. Após ter permanecido no Paraná, por algum tempo, se exila na Argentina. Retorna ao Brasil em 1927, fica preso por dois anos e meio, e, em 1930 será nomeado oficial de gabinete do ministro da guerra, general Leite Castro e, em seguida secretário de João Alberto, interventor de São Paulo. Em 1932, atua no combate à Revolução Constitucionalista, e, em abril de 1933 alcança o cargo de chefe de Polícia do Distrito federal, permanecendo neste posto por quase uma década. Permanece na vida política ocupando vários cargos, tanto do Poder Executivo, como do Legislativo até 1973, quando se elegeu Senador, pela Arena, ano de sua morte em um acidente de avião. Ver mais em: FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS – FGV – CPDOC. Dicionário Histórico Biográfico. Disponível em: <http//:wwwcpdoc.fgv.br/>. Acesso em: set. 2009.

ficaria a cargo do Tenente Ari Cruz[519] e do Tenente Alfredo Simas Enéas, e a telefônica, estes dois últimos essenciais ao sucesso da operação. [520]

Dando sequência às ações, as patrulhas do 4º Regimento de Infantaria, transportadas de Quitaúna para São Paulo, em automóveis, dominariam os 3º e 5º Batalhões de Infantaria da Polícia Militar, o Corpo de Bombeiros, a Secretaria de Justiça, o Palácio do Estado e Quartel-General da Guarda Cívica.

Além de todos esses elementos militares, contariam, no futuro, já deflagrada a revolta de 1924, com a adesão de militares e civis. No dia 16 de julho, o comando revolucionário abriu inscrições para o voluntariado e convocou a população. O jornal A Plebe, porta voz do movimento anarquista, divulga um manifesto de apoio aos revoltosos chamado Moção dos Militantes Operários ao Comitê das Forças Revolucionárias. Mesmo em dúvida quanto aos objetivos do levante, os anarquistas não tinham como deixar de acompanhar a onda de adesão das classes populares, especialmente da classe operária, que só fazia aumentar a cada granada disparada contra a cidade. O apoio da população expresso em manifestações como os momentos em que as refeições foram servidas aos combatentes nas trincheiras, agora seria dado sob a forma de adesão. Os inscritos foram organizados em Batalhões Patrióticos que compunham-se, entre outros, de imigrantes veteranos da 1ª Guerra Mundial. Como não falavam bem o português, foram criados três batalhões estrangeiros, organizados de acordo com os idiomas dos imigrantes: o batalhão húngaro, com 122 combatentes alistados, 13 deles oficiais com experiência em campos de batalha, responsável pelo policiamento da cidade e comandado por Maximiliano Agid; o Batalhão Patriótico da Colônia Alemã, sob o comando de João Joaquim Tuchen e o Batalhão italiano, composto basicamente de anarquistas, como Lamberti Sorrentino, redator do jornal Il Piccolo.[521] A criação deste Batalhão, apenas formalizava a simpatia que, desde o início, os operários italianos manifestaram em relação aos revolucionários.

---

[519] MEIRELLES, Domingos. **As Noites das Grandes Fogueiras.** Uma História da Coluna Prestes. 6ª ed. Rio de Janeiro: Record, 1999, p. 68; Cf. TÁVORA, Juarez. **Uma vida, muitas lutas:** Memórias, v. I, Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército e Livraria José Olympio, 1973.

[520] Era comum em todas operações militares o domínio das comunicações e da estrada de ferro. Benjamim Constant, por ocasião da Proclamação escreveu na noite anterior: "Precisa-se tomar a um só golpe e à noite as seguintes posições - Arsenal de Guerra, de Marinha, Alfândega, Tesouro Nacional, Estação Central dos Telégrafos, da Estrada de Ferro P. 2º, dos telefones [...]". Ver mais em CASTRO, Celso. **Os Militares e a República.** Um estudo sobre a cultura e ação política. Rio de janeiro: Zahar, 1995, p. 185.

[521] O processo de adesão popular cresceu e até a véspera da retirada, encontravam-se panfletos com este teor: *"Ao proletariado em geral! Convida-se o proletariado para uma reunião neste Sábado, 26 do corrente, a rua Wenceslau Brás, 19, às 14h, onde ficará definitivamente assentado o seu concurso moral e material em favor da Revolução que ora sacode este Estado ao caminho de um amanhã de mais liberdade, justiça e bem-estar para as classes oprimidas. (O Comitê Operário)"* apud MEIRELLES, op. cit., nota 519, p.135.

Esses imigrantes eram provenientes da Sicília, Calábria, Nápoles e Vêneto, e em sua maioria estão divididos entre o anarquismo e o socialismo.

> [...] podem ser encontrados garçons, veterinários, desempregados, técnicos em eletricidade, camponeses, um bailarino, Adalberto Kardos, e um ex-detetive de polícia de Budapeste, Paul Harmath, que exerce em São Paulo a profissão de jornalista, depois de ter sido correspondente de guerra, durante a Primeira Guerra Mundial. Uma das missões de Harmath será enviar, todas as semanas, reportagens sobre a revolução para os principais jornais europeus. [...].[522]

Depois de quase um mês de lutas, envolvendo o uso de artilharia, tanques de Guerra, e até mesmo do uso da aviação, pelos legalistas, para bombardeio da cidade, os revoltosos haviam se disposto a negociar a paz em troca de uma anistia ampla aos participantes dos levantes de 1924 e 1922. Era uma nova chance do governo por termo ao conflito. Como a anistia foi negada, às 22 horas do dia 28, os revoltosos decidiram-se por uma retirada pelo eixo ferroviário São Paulo-Campinas-Bauru. É uma retirada gigantesca, na qual treze composições ferroviárias, com quatorze a dezesseis vagões, levam homens e material bélico: toda a tropa, 3.500 homens, entre soldados do Exército, Polícia Militar e voluntários civis; seis baterias de artilharia, com seus acessórios e munição; duzentos cavalos; metralhadoras pesadas; equipamento de infantaria e cavalaria; viaturas. Toda essa operação gigantesca foi feita com tamanha rapidez e organização, de modo a que os legalistas não perceberam.[523]

Levaram tudo o que pudessem reutilizar na continuidade da luta. Sem que tivessem determinado, partiam "agora" para a "guerra de movimento," parando, inicialmente, em Campinas, depois Baurú. Lá organizaram-se em três brigadas, um regimento de cavalaria e um regimento misto de artilharia, até alcançarem o interior paulista, aproveitando as cidades que já haviam aderido ou que tivessem sido conquistadas por João Cabanas, figura central durante a retirada. Possuindo uma coluna móvel, "a Coluna da Morte," Cabanas já se encontrava com o domínio de algumas cidades periféricas.[524]

Silva nos dá uma breve descrição de Cabanas, feita por Paulo Duarte, jornalista à época:

> Descreve o revolucionário, tipo nervoso, magríssimo, alto, desfigurado, com uma farda cáqui, completamente suja e rasgada, todo sorridente. Tinha, dependurado no pescoço, a engraçada confusão feita por um binóculo de campanha, dragonas e os alamares, distintivos dos oficiais da Casa Militar da Presidência, que os soldados da guarda lhe conferiram, ao tomar o Palácio.

---

[522] IPM, documento do ATJESP apud MEIRELLES, Domingos. **As Noites das Grandes Fogueiras.** Uma História da Coluna Prestes. 6ª ed. Rio de Janeiro: Record, 1999; e, DIAS, Everardo. **História das lutas sociais no Brasil.** São Paulo: Editora Alfa-Ômega, 1977, p. 39, 40-2.

[523] Cf. TÁVORA, **Juarez. Uma vida, muitas lutas:** Memórias, v. I, Rio de Janeiro: José Olympio, 1973; MEIRELLES, ibid, p. 135.

[524] MEIRELLES, ibid, p. 135.

Meirelles também apresenta algumas características de sua personalidade:

> [...] Não havia limites para a sua astúcia. Esperto, e extremamente inteligente, Cabanas conseguira desidratar as forças do general Martins Pereira sem disparar um tiro. Num rompante de criatividade, passou telegramas para os chefes das estações com a seguinte recomendação: 'Seguimos madrugada, 2 mil homens, vinte canhões, oitenta metralhadoras. Providencie urgência instalação tropa. Pelo trem duas horas tarde, seguirão mais quinhentos homens, dez peças artilharia pesada. Situação capital inteiramente nossa. Forças legalistas dominadas pânico. Povo confraternizando nossas forças. Tudo pelo nosso grande chefe e pelos ideais nova República.' Assim que transmitia a mensagem, inutilizava os aparelhos transmissores. Os telegramas provocavam efeito devastador. Os chefes das estações, trêmulos, com os rosto crispado de terror, entregavam as mensagens imediatamente aos oficiais legalistas. Estes, desconhecendo a extensão da revolta e o verdadeiro poder de fogo dos rebeldes, achavam sempre mais prudente bater em retirada do que participar de um confronto desigual. Em cada estação que passavam, os soldados da Coluna da Morte faziam gritaria ensurdecedora, cantando marchas militares e dando vivas ao general Isidoro. O poderoso armamento exibido pelos dois trens que integravam o comboio era uma ficção, um arranjo cenográfico. O terrível e ameaçador canhão de 105 mm que se erguia no vagão da frente não passava de um tronco de peroba bem torneado, pintado de preto, amparado por duas velhas rodas de carroça. Pequenas 'peças de artilharia', trabalhadas em madeira, podiam ser vistas em todos os vagões. Cabanas, fingia dispor de copiosa munição. Espalhou pilhas de bambu cobertas por lonas pelos vagões desse fantástico trem de guerra para dar a impressão de que possuía abundância de petardos para os seus canhões. [...] Suas rápidas aparições, envolto por uma capa negra, que batia nos calcanhares, contribuíram para que logo se esculpisse em torno dele a imagem de que comandava uma coluna maldita. Alto, magro, sempre inquieto, espigado, Cabanas usava imenso quepe enterrado até as orelhas, o que emprestava a seu rosto anguloso, aspecto assustador.[525]

Depois da retirada, parte das tropas lutam no Paraná, em Catanduvas, por vários meses, isolando as tropas legalistas das tropas de Prestes, levantadas em outubro no Rio Grande do Sul, até que estas passassem incólumes, rumo a Foz do Iguassú. Em maio do ano seguinte, unida a Coluna paulista às tropas gaúchas comandadas Capitão Luís Carlos Prestes e os Tenentes Siqueira Campos e João Alberto, iniciaram a marcha da Coluna inicialmente denominada Miguel Costa-Prestes.[526]

Revoltam-se quase simultaneamente: em 5 de julho, as guarnições de São Paulo, já mencionadas incluindo-se a Força Pública; no dia 12 de julho, o 10º Regimento de Cavalaria Independente, na cidade de Bela Vista, em Mato Grosso e em 13 de julho, o 28º Batalhão de Caçadores de Sergipe.

Levantaram-se, também, ainda em julho de 1924, os batalhões pertencentes à 8ª Região Militar: em 23 de julho; a Marinha, com uma ação conjunta da Flotilha do Amazonas, e do 27º Batalhão de Caçadores, de Manaus, secundado pela Flotilha do Amazonas. Dos demais batalhões da 8ª Região Militar, da qual também fazia parte o 27º BC, insurgiram-se o

---

[525] DUARTE, Paulo. Agora nós. São Paulo: J. Fonseca, 1927 apud SILVA, Hélio. **1922.** Sangue na Areia de Copacabana. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v. II, 1964, p. 392-3. (Documentos da História Contemporânea); Ver também MEIRELLES, Domingos. **As Noites das Grandes Fogueiras**. Uma História da Coluna Prestes. 6ª ed. Rio de Janeiro: Record, 1999, p. 193-4; CABANAS, João. **A Coluna da Morte.** Rio de Janeiro: Artes e Ofícios, [19?], p. 123-8.

[526] Cf. TÁVORA, Juarez. **Uma vida, muitas lutas**: Memórias, v. I, Rio de Janeiro: José Olympio, 1973.

4º Grupo de Artilharia sediado em Óbidos, no Pará, quase fronteira Amazonas; e o 26º Batalhão de Caçadores de Belém, capital do Pará, este último em 26 de julho.

Concluindo a conexão entre as revoltas deflagradas no país, no mesmo ano, em 1924, observa-se, além dessas guarnições militares, o levante do Rio Grande do Sul, em 24 de outubro, na qual os revoltosos gaúchos unem-se à Coluna paulista, em Foz do Iguaçu, formando a Coluna Prestes, como já foi dito, e, novamente a Marinha: em 4 de novembro, a tentativa do levante do encouraçado *Minas Gerais* e da contratorpedeira *Goiás*, e o levante do encouraçado *São Paulo*, tendo, após aportarem em Montevidéu, alguns revoltosos da Marinha se unido aos revolucionários do Rio Grande do Sul, seguindo com eles pela Coluna Prestes.

Assim se deu a sincronia entre os levantes militares, no ano de 1924, além de muitos outros que tiveram seus intentos frustrados pelas delações. Por causa dessa adesão, a repressão contra os militares se iniciaria, de modo significativo, mostrando-se implacável.

O ano de 1924, então, inaugurava um período de incontáveis prisões de rebeldes, não apenas na capital federal, mas de todas as partes do Brasil, revelando a face cruel de um estado de exceção implementado no país, repleto de perseguições, prisões ilegais, torturas e arbitrariedades no sistema jurídico-político.

Em meados de 1924, após as revoltas mencionadas, aglomeravam-se, sob a custódia do governo federal, centenas de presos em cárceres, em navios-prisões, e em ilhas litorâneas e oceânicas brasileiras. Militares rebeldes, operários, jornalistas, políticos da oposição e civis de um modo geral, viveram dias de incerteza, pois as prisões jaziam lotadas.[527]

Na capital, serviam a este fim a Polícia Central - 4ª Delegacia Auxiliar de Polícia Política, como já vimos - e as Casas de Correção e Detenção; em São Paulo, a Hospedaria dos Imigrantes, transformada em Presídio; nos portos, os navios-prisões *Alfenas, Benevente, Cuyabá, Jaceguay, Campos, Jahu, Manaus, Baependi* e *Comandante Vasconcelos* - todos requisitados do Loyd brasileiro - alguns servindo como prisão, onde os prisioneiros permaneceriam por tempo incerto, ou de onde não mais sairiam devido às condições de insalubridade que apresentavam, outros levando contingentes de infelizes, a bordo, para prisões em ilhas oceânicas: Ilha Grande (Lazareto e Colônia Correcional Dois Rios);[528] Ilha de Fernando de Noronha e, finalmente, à fronteira com a Guiana Francesa, no Oiapoque, para o campo de desterro da Clevelândia. O *Audaz*, o *Mario Alves*, o *Tonelero*, o *Laurindo Pita*, o

[527] DIAS, Everardo. **Bastilhas Modernas:** 1924-1926. São Paulo: Obras Sociais e Literárias, 1926, p. 131.

[528] A Ilha das Cobras também pertence ao conjunto de ilhas utilizadas como prisão, todavia, não necessita de transporte por navio.

Tenente Cláudio eram alguns dos rebocadores usados para levar presos para as Ilhas mais próximas: a Ilha de Bom Jesus, a Ilha das Flores e a Ilha Rasa.

Além desses estabelecimentos prisionais, navios-prisões e campos de degredo, para onde foram levados operários e militares, serviriam como prisão somente aos militares: os quartéis do Corpo de Bombeiros; a Escola de Estado Maior; o Batalhão Naval, na Ilha das Cobras; o 1º e 2º Regimento de Infantaria; o 1º Regimento de Cavalaria Divisionária (RCD); 4º Batalhão de Caçadores de Santana, em São Paulo; a Ilha de Trindade, no litoral do Espírito Santo; e outros corpos da 1ª Região Militar, no Rio de Janeiro, como a Fortaleza de Santa Cruz, Fortaleza de Lage, entre outros. Não podemos nos esquecer dos momentos em que ficaram detidos em tratamento no Hospital Central da Marinha (HCM) e Hospital Central do Exército (HCE).

3.2 As Casas de Detenção e Correção

A Casa de Detenção foi criada em 1856, pelo decreto número 1774, de dois de julho e instalada nas dependências da Casa de Correção da Corte do Rio de Janeiro, sendo administrada pelo diretor deste estabelecimento, e subordinada ao Chefe de Polícia da Corte. Sua criação reunia a Casa de Correção, a de Detenção e o Calabouço formando um complexo penitenciário.[529] Foi criada para substituir o Aljube, antiga masmorra Eclesiástica já em 1900, quando da reorganização do Serviço Policial do Distrito Federal, tendo sido assentada como órgão integrante do Ministério da Justiça e Negócios Interiores.[530]

No momento de sua criação destinava-se à reclusão dos indiciados pelas autoridades policiais e judiciárias. Embora pudesse alojar presos condenados, sua principal função era manter presos os infratores ainda sem condenação, ou que tivessem cometido pequenos delitos, para os quais sequer havia pena. Servia, ainda, de local de passagem, intermediário a transferências para outra unidade prisional, enfim, um lugar no qual os presos deveriam

[529] A Casa de Detenção correspondia - até o ano de 2003, quando inicia-se a demolição do complexo Frei Caneca, ao Presídio Milton Dias Moreira.[529] Ele foi extinto em 2006 e era mais conhecido como Presídio Político (ou popularmente como P.P.), por abrigar presos incursos na Lei de Segurança Nacional durante o período dos governos militares no Brasil. Estava situado ao lado do Instituto Félix Pacheco, no Estácio, na cidade do Rio de Janeiro. A antiga Casa de Detenção foi construída dentro da Casa de Correção. Esta última chamava-se, recentemente de Penitenciária Lemos de Brito. O complexo penitenciário Frei Caneca possuía uma parte em funcionamento até esse ano, tendo, seu último prédio, sido demolido em julho de 2010.

[530] Inventário preliminar do Fundo Casa de Detenção do Rio de Janeiro, ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. APERJ. 2001.

apenas passar um curto espaço de tempo.[531]

Embora essa determinação constasse no decreto de sua criação, o que se observava era a superlotação constante das Casas de Correção e de Detenção, devido à prática policial de efetuar a prisão de muitos indivíduos sem culpa formada. Uma tentativa de se conter esse tipo de arbitrariedades já havia sido feita desde o ano de 1870, quando houve uma reforma do sistema judiciário do país. Dentre outras mudanças, ficou instituída a obrigatoriedade do uso de mandados de prisão, pois, antes disso, qualquer policial tinha autonomia para parar um transeunte, identificá-lo e conduzi-lo, se necessário, para a delegacia de sua freguesia. No entanto, mesmo com a obrigatoriedade do mandado, muitos policiais continuavam a agir de forma independente, prendendo e enviando o suspeito para as Casa de Correção e Detenção sob o pretexto de "simples averiguação." Além disso, o trato arbitrário e agressivo da polícia do Rio de Janeiro com os transeuntes possuía antecedentes históricos, sendo inclusive alvo de críticas de estrangeiros que por aqui passaram. Affonso Lomonaco, um visitante italiano, em 1885, referiu-se à polícia do Rio de Janeiro como a "mais violenta e brutal do mundo." [532]

Esse *modus operandi* explicava, em parte, o número elevado de presos que deram entrada nas Casas de Correção e Detenção, por exemplo, entre os anos de 1870 e 1890 – os últimos dezenove anos do Império e o primeiro da República no Brasil. Durante esse período, de transição do regime, mais de noventa mil pessoas foram arroladas nos Livros de Matrícula de presos da instituição.[533] Ainda a título de exemplo, nos Relatórios da Polícia da Corte, disponíveis para consulta no Arquivo Nacional, foram registrados 987 crimes na cidade no ano de 1875, tendo sido, no entanto, neste mesmo ano, registradas 3.867 pessoas presas e enviadas para a Casa de Detenção para simples averiguação. Além disso, os escravos, oriundos do então desativado Calabouço, em 1875, foram também enviados para lá, contribuindo para aumentar o contingente de presos da instituição. A situação se tornou tão complexa que, em relatório expedido em 1885, o Ministro da Justiça constatava que "600 internos chegavam a ficar exprimidos numa área construída para 200 pessoas, tornando

---

[531] CHAZKEL, Amy. Uma perigosíssima lição: a Casa de Detenção do Rio de Janeiro na Primeira República. In: MAIA, Clarissa Nunes; NETO, Flávio de Sá; COSTA, Marcos; BRETAS, Marcos Luiz (orgs.), **História das prisões no Brasil.** Rio de Janeiro: Rocco, 2009, Volume II, Cap. 9, p. 24.

[532] OLIVEIRA, Jailton. Penitenciária Milton Dias Moreira. A Casa de Detenção da Corte. **Jornal Folha Cultural**, nº 90, Fev. 2009.

[533] Cf. Livros de Matricula de presos da Casa de Detenção. ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. APERJ.

urgente a construção de um prédio separado, que fosse compatível com o estado de civilizado."[534]

Nos anos iniciais da República, o controle da estadia dos presos na Correção e Detenção era feito no início de cada mês. O diretor, dentre as funções que exercia, deveria enviar ao Chefe de Polícia, o Marechal do Exército Manuel Carneiro da Fontoura, a relação dos presos que estavam neste estabelecimento.[535] O mesmo diretor devia estar atento para que nenhum preso ficasse mais de oito dias detido, sem que seu processo tivesse início. O diretor da Casa de Correção era o responsável também pela de Detenção. Era auxiliado por um ajudante e um escrevente, ambos nomeados pelo Chefe de Polícia. Foram Diretores de ambas as Casas no período em que as revoltas militares tiveram início: o Dr. Arthur Vieira Peixoto, até 13 de dezembro de 1921; o Coronel Arthur de Meira Lima, até 14 de agosto de 1922; Bemvindo Meira, até 30 de novembro de 1922; Dr. Manoel Carneiro da Cunha Lobato, até 8 de dezembro de 1922; Dr. Waldemar Loureiro, de 27 de dezembro de 1922 em diante, acompanhado por Arthur Andrade, por Octávio Pestana de Aguiar, pelo Dr. Oscar Martins Gomes e pelo Coronel Arthur de Meira Lima interinamente.[536]

Da mesma forma que as prisões eram feitas sem mandado, também a determinação de um prazo máximo de oito dias, para abertura do processo, não era cumprido, pois encontrei várias fontes nas quais, sob o sítio, presos políticos, operários e militares, ficaram meses presos sem o andamento do processo, apesar da superlotação e das condições extremamente precárias desta prisão.

> Imaginai um quarto com dez ou doze pessoas a dormir, a comer, a lavar-se, a trocar roupa, a aliviar-se, a fazer, enfim, tudo que é obrigado um ser humano – sem outro ambiente que esse quarto. Imaginai que esse quarto é escuro, sujo, humido, com uma cinta de dois metros, pintado de pixe, apenas com uma porta menor que uma janela comum, revestida de grossas grades... e tereis uma idéia aproximada dessa prisão. Agora calculai uma estadia de dois mezes em tal cubículo, sem ar, sem luz, humido e triste, vivendo numa promiscuidade intolerável, sem se poder quasi se mexer, pois as tarimbas e enxêrgas tomavam todo o espaço... E além disso tudo, aquele ar, que é carbono, tóxico, filtro de contaminações, que desnutre, envenena, mata – era o ar que respiravamos![537]

---

[534] OLIVEIRA, Jailton. Penitenciária Milton Dias Moreira. A Casa de Detenção da Corte. **Jornal Folha Cultural**, nº 90, Fev. 2009.

[535] Ver Relatórios dos Ministros da Justiça. CENTER FOR RESEARCH LIBRARIES (Consórcio internacional de pesquisa independente de cooperação entre universidades, livrarias e arquivos dos EUA - universidades fundadoras - e outros países). Disponível <http://www.crl.edu>. Acesso em: jan. 2009.

[536] Ibid. Documento de Ordem do Dia da Polícia Militar do Distrito Federal escrito no Relatório do Chefe de Polícia do Distrito Federal, o Marechal Manoel Lopes Carneiro da Fontoura e transcrito pelo Ministro da Justiça e Negócios Interiores, João Luís Alves, em seu Relatório anual, de 1922-1923, ao Presidente da República. Disponível <http://www.crl.edu>. Acesso em: jan. 2009.

[537] DIAS, Everardo. **Bastilhas Modernas:** 1924-1926. São Paulo: Obras Sociais e Literárias, 1926, p. 72.

No Relatório do Ministro da Justiça e Interiores, de 1910-1911, Amy Chazkel encontra a mesma observação, quanto às alterações do ar que respiravam, na cela, devido à superlotação.

> [...] Construída para abrigar 150 detentos, sua população excedeu, rotineiramente, os quatrocentos nas primeiras décadas do século XX e chegou, com freqüência, à marca dos seiscentos ou setecentos presos. [...] Em 1917, [...] cada uma das 163 celas continha tantos detentos que 'acarreta[va] alterações das propriedades physicas do ar em todo o raio da prisão.' [538]

Àqueles que estavam incomunicáveis a situação era mais insuportável ainda. Mesmo os que eram presos como suspeitos de uma culpa nunca comprovada, permaneciam meses ou anos presos indevidamente, e, não raro em estado de incomunicabilidade.

> Desde que demos entrada naquela horrenda masmorra, si a nossa incomunicabilidade era rigorosa, passou a ser insuportável, absoluta. Passamos a ser enterrados vivos. A única diferença que nos separava dos mortos era isto: pensar e comer. A propria prisão tinha qualquer coisa de tumular: a penunbra, o afastamento, o isolamento [...]. Si assim não fosse estaríamos totalmente soterrados ao fundo de uma galeria, mortos de tédio e de horror.[539]

Se houvesse necessidade de avisar a um familiar, por preocupação ou pela necessidade de algo material, isso teria de ser feito em meio a obséquios e humilhações, "buscando no cérebro o vocabulário mais servil" sem que isso garantisse o atendimento. O suprimento das necessidades mais essenciais, como roupas, sabão ou escova de dente ficavam, portanto, ao arbítrio do funcionário, fosse ele o chefe dos guardas, normalmente um sargento reformado, um guarda, o diretor, ou qualquer outro, pois, conforme afirmava um dos prisioneiros: "Ahi nada entrava: nem jornaes, nem papel para escrever, nem os pedidos de roupas que fazíamos aos nossos parentes. Como é de calcular, sofremos privações e torturas moraes de indizivel amargura."[540]

As pesquisas nos permitem apreender, que o estado de sítio legitimava uma prática policial recorrente e arbitrária a que passarei a descrever. Uma pessoa qualquer era abordada pela polícia e convidada para que fosse prestar esclarecimentos na 4ª Delegacia de Polícia Política. Ali, acompanhada por dois ou mais agentes era apresentado ao Delegado desta Delegacia passando, em seguida, a uma cela, permanecendo incomunicável por dias, semanas ou meses. Dormia no chão, em jornais ou em cima de algum banco, até que, em uma noite

---

[538] CHAZKEL, Amy. Uma perigosíssima lição: a Casa de Detenção do Rio de Janeiro na Primeira República. In: MAIA, Clarissa Nunes; NETO, Flávio de Sá; COSTA, Marcos; BRETAS, Marcos Luiz (orgs.), **História das prisões no Brasil.** Rio de Janeiro: Rocco, 2009, Volume II, Cap. 9, p. 22-23. Grifos meus.

[539] DIAS, Everardo. **Bastilhas Modernas:** 1924-1926. São Paulo: Obras Sociais e Literárias, 1926, p. 69.

[540] Ibid., p. 54 e 69.

qualquer, subitamente, sem ser, sequer, interrogado, "sem a mais leve inquirição a mór parte das vezes", era retirado de sua cela e levado para a Casa de Detenção, onde era "encerrado ainda com maior incomunicabilidade, arredado de todo o movimento exterior".[541]

> É um sequestrado. Atiram com ele para o fundo de um cárcere, interditado de poder se comunicar até com a família. E assim permanece mezes e mezes.
> O sistema nervoso vae dia a dia, alterando-se exhaurindo, aniquilando seu organismo, tomando os aspectos mais alarmantes e contraditórios.[542]

Alguns tinham seu trabalho arruinado, como o caso do advogado Bernardo Carmo que teve seu escritório fechado durante meses, perdendo o contrato de aluguel, além de serem presos cinco de seus colegas de trabalho. O mesmo acontecia a médicos, dentistas, farmacêuticos, estudantes, ou funcionários públicos que perdiam a locação de seu local de trabalho, clientela, cargo ou curso depois de desaparecer meses. Se fosse operário, além de passar por privações na prisão, ainda deixava a família sem recurso material algum.[543]

A entrada do presídio possuía, na década de 20, um alto e largo portão de grades rijas, como fachada, que separava a entrada principal da rua, vedando a curiosidade dos transeuntes e isolando quem estava à margem da lei. Ao adentrá-la avistava-se uma sentinela, mais um portão, e outra sentinela. Os muros eram altíssimos, de pedra, uma fortaleza. Havia sentinelas por toda a parte interna, em tom ameaçador, com a baioneta fincada no fuzil e também do lado de fora: "A segurança era realizada por policiais militares no exterior e por seis guardas no interior," estes, de livre nomeação pelo diretor, "encarregados de manter a ordem interna." Durante a chegada de presos, esses guardas ficavam no saguão, para recebê-los, em transferências que ocorriam normalmente à noite, entre 20 e 22 horas e encaminhá-los para uma rigorosa revista que ia do calçado, ao forro do chapéu, conduzindo-os, em seguida, ao seu destino. [544]

Pouco antes de serem distribuídos em suas celas submetiam-se, ainda, a um registro, no qual eram classificados de acordo com diversas características que iam desde os crimes cometidos até o tipo de tecido o modelo e a cor de suas vestes.[545] Após a identificação por

---

[541] DIAS, Everardo. **Bastilhas Modernas**: 1924-1926. São Paulo: Obras Sociais e Literárias, 1926, p. 15.

[542] Ibid, p. 15.

[543] Ibid, p. 15. Carta de um prisioneiro a Moniz Sodré.

.

[544] CHEVALIER, Carlos. **Memórias de um Revoltoso ou Legalista?** 1922-1926. Rio de Janeiro: Estabelecimento Graphico Nictheroy, 1925, p. 111.

[545] Os Livros de Matrículas de presos da Casa de Detenção, por mim consultados, em busca de registros nominais de militares, revelam, num período de oito anos, 1922 a 1930, muitos presos sem acusação, além de grande maioria ter a cor definida como: negros, pardos e mestiços. Pude constatar que somente raríssimos presos, em todo esse período, possuíam

crimes cometidos, o preso passava por uma triagem composta por dois itens: "averiguação do crime e da condição do preso."[546] O objetivo seria determinar a distribuição de presos dentro da prisão: o porão, o forte, o túnel, o cubículo, o salão, o primeiro ou o segundo andar... Depois da identificação, o trajeto era feito através de um longo pátio iluminado por um poste de lampião quase apagado, que "enche de angústia quem o percorre pela primeira vez",[547] na "estrada sombria, da sombria Casa da Perdição."[548] A mórbida procissão era acompanhada por guardas com cães e pelos olhares soturnos das sentinelas guaritas, que tinham garantido o anonimato por suas paredes.[549]

Dobrando-se à direita da Casa de Detenção, estavam o Porão e o Forte, e ao fundo, um pátio e quatro Salões.

O Porão, tanto atendia à Correção como à Detenção. Era uma prisão subterrânea, próxima à Detenção, com celas escavadas abaixo do solo, apelidada de "Novo Raio", destinadas àqueles que desagradassem o Diretor.[550] Eram cubículos escuros, sem ventilação e possuíam, apenas, um cano embutido no alto de um dos cantos da parede e um buraco no chão servindo como precária instalação sanitária. Em alguns períodos abrigavam até vinte presos, que podiam passar ali alguns meses ou mesmo anos. A umidade e a sujeira eram tão extremas, que depois de um mês as doenças reumáticas, o escorbuto ou o beri-beri e a pneumonia apareciam, além da escabiose e outras dermatites conseqüentes dos ataques de parasitas de todo o tipo, que mantinham o prisioneiro em constante vigilância.

Os Salões eram, inicialmente, os locais onde ficavam as mulheres sentenciadas ou aguardando o julgamento. Durante o sítio, os quatro Salões foram liberados, e as mulheres foram removidas deles passando a ocupar os cubículos dos menores, não sendo reveladas quais eram essas celas. Os menores, por sua vez, com a idade de 12 aos 19 anos, posto que, de

---

nível superior, nenhum deles permanecendo mais que um mês na prisão. Também verifica-se, nestes livros, a prisão de muitos homens que exercem a função de leiteiros, condutores de carroças – cocheiros - ou padeiros. Os livros informam matrículas de homens, menores, mulheres, pessoas livres e ex-escravos, contendo nome, número de entrada, nacionalidade, filiação, cor, razão da prisão, sinais característicos e descrição das vestimentas.

[546] A expressão "condição do preso", que a princípio remete ao fato de ser homem ou mulher, ex-escravo (escravo ou livre, no período imperial), pode também dar margem à separação pela origem social daquele. Nesse caso, um belo exemplo de um tratamento diferenciado, de acordo com a classe social a que o preso pertencia, está no fato de, no Império, um preso poder manter escravo ou criado dentro da prisão, além de determinados presos receberem autorização para consumir vinho, desde que não houvesse abuso. Cf. DIAS, Everardo. **Bastilhas Modernas:** 1924-1926. São Paulo: Obras Sociais e Literárias.

[547] Ibid, p. 51-2.

[548] CHEVALIER, Carlos. **Memórias de um Revoltoso ou Legalista?** 1922-1926. Rio de Janeiro: Estabelecimento Graphico Nictheroy, 1925, p. 111.

[549] DIAS, op. cit., nota 546, p 53.

[550] Cf. CHEVALIER, op. cit., nota 548.

acordo com o Código Penal vigente, só não respondiam criminalmente crianças com menos de 9 anos de idade, passaram a ocupar os cubículos 57, 55 e 53, na 2ª galeria.[551]

Toda essa mudança pretendia acomodar aos presos políticos vindos da 4ª Delegacia de Polícia Política, durante a vigência do sítio.

O tratamento dado aos presos dos Salões, o tipo de cama, a qualidade da comida, a permanência em celas abertas, o atendimento aos pedidos destes presos e até a forma com que se dirigiam a eles, tinha relação direta com o nível social a que pertenciam o que não impedia que fossem torturados os pertencentes a qualquer classe social. O primeiro salão abrigava presos políticos de "maior importância", como jornalistas, advogados, e outros, a quem não interessava à polícia, fizessem denúncias. O segundo, estudantes e funcionários públicos. O terceiro, pessoas remediadas, de certa independência social. O último, dos quatro salões, era reservado àqueles pertencentes à população sem recursos, normalmente operários, aos que permaneciam incomunicáveis e que ainda deviam depor.[552]

O Forte, não passava em medida de um metro de largura por dois de fundo, com altura máxima de dois metros na parte mais alta. Nenhuma ventilação ou luz do sol entrava ali, o que impedia que o prisioneiro soubesse se era dia ou noite, pois a porta, além das grades de ferro, possuía uma chapa galvanizada encerrando o preso em total treva e retendo tanto a umidade, quanto o calor. No chão, podia-se encontrar uma esteira ou uma tarimba que servia de leito. Nada mais, além de uma lata que serviria de urinol, era dado ao prisioneiro. Sua movimentação era impossibilitada, chegando ao momento em que não "encontrava mais jeito de continuar deitado ou sentado." Não lia, não conversava e não via nada, dias a fio, até que a debilidade por causa da umidade, ausência do sol, e dores provenientes da atrofia muscular o atacavam, além de um enfraquecimento psicológico que o dominava. Como se não bastasse esta condição, não havia como dormir, pois, ali, também estavam presentes os insetos de toda sorte: lacraias, aranhas e, mesmo, escorpiões. Quando, do porão era retirado, o prisioneiro, ainda que tivesse passado uma semana apenas neste cubículo, se encontrava em um estado de total prostração e debilidade psíquica.[553]

Havia, ainda, as galerias da Casa de Detenção. Estas ocupavam um prédio de dois andares, divididos entre aqueles que tivessem cometido delitos mais brandos, ou que não tivessem condenação próxima, que ficavam no primeiro andar, e aqueles considerados mais

---

[551] BRASIL. C**ódigo Penal. (1890) "**Art. 27. "Não são criminosos: § 1º Os menores de 9 annos completos." Rio de Janeiro, DF, 1890. Disponível em: <http://www6.senado.gov.br/> Acesso em out. 2010.

[552] DIAS, Everardo. **Bastilhas Modernas:** 1924-1926. São Paulo: Obras Sociais e Literárias, p. 57-8.

[553] Ibid, p. 64.

perigosos.[554] Nestas galerias acordava-se com um alvoroço "espantoso" devido ao "repicar de ferragens", acompanhado pelo som de tamancos nos corredores e escadas, misturados a gritos, ordens, gargalhadas, assobios...

> E' o acordar dos presos – uns vão para a faxina, outros para o banho, e muitos outros, madrugadores, encolhidos, espremidos nas grades dos portelos, gesticulam e falam alto a companheiros distantes de outro andar... E isso dentro de um edifício fechado com uns 14 metros de altura, seis de largura e 60 de comprimento, mais ou menos contendo a ninharia de oitocentos presos. Como se vê, um recinto relativamente acanhado, no qual a voz retine com sons metálicos e o ruído augmenta e ecoa.
> [...] Aquele clamor de feira, aquela vozeria de mercado, aquele bracejar das grades como de doidos furiosos, aquelas figuras estranhas de presidiários agitando-se, inquietantes, nos cubículos, aqueles gestos e gritos alucinados, aquele charivari de estação ou de cães, os apitos, o retinir das campainhas, os ais desgarradores, lancinantes, durante a noite, dos presos que estão penando nas celas subterrâneas... Esta diversidade de ruídos e de gritos faz, de facto, perder ao pobre preso a noção de si-mesmo, parecendo que o cerebro mirrou ou lhe foi sorvido por um vampiro apocalyptico... Ao sair desta casa de horrores, é um homem inutilizado por muito tempo, si não for para a vida inteira. [555]

Esse reboliço só terminava parcialmente com o café da manhã que era seguido da distribuição dos presos aos seus locais de trabalho.

Na Correção também havia galerias. Quando se adentrava no prédio, à frente via-se um labirinto com incontáveis galerias; com celas que se abriam a partir de um tilintar seco de um chaveiro repleto de chaves e fechando-se com o som angustiante do atrito das trancas de ferro, um som rude que encerrava as vidas daqueles que não deviam conviver com os demais da sociedade. À entrada da cela, o preso agachava-se para passar por uma porta de pouco mais de um metro que punha termo a sua caminhada. Levava-o a um cárcere, no qual, "sem saber para onde dirigir-se," era "alvo de uma dezena de olhares curiosos",[556] enquanto os guardas se afastavam em silêncio.[557] Os cubículos, também sem ventilação e luz, sempre úmidos, sujos e sombrios,[558] possuíam instalações sanitárias que consistiam em um buraco, em um canto da cela, de uso comum, propiciando a disseminação de doenças.

Havia a convivência, na enfermaria e em celas, de tuberculosos e sifilíticos, d'entre outros doentes, sem qualquer tratamento específico, sendo auxiliados muitas vezes pelos próprios companheiros de cela, com cuidados, ou fazendo escândalos que obrigavam aos funcionários a providenciar atendimento. Isso ocorria enquanto os jornais exibiam constantes

---

[554] Cf. DIAS, Everardo. **Bastilhas Modernas**: 1924-1926. São Paulo: Obras Sociais e Literárias, 1926, p. 64.

[555] Ibid., p. 70-71.

[556] Este trajeto é relatado pelo tenente Carlos Chevalier em suas memórias: **Memórias de um Revoltoso ou Legalista?** 1922-1926. Rio de Janeiro: Estabelecimento Graphico Nictheroy, 1925, p. 113. A estadia dos revoltosos foi registrada em fotografias, posteriormente publicadas no livro: **Os Dezoito do Forte.** Rio de Janeiro: [s.n.], 1930. Foto; Ibid, p. 53.

[557] Ibid., (1925), p. 111.

[558] Ibid, (1925), p. 111.

elogios direcionados à obra de Oswaldo Cruz e de Carlos Chagas e aos serviços prestados ao povo com a higienização da cidade.[559]

> Como resultado da superlotação, da negligência e permanente falta de dinheiro, a cadeia tinha dificuldade em manter um nível aceitável de higiene. Notícias sobre doenças graves surgiam regularmente, especialmente sobre beribéri e 'as febres intermitentes, typhoides e perniciosas'. Com o tom de continuo desespero, reclamações oficiais continuaram a aparecer durante a década de 1920.[560]

A epidemia de tuberculose se tornou tão perigosa, devido à mistura de presos nas mesmas enfermarias e celas, que foi criado, em 1923, um "pavilhão especial para portadores desta moléstia."[561] Ainda assim a morte rondava os espaços prisionais de modo assustador:

> A reforma carcerária no Brasil deixou muito a desejar, gerando desilusão entre os administradores de prisão e enchendo o público com a vontade de conhecer o mundo do prisioneiro. As prisões brasileiras do século XIX eram lugares de morte. As estatísticas da Casa de Correção do Rio de Janeiro são impressionantes: 245 dos 1.099 internos que entraram entre junho de 1850 e dezembro de 1860 morreram na prisão. Se excluirmos os sentenciados a penas de menos de dois anos, temos 236 mortes entre 656 internos (36%). Para os condenados a mais de dez anos, as taxas de mortalidade excederam 50%, e entre os 32 internos sentenciados a mais de vinte anos, 27 morreram, dois foram transferidos e dois foram perdoados. O único sobrevivente havia entrado na prisão um ano antes; podemos apenas imaginar por quanto tempo ele ainda sobreviveria.[562]

A água, nas galerias da Detenção, também caía de um cano uma vez ao dia, pela manhã e era acondicionada em barris ou baldes para uso durante o dia, inclusive para beber.[563] Os cubículos da segunda galeria eram os piores, normalmente destinados aos indivíduos sem trabalho, denominados de modo pejorativo como "vadios." Neles se dormia em tarimbas a um metro do chão e só se saía quinzenalmente para o banho de sol.

Não bastassem os sofrimentos físicos e psíquicos e os prejuízos materiais, os que cometiam qualquer tipo de infração no interior da instituição estavam sujeitos às seguintes punições: advertência em separado; repreensão em público; mudança de prisão; solitária e jejum. Além das punições oficiais havia tortura seguida de morte neste presídio. Os policiais

---

[559] Ver BOMENY, Helena. Novos Talentos, Vícios Antigos. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 6, n. 11, p. 24-39, 1993.

[560] CHAZKEL, Amy. Uma perigosíssima lição: a Casa de Detenção do Rio de Janeiro na Primeira República. In: MAIA, Clarissa Nunes; NETO, Flávio de Sá; COSTA, Marcos; BRETAS, Marcos Luiz (orgs.), **História das prisões no Brasil.** Rio de Janeiro: Rocco, 2009, Volume II, cap. 9, p. 22-23.

[561] Relatório do Chefe de Polícia do Distrito Federal, o Marechal Manoel Lopes Carneiro da Fontoura e transcrito pelo Ministro da Justiça e Negócios Interiores, em seu Relatório anual, de 1924, ao Presidente da República.CENTER FOR RESEARCH LIBRARIES (Consórcio internacional de pesquisa independente de cooperação entre universidades, livrarias e arquivos dos EUA - universidades fundadoras - e outros países). Disponível <http://www.crl.edu>. Acesso em: jan. 2009.

[562] BRETAS, Marcos Luiz. O que os olhos não vêem: Histórias das Prisões do Rio de Janeiro. In: op. cit., nota 560, Volume II, cap. 14, p. 189.

[563] DIAS, Everardo. **Bastilhas Modernas:** 1924-1926. São Paulo: Obras Sociais e Literárias, 1926, p. 67.

entravam armados dentro da cela, durante a madrugada, quando o interrogatório era feito, retirando o prisioneiro que se vestia às pressas e saia deixando todos do cubículo desolados, pois sabiam o quão perigoso era ficar nas mãos de autoridades policiais nesse período. Muitos passavam a noite vestidos, ou mesmo sem dormir, mas, quase sempre as autoridades chegavam quando menos as esperavam. De um modo ou de outro sempre havia sobressaltos à noite. Com frequência a polícia de Bernardes carregava corpos pelos corredores, vindos da enfermaria. Podia ser de alguém que levara um tiro da polícia, podiam ser corpos de doentes que não suportavam os maus tratos, ou de torturados que chegavam ao fim do suplício. Segundo Everardo Dias era rara a semana que não assistiam a quadros dessa ordem.

> [...] Ouvem-se passos abafados nas escadas da enfermaria, que fica ao lado do nosso cubículo, para onde dão dois mezaninos com formidáveis grades de uma polegada de grossura. Acordamos em sobressalto. Em voz baixa, os guardas discutem medidas com as quaes talvez nem todos concordam e por isso altercam.
> [...] Um companheiro mais possante serve de suporte a um mais ágil trepa-lhe ás costas, de um salto. Só assim se consegue alcançar aquele óculo de observação.
> Os guardas acabam de subir de a escada e entram cautelosos no salão da enfermaria. Aguardamos cheios de anciedade. O nosso companheiro faz-nos com o dedo signal para ficarmos quietos. O companheiro observa atentamente a scena através do óculo da grossa parede de pedra... O sussurro das vozes e o arrastar dos pés vai tornando-se menos distincto, até se extinguir de todo ao longo do pateo. Então nosso companheiro desce.
> - Que foi? – interrogamos anciosos.
> - Mais um defunto. Foi o ferido que entrou hontem chegado do **Campos**. Está com a cabeça enfaixada como uma múmia e em vez dos braços tem dois tocos, com as ligaduras ensangüentadas. Arrepia o corpo ver uma scena assim! Coitado! Vai agora em padiola para o **rabecão.**
> [...] E a tragica procissão, á horas altas da noite, prosseguia ininterruptamente. Eram as horas propicias; á noite, acobertando com seu silencio e negrume, crimes abomináveis, scenas horripilantes e pavorosas.
> Os corpos iam repousar nalgum buraco dos cemitérios da cidade, atirados á cova como indigentes, com nome talvez trocado e com **causa mortis** provavelmente **deturpada.**
> Enquanto isso, o Sr, Bernardes dava entrevistas exigindo que se apontassem factos...
> E assim se escreve a historia![564]

Se o procurador de Justiça aparecia a interrogar o preso sobre o cumprimento de seus direitos, isso quando estes tinham conhecimento desses direitos, o fazia juntamente com homem de confiança do diretor o que tornava a visita mera encenação teatral.[565]

Na Casa de Correção a vida não era muito diferente para os oficiais revoltosos. Para eles havia chuveiros e banheiros no pátio, embora insuficientes em relação ao número de presos: quatro para centenas de homens, que por lá passaram.[566] O café era servido aos oficiais em uma lata, adaptada para bule e canecas, também feitas de latas. Era servido pelo

---

[564] DIAS, Everardo. **Bastilhas Modernas**: 1924-1926. São Paulo: Obras Sociais e Literárias, p. 97-8.

[565] Ibid, p. 57.

[566] CHEVALIER, Carlos. **Os Dezoito do Forte.** Rio de Janeiro: [s.n.], 1930.

Manoelsinho, um sentenciado, que gritava: "Olha o Moka!" à entrada da galeria.[567] A comida, não só na Correção, mas de um modo geral, era servida em latas, sem tempero e apenas o suficiente para que o preso não morresse de fome. Sua péssima qualidade tornava nescessário, após os primeiros 15 dias, o uso de remédios para as dores estomacais e azia.[568]

> A alimentação é detestável. Há uma verba especial para alimentação de **presos políticos**, mas dessa verba aquele que menos consome é o preso. Ele não póde reclamar, não póde mostrar a burla de que é vitima. Os gêneros são de inferior qualidade e a condimentação horrível. Em vez de gordura, sebo unicamente; e assim que o alimento esfria um pouco, o sebo adere ás bordas da colher e do prato desafiando o mais heróico estomago a ingeril-o.[569]

Em nada diferia a condição dos oficiais daquela em que se encontravam os prisioneiros detidos por crimes comuns, apenas na obrigação de trabalhar, pois não sem estendia a eles.

Havia trabalho nas oficinas de dia e silêncio total à noite, marcado pelo toque de uma possante corneta, pois o regulamento da Casa de Detenção determinava que o tempo dos presos devesse ser dividido entre trabalho e silêncio. Exortava-se o trabalho, como forma de regeneração, partindo-se do pressuposto de que este deveria corrigir e o silêncio da noite para reflexão do prisioneiro acerca de seus "atos criminosos," e sob esse discurso obtinha-se, além da exploração da mão de obra dos prisioneiros, maior controle sobre as conspirações e fugas que os períodos ociosos pudessem facilitar.[570]

Os primeiros militares a chegarem à Correção foram apenas os tenentes Chevalier, Felissíssimo e Setubal, retirados do navio *Jaceguay* no mesmo dia do levante do encouraçado *São Paulo.* Alguns dias depois, foram avisados que chegariam, à Correção, oficiais da Ilha Grande transferidos para lá.[571] Eram os prisioneiros do *Cuyabá* que haviam sido retirados às pressas do navio-prisão, que estava fundeado nesta Ilha, porque Hercolino Cascardo, ao tomar o encouraçado *São Paulo*, dirigira-se a ele e ao navio *Jaceguay*, que estava próximo à ilha das Cobras, para libertar os prisioneiros. Diante da percepção de suas intenções todos foram desembarcados às pressas, os prisioneiros do *Cuyabá* em Itacuruçá, e os do *Jaceguay* no Arsenal de Marinha. Hercolino Cascardo desejava libertá-los, porque, como tinham ficado

---

[567] Provavelmente uma marca famosa de café, ou a procedência. CHEVALIER, Carlos. **Memórias de um Revoltoso ou Legalista?** 1922-1926. Rio de Janeiro: Estabelecimento Graphico Nictheroy, 1925, p. 126.

[568] DIAS, Everardo. **Bastilhas Modernas**: 1924-1926. São Paulo: Obras Sociais e Literárias, p. 59 e 62.

[569] Ibid., p. 81.

[570] Cf. MAIA, Clarissa Nunes; NETO, Flávio de Sá; COSTA, Marcos; BRETAS, Marcos Luiz (orgs.), **História das prisões no Brasil.** Rio de Janeiro: Rocco, 2009, 2 Volumes.

[571] Ver lista nominal em anexo.

sozinhos no levante, após a recaptura do *Minas Gerais* e do *Goyás*, pretendiam juntar-se aos prisioneiros, a fim de desembarcarem em qualquer ponto do litoral e marchar até o Rio Grande do Sul, para lá aderirem à revolta iniciada em outubro por Luís Carlos Prestes. Como isso não foi possível, e como, também, não podiam enfrentar a esquadra, deslocaram-se com o *São Paulo* para o Rio Grande do Sul, sem que pudessem libertar os revoltosos presos.[572]

A chegada dos oficiais do *Cuyabá* deu esperanças aos três oficiais presos, pois, segundo o próprio tenente Chevalier, julgavam que um golpe de força deles sobre os guardas dos portões, pudesse devolvê-los à liberdade:

> E dormimos nessa ilusão até que fomos acordados por um toque de "Alto!" Celere corri á janella e presenciei um espectaculo degradante... 60 officiaes, mais ou menos, inclusive cinco generaes, três coronéis e cinco majores, mettidos entre duas alas formadas por uma companhia de Polícia Federal, armadas de fuzis e commandadas por um Tte. Cel. entravam no portão principal!!!
> Com as phisionomias abatidas pela accidentada viagem em destroyer e posteriormente em trem de 2ª classe, chegaram alguns, carregando suas pesadas malas, a pé desde a Central.[573]

Haviam "desembarcado em Itacurussá," para onde havia sido levado o *Cuyabá*, para evitar o encontro com os revoltosos do *São Paulo*, tomado o trem, e, "sem jantar," ido para a Central, e dali, "a pé, saccola à mão, alta madrugada, para a Casa de Correção."[574]

Embora as Casas de Correção e Detenção não fossem locais para a prisão de prisioneiros políticos, conforme a Constituição, de 1891,[575] que previa a prisão em lugar não destinado aos réus de crimes comuns, e o Código Penal, de 1890, previsse que a pena de reclusão só poderia ser cumprida em estabelecimentos militares, lá estavam os revoltosos, juntamente aos prisioneiros de delitos comuns.[576]

---

[572] MEIRELLES, Domingos. **As Noites das Grandes Fogueiras.** Uma História da Coluna Prestes. 6ª ed. Rio de Janeiro: Record, 1999, p. 275-6.

[573] CHEVALIER, Carlos. **Memórias de um Revoltoso ou Legalista?** 1922-1926. Rio de Janeiro: Estabelecimento Graphico Nictheroy, 1925, p. 120-124.

[574] Relato de um dos oficiais chegados, à Chevalier. Ibid., p. 120-124.

[575] BRASIL. Constituição. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil (de 24 de fevereiro de 1891)** Disposições Gerais – *"Artigo 80; § 2º; inciso 1º) Durante o estado de sitio a detenção em lugar não destinado aos réus de crimes comuns, só poderá ocorrer se votada pelo Congresso."* Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/>. Acesso em ago. 2010.

[576] BRASIL. **Código Penal (1890).** Artigo 47; TITULO V; Das penas e seus effeitos; da sua applicação; *"Art. 47. A pena de reclusão será cumprida em fortalezas, praças de guerra, ou estabelecimentos militares."* Rio de Janeiro, DF, 1890. Disponível em: <http://www6.senado.gov.br/> Acesso em out. 2010.

> Egrégio Supremo Tribunal Militar
> Carlos de Saldanha de Faria Chevalier, 1º Tenente de Artilharia e piloto aviador e observador do Exercito Brasileiro, tendo sido recolhido preso em Outubro[577] de 1924 ao Cubiculo nº 21, da 10ª Galeria, da Casa de Correcção do Rio de Janeiro, tendo verificado não constar, até a presente data, em sua fé de officio, esta alteração de sua vida militar, vem impetrar a este Tribunal uma ordem de habeas-corpus afim[578] de obrigar a quem de direito a transcripção da alteração citada.
> Baseia-se o requerente no principio regulamentar militar que reza: Nenhum acto da vida militar de um official poderá deixar de constar da sua fé de officio. Ora, tendo sido a inclusão do impetrante em um dos cubículos da Casa de Correcção um acto perfeitamente militar (de alta indisciplina), emanados de autoridades como sabem ser os senhores Arthur da Silva Bernardes e Fernando Setembrino de Carvalho, aquelle como – segundo dizem – presidente da republica e Comte. em Chefe das Forças de Mar e Terra e este como encarregado por aquelle para gerenciar os Negócios da Guerra e garantil-o no poder, actos estes reforçados com a nomeação de um official do Exercito chamado Homero Maisonette para a funcção de Commandante Militar da Casa de Correcção, julga ser justa a obtenção da ordem pedida. O suplicante consolida o seu pedido de habeas-corpus, dizendo ter escrúpulos de apparecer em publico junto aos seus collegas de classe sem uma nota que os differencie, pois que tendo sido na Casa de Correcção, companheiro de cama e mesa de indivíduos indesejáveis, tido como perigosos ao bem estar publico e até mesmo, na palavra do presidente da republica, 'dilapidadores da honra e do credito nacional' tais como: Rocca, General Isidoro Figueiredo, Carlitto, General Leão de Souza, Oldemar Lacerda, General Mendes de Moraes, Piolho de Cobra, General Joaquim de Castro, Dente de Burro, General Silvestre Rocha, Sete Coroas, Coronel Djalma Urich, Meia Noite, Coronel Pinho de Castilhos, Sete Estrelas, Capitão Leite, 13 da Lapa, Coronel Sotero, Capitão Manuel Rabello, Hugo Bezerra e muitíssimos outros contumazes da alteração da ordem publica, não seria justo e a sua honestidade o condennaria se acceitasse uma fé de officio em tudo semelhante aos verdadeiros baluartes da chamada legalidade, sobre cujos hombros pesa a responsabilidade deste precioso regimem Democratico em que nos achamos e que nunca lá estiveram.
> Pelos motivos expostos julga o impetrante obter do Egrégio Tribunal Militar Federal uma ordem de habeas-corpus para:
> - Que seja incluída na sua fé de officio, a alteração de sua vida militar, relativa á sua inclusão por decreto presidencial, em um dos cubículos da 10ª Galeria da Casa de Correcção do Rio de Janeiro.
> O requerente deixa de pagar as contas de e sellar o presente documento por falta absoluta de recursos. Chevalier.[579]

Chevalier mistura alternada e propositadamente nomes de falsários ladrões e assassinos como, Rocca, Carlitto, Oldemar Lacerda, Piolho de Cobra, Dente de Burro, Sete Coroas, Meia Noite, Sete Estrelas e 13 da Lapa, ao seu e a outros nomes dos que estão consigo, como o do General Isidoro Figueiredo, General Leão de Souza, General Mendes de Moraes, General Joaquim de Castro, General Silvestre Rocha, Coronel Djalma Urich, Coronel Pinho de Castilhos, Capitão Leite, Coronel Sotero, Capitão Manuel Rabello e Tenente Hugo Bezerra, para mostrar a situação a que oficiais do Exército, muitos de alta patente, foram expostos, especialmente porque o crime pelo qual estavam reclusos, trazia em sua essência uma idéia de moralização da República, o que tornava, para eles, mais injusta a repreensão

[577] Há um equívoco no mês citado nesta carta por Chevalier, pois segundo ele mesmo, em sua autobiografia todos assistem ao levante do encouraçado *São Paulo*, bem como aos tiros de canhão deflagrados pelo comando revoltoso, sendo somente depois do início da revolta retirados às pressas e levados para a Correção. O mês correto, portanto é novembro e não outubro, pois o encouraçado é levantado na madrugada de 4 de novembro de 1924, conforme o Livro de Quarto do encouraçado *São Paulo*. Ver a fonte correta.

[578] Mantida a ortografia original.

[579] Carta de Carlos Saldanha da Gama Chevalier ao Supremo Tribunal Militar, em 1925. FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. FGV. CPDOC. PEB c 25.00.00/1.

que estavam sofrendo. Afinal, não havia precedentes na história do Exército de uma situação dessa ordem, o que deixava mais perplexos e revoltados os militares.[580] O oficial pede ironicamente ao Tribunal que sejam anotadas, no Documento de Alterações, a sua prisão, demonstrando que se orgulha de sua condição de revoltoso, face à corrupção existente na sociedade, "dizendo ter escrúpulos de apparecer em publico junto aos seus collegas de classe sem uma nota que os differencie." Escarnece, assim, da condição de subserviência dos legalistas ao afirmar que "não seria justo e a sua honestidade o condennaria se acceitasse uma fé de officio em tudo semelhante aos verdadeiros baluartes da chamada legalidade, sobre cujos hombros pesa a responsabilidade deste precioso regimem Democratico (...)" em que se encontram. Acusa nominalmente àquele que "segundo dizem" é o presidente e àquele, encarregado pelo primeiro "para garantil-o no poder." E assim iam resistindo os revoltosos, ainda que dentro das tumbas prisionais desse período.[581]

Diversas outras personalidades públicas, da Primeira República, sem culpa formada, dividiram as celas da Casa de Correção e da Detenção com os oficiais, onde misturavam-se prisioneiros comuns e prisioneiros políticos, como testemunha Everardo Dias:

> A Casa de Correção foi um dos primeiros presídios que receberam as victimas da sanha do sr. Bernardes. Entre 5 e 6 de julho de 1924 aqui deram entrada Mauricio de Lacerda, José Oitica, Paulo Bittencourt, Evaristo de Moraes, Paulo P. de Lacerda, Raul Paula Lopes, Edmundo Bittencourt, José Macedo Soares, José Joaquim Teixeira, general Ximeno de Villeroy, Mário Rodrigues, entre aos mais notáveis que agora me lembro, no jornalismo, no exercito e na política.[582]

Diante de muitas pressões dos militares e de seus advogados, para que fossem retirados da Correção, o Catete, por decreto de número 16.664, de 5 de novembro, designou as galerias 9ª e 10ª, "como prisão privativa para detenção por effeito do estado de sítio,"[583] o que resolvia a situação jurídica da manutenção de presos políticos neste presídio, podendo deixá-los no local por tempo indeterminado.

---

[580] Carta de Carlos Saldanha da Gama Chevalier ao Supremo Tribunal Militar, em 1925. FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. FGV. CPDOC. Arquivo Pedro Ernesto Baptista. PEB c 25.00.00/1.

[581] Carta de Carlos Saldanha da Gama Chevalier ao Supremo Tribunal Militar, em 1925. FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. FGV. CPDOC. Arquivo Pedro Ernesto Baptista. PEB c 25.00.00/1.

[582] DIAS, Everardo. **Bastilhas Modernas:** 1924-1926. São Paulo: Obras Sociais e Literárias, 1926, p. 256.

[583] Relatório do Chefe de Polícia do Distrito Federal, o Marechal Manoel Lopes Carneiro da Fontoura e transcrito pelo Ministro da Justiça e Negócios Interiores, em seu Relatório anual, de 1924, ao Presidente da República. CENTER FOR RESEARCH LIBRARIES (Consórcio internacional de pesquisa independente de cooperação entre universidades, livrarias e arquivos dos EUA - universidades fundadoras - e outros países). Disponível <http://www.crl.edu>. Acesso em: jan. 2009. No dia 7 de janeiro de 1925, foi votado favorável o habeas corpus garantindo transferência; 8 de janeiro transferência para o "Cuyabá" com destino à Ilha Grande. CHEVALIER, Carlos. **Memórias de um Revoltoso ou Legalista?** 1922-1926. Rio de Janeiro: Estabelecimento Graphico Nictheroy, 1925, p.137-8.

Passados alguns dias, de acomodação à situação na qual se encontravam, se é que isso fosse possível, os oficiais mais jovens, usando o senso de humor que lhes era peculiar, iniciaram reuniões com rodas de samba, após o toque de silêncio, que enlouqueciam a guarda. Compunham textos muito interessantes como "Esse samba ta bão/Cadê João/Tá tudo lá nas grade/ Da Correção/ Esse samba tá bão/Cadê Cristina?.." Cristina era com se referiam à "revolução."[584] O silêncio, só fora mantido pelos oficiais até o terceiro dia na prisão, pois como não eram obrigados a trabalhar como os demais presos comuns, única situação, como já disse anteriormente, em que diferia o tratamento dado aos revoltosos, podiam ficar até mais tarde, para irritação da guarda e da diretoria.

Todo preso poderia se candidatar a qualquer trabalho oferecido nas oficinas da prisão, mesmo sendo na própria cela, mas nenhum deles podia permanecer sem trabalhar. O primeiro tipo de trabalho, remunerado por uma quantia irrisória era o de faxina. Havia "faxinas," para realização da limpeza propriamente dita, ou para serviços de hidráulica, carpintaria, eletricidade e pintura; pra cozinhar e distribuir comida; nas enfermarias e na secretaria, entre outros setores. Esses "faxinas" conseguiam com seus serviços algumas gorjetas e melhor alimentação.

Nas oficinas, a jornada de trabalho era marcada pelo diretor e o preso só receberia um pagamento simbólico quando deixasse a prisão. Neste pagamento seriam debitados, dentre outras coisas que necessitasse na prisão, o "aumento de sua ração", posto que, em virtude de estar trabalhando, necessitaria de mais comida.[585] Havia, para trabalho dos prisioneiros, diversas fábricas e oficinas: as fábricas de calçados e de vassouras; as oficinas de funileiro; de pintura de automóveis; de ferreiro, que servia para concerto de automóveis e de máquinas do estabelecimento; de encadernação; de carpinteiro; de pedreiro e de alfaiate. As oficinas de encadernação, ferreiro, carpinteiro e pedreiro, tinham, todas, mestres livres. As de alfaiate, funileiro, vassouras e pintura ficavam sob a responsabilidade do chefe das guardas e sob a fiscalização, cada qual, de uma guarda. [586]

> Na parte referente á administração, foram introduzidos nessa penitenciaria, vários melhoramentos, durante o anno findo, taes como a instalação da fabrica de calçados, da cozinha a vapor e da lavanderia também a vapor. Estas installações teem sido feitas com

[584] CHEVALIER, Carlos. **Memórias de um Revoltoso ou Legalista?** 1922-1926. Rio de Janeiro: Estabelecimento Graphico Nictheroy, 1925, p. 131.

[585] DIAS, Everardo. **Bastilhas Modernas:** 1924-1926. São Paulo: Obras Sociais e Literárias, 1926, p. 256.

[586] Relatório do Chefe de Polícia do Distrito Federal, o Marechal Manoel Lopes Carneiro da Fontoura e transcrito pelo Ministro da Justiça e Negócios Interiores, em seu Relatório anual, de 1924, ao Presidente da República. CENTER FOR RESEARCH LIBRARIES (Consórcio internacional de pesquisa independente de cooperação entre universidades, livrarias e arquivos dos EUA - universidades fundadoras - e outros países). Disponível <http://www.crl.edu>. Acesso em: jan. 2009.

> capricho e machinismos modernos. Entretanto, se tornam necessários reparos na cozinha e na lavanderia, principalmente nos pontos da ruptura dos canos conductores de vapor.
> Conforme os contractos para essas installações, a da fabrica de calçados importou em 179.999$ooo e o das duas outras em 73:300$ooo. Foi também construído um pavilhão para a installação das officinas de funileiro e vassouras, que funccionavam mal nos compartimentos das prisões solitárias, achando-se ainda em construcção outro pavilhão, destinado á officina de pintura, para servir de estufa a automóveis em obras. Foi ainda adquirido, por 10:400$ooo, um torno limador para a officina do ferreiro e que servirá para concerto de automóveis e de machinas do estabelecimento.
> As officinas trabalharam regularmente durante o anno, produzindo 197:302$091, como se verifica no quadro junto, funccionando as de encadernação, ferreiro, carpinteiro, pedreiro (todas com mestres livres), de alfaiate, funileiro, vassouras e pintura (sob a responsabilidade do chefe das guardas e a fiscalização cada qual de uma guarda).
> O estabelecimento se fez representar condignamente na Exposição Internacional, commemorativa do primeiro centenário da nossa Independencia, com vários productos, que honram suas officinas.
> A fabrica de calçados está ainda na sua phase de experiência, pois está fazendo operários; mas tem capacidade para produzir de 200 a 400 pares diários. Foi inaugurada a 7 de agosto de 1922.[587]

A mão de obra dos prisioneiros podia servir também à obras dentro do próprio presídio no qual permaneciam reclusos.

> Continua como medico o Dr. Carolino de Miranda Corrêa, sendo dignos de registro os serviços prestados, gratuitamente, pelo Dr. Aristides Guaraná Filho, ophitalmo-oto-rhino-laryngologista da Casa de Detenção. Tambem o Dr. Eduardo Ferreira de Barros procedeu, com êxito, a uma operação de cura radical de hydrocelle.
> Convem, entretanto, accentuar a necessidade de um pavilhão destinado a isolamento seguro dos doentes de moléstias contagiosas, como tuberculose, lepra, cancro, etc. Para isso bastará a verba de 60:000$ooo para o material necessário, aproveitando-se na mão de obra o trabalho dos penitenciários. [588]

Era muito comum, nessa época, que a produção resultante do trabalho dos presos servisse a interesses pessoais. Segundo o tenente Chevalier, nas oficinas, a produção era quase que exclusivamente direcionada a "presentes para o governo." A exemplo dessa afirmação, o revoltoso citou um prisioneiro árabe com quem conviveu lá dentro, que estava encarregado da encadernação da biblioteca particular de Arthur Bernardes, e que lhe havia mostrado inúmeros volumes com dedicatórias de autores, ao presidente, os chamados por Chevalier de "lambe-solas".[589]

> Tivemos opportunidade de apreciar as bajulações de diversos escriptores de livros e livretos nas suas dedicatórias ao Presidente da República, verdadeiros 'lambe-solas'. A papelaria tinha pilhas e pilhas de livros, não só do Presidente como de outros figurões, inclusive do sr.

---

[587] Relatório do Chefe de Polícia do Distrito Federal, o Marechal Manoel Lopes Carneiro da Fontoura e transcrito pelo Ministro da Justiça e Negócios Interiores, em seu Relatório anual, de 1924, ao Presidente da República. CENTER FOR RESEARCH LIBRARIES (Consórcio internacional de pesquisa independente de cooperação entre universidades, livrarias e arquivos dos EUA - universidades fundadoras - e outros países). Disponível <http://www.crl.edu>.

[588] Ibid.

[589] CHEVALIER, Carlos. **Memórias de um Revoltoso ou Legalista?** 1922-1926. Rio de Janeiro: Estabelecimento Graphico Nictheroy, 1925, p.128.

> Waldemar,[590] para serem encadernados á custa das verbas especiaes! Automoveis de 'grandes personagens' e de afilhados, entravam esbodegados e sahiam novos, e ás vezes nem o próprio preso recebia uma gratificação de consolo pelo trabalho feito.
> Cadeiras e mesas de mosaico, moveis, objectos que cá fora são comprados por grande preço, são fabricados lá dentro, e o Snr. Loureiro conhece as casas em que esses moveis figuram sem o dispêndio de um só real...
> E assim vamos nós aqui dentro e elles lá fora...[591]

Embora por lei o prisioneiro tivesse direito a ter depositado em seu nome um pequeno soldo, para o qual, em tese, poderia apelar em caso de caso necessidade, os que morreram lá durante a estadia dos militares, foram enterrados às custas da "subscripção entre os officiaes," o que prova que nem o prisioneiro e muito menos a sua família tinham acesso a essa quantia. O valor não aparece definido nos relatórios, mas imagino irrisório, pois se o trabalho forçado era um componente das sentenças nesta época, não acredito que as autoridades se preocupassem em dar aos prisioneiros uma remuneração justa, mesmo que fosse lei. O fato é que, para além da corrupção na qual estava imerso o sistema penal, o Código Penal de 1890, em seu artigo 43 estabelecia que, dentre as penas a serem cumpridas pelos prisioneiros, podia haver a prisão com trabalho obrigatório.[592] E o trabalho forçado, legitimado por lei, dava margem a todo tipo de abusos, já que o trabalhador, sendo prisioneiro, estava à mercê de seu "chefe direto", sem que pudesse reagir ou recorrer a nenhuma autoridade, pois não era ouvido em denúncia contra as mesmas, estando de antemão, desqualificado devido à sua condição de preso.

A verdade é que sob o discurso do trabalho atender a uma medida correcional para o preso, estes tiveram sua força de trabalho roubada, servindo a inúmeras construções públicas, obras de vulto que servem até hoje ao uso da população e deixam o testemunho de um período do país em que o despossuído foi tratado como escravo.

Num dos trechos do relatório do diretor da Casa de Correção ao Ministro da Justiça e Negócios Interiores, por exemplo, é revelada a utilização do trabalho de prisioneiros na construção da estrada Grajaú-Jacarepaguá, conhecida de todos os que residem na capital do Rio de Janeiro. O relatório informa que, na ocasião "continuam trabalhando 40 sentenciados nos serviços de abertura de estrada de rodagem ligando Villa Izabel a Jacarepagua, o que tem

---

[590] Waldemar Loureiro, diretor da Detenção e Correção neste período.

[591] CHEVALIER, Carlos. **Memórias de um Revoltoso ou Legalista?** 1922-1926. Rio de Janeiro: Estabelecimento Graphico Nictheroy, 1925, pp. 128-129. Grifos meus.

[592] BRASIL. **Código Penal.** TITULO V; "Das penas e seus effeitos; da sua applicação e modo de execução. **Art.** 43. As penas estabelecidas neste código são as seguintes: a) prisão cellular; b) banimento; c) reclusão; d) prisão com trabalho obrigatorio; e) prisão disciplinar; f) interdicção; g) suspensão e perda do emprego publico, com ou sem inhabilitação para exercer outro; h) multa." Rio de Janeiro, DF, 1890.

trazido muitos bons resultados em favor da regeneração dos mesmos."[593] Neste mesmo relatório o autor modifica seu discurso, pois afirmara no trecho anterior que as construções no presídio deviam ser feitas "aproveitando-se na mão de obra o trabalho dos penitenciários." [594]

Os únicos que conseguiram resistir a esse tipo de exploração foram os oficiais revoltosos que estavam presos. Conseguiram também quebrar a rotina da Correção, burlando a vigilância e enfrentando as arbitrariedades. Só puderam agir dessa forma, por sua condição de oficiais do Exército, pois, apesar de circunstancialmente presos, possuíam condições de defesa que muitos civis não tinham e, por isso, não temiam um enfrentamento com as autoridades. Eram homens letrados, numa sociedade de analfabetos,[595] o que lhes permitia escrever petições ou cartas para jornais, além de possuírem advogados, amigos políticos e de dentro do próprio Exército, e, acima de tudo isso, eram unidos entre si pelos ideais e pela solidariedade que o momento exigia. Sua união e destemor causavam, inclusive, certo temor às autoridades policiais, mas tornava-os ainda mais fortes. Tudo isso não impediu que passassem por inúmeras violências físicas e psíquicas, dentro de um estado de exceção, com duração incomum, vivenciando o ambiente prisional por oito anos em média. Mas sua postura sempre foi de enfrentamento, como veremos no decorrer do trabalho.

Um episódio que mostra a resistência às arbitrariedades policiais e o destemor dos revoltosos, ocorrido no período em que estavam na Correção é o que passo a contar agora. Em fins do ano de 1924, o tenente Hugo Bezerra, aproveitando-se de um descuido da guarda, durante o período de visita, passou por uma porta da secretaria, que ia dar no pátio da casa do diretor, e dali saiu para a rua. Em represália à fuga deste tenente, o portão da galeria foi fechado suspendendo-se a saída dos oficiais para além do corredor, mesmo para o banho de sol, que deveria ser às 17 horas daquela tarde. Não se conformando com a determinação do diretor, alguns oficiais, decidiram saltar pela sacada do salão da capela, onde se achavam

---

[593] BRASIL. **Código Penal.** TITULO V; "Das penas e seus effeitos; da sua applicação e modo de execução. **Art.** 43. As penas estabelecidas neste código são as seguintes: a) prisão cellular; b) banimento; c) reclusão; d) prisão com trabalho obrigatorio; e) prisão disciplinar; f) interdicção; g) suspensão e perda do emprego publico, com ou sem inhabilitação para exercer outro; h) multa." Rio de Janeiro, DF, 1890.

[594] BRASIL. **Código Penal**. TITULO V; "Das penas e seus effeitos; da sua applicação e modo de execução. Art. 43. As penas estabelecidas neste código são as seguintes: a) prisão cellular; b) banimento; c) reclusão; d) prisão com trabalho obrigatorio; e) prisão disciplinar; f) interdicção; g) suspensão e perda do emprego publico, com ou sem inhabilitação para exercer outro; h) multa." Rio de Janeiro, DF, 1890..

[595] O índice de analfabetismo dessa época oscilava desde a Proclamação da República, até os anos 20, entre 85% e 75%. No ano de 1890, de um total de 14.333.915 habitantes, liam e escreviam apenas 2.120.559 enquanto 12.213.356 não liam nem escreviam, perfazendo um total de 85%. Em 1900, de 17.388.434 habitantes, liam e escreviam apenas 4.448.681, não liam nem escreviam 12.939.753 perfazendo um total de 75% de analfabetos; em 1920, dos 30.635.605 habitantes, liam e escreviam apenas 7.493.357 não liam nem escreviam 23.142.248, perfazendo um total de 75% de analfabetos. RIBEIRO, Maria Luísa Santos. **História da Educação Brasileira.** A Organização Escolar. 15ª Edição. São Paulo: Autores Associados, 1998. Ver também: BOMENY, Helena. Novos Talentos, Vícios Antigos. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 6, n. 11, p. 24-39, 1993.

alojados os oficiais superiores.[596] Imediatamente, um tenente da polícia, acompanhado por um sargento da mesma corporação, entrou no pátio "transmitindo ordem de recolhermo-nos aos cubículos." Os 30 oficiais que haviam saído, decidiram não se retirar, mesmo sob ameaça de chamarem forças armadas. Diante da recusa, o diretor solicitou um pelotão armado de fuzis, além de um contingente de metralhadoras dirigido contra os militares, que se mantiveram na mesma posição. O Coronel Affonso Pinho de Castilhos, um dos oficiais presos, percebendo que a situação poderia chegar ao assassinato dos oficiais, pediu uma audiência com Waldemar Loureiro, diretor da Casa de Correção e Detenção à época. Ponderou que sua ordem iria sacrificar trinta e poucos rapazes, que ele sabia, não iriam recuar. Telefonaram ao Catete e a resposta foi: "Vá matando e empilhando." Novamente intercedeu o Coronel Castilhos, propondo que se as forças fossem retiradas os oficiais também se recolheriam. E, assim, às 20 horas, já à noite, terminava mais um teste de resistência dos oficiais contra a polícia e as ordens do Governo.[597]

Os civis não puderam fazer isso. A luta era desigual e raros foram os que tentaram e não sucumbiram. Todos os que e ali chegaram tiveram seu ritual de passagem: foram arrolados nos livros; receberam ordens; foram separados em espaços determinados; introduzidos no novo sistema, nos novos códigos prisionais. Foram incluídos no mundo prisional, e paralelamente excluídos do mundo social. Homens, mulheres, crianças, ex-escravos e estrangeiros foram introduzidos, da mesma forma, à rotina institucional, com horário para dormir, acordar, ler, ir ao banheiro, falar, fazer silêncio. Estiveram sob as mesmas punições, sob as aflições da fome e das doenças da época; sob a angústia causada pela incerteza de seus destinos, já que qualquer pessoa podia ser presa para averiguação, passando anos na prisão por não possuir condições de constituir advogado; sob a amargura do distanciamento dos familiares, havendo, muitos deles, ficado sem recursos para a sobrevivência, a maioria de mulheres e crianças entregues à própria sorte.

Não obstante a analise feita sobre a diferença na situação de civis e militares, é preciso considerar que, embora o sítio tenha levado aos cárceres pessoas de todas as classes sociais, havendo a prisão de alguns profissionais liberais e comerciantes, dificilmente ocorriam

---

[596] Mesmo na prisão a hierarquia era mantida.

[597] CHEVALIER, Carlos. **Memórias de um Revoltoso ou Legalista?** 1922-1926. Rio de Janeiro: Estabelecimento Graphico Nictheroy, 1925, p.135-7.

prisões por corrupção política,[598] ou qualquer ato de ilegalidade cometido por indivíduos de classe social alta. Sobre isso nos fala o tenente aviador Chevalier:

> Mas... onde os poderosos, os ricos que o crime ennodoou? Não os há por lá. Procurei-os a dedo. Existem ali, apenas, assassinos pobres, ladrões misérrimos, desfavorecidos da sorte e alguns innocentes que as leis esqueceram; só a escoria da sociedade; os desprotegidos da Fortuna, fonte milagrosa que distingue manchas moraes e gera o esquecimento e a misericórdia...; por toda a parte a Justiça desamparada e aviltada!
> Oh! A revolta contra a sociedade em peso que ulula lá dentro, entre aquellas paredes! O peso esmagador da injustiça clamorosa que geme por aquellas grades![599]

3.3 Os reféns do governo

Durante o sítio era hábito prender filhos, parentes e amigos daqueles que estavam presos ou dos que ainda estavam por sê-lo e que não eram encontrados. Aristides Dias Lopes, negociante em Santos e filho de Isidoro Dias Lopes - este último comandante dos militares revoltosos desde 1924 - foi preso, assim que as tropas foram retiradas do Brasil pelo Paraná. Como o governo percebeu que não prenderia Isidoro, deteve Aristides, de apenas 23 anos, em Ponta Grossa, no dia 15 de setembro, trazendo-o para o Rio de Janeiro, para a Casa de Detenção. Durante o trajeto foi agredido a coronhadas, tendo como conseqüência uma infecção nos ouvidos. Mesmo doente ficou um mês no Forte, da Casa de Detenção, sendo dali retirado por conselho médico e levado para o quarto salão, permanecendo incomunicável por mais um mês. Como fosse necessária a sua vaga, foi para o terceiro salão onde ficou em companhia de uns 15 presos, sendo um deles o próprio Everardo Dias, testemunha dessa história. Ficou neste salão da Detenção até 9 de dezembro, de 1924, quando foi transferido com mais um grupo para o Arsenal da Marinha, sendo enviado, em seguida, à Ilha Rasa num rebocador. Aristides teria ficado preso durante dois anos, sem ter cometido crime algum, sendo libertado, por *habeas corpus*, somente em setembro de 1926. São muitos os casos desse tipo e dentre eles pode-se relatar o de Serpa Pinto, que fizera parte da Comissão criada para esclarecer a autenticidade das cartas de Bernardes, em 1922. Como tivesse concluído, após exame grafológico que eram verdadeiras, passou a ser alvo de Bernardes. Assim que houve o levante, de 1922, foi procurado e como tivesse tido tempo de fugir, seu filho, o jovem Hernani foi preso pelos policiais da 4ª Delegacia de Polícia Política. Levaram-no para esta delegacia,

---

[598] A lei era aplicada, a maioria das vezes, ora em função da repressão de quaisquer manifestações políticas, ora da criminalização da pobreza, especialmente porque previa punições à mendicância e à vadiagem.

[599] CHEVALIER, Carlos. **Memórias de um Revoltoso ou Legalista?** 1922-1926. Rio de Janeiro: Estabelecimento Graphico Nictheroy, 1925, p.112 e 113.

onde era chamado todos os dias a depor o que resultou inútil, pois não revelou o paradeiro de seu pai.[600]

João Francisco foi um gaúcho que teve grande importância na revolta de 1924, na capital paulista. Foi um "soldado estancieiro," como muitos maragatos,[601] membro da Guarda Nacional, da Brigada Militar gaúcha, novamente da 32ª Brigada de Cavalaria da Guarda. Participou da revolta Federalista em 1893, no Rio Grande do Sul, e do levante na capital paulista, em 1924. Seu filho Júlio e os genros Otaviano Gonçalves da Silveira e Arlindo de Oliveira, ambos tenentes da Força Pública de São Paulo, que aderiu ao levante sob o comando de Miguel Costa, lutaram junto a João Francisco, auxiliando-o, também, na retirada dos rebeldes da revolta de São Paulo, em 1924, para o Paraná. Além do levante em São Paulo e da participação nessa retirada, incluindo a descida ao Paraná, esteve presente na tomada de Foz de Iguaçu e das negociações no Sul para o levante neste estado, em outubro do mesmo ano, que resultaria na formação Coluna Prestes. Seu filho Júlio, embora ainda menor de idade, o acompanhara em sua ação revolucionária em 1924. Ao ser preso foi encaminhado à Ilha das Cobras, onde foi mandado trabalhar na remoção de pedras, tipo de trabalho a que eram obrigados a realizar também os presos comuns. Enquanto isso acontecia, em São Paulo, sua mulher e demais filhos sofreram prisão domiciliar. Somente após uma série de entendimentos com o general Fernando Setembrino de Carvalho, ministro da Guerra, é que se conseguiu a transferência de sua família para Santana do Livramento e, depois, para a Argentina, onde João Francisco se encontrava exilado.[602]

Aristides Dias Lopes, depois de ser espancado na 4ª Delegacia de Polícia Política, por se recusar a revelar onde estava seu pai, o General Isidoro Dias Lopes, passou semanas nas celas, sem banho de sol. Diversas cartas de prisioneiros entregues ao senador Moniz Sodré, denunciavam essas práticas em relação aos demais que estavam detidos. Nas cartas também era denunciada a prática policial de colocarem no pior cubículo da Detenção aqueles que não se prestassem a espionar os demais prisioneiros da cela. Segundo o depoimento, o cubículo 59, era tão escuro que não se podia saber se era dia ou noite, "verdadeira masmorra" de quatro metros, com 10 ou 12 prisioneiros, num ambiente "abafado e irrespiravel" onde mesmo que pedissem a visita de um médico jamais eram atendidos, o que fazia com que o preso saísse desse lugar "com uma palidez cadaverica". Os militares, em suas cartas, pediam uma

[600] DIAS, Everardo. **Bastilhas Modernas:** 1924-1926. São Paulo: Obras Sociais e Literárias, 1926, p. 121-3.

[601]Termo usado para designar àqueles que apoiavam o partido Libertador.

[602] FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. FGV. CPDOC. Dicionário Histórico Biográfico. Disponível em: <http//:www.cpdoc.fgv.br/>. Acesso em: set. 2009. Ver também DIAS, op. cit., nota 593, p. 126.

comissão de deputados da oposição e da situação para visitarem aquela "Casa de Inquisição" e o afastamento dos diretores, além de uma "devassa", pois assim "saber-se-ão os horrores inauditos que ali se praticam". [603]

> [...] a Detenção não é uma prisão: é um local de requintadas torturas asiaticas. Por isso mesmo, está fora de qualquer confronto [...]. A Detençao não pode ser tomada para termo de comparação pelo seu regimen carcerário retardatário, bárbaro, inquisitorial. O sr. Meira Lima[604] é um retardado, mentalmente falando. Homem inculto, embora pretencioso e vestindo-se pelo ultimo figurino, não está nas condições de ser director de uma casa daquelas. Não se faz respeitar; faz-se temer. E' violento e mau. Nessas condições, a Detenção é peor que qualquer outra prisão: é até inferior á tumular e apavorante geladeira do Corpo de Segurança e só talvez superior ao infernal porão do **Campos**, por ser o ultimo grau da degradação humana a que póde um individuo ser submetido. Assim, o ministro da Justiça, Sr. Afonso Penna Junior, foi conivente com o tratamento desigual e injusto a que obrigou dezenas de homens, sem culpa formada, depois de presos e incomunicáveis seis, sete e oito meses, em prisões doentias e sem o menor conforto, a um regimen presidiário num porão humido e sem ar, na mais humilhante promiscuidade [...]. [605]

Tais arbitrariedades revelam que os diretores de prisões passam a ter não somente uma autonomia administrativa, e, sim, autonomia para o exercício de castigos secretos, "não codificados pela legislação, um poder de punir que se exerce na sombra" e que confere às penas um caráter tão arbitrário e despótico, quanto às penas do antigo regime. Segundo Foucault o agente de punição exercia um poder total, que nenhum terceiro poderia vir a perturbar; o indivíduo a ser "corrigido" estava a mercê da autonomia dada aos diretores das prisões na aplicação de "técnicas de tipo disciplinar", *agora* não mais publicamente e de caráter exemplar onde a população podia contemplar o "horrível destino dos proscritos."[606]

> A prisão, essa região mais sombria do aparelho da justiça, é o local onde o poder de punir, que não ousa mais se exercer com o rosto descoberto, organiza silenciosamente um campo de objetividade em que o castigo poderá funcionar em plena luz como terapêutica e a sentença se inscrever entre os discursos do saber.[607]

3.4 O campo de desterro da Clevelândia.

Clevelândia foi inaugurada oficialmente em maio de 1922, tendo sido assim nomeada em homenagem ao presidente dos Estados Unidos, na época: Grower Cleveland. Havia sido

---

[603] DIAS, Everardo. **Bastilhas Modernas:** 1924-1926. São Paulo: Obras Sociais e Literárias, 1926, p. 187.

[604] Diretor das Casas de Detenção e Correção de dezembro de 1921 a agosto de 1922.

[605] DIAS, op. cit., nota 603, p. 187.

[606] FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**. Nascimento da Prisão. 17ª Edição. Petrópolis: Vozes, 1998, p. 106-7 e 206-8.

[607] Ibid, p. 214.

pensada, inicialmente, como um núcleo colonial e a proposta trazia consigo a finalidade de ocupação territorial do último local a ser povoado da fronteira brasileira, correspondente ao atual estado do Amapá, então integrado, do ponto de vista político-administrativo, ao Estado do Pará, na região norte do Brasil, fronteira com a Guiana Francesa, no início dos anos 20.[608]

O senador paraense Justo Chermont, dono do jornal *O Estado do Pará*, contribuiu, de todas as formas, para aprovação no Congresso da emenda que legalizava "a fundação de patronatos e colônias de nacionais na fronteira do Oiapock."[609] A idéia de povoamento que apoiava, camuflava seus interesses de membro da oligarquia paraense, proprietário de muitas terras nesta região, e incluía a transferência de nordestinos, de cidades onde havia seca para a fronteira, povoando, assim, a região com brasileiros. Tal medida evitaria nova contenda pelo território, já que houvera recente e acirrada disputa pela região, entre França e Brasil, querela esta cujo árbitro internacional foi à Suíça.[610]

Miguel Calmon Du Pin e Almeida, Ministro da Agricultura de Arthur Bernardes, foi o responsável pelo projeto de transformação do Núcleo Agrícola da Clevelândia, em local de desterro político. Nos anos seguintes, à sua criação, Clevelândia passaria a funcionar como campo de desterro de presos políticos, mais precisamente a partir de 1924, quando ocorreu o primeiro transporte de prisioneiros militares participantes dos levantes deste ano.

Esse expediente era uma espécie de *lettres de cachets*,[611] a que lançavam mão os governantes, quando pretendiam retirar militares e civis do convívio político. Podiam ser militares envolvidos em insurreições, operários,[612] ou apenas presos civis comuns, os "indesejáveis," a maioria também sem processo e muitos, inclusive, sem participação alguma em crimes, como já vimos. Além da implacável censura, das prisões ilegais, dos espancamentos e das torturas, a prática de deportações sem processo, seguiu-se a esse padrão de ações. Foram embarcados, em 1924, para a Clevelândia, aproximadamente mil presos. [613]

---

[608] Cf. LEITE NETO, Leonardo (coord.). 1986. **Catálogo biográfico dos senadores brasileiros.** 1826 a 1986 – Vol. III. Brasília. Centro Gráfico.

[609] Discurso do Senador Miguel Calmon no Senado reproduzido pelo jornal *A Notícia*, de 04/01/1928, apud SAMIS, Alexandre. **Clevelândia.** Anarquismo, sindicalismo e repressão política no Brasil. São Paulo: Imaginário, 2002, p. 156.

[610] Cf. Ibid.

[611] *Lettres de cachet*: letras de esconder, no sentido de tirar do convívio: documento utilizado para prender pessoas por crimes que não constassem da lei, usado de acordo com a conveniência das autoridades, na França antes da Revolução Francesa.

[612] É inquestionável que intelectuais que partilhassem dos ideais anarquistas tivessem "padecido em cárceres e sido subjugados pelas truculentas investidas da polícia", entretanto, foram "os operários sindicalistas, os mais ativos e pobres," os que "consumidos pelas enfermidades no exílio ou flagelados pelas torturas nas prisões, sucumbiram" e "os que pagaram maiores dividendos às investidas da repressão." SAMIS, op. cit, nota 609, p. 53.

[613] A pena de banimento era prevista em lei pelo Código Penal de 1890, e por isso utilizada, mesmo tendo sido abolida pela Constituição de 1891. BRASIL. **Código Penal (1891).** TITULO V; *"Das penas e seus effeitos; da sua applicação e modo de*

Dentre eles estavam militares revoltosos e aqueles que protagonizavam as lutas operárias, que disputariam *agora*, os espaços das prisões e do degredo, onde o isolamento, a tortura, a fome, a doença e a morte, fariam parte de circunstâncias enfrentadas cotidianamente. Foram inicialmente levados para o campo de desterro da Clevelândia, alguns integrantes da Força Pública e do Exército, presos em Catanduvas, quando resistiam para proteger a passagem da Coluna Miguel Costa – Prestes, vinda do Sul ao encontro da Coluna Paulista que a aguardava em Foz do Iguaçu.

O depoimento do ex-sargento André Figueira, ao jornal *O Estado do Pará*, de propriedade de Chermont, quando o repórter tentava claramente induzi-lo a minimizar o escândalo que emergia sobre mortes no campo de desterro, acaba por deixar entrever parte da situação que os presos vivenciavam nos navios:

> Ah! Aquele *Cuyabá*, aquele *Cuyabá*! A seu bordo não havia higiene, não havia coisa nenhuma. Basta referir-lhe que a nossa sanita era uma velha barrica que, ficando cheia era retirada do porão com um cabo, com o mesmo cabo com que nos jogavam a comida, como se fossemos cães danados.[614]

Isso não ocorria somente nos navios. Dentre os desterrados que se encontravam em Clevelândia, por exemplo, uma epidemia de desinteria bacilar havia causado a morte de aproximadamente 306 internos, além de 130 por impaludismo, 3 por tuberculose e 52 por moléstias diversificadas.[615]

Em 1925, o escândalo causado pela morte de mais de 400 dos 946 presos da Clevelândia, por contraírem as diversas doenças mencionadas, trouxe ao conhecimento público a existência e os horrores desse tipo de prática punitiva no Brasil, deixando as autoridades responsáveis em uma situação difícil diante da opinião pública.

O engenheiro Gentil Norberto, diretor do núcleo colonial, provavelmente interessado em manter seu cargo público, fazia tudo para defender o governo, dando declarações positivas sobre o local. Da mesma forma, todas as publicações do jornal de Chermont traziam

---

execução. Art. 43. As penas estabelecidas neste codigo são as seguintes: a) prisão cellular; b) banimento; c) reclusão; d) prisão com trabalho obrigatorio; e) prisão disciplinar; f) interdicção; g) suspensão e perda do emprego publico, com ou sem inhabilitação para exercer outro; h) multa." <http://www6.senado.gov.br/> Acesso em BRASIL. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil (de 24 de fevereiro de 1891)** SEÇÃO II; *Declaração de Direitos* - Artigo 72 § 20 - Fica abolida a pena de galés e a de banimento judicial. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/>. Acesso em ago. 2010.

[614] SAMIS, Alexandre. **Clevelândia.** Anarquismo, sindicalismo e repressão política no Brasil. São Paulo: Imaginário, 2002, p. 170.

[615] PINHEIRO, Paulo Sérgio. **Estratégias da Ilusão.** A Revolução Mundial e o Brasil. 1922-1935. São Paulo: Cia das Letras, 1991, p. 104; SAMIS, op. cit., nota 614, p. 170-3 e 176. Samis afirma que ao observar algumas fotografias contidas nos relatórios do Arquivo Arthur Bernardes, pode-se perceber, claramente, o inchaço do ventre, mesmo naqueles que estão vestidos, sendo, isto, um sintoma comum à malária.

reportagens dando ênfase à beleza do lugar, ou ao clima saudável, dentre outras observações positivas, além de entrevistas que fizessem coro com o discurso oficial. Contudo, alguns documentos podem ser esclarecedores da real situação vivida pelos presos: um relatório interno do diretor da seção de Estado, Oldemar Murtinho, apresentado ao Ministro da Agricultura, Indústria e Comércio, feito por um funcionário enviado à Clevelândia para obter "dados positivos" sobre o lugar, foi feito apenas depois de passados dois anos das mortes. A razão disso é que a suspensão temporária da lei de imprensa no início do governo de Washington Luís, em 1926, tinha permitido que fossem escritas inúmeras notícias acerca do escândalo das mortes. A ida do funcionário para lá pretendia a confecção de um relatório com dados positivos para, assim, minimizar o que havia ocorrido. Contudo, o relato do estado dos presos descrito no relatório ao Ministro, mostrava-os: como homens "tristes e acabrunhados," "pensativos e vagarosos," com o andar de "condenados à morte que seguem para o patíbulo retardando o passo," "raquíticos e tristonhos" ou mesmo, como referência às graves doenças que contraíam, "dando a impressão de que o impaludismo tornou-os imprestáveis para o resto da vida." Quanto a seu estado psíquico, afirma que suas vidas eram "sem afetos, sem crenças, sem esperanças, exaustos de tanta desgraça e abatidos pelo prolongado sofrimento, se entregando, alguns, resignadamente, às amarguras do destino, descrentes de tudo e de todos, dizendo que a esperança para eles é tal qual a luz que vai desaparecendo ao longe numa grande e calada treva."[616]

Segundo Alexandre Samis, Oldemar Murtinho chegou a criar diversos documentos com depoimentos favoráveis em relação ao estado em que se encontravam os prisioneiros, para serem assinados por eles sob coação e levados a público. Mas a imprensa, oprimida pela censura, ainda na vigência do estado de sítio, a partir de 1926, não perderia a oportunidade de denunciar todos os casos que chegaram ao seu conhecimento, ofuscando qualquer tentativa de retratação do governo.

De um total aproximado de 946 desterrados, somente no ano de 1924, grande parte era de militares. Além de revoltosos procedentes de Catanduvas, como já vimos, também foram enviados prisioneiros que estavam no Rio de Janeiro e alguns do Amazonas, participantes do levante lá ocorrido[617] chefiado pelo tenente Alfredo Augusto Ribeiro Junior, que teria instituído a "Comuna de Manaus" e tomado o governo, mantendo-o mais de um mês em

---

[616] SAMIS, Alexandre. **Clevelândia.** Anarquismo, sindicalismo e repressão política no Brasil. São Paulo: Imaginário, 2002, p. 173.

[617] PINHEIRO, Paulo Sérgio. **Estratégias da Ilusão**. A Revolução Mundial e o Brasil. 1922-1935. São Paulo: Cia das Letras, 1991, p. 95, 1991.

poder dos rebeldes, de 23 de julho de 1924 a 28 de agosto do mesmo ano.[618] Além do efetivo do Exército, envolvido na revolta do Amazonas, alguns revoltosos da Marinha de Guerra, que aderiram ao levante nesse estado, também serão encontrados dentre os desterrados da Clevelândia.[619]

As razões de tantas mortes estavam ligadas ao tratamento dado aos presos que ingeriam "os piores alimentos," vestiam roupas "arrancadas" dos mortos "para servir aos demais detentos;" faziam "trabalhos forçados: construção de prédios do núcleo para seu próprio alojamento," e outras edificações como, por exemplo, o Hospital Simão Lopes e a Escola Dulphe Machado; a Ponte Arthur Bernardes; a Capela N. S. de Nazareth e a instalação de uma estação de rádio e todos os demais serviços, necessários à manutenção do campo de desterro, sem direito à remuneração. A esse tratamento somavam-se as torturas físicas, tais como "o umbigo de boi," tipo de chicote usado para açoite, a palmatória e a cafua, "espécie de pequeno quarto com telhas de zinco onde o preso experimentava sufocamento" por causa da temperatura.

Além das doenças, da tortura física, dificuldades materiais e jurídicas, havia, ainda, o temor por sua integridade física e a ameaça constante de fuzilamento, dentro e fora das prisões, pelo governo.[620] A pena de morte havia sido abolida, no Brasil, embora não definitivamente,[621] pois fora recentemente retirada de nossa legislação, a partir do Código Penal de 1890 e pela Constituição Federal de 1891. No Brasil, os prisioneiros eram constantemente ameaçados desse tipo de morte por autoridades da polícia política, tendo ocorrido, tal fato, inclusive, com jornalistas como Edmundo Bittencourt e Paulo Duarte.

---

[618] Cf. ARAGÃO, Isabel Lopez. **1924:** A Revolução que começou em 1889. 2006. 385 f. Monografia (pós-graduação em História do Brasil). Faculdade de Formação de Professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. São Gonçalo, 2006.

[619] "Depois de o navio [*Comandante Vasconcelos*] partir e fundear de novo 'viu-se que nele entraram e foram distribuídos pelo segundo porão mais de cem sargentos, cabos e marinheiros que estavam na [Fortaleza] Santa Cruz, e que eram acusados de participação nas revoltas do *São Paulo* e do *Goyás.*" PINHEIRO, Paulo Sérgio. **Estratégias da Ilusão.** A Revolução Mundial e o Brasil. 1922-1935. São Paulo: Cia das Letras, 1991, p. 95, 1991, p. 101. "Em 29 de agosto, do levante no Amazonas "estavam presos mais de 200 revoltosos e muitos civis que os haviam auxiliado." Grifos meus. FORJAZ, Maria Cecília Spina. **Tenentismo e Política.** Tenentismo e Camadas Médias Urbanas na Crise da Primeira República. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977, p. 85.

[620] Carta de Leopoldo Nery da Fonseca Jr., do Rio de Janeiro, para redatores de jornal, em 01/01/27. FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. FGV. CPDOC. Arquivo Pedro Ernesto Baptista. PEB c 27.01.01. Ver também FORJAZ, ibid, p. 85.

[621] A pena de morte existiu no Brasil desde as ordenações Alfonsinas e Manuelinas. Foi abolida e restituída muitas vezes. Mantida até o ano de 1890, foi abolida do Código Penal, deste ano, e da Constituição de 1891. Retornou com a Carta Magna de 1937, no Estado Novo, em seu art. 122, n. 3. Foi retirada apenas na Constituição de 1946, retornando com a emenda Constitucional n. 01 de 17 de outubro de 69, em plena ditadura militar; da mesma forma o decreto lei n. 898 de 29 de setembro de 1969, que estabeleceu o crime contra a Segurança Nacional, também estabeleceu a pena de morte no Brasil para crimes políticos, sendo somente retirada com a Constituição de 1988. Ver o Código Penal de 1890 e as Constituições de 1891, 1937 e 1946; o decreto lei n. 898 de 29/09/69, o AI-13 de 1969 e a Constituição de 1988.

As torturas psicológicas complementavam, então, o quadro terrível a que poucos conseguiam sobreviver, pois "os detentos eram constantemente submetidos a sobressaltos como, sendo retirados e colocados diante de guardas armados que simulavam fuzilamentos.[622]

A narrativa da experiência vivida por um preso, na Sibéria, revela-nos, por comparação, a sensação dele diante de uma punição dessa ordem, de angústia diante da morte, podendo, seu depoimento, ser bastante ilustrativo para a compreensão do grau de perversidade desse tipo de simulação usada como tortura psicológica, procedimento semelhante ao que eram submetidos os presos políticos desse período:

> Como podia ser aquilo? Sentia-se forte, jovem, 27 anos ardentes de vida, em perfeita saúde, a vida correndo no seu sangue e, de repente a morte. Ah! Como não soubera defender-se contra ela? Como não cuidara de apegar-se à existência? Só agora, naquele instante supremo, compreendia o que poderia fazer na vida. O mundo seria seu! Que força extraordinária e nunca pressentida lhe palpitava nas artérias! No entanto, a morte, ali a dois passos, implacável, irremovível irremediável. Ouvia carregarem os fuzis. A morte, coisa estranha, inconcebível. Dois segundos ainda, um apenas. E o tiro não vem... Em lugar disso, arrancam-lhe a venda dos olhos. (...) ao lado dos outros companheiros, ouve a leitura da verdadeira sentença. Depois da sensação da morte, a sensação da vida é qualquer coisa de demasiado forte para a capacidade nervosa de um ser humano.[623]

A partir das denúncias do jornal *A Manhã*[624] pode-se descobrir outro grupo preso em mais um navio do Lloyd Brasileiro, o *Campos*, usado para o transporte de presos, podendo-se identificar em seu interior, oficiais e soldados participantes do levante de São Paulo (1924) e de Mato Grosso (1922).

O relato do pedreiro João Baptista de Araújo, que apenas por se apresentar como comunista teria sido preso, expõe algumas das várias torturas ocorridas nas embarcações. Segundo ele, a trajetória feita pelo navio era: uma primeira parada no Pará, permanecendo lá por três dias, até a chegada do "gaiola" que então os levaria ao campo de desterro da Clevelândia, sob a vigilância do 26º Batalhão de Caçadores, o mesmo que combatera a insurreição em Manaus e que era, "agora," responsável pelos presos da Clevelândia. João consegue fugir em "uma noite em que ao longe grunhavam bocas humanas, cujos rugidos desvairados deixavam entrever a sorte do castigo que recebiam."[625] Outra informação importante dada por ele é a de que muitos soldados revoltosos, do 27º Batalhão de Caçadores,

---

[622] SAMIS, Alexandre. **Clevelândia.** Anarquismo, sindicalismo e repressão política no Brasil. São Paulo: Imaginário, 2002, p. 182-4, 187 e 210.

[623] DOSTOIEVSKI, F. M. **Recordações da Casa dos Mortos.** São Paulo: José Olympio, 1945, p. XII.

[624] Jornal *A Manhã* 01/01/27. ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. APERJ. DESPS. Arquivo da Polícia Política Antonio Siqueira Campos, notação 219, 1924-30

[625] SAMIS, op. cit., nota 622, p. 180.

da revolta de Manaus, Amazonas, já mencionada neste capítulo, teriam morrido na Clevelândia.[626]

O soldado Lauro Nicácio teria passado pelo navio *Cuyabá* e pela Clevelândia, após ser preso em Catanduvas. Por ocasião de entrevista realizada pelo autor e operário espanhol, Everardo Dias,[627] anos depois, confirmaria a afirmação de João Baptista Araújo, ao dizer que, chegando à Clevelândia, teria encontrado marinheiros da revolta do Amazonas, do encouraçado *São Paulo*, da Escola de Aviação Naval e praças do 27º Batalhão de Manaus, revelando o destino que tiveram:

> O número de falecimentos foi enorme. Já antes de nós chegarmos tinham sucumbido as levas de operários do navio Campos, os marinheiros da conspiração Protógenes, os praças revoltosos do Amazonas, os marinheiros do encouraçado *São Paulo*, além de várias levas de malandros deportados do Rio e dos estados.[628]

Quando não morriam por causa de doenças, aventuravam-se em fugas praticamente impossíveis, por paisagens íngremes que exauriam suas últimas reservas de resistência física. Alguns presos determinados a encontrar a liberdade, acabavam por se perder. Quando conseguiam completar a travessia da floresta até os barcos, seus corpos já haviam adquirido algum tipo de doença e acabavam por falecer em Saint George, no território Guianês, por falta de medicamentos, ou, ainda, por outros males com conseqüências irreversíveis. Se sobrevivessem, teriam que vencer a próxima etapa: conseguir um barco, apesar do temor de represálias, dos pescadores.

> 'Havia vigilâncias e repressões severas, tais como revistas rigorosas de todas as embarcações, multa e prisão aos barqueiros que se prestassem à condução dos deportados, censura em toda a correspondência postal' e todos os horrores das situações advindas de quem fosse encontrado em tentativa de fuga. [629]

O soldado rebelde Nicácio, após ser solto, confirmaria as informações dos anarquistas de que muitos dos que tentaram fugir tiveram que ir até a fronteira da Guiana Francesa a pé e depois atravessarem, em barcos de pescadores o rio Oiapoque:

> Uma terça parte dos presos 'tinha fugido ou passado a fronteira que nos separa da Guiana Francesa, em barcos de pescadores, pelo rio Oiapoque de largura imensa, oceânica; outra

---

[626] SAMIS, Alexandre. **Clevelândia.** Anarquismo, sindicalismo e repressão política no Brasil. São Paulo: Imaginário, 2002, p. 180.

[627] DIAS, Everardo. **Bastilhas Modernas:** 1924-1926. São Paulo: Obras Sociais e Literárias, 1926, pp. 238-240.

[628] Ibid, p. 238-40 e SAMIS, op. cit., nota 626, p. 202, (Grifos meus).

[629] SAMIS, Ibid, p. 202.

> terça parte já se achava enterrada; e a restante parte agonizava ajoujada ao trabalho e às febres malignas.' [630]

O depoimento de Francisco Nicolau, outro soldado de Catanduvas e prisioneiro da Clevelândia, também já citado, permite-nos saber a data aproximada desses embarques. Ele chegou ao campo de desterro em 22 de maio de 1925. Foi para lá a bordo do *Cuyabá*, tendo, antes, parado no Distrito Federal, para embarque de mais 150 presos.

3.5 O navio-prisão *Alfenas*

Dentre os navios utilizados como prisões, ou para transporte às Ilhas de desterro, podemos afirmar, todos foram requisitados do Lloyd Brasileiro,[631] pela Marinha de Guerra. Isso ocorreu devido à ausência de espaço dos navios de Guerra para acomodação de centenas de prisioneiros em cada um de seus porões.[632] Eram, em sua maior parte, navios alemães, requisitados pelo governo brasileiro em função do tratado de Versalhes, como parte de indenização de guerra. A requisição, em 2 de junho de 1917, dos navios alemães, então nos portos brasileiros, foi levada a efeito a título de represália e para suprir "a tonelagem que o inimigo vem [vinha] destruindo" na 1ª Guerra.[633]

Dentre eles, podemos destacar o Alfenas:

> Ministro da Marinha
> Snr. Chefe do Estado Maior da Armada
> Tendo o Governo resolvido incorporar provisoriamente, à esquadra, o vapor "*ALFENAS*", do Lloyd Brasileiro; assim vos declaro para os devidos fins.
> SAÚDE E FRATERNIDADE
> Alexandrino Faria de Alencar[634]

O *Alfenas*, nome tomado de um município de Minas Gerais, era um navio mercante, a vapor, de casco de ferro, incorporado, provisoriamente, à esquadra, exclusivamente para o

---

[630] SAMIS, Alexandre. **Clevelândia.** Anarquismo, sindicalismo e repressão política no Brasil. São Paulo: Imaginário, 2002, p. 202.

[631] Conversa com o Almirante Luís Celso de Macedo Soares, primo, em segundo grau, do Tenente revoltoso Edmundo de Macedo Soares, em sua residência, na Fazenda Santa Rita, bairro de Ubatiba, em Maricá, em julho de 2010.

[632] Conversa com o Almirante Luís Celso de Macedo Soares, em julho de 2010.

[633] Cf. CHEVALIER, Carlos. **Memórias de um Revoltoso ou Legalista?** 1922-1926. Rio de Janeiro: Estabelecimento Graphico Nictheroy, 1925. Ver também CERVO, A.; BUENO, C. História da Política Exterior do Brasil, São Paulo Ática 1992, p. 199 apud SAMIS, op. cit., nota 630, p. 235.

[634] Relatório dos Ministros da Marinha, nº 2595 de Julho de 1922 – Alfenas. Rio de Janeiro, mar. 2009. DIRETORIA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E DOCUMENTAÇÃO DA MARINHA. DPHDM (antigo SDM)

"transporte de guerra," termo utilizado para não citar a "carga humana," que conduzia.[635] Comandaram o *Alfenas,* os Capitães de Corveta Américo Vieira de Melo, de 10 de julho a 23 de agosto de 1922, e Luiz Pereira Pinto Galvão, dessa última data a 6 de dezembro, do mesmo ano, quando foi desligado da Esquadra,[636] tendo servido, justamente, como primeiro navio-prisão aos presos militares rebeldes de 1922.

O tenente da Aviação, Carlos Saldanha da Gama Chevalier, ao ser preso como suspeito em 1922, encontrou-se com a maioria dos envolvidos na revolta deste ano, tendo reforçado nesse encontro o seu ideal revolucionário. Este oficial passou por uma peregrinação em diversas prisões e navios, mobilidade esta que, após algum tempo de pesquisa, percebe-se estar acontecendo com os demais oficiais rebeldes também.

> A bordo ficaram, porém, ainda os implicados de Copacabana e da Escola Militar; e não foi sem grande magua que recebi a ordem de soltura. Não me podia conformar com a desigualdade de situação entre collegas que communharam os nossos ideaes e com os quais já mantinha laços de verdadeira amizade. Sem outro remedio, tive de resignar-me, mas, felizmente, nunca me passou pelo cérebro a idéia de abandonal-os um instante siquer. Cá fora, tanto quanto me permitissem as forças, empenhando até, se preciso fosse, a própria vida, trabalharia em prol da liberdade de todos elles.[637]

A demonstração de amizade acima aponta na direção do surgimento de uma identidade revolucionária, construída na adversidade na qual se encontravam os militares prisioneiros. A repressão do governo surtia, então, um efeito contrário ao esperado. Mesmo preso dentro de um navio em "viagem de circumboia", tendo recebido ordem de liberdade, ao deixar seus companheiros o fazia lamentando deixá-los ali, dado o sentimento de lealdade que já adquirira em relação a eles e ao projeto político pelo qual lutavam. É importante ressaltar que Chevalier afirma que, "além de communharem os mesmos ideais," já mantinha "laços de verdadeira amizade," com seus "collegas." Eram laços construídos durante os revezes pelos quais passaram; forjados nas adversidades que estavam vivenciando, adversidades estas, que suscitavam união, solidariedade e auxílio mútuo, e que terminariam por transformar suas identidades rebeldes numa "verdadeira amizade," como veremos ao longo do trabalho.

Esses laços tornam-se tão fortes, que diversas adesões ocorrem ao longo da trajetória dos pioneiros das revoltas. No próprio Alfenas, um dos tenentes legalistas que fazia parte da

---

[635] Incorporado, provisoriamente, à esquadra, em conformidade com o "Aviso do Ministério da Marinha, n.º 2595, de 10 de julho de 1922, publicado na Ordem do Dia n.º 55 da mesma data," exclusivamente para o "transporte de guerra."

[636] Aviso n.º 5688 de 6 de dezembro de 1922, publicado na Ordem do Dia n.º 100 do dia seguinte. Rio de Janeiro, mar. 2009.

[637] CHEVALIER, Carlos. **Memórias de um Revoltoso ou Legalista?** 1922-1926. Rio de Janeiro: Estabelecimento Graphico Nictheroy, 1925, p. 64.

guarnição e, consequentemente, da escolta dos revoltosos, o Tenente Lemos Brito, em 1924, estará no Comando do *Ajuricaba*, uma das embarcações envolvidas no levante de Manaus.[638]

Além de ressalvar o contato que tiveram nas diversas prisões, nas quais estiveram, é importante registrar o encontro, constante, entre os revoltosos de guarnições de várias partes do país, nessas unidades prisionais. Esses encontros ajudavam na disseminação de seu ideal político, que já era um tema recorrente nas rodas de conversas nas escolas militares e nos quartéis, e "agora," e nas prisões, onde se encontravam e reencontravam, face às inúmeras transferências. A intensa mobilidade dos revoltosos, pelos espaços de punição, mostrava que a pretensão do governo de desmobilização resultava no efeito contrário, pois promovia novos encontros e, consequentemente, novas alianças além da renovação de antigas parcerias. Isso mostra que, logrando alcançar a desistência dos revoltosos, a partir da aplicação de uma repressão extremada, onde imperava a tortura física e psíquica, o governo obteve um resultado inverso, pois gerou mais revolta. Agindo dessa forma, tornou a continuidade da luta necessária, principalmente porque a situação, para alguns, prisioneiros, com perda da profissão, ou exilados, como foragidos e desertores, não os deixava alternativa que não fosse a de lutar, para reconquistarem sua posição anterior no Exército e na sociedade.

3.6 O *Benevente* e o *Cuyabá*

Além do navio *Alfenas*, o *Benevente* é citado pelo tenente Chevalier,[639] como tendo servido de prisão aos revoltosos, em abril de 1924. Através de notícias levadas por homens da guarnição sabiam os revoltosos que o governo continuava "alarmado com os boatos de novas e próximas tentativas de levantes." Por isso, transferiu os revoltosos para o navio *Cuyabá*, que ficou fundeado na Enseada do Abraão, em frente ao Presídio do Lazareto, na Ilha Grande.

O *Cuyabá*, navio alemão de casco de aço e cargueiro, congregado à Frota da Marinha em 28 de junho de 1923, da mesma forma que o *Alfenas*, foi incorporado ao material flutuante

---

[638] Esta embarcação foi posta a pique no rio Amazonas pelos legalistas, após uma luta ferrenha contra os revoltosos, que já durava aproximadamente um mês.Ver mais em CASCARDO, Francisco Carlos Pereira. **O Tenentismo na Marinha.** Os Primeiros Anos – 1922 a 1924. São Paulo: Paz e Terra, 2005; ARAGÃO, Isabel Lopez. **Revoltas militares no norte do Brasil no ano de 1924**: o levante das forças do Exército e da Marinha no Amazonas. 2009, 60 f. Monografia (graduação em Licenciatura plena em História). Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). São Gonçalo, 2009.

[639] CHEVALIER, Carlos. **Memórias de um Revoltoso ou Legalista?** 1922-1926. Rio de Janeiro: Estabelecimento Graphico Nictheroy, 1925, p. 85.

da Armada e classificado como "transporte de guerra," sendo restituído ao Lloyd somente em 1925.[640]

> Ministro da Marinha
> Chefe do Estado-Maior da Armada
>
> Assunto: Muda a classificação de navio.
> 1-Declaro que resolvi mandar classificar como "tender" os transportes de guerra *Belmonte e Cuyabá*.
> Alexandrino Faria de Alencar[641]

Nos raríssimos relatórios de Ministros da Marinha, que informavam transporte de presos militares, deixados à disposição dos pesquisadores, na Diretoria do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha – DPHDM – (antigo SDM, Serviço de Documentação da Marinha), aparecem os nomes de alguns militares presos nesses navios. Um dos relatórios do Ministro da Marinha ao Ministro da Guerra, por exemplo, revela a permanência do Capitão do Exército Duguet, preso no *Cuyabá*, em 1924:

> Ministro da Marinha
> Ministro da Guerra
>
> Assunto: Transmite um requerimento.
> 1 – Tenho a honra de submeter à consideração de V. Excia. o incluso requerimento do Capitão do Exército Honorato Augusto Duguet Leitão, que se acha preso à bordo do tender Cuyabá.
> Alexandrino Faria de Alencar.[642]

Dentre os mais conhecidos oficiais revoltosos estão os tenentes Nelson Gonçalves Ethegoyen,[643] Eduardo Gomes,[644] Matheus Moura,[645] Luís Braga Mury,[646] Carlos Saldanha da

---

[640] Congregado à Frota da Marinha, pelo Aviso do Ministério da Marinha 2.975, de 28 de junho de 1923. Em 1925 foi restituído ao Lloyd. DIRETORIA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E DOCUMENTAÇÃO DA MARINHA. DPHDM (antigo SDM).

[641]Relatório dos Ministros da Marinha, nº 2975 de 28/06/1923. Documento do Arquivo da Marinha: DIRETORIA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E DOCUMENTAÇÃO DA MARINHA. DPHDM (antigo SDM).

[642] Relatório dos Ministros da Marinha, nº 2975 de 28/06/1923. Documento do Arquivo da Marinha: DIRETORIA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E DOCUMENTAÇÃO DA MARINHA. DPHDM (antigo SDM).

[643] CHEVALIER, Carlos. **Os Dezoito do Forte.** Rio de Janeiro: [s.n.], 1930.

[644] SIQUEIRA, Deoclécio Lima de. **Caminhada com Eduardo Gomes.** Rio de Janeiro: Novas Direções, 1989, p. 43. Biblioteca Técnica do Forte de Copacabana.

[645] SAMIS, Alexandre. **Clevelândia.** Anarquismo, sindicalismo e repressão política no Brasil. São Paulo: Imaginário, 2002, p. 186.

[646] SILVA, Hélio. **1922.** Sangue na Areia de Copacabana. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v. II, 1964, p. 388-9. (Documentos da História Contemporânea).

Gama Chevalier.[647] Esses são, apenas, alguns dos militares que permaneceram presos, por algum tempo, no *Cuyabá*.[648] Também passaram por este navio alguns soldados como Lauro Nicácio, Francisco Nicolau, Ovídio dos Santos e Pedro Alves, de Catanduvas; alguns presos dos levantes de 1922, como, por exemplo, o Capitão Leopoldo Nery da Fonseca e alguns rebeldes da coluna paulista, capturados em Catanduvas que foram levados para Clevelândia. Do mesmo modo, aparecem nas fontes: marinheiros da canhoneira *Goiás*, que tentaram aderir ao levante do encouraçado *São Paulo;* alguns marinheiros do próprio *São Paulo*, que foram capturados após a revolta; revoltosos da Escola de Aviação Naval e algumas praças do 27º Batalhão de Caçadores de Manaus, envolvidos no levante desta cidade do Amazonas, também em 1924, misturando-se nesse navio, homens de diversas localidades e armas, da Marinha e do Exército.[649]

3.7 O navio-prisão *Jaceguay*

Somam-se ao *Alfenas* e do *Cuyabá*, o *Jaceguay*. Este navio, também, foi encontrado, dentre os relatórios da Marinha, também servindo de navio-prisão para militares rebeldes presos em São Paulo.

> Ministro da Marinha
> Ao Snr. Procurador Criminal da República
>
> Assunto: Comunica a prisão de um oficial.
> 1 – Tenho a honra de comunicar-vos que o primeiro tenente do Exército Vitor Cesar da Cunha Cruz, que se encontra respondendo a processo no foro civil se acha incomunicável a bordo do aviso-hidrográfico *Jaceguay* por ter sido feito prisioneiro pelas forças legais em operações a cidade de São Paulo.
> Alexandrino Faria de Alencar.[650]

O 1º tenente Vitor Cesar da Cunha Cruz, que aparece nestas fontes preso no *Jaceguay*, incomunicável, fora participante dos levantes de 1922, pois a maioria dos militares atuantes nestas revoltas ainda respondia a processo em 1924 e em foro civil, além do levante na capital paulista, em 1924. Outro relatório revela a prisão de alunos, participantes do levante da

---

[647] CHEVALIER, Carlos. **Os Dezoito do Forte.** Rio de Janeiro: [s.n.], 1930, fotografia.

[648] Ver lista de prisioneiros no Anexo.

[649] Relatório nº 3002 de 15/07/1924, do Ministro da Marinha. Rio de Janeiro, mar. 2009. DIRETORIA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E DOCUMENTAÇÃO DA MARINHA. DPHDM (antigo SDM). Ver também: SAMIS, op. cit., nota 645 p. 170-201.

[650] Relatório nº 3002 de 15/07/1924, do Ministro da Marinha. DIRETORIA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E DOCUMENTAÇÃO DA MARINHA. DPHDM (antigo SDM).

Escola Militar do Realengo, em 1922, presos no *Jaceguay*. Embora sequer tivessem chegado a fazer parte dos quadros do Exército algum dia, julgavam-se pertencentes à instituição o que demonstra o forte laço construído entre os rebeldes. E foi esse sentimento, de pertencimento, que os levou a participar também da revolta de 1924 e a dividirem as prisões com oficiais. Embora fossem apenas ex-alunos da EMR, isto é, não fizessem mais parte da corporação desde 1922. Retornaram aos combates em 1924, sendo, por essa razão, presos no navio.

> Ministro da Marinha
> Ao Snr. Dr. Procurador Criminal da República
>
> Assunto: Comunica a prisão de ex-alunos da Escola Militar.
> 1 – Tenho a honra de comunicar-vos a prisão dos civis Diogo Figueiredo Moreira, Osmar Soares Dutra e Paulo Vieira da Rosa, ex-alunos da Escola Militar, encontram-se presos incomunicáveis a bordo do *Aviso Hydrográphico "Jaceguay,"* por terem sido feitos prisioneiros pelas forças legais em operações na cidade de São Paulo.
> Alexandrino Faria de Alencar[651]

Antes de serem submetidos aos mesmos procedimentos jurídicos que os oficiais do Exército e remetidos às mesmas prisões e à incomunicabilidade, esses ex-alunos, que se levantaram, em 1922, no mesmo dia que a Vila Militar e o Forte Copacabana, foram interrogados acerca de sua participação: se esta teria sido em razão do cumprimento de ordens, se desconheciam que o combate se tratava de uma revolta, ou se haviam participado mediante algum tipo de coação.[652] Apesar de uma resposta negativa significar a liberdade para eles, ainda assim, a grande maioria reafirmou uma participação consciente, tendo, por isso, sofrido todas as agruras dos demais membros do Exército.[653]

> O Ministro da Guerra declarara que, em face do inquérito 13 aberto sobre os acontecimentos em que foi envolvida a Escola Militar no dia 5 de julho de 1922, o Governo resolvera desligar imediatamente, a bem da disciplina, 256 (duzentos e cinqüenta e seis) alunos envolvidos e que continuaram presos; 333 (trezentos e trinta e três) alunos que foram distribuídos pelas unidades das diversas regiões militares para serem desligados do serviço ativo do Exército; e 58 (cinqüenta e oito) restantes mencionados que foram postos em liberdade. Houve também, o afastamento do comandante da Escola e todos os instrutores que tivessem vínculo com a Missão Indígena, com isso facilitando a aceitação da presença na Escola da Missão Militar Francesa em 1924, já na gestão do Ministro da Guerra, General Setembrino de Carvalho, que procedeu na época nova reforma no Regulamento da Escola Militar.[654]

---

[651] Relatório do Ministro da Marinha s/nº de 21 de Julho de 1924. DIRETORIA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E DOCUMENTAÇÃO DA MARINHA. DPHDM (antigo SDM).

[652] Cf. SILVA, Hélio. **1922.** Sangue na Areia de Copacabana. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v. II, 1964. (Documentos da História Contemporânea).

[653] Da mesma forma teriam sido reintegrados após a Revolução de 30, tendo, esse procedimento, considerado, inclusive, a patente que haviam alcançado por promoções em combate no período de participação nos levantes.

[654] Decreto nº 12.977, de 24 de abril de 1918, apud RODRIGUES, Fernando da Silva. **Renovação e Revoltas:** a Escola Militar do Realengo de 1918 A 1922. Disponível em <http://www.abed defesa.org/page4/page7/.../FernandoRodrigues.pdf>. Acesso em 01/10/2010.

Já guiava suas ações o espírito de corpo, determinante para a continuidade de suas participações na luta, enquanto outros sucumbiriam à situação de desemprego, após deixarem as prisões. Henrique Lott, em entrevista concedida ao CPDOC, relata a seguinte experiência sobre a história de um aluno expulso da Escola Militar de Realengo:

> Meu primo e cunhado - porque minha esposa é minha prima irmã - Jorge Duffles Teixeira de Andrade, era aluno da Escola Militar em 22. Ele é mineiro e sua família, inclusive, simpática ao Bernardes, de sorte que ele não tinha razão política para entrar na briga. Mas entrou por camaradagem na revolta. Depois, quando foi sufocado o levante, os alunos foram chamados para dizer se tinham ido por sua vontade ou se tinham sido obrigados, e ele foi dos que disseram que foi porque quis ir. A partir daí começou o sofrimento dos alunos. Foram excluídos da escola, foram mandados para a tropa, depois foram expulsos do Exército. Esse meu primo não teve grandes dificuldades, porque seus pais e seu avô tinham indústrias em Sítio. Eram donos de uma fábrica de manteiga e queijo e de uma fábrica de cigarro, possuindo, além disso, fazendas, de sorte que ele foi trabalhar na administração, auxiliando seus pais. Um dia, quando ele já estava em Sítio, vieram dizer que tinha um homem muito fraco, parecendo tuberculoso, procurando-o. Era um colega, chamado Mário Vitório, que sendo pobre não conseguiu se alimentar o suficiente e acabou tuberculoso. Esse meu primo era tão bom que conseguiu com os pais uma casa onde o amigo ficou alojado, sendo sustentado por ele. Vitório melhorou, pois o clima do lugar era muito bom, mas começou a ir a danças e não sei mas o quê, acabando por recair e morrer. E outro fato que mostra a extensão da perseguição é que esse meu primo, antes de trabalhar com os pais, quis ir para a Escola de Minas em Ouro Preto, na qual lecionava um tio. Ele chegou a matricular-se, mas foi expulso por ser revoltoso de 22. Então, foi uma perseguição mesquinha contra os alunos. Eles sofreram muito.[655]

Embora a maioria deles se fosse buscar algum meio de subsistência, muitos se mantiveram ligados às insurreições militares, até o ano de 1927.[656]

André Trifino Correia, Carlos Rodrigues Coelho, Osmar Soares Dutra, Alberto Rodrigues da Costa, Samuel da Fonseca Fernandes, Carlos Telles Ferreira, Plínio Phaelante de Câmara Lima, Adriano Metello Filho, Emígdio da Costa Miranda, Diogo de Figueiredo Moreira Junior, Henrique Cordeiro Oest, Hiram de Oliveira, Pedro de Oliveira Palma, Waldomiro de Oliveira Remião, Paulo Weber Vieira da Rosa, são alguns nomes encontrados.

3.8 O navio-prisão *Campos*

O *Campos* era considerado o pior navio-prisão existente, devido ao tratamento dado aos prisioneiros, havendo relatos de requintes de tortura. Muitos daqueles chegados a este navio, já tinham, antes disso, passado pela 4ª Delegacia de Polícia Política e pela Casa de Detenção, encontrando-se debilitados, já tendo suportado situações terríveis nestas prisões,

---

[655] LOTT, Henrique. Série de entrevistas. CPDOC-FGV. Disponível em: <http://www.cpdoc.fgv.br>. Acesso em: out. de 2005.

[656] Ver mais na lista nos anexos desse trabalho.

como vimos, e, muitas vezes, retornando, de lá, para a enfermaria das Casas de Detenção e Correção.

E foi uma dessas transferências, de dois prisioneiros, do navio-prisão *Campos* para a Casa de Detenção, que permitiu a Everardo Dias, operário que lá se encontrava, na enfermaria, ter uma conversa com eles, na qual revelaram o que haviam vivenciado. Saídos da Central de Polícia – a 4ª Delegacia de Polícia Política - foram colocados separados em cubículos da Detenção, ao lado da "geladeira." Partiram pela alta madrugada, rumo ao Arsenal de Marinha, em carros fortes, "escoltados por praças de carabina embalada e por agentes reforçados e bem armados". Ao chegarem, foram apontados ao comandante os líderes operários, que deveriam sofrer os maiores castigos, além de constante vigilância. Em seguida entraram em uma lancha que os conduziu ao navio, que se encontrava na baía à altura da Ilha de Mocanguê.[657] Para este navio iam operários, soldados do Exército excluídos, marinheiros excluídos e diversos sargentos,[658] não havendo relato ou fonte que revelasse a presença de oficiais da Marinha ou do Exército nesse navio. Ao chegarem, já na escada, indivíduos de rebenques nas mãos, intercalados por praças, iniciavam por chicotear os presos, enquanto estes caiam tentando alcançar o convés, muitos aos tropeços e solavancos. A chibata ainda se fazia presente como no tempo dos galés.

Galés eram embarcações utilizadas em Portugal, entre os séculos XII e XVIII, até o término da União Ibérica (1580-1640). Ser condenado a Galés significava remá-las até a morte, condição que representaria um alívio, dadas as condições precaríssimas de sobrevivência a que era submetido o prisioneiro. Esse prisioneiro podia ser um escravo, um recruta, um prisioneiro de guerra, um infrator militar, condenado ao degredo e a trabalhos forçados.[659] A presiganga[660] foi um navio-prisão que revelou essa prática no Brasil, ainda no século XIX.[661] No século XX, os depoimentos de prisioneiros, militares revoltosos e operários nos revelam que essa prática nunca havia deixado de existir. Fora abolida pela Constituição de

---

[657] DIAS, Everardo. **Bastilhas Modernas:** 1924-1926. São Paulo: Obras Sociais e Literárias, 1926, p. 131.

[658] Carta de um prisioneiro ao senador Moniz Sodré. Ibid, p. 131.

[659] FONSECA, Paloma Siqueira. A Presiganga Real (1808-1831): Trabalho Forçado e Punição Corporal na Marinha. In: MAIA, Clarissa Nunes; NETO, Flávio de Sá; COSTA, Marcos; BRETAS, Marcos Luiz (orgs.). **História das prisões no Brasil**. Rio de Janeiro: Rocco, 2009, Volume I, Cap. 3, p. 109-129.

[660] Trata-se de uma corruptela do inglês *press-gang*, significando um destacamento naval comandado por um oficial e encarregado de recrutar a força homens para servirem na Marinha de Guerra Inglesa. *"Quem localizou a origem da palavra foi um militar, Mattos (1837:316). Quem confirma é o linguísta Cunha (1982:633). Vários dicionários de língua inglesa especializados em termos navais registram o termo press-gang."* Ver FONSECA, Paloma Siqueira. A presiganga e as punições da Marinha (1808-31) p. 139, in: IZECKSOHN, Vitor e KRAAY, Hendrik, (orgs.). **Nova História Militar Brasileira.** Rio de Janeiro: FGV, 2004. Verificando os dicionários de língua inglesa pode-se apreender que Press: significa apertar, comprimir, e gang, grupo, bando. Nesse sentido, embora já se constitua numa expressão idiomática, significa algo em torno de prender grupo, aprisionar bando, etc.

[661] Ibid., p. 109 a 129. Ver também CASTRO, Celso. Revoltas de soldados contra a República. Cap 5, p. 139-157, in ibid.

1891, mas, na realidade fora mantida revelando um dos espaços de punição mais cruéis da década de 20.[662]

> A distância entre leis e práticas inegavelmente está associada no Brasil a diversos aspectos inerentes à formação da nação. Entre os que estudam prisões, este é um aspecto comumente ressaltado. Entre as causas levantadas, podemos citar, por exemplo, a economia periférica aos centros de maior poder econômico, incapaz, portanto, de viabilizar as demandas sociais; o estado centralizador e burocratizado e uma sociedade marcada por instituições e práticas que reforçam hierarquias sociais. Ainda assim, é importante ressaltar que as próprias leis trazem contradições internas, resultado de visões conflitantes entre os que detinham o poder, permitindo a manutenção de práticas diferenciadas.[663]

Ao entrarem no navio, quando conseguiam chegar ao convés, nele os aguardava um homem chamado por tenente Lopes que ordenava a todos que ficassem nus, mesmo à alta hora da madrugada. Segundo o relato do soldado, o pavor se apossava de todos, especialmente por constatarem o ar de riso do seu algoz, como que a divertir-se com as perversidades que planejava. Depois disso, sob o pretexto de revistarem as roupas retiravam tudo que houvesse de valor, devolvendo-se a roupa aos presos e recolhendo-os aos porões, onde permaneciam até o amanhecer, quando era iniciada a escolha para determinados trabalhos a serem realizados por esses prisioneiros.[664]

> Os guardas mencionaram almoxarifados, nos quais se costuma depositar os pertences dos detentos; gostaria de ver tais depósitos, onde um objeto às vezes adquirido a duras penas fica retido sem utilidade, à espera de ser roubado por funcionários criminosos![665]

Às 5 da manhã despertavam ao toque de uma corneta e caminhavam para o banho. Este era feito com uma mangueira idêntica à usada por bombeiros, com jatos tão fortes de água salgada que jogava os presos no chão, enquanto ouviam a risada das praças. Seguia-se ao banho o exercício físico: corrida de 15 minutos pelo convés. Se caíssem por um escorregão eram imediatamente chicoteados. Daí em diante, era distribuído o trabalho das turmas de pintura, que podiam atuar nos locais mais altos do cargueiro do Loyd, como os mastros, até as partes mais fundas dos interiores; dos grupos de bater ferrugem do lado exterior do casco; de limpeza de convés, máquinas e caldeiras; dos que desfiavam cordas velhas e refaziam trançados, e, finalmente os responsáveis pela faxina, rancho e lavagem de roupas. Todos os

---

[662] BRASIL. Constituição. (1891). SEÇÃO II; *Declaração de Direitos* - Artigo 72 § 20 - Fica abolida a pena de galés e a de banimento judicial. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil.** Rio de Janeiro, 24 de fevereiro de 1891. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/>. Acesso em ago. 2010.

[663] SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. Os Porões da República: A colônia Correcional de Dois Rios entre 1908 e 1930. **TOPOI**, v. 7, n. 13, jul.-dez. 2006.

[664] DIAS, Everardo. **Bastilhas Modernas:** 1924-1926. São Paulo: Obras Sociais e Literárias, 1926, p. 132.

[665] KAFKA, Franz. **O Processo.** São Paulo: Círculo do Livro, 1963, p. 49.

trabalhos eram supervisionados por "notáveis malandros do Rio de Janeiro", que eram encarregados de chicotear os prisioneiros ao menor deslize:

> - O trabalho! Não se sabe de senhor que mais tenha maltratado os seus escravos. A **taca** – é este o nome que dão ao rebenque – funciona a todo momento, nas mãos vigorosas dos capatazes, e pelo mínimo motivo. Ai do infeliz que cair na antipatia de um desses perversos individuais! Olhar para um preso é motivo para da taca cair inesperada e impiedosa sobre as costas, a cabeça, os braços de quem olha... Não executar uma ordem, não atender promptamente a um chamado, é causa de violentas e rudes pancadas, distribuídas a torto e a direito com espírito maligno e perverso. Quantos infelizes, ao trabalharem sobre pranchas mal seguras á amurada, balançando no abismo, a dez ou quinze metros da água, não foram dela expelidos á força de bordoadas, afogando-se? Quantos outros não despencaram das vergas sobre as ferragens do convés ou se sumiram nos porões, a mais de vinte metros de altura, quebrando na quéda braços, pernas, espinha, rasgando o ventre nalgum ferro pontudo, destroncando o pescoço, fendendo o craneo?!
> - Fugir?! De que modo? Si qualquer embarcação que passasse próxima era logo alvejada pelas sentinelas? Além disso, os presos, á tarde, eram fechados nos porões e com sentinelas á vista. Ali, ao infeliz preso só restava esta alternativa – resistir ou morrer. Só desse modo podia deixar o **Campos.**[666]

Cenas como essas também haviam sido narradas há um século atrás, conforme reproduziu um historiador naval ao afirmar que a presiganga estava apartada dos olhos do público, cercada de terrores.[667]

No *Campos* a alimentação consistia em um copo de café e um pãozinho pela manhã e duas conchas de feijão com farinha, uma no almoço e outra no jantar, após o que se recolhiam ao porão para dormir sobre uma chapa de ferro, sem ventilação ou agasalhos. Isso após uma jornada de 10 horas de trabalho, restando apenas, para a higiene pessoal, feita de modo precário, as tardes de domingo. As roupas iam-se desfazendo até a nudez, muitos usando seus restos como tangas. Segundo o autor, quem avistasse os prisioneiros "infelizes, desfigurados, tostados do sol, costas lanhadas pela taca infame, grandes cabelos intonsos, que não conhecem pente há muitos mezes" com suas "barbas crescidas e ouriçadas", semi-nus e alquebrados pela subnutrição, presumiria "estar noutro hemisfério e em outra época da historia da humanidade". [668]

Outro prisioneiro rebelde, cujo depoimento contribui com informações relevantes, é o tenente Matheus de Moura. Era Primeiro Sargento da Força Pública, em São Paulo, quando decidiu aderir ao movimento de 5 de julho, juntando-se aos homens do Capitão Joaquim

---

[666] DIAS, Everardo. **Bastilhas Modernas:** 1924-1926. São Paulo: Obras Sociais e Literárias, 1926,p. 132-3.

[667] FONSECA, Paloma Siqueira. A Presiganga Real (1808-1831): Trabalho Forçado e Punição Corporal na Marinha. In: MAIA, Clarissa Nunes; NETO, Flávio de Sá; COSTA, Marcos; BRETAS, Marcos Luiz (orgs.). **História das prisões no Brasil**. Rio de Janeiro: Rocco, 2009, Volume I, Cap. 3, p. 109-129; A presiganga e as punições da Marinha (1808-31) p. 139, in: IZECKSOHN, Vitor e KRAAY, Hendrik, (orgs.). **Nova História Militar Brasileira.** Rio de Janeiro: FGV, 2004. Capítulo 5, p. 139. Conforme relato da autora esse historiador naval teria transcrito o cotidiano do navio. A dissertação transcrita provavelmente por Cipriano Barata, segundo Paloma, pode ser encontrada no Instituto Geográfico Brasileiro.

[668] DIAS, op. cit., nota 666, p.132-7.

Távora, na capital paulista. Durante a revolta foi promovido a tenente, combateu com os rebeldes até ser preso no cerco de Catanduvas e ser posto a bordo do *Cuyabá.* Fala em nome de seus companheiros de Catanduvas, os quais, afirma estarem todos no mesmo navio. Ele é mais uma testemunha das atrocidades cometidas, contra os presos, tanto em navios como no desterro. Segundo ele, antes mesmo da chegada à Clevelândia, dentro dos navios, iniciavam-se as humilhações e os castigos físicos. Edgard Leuenroth, conta-nos que durante a viagem no *Comandante Vasconcelos* ao encontro do *Gaiola Oiapoque,* com destino à Clevelândia, "o Sargento Freitas ordenava o espancamento de seis a oito presos diários. O castigo era aplicado "pelos ladrões de roupas, dos couradouros do Rio; um destes era o 'Zala Morte', outro 'o padeirinho' e o último 'o Rio Grande', dirigidos pelo cretino João Cândido, vulgo 'Coronel Bahia,' presos, por crimes comuns, que serviam aos funcionários federais como torturadores. Não havia como reagir a este tipo de tratamento, pois "mesmo os protestos coletivos dos desterrados e as reações mínimas às agressões recebidas, eram punidas com o auxílio de uma guarda armada com fuzil e baioneta."[669]

O sentimento dos anarquistas, em relação à coerção exercida sobre eles, dentro e fora das prisões, pode ser compreendido a partir da resposta de Edgard Leuenroth e Hélio Negro às criticas recebidas por Rui Barbosa:

> [...] devemos advertir ao sr, Rui Barbosa e o seu adversário de candidatura e os capitalistas nacionais e estrangeiros, que vivem à custa dos trabalhadores brasileiros de que os operários conscientes, daqui e de outros países, se consideram na situação de homens honestos, assaltados na serraria erma por um bando de ladrões, bem armados e municiados que, sem outro direito, a não ser o que dimana das bocas dos seus bacamartes, constrangem as suas vítimas a entregar-lhes o produto de seu próprio labor.[670]

3.9 O *Manaus* e o *Baependi*

O paquete[671] *Manaus* e o *Baependi* são os últimos navios, encontrados nas fontes, que transportaram presos e que foram citados pelos jornais. Em 07/01/27, o navio *Baependi* retornaria da Clevelândia com a primeira leva de prisioneiros a serem libertados. Em 03/01/27, o navio *Manaus* traria 72 presos para o Distrito Federal e em 17/02/27 o mesmo navio chegaria com mais 7. O que teria ocorrido aos quase mil prisioneiros enviados para lá? O Jornal *Correio da Manhã* de Edmundo Bitencourt e (diretor, também, de *A Vanguarda*), ao

---

[669] SAMIS, Alexandre. **Clevelândia.** Anarquismo, sindicalismo e repressão política no Brasil. São Paulo: Imaginário, 2002. p.192.

[670] Resposta a um discurso de Rui Barbosa, no qual ele se referia aos operários como criminosos "hediondos." Ibid, p. 192.

[671] Navio de passageiros.

noticiar o retorno dos desterrados refere-se a eles como uma representação "inesquecível dos crimes brutais da administração" que havia terminado.[672] Ele próprio havia sido preso, juntamente com outros civis como José Eduardo de Macedo Soares e Paulo de Lacerda e quase fora fuzilado na Casa de Correção. Em seguida foi enviado com este último, à Ilha Rasa, embora não tivesse cometido crime algum, que não fosse o de exercer, em seu jornal, o papel de opositor aos desmandos de uma ditadura civil em curso. Um relatório do Ministro da Marinha, em 1924, comprova sua transferência para mais essa ilha do litoral brasileiro.

> Do Ministro da Marinha
> Ao Ministro da Justiça e Negócios Interiores.
>
> Assunto: - Enfermidade de presos políticos.
> 1 – Tenho a honra de transmitir a V. Exa. as inclusas partes dadas pelos Primeiros Tenentes Médicos Drs. Geraldo de Amorim e Armando Pinto Fernandes sobre o estado de saúde dos Drs. Edmundo Bittencourt e Paulo de Lacerda, quando recolhidos à prisão de Ilha Rasa.
> Alexandrino Faria de Alencar[673]

3.10 O Batalhão Naval

Em uma das cartas carta enviadas a Moniz Sodré, em janeiro de 1925, o tenente da Marinha, Francisco Bulcão Vianna contava que fora levado ao Batalhão Naval preso, pois havia sido retirado da prisão para realizar um trabalho no encouraçado, ao qual se recusou por estar recolhido à prisão. Por causa da recusa foi-lhe aplicada sobre a pena, que cumpria, nova sentença, desta vez de caráter disciplinar. Foi, então, levado à prisão do Batalhão Naval, composto de cinco cubículos e uma sala ladrilhada, onde encontrou presos o capitão-de-fragata Armando Bittencourt; o capitão-tenente Nelson Megy, Azerêdo Rodrigues e Heitor Corrêa; os primeiros-tenentes Hermes Fiúza, Mattos de Araújo, Elias de Paiva, Waldemar de Araujo Motta, Paulo Machado, Rego Monteiro e o segundo tenente Iomar Neves Marques, todos da Marinha. Todas as janelas eram gradeadas, o portão fechado por cadeado e o atendimento feito por um sargento que ficava encarregado das chaves. Nesta prisão, segundo relatos dos prisioneiros, os colchões fornecidos eram imundos, a comida de péssima qualidade, havendo ao lado uma cela com doentes, tendo apenas uma grade para separá-los.

---

[672] SAMIS, Alexandre. **Clevelândia.** Anarquismo, sindicalismo e repressão política no Brasil. São Paulo: Imaginário, 2002, p. 114, 181-3 e 199.

[673] Relatório do Ministro da Marinha, nº 4637 de 21/11/1924. DIRETORIA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E DOCUMENTAÇÃO DA MARINHA. DPHDM (antigo SDM).

Às vezes eram colocados 12, em celas onde mal cabiam 8 presos.[674]

3.11 Ilha das Cobras

A ilha das Cobras possui um presídio de origem colonial. Suas muralhas, galerias, túneis, cubículos, grades, ferrolhos e calabouços subterrâneos, alguns abertos na rocha viva, serviram de cenário à repressão política o século XVII àqueles que se opusessem aos capitães-móres e governadores, e, mais tarde à política de Pombal. Também serviram de cárcere a muitos outros ao longo da história do Brasil:

> Ainda ali se conservam, chumbadas ás tumulares paredes de granito as correntes e grilhões que foram aplicados a Tiradentes e a todos os companheiros de inconfidência – coronel Ignacio José de Lavarenga, tenente-coronel Francisco Antonio Rabello, desembargador Thomaz Antonio Gonzaga, sargento-mor Luiz Vaz de Toledo Piza, cônego Luiz Vieira, tenente Nunes Vidal, tenente-coronel Domingos de Abreu Vieira, alferes Joaquim José Ferreira, coronel de cavallaria Francisco Antonio de Oliveira Lopes, tenente-coronel Francisco de Paula Freire de Andrade, dr. José Alves Maciel e vigário Carlos Corrêa de Toledo. Na fortaleza da Ilha das Cobras também estiveram detidos o ex-governador de Pernambuco Caetano Pinto de Miranda Montenegro, o almirante Rodrigo Pinto Guedes e os desembargadores João Severiano e Luiz José de Carvalho e Mello. José Bonifácio, que para lá mandou muita gente, como José Clemente Pereira da Nobrega, cônego Januario Barbosa e outros, em 1823, por occasião da dissolução da Assembleia Constituinte, também para lá foi mandado. Cypriano Barata e os dois Andradas (Martin Francisco e Antonio Carlos) lá estiveram, como também lá esteve o bispo do Pará Antonio de Macedo Costa, que promoveu a celebre questão religiosa, em que tanto se distinguiu o chefe, então da Maçonaria, Saldanha Marinho, muito diferente por seus actos e escriptos, dos chefes de agora – de uma subserviência indecorosa e ignóbil em face de qualquer acontecimento que possa provocar uma atitude... Foi, igualmente, nesse fúnebre presídio que estiveram encerrados, em dezembro de 1913, os marinheiros que promoveram o amotinamento da esquadra e depois do Batalhão Naval – e foram tamanhas as crueldades e barbaridades praticadas com os presos que o sr. Rui Barbosa, da tribuna do Senado as denunciou ao paiz em palavras de fogo: 'Chegados ali os primeiros lotes, com eles se atulhavam todas as masmorras, cubículos e solitarias lá existentes. Atulhadas, é bem o termo; pois nas solitárias destinadas para alojar, incomodamente, uma pessoa, se mettiam três e quatro, guardando-se a mesma proporção em todos os outros compartimentos. Assim de pé, contra os outros, sem se poderem virar, ali estiveram centenas de homens, horas e horas, entre a esperança de uma remoção, que os aliviasse e o terror de se lhes não mitigarem, ou se lhes agravarem ainda tão duros sofrimentos. Ao calor do verão no seu pino, o ar confiado abrazava, transmitido no hálito, de boca em boca, se viciava de momento a momento e, embebendo-se nas exalações dos corpos, suffocava, atordoava, empestava os míseros presos. Sem oxygenio que respirar, nem água que beber, abafados, exhaustos, desvairados, entraram em vida esses infelizes, na experiencia de um gênero de morte requintadamente deshumano e horrendo. Acabou o primeiro dia, veiu sobre ele a noite, amanheceu e expirou o dia seguinte na mesma tortura, recrudescente de hora em hora com a privação de tudo. Nada que lhes aplacasse a sede. Nada que lhes mitigasse a fome. Nada que lhes desse alento e alivio nos pulmões, requeimados pela temperatura e envenenados pela corrupção do ambiente.'[675]

A partir de 1922 as celas da Ilha das Cobras dividiram com o Presídio do Corpo de Fuzileiros Navais a presença de dezenas de oficiais do Exército, envolvidos nos levantes da

[674] Carta de um prisioneiro a Moniz Sodré. DIAS, Everardo. **Bastilhas Modernas**: 1924-1926. São Paulo: Obras Sociais e Literárias, 1926, p. 189-90.

[675] Ibid, p. 204-5.

Escola Militar e Vila Militar.[676] Abrigou também, cerca de 600 marinheiros presos durante a conspiração Protógenes, durante meses, até o embarque para a Clevelândia, no Oiapoque, em 1924. Em outubro e novembro de 1924, as celas da Ilha das Cobras ficaram novamente repletas de presos da Marinha de Guerra. Eram marinheiros, cabos e sub-oficiais que tinham participação nas conspirações e revoltas ou mesmo aqueles dos quais somente se desconfiava da participação. Como a prisão não comportava o número de presos, ficaram amontoados em sérias dificuldades. A partir do relato de um prisioneiro, em carta entregue a Moniz Sodré, em 1925, os sub-oficiais e os sargentos ficavam presos em uma cela subterrânea de um metro e oitenta de altura, na qual a única forma de se movimentarem era quando permitiam que ficassem em um corredor de treze metros de largura, situado a seis ou sete metros abaixo do nível do solo, por onde só enxergavam se era dia ou noite por uma fresta no teto, que mostrava um ou outro raio de sol. As praças estavam na mesma situação que os demais, desde outubro de 1924. Esta parte da prisão era composta de duas solitárias de um metro de largura por dois de comprimento, sem nenhuma luz interior e dois xadrezes pequenos. Havia, ainda, o cubículo de cinco metros de largura, por quatro de comprimento, abobadado, de dois metros de altura, cuja única abertura era a porta gradeada por onde entrava a luz, mas também lixo e chuva, já que era subterrânea. Nesse cubículo ficaram presos 25 sub-oficiais da Armada, muitos com 10 ou 15 anos de Marinha, a maioria especialistas em diversas armas. Grande parte faleceu por contrair doenças de contagio, outros bronquites, ou mesmo tuberculose:[677]

3.12 Jaceguay/Ilha Rasa

O momento da transferência era sempre um sobressalto. Em primeiro lugar, porque estas ocorriam durante as madrugadas, de modo repentino, o que gerava conjecturas as mais apavorantes, nos presos, quanto ao seu destino. Em segundo lugar, havia um temor quanto à integridade física, pois, acostumados às arbitrariedades das autoridades, não sabiam se estavam sendo retirados para serem torturados, assassinados ou para serem de fato transferidos. E, por último, se transferidos, ao rumarem para o desconhecido, inúmeras suposições de qual tipo de lugar e pessoas encontrariam, passavam pela mente de todos gerando grande apreensão. Esses temores eram ampliados quando saltavam do carro forte no

---

[676] TÁVORA, Juarez. **À Guiza de Depoimento sobre a Revolução Brasileira de 1924**. São Paulo: Tipografia de O Combate. 3 volumes, 1927/1928, p. 117 e 120.

[677] DIAS, Everardo. **Bastilhas Modernas**: 1924-1926. São Paulo: Obras Sociais e Literárias, 1926, p. 193, 205-6 e 207.

Arsenal de Marinha. Conheciam as histórias dos navios-prisões, do Oiapoque e de Trindade, além de outras ilhas como as da Ilha Rasa.

> Através das pequenas rodelas do carro, lobrigam-se bondes, que passam cheios de trabalhadores, que se destinam ás fabricas e oficinas; vehiculos conduzindo os diversos gêneros de alimentação. É a cidade que desperta, principiando seu movimento febril, que irá augmentando sempre, até seu auge, no correr do dia. Essa multidão, esse formigar humano, caminha completamente indiferente ao carro sinistro que passa, pejado de presos, para o desterro ignoto... Quantas vezes, talvez, esse mesmo carro não cruzou entre nós, sem que sobre ele pousássemos o olhar distraído, de nada nos preocupando os sofrimentos e angustias que ocultava em seu tétrico bojo?... E agora passávamos nós, imponentes e escravos, a caminho do desconhecido.[678]

Chevalier também relata sua ida da Correção, junto a outros oficiais, para o Arsenal de Marinha, mostrando a ousadia dos revoltosos militares e a passagem de um verdadeiro comboio em direção às prisões.

> Em pequenos grupos fomos occupando os automóveis sempre cercados de políciaes armados de bayonetas. E o préstito formou, rumo ao desconhecido... Pelas ruas, entre patrulhas de cavallaria de policia, passamos nós, aos gritos de "Viva a Revolução!", "Ao Cattete!", e outros mais. Olhava-nos o povo com espanto natural, pois numa situação de opressão, alguém levantar a voz para dar vivas à Revolução era porque qualquer coisa de anormal se passava... A essa hora da madrugada encontramos moças que nos davam adeus e nos jogavam beijos...; passageiros que, dos bondes, nos tiravam o chapéo... Uns 15 a 20 automóveis militares, cheios de soldados e bayonetas, com officiaes fardados e outros em trajes de civis, dava a impressão de um bando mal intencionado [...][679]

Apesar do desafio dos oficiais às autoridades, mesmo estando numa "situação de opressão," a incerteza, quanto ao destino, e, especialmente, quanto à integridade física, era um sentimento comum a todos, o que fazia com que os presos, que permaneciam, prestassem votos de ânimo e coragem aos que eram levados.

> [...] desenvolve-se entre os presos uma forte solidariedade, na desgraça comum que os liga e equipara. Individuos que não se conheceram na rua, que nunca se viram, tornam-se de uma solicitude, de uma abnegação, de uma compassividade que vai até o sacrifício. A dor de um repercute, imediatamente, sobre todos, como uma corrente elétrica.[680]

Apesar da situação de militares e civis ser terrível a prisão para prisioneiros comuns era ainda pior. A transferência da Detenção era feita num carro forte, coberto de chapas de ferro, com apenas pequenas frestas, de dois centímetros, por onde entrava o ar. Ali os presos permaneciam durante todo o percurso e mais o tempo que as autoridades decidissem fazê-los

---

[678] DIAS, Everardo. **Bastilhas Modernas**: 1924-1926. São Paulo: Obras Sociais e Literárias, 1926, p. 144.

[679] CHEVALIER, Carlos. **Memórias de um Revoltoso ou Legalista?** 1922-1926. Rio de Janeiro: Estabelecimento Graphico Nictheroy, 1925, p. 138-9.

[680] DIAS, op. cit., nota 678, p.143.

esperar. Certa vez, ao chegarem ao Arsenal de Marinha, o carro ficou parado durante horas, até a chegada do oficial comandante do rebocador, enquanto o sol esquentava as chapas de ferro "dando ao interior um ambiente de fornalha". Isso deixava os presos molhados de suor "tornando a respiração quase impossível," diante da observação indiferente do fato por Sobral Pinto, o procurador criminal da República.

> Batemos com força nas chapas pedindo aos soldados para abrir a porta. Nós asfixiavamos de verdade. [...] áquela scena infernal de oito sêres humanos, a asfixiar, encerrados numa caixa de ferro de diminutas proporções, aquecida pela ardência do sol e sem outro meio de ventilação que tres ou quatro filas de buraquinhos revestidos, do lado de fora, por venezianas, por onde entra ar, mas sem quantidade suficiente para o número de presos que ali estava.[681]

As transferências podiam ser para outras prisões, para o campo de desterro ou para ilhas, onde eram desterrados os prisioneiros. Uma delas, a Ilha Rasa, ficava a duas horas do Arsenal de Marinha.

Os presos chegavam debilitados devido aos sofrimentos passados neste trajeto, mas ainda tinham que entrar num pequeno escaler, que pela força dos remos os conduzia até um local, no qual as ondas batiam nas rochas. Dali fazia-se necessário, ao prisioneiro, agarrar-se a um cabo que adentrava três metros do pequeno cais arruinado, onde permanecia pendurado, até ser puxado para além da arrebentação das ondas. Depois seguia, a pé, por cerca de trezentos metros, até um barracão de vinte metros de comprimento, por dezesseis de largura, com telhado de zinco e pequenas janelas altas, dando a impressão de um hospital, por causa das camas brancas enfileiradas, seguidas de banheiros de um lado e sala e cozinha de outro. A iluminação a querosene, distribuída por candeeiros, tornava o ambiente sombrio e a água para abastecimento de toda a ilha era captada das chuvas, sendo racionado o seu uso.

No dia 21 de fevereiro todos os presos do Batalhão Naval foram embarcados no aviso de pesca *Comandante Vasconcelos* para esta ilha. Lá encontraram outros prisioneiros, todos da Marinha, que vinham do aviso hidrográfico *Jaceguay*, tais como o capitão-de-corveta Raul Elísio Daltro e João M. Dias (médico); os capitães-tenentes Augusto Short, Áttila Monteiro Aché, Salalino Coelho, primeiros-tenentes Álvaro de Araujo, Paulo Mário da Cunha Rodrigues, Afonso Machado, Faro Orlando, Djalma Freitas Cordovil Petit e Ary Lima, Álvaro Miguelotte Vianna.[682]

> [...] ao chegarmos á Ilha Rasa ficamos admirados e enojados com as acomodações. A habitação era um barracão com uma sala de jantar, um alojamento, cozinha, etc. Agua infecta

[681] DIAS, Everardo. **Bastilhas Modernas**: 1924-1926. São Paulo: Obras Sociais e Literárias, 1926, p. 145.

[682] Ibid, p. 183.

> era tirada de uma cisterna que a recebia da chuva. Higiene não havia nenhuma, pois, como todos sabem a Rasa é uma ilha deserta e sem recursos. [...] O encarregado da vigilância era um tenente de policia, grosseiro e ignorante que tinha plenos poderes para agir como bem ditasse o seu cérebro obtuso, (como provamos com as ordens juntas, que se achavam coladas na parede do barracão e que foram retiradas por nós). Nessa malfadada ilha passaram-se factos de grande gravidade como sejam os que vamos contar: Tendo um dos presos políticos (um rapaz do povo), que fora mandado do navio martírio "Campos" para servir de criado. O "Campos" já tem o nome de navio "martírio"... se insubordinado por estar embriagado foi espancado e ferido a baioneta por sete ou oito soldados, sob as vistas do referido tenente que, além de consentir,comandava a chacina de pistola em punho. Não fosse a intervenção enérgica do capitão-tenente medico dr. João Dias e do dr. Barttlet James, teria sido assassinado um homem, porque estava entregue a um desclassificado, que não estava á altura de exercer as funções de que estava incumbido. Este facto foi presenciado por grande numero de presos políticos, pelos faroleiros, telegrafista e enfermeiro da ilha. [683]

Lá encontraram outros prisioneiros civis e militares como, por exemplo, o filho de Isidoro Dias Lopes, Aristides Dias Lopes, que já foi citado nesse trabalho; Everardo Dias, operário; Dr. Bartlet Ramos, solicitador; Eurico Peres Costa, farmacêutico; João Ferreira Chaves; Bernardo Carmo, advogado; Dr. Guilherme Telles; Felipe Rodrigues; Dr. Raul Paula Lopes; João Celso Uchôa Cavalcanti, acadêmico de medicina e menor de idade; Salvador Lima; Francisco Brandão; Raymundo Lemos Motta; José Oitica; Sérgio Rodrigues de Carvalho e Vicente Ferreira; o sargento da polícia Osmar de Almeida; e os militares: tenente Rafael Uchôa e sargento da Armada Ataliba Martins Crespo.[684]

Além do tratamento dado aos prisioneiros, a fome se fazia presente aqui, como nas demais prisões :

> Passamos na Rasa 30 dias, dos quaes muitos a café e pão duro, pois quando havia muito mar não recebíamos mantimentos. Muitas e muitas reclamações foram feitas neste sentido, mas não convinha ás autoridades desagradar ao fornecedor da policia, que segundo nos têm dito, é rico e faz... concessões.[685]

De resto era uma ilha vulcânica, a noventa metros do nível do mar, com vegetação rasteira e enormes rochedos de aparência rude, "acamados, superpostos, de granito esfarelado, irregular, cheia de socavões e locas, penedos gretados, estriados, escuros, de diversos tons, de aspecto pontiagudo e escuro, dando em alguns pontos o aspecto de lava congelada, esfriada há séculos". Havia locais em que as rochas se pareciam com animais como tartarugas e crocodilos. Noutros, atingiam até quarenta ou cinquenta metros dando a impressão de ruínas de construções longínquas no tempo, havendo sulcos entre elas que levavam a abismos capazes de engolir um ser humano para sempre. Possuía um farol com 16 milhas de raio, comprado da França, no ponto mais alto, construção de 1883, com as paredes grossas como as

---

[683] DIAS, Everardo. **Bastilhas Modernas**: 1924-1926. São Paulo: Obras Sociais e Literárias, 1926, p. 183-4.

[684] Ibid, p.184.

[685] Ibid, p. 184.

de uma fortaleza, a 36 metros de altura, e nada mais. Não havia comodidade de espécie alguma na ilha. Era uma península estéril, cercada de água "em sua imensidade e profundidade", para onde foram mandados os "indesejáveis" e "perigosos" à sociedade. Podia-se ver parte do litoral do Rio de Janeiro da Ilha Rasa. Mesmo com essa proximidade a visão reforçava o sentimento de isolamento do mundo, que a prisão numa ilha causava:

> [...] Vemos, ao longe, fechando o horizonte, as montanhas da Gavea e da Tijuca, o Corcovado e o Pão de Assucar, a entrada da barra... e ao sopé das montanhas, estendendo-se, o casario indeciso e achatado do Leme, de Copacabana, do Leblon, amesquinhado pela distancia. A' noite, da porta do alojamento, contemplamos a imensa fieira de pontos de luz, como um colar fulgurante da grandiosa Avenida Atlantica. E isso nos traz á lembrança uma vida diferente, activa, alegre, fútil e doidivana, com automóveis, bondes, teatros, cinemas, mulheres... uma vida agitada por paixões, crimes, ódios, sacrifícios, abnegações, gosos, dores... uma vida de trabalho e de luta intensa e febril, formigante, pululante em que uma parte da humanidade emprega bem ou mal o seu tempo...
> E dahi que uma saudade imensa se abroquele em todos os peitos, apossando-se da imaginação, tornando-se em alguns uma idéia fixa... e vem então um ódio invencível á prisão, á ilha, aos companheiros, a tudo – e um desejo insopitável de correr, fugir, gritar, voar...[686]

O tratamento era o mesmo da Detenção. Certa vez um prisioneiro civil que atendia pela alcunha de "Pernambuco," tentou reagir ao castigo que lhe impuseram de ser açoitado e foi quase assassinado a "golpes de sabre," escapando à morte pela intervenção de terceiros. O resultado foi a sua orelha dilacerada e a transferência para o Campos.

A incomunicabilidade era total, havendo comunicação com familiares apenas por carta, censurada, que vinha para a Ilha através de um rebocador, três vezes por semana, as terças, quintas e sábados, de nove às dez da manhã. Ele trazia, além de uma sacola com correspondência, malas com roupas e artigos enviados pelos familiares e/ou amigos. Eram manhãs agitadas, nas quais o momento a espera de que seu nome fosse citado para receber uma carta, durava uma eternidade e quando não o ouvia o prisioneiro transferia sua ansiedade para a chegada da embarcação seguinte.

> Que sensações estranhas nos transmite a aproximação de uma embarcação! Logo, desde a barra, muito ao longe, a oito milhas, lobriga-se aquele ponto escuro, indeciso, e direção á ilha. Percebe-se, logo, pela direcção do barco, si aprôa para as Rasa ou não. Começam, então, os cálculos, as conjecturas, os palpites. Que embarcação será? (...) Trará mais presos? Virá buscar alguém?... E as conjecturas prosseguem, animadas, ás vezes entresachadas de opiniões ou apartes os mais disparatados, estrambóticos, inadmissíveis, baseados nos boatos que cada rebocador nos traz...
> Afinal, a embarcação chega e lança ferro. E enquanto o escaler não encosta no porto, o nervosismo augmenta de tensão. Ainda é preciso esperar que o oficial do destacamento que aguarda no porto acompanhe a pessoa que desembarcou ou transmita a ordem que recebeu, e durante esse tempo, os presos, cá de cima, das rochas altas da ilha, muito distante do porto, contidos pelas baionetas da soldadesca postada no caminho, nervosos, impacientes,, olham, discutem, bracejam...
> Que sensações fortes essas viagens nos transmitem!

---

[686] DIAS, Everardo. **Bastilhas Modernas:** 1924-1926. São Paulo: Obras Sociais e Literárias, 1926, p. 159.

> E é devido a essas e outras emoções que o preso, dentro em pouco, é uma pilha irritadiça de nervos, com o sistema nervoso completamente alterado, e todo ele é neurastenia, histerismo, que lhe transmitem uma fulminante coragem ou uma prostração desanimadora e fatalista.[687]

Para passar o tempo certa vez José Oitica compôs um hino que os presos cantavam á noite no barracão. Em sua composição percebe-se como o "clarão do sol de julho," mês dos principais levantes militares, tornou-se um símbolo da "Revolução," cuja bandeira fora levantada também pelos operários:

> Nesta Ilha, companheiros,
> Sem conforto, mas de pé,
> Renovemos, prisioneiros,
> Com firmeza, a nossa fé!
>
> Ilha Rasa é o nosso orgulho
> Aqui vive um sonho audaz
> Que aos clarões do sol de *julho*
> De nós homens dignos fez
>
> Neste assomo de brio e civismo
> Contra os donos mais vis da Nação,
> Defendamos, em surto de heroísmo
> Os ideaes que em nós vivos estão,
> Desfraldando, vermelhos, ante o abismo,
> A bandeira da Revolução!
>
> Companheiros, sempre unidos!
> E juremos combater
> Os larápios e os vendidos
> Sem descanso até vencer!...[688]

A saída da Ilha era feita colocando-se as bagagens e os prisioneiros em guindastes. Muita coisa se perdia e, da mesma forma, alguns caíam com o risco de serem jogados contra as pedras durante esse procedimento.

Estiveram detidos nessa ilha, como presos políticos, dentre muitos outros, além de Edmundo Bittencourt, proprietário do jornal o *Correio da Manhã* e Paulo P. Lacerda, o General Augusto Ximeno de Villeroy, o professor José Oitica, o operário Everardo Dias, o deputado Maurício de Lacerda, Paulo Bittencourt e José Eduardo Macedo Soares, proprietário fundador dos jornais *Diário Carioca* e *O Imparcial.*[689]

Este último exercia, através da imprensa, uma crítica incisiva ao regime de exceção implementado por Bernardes, bem como ao sistema eleitoral fraudulento, manipulado por grandes latifundiários que reinou em toda a Primeira República. Era primo do tenente

---

[687] DIAS, Everardo. **Bastilhas Modernas**: 1924-1926. São Paulo: Obras Sociais e Literárias, 1926, p. 158.

[688] Ibid, p. 161-2.

[689] Ibid, p.150-2.

revoltoso Edmundo de Macedo Soares, e, abrigou em sua fazenda, em Maricá, a Fazenda Coqueiro, reuniões entre os rebeldes Eduardo Gomes, Juarez Távora, entre outros, além de seu próprio primo, em momentos em que necessitaram esconder-se da Polícia Política.[690]

Na ocasião em que esteve na Ilha Rasa fugiu de lá. Por causa disso realizaram uma batida em todos os recantos da Ilha, além do envio, de um rebocador da Marinha com 50 praças da Polícia Militar, armadas e equipadas, do delegado Pequeno de Azevedo e do procurador criminal, da República, Sobral Pinto, mas nada foi apurado. Em compensação, depois desse dia, sentinelas ficavam espalhados nos pontos mais altos da Ilha, sendo o menor ato do preso observado e vigiado. Quando alguma embarcação de pescadores se aproximava na direção da Ilha, era "advertida" com um tiro de fuzil, fazendo com que os pescadores fugissem em pânico.[691] A violência contra os pescadores não era compreendida por Dias que chegou a qualificá-la como "apavorantes e mortíferas advertências". O Almirante José Celso de Macedo Soares, primo, em 2º grau, de José Eduardo de Macedo Soares,[692] alguns anos depois, deu em entrevista à revista *Maricá Já*, nº 2, de 2001, na qual revelou ter sido, este último, retirado da Ilha Rasa por um grupo de pescadores de Maricá, que o conheciam de longa data. Eles o deixaram no mar de Copacabana, onde também tinha casa, tendo, José Eduardo de Macedo Soares, completado o trajeto até a praia a nado. Logo em seguida pediu asilo à embaixada Argentina e seguiu para o exílio na Europa.[693]

3.13 Ilha das Flores

A Ilha das Flores era localizada no município de São Gonçalo, no estado do Rio de Janeiro. As instalações que serviam de prisão, inicialmente foram construídas para ser uma hospedaria de imigrantes, havendo, antes disso sido primitivamente um estabelecimento de piscicultura, lavoura e fábrica de goma em fécula de mandioca. Medindo aproximadamente 148 mil metros quadrados, em 1883, foi adquirida pelo Patrimônio da União, juntamente com as Ilhas dos Ananazes e do Mexingueiro. Transformou-se, então, na Hospedaria de Imigrantes

---

[690] CAMBRAKI, Alexandra X. **Compêndio da História de Maricá**. Rio de Janeiro: Cop Editora e Gráfica Ltda., 2005, p. 60; BRUM, César. **Contando a História de Maricá.** Maricá: GBN Designer's, 2004, p. 64.

[691] DIAS, Everardo. **Bastilhas Modernas**: 1924-1926. São Paulo: Obras Sociais e Literárias, 1926, p. 153.

[692] Pesquisa biográfica realizada por mim, com elaboração de árvore genealógica da família.

[693] Conversa com o Almirante Luís Celso de Macedo Soares, primo, em segundo grau, do Tenente revoltoso Edmundo de Macedo Soares, em sua residência, na Fazenda Santa Rita, bairro de Ubatiba, em Maricá, em julho de 2010. Ver também CAMBRAKI, op. cit., nota 690, p. 60 e BRUM, op. cit., nota 690, p. 64.

da Ilha das Flores, começando a funcionar, com esse fim, em 1879,[694] sob o controle da Inspetoria de Terras e Colonização do Ministério da Agricultura. [695]

Ao longo de sua existência, a Hospedaria recebeu imigrantes de várias nacionalidades: portugueses, italianos, austríacos, alemães, espanhóis, polacos, gregos, russos, franceses, ingleses, coreanos, húngaros, cubanos, haitianos, bolivianos, etc. A cada fluxo imigratório, a hospedaria recebia um número maior ou menor de imigrantes, dependendo das questões político-econômicas de seus países de origem e do Brasil.[696]

Durante o estado de sítio, mantido em função das revoltas militares, da mesma forma que a Hospedaria dos Imigrantes de São Paulo, a Hospedaria dos Imigrantes da Ilha das Flores foi transformada em mais uma prisão do Distrito Federal.

A Chegada à Ilha das Flores era recepcionada por aproximadamente uma centena de soldados armados de fuzis, estendidos em fila dupla. Os presos políticos civis eram levados a um pavilhão, específico para imigrantes, envolto por duas cercas altas, com dez fios de arame farpado e sentinelas de trinta em trinta metros. Contudo, os presos políticos civis, não eram colocados no pavilhão e sim no porão de bagagens, um porão comprido, com 80 metros por 10 de largura, com altura de menos de 2 metros.

Situava-se a dois metros de profundidade, numa reentrância das rochas, sem janelas, apenas com aberturas fechadas por arames e várias portas de madeira. No pavilhão, ficavam os presos políticos militares, em duplas, em quartos separados, havendo, portanto certa distinção nas prisões entre civis e militares, o que não passava despercebido causando mal estar a ambos.

> O ministro da Justiça, que veio vêr estas instalações, antes de serem habitadas por nós, poude aquilatar o regimem a que ia submeter centenas de cidadãos e as diferenças clamorosas de prisão criada para cidadãos acusados de uma mesma culpa; para uns, a parte alta, em habitações arejadas, dois a dois; para outros um porão dois metros abaixo do solo, humido, sem ventilação,vivendo em promiscuidade repulsiva, pois de leito a leito não medeia um metro de distancia.[697]

---

[694] ZAIDMAN, Diana. **A imigração no Brasil no Império.** O caso particular da Hospedaria da Ilha das Flores. Dissertação (Mestrado em História). Niterói – UFF, 1983.

[695] ARAÚJO, Leila de Oliveira Lima. **Quando a fala e a imagem contam a história de uma hospedaria de imigrantes.** Trabalho apresentado no XII Encontro Regional de História ANPUH-RJ 2006. Disponível em: <http://www.rj.anpuh.org/.../rj/.../Leila% 20de%20Oliveira%20Lima%20Araujo.pdf>. Acesso em: out. 2008.

[696] Ibid.

[697] DIAS, Everardo. **Bastilhas Modernas:** 1924-1926. São Paulo: Obras Sociais e Literárias, 1926, p. 168-9.

O 1º Tenente Herculano Julio dos Reis Lima aparece no Relatório do Ministério da Guerra de 27/08/25, nesta Ilha.[698] Foi preso em 29/10/24, no 3º BI da Policia Militar e depois transferido para a Ilha das Flores, por ter sido denunciado como envolvido na conspiração Protógenes. Outro militar, em carta datada de 24/05/25, denunciava a presença, na Ilha das Flores, de diversos prisioneiros, a maioria deles, sem que nunca tivessem sido ouvidos em inquérito, ou sequer sido denunciados, sem saber, portanto, por que estavam presos. Queixava-se, ainda, das ameaças do comandante do destacamento da Ilha das Flores, dando a entender que, durante o sítio, podia-se até fuzilar um prisioneiro.[699]

Neste presídio houve um caso que ilustrava o grau de ilegalidade no qual se encontrava o país. Um acadêmico de medicina, José Celso Uchôa Cavalcanti, menor de idade, havia sido detido enviado para a Ilha das Flores sem que fosse interrogado ou, sequer, comunicada a infração que tinha cometido. Decidiu, então escrever uma carta ao juiz de menores, à época o Dr. Mello Mattos pedindo que intercedesse junto ao Ministro da Justiça para que fosse libertado. Pois bem, essa carta foi devolvida pelo censor, sob a alegação de que estava incomunicável. Conseguiu, mais tarde, enviar uma carta clandestinamente, sendo solto no dia 1º de maio de 1925.[700]

3.14 Ilha de Bom Jesus

A Ilha de Bom Jesus localizava-se onde hoje fica a Ilha do Fundão, na margem oeste da baía de Guanabara, na cidade do Rio de Janeiro. Desapareceu a partir da aplicação de aterro um pequeno arquipélago, quando da construção da Cidade Universitária, na década de 1950. As ilhas que integravam o arquipélago eram: a própria Ilha do Fundão; que possuía extensão territorial menor do que a atual; a Ilha do Pindaí do Ferreira; do Pindaí do França; a Ilha da Sapucaia; a Ilha do Bom Jesus; a Ilha do Baiacu; a Ilha das Cabras; a Ilha do Catalão. Com o aterro todas transformaram-se numa só, que passou a ser denominada de Ilha do Fundão, provavelmente por ser a maior ilha do arquipélago.[701]

---

[698] Relatório do Ministro da Guerra de 27/08/25. ARQUIVO HISTÓRICO DO EXÉRCITO. AHEx. – Divisão de História Militar – Coleção Estado maior do Exército. Série: Estado Maior. Sub-série: Inquéritos. Período: anos 1920-1930. Estante: I-24 – Prateleira: 04 Número: 7.552. Rio de Janeiro, 2009.

[699] Carta enviada por um prisioneiro ao senador Moniz Sodré, datada de 24 de maio de 1925, apud DIAS, op. cit., nota 697, p. 168-9.

[700] DIAS, Everardo. **Bastilhas Modernas**: 1924-1926. São Paulo: Obras Sociais e Literárias, 1926, p. 190.

[701] GAMBOA, Taísa. Mapas contam a história da Ilha do Fundão - *Pesquisadores do Instituto de Geociências remontam a evolução cartográfica da região* **Jornal da UFRJ**, abril 2007, p. 18. Disponível em:<http://www.jornal.ufrj.br/jornais/jornal/25/jornalUFRJ2518.pdf. Acesso em: out. 2010.

Ficava próxima à Ilha de Sapucaia, à época depósito de lixo do Rio de Janeiro, separada, desta, por um canal de aproximadamente uns cem metros.

Desde 1868, funcionara como asilo dos "inválidos da pátria", embora pouquíssimos ali permanecessem de fato, onde morreriam sem recursos, passando, no período de Bernardes, à uma Ilha de desterro.

> Na ilha Bom Jesus ficamos alojados desde fins de julho de 1925. A nossa estadia nesse presídio foi mais demorada do que em qualquer outra, e os incidentes e os atritos com o comandante do destacamento eram contínuos. Por varias vezes, sem motivo plausível para tamanha violência, ele mandou formar os seus soldados, e, de baioneta calada, ordenou que penetrassem em nosso alojamento. E era de vêr a atitude daqueles cem homens armados e municiados como para um combate, obedecendo passivamente ás ordens de comando, promptos a fuzilar-nos no menor pretexto que déssemos!...702

Para esta Ilha foram transferidos diversos prisioneiros da Ilha das Flores, em virtude das denúncias feitas por Moniz Sodré, no Senado, e outros, para que o governo não fosse obrigado a conceder habeas corpus por menagem,[703] já que não havia respaldo na lei para aplicação de desterro e prisão comum para os militares. Como a Ilha das Flores ficava no antigo estado do Rio e a Ilha de Bom Jesus pertencia ao Distrito Federal, essa providência descaracterizava a pena de desterro.

Esse foi o caso do 1º Tenente Lincoln de Carvalho Caldas. Depois de ser preso em 1922, quando ficou por algum tempo na Ilha das Cobras,[704] foi preso em 18/07/24 por suspeita de participação na conspiração Protógenes. Em 21/09/24 foi libertado, mas dois meses depois, em 13/11/24, novamente preso no Corpo de Bombeiros. Mesmo sem ter sido provada sua culpa foi em 14/05/25 transferido para a Ilha das Flores e mais tarde para a Ilha de Bom Jesus, onde ainda se encontrava em 26/09/25.[705]

---

[702] Dentre as prisões que Everardo Dias passou estão a Casa de Detenção, a prisão da Ilha das Flores e a da Ilha de Bom Jesus. Era muito comum que transferências em grupo fossem feitas, chegando-se a um momento em que o prisioneiro já tivesse passado por muitas delas. DIAS, Everardo. **Bastilhas Modernas:** 1924-1926. São Paulo: Obras Sociais e Literárias, 1926, p. 221. Esse também é o caso de muitos militares que se encontram e reencontram formando novas alianças. Chevalier é um bom exemplo disso, pois passou por três navios, o *Alfenas, Beneventes, Cuyabá*; além de passar pela Casa de Correção, pelo 1º RCD, pelo HCE e pela Ilha de Trindade. Eduardo Gomes passou pelo HCE, pelo Presídio da Hospedaria dos Imigrantes de São Paulo, pelo 1º RCD, pela prisão da Ilha das Cobras e pela Ilha de Trindade. O Capitão Olynto Tolentino Freitas Marques esteve na Casa de Correção, no Presídio Político Hospedaria dos Imigrantes de São Paulo e no Presídio do Lazareto na Ilha Grande; e assim sucessivamente.

[703] Prisão em quartéis para militares exercendo ou não suas funções.

[704] TÁVORA. Juarez. **Uma vida, muitas lutas:** Memórias, v. I, Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército e Livraria José Olympio, 1973, Foto, Introdução.

[705] Relatório do Ministro da Guerra de 07/12/25 e Relatório do Ministério da Guerra de 18/09/26. ARQUIVO HISTÓRICO DO EXÉRCITO. AHEx. – Divisão de História Militar – Coleção Estado maior do Exército. Série: Estado Maior. Sub-série: Inquéritos. Período: anos 1920-1930. Estante: I-24 – Prateleira: 04 Número: 7.552. Rio de Janeiro, 2009.

Outro oficial encontrado nesta Ilha foi o Capitão de Corveta Raul Elysio Daltro. Foi encontrado nas fontes tendo chegado preso na Fortaleza de Santa Cruz, também vindo da Ilha de Bom Jesus.[706]

Também o Segundo Tenente comissionado Adael Barreto de Barros esteve lá. Fora denunciado "pela conspiração Protógenes e outros." Viera de longe, pois servira no 18º BC (Batalhão de Caçadores) em Mato Grosso. Quando apresentou-se ao DG (Departamento de Guerra), em 26/11/24, ficou preso, provavelmente em um quartel, por dois meses, até 28/02/25, quando foi levado à Ilha Grande. Em 13/03/25 perde a comissão e é expulso do Exercito e em 31/12/25 já está na a Ilha de Bom Jesus, como preso político comum. Nesse mesmo período em que esta neste presídio, o Ministro da Guerra permite que vá para o HCE (Hospital Central do Exército), mesmo não sendo mais militar, por estar muito doente, devido às condições da Ilha.[707]

A carta do deputado Maurício de Lacerda, de dentro da Ilha de Bom Jesus, após um ano passando por várias prisões, inclusive a Casa de Correção, como já vimos, revela o que passavam os prisioneiros:

> O sr. Azevedo Lima (para explicação pessoal):
> - Sr. Presidente, a Camara sabe que se acha, desde alguns dias, preso na ilha do Bom Jesus, onde chegou depois de ter, durante mais de um ano, atravessado vários presídios desta capital, o eminente político e grande intelectual brasileiro, ex-representante do Estado do Rio, sr. Mauricio de Lacerda, cuja mentalidade deixou nesta Casa, traços indeléveis de sua passagem. Tantas têm sido as privações e os sofrimentos desse nosso ex-colega e meu presado e particular amigo, através de todos os cárceres, onde o vae detendo, há mais de um ano, o mau humor do presidente da Republica, que seria necessário ocupasse eu demasiado a atenção dos meus confrades para descrever a interminável odisséia do sr. Mauricio de Lacerda, que agora culmina nos padecimentos da inhabitavel Ilha do Bom Jesus, contigua ao único deposito de lixo da cidade do Rio de Janeiro – a ilha da Sapucaia. Não podendo conter os seus sentimentos de revolta, diante dos maus tratos por que está passando e de que vão também sendo victimas todos os seus companheiros de prisão, viu-se ele, há tres ou quatro dias na contingencia de denunciar aos srs. Director do Departamento Nacional de Saude Publica e ministro da Justiça, não só as péssimas condições sanitárias do local escolhido pelo governo, victima de sua volúpia sádica, mas ainda a falta de civilidade, de polimento do comandante militar da ilha, um capitão de milicia com o nome pitoresco de Goytacazes. Dando-me parte dos ofícios que s. s. remeteu ao director do Departamento Sanitario e ao sr. Ministro da Justiça e Negocios Interiores, mandou-me entregar a seguinte carta, "data vênia" de v. ex.:
> 'Presidio da ilha do Bom Jesus, 1 de novembro de 1925. – Amigo Azevedo Lima – A você, que alia á qualidade de representante da Nação a de medico, acredito caber duplamente levar ao conhecimento daquela a situação inqualificável a que ficou reduzido, pela consciência carcereira do sitio, um punhado de brasileiros de todas as categorias e classes sociaes, na sua maioria, sem nota de culpa e todos sem qualquer culpa infamante. [...][708]

[706] Relatório do Ministro da Guerra de 29/08/25. ARQUIVO HISTÓRICO DO EXÉRCITO. AHEx. – Divisão de História Militar – Coleção Estado maior do Exército. Série: Estado Maior. Sub-série: Inquéritos. Período: anos 1920-1930. Estante: I-24 – Prateleira: 04 Número: 7.552. Rio de Janeiro, 2009.

[707] Relatório do Ministro da Guerra de 13/01/26. ARQUIVO HISTÓRICO DO EXÉRCITO. AHEx. – Divisão de História Militar – Coleção Estado maior do Exército. Série: Estado Maior. Sub-série: Inquéritos. Período: anos 1920-1930. Estante: I-24 – Prateleira: 04 Número: 7.552. Rio de Janeiro, 2009.

[708] Carta de Maurício de Lacerda ao Deputado Azevedo Lima de 01/11/25, apud DIAS, Everardo. **Bastilhas Modernas:** 1924-1926. São Paulo: Obras Sociais e Literárias, 1926, p. 222-236.

Além de denunciar a prisão sem culpa formada, aponta para as condições da Ilha:

> [...] O presídio situado nesta ilha está a cem metros da ilha de Sapucaia, cujas emanações pútridas, trazidas constantemente pelos ventos que aqui dominam, tornam a atmosfera dos alojamentos, onde a aglomeração reprovada nas próprias casas de cômodos já vicia o ar, uma atmosfera de esgoto. Daquele esterquilínio o mar desagrega, todas as manhãs, verdadeiros bancos de lixo que vêem dar ás costas da ilha-carcere, em que estamos, pelo movimento natural das marés e posição desta em relação á imunda Sapucaia. Os detritos fluctuantes, recobertos e coroados de urubus, são algumas vezes, animaes podres, carniça, a ser disputada junto de nós pelos corvos, e, até, como hontem, um feto, boiando na crista da vaga. A ilha é de certo habitada, mas bem diversa é a condição de vida de um homem livre da de um preso, imobilizado, como nós, em um edifício que é na ilha o primeiro e mais junto da Sapucaia próxima, cuja porcada nos manda também, nesta existência inactiva e segregada, sem a mais rudimentar hygiene, um ar confinado de chiqueiro [...]. [709]

Das condições do alojamento e de área externa:

> [...] O alojamento sem condições de hygiene, dado o crescido numero de presos que aqui se encontram, dispõe de uma pequena área, cercado de alto arame farpado, como não vi nem nos campos de concentração, onde eram internados os prisioneiros de guerra, entre inimigos internacionaes, bem mais humanos, em toda a sua decantada "barbaria," que o fraternal governo brasileiro para comnosco, também brasileiros, área esta insuficiente como atestam as pernas edemaciadas e a natural infiltração daqueles que, na véspera vã de uma liberdade que lhes foi confiscada, sem fórma de lei, aguardam, defendendo-se como podem, em violentas gymnasticas de cubículo, da fatal "engorda" e embrutecimento conseqüente dos forçados [...]. [710]

Denuncia a alimentação dada aos presos:

> [...] Para cumulo da adversidade, a nutrição que dizem custar tão caro ao governo, aliás, segundo é corrente atrazado nos pagamentos da mesma, feita a granel, contribui em larga escala para as constantes perturbações da saúde dos presos que são a miúdo recambiados, por isto, após insistentes e prolongados pedidos para os hospitaes militares [...][711]

A ausência de atendimento médico:

> [...] um "doutor-medico" da policia, [...] o qual só aqui vem assignar o ponto, deixando meia centena de presos e uma centena de infelizes soldados, ao desamparo, depois de dizer que o maximo que lhes póde fazer é baixar ao hospital, **quando muito mal...** Maximo este só logrado após batalhada e porfiosa reclamação [...].[712]

As ameaças de morte, sempre mencionadas pelos presos:

> [...] O cérebro de espada á cinta, cuja grosseria tem provocado sucessivos incidentes com os presos, contra os quaes já armou a guarda, na ilha das Flores, ameaçando-os de fuzilamento

---

[709] Carta de Maurício de Lacerda ao Deputado Azevedo Lima de 01/11/25, apud DIAS, Everardo. **Bastilhas Modernas**: 1924-1926. São Paulo: Obras Sociais e Literárias, 1926, p. 222-236.

[710] Ibid, p. 222-36.

[711]Ibid, p. 222-36.

[712] Ibid, p. 222-36.

> em massa, ordem que declara ter escripta do "seu general," em termos positivos, se acredita também, por esta investida de poderes discricionários sobre a vida e pessoa, pois no caso as instruções oficiaes, segundo declara a miude e sem rebuços, o autorizam a lançar mão de **todo e qualquer meio de repressão** que lhe parecer mais conveniente. Por delegação da legalidade, esse capitão sem curso tem ainda entre as suas mãos os galões de muitos oficiaes seus superiores, entre os quaes esteve o coronel Badaró, de quem ele foi sargenteante [...].[713]

Por fim, afirma não ter temor de medidas de retaliação, da mesma forma que o faziam os militares, pretendendo, antes agir "contra essa cobardia para um preso de condição humilde," fazendo uma representação contra o comando, requerendo a abertura de um inquérito, mesmo estando dentro da prisão.

> [...] Com ou sem medidas extraordinárias contra nós, aqui felizmente ninguem se atemoriza, e, assim todos acabamos de requerer ao ministro um inquérito em que nos promptificamos a informal-o dos graves abusos e criminosas irregularidades, de que o referido capitão carcereiro é culpado no exercício de suas mesquinhas funcções, comprometendo a sua e a farda da corporação que veste.
> Peço que leia e publique a presente, para que o povo brasileiro, com quem sempre me tenho irmanado e do qual sou ainda, desse episodio vergonhoso, a voz viva do seu coração, condemne comigo estas violências com que se está deshonrando a tradição benigna e humana de seu caracter. **– Mauricio de Lacerda.**[714]

Estiveram também em fins de julho de 1925 na Ilha de Bom Jesus: Professor Bruno Lobo, preso por impetrar habeas corpos e defendê-lo no Supremo Tribunal contra o regulamento do ensino, contra o qual houve manifestações e greves por parte dos acadêmicos; o deputado Maurício de Lacerda; o sub-oficial da Armada Ataliba Martins Crespo; o Tenente Rego Monteiro; o Tenente Sylvio Camargo e o industrial Viriato da Cunha Bastos Schomacker, já citado como testemunha do caso Oscar Niemeyer.[715]

3.15 Trindade

A Ilha de Trindade foi descoberta no início do século XVI, havendo três versões para sua primeira ocupação. A primeira atribui a João da Nova a ocupação, em 1501; a segunda, a Estevão da Gama, em 1502; e a terceira, a Tristão de Cunha, 1506. Em 15 de abril de 1700, o capitão Edmond Halley apossou-se dela, em nome do governo inglês, durante a guerra entre a Inglaterra e a Espanha. Essa ocupação teve como resposta portuguesa o envio de uma expedição armada que tomou posse da ilha, tendo, ainda, se apoderado de doze peças de

---

[713] Carta de Maurício de Lacerda ao Deputado Azevedo Lima de 01/11/25, apud DIAS, Everardo. **Bastilhas Modernas**: 1924-1926. São Paulo: Obras Sociais e Literárias, 1926, Ibid, p. 222-36.

[714] Ibid, p. 222-36.

[715] Ibid, p. 222-36.

artilharia deixadas pelos ingleses. Admite-se que o governo inglês tinha interesse na ilha, devido à prática de contrabando realizada no comércio com as províncias espanholas do Prata, depois que Portugal cedeu à Espanha a colônia de Sacramento (Tratado de 01 de outubro de 1867).[716]

A ocupação portuguesa contou com um contingente de 150 homens na expedição denominada Laperouse, em 1785, e com a construção de um pequeno forte na Praia do Príncipe, onde foi colocada a bandeira portuguesa. Entretanto, as dificuldades de sobrevida e de envio de suprimentos, fizeram com que a Ilha fosse abandonada, por ordem do governo português, tendo, o seu contingente, sido recolhido na fragata Princesa da Beira e numa corveta, que aportaram no Rio de Janeiro, de regresso, em 11 de outubro de 1797. Após a independência do Brasil, a Ilha de Trindade continuou a fazer parte do território brasileiro, da mesma forma que todas as terras da Coroa. Apesar disso, em 1895, o navio inglês Barbacouta procurou apossar-se dela, chegando a colocar a bandeira inglesa no seu território. Após longa negociação e ida de várias expedições ao local, renunciou à ocupação. Isso ocorreu somente em 1916, momento no qual foi promovida sua ocupação militar, com um pequeno contingente brasileiro, levado pelo cruzador Barroso. A Ilha foi usada como desterro para o banimento de presos políticos militares em 1926, quando foi novamente abandonada, para voltar a ser ocupada somente em 1941. Os dois períodos de ocupação coincidem com o perigo iminente, que se insinuava por causa das Guerras Mundiais, que teriam exigido uma atenção mais efetiva por parte do governo brasileiro, sendo, estes, os únicos momentos nos quais não se percebe a Ilha aberta à invasão territorial.[717]

Para lá foram, em 1926, levados ao degredo ao menos uma centena de presos políticos, dessa vez, somente militares, incluindo-se praças.

> Meia centena de homens, quasi todos [todos] pertencentes ao Exercito e á Armada, em sua maioria graduados, ali estavam o pateo do Arsenal de Marinha, numa extensa linha, guardados por duas filas de fuzileiros navaes, firmes, erectos, imóveis, carrancudos. [...] Que tempo durou esse suplicio infernal? Na ampulheta do tempo se poderia contar por horas; mas aquilatado pela energia despendida e pela depressão nervosa causada, só contado por vários anos, pois a vida de não poucos deportados se consumiu naquelas crudelíssimas horas de espectante incerteza, em que a sorte deles estava suspensa de uma ordem...
> E a ordem veio, afinal. A força evoluiu, a longa fila de presos, no meio da soldadesca equipada e sombria, movimentou-se, caminho do caes, afim de embarcar para o Desconhecido...718

[716] Cf. TAVARES, Cel. A. de Lyra. **Território Nacional**: Soberania e Domínio do Estado. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exercito, 1955.

[717] Cf. Ibid.

[718] DIAS, Everardo. **Bastilhas Modernas**: 1924-1926. São Paulo: Obras Sociais e Literárias, 1926, p. 210.

Aguardavam o desenvolvimento de um processo, cuja tramitação duraria de 1922 a 1930. As autoridades estavam empenhadas no propósito de condenar seus inimigos políticos e mesmo sem sentença já os enviara a locais distantes, antecipando, de certa forma, sua condenação ao desterro. Havia uma contradição legal nessa medida porque, embora o artigo na Constituição Federal, número 72, § 20, determinasse que fossem abolidas as penas de galés e a de banimento judicial, durante a vigência do estado de sítio, no § 2º, do artigo 80, inciso 2º, podia-se impor "o desterro para outros sítios do território nacional."[719] Nesse sentido a situação extraordinária que se encontrava o país, de "comoção intestina" justificava a aplicação do desterro durante o sítio, legitimando esse tipo de prática prisional. O Código Penal, no artigo 42, também previa banimento, com perda, inclusive dos direitos políticos.[720]

A ilha oceânica, para onde foram enviados os militares rebeldes fica a localizada a 1.167 quilômetros de Vitória (ES) e a 2.400 quilômetros da África, um terço do caminho entre o Brasil e a África, extremo leste do território brasileiro, no meio do Atlântico Sul.[721]

A primeira comunicação de que os revoltosos haviam sido levados para esta Ilha descrevendo a situação dos rebeldes, encontrada, foi feita pelo General Augusto Ximeno de Villeroy, que mesmo preso em São Paulo, no 4º Batalhão de Caçadores, avisava ao advogado comum aos rebeldes, Themístocles Brandão Cavalcanti.

> Quartel do 4º B. C. em São Paulo, 26-VI-1926
> Exmo. Snr. Themístocles B. Cavalcanti
> Meu ilustre patrono
> Recebemos, hoje, a inclusa carta do nosso co-réu, Eduardo Gomes, e por ela vereis que parte dos desterrados estão acampados em barracas, numa ilha perdida no oceano, em pleno inverno! E o que é mais, já se manifestou o beri-beri por lá!!
> Supondo que tais informações fossem comover os juízes, para quem apelastes, apresso-me comunicar-vos a aludida carta, em original.

---

[719] BRASIL. Constituição (1891) SEÇÃO II; *Declaração de Direitos* - TÍTULO V; *Disposições Gerais;*Artigo 72 - A Constituição assegura a brasileiros e a estrangeiros residentes no país a inviolabilidade dos direitos concernentes à liberdade, à segurança individual e à propriedade, nos termos seguintes: § 20 - Fica abolida a pena de galés e a de banimento judicial e Artigo 80 - Poder-se-á declarar em estado de sítio qualquer parte do território da União, suspendendo-se aí as garantias constitucionais por tempo determinado quando a segurança da República o exigir, em caso de agressão estrangeira, ou comoção intestina (art. 34, nº 21). § 2º - Este, porém, durante o estado de sítio, restringir-se-á às medidas de repressão contra as pessoas a impor: 2º) o desterro para outros sítios do território nacional. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil.** Rio de Janeiro, 24 de fevereiro de 1891. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/>. Acesso em ago. 2010.

[720] BRASIL. **Código Penal (1890).** V: *Das penas e seus effeitos; da sua applicação e modo de execução;* Art. 43. As penas estabelecidas neste codigo são as seguintes: (...) b) banimento; Art. 46. O banimento privará o condemnado dos direitos de cidadão brazileiro e o inhibirá de habitar o territorio nacional, emquanto durarem os effeitos da pena. <http://www6.senado.gov.br/> Acesso em out. 2010.

[721] O arquipélago pertence a uma cadeia de montanhas submarinas do Atlântico numa linha reta que vai do Estado do Espírito Santo em direção à África. De forma alongada e com um terreno extremamente acidentado, possui uma área de apenas 9,2 quilômetros quadrados, o que equivale a metade do arquipélago de Fernando de Noronha. Mesmo tão pequena, a ilha tem atrações naturais diversificadas: são 12 praias, a maioria formadas por solo de pedra e corais, e cada enseada possui uma característica diferente, como um pico, uma vegetação rasteira, uma piscina natural, solo de terra vermelha, túnel e costões íngremes. Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/folha/turismo/aventura/ilha_da_trindade-historia.shtml>. Acesso em: nov.2009.

> Como sempre, inteiramente ao vosso dispor, o amigo certo e admirado.
> A. Ximeno de Villeroy.
> P.S. Podeis escrever-me por intermédio da senhora Jenny Gomes,[722] Catete 92, casa 17. Neste quartel a nossa correspondência é seqüestrada; por isso...
> V.[723]

Esta comunicação telegráfica representa um pedido de auxílio, e, ao mesmo tempo, pretende ajudar o advogado, na construção de seu argumento de defesa. Comunica que um grupo de oficiais estava aprisionado numa "ilha perdida no oceano," em condições adversas, o que obrigava os presos militares, para lá enviados, a uma constante luta pela sobrevivência, para que não viessem a sucumbir. Eduardo comunica a Vileroy que estavam à mercê das intempéries da natureza, sem contarem, sequer, com os casebres de pau que serviram, outrora, de instalações aos desterrados da Clevelândia. Essa situação minava a resistência dos degredados, já precária, e lembrava as palavras do funcionário que inspecionou o campo de desterro da Clevelândia, ao anunciar a fuga de 262 internos, quando afirmava ser "difícil convencer um foragido que volte para um campo de concentração, ou pelo menos de internação, à espera da morte."[724] Essa condição passara a ser uma realidade também em Trindade. As doenças também andavam por lá, mas o pior de tudo era a incomunicabilidade. A sensação psicológica de isolamento funcionava como mais um instrumento de tortura, este, por sua vez, com conseqüências também práticas, posto que, o que se pretendia era eliminar o indivíduo da cena política, mantendo-o distante de todos os contatos, imobilizando-o para as relações familiares e políticas. A idéia de apartamento da cena pública é explicada por Alexandre Samis, referindo-se às Ilhas de um modo geral:

> [...] embora algumas ilhas não estivessem a muitos quilômetros do Distrito Federal, o afastamento de fato ocorria. Nesse caso específico, a condição geográfica de ilha contava mais que a proximidade que esta guardava do continente. O isolamento dos causadores de "distúrbios" parecia exigir, além da simples reclusão, um simbolismo que, para o governo, encontrava expoente satisfatório nas ilhas.[725]

Eduardo Gomes aparece em uma foto na Ilha de Trindade, com Carlos Chevalier enterrando seus companheiros que lá faleceram. A cena é impressionante, principalmente por expor o isolamento no qual se encontravam, à mercê da própria sorte. Faleceram na Ilha de

---

[722] Jenny Gomes é a mãe de Eduardo Gomes.

[723] Carta de Augusto Ximeno de Villeroy, do 4º B.C., em São Paulo, onde está recluso, a Themístocles Brandão: FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. FGV. CPDOC. Arquivo Themístocles Brandão Cavalcanti. TBC c 1926.04.26.

[724] PINHEIRO, Paulo Sérgio. **Estratégias da Ilusão.** A Revolução Mundial e o Brasil. 1922-1935. São Paulo: Cia das Letras, 1991, 1991, p. 104.

[725] SAMIS, Alexandre. **Clevelândia.** Anarquismo, sindicalismo e repressão política no Brasil. São Paulo: Imaginário, 2002, p. 208.

Trindade o sargento F. Oliveira e Silva e a ex-praça do 15º Regimento de Cavalaria, na Vila Militar, Salvador Vicente de Mello.[726]

É interessante observar que havia uma rota de transferência de presos, que era comumente adotada pelas autoridades, semelhante para alguns grupos. Se fossem presos na capital, depois de serem presos por agentes da 4ª delegacia Auxiliar de Polícia Política, eram transferidos para as Casas de Correção e Detenção. De lá seguiam para algum navio rumo às Ilhas. Essa trajetória, muito comum, reunia oficiais de diversos estados nas mesmas prisões. Às vezes essa rota era alterada por algum imprevisto, como o caso do levante do encouraçado *São Paulo,* que fez com que os revoltosos desembarcassem e fossem levados para a Correção, no caso de recapturas, ou na necessidade de responderem por levantes em outros estados.

A rota de prisão de Eduardo Gomes fora alterada em virtude dos dois períodos em que decidiu fugir, um deles do HCE. Recapturado em Florianópolis, no final de julho de 1924, Eduardo Gomes é levado da Casa de Correção, transferido para o Corpo de Bombeiros, para o 1º Regimento de Cavalaria Divisionária, 1º RCD, sendo, depois, enviado ao Presídio Hospedaria dos Imigrantes, em São Paulo, para ser identificado. Ali permaneceu até meados de 1925, por responder a dois processos, um no Rio de Janeiro, pelo levante do Forte de Copacabana; outro em São Paulo, pelo levante da capital paulista. Retorna para o 1º RCD, no Rio e, juntamente com Cunha Cruz e Juarez Távora, tenta fugir, mas não consegue e é embarcado, em maio de 1926, com destino ao degredo, a aproximadamente mil quilômetros da costa, no navio *Cuyabá* a caminho de Trindade.

A ida para esta ilha surpreendeu os revoltosos pela sua distância e pelas condições em que foram lançados à própria sorte. A história da Ilha de Trindade revelava esforços esparsos e sem êxito de ocupação de seu território, através de vários séculos e sem qualquer resultado positivo, sendo, portanto um ambiente de total isolamento.

> Após quatro dias de viagem a Trindade está à vista. Nitidamente recortada no horizonte sem fim, lembra, com seus cumes pontiagudos, uma poderosa fortaleza de granito perdida em pleno oceano. A meio caminho da África, na rota meridional do Atlântico, dista mais de mil quilômetros da costa, na altura do estado do Espírito Santo. Inteiramente desabitada, não só por seu difícil acesso, devido ao mar muito agitado, quebrando violentamente contra os rochedos, como também pela ausência quase absoluta de vegetação. Árida, inóspita, penhascosa, intratável. O desembarque é penoso. Primeiro tomam-se as balsas, que levam a uma jangada, puxada da praia por cordas. Contudo, frequentemente a última etapa é feita a pé, sobre as arestas cortantes de coral... Enfim, lá estão os prisioneiros, na ilha maldita. Já ninguém reconheceria neles o fino trato de outrora. Barbas crescidas, uns fardados, outros á paisana, este com culote e paletó saco, aquele de pijama, muitos descalços, constituem na verdade um estranho bando. Generais soldados, tenentes, majores, capitães, cada qual carregando a própria bagagem, o próprio saco de roupa. Homens do Norte e do Sul, artilheiros e infantes, pertencentes aos mais diversos batalhões. Moços e velhos, que o destino uniu no mesmo ideal e no mesmo infortúnio. Eles contemplam serenamente os penhascos abruptos,

[726] DIAS, Everardo. **Bastilhas Modernas**: 1924-1926. São Paulo: Obras Sociais e Literárias, 1926, p. 216.

> selvagens. A revôlta fisionomia da ilha vulcânica sugere-lhes qualquer coisa, que também eles trazem na alma.[727]

Everardo Dias também dá a sua contribuição quanto à descrição do lugar:

> [...] alta, inacessível em muitos pontos, rodeada de abismos vertiginosos, tem um aspecto sombrio e pouco recomendável. Bem no alto, destaca-se uma floresta, recortada por ondulações e barrancos apavorantes. O resto é pedra, é granito, em blocos soltos, enormes, escalonados, como atirados á toa por algum gigante, formando a base por onde assenta a terra pobre, gramada, solta, que dá vida a uma herva, amarelecida, falha, raquítica, áspera, que denota a tristeza da d'agua e a ausência do húmus fertilizante, e do qual se alimentam rebanhos de cabras asselvajadas e varas de porcos montezes[728] – bichos desconfiados, ariscos, lestos, bravios, que quando perseguidos atacam com ferocidade.
> A única praia acessível é a chamada dos Portuguezes, e é onde ficam os abarracamentos e a estação de radio. Tem mais ou menos um kilometro de extensão. As outras praias da ilha, si não são de todo inacessíveis, são tão perigosas que aventurar-se a desembarcar é expor-se a um naufrágio a uma morte contra os agudos penedos que servem de suporte. Mole imensa de água espumosa e torvelinhante atira-se em constante movimento de avanço sobre os escavados rochedos, arrebentando raivosa de encontro a esses paredões naturaes, e desfazendo-se em mil fragmentos rorejantes com alarido e estrepito, qual fragor de tormenta.[729]

É possível que os rebeldes jamais imaginassem estar, um dia, em lugar semelhante. Essa sensação de estar vivenciando uma situação tão surreal, possivelmente ocorrera a todos que tiveram o mesmo destino. Eram tão jovens e cheios de ideais, incluindo o de manutenção da legalidade, a que estavam dispostos a defender a qualquer preço, e, de um momento para o outro, se viam transformados nos criminosos mais vis, em perigosos rebeldes aos olhos de autoridades, em ameaças à sociedade, precisando ser apartados dela.[730] Eram essas mesmas autoridades, a que consideravam os rebeldes, numa inversão de valores e de um modo geral, capazes da utilização de todos os subterfúgios ilegais para a manutenção de seus privilégios, que haviam ordenado seu desterro para este lugar.[731]

É possível que, se indagados, os militares preferissem morrer em combate, a permanecerem numa situação tão terrível e humilhante, especialmente para indivíduos treinados de acordo com um *ethos* militar.

Trindade fora um local de total incomunicabilidade, haja vista a comunicação de Eduardo à Villeroy por via telegráfica. É difícil imaginar como puderam contar com os legalistas, para, a bordo do navio Barroso, levarem as provisões até a Ilha.

---

[727] CHAGAS, Paulo Pinheiro. **O Brigadeiro da Libertação:** Eduardo Gomes – Ensaio Biográfico. Rio de Janeiro: Zelio Valverde, 1945, p. 118-20.

[728] Essas cabras e porcos foram trazidos pelos portugueses e abandonados, tornando-se selvagens e podendo atacar a alguém que se aproximasse.

[729] DIAS, Everardo. **Bastilhas Modernas**: 1924-1926. São Paulo: Obras Sociais e Literárias, 1926, p. 213.

[730] DOSTOIEVSKI, F. M. **Recordações da Casa dos Mortos.** São Paulo: José Olympio, 1945, p. XI.

[731] Cf. FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**. Nascimento da Prisão. 17ª Edição. Petrópolis: Vozes, 1998, p. XXX.

As condições de alimentação eram dificultadas, pois na visita bimensal de um navio que conduzia a tropa de revezamento da Ilha, este, não trazia carne. Decidiram, então, pescar e caçar na Ilha. Durante a pesca tinham que cuidar para não serem arrastados por violentas ondas que batiam contra os rochedos. A pesca, ora vantajosa, ora não, fez com que tentassem caçar animais na Ilha, como cabritos, porcos e patos, sem muito sucesso. Somente quando o penúltimo navio levou alguns novilhos vivos, para que pudessem comê-los a necessidade de carne, que já causava avitaminose em alguns, foi suprida. Antes disso, a única carne conseguida na Ilha foi a de uma tartaruga, com uma centena de quilos, que surgiu na praia e que serviu de alimento, juntamente com o produto de pesca, garoupas e xaréus, por alguns dias.[732]

Além do isolamento e das condições materiais exíguas, doenças como beri-beri, e polinevrite aumentavam o horror de sua condição. Os militares tentavam por todos os meios sair da situação de incomunicabilidade, fosse através de cartas, ou até mesmo por meio de mensagens radiotelegráficas:

> Existia na Ilha das Cobras uma estação radiotelegráfica que recebia em 21 de junho de 1926, já em período de estabilização da repressão, um apelo dos desterrados da Ilha de Trindade. [...] O pedido solicitava para os oficiais e praças, desterrados em Trindade, o habeas corpus. Com base no primeiro dispositivo Constitucional, alegavam que estavam sendo mantidos na mais absoluta incomunicabilidade e separados da costa por 800 milhas. E, ainda, que "a insalubridade da ilha onde grassa polineurite, havendo oficiais e cerca de trinta praças, inclusive uma guarnição de enfermos, tendo havido cinco casos fatais, importando a permanência na ilha da mal disfarçada eliminação dos adversários, contra expressa posição constitucional." O telegrama afirmava que os presos se encontravam em estado precário, também as suas vestes e locais de pernoite.[733]

Assinam esta comunicação radiotelegráfica: O Coronel Waldomiro Lima, o Tenente Coronel Djalma, os Capitães Carlos Miguel de Vasconcelos Querê, Cardoso Barata, Godofredo, Benjamim Constant Magalhães de Almeida, Sólon Lopes de Oliveira, Waldomiro Pereira da Cunha, Juarez Távora e Alcino Antidoro da Costa.

Verifica-se que, embora a situação de isolamento fosse real, conseguiam, de alguma forma, burlar a vigilância ou conseguir algum tipo de camaradagem. Em uma época na qual a mobilidade das pessoas, somada ao uso de cartas, eram as formas de comunicação mais freqüentes, essa mobilidade não mais existia devido à situação peculiar em que se encontravam: a condição de prisioneiros, e quanto à correspondência, suas cartas eram

---

[732] Cf. CHEVALIER, Carlos. **Memórias de um Revoltoso ou Legalista?** 1922-1926. Rio de Janeiro: Estabelecimento Graphico Nictheroy, 1925 e TÁVORA, Juarez. **Uma vida, muitas lutas:** Memórias, v. I, Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército e Livraria José Olympio, 1973.

[733] SAMIS, Alexandre. **Clevelândia.** Anarquismo, sindicalismo e repressão política no Brasil. São Paulo: Imaginário, 2002, p. 211.

censuradas ou, outras vezes, confiscadas. Mas, ainda assim, lutavam, por todos os meios, para se livrarem do isolamento em que se encontravam, para resistirem e retomarem suas vidas, lançados que haviam sido, a uma região semi-morta. Por mais que o olhar tentasse alcançar algum resquício de suas vidas passadas, aquele céu longínquo, distante do céu da liberdade, de uma extensão marítima estendida até o horizonte, fazia perder de vista suas origens, seus sonhos de juventude. Eram proscritos da sociedade. Levados por outros caminhos ou tragados pela morte, teriam suas vidas interrompidas, famílias, esposas, mães e irmãos, alguns dos quais nunca mais veriam.[734] A prisão significava, então, uma escola de paciência. Ali todas as angústias tinham de ser dominadas e a força para suportar sofrimentos causados por torturas, perigos de morte, ferimentos de combate, clausura, ou distância, haveria de ser encontrada dentro de si mesmos, ou com o estímulo de alguns poucos amigos que sempre estiveram por perto.

Carlos Saldanha da Gama Chevalier, militar da Escola da Aviação, companheiro de Eduardo é figura presente nas conspirações dos principais levantes e também fora para Trindade. Tanto ele como os demais rebeldes para lá banidos, só retornam no final do ano, por ocasião do término do governo de Arthur Bernardes.

Eduardo retorna, mas continua preso no presídio da Marinha de Ilha das Cobras, junto ao litoral do Rio, quando, em 1926, já no governo de Washington Luís, é solto, mediante *habeas corpus*, sem que, contudo, possa se afastar da cidade. Com o prenúncio de uma nova prisão, porém, refugiou-se no interior do país, dessa vez em Campos e com o nome de Edmundo Goulart, trabalhando como engenheiro topógrafo na Fazenda Pau- Brasil. Ao término do trabalho, na Fazenda, inicia outro, na Estrada de Ferro Vitória-Minas. Depois desse trabalho, a situação econômica de Eduardo torna-se precária, pois da mesma forma que Siqueira, teve que refazer seus próprios contatos de trabalho, num lugar desconhecido, sem amigos, jamais podendo se expor publicamente, ou se permitir estar em evidência, ao contrário, apresentando-se sempre encoberto por disfarces e nunca podendo permanecer demasiado tempo em um lugar.

Com situação financeira difícil e documentos de identidade e profissão precários, decide voltar e apresentar-se, já no ano de 1929.

---

[734] Cf. DOSTOIEVSKI, F. M. **Recordações da Casa dos Mortos.** São Paulo: José Olympio, 1945, 1945.

3.16 Lazareto

A Ilha Grande, segunda maior ilha oceânica do Brasil, fica a 150 quilômetros do Rio de Janeiro e a 400 quilômetros de São Paulo.

Com o término da escravidão, na segunda metade do século XIX, a cultura do café tornou-se inviável e a Ilha foi abandonada. No século XIX, D. Pedro II visitou-a. Resolveu adquirir a Fazenda do Holandês - hoje, Vila do Abraão - e a de Dois Rios. Na Fazenda do Holandês foi construído o Lazareto, que serviu de centro de triagem e quarentena para os passageiros enfermos que chegavam ao Brasil - principalmente em casos de cólera - chegando a atender a mais de quatro mil embarcações, durante seus 28 anos de funcionamento

A água para abastecer o Lazareto foi desviada do Córrego do Abraão, sendo para tanto construída uma barragem e um Aqueduto, um dos monumentos de maior importância histórica da Ilha Grande. Existe, ainda hoje, perto da barragem, o banco de pedra, denominado "Banco de D. Pedro", utilizado pelo Imperador para descanso.

Em 1903 foi criada a Colônia Correcional de Dois Rios, enquanto o Lazareto era desativado, passando a funcionar como presídio político.[735]

A Colônia Correcional de Dois Rios (CCDR) foi instalada em 1894. Nas três primeiras décadas, esta colônia teve como objetivo principal aprisionar bêbados, mendigos, vadios e capoeiras. A reforma policial de 1908 criou um regulamento específico em relação à disciplina, que deveria separar os internos em cinco grupos incomunicáveis: homens, mulheres, homens alcoólatras, mulheres alcoólatras e menores entre 8 e 21 anos.[736] Foi o primeiro estabelecimento penal na Ilha Grande. Teve seu regulamento e organização contemplados por diversos decretos.[737]

---

[735] No final da Revolução Constitucionalista de 1932, seus internos passaram para a Colônia Correcional de Dois Rios. Posteriormente o Lazareto chegou a ser demolido, perdendo assim, a Ilha Grande, o seu mais importante patrimônio histórico e cultural. Em 1940 foi construído em Dois Rios o Instituto Penal Cândido Mendes, com capacidade para mil presos de alta periculosidade. No ano de 1994, o Governo do Estado do Rio de Janeiro, através do Governador Leonel Brizola, faz a demolição da maior parte das dependências do presídio. Bibliografia: Apontamentos para a história do Rio de Janeiro, Angra dos Reis e Ilha Grande. MELLO, Carl Egbert Hansen Vieira de. **Apontamentos para a história do Rio de Janeiro, Angra dos Reis e Ilha Grande.** Disponível em: <http://www.ilhagrande.org/Historia-Ilha-Grande>. Acesso em: mar. 2010.

[736] SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. Os Porões da República: A colônia Correcional de Dois Rios entre 1908 e 1930 **TOPOI**, v. 7, n. 13, jul.-dez. 2006.

[737] Foi organizada pelos Decretos: n.º 1.794, de 11 de agosto de 1894; n.º 2.432, de 12 de janeiro de 1897; pela Lei n.º 947, de 29 de dezembro de 1902. Seu regulamento foi aprovado pelo Decreto n.º 4.753, de 28 de janeiro de 1903, destinando-a aos contraventores condenados no Distrito Federal. O Decreto n.º 6.994, de 19 de junho de 1904, estabeleceu novo regulamento para a Colônia. Documento de Ordem do Dia da Polícia Militar do Distrito Federal escrito no Relatório do Chefe de Polícia do Distrito Federal, o Marechal Manoel Lopes Carneiro da Fontoura e transcrito pelo Ministro da Justiça e Negócios Interiores, João Luís Alves, em seu Relatório anual, de 1922-1923, ao Presidente da República. CENTER FOR RESEARCH LIBRARIES (Consórcio internacional de pesquisa independente de cooperação entre universidades, livrarias e arquivos dos EUA - universidades fundadoras - e outros países). Disponível <http://www.crl.edu>. Acesso em: jan. 2009.

O presídio do Lazareto, que já era destinado a presos políticos, foi pelo decreto nº 16.784, de 15 de janeiro de 1925, designado como prisão militar privativa, providência tomada, em função das revoltas de 1924.[738]

A Ilha Grande recebeu muitos presos militares e manteve o mesmo regime de isolamento de Trindade, tendo facilitada, entretanto, a comunicação por cartas, devido à proximidade da capital federal.

As cartas, desse modo, passaram a ser de vital importância para os que se encontravam desterrados nesta Ilha. Numa delas, por exemplo, a do tenente Arlindo Maurity da Cunha Meneses, para Themístocles, também seu advogado e de muitos outros rebeldes, informa que foi redigido e enviado, por eles, novo *habeas corpus*, já que foram transferidos à Ilha Grande. Desta vez, enviam o pedido diretamente ao Tribunal, por intermédio de um oficial legalista, porém com cópia ao advogado e amigo, por temerem possíveis interceptações:

> Ilha Grande, 11/05/1925
> Meu caro Themístocles.
> Mais uma vez venho bater à tua porta amiga e sempre aberta para nós. Como já deves saber o nosso habeas corpus foi [ilegível] burlado com a nossa vinda para aqui. Não nos conformando, porém, com este ato de vingança, ou melhor, de "pirraça" e dada a incerteza e a insegurança em que estamos de tudo, requeremos nós mesmos um habeas corpus ao Tribunal, cuja cópia também assinada te remetemos juntamente com esta. A primeira via da petição entregamos, oficialmente, ao comandante que veio conosco, para que ele encaminhe. Mas, como não é de admirar um "extravio do correio", por isto te remetemos a cópia junta, para (aqui é que vem o obséquio ao nosso pedido), dado aquele extravio, agires como melhor lhe parecer acertado. O comandante da força do Exército, e que é o Capitão Cunha Matos, deve remeter a nossa petição, ou para o comandante da Região, ou diretamente para o Ministro da Justiça, por isso é que, até agora, não quis aceder ao que lhe dissemos, mas é que se nos afigura a direito certo e regular, para remetê-la diretamente ao Tribunal. Pode, pois, imaginar o risco que está correndo o nosso pedido transitando por todos os nossos dias. Enfim, a teu superior critério e grande competência, dadas as informações que aqui te prestamos, que acham-se perfeitamente esclarecidas, para decidir sobre o caminho que julgares mais conveniente trilhar, e que conduza à nossa volta ao Rio. O que é certo, porém, é que te autorizamos, independentemente do pedido que aqui entregamos ao Capitão comandante da força, a encaminhares a segunda via, no caso da 1ª não dar entrada no Tribunal, a agires como se nada tivéssemos feito, de acordo com a sua iniciativa e a que melhor julgares. Por mais este favor, que a nossa gratidão saberá juntar com muitos que nos tem feito, agradeço-te, em meu nome e no de todos os camaradas signatários da petição. Abraça-te com particular estima o amigo certo. Esta segue dia 13, dia em que também o Capitão Cunha Matos remeteu o nosso habeas corpus. Caso até sábado não tenha dado entrada no Tribunal é um grande favor que nos prestas, ou entrares com a 2ª via junta, ou repetires o obséquio que mais de uma vez nos tem prestado requerendo novo habeas corpus para nós. Abraço-te em nome de todos os camaradas. Maurity[739]

---

[738] Documento de Ordem do Dia da Polícia Militar do Distrito Federal escrito no Relatório do Chefe de Polícia do Distrito Federal, o Marechal Manoel Lopes Carneiro da Fontoura e transcrito pelo Ministro da Justiça e Negócios Interiores, João Luís Alves, em seu Relatório anual, de 1922-1923, ao Presidente da República. CENTER FOR RESEARCH LIBRARIES (Consórcio internacional de pesquisa independente de cooperação entre universidades, livrarias e arquivos dos EUA - universidades fundadoras - e outros países). Disponível <http://www.crl.edu>. Acesso em: jan. 2009.

[739] Carta do Tenente Arlindo Maurity da Cunha Meneses da Ilha Grande para Themístocles Brandão Cavalcanti, advogado dos rebeldes, em 11/05/25. FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. FGV. CPDOC. Arquivo Themístocles Brandão Cavalcante. TBC 25-01-11.

A incerteza e a insegurança foram constantes na vida de todos durante a vigência do sítio, havendo, inclusive, na carta, o temor por mais um “extravio” de sua correspondência o que, na verdade, consistia na sabotagem em suas petições ao Tribunal, feita por alguns legalistas. E aqui constatamos o expediente de redigirem suas próprias defesas, prática comum a maioria deles, para a qual não demonstravam ter difículdades, face a frequência com que esta prática aparece relatada nas cartas, além dos documentos redigidos de próprio punho, em anexo, comas defesas prontas, incluindo-se os números de leis e artigos. De fato, o letramento que possuíam capacitava-os para redigirem quaisquer documentos.

Iniciaram, assim, de dentro do cárcere ou do degredo uma luta pela liberdade, com auxílio de vários companheiros de dentro e de fora das prisões, e do ‘mundo de dentro’ e ‘de fora’ dos quartéis. Eram advogados, amigos e familiares, que se solidarizaram com sua situação, como veremos no capítulo seguinte.

Presos na Casa de Correção

Foto 1

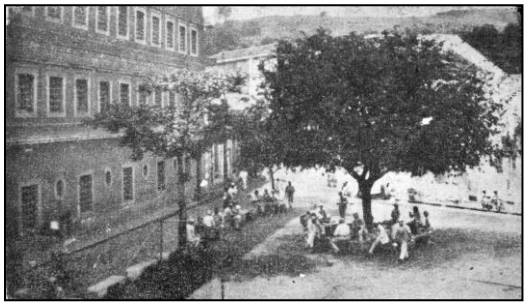


Foto 2

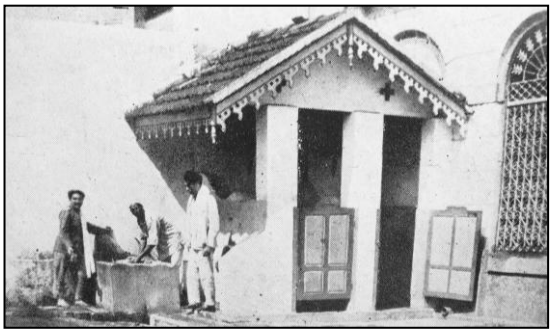


Foto 3

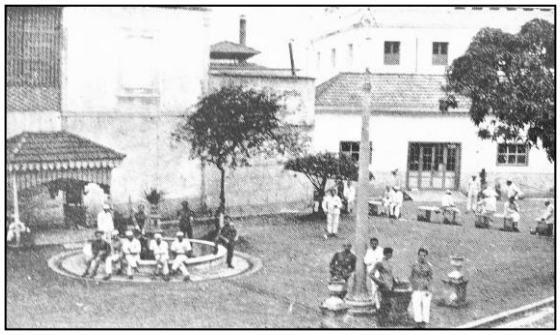


Foto 4

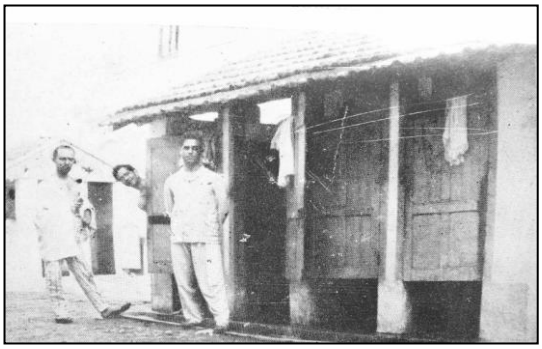


Foto 5

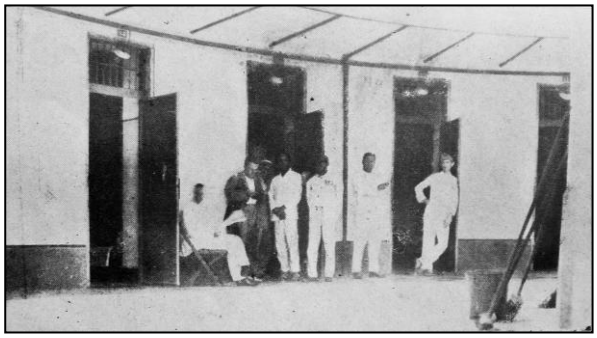


Foto 6

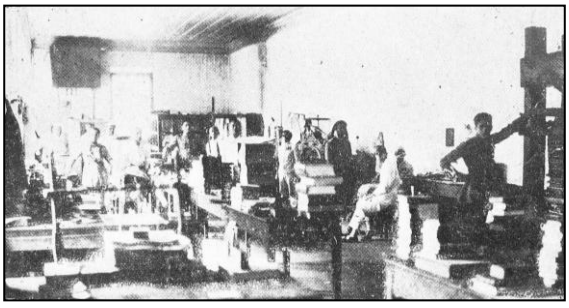


Foto 7

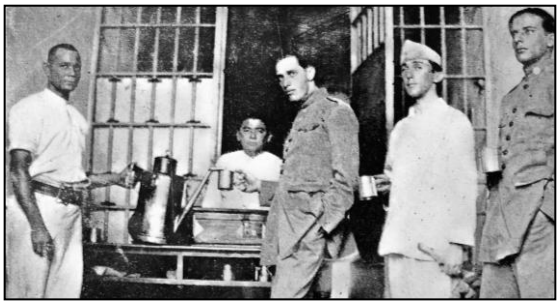


Foto 8

Os militares nas celas da Casa de Correção

Foto 9

Foto 10

Foto 11

Foto 12

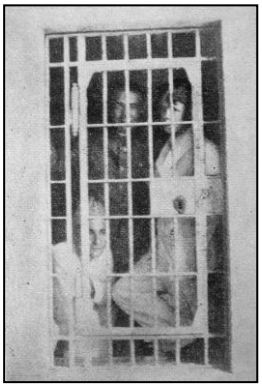


Foto 13

Foto 14

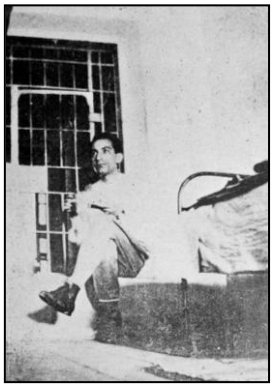


Foto 15

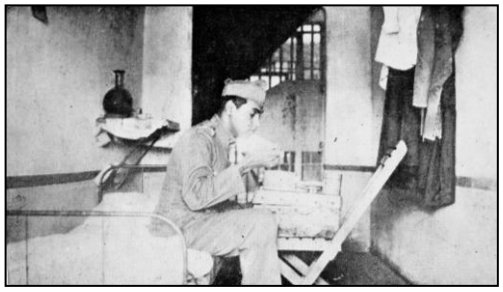


Foto 16

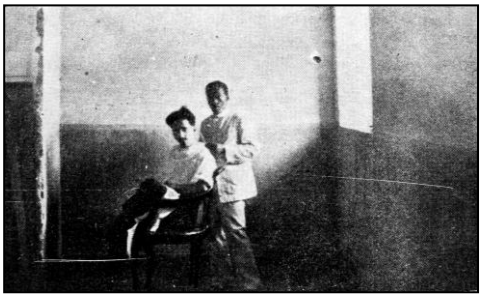


Foto 17

A prisão no navio *Alfenas*

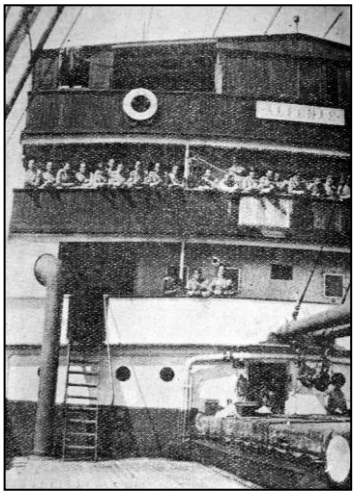


Foto 18

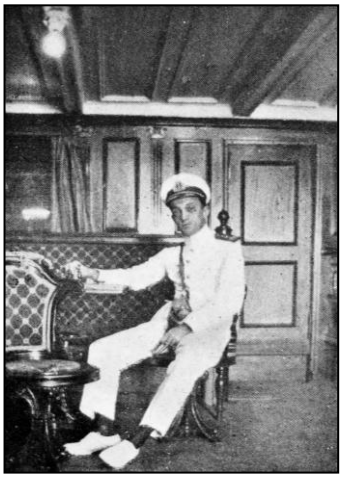


Foto 19

Foto 20

Foto 21

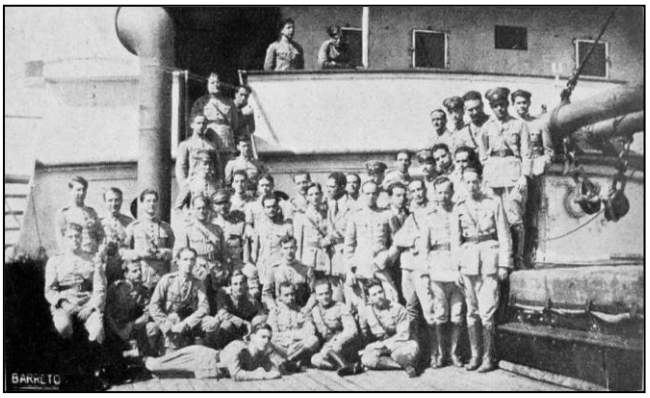


Foto 22

Foto 23

Foto 24

A prisão no *Benevente*

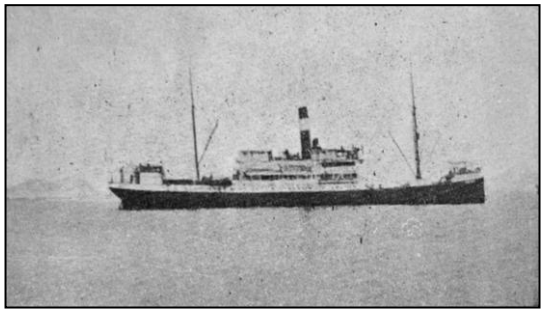


Foto 25

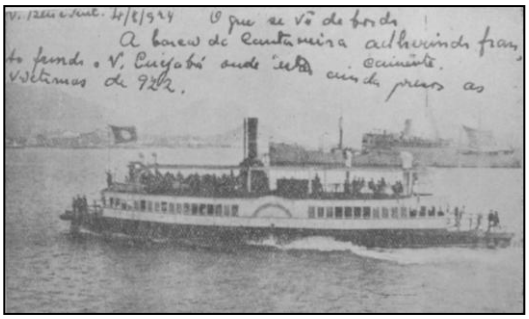


Foto 26

Foto 27

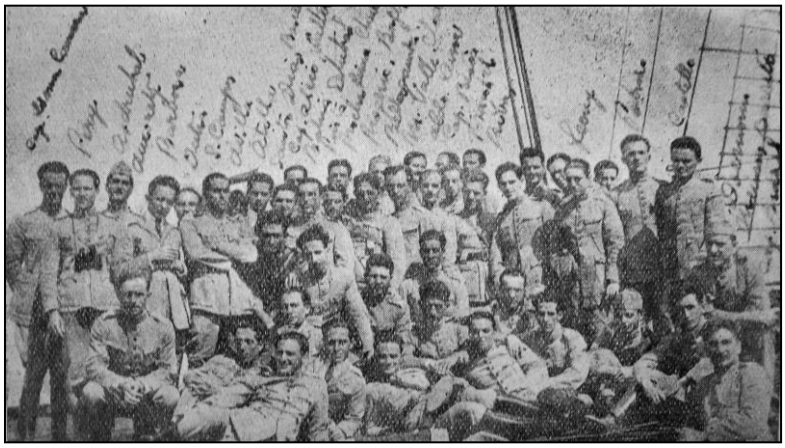


Foto 28

Foto 29

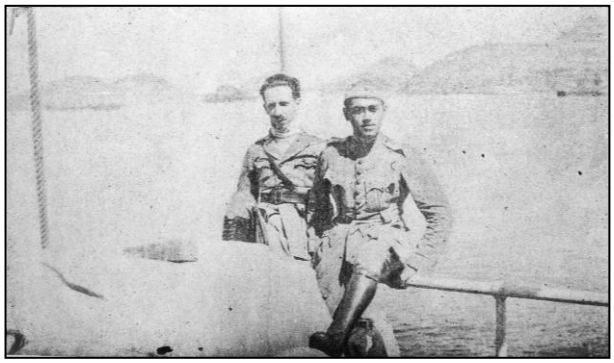


Foto 30

Foto 31

A prisão no navio *Cuyabá*

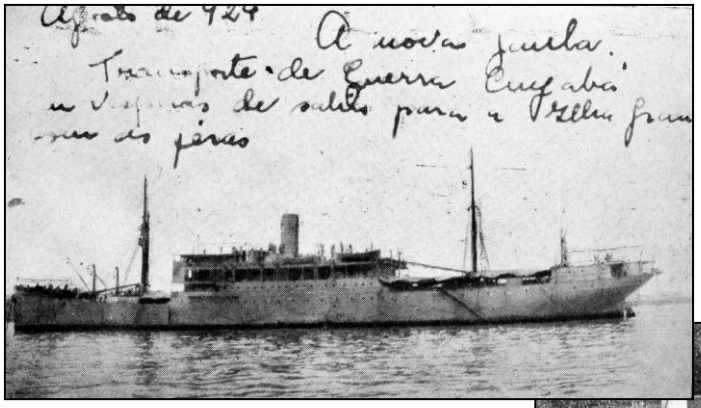


Foto 32

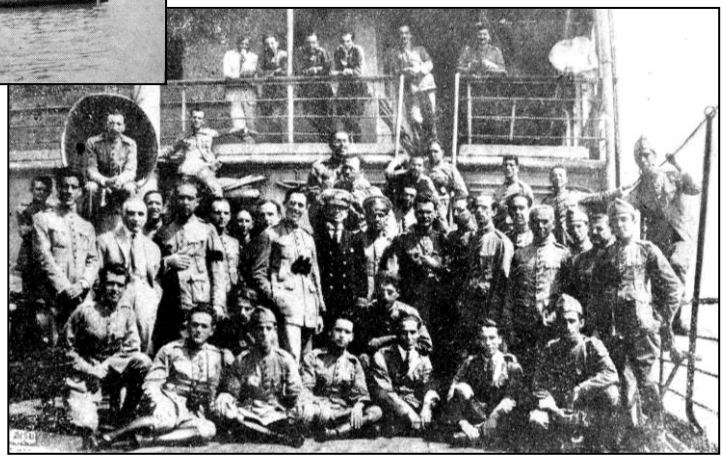


Foto 33

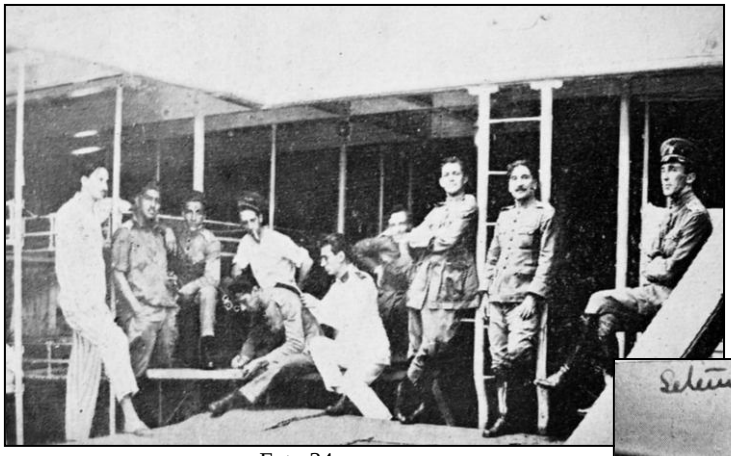


Foto 34

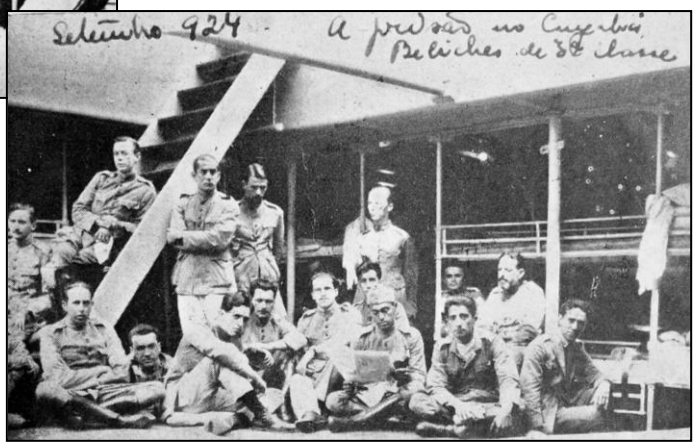


Foto 35

A Ilha de Bom Jesus na década de 1920, antes de ser aterrada.

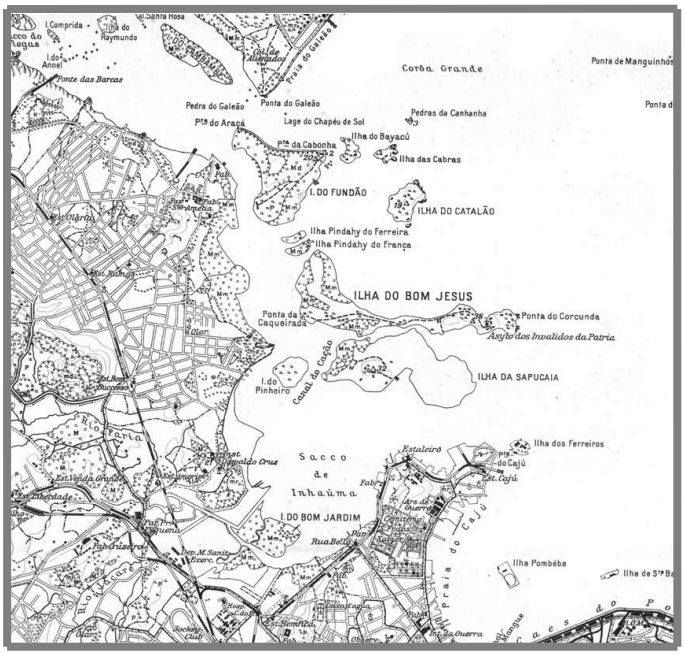


Foto 36

Mapa topográfico da região da Ilha do Fundão em 1922. **A Ilha do Fundão, hoje**, na margem oeste da baía de Guanabara, na cidade do Rio de Janeiro. Trata-se de uma ilha artificial, criada a partir da aplicação de aterro a um pequeno arquipélago, quando da construção da Cidade Universitária, na década de 1950. As ilhas que integravam o arquipélago antes do aterro eram: a própria Ilha do Fundão; o Pindaí do Ferreira; o Pindaí do França; a Ilha da Sapucaia; a Ilha do Bom Jesus; a Ilha do Baiacu; a Ilha das Cabras; a Ilha do Catalão.

Foto 37

A Ilha de Trindade

Foto 38

Foto 39

Os militares chegam a Trindade

Foto 40

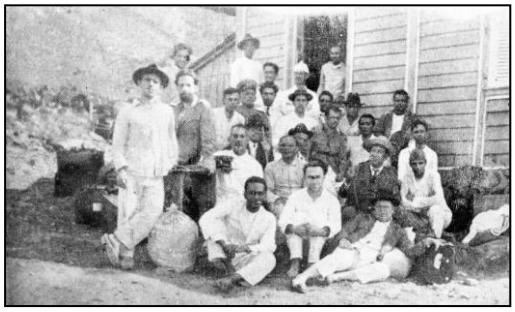


Foto 41

Foto 42

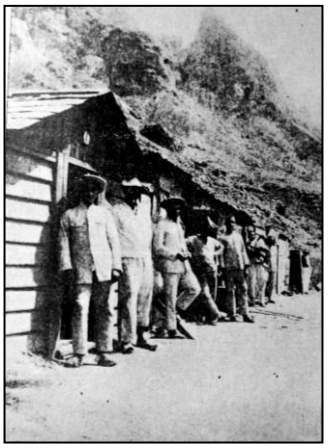


Foto 43

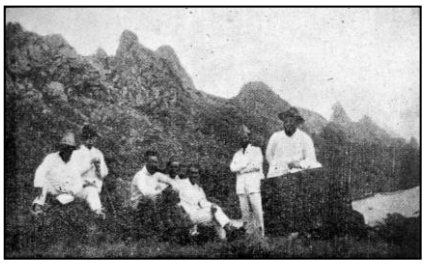


Foto 44

Foto 45

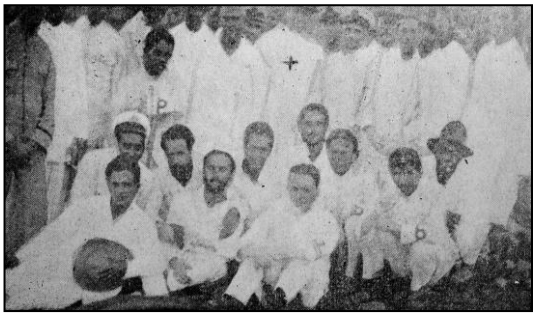


Foto 46

Os prisioneiros exploram Trindade

Foto 47

Foto 48

Foto 49

Foto 50

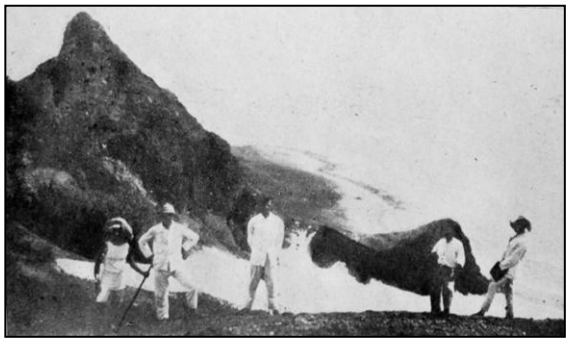


Foto 51

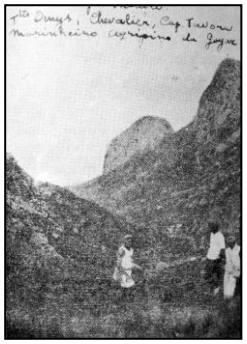


Foto 52

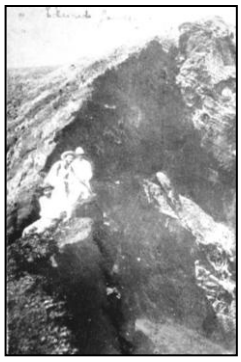


Foto 53

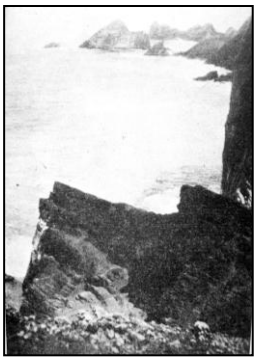


Foto 54

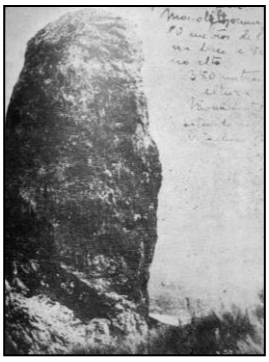


Foto 55

Foto 56

Trindade - Sobrevivendo em barracas

Foto 57

Foto 58

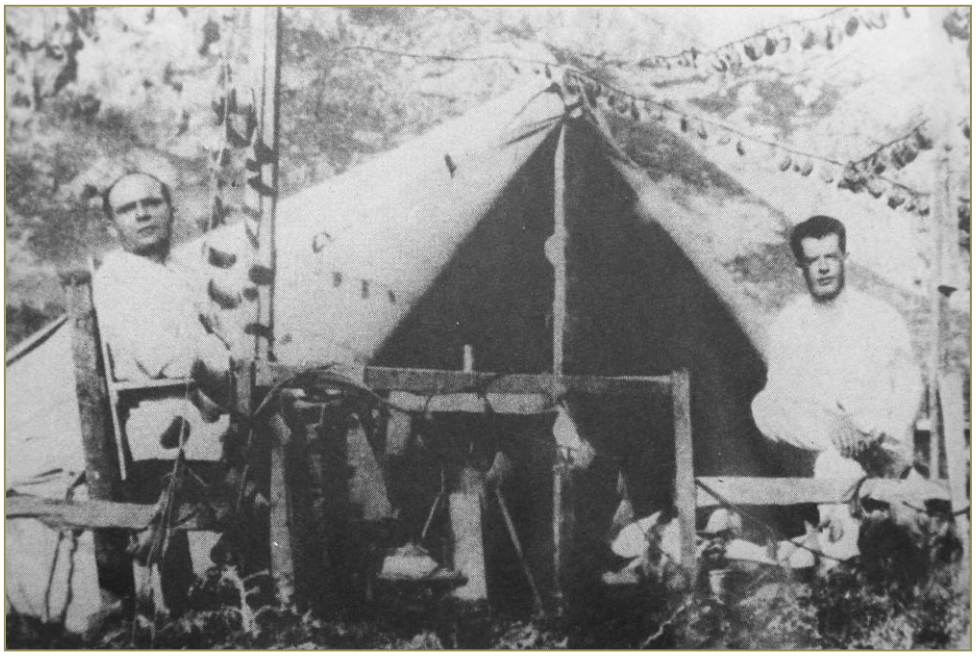


Foto 59

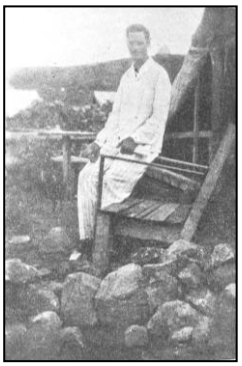


Foto 60

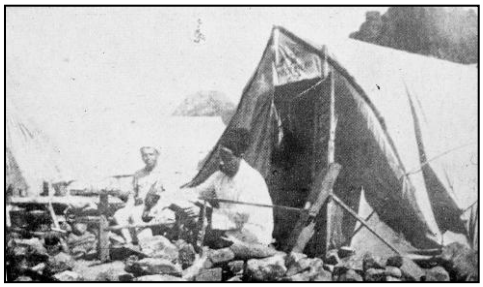


Foto 61

Foto 62

Em Trindade a luta pela sobrevivência

Foto 63

Foto 65

Foto 64

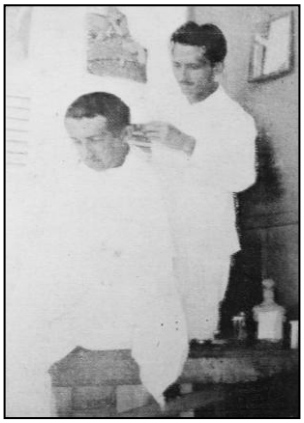


Foto 66

Foto 67

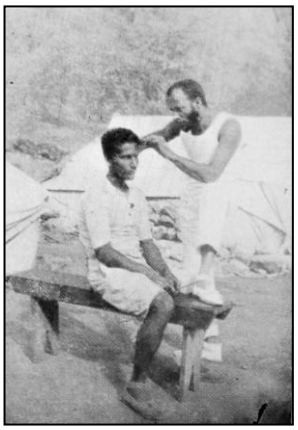


Foto 68

Foto 69

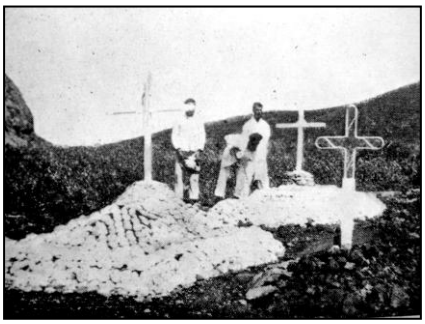


Foto 70

A Ilha de Trindade hoje

Foto 71

Foto 72

Foto 73

Foto 74

Foto 75

Foto 76

Foto 77

Foto 78

A Ilha de Trindade hoje

Foto 79

Foto 80

Foto 81

Foto 82

Foto 83

Foto 84

As ruínas do Presídio do Lazareto, na Ilha Grande

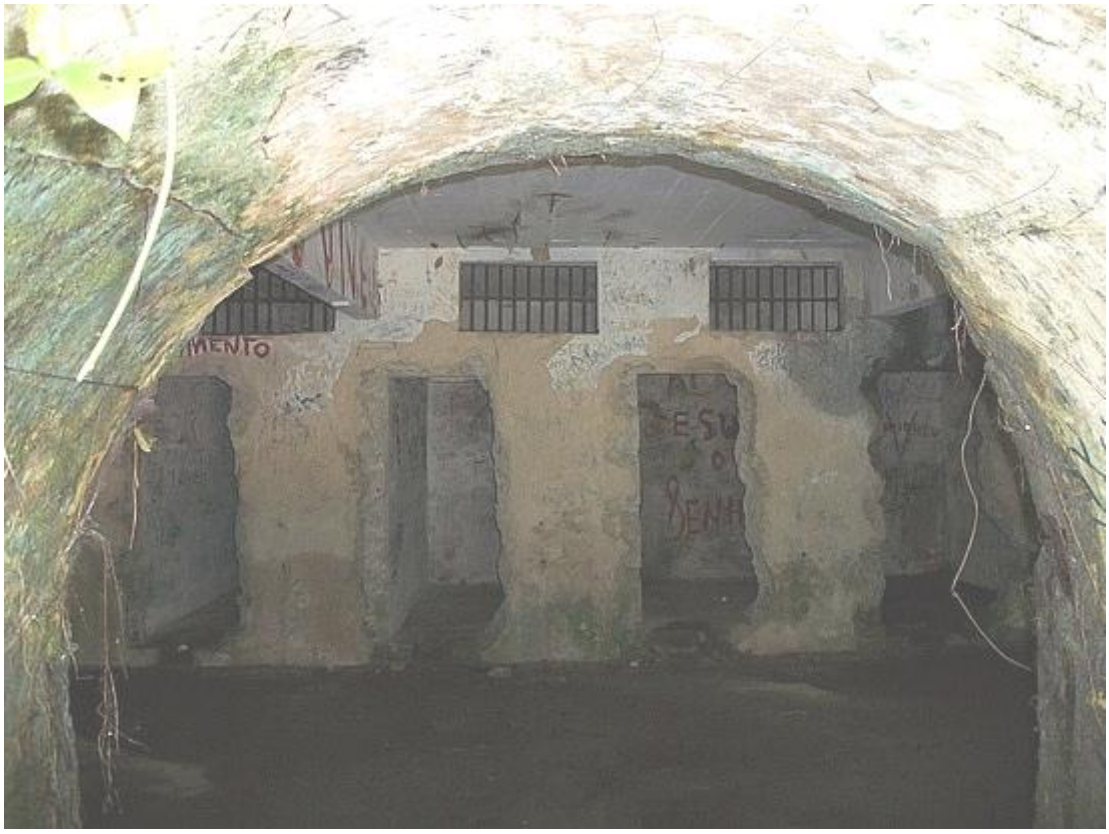


Foto 85

Foto 86

Foto 87

Foto 88

Foto 89

CAPÍTULO 4 – Uma história de resistência

4.1 A batalha judicial

As arbitrariedades judiciais cometidas contra os revoltosos fizeram do período de sua permanência nas prisões, uma época de resistência contra os poderes que atuavam à sombra da exceção. Talvez a manutenção da luta fosse a única forma de reterem suas histórias nas mãos, sua identidade militar, agora já tendo sofrido uma reelaboração, transformando-se numa identidade militar-revolucionária.

Algumas lideranças, praças e até mesmo alguns civis incorporados à luta, nunca desistiram de resistir, e nem podiam fazê-lo, sob pena de viverem como desertores e criminosos foragidos no exílio. Por isso, durante os oito anos em que passaram por várias experiências entre combates, prisões e fugas permaneceram presos à luta que haviam iniciado. A maioria não pensava em se desligar do projeto político que os levou até ali, transformando a prisão e o exílio num lócus de resistência e sobrevivência, de preparação e continuidade da luta, simultaneamente.

À medida que as levas de emigrados iam chegando ao estrangeiro, inicialmente, daqueles que fugiram em 1922-23; seguidos pelos exilados de São Paulo, das revoltas de 1924; e, por fim, dos exilados de 1927, estes últimos, emigrados da Coluna, eram refeitos os contatos com aliados militares e civis, reorganizados os setores e pessoal responsáveis pelo combate – tarefa de incumbência do Estado Maior Revolucionário, sob o comando de Fernando Távora e Alfredo Simas Enéas[740] – eram armados e municiados todos os combatentes, de soldados a oficiais, e reiniciada a luta. Isso é uma constante na história dos revoltosos. É o processo que leva à Revolução de 1930.

Fernando Nascimento Fernandes Távora, irmão de Juarez e de Joaquim Távora, em carta do exílio[741], após a entrada da Coluna Miguel Costa-Prestes na Bolívia[742] falava na

---

[740] Esta informação é percebida ao longo das cartas do exílio, onde esse oficial aparece ocupando várias funções. Era filho de militar, o Coronel Alfredo de Simas Enéas, que assentou praça em 1870, com 15 anos. Ver Documento de Alterações deste militar. ARQUIVO HISTÓRICO DO EXÉRCITO. AHEx. O filho era um oficial de extrema confiança de Isidoro, acumulando também a função de tesoureiro da "caixa da revolução." Cf. Cartas ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Cartas da Revolução de 24. Acervo Digitalizado. Disponível em <http://www.arquivoestado.sp.gov.br>. Acesso em: nov.2009.

[741] Carta do Exílio de Fernando Távora a Alfredo de Simas Enéas (sem data ou destinatário). Obs: A carta está classificada no arquivo como pertencente à Juarez Távora. Contudo, após a transcrição de mais de uma dezena de cartas dele e de seu irmão, Fernando Távora, constatei ser a carta deste último, pois este oficial possui uma letra bastante distinta de seu irmão. Certamente o erro do Arquivo se deu por assinarem o mesmo sobrenome, mas a letra de Fernando Távora é inconfundível, um tipo de letra desenhada e totalmente diferente da de Juarez. Há diversas outras cartas na mesma situação. No caso dessa carta, se houver consulta à fonte é necessário que esta seja procurada como sendo de autoria de Juarez Távora, embora tenha

organização de uma 3ª jornada revolucionária,[743] com ajuda de aliados políticos, exatamente como viria a ocorrer dois anos depois, na Revolução de outubro. Mal acabara um combate por todo o território nacional, que durara dois anos e meio e que exigira de muitos combatentes, especialmente os que estavam na Coluna desde o início, um esforço sobre-humano, e já pensavam em organizar nova jornada. Da mesma forma Prestes,[744] Nery,[745] e outros, em diversas outras cartas, em que constam planos de reorganização das lutas, apontam nessa direção, mostrando que nunca pretenderam finalizar o movimento, enquanto este não fosse vitorioso.

> Ninguém, nem oficiais, nem sargentos, nem praças, que haviam feito a marcha através do Brasil – ninguém pensava em depor armas. Vivíamos foragidos, exilados dentro do nosso próprio país, caçados pela polícia – mas reagindo sempre, aguardando ordens à espera do momento propício para recomeçar a luta. Aquela tranqüilidade não nos enganava, nem nos seduziam as promessas do governo. Uma constante ligação entre nós, comandantes de Destacamento, e Prestes, em Buenos Aires garantia unidade de ação. O resto da Coluna aguardava serena e sem temor. A obstinação de nossa atitude irritava o governo, que mais uma vez ordenava perseguição firme aos oficiais foragidos.[746]

Devemos observar que esse relato fala do período imediatamente seguinte à entrada da Coluna no exílio e de como os exilados de toda parte mantinham "constante ligação." Há uma alusão, também, ao governo de Washington Luís que acenava com promessas de conciliação, que não convenciam aos revoltosos, pois sabiam que o presidente era um legítimo representante da oligarquia cafeicultora paulista co-participante da disputa à hegemonia do governo federal juntamente com os políticos mineiros.

> Até hoje o nosso governo nada fez pela pacificação, muito ao contrário tem procurado desmoralizar o mais possível aos revolucionários. Suspensão do sítio, liberdade de officiais sem culpa formada, meio freio pª a imprensa - isso não corresponde aos verdadeiros princípios pelos quais nos batemos. Onde a garantia eleitoral? No Rio Grande do Sul as perseguições assassinatos e crimes são quotidianos! O mesmo deve se passar com o resto do

---

sido escrita por Fernando Távora. ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Cartas da Revolução de 24. Acervo Digitalizado. Disponível em <http://www.arquivoestado.sp.gov.br>. Acesso em: nov.2009.

[742] Nessa ocasião seus componentes optaram pelo fim da luta, internando-se nesse país.

[743] Referia-se a 1922, como a primeira jornada, 1924-1927, como a segunda jornada, e a terceira seria uma possibilidade futura, com foi a Revolução de 1930.

[744] Carta de Luiz Carlos Prestes de Paso de los Libres em 18/04/1928 (não consta o destinatário). ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. APESP: Cartas da Revolução de 24. Acervo Digitalizado. Disponível em <http://www.arquivoestado.sp.gov.br>. Acesso em nov. 2009.

[745] Carta de Leopoldo Nery da Fonseca a Luís Carlos Prestes (não consta o destinatário, nem o local). FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. FGV. CPDOC. Arquivo Pedro Ernesto Baptista. PEB 28.09.14. Ver também declarações de Cordeiro de Farias ao *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 11/05/30. Entrevista de Cordeiro de Faria ao jornal. Jornal cedido pela família de Antonio de Siqueira Campos.

[746] BARROS, João Alberto Lins de. **Memórias de um Revolucionário.** 1ª parte – A marcha da coluna. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1953, p. 206.

> Brasil. O espírito revolucionário deve continuar na alma nacional e é mister saber aproveitál-lo. A situação só apresenta duas soluções: ou o governo procura um entendimento leal ou então prosseguiremos a lucta.[747]

Mesmo dentro da prisão encontramos constantes referências à continuidade do movimento. Uchôa Cavalcanti, ao escrever uma carta, em 25/11/24, da Casa de Correção, à Themístocles Brandão Cavalcanti, advogado e primo do oficial revoltoso, além de tratar de providências jurídicas e da situação precária em que se encontravam nesta prisão, menciona, com convicção, a liberdade e a vitória, muito em breve. Afirma que, antes, ainda, da concessão de um *habeas corpus* para que fossem transferidos desse presídio, tinham esperança de vitória: "Mas, quero crer, que antes do Supremo se maniffestar, nós já tenhamos nos maniffestado, apeando do poder a nefanda quadrilha do Rolinha e assectas."[748]

Não havia outro caminho. Como já foi dito, eram desertores do Exército, a maioria condenados, uns presos, outros na condição de foragidos da justiça. Caçados como ratos pela polícia de Bernardes, viviam fugindo de toda a parte e, por isso, restava-lhes somente, como alternativa, lutar e vencer. Às vezes alugavam quartos, em casas familiares, como era hábito na época, com nomes falsos e tinham que trocar de casa em períodos de menos de uma semana, deixando tudo para trás, pois eram avisados, ou percebiam a chegada dos agentes da polícia política. A autobiografia de Chevalier traz uma demonstração exemplar de como por diversas vezes tinham que deixar todos seus pertences e sair sem se despedir, às pressas, das pensões onde alugavam quartos, pois eram avisados, por algum conhecido, que seriam presos.[749] Esse oficial vivia como um peregrino de casa em casa, fugindo para outros estados, escondendo-se para rever a família, como tantos outros, exilados em sua própria terra. Juarez Távora também passara por isso. Após seu retorno da Ilha de Trindade em fins de 1926 fora internado no Hospital da Ilha das Cobras de onde conseguiu fugir, saindo junto ao Capitão Francisco Pereira da Silva que fazia uma visitava a ele. Havia se tornado seu amigo porque estiveram presos no 1º RCD e na Ilha de Trindade. De lá foi escondido na casa da mãe do Capitão Costa Leite por algum tempo, até que Olindo Denys, também seu ex-companheiro do desterro em Trindade lhe oferece uma estadia na fazenda Pedra Lisa, aos cuidados de seu irmão Octávio Denys, no interior do Rio de Janeiro, onde permanece um mês. Dali muda-se para casa de um tio, o tio Belisário, à rua Marques de Abrantes, no Flamengo, no Rio de

---

[747] Carta de Augusto do Amaral Peixoto a Pedro Ernesto Baptista, em 23/02/27, (não consta o local). FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. FGV. CPDOC. Arquivo Pedro Ernesto Baptista. PEB 27.02.23.

[748] Carta de Luís Celso Uchôa, da Casa de Correção, para Themístocles Brandão Cavalcanti, em 25/11/24. FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. FGV. CPDOC. Arquivo Themístocles Brandão Cavalcanti. TBC c 24.11.25.

[749] Cf. CHEVALIER, Carlos. **Memórias de um Revoltoso ou Legalista?** 1922-1926. Rio de Janeiro: Estabelecimento Graphico Nictheroy, 1925.

Janeiro, mas temendo ser encontrado por tratar-se da casa de parentes, vai para a casa do tenente Sylo Meirelles em Ipanema, onde reside com os irmãos, um local ainda bastante deserto e íngreme, um verdadeiro "areal com edificações esparsas" à época, na rua Prudente de Moraes, em Ipanema.

É necessária uma breve interrupção na trajetória de Juarez Távora para ressaltar a importância da ajuda que recebiam de seus parentes como se observa no relato acima, no qual se percebe a cumplicidade da mãe do Capitão Carlos Costa, dos irmãos do tenente Sylo Meirelles e do tio de Juarez. Seu tio, Belisário, já fora Chefe de Polícia do Distrito Federal no governo Hermes da Fonseca. Morava na Rua Marquês de Abrantes no Flamengo, local que abrigou por diversas vezes seu sobrinho foragido. Juarez Távora se casou com sua filha mais nova, a prima Nair, e Fernando Távora, seu irmão, com outra filha sua chamada Carmita. Belisário o acompanhou sempre, nos momentos mais difíceis da perseguição policial.

Muitas vezes o auxílio dos familiares se estendia a outros prisioneiros, companheiros de seus entes queridos na mesma desventura. Isso ocorre tempos depois, em janeiro de 1929, com o próprio Juarez Távora, quando empreende outra fuga, desta vez da Fortaleza de Santa Cruz, empreitada da qual participam Newton Estillac Leal e Alcides Teixeira Araújo. Para auxiliá-los Stanley Gomes, irmão de Eduardo Gomes, juntamente com o tenente Serôa da Mota e Ari Parreiras, comparecem às proximidades da Fortaleza, durante a madrugada, num pequeno bote, resgatando-os, após os foragidos irem ao seu encontro a nado.[750]

Voltando a trajetória de Juarez Távora, ainda no ano de 1926-27, constatamos que, depois de ficar algum tempo na casa do tenente Sylo Meirelles, em Ipanema, ele é chamado, por Isidoro, em Montevidéu. Retorna rapidamente,[751] indo morar em uma república no centro do Rio de Janeiro, à rua viúva Lacerda, no Largo dos Leões, junto à Siqueira Campos e João Alberto. Achando que o local era perigoso mudam-se todos para outra república à rua Pinheiro Guimarães onde permaneceram ele, com o nome falso de Otávio Fernandes, Newton Estillac Leal, como Veloso, João Alberto e Siqueira Campos, este último como Toledo. Tempos depois vão juntos para a Argentina onde se encontram com diversos outros exilados e assim sucessivamente.[752]

Os oficiais exilados na Argentina, por sua vez, viviam divididos entre conseguir o sustento e dar continuidade à luta. Eram peregrinos da conspiração, porta-vozes da

[750] TÁVORA, Juarez. **À Guiza de Depoimento sobre a Revolução Brasileira de 1924.** São Paulo: Tipografia de O Combate. 3 volumes, 1927/1928, p. 248.

[751] Fora chamado para assumir um levante no Nordeste, na mesma região que chefiaria a Revolução em 1930, mas retorna por julgarem o momento inoportuno. Ibid., p. 224.

[752] TÁVORA, op.cit., nota 750, p. 216-231.

"revolução" a que tanto defendiam. A carta de Canrobert, oficial da aviação revoltoso, de Pasos de Los Libres a Alfredo de Simas Enéas, mostra como todos mantinham contato no exílio e como continuavam trabalhando por novas adesões, enquanto a Coluna Miguel Costa – Prestes percorria o interior do país:

> Como já deves estar cansado de saber, percorri quase todo o centro e sul do Rio Grande, perseguido pela canalhada que, estúpida, nunca atinaram comigo. Usava o nome supposto de Carlos Torres e, assim, fui apresentado á sociedade de Sta. Maria. Minha vida não cambiou no Brasil; como aqui, cumpria meu dever, mas não deixava os fitos... Adocicava, assim, o trabalho. Lá por dentro a cousa vae ás mil maravilhas e si o money vier, penso que será uma farra... Conheci o Dr. Assis, em cuja casa, em Mello, hospedou-me por dois dias. Que ser admirável! Que família distincta! – Fechado-me o caminho por Uruguayana, tive que escapulir-me pelo Uruguay, depois de muita perseguição pela Polícia que liquidou um cidadão suppondo que fôsse eu. Uma patrulha me alcançou na campanha, quando me destinava a uma entrevista importante, mas consegui passar-lhe um bleffe, que me resultou num raid, a pé, de 8 léguas, por dentro de sangas. Estive em S$^{to.}$ Angelo, Cruz Alta, S$^{ta.}$ M$^{ria.}$, Cachoeira, Rio Pardo, Margem e Porto Alegre. Passei em em São Gabriel, Libres e dom Pedrito. Estive igualmente na Encruzilhada. Fiz mais de 100 léguas á cavallo pela campanha. Na volta estive em Montevidéo com Peixoto e demais companheiros da Marinha, e Câmara Canto, Barbosa Lima, Zéca Netto, Rubens Maciel e **Adalberto Corrêa.** Não temos por ora maiores novidades. Valério Lacerda esteve, hoje, aqui e já se foi para Alvear. Li alguns relatórios teus acerca da situação ahi.[753]

Despede-se nesta carta mandando abraços ao Dutra, Távora, Marechal, Nestor, Padilha, etc. Para a formação de um indivíduo ou grupo com esse grau de resistência bastavam-lhes as experiências de guerra, pelas quais haviam passado ainda muito jovens, pois as revoltas haviam sido seus batismos de fogo. Agora, passavam por outro tipo de experiências, não menos dramáticas e para as quais era necessária grande força psíquica: as experiências no exílio e as experiências nas prisões, convivendo com o constante perigo de perderem suas vidas como demonstra a observação de Canrobert na citação acima.

Para não sucumbir à prisão há que se decidir por viver. O luto vivenciado pelos prisioneiros, no estado de morte social em que se encontravam, ultrapassava o campo psíquico, propiciando o surgimento de doenças causadas pela depressão e pelo sentimento de rejeição que experimentavam, especialmente aqueles que eram desterrados.[754]

Juarez Távora durante o percurso exposto teve malária e ficou cego, pois teve paralisia temporária do olho direito. Chevalier é outro oficial que adoece gravemente. Tendo ficado muito doente, chegou a sofrer uma cirurgia. Como teve que ficar escondido num apartamento, contando apenas com os cuidados do Capitão Leopoldo Nery da Fonseca Junior, adquiriu uma

---

[753] Carta de Canrobert Penn, de Pasos de Los Libres, para Alfredo de Simas Enéas, em 26/04/26, (não consta o local). ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. APESP. Cartas da Revolução de 24. Acervo Digitalizado. Disponível em <http://www.arquivoestado.sp.gov.br>. Acesso em nov. 2009.

[754] O termo "luto" é usado por Denise Rolemberg, para definir o sentimento de depressão de um exilado. Ver ROLEMBERG, Denise. **Exílio:** Entre Raízes e Radares. Rio de Janeiro: Record, 1999.

"forte febre infecciosa," só não tendo falecido pela intervenção e auxílio de Pedro Ernesto Baptista, médico que o acolheu, escondendo-o em sua clínica:

> [...] E era tamanho o meu abatimento de espírito, tão grande e tão sério o meu soffrimento phisico, que falho de toda energia, em completo desalento, presa de dôres atrozes, desesperançado de tudo e de todos, pensei lançar aos pés do inimigo a espada, entregando-me. Mas não! Não o quiz, felizmente o Destino, e salvou-me do gesto desesperado. Corações magnânimos de amigos, almas embuídas de fé, creaturas abnegadas, trazendo sempre aos lábios palavras confortadoras e suaves ao ouvido do descrente e do enfermo, rodearam-me e velaram por mim e pela minha tranqulidade. E nada me faltou, com a graça de Deus, a mim que do fundo do meu leito de enfermo, logo ao tombar vencido pela moléstia, sob o peso de todas as desilusões, pensava na ingratidão dos homens e descria de quasi todos eles, comballido moralmente pelas decepções amargas diante de tanta falta de caracter, de tanta cobardia, de tanta vileza!
> Foi uma ressurreição moral...[755]

Isidoro Dias Lopes, no exílio no Paraguai passa por sérios comprometimentos de sua saúde em vários momentos. E um deles, já aos sessenta anos, afirma ter constantes paradas cardíacas:

> [...] Estou saturado de Assunção, assim como enfadado de tudo que é Paraguay, decerto que meu maior desejo é sahir daqui, onde, alíás, já nada tenho a fazer. Entretanto é tal, hoje, a minha incompatibilidade com baixas temperaturas, que ficarei aqui enquanto puder, isto é, enquanto não for necessário em qualquer outro ponto, já tendo dito mais de uma vez que estarei de malas promptas para viajar á primeira chamada. Accuso a isto do frio que os synthomas de perturbação em meu systema circulatório e que Brazil Vianna diagnosticou como arterioesclerose, se tem aggravado muito aqui, com caracteres, a meu ver, alarmantes, pois as paradas bruscas de coração e pullos são mais contínuas e de maior tempo cada uma. A cousa chegou, um dia, a tal ponto, que me foram receitadas ampolas, não sei de quê, para que em febre ou em gripe não me falte a respiração. Fiquei meio desconfiado porque Curado Fleury usava isso no bolso quando embarcava em bordo ou quando montava a cavallo. É por essa razão que temo o clima tão áspero e com tão grandes baixas de temperatura. Digo-te issso em reserva porque não quero que seja motivo para eu não sahir daqui, sendo preciso. Depois, este mez, faço os sessenta, idade que requer uma causa qualquer para justificar a liquidação final. Afinal se há de morrer de alguma cousa...[756]

A violência da situação que vivenciavam, somada ao isolamento da prisão e do exílio, que deprime e amedronta, pelo fato de saberem-se solitários frente aos reveses da vida,[757] distanciados dos entes com os quais podiam contar,[758] com o apoio material e emocional, fizeram com que muitos deles adoecessem.

---

[755] CHEVALIER, Carlos. **Memórias de um Revoltoso ou Legalista?** 1922-1926. Rio de Janeiro: Estabelecimento Graphico Nictheroy, 1925, p. 215, 216.

[756] Carta de Isidoro, de Assunción para Alfredo Simas Enéas, em 20/07/25. ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. APESP. Cartas da Revolução de 24. Acervo Digitalizado. Disponível em <http://www.arquivoestado.sp.gov.br>. Acesso em: nov. 2009.

[757] Cf. ROLEMBERG, Denise. **Exílio:** Entre Raízes e Radares. Rio de Janeiro: Record, 1999.

[758] Carta de Carlos Saldanha da Gama Chevalier para Pedro Ernesto Baptista, em 23/10/24. FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. FGV. CPDOC. Arquivo Pedro Ernesto Baptista. PEB 24.10.23. Chevalier diria em carta a Pedro Ernesto Baptista: "Longe dos meus, sem mesmo poder procurá-los nem tê-los junto a mim; sem que me fosse possível avisá-los sequer do meu precário estado de saúde (...)."

No caso dos prisioneiros militares, havia, contudo, um fator que amenizava esse quadro: a presença dos companheiros de lutas. Estavam na mesma situação e, por isso, a convivência destes, além de trazer certo conforto moral, girava em torno da elaboração de novos planos para continuidade da luta e da resistência física, psíquica e jurídica, nas prisões, nos campos e ilhas de desterro, onde a regra era o auxílio mútuo. A prisão de grupos, como geralmente ocorria com os militares, "suavizava a sensação desagradável de confinamento."[759] Juntos reviam projetos, contavam e recontavam episódios das refregas, enquanto traçavam projetos para sua defesa.

Redigiam suas próprias defesas, assim como a diversos *habeas corpus* enviados aos Tribunais. Escreviam aos advogados ou à imprensa, pedindo por companheiros, quanto à questões judiciais, ou denunciando a situação precária em que se encontravam. Travavam uma luta pela sobrevivência e pela liberdade de dentro das prisões.

Contribuíam diretamente para o sucesso da batalha judicial, que enfrentavam em pleno estado de sítio, contando, para isso, com alguns aliados preciosos. Themístocles Brandão Cavalcanti e Platão de Andrade, advogados dos revoltosos, foram aliados de fundamental importância, para a solução de um processo que parecia não ter fim, como veremos em alguns exemplos que se seguem.

Em uma carta de Arlindo Maurity,[760] preso na Ilha Grande, de dezembro de 1924, este, pede a Themístocles que entregue uma correspondência escrita por ele a um deputado oposicionista e outra ao Ministro Guimarães Natal, que relate a "ignominia do Tribunal" em não julgar um *habeas corpus*. Solicita informações sobre a data em que deu entrada na petição e os motivos aparentes e ocultos pelos quais não foi julgado. Afirma que será dele e de seus companheiros presos toda a responsabilidade dos documentos enviados, pois escreverá de próprio punho a queixa ao Tribunal. Dias depois, após receber notícia de um parecer positivo quanto ao *habeas corpus*, Maurity envia uma carta acusando que fora burlado. Referia-se ao fato de, saindo da Casa de Correção, onde se encontrava desde 1924, julgar que seriam transferidos, ele e os demais oficiais que lá estavam, para prisões em quartéis e, ao contrário disso, terem sido transferidos para Ilha Grande. Envia então, novo *habeas corpus* pelo comandante da escolta Militar, Capitão Cunha Mattos, pedindo que remeta ao Comandante da Região ou diretamente ao Ministro da Justiça. Pede que entregue uma segunda via diretamente ao Tribunal, pois, dessa forma, "como não é de admirar um 'extravio do

[759] TÁVORA, Juarez. **Uma Vida e Muitas Lutas**:– Memórias. V. I – Da planície à borda do altiplano. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército e Livraria José Olympio, 1974, p.199.

[760] Carta de Arlindo Maurity da Cunha Meneses, da Casa de Correção, para Themístocles Brandão Cavalcanti em 31/12/ 24. FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. FGV. CPDOC. Aequivo Themístocles Brandão Cavalcanti. TBC c 1924. 12. 31.

correio'", o documento chegaria a seu destino.[761] Passados cerca de trinta dias, Maurity pede ajuda a Themístocles, porque o *habeas corpus* entregue ao comandante da Companhia, que escolta os presos militares da Ilha, o mesmo capitão Cunha Mattos, deveria ter chegado às mãos do Comandante da Região, o General Mena Barreto, para ser enviado aos desembargadores, mas não deu entrada na secretaria do Tribunal. Maurity afirma, então, que o sumiço da outra via é um abuso de autoridade e deseja "offerecer uma queixa crime contra quem tenha extraviado, qualquer que seja essa auctoridade."[762]

Exemplos assim ocorriam com muita freqüência e nunca intimidaram os revoltosos presos, que lutavam de dentro da prisão, por sua libertação.

De acordo com as cartas estudadas, o único instrumento jurídico através do qual os advogados recebiam algum retorno, em meio a tantas leis criadas desde a instituição republicana era o *habeas corpus*. Impetrava-se *habeas corpus* para revisão do processo de deserção, dos envolvidos em levantes, quando o governo e o Comando do Exército tentava, a partir desse expediente legal, excluí-los da corporação; para que cessasse o desconto de gratificação e o desconto para pagamento da alimentação consumida nas prisões, ou qualquer outro, com fins de restituição do que havia sido descontado, no passado, e regularização, futura, dos vencimentos integrais; para cessar a incomunicabilidade; para transferi-los de prisão; para ficarem presos em quartéis ou em cidades próximas a família; para libertá-los, etc., etc., etc.

Os próprios sentenciados sustentavam de dentro da prisão uma luta jurídica, na qual estavam envolvidos os próprios sentenciados, além de contarem com os dois advogados e amigos para, concomitantemente, complementar essa luta, a partir de informações novas, ou mesmo, sugeridas pelos próprios prisioneiros.

O primeiro conflito jurídico a que se empenharam todos os oficiais em resolver, juntamente com Themístocles, foi relacionado à definição do foro responsável pelo julgamento dos rebeldes. Pela Constituição de 1891 os militares de terra e mar tinham direito a foro especial, para julgamento de delitos militares.[763] Por outro lado, a mesma Constituição,

---

[761] Carta de Arlindo Maurity da Cunha Meneses, da Ilha Grande, para Themístocles Brandão, em 11/01/25. FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. FGV. CPDOC. Arquivo Themístocles Brandão Cavalcanti. TBC c 1925. 01.11.

[762] Carta de Arlindo Maurity da Cunha Meneses, da Ilha Grande, para Themístocles Brandão, em 15/02/25. FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. FGV. CPDOC. Arquivo Themístocles Brandão Cavalcanti. TBC c 1925.02.15.

[763] BRASIL. Constituição. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil (de 24 de fevereiro de 1891)** TÍTULO I; Da Organização Federal; DISPOSIÇÕES PRELIMINARES; *"Art. 77 - Os militares de terra e mar terão foro especial nos delitos militares. § 1º - Este foro compor-se-á de um Supremo Tribunal Militar, cujos membros serão vitalícios, e dos conselhos necessários para a formação da culpa e julgamento dos crimes."* Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/>. Acesso em ago. 2010.

no artigo 60, determinava que crimes políticos devessem ser julgados pelos Tribunais Federais.[764] Valendo-se dessa premissa, o processo foi entregue ao foro civil.

Em seguida, já tendo o governo decidido que não seriam julgados em foro militar, percebe-se a tentativa de enquadrar os militares rebeldes no artigo 107 do Código Penal de 1890, artigo que se aplicava à rebelião com tentativa violenta de mudança do regime;[765] ao invés do enquadramento ser no artigo 111, que configurava um crime de oposição ou obstrução aos poderes constituídos, do mesmo Código Penal.[766] Não havendo intenção de mudança de regime, consideravam a incursão no artigo 107 injusta, mas, o que mais preocupava aos revoltosos era a pena a que poderiam ser condenados, por este artigo, que, de imediato, lhes criaria sérios problemas. O primeiro problema era a possibilidade de perda de suas patentes, e, consequentemente, da condição de militar. Isso podia ocorrer devido ao artigo constitucional nº 76, que estabelecia que os militares de terra e mar perderiam suas patentes, se condenados a pena de prisão por tempo superior a dois anos.[767] Nesse caso, se o artigo 107 previa, além da sentença de banimento, a de reclusão de cinco a dez anos, a pena mínima já era superior a dois anos, e, automaticamente, já podiam se considerar fora da corporação, restando apenas aguardarem a condenação. Sendo a pena superior ao período permitido para o reingresso do militar às atividades profissionais, conseguia assim, o governo, puni-los exemplarmente com o desligamento compulsório do serviço militar. Além disso, a pena de 5 a a10 anos tirava do meio político e militar, o oficial revoltoso, por tempo suficiente ao fracasso da conspiração. E foi exatamente o que aconteceu com os revoltosos de 1924. Em 1927, o Supremo Tribunal Federal, tendo como relator o Ministro Muniz Barreto, ao julgar, em recurso de apelação, o processo relativo ao movimento revolucionário de 5 de Julho de 1924, em São Paulo, reformou a sentença de primeira instância para classificar o crime no artigo 107 do Código Penal, condenando a 10 anos de reclusão, "como cabeças do

---

[764] BRASIL. Constituição (1891). TÍTULO I; Da Organização Federal; SEÇÃO III Do Poder Judiciário. *"Art. 60 - Compete aos Juízes ou Tribunais Federais, processar e julgar: i) os crimes políticos."* **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil**. Rio de Janeiro, 24 de fevereiro de 1891.

[765] BRASIL. **Código Penal (1890).** Título I; Capitulo II; DOS CRIMES CONTRA A CONSTITUIÇÃO DA REPUBLICA E FÓRMA DE SEU GOVERNO; *"Art. 107. Tentar, directamente e por factos, mudar por meios violentos a Constituição politica da Republica, ou a fórma de governo estabelecida: Pena - de banimento, aos cabeças; e aos co-réos - a de reclusão por cinco a dez annos."* Disponível em: <http://www6.senado.gov.br/> Acesso em out. 2010.

[766] BRASIL. **Código Penal** (1890). Título I; Capitulo III DOS CRIMES CONTRA O LIVRE EXERCICIO DOS PODERES POLITICOS; *"Art. 111. Oppor-se alguém, directamente e por factos, ao livre exercicio dos poderes executivo e judiciario federal, ou dos Estados, no tocante ás suas attribuições constitucionaes; obstar ou impedir, por qualquer modo, o effeito das determinações desses poderes que forem conformes á constituição e ás leis; Pena - de reclusão por dous a quatro annos."* Disponível em: <http://www6.senado.gov.br/> Acesso em out. 2010.

[767] BRASIL. Constituição (1891). TÍTULO I; Da Organização Federal; DISPOSIÇÕES PRELIMINARES; *"Art 76 - Os oficiais do Exército e da Armada só perderão suas patentes por condenação em mais de dois anos de prisão passada em julgado nos Tribunais competentes."* **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil.** Rio de Janeiro, 24 de fevereiro de 1891. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/>. Acesso em ago. 2010.

movimento," entre outros: os Generais "Isidoro Dias Lopes, (sua principal figura, chefe das Forças revolucionárias)," e Augusto Ximeno de Villeroy; os Coronéis Paulo José de Oliveira e Olinto Mesquita de Vasconcelos; Tenente-Coronel Bernardo de Araújo Padilha; os Capitães Newton Estillac Leal e Juarez Nascimento Fernandes Távora; os Tenentes Eduardo Gomes, Alfredo Simas Enéas, Asdrubal Gwyer de Azevedo; Luís Cordeiro de Castro Afilhado, "e o major da Força Pública do Estado, Miguel Costa."[768]

A solução encontrada pela defesa, para resolver o problema, por sua vez, foi a de tentar descaracterizar o delito para o artigo 111, mas, antes mesmo que conseguissem algum resultado, depararam-se com outra novidade. Tratava-se de outra armadilha jurídica criada, desta vez, pelas autoridades militares, para fechar o cerco aos revoltosos: o Ministro da Guerra convocava-os, por edital, no Diário Oficial da União, sob pena de, em não comparecendo, ser aberto um processo por deserção. A convocação era redigida de modo semelhante ao exemplo abaixo:

> Em obediência ao determinado pelo Senhor Ministro da Guerra e de ordem do Senhor Coronel comandante desta Escola,[769] faço saber aos primeiros tenentes Antonio de Siqueira Campos e Granville Bellorophonte de Lima, adidos a este estabelecimento, que a contar da presente data, dentro do prazo de 8 dias ficam intimados a comparecer à primeira Região Militar, sob pena de deserção, de acordo com o Código de Organização Jurídica e Processual Militar e demais leis em vigor. Rio de Janeiro, 10 de fevereiro de 1923. Gayoso e Almendra, 1ºTen. Sec.[770]

Como não se apresentavam, e "nem se podiam ter-se apresentado," foi então, "lavrado o termo de deserção de cada um, e iam sendo processados [também no foro militar], e à proporção que iam sendo presos, implicados no artigo 117 do Código de Justiça Militar," correspondente à deserção.[771]

Diante da abertura de centenas de processos de deserção, os advogados[772] decidiram, então, inicialmente alegar "conflicto de jurisdição". Asseveravam haver o impedimento de que um indivíduo fosse processado em dois foros pelo mesmo crime, especialmente porque,

---

[768] COSTA, Edgard. **Efemérides Judiciárias.** Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1961. p. 189-190. Disponível em: <http://www.stf.jus.br>. Acesso em: abr. 2008.

[769] Escola de Estado-Maior, para onde foi transferido depois de sua cirurgia no HCE e de onde foge ao ser beneficiado pelo Habeas corpus em janeiro/fevereiro de 1923.

[770] Jornal com nome apagado. Edital de Convocação de 10/02/23. ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. APERJ. DESPS. Arquivo da Polícia Política Antonio de Siqueira Campos, notação 219, 1924-30.

[771] Declarações de Themístocles Brandão Cavalcanti ao *Jornal do Povo* de 04/06/25. *"A deserção provém da rebellião."* FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. FGV. CPDOC. Arquivo de recorte de jornais do advogado Themístocles Brandão Cavalcanti. Arquivo Themístocles Cavalcanti. TBC c 21.09.00. Grifos meus.

[772] Cf. Arquivo de recorte de jornais do advogado Themístocles Brandão Cavalcanti. FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. FGV. CPDOC. Arquivo Themístocles Cavalcanti. TBC c 25.10.05.

no caso específico de rebeliões militares, o "crime da revolução abrangia o de deserção," do contrário, como o militar estaria nas "fileiras da revolução" e, ao mesmo tempo, presente no "toque da alvorada em seu respectivo quartel?"[773] Segundo Themístocles Batista Cavalcanti, tal situação fazia com que dificilmente fosse possível encontrar-se, entre dois delitos, nexo mais evidente, e esse equívoco estava ocorrendo devido ao "conflito de jurisdição," criado a partir das especificidades de cada legislação, uma civil: o Código Penal, e outra militar: o Código de Justiça Militar, e pelo julgamento nesses dois foros, pois, a falta de unicidade de jurisdição não permitia a conexidade dos delitos. Parte da defesa de Themístocles foi transcrita nos jornais:

> O conflicto ora suscitado tem o seu fundamento na circumstancia de estar o suplicante sendo processado perante a justiça federal de S. Paulo e pela justiça militar por dois factos que constituem um único delicto pela intima connexidade que os liga, ou pelo menos dois delictos cuja connexidade importa em unidade de jurisdição. [...] O crime de deserção é, assim, connexo com o político, e, como tal, com ele se confunde porque foi uma circumstancia a que teve de se submeter o revolucionário para conseguir o fim principal, foi uma conseqüência da revolta, circumstancia decorrente de sua situação naquele movimento.[774]

Da mesma forma, continua o advogado, o crime político compreendia fatos e meios violentos, tais como: estragos feitos por granadas e outros, que comumente seriam considerados como danos materiais; as mortes decorrentes das pelejas, consideradas homicídios fora de uma situação de combate; as "requisições" de materiais de comerciantes, em nome da Revolução, classificadas como roubo, se feitas em outras circunstâncias; e outros crimes, que, ao serem considerados conexos com o de rebelião, perdiam a distinção como delitos a serem julgados separadamente. Do contrário, cada um receberia uma centena de anos, de sentença, somados cada um desses crimes.

> Provada desta forma a connexidade, a infração principal absorve todas as demais que a Ella estão ligadas, determinando a unidade do Processo, e portanto, unidade de jurisdição.
>
> "In connexis unus este judicium."
>
> A absorção dos crimes connexos pelo principal é princípio antigo em nosso direito, tanto assim, que, no caso particular do crime político, diz o decreto 3084, parte 2ª: Art. 18 – O crime comum ou de responsabilidade, connexos com o crime político, será processado e julgado pelas autoridades judiciaes competentes para conhecer do crime político. Nem se argumenta dizendo que o crime é militar, não procede a dúvida porque este Egrégio Tribunal já resolveu que a competência para o processo dos militares nos crimes políticos é da Justiça Federal (acc. de janeiro de 1923), embora mande remetter os inquéritos militares, mesmo nos crimes políticos, para as autoridades militares (dec. 3084 – 2ª parte, art. 18). Admitir o julgamento dos dois crimes em processos separados é absurdo porque seria negar o princípio da connexidade de delictos. Ou o crime militar absorve o político, e, neste caso, teríamos a consequencia absorvendo a causa, o que é inadmissível – ou então é o crime político que absorve o militar

[773] Declarações de Themístocles Brandão Cavalcanti ao *Jornal do Povo* de 04/06/25. *"A deserção provém da rebellião."* FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. FGV. CPDOC. Arquivo de recorte de jornais do advogado Themístocles Brandão Cavalcanti. Arquivo Themístocles Cavalcanti. TBC c 21.09.00. Grifos meus.

[774] Ibid.

> pelo principio da connexidade firmada no art. 18, do decc. 3084 – 2ª parte, já citada. Quanto ao conflicto de jurisdição, elle está perfeitamente definido. O Juízo Federal de São Paulo tendo tomado conhecimento do facto principal, tomou "ipso facto" de todos os demais que a elles estão connexos (homicídio, roubo, damno, etc.) A justiça Militar, por sua vez, tomou conhecimento de um facto que cae sob a jurisdição daquelle Juizo - O conflicto é, portanto, positivo.[775]

Em carta do Capitão Olinto Tolentino de Freitas Marques, do Presídio da Hospedaria dos Imigrantes, em São Paulo, para Themístocles Brandão Cavalcanti, este recorre ao advogado, enviando-lhe procuração, porque, está respondendo pelos dois processos, o de rebelião e o de deserção. Afirma que "o amigo T^te.^ Eduardo Gomes" lembrou-o, "em boa hora o nome do distincto patrício, para advogar" sua causa "no processo, injusto, a que vou responder pelo crime de deserção." Pede que o livre da imputação desse crime, pois o abandono do serviço foi em consequência da adesão ao levante de São Paulo.[776]

Eduardo Gomes em carta ao advogado, também da Imigração, onde se encontrava junto a Tolentino, diz que recebeu uma comunicação dele, após ser transferido para do Rio, confirmando a aceitação de Themístocles para atendê-lo em causa. É nesse momento que fica mais clara a questão dos processos de deserção. Existem aqueles que estavam realmente em situação de desertores, como era o caso dos que abandonaram a caserna e se uniram aos que se encontravam no exílio para conspirarem e aderirem às lutas futuras. Existiam, também, os que optaram pela fuga, ao serem processados pela participação em revoltas, tentando evitar a prisão. Mas, existiam ainda, os que, de acordo com Eduardo Gomes, foram "tão somente revoltosos," ou seja, os que haviam sido presos durante a revolta, permanecendo nesta condição desde então, e que, mesmo tendo sido feito prisioneiros logo em seguida à revolta, estavam sendo processados por deserção. A afirmativa de Eduardo a Themístocles sobre Tolentino ilustra esse último exemplo, pois, "se <u>desertou</u> para aderir à revolta (...) ser-lhe-ia impossível, sem <u>desertar</u> da Revolução, responder, diariamente, em Caçapava à revista de recolher!"[777]

A maioria dos processos de deserção, movidos contra os rebeldes, foram abertos não porque tivessem abandonado o serviço militar, mas por se ausentarem para participação nos movimentos rebeldes. E a contestação dessa medida com base no crime político, feita por

---

[775] Declarações de Themístocles Brandão Cavalcanti ao Jornal do Povo de 04/06/25. "A deserção provém da rebellião." FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS.FGV. CPDOC. Arquivo de recorte de jornais do advogado Themístocles Brandão Cavalcanti. Arquivo Themístocles Cavalcanti. TBC c 21.09.00. Grifos meus.Ibid.

[776] Carta do Capitão Olinto Tolentino de Freitas Marques, do Presídio Político Hospedaria dos Imigrantes, para Themístocles Brandão Cavalcanti, em 12/05/25. FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS.FGV. CPDOC. Arquivo Themístocles Cavalcanti. TBC c 25.05.12.

[777] Eduardo Gomes refere-se ao quartel onde este oficial servia. Carta de Eduardo Gomes, do Presídio Político Hospedaria dos Imigrantes, para Themístocles Brandão Cavalcanti, em 19/05/25. FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS.FGV. CPDOC. Arquivo Themístocles Brandão Cavalcanti. TBC c 25.05.19.

Themístocles era uma contestação com base puramente jurídica, enquanto que a de Eduardo, embora pretenda reforçá-la, está fundamentada em valores puramente militares, pois ele fala em "deserção da Revolução," provando que os valores da caserna eram mantidos, mesmo em situações de rebelião. Nesse caso, chega a ser curioso como Eduardo Gomes refere-se à luta rebelde como sendo a continuidade de uma ação militar qualquer. Tanto que coloca o abandono à luta como uma situação de deserção à Revolução.

Isso ocorre porque os valores militares são transpostos para o universo "revolucionário," valores que compreendem o respeito à hierarquia, a deserção, a obediência, ao cumprimento de missões, valores éticos a serem seguidos em combate, entre outros. Há que se salientar, entretanto, que esses valores sofrem certa flexibilização, pois, quanto à hierarquia, os cargos de comando são ocupados valorizando-se, acima de qualquer coisa, os valores do militar em questão, como: coragem, iniciativa, destemor, mais do que propriamente a patente que possui. Da mesma forma, a deserção à luta é relativizada, de acordo com a situação do revoltoso, que pode ter sua saúde abalada, casos em que é permitido seu afastamento, desde que sempre seja submetido um pedido ao comando revolucionário, podendo o mesmo ser negado, como o pedido de Simas Enéas poucos meses após da saída da Coluna Paulista de São Paulo, ocasião na qual este oficial combateu junto aos revoltosos. Tendo ficado em Foz do Iguaçu no Comando da Divisão de Infantaria, aguardando a subida da Coluna Prestes, pede exoneração ao General Bernardo Araújo Padilha, que fazia parte do Comando Revolucionário juntamente com Isidoro.

D. I. das Forças Revolucionárias
Quartel General
Foz do Iguaçu
Objeto: Pedido de dispensa de responder pelas funções de um cargo e exoneração de outro.
Sr.Commandante.
Peço-vos, por meio deste, exoneração do cargo de Assistente do Comando desta Divisão e para ser dispensado de responder pelas funções de Chefe do Estado Maior da mesma.
Acantonamento em Iguaçu, 06 de fevereiro de 1924.
Alfredo de Simas Enéas Junior – Capitão

Ao Sr. Commandante da D. I. das Forças Revolucionárias e Capm. das mesmas Forças
Alfredo de Simas Enéas Junior.
Não pode ser attendido. Os seus serviços são cada vez mais indispensáveis a este Commando que não pode prescindir de auxiliares nas suas condições.
Iguaçu, 07-11-24 – General B. Padilha. [778]

[778] Carta de Alfredo de Simas Enéas Junior, de Foz do Iguaçu, para o General B. Padilha, em 06/11/24. ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. APESP. ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. APESP. Cartas da Revolução de 24. Acervo Digitalizado. Disponível em <http://www.arquivoestado.sp.gov.br>. Acesso em: nov. 2009.

O tenente Alfredo de Simas Enéas é um exemplo de flexibilização da hierarquia militar entre os revoltosos. Sendo, apenas, um tenente, ocupa o cargo de Commandante da Divisão de Infantaria das Forças Revolucionárias. É um exemplo, também, de obediência ao Comando Revolucionário, pois através das cartas percebe-se, em sua trajetória, a participação até 1930, em todas as atividades.

Há, também, um exemplo de "deserção da Revolução," a do tenente Felinto Müller, caso já tão conhecido pela historiografia, devido à inimizade que geraria no futuro entre Luís Carlos Prestes e este oficial, extensiva à Olga Benário.

> Boletim nº - 5: Acantonamento em Porto Mendes, no estado do Paraná, aos 25 de abril de 1925. Para o conhecimento desta divisão e devida execução, publico o seguinte:
>
> EXCLUSÃO DE OFICIAL
>
> Seja excluído do estado efetivo das Forças Revolucionárias o capitão Felinto Müller, por haver, covardemente, se passado para o território argentino, deixando abandonada a localidade, "Foz do Iguassú", que se achava sob a sua guarda, resultando que as praças que compunham a mencionada guarda o imitaram neste gesto indigno, levando armas e munições pertencentes à Revolução. Oxalá que esse oficial futuramente se justifique, perante os seus companheiros, que ainda lutam em defesa da República, dessa acusação que pesa na sua consciência de filho desta grande Pátria. (assinado) Gal. Miguel Costa. Comandante da Primeira Divisão Revolucionária[779]

Esses dois casos mostram como as palavras de Eduardo Gomes, em sua carta ao advogado, eram levadas a sério na prática, havendo, inclusive, uma organização burocrática no Comando Revolucionário, com expedição de boletins e ofícios para o registro de cada situação, semelhante à documentação e redação oficiais.[780]

Para Themístocles a deserção era pensada puramente do ponto de vista jurídico e, independente da causa do militar de seu quartel, o argumento de conflito de jurisdição, usado por Themístocles em seu *habeas corpus*, se aceito, beneficiaria a todos os que estivessem desaparecidos, estando envolvidos numa ação de continuidade às revoltas, ou não.

Muitos já haviam tentado revisão do processo de deserção. Joaquim Nunes de Carvalho escreve a Themístocles pedindo que leia e revise um memorial escrito de próprio punho. Envia a carta com o documento por um portador, pois teme que não receba a resposta à questão. O memorial, segundo ele, seria anexado a uma contestação à decisão do Ministro, Procurador Geral. Nunes de Carvalho havia requerido a revisão de seu processo de deserção,

---

[779] Boletim do Comando das Forças Revolucionárias, excluindo de seus quadros o Capitão Filinto Müller. FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. FGV. CPDOC. Arquivo Pedro Ernesto Baptista. PEB c 25.04.25.

[780] De fato, ao pesquisar a vida dos revoltosos no exílio, observei que sua organização compreendia a existência de um Estado Maior, uma Tesouraria, e uma burocracia pertinente às necessidades da luta, como a documentação apresentada acima, além de outros documentos como: requisição de armas e munições; cartas de prestação de contas dos rebeldes, de toda a parte do exílio e do Brasil, requisições de botas e outras roupas para soldados, etc., como se estivessem organizados em torno do atendimento às demandas de uma guerra legalista, sem deixar absolutamente nada a desejar. Cf Cartas do exílio ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. APESP. Cartas da Revolução de 24. Acervo Digitalizado. Disponível em <http://www.arquivoestado.sp.gov.br>. Acesso em: nov. 2009.

tendo, o parecer, sido indeferido "porque não apresentara provas de haver sido condenado pelo crime político, em sentença irrecorrível, ao contrário disso, era notório que a sentença do artigo 107 havia sido embargada...", dizia o mesmo. Alegava, o Ministro, ser notório que o artigo 107 seria embargado, pois os advogados tentavam modificá-lo para o artigo 111, e, por isso, não poderia atender ao seu pedido. Em seguida, Nunes lembra ao advogado o caso de um amigo que requerera fiança e obtivera como resposta a negativa, tendo, o Supremo, justificado que "os embargos não suspendiam os effeitos da sentença, de modo a prevalecer a decisão da primeira instância. Agora o Snr. Procurador pensa [va] de modo contrário, isto é, que a sentença não está [va] em vigor, uma vez que está dependendo dos embargos". Nunes continua a carta dizendo: "como vê para cada caso elle arranja um sophisma differente". Pede a "valiosa" opinião de Themístocles para encontrar uma saída para este tipo de contradição legal. Ele próprio redigiu os argumentos em petição, para que o processo de deserção seja anulado, a fim de que pudesse receber novamente os seus vencimentos, pois se encontrava com dificuldades para sobreviver.[781]

Nota-se uma situação bastante interessante, relatada nas correspondências. Sempre que eram capturados, ou recapturados, era comum que os militares tivessem que provar serem revoltosos, uma situação aparentemente absurda do ponto de vista legal, mas que aparece em diversas cartas. Em alguns casos, os rebeldes tinham que apresentar nomes de parceiros de revolta, para testemunharem sobre o seu envolvimento nestas, caso contrário, poderiam ser julgados como desertores, sendo descaracterizado o crime político.

Em carta de Sampson Sampaio, de 09/03/27, a Themístocles, do 1º RCD, em São Cristovão, este apresenta diversos nomes de revoltosos que poderiam ser testemunhas de sua participação na Coluna Prestes (sic!). De fato, era necessário provar-se que havia participação, necessário arrolar testemunhas para provar sua própria culpa:

> Quanto às testemunhas a melhores indicadas são – o Chevalier, o Serôa, o Maynard, (ten. Augusto Maynard Gomes); reservas – Ten. Olympio Borges, Ten. Alberto Orance Guérin (ambos aqui presos), Ten. Aristóteles de Souza Dantas (ainda na Bahia); o Simas Enéas, como o Euclydes Lins (aqui presos da Col. Leonel) para testemunhar minha participação na Col. [...][782]

É importante mencionar o conhecimento jurídico que possuíam os oficiais condenados, que lhes permitiam redigir e impetrar *habeas corpus*, citar leis, artigos e

[781] Carta de Joaquim Nunes de Carvalho para Themítocles Brandão Cavalcanti. Arquivo Themístocles Brandão Cavalcanti, (sem data ou local). FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. FGV. CPDOC. TBC c 1924/1926.00.00.

[782] Carta de Sampson Sampaio, do 1º RCD, para Themístocles Brandão Cavalcanti, em 09/03/27. FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. FGV. CPDOC. Arquivo Themístocles Brandão Cavalcanti. TBC c 27/03/09.

regulamentos, além de encaminhar, pelo correio ou por familiares, documentos, memoriais, petições e até orientações aos advogados. A leitura das cartas revela como estavam, os oficiais presos, a par de todas as questões que envolviam sua situação jurídica, bem como das possíveis providências e apresentação de novas idéias para a solução dos casos diante do Tribunal.

As dificuldades jurídicas criadas por autoridades civis e militares revelam suas intenções em mantê-los fora do cenário político e militar. Caso os advogados conseguissem reverter o artigo 107 para o artigo 111, recuperando, assim, a possibilidade de reingresso ao Exército, o processo de deserção os impediria, pois representava, para eles, a perda definitiva da profissão. Além disso, não tendo mais a condição jurídica de militares, sofreriam a perda integral dos vencimentos que recebiam, mesmo reclusos, o que já vinha acontecendo sob a forma de descontos, mesmo enquanto seus processos ainda transitavam em julgado, pois de seus vencimentos já eram descontadas gratificações e despesas com a alimentação consumida nas prisões. Ficariam, então, se condenados à deserção, na condição de prisioneiros comuns, sem sustento para as necessidades mais elementares, para os honorários advocatícios e para o sustento de seus familiares, dependentes financeiramente, entregues à própria sorte, já que nessa época o mercado de trabalho não era propício às mulheres. Isso já ocorria com as praças e os operários, que não possuíam essa garantia legal de receberem salário enquanto presos. Os prisioneiros civis que estivessem empregados perdiam seus empregos e os profissionais liberais também os seus clientes, quando trancados nos porões de Bernardes, mesmo que estes não tivessem culpa alguma.

Para os oficiais, as consequências da prisão podiam representar, também, outro tipo de perda. O efeito da prisão tornava-se bastante pernicioso quando condenava ao ostracismo político membros da sociedade que exerciam cargos importantes e tinham certo reconhecimento na sociedade em que compartilhavam relações profissionais. A permanência em ambientes degradantes e insalubres, nas prisões e no desterro, somada ao tratamento cruel e humilhante, dado aos presos pela polícia política, trazia sequelas psíquicas a um encarcerado que pertencesse a qualquer classe social. No caso de um oficial do Exército, retirava do cenário político aquele personagem, outrora com atuação significativa, relegando-o a uma espécie de "morte social."[783]

As dificuldades materiais atingiram a oficiais e praças, presos ou exilados. Em carta a Pedro Ernesto Baptista, o Capitão Leopoldo Nery da Fonseca Junior oferece-nos um exemplo

[783] Este termo, "morte social," é muito usado por Denise Rolemberg referindo-se aos exilados. Cf. ROLEMBERG, Denise. **Exílio:** Entre Raízes e Radares. Rio de Janeiro: Record, 1999.

do tipo de problemas a que podia estar sujeito o oficial condenado por deserção. Nery era o típico oficial considerado desertor pelo Exército, da mesma forma que Siqueira Campos, que nunca, em sua breve vida, cogitara ficar preso. Nery fora preso, em 1922, como suspeito de envolvimento em acontecimentos revolucionários deste ano. Foi libertado pelo *habeas corpus* concedido, em 1923, pelo Supremo Tribunal Federal, concedido a todos os revoltosos de 1922, como já foi dito. Quando foi pronunciado em 27/12/23, já estava foragido do HCE, desde 10/11/23.[784] Na autobiografia de Chevalier, um grande amigo e companheiro de lutas de Capitão Leopoldo Nery da Fonseca Junior, consta que às vésperas da revolta da capital paulista, em 1924, ele estava preso na Fortaleza de São João, quando foi embarcado no transporte de guerra Cuyabá.[785] Os relatórios ao Ministro da Guerra informam que, ao ser capturado pela Polícia Política foi levado para a Ilha Grande de onde fugiu em 28/03/25. Informam, ainda, que, em 05/04/25, foi considerado desertor, situação na qual se encontrava na ocasião do referido relatório.[786] Provavelmente devido à fuga da Ilha Grande, última prisão da qual foge, até a data do relatório, fora julgado desertor, tendo ficado em situação financeira crítica. No momento em que escreve a Pedro Ernesto, certamente não está em nenhuma prisão, pois fala da viagem de uma pessoa levando, ao médico, notícias de onde está. Recorre a este outro amigo e aliado de todos os revoltosos, o médico Pedro Ernesto Baptista.

> São Paulo, 01 de junho de 1926.
> Meu caro amigo.
> Em primeiro lugar, quero apresentar-lhe os meus agradecimentos pelo carinho com que está tratando o meu recomendado. Brevemente terá conhecimento do que se passa, por uma pessoa que partirá dentro de poucos dias para aí. Já se esgotaram os últimos recursos que estavam com minha mulher: a pequena soma que ela tinha numa caderneta da Caixa, já se foi e por isso eu preciso mandar-lhe mensalmente com o que passar. Este mês teve ela despesas de remédios e extraordinárias, por ter ficado doente, e por isso lembrei-me de, mais uma vez, recorrer a sua boa vontade. Enviei ao Mário 200 réis que ele entregará para ela pedindo eu que você me empreste 300 e o entregue ao Mário. A amigo como você, não me acanho de entrar nestes detalhes da minha vida. Pretendo ir até aí antes do dia 15.
> Sem mais, abraços nos doentes e com os agradecimentos e abraços do Luiz. [nome fictício usado por Leopoldo Nery da Fonseca][787]

O processo de deserção, de fato, constituía-se num golpe final nos revoltosos. Themístocles havia iniciado a proposição jurídica do "conflito de jurisdição," a partir do caso

---

[784] Relatório do Ministro da Guerra de 01/10/25: ARQUIVO HISTÓRICO DO EXÉRCITO. AHEx. – Divisão de História Militar – Coleção Estado maior do Exército. Série: Estado Maior. Sub-série: Inquéritos. Período: anos 1920-1930. Estante: I-24 – Prateleira: 04, Número: 7.552.

[785] CHEVALIER, Carlos. **Memórias de um Revoltoso ou Legalista?** 1922-1926. Rio de Janeiro: Estabelecimento Graphico Nictheroy, 1925, p.81

[786] ARQUIVO HISTÓRICO DO EXÉRCITO.

[787] Carta de Leopoldo Nery da Fonseca Junior, de São Paulo, a Pedro Ernesto Baptista, em 01/06/26. FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. FGV. CPDOC. Arquivo Pedro Ernesto. PEB c 26. 06.01/2. Grifos meus.

do Capitão Olinto Tolentino Freitas Marques. Este era um dos oficiais que lutaram em São Paulo, no levante de 1924, tendo sido preso, no dia 30 de março de 1925, no combate em Catanduvas. De 06/05/25[788] até 19/05/25, são encontradas cartas suas, indicando que está recluso no Presídio da Hospedaria dos Imigrantes, em São Paulo.[789] Em 13/05/25, trocam idéias, ele e Themístocles, por carta, acerca de providências para que cesse a sua incomunicabilidade. Diz que está no Rio nesta data, tendo chegado por esses dias para responder ao Conselho de Justiça pelo crime de deserção. Em 19 do mesmo mês, apenas seis dias após chegar ao Rio de Janeiro escreve para Eduardo Gomes, que permaneceu no Presídio Político da Hospedaria dos Imigrantes, onde estavam juntos. Eduardo Gomes escreve ao advogado em agradecimento por ter aceitado a causa do amigo, afirmando ser "mais uma prova de suas boas qualidades". A partir de 12/08/25, o Capitão Tolentino já escreve na Ilha Grande, lá permanecendo até 07/07/26. Nesta Ilha ele se encontra com muitos companheiros que foram transferidos para essa Ilha,[790] dentre eles o Tenente Arlindo Maurity da Cunha Menezes, oficial preso, em 05/07/22, por participação na revolta da Escola Militar, onde servia. Era um dos instrutores da Missão Indígena, já mencionada.

Tolentino em 10/01/23 fora libertado pelo *habeas corpus* concedido pelo Supremo Tribunal Federal e novamente pronunciado e preso, em 04/01/24, na Casa de Correção, onde permanece, até ir, em 11/01/25, para a Ilha Grande.[791] Em 06/09/25 foi transferido para o 1º

---

[788] Carta de Olinto Tolentino Freitas Marques, de Presídio da Hospedaria dos Imigrantes de São Paulo, para Gomes Carneiro, em 06/05/25. Arquivo Themístocles Brandão Cavalcanti. TBC 25.05.06; Carta de Olinto Tolentino Freitas Marques, do Rio, para Themístocles Brandão Cavalcanti, em 12/05/25. Arquivo Themístocles Brandão Cavalcanti. TBC 25.05.12. Carta de Eduardo Gomes, do Presídio Hospedaria dos Imigrantes, de São Paulo, para Themístocles Brandão Cavalcanti, em 19/05/25. Arquivo Themístocles Brandão Cavalcanti. TBC 25.05.19. Carta de Olinto Tolentino Freitas Marques, da Ilha Grande, para Themístocles Brandão Cavalcanti, em 12/08/25. Arquivo Themístocles Brandão Cavalcanti. TBC 25.08.12. Carta de Olinto Tolentino Freitas Marques, da Ilha Grande, para Themístocles Brandão Cavalcanti, em 24/09/25. Arquivo Themístocles Brandão Cavalcanti. TBC 25.09.24. Carta de Olinto Tolentino Freitas Marques, da Ilha Grande, para Themístocles Brandão Cavalcanti, em 18/12/25. Arquivo Themístocles Brandão Cavalcanti. TBC 25.12.18; Carta de Olinto Tolentino Freitas Marques, da Ilha Grande, para Themístocles Brandão Cavalcanti, em 02/01/26. Arquivo Themístocles Brandão Cavalcanti. TBC 26.01.02/1; Carta de Olinto Tolentino Freitas Marques, da Ilha Grande, para Platão de Andrade, em 20/02/26. Arquivo Themístocles Brandão Cavalcanti. TBC 26.02.20; Carta de Olinto Tolentino Freitas Marques, da Ilha Grande, para Themístocles Brandão Cavalcanti, em 17/05/26. Arquivo Themístocles Brandão Cavalcanti. TBC 26.05.17; Carta de Olinto Tolentino Freitas Marques, da Ilha Grande, para Themístocles Brandão Cavalcanti, em 07/07/26. Arquivo Themístocles Brandão Cavalcanti. TBC 26.07.07. Todas as cartas se encontram em: FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. FGV. CPDOC.

[789] As cartas desse presídio foram as de mais fácil identificação do local da prisão, pois a censura feita a todas as cartas que saem do Presídio da Hospedaria dos Imigrantes, em São Paulo, tem ao lado esquerdo superior, da folha o seguinte registro: censurada major - Alípio Ferraz - diretor do presídio.

[790] Ver relação de nomes em anexo.

[791] Os relatório dos Ministros trazem muitas informações equivocadas. Dentre elas está a afirmação de que foi transferido em 16/01/25 para Ilha Grande. Ocorre que já existe uma carta deste oficial datada de 11/01/25, ao seu advogado. Relatório do Ministro da Guerra de 01/09/25: ARQUIVO HISTÓRICO DO EXÉRCITO. AHEx. – Divisão de História Militar – Coleção Estado Maior do Exército. Série: Estado Maior. Sub-série: Inquéritos. Período: anos 1920-1930. Estante: I-24 – Prateleira: 04 Número: 7.552. Ver também Carta de Arlindo Maurity da Cunha Menezes, da Ilha Grande, para Themístocles Brandão Cavalcanti, em 11/05/25, informando transferências para o Presídio do Lazaretto, na Ilha Grande. FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. FGV. CPDOC. Arquivo Themístocles Brandão Cavalcanti. TBC c 25.01.11.

RCD, onde está em 04/02/26,[792] data na qual é citado no Relatório do Ministro da Guerra como tendo recebido alvará de soltura, embora continue preso por ordem do mesmo Ministro.

Quando Themístocles dá entrada ao pedido de *habeas corpus*, relativo ao processo de deserção, o Capitão Olinto Tolentino de Freitas Marques já se encontra na Ilha Grande. Tolentino nesta carta,[793] afirma serem acertadas as considerações de Themístocles, acerca das irregularidades nos descontos e vencimentos, problemas que serão objeto de novo *habeas corpus* no futuro. Elogia também, sua maneira de fundamentar o novo *habeas corpus*. Diz ter mostrado a carta "ao Maurity," e deseja muito que o caso de "conflito de jurisdição", que reivindicou, seja julgado favoravelmente, para que não tenha que ir para as prisões do Rio, responder ao Conselho Militar. Afirma que "embora estejam desterrados, conseguiu, do Ministro da Guerra, a autorização para residir com sua esposa no povoado da Ilha, "sob palavra," a semelhança do que já acontecia com outros,"[794] e se fosse para o Rio de Janeiro, ainda que somente para a oitiva do Conselho, de lá poderia ser transferido para qualquer parte. Essa foi uma grande conquista para os prisioneiros da Ilha Grande. Foi um momento no qual lhes permitiram a aproximação dos familiares para que vivessem na Ilha Grande, junto aos prisioneiros, num povoado na Enseada do Abraão. Toda a família "agora" tornara-se prisioneira junto àquele que fora condenado pela justiça, para que pudessem estar juntos.

4.2 O papel da imprensa no registro da história dos revoltosos

O caso Tolentino ocupou as manchetes de jornais. Bastava apenas um *habeas corpus* com decisão favorável ao "conflito de jurisdição" para abrir precedente à reversão dos processos de deserção dos demais oficiais. E a conclusão foi positiva. Em dezembro de 1925, o Capitão Tolentino escreve a Themístocles, ainda da Ilha Grande, agradecendo pela vitória: "Tendo lido no 'Correio da Manhã' a bela solução do Tribunal sobre o conflito, apresso-me em escrever-lhe esta, com o fim de lhe fazer sentir a minha grande satisfação e ao mesmo

[792] Relatório do Ministro da Guerra de 05/11/25: ARQUIVO HISTÓRICO DO EXÉRCITO. AHEx. – Divisão de História Militar – Coleção Estado Maior do Exército. Série: Estado Maior. Sub-série: Inquéritos. Período: anos 1920-1930. Estante: I-24 – Prateleira: 04 Número: 7.552.

[793] Carta de Arlindo Maurity da Cunha Menezes, da Ilha Grande, para Themístocles Brandão Cavalcanti, em 11/05/25, informando transferências para o Presídio do Lazaretto, na Ilha Grande. FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. FGV. CPDOC. Arquivo Themístocles Brandão Cavalcanti. TBC c 25.01.11.

[794] Carta do Capitão Olinto Tolentino de Freitas Marques, da Ilha Grande, para Themístocles Brandão Cavalcanti, em 12/08/25. FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. FGV. CPDOC. Arquivo Themístocles Brandão Cavalcanti. TBC c 25.08.12.

tempo enviar-lhe os meus parabéns pela grande victória alcançada."[795] A partir daí, iniciou-se uma persistente luta judicial contra o artigo 117, que os classificava como desertores.

É interessante observar que, mesmo na Ilha Grande, os militares tinham acesso a jornais, como afirma Tolentino. Esse foi um instrumento poderoso, tanto na luta dos prisioneiros, que constantemente tinham publicadas suas entrevistas e manifestos, como no auxílio na obtenção de informações de todo o tipo, para os que estavam presos ou exilados, e, principalmente, para levar a "história da Revolução" aos leitores, como um capítulos de uma novela, que, cotidianamente, eram publicados narrando derrotas e vitórias; declarações dos próprios revoltosos contra o governo; histórias de fugas, mortes, capturas, e, entre outras coisas, a batalha jurídica. E assim, não podia deixar de ser com a luta desencadeada em torno da revisão dos processos de deserção.

O *Jornal do Povo* de 04/06/25 trazia a seguinte manchete: "A deserção provém da rebellião – Pode um militar ser julgado por dous crimes connexos em processos separados? – O Supremo vae resolver sobre esse assumpto em *habeas corpus* que lhe foi impetrado." Em *A Noite,* de 16-12-25, vemos o seguinte título da reportagem: "A deserção como elementar do crime político – Importante decisão do Supremo Tribunal Federal". *A Esquerda,* de 18/08/27, trazia a seguinte mensagem "O caso do major Cabral Velho", oficial rebelde que atuou junto a Isidoro Dias Lopes na ocupação da capital paulista, em 1924, e tem como subtítulo: "Póde a deserção ser desaggregada do crime político para constituir delicto em separado? Uma 'enquête' opportuna da *Esquerda* entre advogados." No mesmo jornal, em 25/11/27, nos deparamos com o seguinte artigo: "Perderão a farda os revolucionários de São Paulo? A opinião do dr. Themístocles Cavalcanti," e assim sucessivamente.[796]

Após a vitória alcançada com o deferimento do *habeas corpus* de Olinto Tolentino, diversos outros foram impetrados por Themístocles, com a mesma finalidade. Muitos militares aproveitaram o resultado e recorreram a este expediente jurídico e como havia precedente, os *habeas corpus* foram, um após outro, sendo deferidos. Incontáveis processos seriam revistos e os resultados favoráveis se fizeram contínuos, como um efeito cascata, livrando os oficiais da condição de desertores. E os jornais acompanhariam essa avalanche de deferimentos, trazendo, caso a caso, aos leitores, relatando em suas manchetes, os "Écos da Revolução", título da notícia que trata da "absolvição do Capitão Leopoldo Nery da Fonseca", em seu respectivo processo de deserção, em *O Jornal,* de 21/08/27. Desde a primeira vitória

[795] Carta do Capitão Olinto Tolentino de Freitas Marques, da Ilha Grande, para Themístocles Brandão Cavalcanti, em 12/08/25. FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. FGV. CPDOC. Arquivo Themístocles Brandão Cavalcanti. TBC c 25.08.12.

[796] Todos os jornais mencionados se encontram na: FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. FGV. CPDOC. Cf. Arquivo de recorte de jornais do advogado Themístocles Brandão Cavalcanti. Arquivo Themístocles Cavalcanti. TBC c 25.10.05.

de Themístocles, no final do ano de 1925, até então, já em 1927, continuavam os julgamentos de revisão de deserção, as absolvições, e a cobertura de todos os casos pelos jornais: *A Noite* de 11/07/27 trazia "O julgamento do tenente Castro Afilhado" – o conselho absolveu-o; em 13/07/27, lia-se no jornal *O Globo*: "Foi absolvido o Capitão revolucionário Waldomiro Pereira da Cunha; Em *O Globo*, de 13/08/27, é publicada notícia sobre "O julgamento do tenente revolucionário Serôa da Motta – a absolvição do accusado" e "O julgamento do tenente Tasso de Oliveira Tinoco – Foi annulado o seu termo de deserção." *O Globo,* de 16/09/27 citava "O julgamento do capitão Solon Lopes de Oliveira"; o de 23/09/27 publicava artigo sobre "o julgamento do tenente Felinto Müller e o mesmo jornal, de 30/09/27 informava dois julgamentos, um informava que o "Accusado de deserção, foi julgado hoje, o tenente Mario Chaves Ferreira – a absolvição do accusado," além do julgamento do processo de deserção do Capitão Cleistenes Barbosa. *O Globo,* de 21/11/27, noticiava outros três julgamentos de uma só vez: "O julgamento do Coronel Padilha," e "O julgamento do tenente Henrique Cunha", eram os primeiros, além de divulgar que: "Foi absolvido o tenente Newton Brayner Nunes da Silva."[797]

Julgamentos, *habeas corpus*, e assuntos de toda ordem, relacionados aos "revolucionários," ou à "Revolução," durante a pesquisa foram observados sempre ocupando as páginas dos jornais, tendo, inclusive, essa fonte, auxiliado na exposição de suas trajetórias, dada a quantidade de jornais encontrados algus dos quais compõem o corpo de fontes utilizadas deste trabalho.

E assim se construía a "Revolução", dia a dia, caso a caso, folhetim por folhetim, como num romance, que através da imprensa trazia ao leitor um "drama" vivido pelos revoltosos. E novos "heróis da Pátria" iam sendo "inventados"[798] pelo noticiário, que fazia referência aos revoltosos, como os "18 do Forte," a "raça de leões," o "Cavaleiro da Esperança; ou, ainda, o "símbolo de uma raça; patriota mártir; orgulho do Brasil moço; irmão da fé, da esperança, da moral; amigo do Brasil; entre outros nomes dados à Siqueira Campos, durante as homenagens por ocasião de sua morte. [799]

Depois de 1926, período em que a lei de imprensa é temporariamente suspensa, da mesma forma que o estado de sítio, as notícias aumentam por se tratar de um momento de

---

[797] Todos os jornais mencionados nas últimas págnas se encontram na: FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. FGV. CPDOC. Cf. Arquivo de recorte de jornais do advogado Themístocles Brandão Cavalcanti. Arquivo Themístocles Cavalcanti. TBC c 25.10.05..

[798] Cf. CASTRO, Celso. **O Espírito Militar.** Um antropólogo na caserna. Rio de Janeiro: Zahar, 1990.

[799] Jornal *A Ordem* de 03/06/30. ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. APERJ. DESPS. Arquivo da Polícia Política Antonio Siqueira Campos, notação 219, 1924-30.

intensas denúncias. Haviam se passado quatro anos em estado de exceção, e mesmo que houvesse certa simpatia em relação a algumas decisões de Washington Luís, nos quatro anos seguintes, de 1927 a 1930,[800] medidas repressivas mantidas por ele, direcionadas à Coluna Prestes e à imprensa, além da permanência, em aberto, do processo contra os militares rebeldes, desde 1922, minavam sua incipiente popularidade. Concomitantemente à hostilidade desses setores, as conspirações militares com vistas à derrubada do governo, já haviam alcançado um nível irreversível.

Além disso, a imprensa sofrera perseguições durante tanto tempo, que, ao menos no Distrito Federal, representava quase uma unanimidade em atacar os governantes.[801]

> Criou-se um novo delito: o da opinião. Quem não fosse capacho ou cúmplice, era inimigo, e estava à margem da proteção. Em dezembro de 1923, uma nova lei de Imprensa eximiria da crítica jornalística os agentes do Poder Público. Era a impunidade, inclusive teórica, dos governantes, a *legalização* da irresponsabilidade nas transações políticas. Da revolta dos jornalistas originar-se-ia então, na nossa imprensa, a intemperança da linguagem – vapor de feroz indignação a salpicar, involuntário e injustamente, às vezes, quantos vivem a vida pública do país.[802]

Na linguagem utilizada em notícias e manchetes dos jornais, nos anos que precederam a Revolução de 1930, percebia-se o tom, ora irônico, ora acusador das palavras direcionadas ao governo, ora tradutor de uma verdadeira catarse, depois de quatro anos de uma imprensa silenciada.

As perseguições, prisões, fugas e viagens para o exílio foram episódios que alimentaram os noticiários de jornais durante anos. O acompanhamento e a interpretação, pela imprensa, de todos os fatos relacionados aos militares rebeldes ocupariam as manchetes de jornais, cotidianamente, incorrendo na criação de um "imaginário repleto de dramaticidade" no leitor.[803]

---

[800] Um dos atos que geraram certa simpatia foi a ordem de retorno dos prisioneiros de Clevelândia e da Ilha de Trindade.

[801] Foram pesquisados, até o momento, que escrevem sobre o tema de 1922 a 1930, um período de 8 anos: *A Crítica, A Esquerda, A Manhã, A Nação, A Nota, A Ordem, A Pátria, A Rua, A Vanguarda, Correio da Manhã, Correio do Brasil, Diário Carioca, Diário da Noite, Diário Nacional, O Globo, O Jornal, A Vanguarda, Gazeta de Notícias,* e, ainda, os jornais de Porto Alegre: *O Brazil e A Noite*; e *El Plata*, do Uruguai, e *A Batalha*, jornal Argentino; de diversas datas. São alguns dos jornalistas e diretores, redatores e fundadores de jornais da época encontrados até o presente momento da pesquisa: Jocelyn Santos; Carlos Sussekind de Mendonça; Mattos Pimenta e Mario de Brito; Francisco Barcelos Machado; Costa Miranda; João do Rio e Gil Pereira; Edmundo Bitencourt; José Eduardo de Macedo Soares; Assis Chateaubriand, Cumplido de Sant'ana e Frederico Barata; e Eurycles de Mattos e alguns membros do PCB.

[802] LISBOA, Rosalina Coelho. **A Seara de Caim.** Romance da Revolução no Brasil. Rio de Janeiro: José Olympio, 3ª ed. 1952, p. 285.

[803] MENEZES, Lená Medeiros de. **Civilização x barbárie**: Mito de combate no discurso midiático sobre a Revolução (1917-1921), in NEVES, Lúcia Maria Bastos P.; MOREL, Marco e FERREIRA, Tania Maria Bessone da C. (orgs.) História e imprensa, p. 387-8.

> [...] encontramos oportunidade para relembrar o heroísmo grandioso, inédito na história dos movimentos revolucionários que a honra inspira, contra as ignomínias dos déspotas, dos 18 de Copacabana. Não há quem não exalte a arrancada romântica dos que ardiam no desejo de ver um Brasil livre e próspero. Não há brasileiro, digno desse nome que não experimente o frenesi que o patriotismo produz: ao ouvir o descritivo empolga-se dos detalhes e do desfecho da epopéia soberba e grandiosa daquele 6 de julho de 1922, que o calendário assinala como sendo a data que mais de perto fala ao culto dos brasileiros.[804]

Desde a primeira revolta militar, cada passo dado pelos revoltosos era seguido pelos jornalistas: embarques, em navios; prisões; fugas; troca de tiros, com a polícia política, entrevistas nas prisões em batalhões, e, principalmente, a cobertura de suas mortes. Vejamos um breve exemplo:

> **Três oficiais brasileiros vão trabalhar no interior argentino**
> Eduardo Gomes, Simas Enéias e Siqueira Campos.
> Buenos Aires, 21 - Especial para o Globo - Vindos do Brasil e com destino ao interior argentino, passaram por essa cidade os oficiais revolucionários, tenentes. Eduardo Gomes e Simas Enéias. De Montevidéu, veio acompanhando-os o coronel Siqueira Campos que, havia dias, se encontrava na capital uruguaia.
> Procurávamos colher algumas impressões de Eduardo Gomes e Siqueira Campos, que, desde a jornada heróica de Copacabana, não se viam; mas ambos declararam que iam trabalhar numa estância argentina, a convite de um amigo.
> Os oficiais brasileiros seguiram imediatamente para o interior argentino, acompanhados de D. Augustin Ibarra, estancieiro platino, em cuja companhia vão ficar.[805]

Os militares passaram a ser vistos como heróis nacionais, invencíveis e respaldados por uma idéia de honra, bravura e coragem que permeava não somente o universo militar, mas a prédica de moralidade de uma época, exaltada nos discursos políticos, familiares, religiosos e jornalísticos. Estava em construção o mito do exilado/preso, do errante, com a vida em suspenso, em parênteses, um solitário peregrino que um dia voltaria para restabelecer os anseios de justiça de um povo.[806]

Se nos discursos veiculados enunciava-se a passagem do relato de um fato à sua interpretação mítica,[807] no plano político, os adversários do governo apropriavam-se da luta de membros de uma instituição melindrada, nos preceitos que eram mais caros ao seu *ethos*. E o faziam para, ao dar maior visibilidade a seus atos rebeldes, aproveitarem-se da notoriedade e prestígio, erigidos a partir dessa construção mítica, com vistas à obtenção de credibilidade

---

[804] Jornal *A Esquerda* de 11/7/27. ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. APERJ. DESPS. Arquivo da Polícia Política Antonio de Siqueira Campos, notação 219, 1924-30.

[805] Jornal. *O Globo* de 22/3/1928. ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. APERJ. DESPS. ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. APERJ. DESPS. Arquivo da Polícia Política, Antonio Siqueira Campos, notação 219, 1924-30.

[806] Cf. ROLEMBERG, Denise. **Exílio:** Entre Raízes e Radares. Rio de Janeiro: Record, 1999.

[807] WEBER, Maria Helena. Visibilidade e credibilidade. Tensões da comunicação política in: **Mídia, esfera pública e identidades coletivas.** MAIA, Roseley & CASTRO, Maria C. P. Spínola. (orgs.). Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006. p. 387-8.Ver também Barthes, Roland - **Mitologias**, Difel, SP, 1982. O mito em Barthes é lido como um sistema factual, quando é apenas um sistema semiológico.

política. É perceptível, no decorrer das pesquisas, que dissidências oligárquicas e alguns desafetos políticos de Bernardes, à frente das direções e redações dos jornais, ao apoiarem os militares rebeldes, construíram e veicularam, ao longo dos anos, uma imagem favorável às revoltas, incrementando as disputas políticas da Primeira República.

De fato, o governo de Arthur Bernardes suscitara muitos antagonismos. Alguns foram constituídos por motivos políticos, que iam desde a censura e prisão de diretores de jornais, outros, por razões de cunho pessoal. Suas atitudes arbitrárias legitimavam a ação rebelde e a invocação dos "heróis" militares, pelas manchetes de jornais, povoava o imaginário popular, como sendo a única solução possível à moralização de um sistema corrompido.

Por outro lado, nem sempre a política configurar-se-ia como parte indispensável aos interesses dos diretores e redatores de jornais.[808] É possível que a ânsia pela conquista de novos leitores, ou a pressão diária pela divulgação de notícias, tenha contribuído para a criação desse mito, que se tornaria a expressão de uma luta político-ideológica nos anos iniciais da Primeira República. Uma luta simbólica cujos desdobramentos representavam tanto a influência sobre o imaginário dos leitores,[809] quanto um complemento à própria luta travada no plano concreto das ações "revolucionárias" e "contra-revolucionárias," haja vista a freqüência das publicações de notícias sobre o tema. Nesse sentido, muitos jornalistas, em busca da conquista de leitores, levaram seus jornais, ao sensacionalismo, à notícia de boato, ao "consta que", ao "foi visto" ao "sabe-se que," sem muito comprometimento com a informação precisa, nos espaços de circulação de notícias, sobre o movimento rebelde. Exemplos dessa prática podem ser frequentemente encontrados.

> Há dias andou a polícia assanhada prendendo aqui e ali, num farejar impertinente, que encheu de curiosidade o noticiário. Que haveria? Depois de alguns fatos, apurou-se que a polícia andava à caça de Siqueira Campos, presente no Rio segundo informes da pesquisas feitas. Ao que se disse, Siqueira Campos tendo de ir a São Paulo, em visita à família, tivera o capricho de assistir aqui o desembarque de Bernardes. (...) Pode-se, entretanto, levantar dúvidas à respeito. O noticiário não raro tem criado situações embaraçosas aos que combateram o regime bernardesco [...] colegas nossos têm atribuído à alguns oficiais conceitos que lhes não pertencem, alvitres, que não lhes convêm, e atitudes que lhes causam aborrecimentos. [...] Parece-nos que a vinda e permanência de Siqueira Campos é obra de indicadores policiais. O quarto delegado auxiliar, porém, andou em pesquisas profundas prendendo inquirindo pessoas que lhe pareceram ter ligações com o **fantasma** de Siqueira Campos, que os indicadores policiais viram passar por aqui..."[810]

---

[808] WEBER, Maria Helena. Visibilidade e credibilidade. Tensões da comunicação política in: **Mídia, esfera pública e identidades coletivas.** MAIA, Roseley & CASTRO, Maria C. P. Spínola. (orgs.). Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006. p. 387-8, p. 117 e 121.

[809] MENEZES, Lená Medeiros de. Civilização x barbárie: Mito de combate no discurso midiático sobre a Revolução (1917-1921), in NEVES, Lúcia Maria Bastos P. ; MOREL, Marco e FERREIRA, Tania Maria Bessone da C. (orgs.) **História e imprensa**, p. 387-8.

[810] Jornal *O Globo* de 15/01/29. ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. APERJ. DESPS. Arquivo da Polícia Política Antonio Siqueira Campos, notação 219, 1924-30. Grifos meus.

No trecho abaixo, é o jornalista que denuncia o boato, revelando que a própria polícia também os criava, com vistas à legitimação do estado de sítio:

> Os complôs sediciosos que a delegacia do Dr. Ibrahim está agora **forjicando**, e a **pseudo - estadia** de Siqueira Campos em São Paulo, não passam de elementos do plano arquitetado pelo PRP para vencer nas próximas eleições de outubro e para levar à presidência da República sua excia. d. d. herdeiro-presumptivo Julio Prestes. E é desse modo que se escreve, não só a história do perriperismo, como a de toda a oligarquia dominante no país – com subornos, com fraudes, com mentiras, com violências.[811]

O relato da possível presença de rebeldes pode ser encontrado em diversos jornais de vários estados do Brasil ou mesmo no exílio. Em *A noite* de 21-1-29 (Porto Alegre) lemos: "O tenente Siqueira Campos passou por Livramento, vindo do Rio por São Paulo (...)." No *Diário Carioca* de 22-1-29, o jornalista indaga: "O tenente Siqueira Campos teria vindo ao Rio? (...)."

Em Porto Alegre, no jornal *O Brazil*, encontramos a seguinte afirmação: "**Passou por aqui** um vigarista que dizia ser o tenente Siqueira Campos, para usar da boa fé de algumas pessoas. Descoberto por falar de forma incorreta e por cair em contradições antes que pudessem prendê-lo, fugiu." Nesse caso, uma pessoa se fazia passar pelo oficial, dada a fama que este já havia alcançado.[812]

Eram relatados todos os fatos envolvendo os revoltosos, sempre referidos de forma honrosa, como heróis, ou revolucionários, que se encontravam ora nas prisões de Bernardes, ora em fugas espetaculares:

> [...] Agora os **despachos telegráficos** [...] **assinalam a passagem** de Siqueira Campos por essa capital de onde partiu em demanda do Rio Grande do Sul. Aí está mais uma demonstração clara da sagacidade do fulgurante capitão revolucionário que sabe desnortear a vigilância dos energúmenos auxiliares do Sr. Coriolano,[813] com a mesma agilidade inteligente e singular bravura com que enfrentou os pelotões desatinados do Sr. Epitácio.[814]

> Presos na rua Bueno de Andrade os seguintes revolucionários:
> Djalma Dutra e Aristides Leal saem e são presos por policiais da DOPS, sem terem chances de reação. Em seguida Emydio Miranda sai com o ten. Granville Belorophonte, sendo seguidos pelas ruas Octavio Gomes e Conselheiro Furtado, até a Rua da Glória. Ao serem abordados tentam puxar documentos e um dos policiais dispara. Emydio de Miranda atraca-se com eles enquanto Belerophonte foge. Logo depois oito caminhões repletos de policiais

---

[811] Jornal *A Esquerda* de 14/04/28. ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. APERJ. DESPS. Arquivo da Polícia Política Antonio Siqueira Campos, notação 219, 1924-30. Grifos meus.

[812] Jornal *O Brazil* (sem data). ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. APERJ. DESPS. Arquivo da Polícia Política Antonio Siqueira Campos, notação 219, 1924-30.

[813] Coriolano de Góes, chefe da Polícia Política de São Paulo.

[814] Jornal *A Crítica* - 22/01/30. ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. APERJ. DESPS. Arquivo da Polícia Política Antonio Siqueira Campos, notação 219, 1924-30.

> chegam ao local, mas a casa está vazia. Presos no posto policial Cambucy. Advogados chamados a defenderem estes presos: Deputado Marrey Jr. e Plínio Barreto. [815]

Era, também, comum relatos que ridicularizassem seus algozes, como mostra a primeira citação. Criavam, assim, maior empatia dos leitores com seu sofrimento ou com sua ousadia, como a passagem abaixo, na qual o jornalista refere-se ao ministro da Guerra Pandiá Calógeras com ironia:

> A passagem do Sr. Calógeras pela pasta da guerra constituiu um desastre sem precedentes e toda a gente conhece o episódio cômico da ligação telefônica feita para o Forte, no momento culminante da Revolução (...) pouco depois da explosão de uma granada no pátio do quartel general... é um capítulo de bom e sadio humorismo.[816]

Ou esta outra, referindo-se à prisão de um irmão de Siqueira Campos de modo irreverente:

> **Quem tiver barbas à Luis Carlos Prestes ou à Siqueira Campos, ponha-as a baixo se não as quiser por de molho.**
> "Amâncio de Siqueira Campos[817] morava em Guarulhos com a sua esposa e uma filhinha de seis meses em um sítio. No dia 18/11/28 foi preso quando levava adubo em seu carro para o seu sítio. Encaminhado á Delegacia de Ordem Política e Social DOPS, permaneceu incomunicável até às 3 da tarde. Quando o delegado Ibrahim Nobre reconheceu o equívoco: em virtude de sua barba grande, sua semelhança com Siqueira era impressionante." Amâncio tinha há mais de uma semana a casa vigiada, além de lhe seguirem todos os seus passos. "Como se vê, as autoridades andam assombradas por aqui."[818]

É interessante exaltar que, exceto a última notícia, as demais, acima, são publicadas concomitantemente nos seguintes jornais: *O Jornal, A Noite, Folha da Noite, Correio da Manhã*, sendo esse um expediente observado constantemente: uma explosão de manchetes em diversos jornais simultaneamente, com uma freqüência impressionante, ao longo dos oito anos que intermediaram o primeiro levante, em 1922, e a Revolução de 1930.

Há momentos em que os relatos contêm uma mensagem de reverencia à luta pela sobrevivência material dos exilados:

---

[815] Jornal *Diário Nacional* -10/01/30. ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. APERJ. DESPS. Arquivo da Polícia Política Antonio Siqueira Campos, notação 219, 1924-30.

[816] Jornal *A crítica* – 22/01/30. ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. APERJ. DESPS. Arquivo da Polícia Política Antonio Siqueira Campos, notação 219, 1924-30.

[817] Amâncio Tito Siqueira Campos é o irmão do meio de Antonio de Siqueira Campos, de três irmãos homens. Entrevista a mim concedida por Maria Lucila Siqueira Campos, filha de Raymundo Pessôa Siqueira Campos, irmão de Antonio Siqueira Canpos, Rio de Janeiro, 15/09/2008.

[818] Jornal *Correio da Manhã* – 20/11/1928. ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. APERJ. DESPS. Arquivo da Polícia Política Antonio Siqueira Campos, notação 219, 1924-30.

> Os tenentes Siqueira Campos e Araújo Góes que tomaram parte ativa na revolta de julho do ano passado acabam de fundar, na cidade de Montevidéu, República do Uruguai, um estabelecimento de comissões, consignações e representações. A iniciativa daqueles dois jovens que se retiraram do Brasil, por motivos de todos conhecido, é de todo digna de louvor e aplausos.[819]

Existem casos em que transmitem, aos foragidos, convocações de apresentação em juízo.[820] Podia-se, também, seguir os trâmites do processo dos revoltosos pelas notícias dos jornais, como já vimos, ou acompanhando-se suas trajetórias individualmente, como o caso do 1º tenente aviador Canrobert Penn Lopes da Costa. O jornal *A Manhã* de 28/04/28, por exemplo, conta-nos que este militar esteve preso na Ilha Grande, encontrando-se foragido, deste estabelecimento penal, desde 19/03/25. Em 27/04/28, data anterior de publicação desta notícia, fora intimido a se apresentar ao órgão militar competente, sob pena de ser considerado desertor em caso de não comparecimento. No *Correio da Manhã*, de 24/05/28, é possível o acompanhamento do julgamento a que foi submetido, na 1ª auditoria da Justiça Militar, por, tendo fugido da prisão, ser considerado desertor. O Julgamento teve início em 23/05/28. Seu advogado: Themístocles Brandão Cavalcante. No *Correio da Manhã* de 03/06/28, encontramos o resultado do julgamento, com sentença datada de 02/06/28: absolvido. O *Correio da Manhã* de 21/09/28 traz o resultado do recurso julgado, em 20/09/28, confirmando a absolvição, por não constituir deserção a fuga de um militar da prisão. Há ainda outra reportagem na qual os jornalistas do *Diário Carioca* 31/7/28 lembram o aniversário do tenente em 30/07/28.[821]

Os próprios militares recusavam a titularidade de heróis que haviam recebido. Em carta ao seu irmão mais velho, Raymundo Pessôa Siqueira Campos Filho, o tenente Antonio de Siqueira Campos referia-se aos comentários que faziam ao seu respeito da seguinte forma:

> Quanto ao caderno, o Eduardo que espere a volta de D. Sebastião para recebê-lo... São algumas notas minhas sobre a briga de Copacabana que jornalistas pediram ao Eduardo para conseguir de mim, mas como sei que eles querem somente arranjar assunto para os pasquins e o que é pior - à minha custa – estou embromando para dizer não. Já estou cansado de ler histórias a meu respeito, e de ouvir palmas e isto porque bater palmas não custa nada, pois se se pede o mais pequenino esforço desses batutas que esbravejam e fazem discursos sobre os heróis de Copacabana (como eles chamam), tomam um ar compungido, esfregam as mãos, como os judeus da casa de "prego," e dizem que a melhor coisa que eu tenho a fazer é "arrumar a trouxa dizer adeus e dar o fora... para a prisão." É tudo uma canalha só. São mais ou menos como aquelas creolinas que você fabricava e que só eram diferentes no rótulo. A creolina sempre valia alguma coisa, e a canalha? Vale menos que um vidro vazio de "Get's

[819] Jornal *A Pátria* 12/10/23. ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. APERJ. DESPS. Arquivo da Polícia Política Antonio Siqueira Campos, notação 219, 1924-30. Grifos meus.

[820] Jornal com título apagado de 10/02/23. ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. APERJ. DESPS. Arquivo da Polícia Política Antonio Siqueira Campos, notação 219, 1924-30.

[821] Cf. Jornais do Arquivo da Polícia Política. ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. APERJ. DESPS. Arquivo 1º tenente aviador Canrobert Penn Lopes da Costa, notação 472, 1928-37.

> it". Por falar em canalha, eu li o artigo de Pacheco Chaves; não tem resposta. Se V. conseguir o que foi publicado em São Paulo pelo tal idem Netto, mande-me porque gosto de ver o que dizem contra mim.[822]

Outra notícia referente aos revoltosos que merece menção é a que se refere à repatriação de Asdrubal Gwyer de Azevedo, um dos protagonistas do levante da capital paulista. Depois de alguns anos no exílio, em Lisboa, vinha pleiteando sua repatriação, desde agosto de 1927, [823] mas, o embaixador brasileiro, em Lisboa, negara seu pedido, devido a "rancores da herança Bernardesca", título da reportagem. Como Ulisses, impedido, pela fúria de Poseidon, de retornar ao reino que recebera de seu pai, Laerte, em Ítaca,[824] desejava retornar, pois, segundo declarou ao jornal, estava "cansado - diz – de sofrer as amarguras do exílio e nada mais espera. Vem se entregar à prisão, pois prefere esta a uma anistia humilhante." É um momento em que já não esperam por uma anistia, pois percebem que esta não seria concedida, sem que tivessem que se humilhar publicamente.[825] Gwyer comunicava sua partida de Lisboa, de volta ao Brasil, somente "no dia 31 de julho, a bordo do Cuyabá, do Lloyd brasileiro," devendo chegar, provavelmente, no "dia 12, do corrente." A crítica de Gwyer ao jornal *O Globo,* em tom sarcástico, uma característica predominante na linguagem dos rebeldes, demonstra certo incômodo em relação à exposição constante de notícias a seu respeito, da mesma forma que Siqueira Campos. Embora tivessem em comum – ele e a imprensa - a oposição a um governo algoz dos militares e o apreço à liberdade de imprensa, Gwyer criticava a linguagem branda desse jornal, diante de situações de gravidade política.

> [...] Para terminar a missiva, tenho a dizer que não vale à pena preocupar-se com o insignificante caso da minha repatriação [...]. Continue a realizar o programa do Globo com essa lógica terrível, suavizada pela brandura de uma linguagem serena, mas não abandone o polido escalpelo com que tem sabido dissecar o cadáver horrendo desse Bernardismo criminoso, que a história mantém insepulto a fim de conhecer-lhe, detalhadamente, a interessante anatomia. Terminada essa obra cirúrgica em que se empenhou a boa imprensa da

---

[822] Carta do exílio, em Montevidéu, de Antonio de Siqueira Campos ao irmão Raymundo Pessôa de Siqueira Campos. Documento familiar.

[823] Jornal *O Globo* de 09/08/29. FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. FGV. CPDOC. Arquivo Polícia Política Asdrubal Gwyer de Azevedo, notação 730, 1922-37.

[824] Ulisses, impedido, pela fúria de Poseidon, de retornar ao reino que recebera de seu pai, Laerte, em Ítaca, após lutar com todas suas forças, vagando três dias como náufrago sobre as ondas do mar, recebe de Atenas, no bosque em que se recolhe para recuperar-se da extrema fadiga, o derramamento sobre seus olhos de um sono profundo de vinte anos. Ao retornar está tão modificado, pela argúcia de Atenas, que, não sendo reconhecido, precisa ser testado em seu prestígio, representado pelo arco de ouro recebido de Ífito, símbolo do poder real; no reconhecimento físico da sua cicatriz, adquirida na luta contra o javali, que representava a aquisição do poder espiritual; e, por fim, pela rainha Penélope em segredos que somente os dois conheciam sobre a construção do leito de amor, que representava a fecundidade e a paz. BRANDÃO, Junito de Souza. **Mitologia Grega**. Capítulo IX,Ulisses, o mito do retorno. Petrópolis: Vozes, 1998. V. 3, pp. 287-328. Rollenberg também usa a figura de Ulisses como comparação de exilado.

[825] Abaixo assinado endereçado a Artthur Bernardes, escrito por oficiais revoltosos de dentro da Casa de Correção. Assinam 6 Generais, 1 Coronel, 1 Tenente-Coronel, 4 Majores, 7 Capitães, 26 1os Tenentes e 8 2os Tenentes. FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. FGV. CPDOC. Arquivo Rosalina Coelho Lisboa, RCL c 1924.11.16.

> nossa estremecida pátria, fechado completamente, pela instrução e pela cultura cívica o sarcófago em que a eternidade guardará eternas podridões, o nosso Brasil ainda alcançará uma era de paz verdadeiramente cristã. [826]

Essa exposição complementa amostras de reportagens já utilizadas no segundo capítulo deste trabalho e é apenas um breve esboço da cobertura feita pela imprensa, principalmente do Rio de Janeiro, no tocante à temática das rebeliões militares da década de 20, do século XX. Não há como, contudo, neste trabalho, mensurar a dimensão política alcançada, ou mesmo o número de reportagens a esse respeito, pois durante o período de 8 anos, entre o primeiro levante rebelde, em 1922, e a Revolução de 1930, incontáveis notícias sobre o assunto foram publicadas, havendo necessidade de um trabalho específico de levantamento de fontes para alcançar tal objetivo.

O ponto para o qual desejo chamar a atenção, entretanto, consiste em detectar em que nível a narrativa jornalística pode estar revestida de mitos e lendas e como isso contribuiu com o processo desencadeador da Revolução, da mesma forma que o endurecimento da repressão contribuiu. Reporto-me às palavras de Becker que identifica na ação dos idealizadores da notícia dois procedimentos, cujos conceitos delineadores são o de manipulação – para ele, a tentativa de provocar de maneira artificial uma reação da "opinião pública divulgando uma notícia falsa," procedimento que pode ter ou não eficácia, o que não é muito fácil determinar; e/ou o de condicionamento – segundo ele, podendo ser, este, a curto e a longo prazo e, constituindo-se, antes de tudo, como o resultado de uma propaganda.

Este autor afirma que os regimes totalitários, por exemplo, fizeram da propaganda uma especialidade, embora não esteja certo de que a mesma, conscientemente organizada, de maneira obsessiva, atinja sempre os objetivos esperados. Todavia, se remontarmos ao século XVIII, observaremos o próprio Napoleão Bonaparte, com apenas 28 anos de idade, utilizando-se dos dois recursos, o primeiro – o de manipulação - divulgando informações cuja finalidade era a de confundir seus inimigos, e o segundo – o condicionamento - a fim de criar visibilidade e credibilidade para sua pessoa, como comandante de poderosas tropas e como liderança política.[827]

---

[826] Jornal *O Globo* de 04/04/28. ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. APERJ. DESPS. Arquivo Polícia Política Asdrubal Gwyer de Azevedo, notação 730, 1922-37.

[827] "(...) Bonaparte saiu da sombra para entrar em plena luz. Já suplantara em esplendor os outros generais da Revolução. Por certo, essa glória repentina deveu-se a suas vitórias, mas também à maneira como ele soube explorá-las. Criando jornais adeptos da sua causa, o *Courrier de l'armée d'Italie* ou *La France vue de l'armée d'Italie,* que relatavam suas proezas dia a dia, contribuiu para o surgimento do herói itálico. À imagem veio reforçar o escrito: Artistas italianos e franceses se empenharam em desenhar o novo herói, à imagem de Appiani que lhe pintava o retrato desde 1796, ao passo que os principais episódios de sua epopéia tornavam-se temas de gravuras. Se a opinião francesa se inflamou com o anúncio do sucesso de Bonaparte, também a Europa descobriu seu novo herói. Dividida entre o temor e o fascínio, acompanhava as façanhas desse jovem general cujo nome estava em todas as bocas. Bonaparte começou a seduzir os observadores, durante a

Da mesma forma, Hitler, Mussoli, Stalin e Getúlio Vargas, são exemplos de líderes que se utilizariam, através do condicionamento a curto e longo prazo, apontado por Becker, do recurso propagandístico, com vistas à manutenção e/ou ao fortalecimento do poder.[828]

Ora, se há uma relação entre a opinião pública e a mídia, mais precisamente a imprensa escrita da qual tratamos, e se esta é fonte de uso periódico dos historiadores, penso que o rigor no uso das fontes deveria levar-nos à escrita de uma história que tem como finalidade: perceber da maneira mais fidedigna e segura possível, "a atitude, o comportamento dos homens confrontados com os acontecimentos," pois, através da apreensão "de comportamentos e atitudes é possível a realização de um estudo mais próximo da desmitificação."[829] Refiro-me à maneira como os acontecimentos inspiram a opinião pública e a maneira como esta influi sobre o acontecimento. Refiro-me, ainda, à influência das notícias de cunho político sobre a opinião pública, pois conforme a afirmação de Marc Bloch de que a história consiste não apenas em saber como os acontecimentos ocorreram, mas igualmente como foram percebidos,[830] também importa saber como as notícias foram veiculadas e como foram percebidas. Não poderíamos deixar de pensar, então, nos homens que escrevem a história e veiculam a notícia. Inflamados por posições políticas, ambos, historiadores e jornalistas, estão sujeitos a ter sua produção escrita direcionada pelo leme de suas escolhas políticas. Isso se daria no momento da simples escolha dos temas, das citações que seleciona ou descarta, dos autores que utiliza na produção do conhecimento. Para que houvesse isenção, segundo Becker, tanto o jornalista, quanto o historiador teria de "abstrair-se de sua personalidade e de suas ideologias," o que me parece uma situação irreal à medida que nosso intelecto é composto também pela soma de nossas experiências políticas e, consequentemente, nosso discurso e nossa produção escrita são guiados pelas posições assumidas durante nossa existência.[831]

---

campanha da Itália. Era ao mesmo tempo um general vitorioso e um administrador inigualável, capaz de convencer as elites do país conquistado a apoiá-lo." BOUDON, Jacques-Olivier. Prestígio Militar é trampolim político. **História Viva. Grandes Temas.** Napoleão: o admirável ditador da República. Edição especial temática nº 13, 19(?).

[828] O fato de sempre existir, na análise da opinião pública, uma parte que permanecerá inatingível, não invalida a constatação de que nos "países onde não se manteve essa simbiose entre os governantes e a opinião pública", estes "desmoronaram antes do fim da Guerra." A guerra do Vietnam é outro exemplo claro disso. BECKER, Jean-Jacques. A opinião pública, in: **Por uma história política.** René Rémond (org.) UFRJ-FGV, RJ 19[?], p. 201-4.

[829] Ibid, p. 185-6.

[830] BECKER, Jean-Jacques. **A opinião pública**, in: Por uma história política. René Rémond (org.) UFRJ-FGV, RJ 19[?], p. 201.

[831] Segundo Jean-Noël Jeanneney, os historiadores do político não se preocuparam em desvendar essas questões que fazem a máquina ranger e que revelam suas engrenagens. *Cf.* JEANNENEY, Jean-Noël. A Mídia, in ibid, p. 220.

No caso apresentado no decorrer do texto, percebe-se um condicionamento de longo prazo, que representava, ao mesmo tempo, a opinião de parte da intelectualidade e de grupos que disputavam o cenário político com o Epitácio e Bernardes, pois eram retratados como governantes indesejáveis.

> [...] movimento de 22, que explodiu pela obra funesta do governo Epitácio Pessoa e declarado latente, com crises ou remissões, foi se prolongando e ocupou todo o período calamitoso da administração de Artur Bernardes [...]. Fenômeno de reação ao regime iniciado por Epitácio Pessoa e que se refinou no governo atual, depois de haver culminado com toda a sua ostentosa brutalidade.[832]

E, para finalizar as considerações acerca do papel da imprensa, no registro da história dos revoltosos, há que se pensar no termo utilizado por Becker: "a opinião pública." A manutenção nas manchetes de jornais com todo o tipo de fatos relacionados à "saga" dos rebeldes, também alcança os iletrados da sociedade, apesar de grande parte da população ser analfabeta. No caso desses últimos, ainda que privados da ciência dos fatos por meio da escrita, não poderiam deixar de tomar conhecimento dos acontecimentos, já que os violentos combates traziam consigo a explosão de seus canhões na capital federal, em 1922 (Exército) e 1924 (Marinha); e na capital paulista, em 1924, e nos demais estados do país. O alarde e a destruição desse tipo de combate armado, associado a diversas reportagens de página inteira com enormes fotografias e desenhos dos rebeldes, constituiu-se, sem dúvida, num elemento facilitador para a informação da população, que, certamente, tomava conhecimento das revoltas militares: pela observação dos fatos e das manchetes, e por meio de sua divulgação oral e discussão com os letrados, acerca das razões dos combates, gerando certo condicionamento quanto à aceitação de uma "revolução."

Essa população iletrada, provavelmente, compartilhava da idéia de que o elemento militar pudesse "salvá-los" das dificuldades em que viviam. E os jornais seguiam legitimando as revoltas militares, exaltando a idéia de que os "heróis revolucionários" pudessem por fim às contradições políticas e sociais, desse período da história, diga-se de passagem, uma idéia de "salvação da pátria" que havia sido apropriada dos discursos dos próprios militares.

Somavam-se às notícias de jornais as publicações de autobiografias dos revoltosos e protagonistas das lutas que precederam a Revolução.

Em carta à Alfredo Simas Enéas, em janeiro de 1926, Henrique Ricardo Hall diz que "continua pacientemente reunindo dados para contribuir com a história da revolução" e que,

---

[832] Jornal *O Globo* de 20/05/30 (edição das 17hs). ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. APERJ. DESPS. Arquivo da Polícia Política Antonio Siqueira Campos, notação 219, 1924-30. Grifos meus.

"indubitavelmente, muito se aprende vivendo e observando."[833] Em outra carta a Simas Enéas, desta vez em setembro de 1926, despede-se dizendo que já tem editor para seu livro sobre a Revolução e que breve dará a ele a publicidade devida.[834] Este oficial revoltoso demonstra, de modo muito interessante, a consciência da importância do registro histórico, mesmo sendo de fatos nos quais ainda estão envolvidos, e que, por si só, são absolutamente dramáticos.

Carlos Saldanha da Gama Chevalier, em uma carta à Pedro Ernesto Baptista, em junho de 1926, afirma já ter escrito seu livro e que "este, que já está pronto desde muito, não foi ainda impresso por falta de editores com coragem para enfrentar o golpe (...). Afirma ter se comprometido "a ficar preso durante a sua distribuição, para desta forma ser considerado o único responsável, mas mesmo assim o medo é um caso sério." Termina dizendo ao amigo que "se souber de alguém que se anime para antes da terminação do sítio poderá indicar-me."[835] Este livro possui um título curioso: "Memórias de um Revoltoso, ou legalista?"[836] Reforça a idéia de que eles, sim, julgavam-se os legalistas, os defensores da Constituição, que estava sendo descumprida. Carlos Chevalier escreve seu livro entre prisões e fugas, da mesma forma que Hall, que está no exílio, ao menos entre junho de 1925 e dezembro de 1926, ocasião em que envia cartas com esse destinatário à Simas Enéas. Diferentemente de Hall, Chevalier não demonstra preocupação com ou a renda que pudesse obter com a publicação ou o registro histórico para o futuro. Embora esses dois pontos possam representar preocupações pertinentes a todos, suas declarações remetem a um desabafo, eivado de ironia, que é uma marca em sua forma de se expressar, e, mais que isso, possuem um caráter de denúncia, em desagravo aos momentos que estão vivendo. Há, contudo, certa moderação nos relatos e omissão de nomes, tanto do lado legalista, quanto revoltoso, pois escreve em pleno estado de sítio.

---

[833] Cartas de Henrique Ricardo Hall, de Buenos Aires, para Alfredo Simas Enéas, em 29-01-26. ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. APESP. Cartas da Revolução de 24. Acervo Digitalizado. Disponível em <http://www.arquivoestado.sp.gov.br>. Acesso em:nov. 2009.

[834] Cartas de Henrique Ricardo Hall, de Buenos Aires, para Alfredo Simas Enéas, em 29-01-26. ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. APESP. Cartas da Revolução de 24. Acervo Digitalizado. Disponível em <http://www.arquivoestado.sp.gov.br>. Acesso em:nov. 2009.

[835] Carta de Carlos Saldanha da Gama Chevalier, do 1º RCD, onde se encontra preso, para Pedro Ernesto Baptista, em 30/03/26. FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. FGV. CPDOC. Arquivo Pedro Ernesto Baptista. PEB c 26.03.30.

[836] CHEVALIER, Carlos. **Memórias de um Revoltoso ou Legalista?** 1922-1926. Rio de Janeiro: Estabelecimento Graphico Nictheroy, 1925.

Juarez Távora é outro revoltoso que escreve uma autobiografia.[837] Nela conta como pode sobreviver com o produto de dois livros publicados, ainda na época em que eram foragidos. O livro tinha como título "A Guisa de Depoimento sobre a Revolução Brasileira de 1924,"[838] chegou a três volumes e manteve financeiramente esse oficial até o momento em que teve esgotado o seu primeiro volume.

> Minha situação financeira era passável, graças à boa saída continuada de À Guisa de Depoimento sobre a Revolução Brasileira de 1924. As vendas do livro permitiam-me, além da cobertura das pequenas despesas pessoais de cada dia, acumular uma pequena economia, da ordem de 2000$000 (dois contos de réis).[839]

Quando o primeiro volume teve sua edição esgotada, as vendas caíram e a situação ficou novamente difícil para Juarez Távora. Havia trabalhado em diversos ofícios pouco rentáveis e passado por grandes dificuldades, tendo somente durante esse período conseguido manter-se com certa tranquilidade. Isso ocorreu já em 1928, quando decidiu exilar-se, primeiro em Montevidéu, seguindo depois para Buenos Aires.[840]

Cabanas, também menciona a escrita de sua autobiografia nas cartas, ainda no período de exílio e prisões pelos quais passou.[841] Estes são alguns relatos de autobiografias contemporâneas ao fato, ou aos fatos que constituíram o processo revolucionário. Muitas outras foram escritas posteriormente, contudo é importante que sejam registrados alguns momentos do início da construção de uma memória desse período, ainda durante o período de perseguição, prisões e exílio.

Alguns recusaram o convite de editores,[842] enquanto outros se utilizaram desse instrumento de diversas formas, como vimos acima. O fato é que havia um interesse dos jornalistas e editores em saber o que haviam vivenciado, tendo, por isso, surgido uma série de

---

[837] TÁVORA, Juarez. **Uma Vida e Muitas Lutas –** Memórias. III volumes. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército e Livraria José Olympio, 1977-1977.

[838] TÁVORA, Juarez. **À Guiza de Depoimento sobre a Revolução Brasileira de 1924.** São Paulo: Tipografia de O Combate. 3 volumes, 1927/1928.

[839] Ibid., p. 228.

[840] Ibid., p. 230-1.

[841] Cf. cartas João Cabanas. ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. APESP. Cartas da Revolução de 24. Acervo Digitalizado. Disponível em <http://www.arquivoestado.sp.gov.br>. Acesso em: nov. 2009.

[842] Cf. Cartas do Exílio.

convites para publicação de autobiografias,[843] que, de um modo ou de outro, fizeram parte da construção de uma "memória revolucionária."

4.3 Uma rede de solidariedade na prisão

Eduardo Gomes foi um exemplo de amizade e presteza dentro das prisões. No trato com as dificuldades dos demais revoltosos, aparece nas fontes sempre auxiliando a todos os companheiros que solicitavam sua ajuda. Mostra-se incansável nesse sentido lançando mão de todos os recursos possíveis para conseguir resolver a situação jurídica daqueles que se dirigem a ele.

De um modo geral, todos faziam o mesmo, ajudando-se mutuamente, obviamente dentro das possibilidades de um encarcerado, mas Eduardo Gomes parecia exercer a mesma liderança que adquirira dos levantes, na prisão. Era respeitado de todos, e embora tivesse uma personalidade introspectiva, sempre fora um líder, desde a Escola Militar e tinha muitos amigos.[844]

Exemplos de atitudes em favor dos companheiros são frequentemente encontrados nas cartas das prisões. As cartas constituem-se num instrumento através do qual os companheiros de cárcere auxiliam-se mutuamente, intercedendo uns pelos outros.

Certa vez, vendo a situação de companheiros que sequer haviam sido pronunciados, Eduardo pediu que Themístocles Brandão Cavalcanti, seu advogado, entrasse com um *habeas corpus* em favor do Capitão Arthur Guedes de Abreu e dos Tenentes Roberto Drumond e Newton Franklin do Nascimento, que estavam presos desde julho de 1924. Esses oficiais teriam sido impronunciados, posto que havia sido provada a inocência de ambos, tendo, o primeiro, inclusive, exercido funções militares ao lado dos legalistas até o dia 31 de julho, depois, portanto, da saída dos rebeldes da capital paulista. Segundo Eduardo, o procurador, em sua pronúncia, pedira ao Juiz que corrigisse a injustiça cometida com eles, presos em 7 de julho por suspeita, permanecendo nessa condição até a data da carta, em junho de 1925. Ainda segundo Eduardo, após o sumário de culpa o juiz teria reconhecido a inocência e impronunciado os três. Como era de se esperar, o procurador não recorreu, mas, mesmo assim, nenhuma medida foi tomada para que fossem postos em liberdade. Ao contrário disso,

---

[843] Sobre o interesse de jornalistas na vida de exilados ver também ROLEMBERG, Denise. **Exílio:** Entre Raízes e Radares. Rio de Janeiro: Record, 1999.

[844] Esse tipo de observação é encontrada em sua biografia, bem como nas de alguns companheiros. Ver CHAGAS, Paulo Pinheiro. **O Brigadeiro da Libertação:** Eduardo Gomes – Ensaio Biográfico. Rio de Janeiro: Zelio Valverde, 1945.

encontravam-se incomunicáveis, fora do Rio de Janeiro, onde haviam sido presos, sem direito à visita familiar ou de seus advogados, medida não rara durante a vigência do estado de sítio, da mesma forma que as prisões de inocentes e medidas arbitrárias. Eduardo Gomes estava sempre disposto a interceder por seus companheiros, atuando como se fora um rábula, amigo de todos os que necessitassem, inclusive de oficiais legalistas, presos por engano, como no caso visto acima.[845] Ele tinha conhecimento de vários casos de colegas e cita exemplos a serem usados por Themístocles Cavalcanti, como vemos na carta em maio de 1925, quando menciona o *habeas corpus* impetrado em favor de José de Souza Carvalho, que obteve deferimento, confirmado, inclusive, pelo S.T.F., mesmo que o militar tivesse sido impronunciado. Discute, por carta, essa peculiaridade com Themístocles, apontando para a falha mencionada, que poderá ser aproveitada pelo advogado,[846] para libertá-lo o mais rápido possível. Outra característica interessante, deste líder revoltoso, está no fato de conhecer nominalmente os procuradores e ministros. Cita Carlos Costa, Rabello, G. Natal, Leone, Mibielli, e os Ministros Pedro Santos e Edmundo Lins. Cita, também, o Esmeraldino Bandeira,[847] além de sugerir a intercessão de outras pessoas junto aos ministros que precisam ser "empurrados" e saber quais estão ao lado dos revoltosos.

> Queria que você, em meu nome, falasse sobre isso ao **Justo** que tanto interesse já mostrou por todos nós. O diabo é que o STF fecha no fim do mês e por isso é preciso não perder tempo e pedir ao **Macedo Soares** que escreva ao **G. Natal** e **Leoni** e que alguém empurre o **Mibielli**, pois os ministros **Pedro Santos** e **Edmundo Lins** já consideram o caso de competência do foro militar. O **Esmeraldino**, se não quiser entrar com o nome poderá fornecer suas leis? a respeito. Eu escrevo ao pessoal na casa para remetê-las aos destinatários.
> Você me avisará da entrada do pedido dizendo o recurso do **Pereira da Silva** da entrada em cartório que será pedido o comparecimento dos três, dizendo que o Pereira vai ser requisitado, etc., etc.
> Espero que você aceite mais este trabalho e que aceite de todos nós um grande abraço, portador do meu agradecimento do qual sou intermediário. Eduardo.
> P. E. É possível que o h. c. para o general **Vileroy**, etc., ao qual você já se referiu, tenha sido negado pelo STF, quando você receber esta. Nem por isso deixe este pedido, pois mesmo que você não tenha esperança de vê-lo concedido, há a esperança de serem os três requisitados para comparecerem à sessão de julgamento o que como já disse desejam imensamente. Eduardo.[848]

---

[845] Carta de Eduardo Gomes, do Presídio Hospedaria dos Imigrantes de São Paulo, para Themístocles Brandão Cavalcanti, em 06/ 25. FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. FGV. CPDOC. Arquivo Themístocles Cavalcanti. TBC 25-06-00.

[846] Ibid.

[847] Carta de Eduardo Gomes, do Presídio Hospedaria dos Imigrantes de São Paulo, para Themístocles Brandão Cavalcanti, em 06/ 25. Arquivo Themístocles Cavalcanti. TBC c 25-06-00. Carta de Eduardo Gomes, do 1º RCD, para Themístocles Brandão Cavalcanti, em 14/01/25. Arquivo Themístocles Cavalcanti. TBC c 25.01.14. FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. FGV. CPDOC. Esta última carta é classificada pelo CPDOC com sendo da Ilha de Trindade. Contudo nessa data Eduardo Gomes se encontra no 1º RCD, só tendo sido transferido para esta Ilha em 1926.

[848] Carta de Eduardo Gomes, do Presídio Hospedaria dos Imigrantes de São Paulo, para Themístocles Brandão Cavalcanti, em 06/ 25. FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. FGV. CPDOC. Arquivo Themístocles Cavalcanti. TBC c 25.06.00.

Na carta de Eduardo Gomes ao advogado, além de mencionar detalhes do *habeas corpus* do General Vileroy, que se encontra na Casa de Correção e dos nomes e posição dos Ministros do Supremo sobre o caso. Impressiona a forma como orienta o advogado em relação às possibilidades de aceite do pedido de transferência dos companheiros, da datilografia e distribuição de cópias.

Noutra carta à Temístocles Brandão Cavalcanti, o oficial revoltoso fala sobre a situação do comandante Perry na prisão, que aparentemente apresenta um quadro de depressão, curiosamente detectado por Eduardo, conforme suas próprias palavras.

> Caro Temístocles.
> Um apertado abraço pelo seu recente triunfo em relação aos presos da C.C. Faço também votos para que no correr deste ano você e todos os seus sejam muito felizes. Espero aproveitar a primeira oportunidade para levar-lhe pessoalmente, assim como ao Benjamin estes votos.
> Eu aqui vou indo sem novidade porque (ilegível) com o isolamento. Embora já habituado a esta situação, nem por isso me conformo com ela. Entretanto, pior que eu se acha o comandante **Perry** que há já três meses aqui se acha e nem é ouvido em inquérito e que está muito adoentado e desanimado. De vez em quando tiro um (ilegível) com ele, que se acha como eu, em suportar a incomunicabilidade, porém a dele, me parece mais rigorosa que a minha, pois ele, por escrúpulo, não aproveita as oportunidades para rompê-las. Eu não sei que inquérito ele deve responder e por isso ignoro quem seja o encarregado do mesmo. Se você souber qualquer coisa a respeito manda-me dizer que eu lho comunicarei. Eu já lhe facilitei umas oportunidades para escrever mas parece que delas ele não se aproveitou, e continua assim, sem saber qual é o "seu caso".[849]

É interessante observar, nesta carta, como Eduardo tem notícias de tudo o que ocorre fora da prisão. Ele fala do fracasso da tentativa de insurreição na Marinha sob o comando de Protógenes Guimarães, e da vitória do *habeas corpus* que retirou os prisioneiros militares da Casa de Correção, além de propor a transferência do caso de 22 para o foro militar. Isso mostra a articulação dos prisioneiros, não só em relação à sua situação jurídica, mas e, principalmente, sobre o andamento de revoltas como a "conspiração Protógenes" e a transferência de um grande grupo que se encontrava na Casa de Correção, mesmo se encontrando incomunicável em numa época em que contavam, apenas, com jornais e cartas para sua informação.[850]

Ele não era o único a ter conhecimento da situação jurídica de companheiros. Frederico Cristiano Buyz, oficial que tentou levantar a Vila Militar enviou, por intermédio de Delso Mendes da Fonseca, um requerimento para ser apresentado ao Supremo Tribunal,

---

[849] Carta de Eduardo Gomes, do 1º RCD, para Themístocles Brandão Cavalcanti, em 14/01/25. FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. FGV. CPDOC. Arquivo Themístocles Brandão Cavalcanti. TBC c 25.01.14.

[850] Ibid.

ocasião em que ambos estão presos no 1º Regimento de Cavalaria Divisionária (1º RCD), em São Cristovão**.** Além disso, cita a situação de outros três companheiros.

> Tomada uma decisão, em sessão do S.T.F. (Diário de Justiça de 5 e de 12 de setembro) não condiz o Accordam relativo ao meu Habeas com a decisão tomada em plenário e publicada no Diário, tendo sido antes lançada na acta da Sessão. O illustre amigo bem póde imaginar as vantagens que advirão da decisão tomada pelo Tribunal se ficar de pé. E como, no caso de habeas corpus – **Py e Cyro Paes Leme** – o Tribunal manteve a decisão, posto tivesse havido engano e até com os votos de inimigos nossos, como o **Arthur Ribeiro** e outros, julgo poder esperar ter ganho de causa no que intento agora.[851]

Da mesma forma que Eduardo Gomes, Buyz conhece nomes de ministros do Supremo e, principalmente se votam contra ou a favor em seus processos, bem como as situações jurídicas de outros oficiais, o que demonstra como trocam informações e se conhecem detalhadamente.

Pretendendo ajudar outro amigo, Eduardo pede a Themístocles que ajude Nelson de Melo. Diz que este, acreditando que fosse requisitado logo para se apresentar ao Conselho, pediu que a esposa embarcasse de Porto Alegre para o Rio, a fim de encontrá-lo. Pede que assim que tenha notícias, se Nelson foi sorteado para ser ouvido, escreva uma carta expressa - tipo de carta que chega no mesmo dia. Além disso, indica uma pessoa de nome "Agapito" que poderá auxiliar Themístocles, no caso de problemas quanto a uma rápida requisição de Nelson para o Rio, preocupado com a possibilidade de que a esposa do amigo venha de tão longe, em vão, ou que os dois se desencontrem.[852]

> [...] não vês uma solução para apressar a sua ida para ahi, [...] elle precisa agir com urgência, para que a Senhora desista da viagem ao Rio, se ainda for tempo. Não repara tanta caceteação, pois, o Nelson lembrou de casar antes da revolução e anda ansioso a conhecer a pequena que nasceu na sua ausência. Sem mais, disponha do amigo Eduardo.[853]

Essa é uma situação de ausência familiar muito comum a todos os prisioneiros. Ao excluí-los do cenário político e de seu ambiente profissional, a prisão retirava-os, também, do seu lar tornando-o uma imagem, dividindo, com os mortos, o espaço das lembranças.[854] Lembranças do pai e esposo, que dada a violência de sua atuação nas lutas armadas, não tinha como afiançar qualquer esperança de regresso, deixando vagos os principais momentos

---

[851] Carta de Frederico Cristiano Buys, do 1º RCD, para Themístocles Brandão Cavalcanti, em 25/10/25. FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. FGV. CPDOC. Arquivo Themístocles Brandão Cavalcanti. TBC c 25.10.25.

[852] Carta de Eduardo Gomes, do Presídio Hospedaria dos Imigrantes de São Paulo, para Themístocles Brandão Cavalcanti. FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. FGV. CPDOC. Arquivo Themístocles Brandão Cavalcanti. TBC. 25.05.30.

[853] Ibid.

[854] Cf. ROLEMBERG, Denise. **Exílio:** Entre Raízes e Radares. Rio de Janeiro: Record, 1999.

vivenciados por uma família, desde os pequenos fatos cotidianos, até os eventos de extrema importância. Filhos nasceram sem a presença dos pais, como neste caso, ou no do Major Felorin, como veremos abaixo em uma carta sua endereçada a Pedro Ernesto; pais que faleceram sem rever seus filhos revoltosos, como o pai de Eduardo Gomes e a mãe de Luís Carlos Prestes,[855] ambos por estarem na prisão, entre outras tantas situações dramáticas, que os revoltosos não puderam participar ou finalizar em suas vidas, deixando-as em aberto.

> Ilha Grande, 4 de setembro de 1926.
> Sr. Dr. Pedro Ernesto.
> Minhas saudações.
> Informado, por minha senhora do tratamento e atenção que lhe foram dispensados, quando esteve internada, para dar à luz, na casa de saúde que o Sr. dirige, venho exprimir-lhe os meus agradecimentos que espero reiterar pessoalmente, logo que as circunstâncias me permitam.
> Pode ficar certo que jamais esquecerei o gesto de generosidade que acaba de ter para com um desconhecido cuja única recomendação aos seus olhos, suponho, era a situação especial em que se acha, motivo, para outros, do mais cauteloso retraimento. Essa circunstância especialmente torna mais profunda a minha gratidão.
> Confesso ser para mim, uma grande compensação aos vexames de mais de dois anos de cativeiro e amargas desilusões experimentadas, verificar, pela nobreza de sua conduta que, em naufrágio geral, nem tudo se perdeu daquilo que outrora tanto nos desvanecia reconhecer na índole brasileira: a bondade e o sentimento de solidariedade humana.
> Creia na simpatia e gratidão do Patrício e [ilegível]. Major Fellorin Lima[856]

O abandono das famílias nas situações mais adversas, por vezes sem nenhum auxílio material, é outra situação vivida pelos prisioneiros.

Na carta anterior a de Felorin, na qual Eduardo Gomes pede por Nelson e sua esposa,[857] este diz à Themístocles que mande notícias sobre o processo de Tolentino, tramitando, agora, no Rio, pois continua se comunicando com ele. A constância com que se encontram em diversos momentos de transferências é a mesma com que se comunicam, também, por cartas.

Novamente, em 05-06-25, Eduardo Gomes acusa recebimento de uma carta de Themístocles, sobre o caso de Nelson. Discutem o recurso do processo deste oficial e Eduardo insiste em que Nelson seja requisitado ao Rio, pois, ainda que permaneça por uma semana incomunicável, depois de uma semana poderá pedir um *habeas corpus* para ver sua família.[858] Escreve dizendo que recebeu informações de que o processo dele foi para São Paulo, o que

---

[855] Cf. CHAGAS, Paulo Pinheiro. **O Brigadeiro da Libertação:** Eduardo Gomes – Ensaio Biográfico. Rio de Janeiro: Zelio Valverde, 1945. Cf. MORAES. Fernando. **Olga.** São Paulo: Cia das Letras, 1998.

[856] Carta do Major Fellorin Lima, da Ilha Grande, para Pedro Ernesto Baptista, agradecendo o tratamento dispensado à esposa e comentando sua situação no presídio, em 04/09/26. FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. FGV. CPDOC. Arquivo Pedro Ernesto. PEB c 26.09.04.

[857] Carta de Eduardo Gomes, do Presídio Hospedaria dos Imigrantes de São Paulo, para Themístocles Brandão Cavalcanti. FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. FGV. CPDOC. Arquivo Themístocles Brandão Cavalcanti. TBC c 25.05.30.

[858] Ibid.

acredita ser um equívoco, já que o Capitão Duguet, outro revoltoso, era de Quitaúna[859] e foi julgado no Rio: "Parece-me que houve uma confusão ahi, pois se o Capitão Duguet, de Quitaúna, foi julgado ahi no Rio, assim como os Capitães Faustino, Garrido, Raul, Jayme, etc., não é natural que só o do Nelson venha a ser remettido para cá."[860]

Termina felicitando o advogado pela defesa que tem feito junto ao Supremo, no caso do conflito de jurisdição envolvendo Olinto Tolentino. Embora os Capitães Garrido, Raul e Faustino, estivessem no Presídio da Hospedaria dos Imigrantes, em São Paulo, com Eduardo, o conhecimento de minúcias sobre os casos de cada um deles surpreende.

Muitas cartas são enviadas a advogados por seu intermédio, como a carta do General Vileroy pedindo ajuda ao advogado Aquiles, para verificar o que aconteceu com o "requerimento de habeas corpus remettido ao deputado gaúcho Luzardo." Afirma que "esse negócio não pode ficar no esquecimento, porque a degradante situação que nos encontramos é muito aflitiva."[861] Esse é mais um *habeas corpus* que desaparecera, de modo misterioso, antes de chegar ao seu destino.

Outro exemplo envolvendo Eduardo Gomes está na carta na qual ele avisa à Themístocles que foi concedido o *habeas corpus* pedido para três companheiros, citados em carta anterior, o Capitão Arthur Guedes de Abreu e os tenentes Roberto Drumond e Newton Franklin do Nascimento.[862] Eduardo pedira por eles e, nesta correspondência, ele mesmo dava notícias do resultado ao advogado, bem como da situação jurídica de cada um.

Como último exemplo do interesse e da disponibilidade de Eduardo Gomes, para com seus companheiros de lutas, podemos mostrar uma correspondência do período em que esteve no Presídio Político da Hospedaria dos Imigrantes. Estando em estado de incomunicabilidade decide escrever a Themístocles solicitando ajuda para seus companheiros de cárcere, não se importando com seus próprios interesses: "Ainda não levantaram a minha incomunicabilidade o que, alias, pouca ou nenhuma importância teria se não fosse umas missões junto a ti, de alguns da Imigração." Eduardo estava preocupado com sua incomunicabilidade, apenas à medida que esta pudesse atrapalhar "as missões" que tinha que cumprir, sobre "alguns da

---

[859] Um bairro de São Paulo onde ficava um dos quartéis que aderiram à Revolução Paulista de 1924.

[860] Carta de Eduardo Gomes, do Presídio Hospedaria dos Imigrantes de São Paulo, para Themístocles Brandão Cavalcanti, em 06/ 25. FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. FGV. CPDOC. Arquivo Themístocles Cavalcanti. TBC c 25-06-00.

[861] Carta do General Augusto Ximeno de Villeroy, do 4º BC, em São Paulo, com carta anexa de Eduardo Gomes, para Themístocles Brandão Cavalcanti, em 26/0426. FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. FGV. CPDOC. Arquivo Themístocles Brandão Cavalcanti. TBC c 26-04-26.

[862] Carta de Eduardo Gomes, do Presídio Hospedaria dos Imigrantes, para Themístocles Brandão Cavalcanti, em 21/07/25. FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. FGV. CPDOC. Arquivo Themístocles Brandão Cavalcanti. TBC c 25.07.21.

Imigração.” Era dedicado a todos os revoltosos que o procuravam, de tal modo, que nessa carta deu-se ao trabalho de listar nominalmente cada um dos que encaminhava ao advogado.[863]

> Não sei quando poderei ser visitado e para não prerder mais tempo, vão élas por escripto:
> 1º) Caso Raul Veiga Machado – capitão de inf.
> a) Foi condennado pelo Supremo Tribunal Militar, por deserção a 7 meses e 15 dias, embora envolvido nos sucessos de julho pelo que foi pronunciado... [864]

Segue enumerando todos os problemas desse Capitão: os descontos irregulares em seu salário, para pagamento de alimentação, perda de gratificação, pedido de restituição salarial e continua pedindo por outros companheiros, na mesma carta:

> 2º) Nelson de Mello e Luiz Cordeiro de Castro Afilhado, ambos 1os ten.tes , e Cap. Solon Lopes de Oliveira para não responderem pelo crime de deserção e lhes serem pagos integralmente seus vencimentos, até a presente data, isto é, desde 1-7-24.
> 3º) Aguinaldo Valente de Menezes, 1º ten., para serem pagos seus vencimentos integralmente, desde que foi pronunciado, isto é, 30-06-25... [865]

Lista caso a caso, descrevendo peculiaridades e especificidades, da situação de cada um, com grande paciência, numa carta de 4 páginas, na qual, ainda afirma, ao final, que precisa conversar com ele e “o Justo”, advogado já citado, que trabalha junto a Themístocles, “sobre a situação dos officiaes de S. Paulo que o governo excluiu sem processo, etc., mas fica para quando for possível.” [866] Pede que ao escrever, mande “pela família do Cordeiro” (Cordeiro de Farias), ou de outro preso que “mol-á dará na hora da bóia”.

Menciona a possibilidade de *habeas corpus* para que Tolentino receba seus vencimentos integrais, caso já explicado, no sub-capítulo anterior, através do qual poderiam conseguir o mesmo benefício para os demais, que se encontravam presos, com vencimentos reduzidos, pagando por todas as despesas carcerárias, a maioria tendo deixado esposas e filhos, dependentes financeiramente do prisioneiro.

Muitas eram as dificuldades na prisão. Além do isolamento, a própria condição de prisioneiros reservava-os lugares terríveis, condições de alimentação e saúde indescritíveis. Todos esses fatores somados à carência material, de toda a sorte, eram fatores agravantes de todo esse drama emocional. Devido à condição tanto de prisioneiros como de foragidos, a

---

[863] Carta de Eduardo Gomes, do Presídio Hospedaria dos Imigrantes, para Themístocles Brandão Cavalcanti, em 21/07/25. FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. FGV. CPDOC. Arquivo Themístocles Brandão Cavalcanti. TBC c 25.07.21.

[864] Ibid.

[865] Ibid.

[866] Ibid.

situação material dos revoltosos era a pior possível. Ainda que algumas famílias se esmerassem em apoiá-los, a longo prazo a situação tornava-se insustentável e a necessidade de dinheiro para viver e para aqueles que tinham dependentes, como esposas e filhos, deixavam os revoltosos incapacitados de agir.

Embora Eduardo Gomes tenha sido usado como um exemplo de zelo por seus companheiros de revolta, ele não era o único. Muitos tomaram iniciativas em ajudar seus companheiros, como, por exemplo, o de Arlindo Maurity da Cunha Menezes que pede a Themístocles auxílio jurídico ao Capitão João Teixeira Mendes, ao tenente Contador Jorge Lobo Machado e ao Tenente Médico e Dr. Humberto Perreti.

Themístocles Brandão Cavalcanti foi um dos advogados que sempre trabalharam pela causa dos revoltosos. Embora Nilo Peçanha tenha reunido, além dele, Platão de Andrade, Targino Ribeiro, Themístocles Cavalcanti, Odilon de Andrade, Evaristo de Moraes, Mario Carneiro e Heitor Lima, na ocasião do levante de 1922, para sua defesa, me parece que a maioria dos revoltosos eram atendidos por Themístocles Brandão Cavalcanti e Platão de Andrade. Para afirmar isso seria necessária uma pesquisa no arquivo dos demais advogados, mas devido à grande quantidade de correspondências, tanto do Exército como da Força Pública, escritas para Themístocles, além de algumas para o Platão, inclusive das principais lideranças do movimento, posso concluir que esses são os dois advogados da grande maioria dos revoltosos. Além disso, percebi em algumas cartas, tentativas de comunicação com outros advogados sem sucesso, como na carta de Capitão Olinto Tolentino de Freitas Marques, para que Gomes Carneiro advogasse em sua causa. Observa-se que não houve retorno dessa carta, que foi escrita junto à outra para Themístocles. Existem três cartas, entregues por portador, a Gomes Carneiro, sem resposta, enquanto a carta de Themístocles é respondida prontamente, com um telegrama, pedindo uma procuração. Logo em seguida, Themístocles lhe envia uma carta na qual já escreve dando ciência, ao Capitão, das providências que pretende tomar sobre sua incomunicabilidade, na Imigração. Outra carta que revela essa realidade é a de Frederico Cristiano Buiz à Themístocles que se queixa de abandono do caso pelo advogado Evaristo de Moraes e Heitor Lima. Se houve o abandono de uma liderança como Buiz,[867] respeitado por todos os revoltosos, não era possível que este mesmo advogado estivesse à frente da causa de outros, pois com a frequência que os revoltosos se comunicavam em transferências para outras prisões ou por cartas, não o aceitariam como representantes de suas causas, depois de tê-lo abandonado.

[867] Buiz já foi citado nesse trabalho. Tentou o levante na Vila Militar em 1922.

> Peço ao bom amigo queira incumbir-se do meu caso. Estou sem amigos porque, na época, estes nos abandonaram. Evaristo e Heitor dansaram comigo a dansa dos ursos e visto que para que eu ganhe esta questão necessário é que haja interesse da parte dos advogados... [868]

Essas pistas me levam a acreditar que estes dois advogados tenham ficado responsáveis, senão de todas as causas, da quase totalidade delas. Especialmente depois da demonstração de lealdade e dedicação à causa dos oficiais, durante a defesa dos processos de deserção, tratados no capítulo "A batalha judicial."

Além disso, os revoltosos escrevem centenas de cartas à Themístocles pedindo auxílio, uns para os outros, em todos os sentidos. O mais curioso é que são atendidos, chegando a impressionar a capacidade de Themístocles, sendo um homem tão ocupado, atender caso a caso, principalmente porque, na maioria das vezes, os *habeas corpus* eram sobre questões individuais, e cada petição atendia a um tipo de necessidade, havendo situações que exigiam a viagem desse advogado para outros estados.

Themístocles era primo do 1º tenente Luiz Celso Uchôa Cavalcanti, citado no início desse capítulo, um dos revoltosos que está preso na Casa de Correção no ano de 1924.[869] Luiz Celso Uchôa Cavalcanti, em 25 de novembro de 1924, escreveu a Themístocles Brandão Cavalcanti, da Casa de Correção, mandando lembranças a todos, inclusive a sua mãe, Dna. Elisa e ao seu pai, a quem chama de Almirante,[870] o engenheiro naval Vital Brandão Cavalcanti. Uchôa revela, nessa carta, o parentesco com Themístocles e agradece pelo alimento enviado pela mãe do primeiro, pois "já não tolerava o excellente tratamento alimentar" que recebiam na Casa de Correção. Despede-se mandando abraços de todos os companheiros "do primo amigo".[871]

Mesmo sendo advogado, em 1924, Themístocles Cavalcanti chegou a ser preso por sua atuação na causa. Eduardo, em carta a ele nessa época diz: "Soube que você andou passando uns tempos na Detenção, mas que 'por falta de provas' foi solto."[872] Ao sair da prisão, impetrou *habeas-corpus* em favor de quase cem oficiais que também haviam

---

[868] Carta de Frederico Cristiano Buys, do 1º RCD, São Cristovão, Rio de Janeiro, para Themístocles Brandão Cavalcanti. FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. FGV. CPDOC. Arquivo Themístocles Brandão Cavalcanti, TBC c 25.10.25.

[869] Carta de Luiz Celso Uchôa Cavalcanti, da Casa de Correção, para Themístocles Brandão Cavalcanti, em 25/11/24. FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. FGV. CPDOC. Arquivo Themístocles Brandão Cavalcanti, TBC c 24.11.25.

[870] Themístocles Brandão Cavalcanti era filho do engenheiro naval Vital Brandão Cavalcanti e de Elisa Brandão Cavalcanti.

[871] Carta de Luiz Celso Uchôa Cavalcanti, da Casa de Correção, para Themístocles Brandão Cavalcanti, em 25/11/24. FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. FGV. CPDOC. Arquivo Themístocles Brandão Cavalcanti, TBC c 24.11.25.

[872] Carta de Eduardo Gomes, do 1º RCD, São Cristovão, Rio de Janeiro, para Themístocles Brandão Cavalcanti, em 14/01/25. FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. FGV. CPDOC. Arquivo Themístocles Brandão Cavalcanti. TBC c 25.01.14.

participado dos eventos de 1922 e 1924, e que se encontravam indevidamente presos na Casa de Correção, uma vez que essa instituição não era uma prisão militar, nem se destinava aos acusados de crimes políticos. Em resposta, Bernardes baixou um decreto considerando a Casa de Correção uma prisão política; ainda assim, o *habeas corpus* foi concedido, e no mesmo dia os oficiais foram transferidos para diversos outros locais.

> Em março de 1917, ingressou na Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais do Rio de Janeiro, situada no Catete. Iniciou sua atuação política ainda estudante, proferindo em 1921 uma conferência na Faculdade de Direito de São Paulo, na qual acusou o governo do presidente Epitácio Pessoa de não cumprir a Constituição de 1891. Bacharelando-se em dezembro de 1922, já no ano seguinte impetrava habeas-corpus em favor dos alunos da Escola Militar do Realengo, no Rio, que haviam sido expulsos em razão da revolta de 5 de julho daquele ano, que, na capital da República, envolveu também o forte de Copacabana e efetivos da Vila Militar. Os alunos da Escola Militar foram sujeitos a pena disciplinar, expulsão e processo criminal. Durante sete anos, Temístocles defenderia os revolucionários de 1922 perante os tribunais, e todas as fases do processo desenrolar-se-iam durante o estado de sítio vigente no governo Artur Bernardes (1922-1926). Além dos cadetes e tenentes de 1922, Temístocles defendeu também os revolucionários paulistas de julho de 1924 e os envolvidos na conspiração liderada no mesmo ano pelo capitão-de-mar-e-guerra Protógenes Guimarães, que tinha por finalidade sublevar a esquadra para depor o governo Artur Bernardes, em apoio aos rebeldes paulistas e gaúchos. Durante a defesa dos revolucionários de 1922 e 1924, travou contato com vários elementos vinculados ao movimento tenentista, além do tenente Eduardo Gomes, a quem era ligado por estreitas relações de amizade, encontrando identidade entre suas idéias e algumas críticas feitas pelo movimento, quanto à inexistência de um regime realmente democrático no país.[873]

A biografia de Themístocles confirma a minha hipótese do envolvimento dele na defesa da maioria dos revoltosos, inclusive, dos alunos da Escola Militar do Realengo, incumbência que tomou para si após a morte de Nilo Peçanha.[874]

Foi um grande aliado dos revoltosos durante o período em que estiveram prisioneiros, atuando em todos os pontos possíveis a um profissional e, especialmente a um amigo.

Eduardo, demonstrando intimidade de amigo, diz que "há muito não recebe notícias de casa, o que o faz pensar em um caso de doença por lá" e pede que Themístocles dê notícias de sua família. Eduardo fala de Benjamim, provável irmão de Themístocles, também com muita intimidade, pedindo que este lhe escreva para dizer, inclusive, se já está casado. Manda

---

[873] Antes desse período "até os 14 anos de idade, Temístocles Cavalcanti estudou alternadamente no Brasil e na Europa, em função das constantes transferências de seu pai. Entre 1903 e 1905, residiu em Belém e no Rio. Em 1906, mudou-se com a família para a Inglaterra, onde seu pai fez parte da Comissão de Fiscalização da Construção de Navios de Guerra. Em 1908, matriculou-se no Colégio São Luís Gonzaga, em Paris, e no ano seguinte, de volta ao Brasil, cursou o admissão no Colégio São Vicente de Paulo, em Petrópolis (RJ). Retornando a Paris em 1911, fez o curso secundário no mesmo colégio em que estudara, enquanto seu pai permanecia na Inglaterra, encarregado de fiscalizar a construção do navio Rio de Janeiro. De volta ao Brasil em 1914, matriculou-se novamente no São Vicente, em Petrópolis, do qual se desligou no ano seguinte para preparar-se para os exames parcelados no Colégio Pedro II." FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. FGV. CPDOC. Dicionário Histórico Biográfico. Disponível em: <http//:wwwcpdoc.fgv.br/>. Acesso em: set. 2009.

[874] Nilo era o representante legal deste grupo. Por não possuírem, em sua maioria, a maioridade, foi nomeado curador de menores dos alunos.

lembranças ao comandante Nhonhô e sua senhora, referindo-se, provavelmente, ao pai e à mãe de Themístocles.[875]

As cartas estão repletas de agradecimentos e declarações que reafirmam o sentimento de amizade resultante da dedicação de Themístocles Cavalcanti, nos anos em que viveram à sombra da exceção.

Delso da Fonseca, em outra carta, pede ajuda "abusando do seu espírito de bondade";[876] Eduardo Gomes, preso na Hospedaria dos Imigrantes, inicia uma carta dizendo esperar que "todos os seus estejam bem" e termina "abraçando-o o muito amigo".[877] Em outra carta, o mesmo Eduardo Gomes refere-se a ele desejando "que esta vá encontrá-lo bem de saúde, assim como aos seus dignos pais [Dna. Elisa e Almirante], Beatriz, Álvaro, etc."[878]

Arlindo Maurity da Cunha Menezes, envolvido no levante da Escola Militar, em 1922, onde servia e era instrutor da Missão Indígena, ao escrever para Themístocles, de dentro da Casa de Correção, também em 1924, agradece-o, como é comum em todas as cartas dizendo: "Aqui da prisão do Estado envio-te os meus melhores cumprimentos de paz com os agradecimentos que, por mim e por todos os camaradas d'aqui te apresento, pelo esforço sempre desinteressado, dedicação e carinho com que acolhes, habitualmente, os nossos pedidos de "proteção" judiciária.[879] Noutra situação despede-se mandando "recomendações" de sua senhora, "bem como dos companheiros daqui da Ilha [Ilha Grande], além de "recomendações ao Dr. Platão" e um "opportuno abraço do amº grato, Maurity."[880] Eduardo Gomes, em outra ocasião, despede-se desejando "recomendações à Dna. Elisa, Almirante, e Álvaro e Beatriz," a quem agradece muito "o melado de Pernambuco que muito apreciei de

---

[875] Carta de Eduardo Gomes, do Presídio Hospedaria dos Imigrantes, São Paulo, para Themístocles Brandão Cavalcanti, em 19/05/25. FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. FGV. CPDOC. Arquivo Themístocles Brandão Cavalcanti, TBC c 25.05.19.

[876] Carta de Delso Mendes da Fonseca, do 1º Grupo de Artilharia Montada, Campinho, Rio de Janeiro, para Themístocles Brandão Cavalcanti, em 26/01/24. FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. FGV. CPDOC. Arquivo Themístocles Brandão Cavalcanti, TBC c 24.01.26.

[877] Carta de Eduardo Gomes, do Presídio Hospedaria dos Imigrantes, São Paulo, para Themístocles Brandão Cavalcanti, em 17/09/25. FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. FGV. CPDOC. Arquivo Themístocles Brandão Cavalcanti. TBC c 25.09.17.

[878] Não há certeza de que o pai de Themístocles seja militar. Embora conste que sua profissão é de engenheiro naval, não posso afirmar se fazia parte dessa força armada, pois poderia ser contratado como civil.

[879] Carta de Arlindo Maurity da Cunha Menezes, da Casa de Correção, Rio de Janeiro, para Themístocles Brandão Cavalcanti, em 10/12/24. FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. FGV. CPDOC. Arquivo Themístocles Brandão Cavalcanti, TBC c 24.12.10. Grifos meus.

[880] Carta de Arlindo Maurity da Cunha Menezes, da Casa de Correção, Rio de Janeiro, para Themístocles Brandão Cavalcanti, em 24/09/25. FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. FGV. CPDOC. Arquivo Themístocles Brandão Cavalcanti TBC c 25.09.24.

parceria com um formigueiro que numa ocasião surgiu desinteressadamente aqui na torre. Eduardo."[881] Eram de fato mais que clientes. Haviam se tornado amigos.

Outro que se empenha em prestar assistência jurídica aos companheiros de prisão é o Capitão Faustino da Força Pública de São Paulo. O caso dos oficiais da Força Pública já havia sido mencionado por uma carta de Eduardo, na qual ele afirma ser necessário conversar com Themístocles e "o Justo", advogado já citado, que trabalha junto ao primeiro, "sobre a situação dos officiaes de S. Paulo que o governo excluiu sem processo, etc., mas fica para quando for possível." [882] Trata-se da exoneração, pelo governo, dos oficiais desta Força, "em represália" a uma "medida judicial" para removê-los "para prisão adequada", ocasião em que saem do Presídio da Hospedaria dos Imigrantes, devido às precárias condições carcerárias deste presídio, com destino, segundo as pistas encontradas nas cartas, ao 4º B.C., em São Paulo. Segundo o Capitão Faustino, por tomarem a iniciativa de pedirem essa mudança, em 21 de outubro de 1924, todos os oficiais da Força Pública paulista envolvidos no levante de julho de 1924, foram exonerados, sem considerar nenhum dispositivo legal que regulamentasse a situação profissional desse grupo. Não houve sequer um enquadramento dentro de alguma lei aplicada a civis, como fizeram com os oficiais do Exército.

> [...] Para esse acto de violencia o governo do Estado não procurou nem ao menos um simulacro de processo regular, pois nem siquer tínhamos sido interrogados por qualquer autoridade. O regulamento da Força e as leis que tratam das demissões dos officiaes, não permitiam ao governo dar demissão a officiaes a não ser depois de processo regular em que fique provada a má conducta habitual ou depois da sentença condennatoria passada em julgado. Alem disso, pelo accordo que considerou as forças estaduaes como força auxiliar da reserva de 1ª linha do exercito, na clausula 7ª, declara peremptoriamente que os officiaes da Força Publica gozarão das regalias de officiaes da reserva de 1ª linha (Diario Official da União de 27 de Setembro de 1917). Nessas condições entendemos que não poderíamos ficar privados dos nossos direitos relativos a vencimentos, etc., mas suppunhamos que taes direitos só pudessem ser discutidos em juízo por meio de acção ordinaria perante a justiça Estadual. Acontece, porem que o nosso dito amigo Tenente Eduardo Gomes, quando ainda nosso companheiro de presídio aqui, chamou a nossa attenção para uma decisão do Supremo Tribunal Federal em que mandava pagar vencimentos a dois officiaes da policia do Pará, que ao nosso vêr, estão em igualdade de condições. Essa medida foi concedida por meio de habeas-corpus, não sabendo nós se o pedido foi originário.
> Dahi o nosso desejo de pleitearmos por meio de habeas-corpus os nossos direitos [...].[883]

Nesta carta, as citações legais são acompanhadas de menções à publicações em diário oficial, caracterizando como organizavam seu conhecimento em torno da luta jurídica,

---

[881] Carta de Eduardo Gomes, do 1º RCD, São Cristovão, Rio de Janeiro, para Themístocles Brandão Cavalcanti, em 14/01/25. FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. FGV. CPDOC. Arquivo Themístocles Brandão Cavalcanti. TBC c 25.01.14.

[882] Carta de Eduardo Gomes, do Presídio Hospedaria dos Imigrantes, para Themístocles Brandão Cavalcanti, em 21/12/25. FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. FGV. CPDOC. Arquivo Themístocles Brandão Cavalcanti. TBC c 25.12.21.

[883] Carta do Capitão da Força Pública Francisco Bastos, de São Paulo (Presídio Hospedaria dos Imigrantes ou 4º BC), para Themístocles Brandão Cavalcanti, em 04/12/26. FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. FGV. CPDOC. Arquivo Themístocles Brandão Cavalcanti. TBC c 26.12.04.

contando, para isso, com a união dentro das prisões, pois assinam esta carta: os Capitães Francisco Bastos e Índio do Brasil, o Primeiro Tenente José de Oliveira França e os Segundos Tenentes Octaviano Gonçalves da Silveira, Cesar Honorio de Campos, Benjamin Nery, João Procópio da Silva, Gordiano Pereira, Ary Fonseca Cruz e João Baptista Nitrini, todos oficiais da Força Pública.

Além de contarem uns com os outros recebiam, também, o auxílio sempre presente e incansável, de Eduardo Gomes. Este último possuía uma sagacidade capaz de mantê-lo informado de pormenores da situação jurídica de revoltosos de todo o país. Um exemplo disso é o caso que acabamos de mencionar. Após a exoneração dos oficiais da Força Pública, Eduardo Gomes ficou atento a uma notícia vinda do Pará,[884] que cabia ao caso destes oficiais. Já havia introduzido o assunto em 1925, por carta a Themístocles, na ocasião em que estivera preso com eles na Imigração, conforme visto nas páginas anteriores.[885] Eduardo já falava no problema quase um ano antes da carta de Faustino, de 04/12/26 pois a data de sua carta para Themístocles é de 21/12/25. A própria indicação de Themístocles como advogado, fora de Eduardo, a quem chamam de "presadíssimo amigo tenente Eduardo," pois os oficiais em questão sequer conhecem pessoalmente a Themístocles.[886]

"Agora" os oficiais da Força Pública lembravam-se de uma orientação de Eduardo, quando ainda era "companheiro de presídio"[887] deles, a respeito de uma decisão do Supremo Tribunal Federal, na qual este mandava pagar vencimentos a dois oficiais do Pará que estavam em igualdade de condições com eles, o que abria precedente para uma petição correspondente.

É uma ação a que pretendem dar andamento em grupo, pois pedem o cálculo dos "honorários que estipula para tomar a causa englobadamente ou de cada um dos signatários

---

[884] Observa-se com essa informação a adesão de outros grupos da Polícia Militar, em outros estados, provavelmente seguidores da Coluna Prestes que passara pelo Norte. Esta é uma situação eventualmente encontrada em cartas, como essa, e em Relatórios dos Ministros da Guerra, que denunciam a tentativa de convencimento de oficiais dessa força por oficiais do Exército. É natural que isso ocorresse, pois era a única força repressiva, além do próprio Exército, capaz de somar-se a eles ou combatê-los, suficientemente forte e organizada. Havia transposto o regime imperial e atingido uma profissionalização relativamente autônoma, já que no antigo regime havia certo hibridismo entre forças policiais e Exército. Cf. PONTIFÍCIA Universidade Católica. **A Polícia na Corte e no Distrito Federal.** 1831-1930. Rio de Janeiro, 1981. (Estudos PUC-RJ) e FERNANDES, Heloíza Rodrigues. **O Brasil Republicano.** Sociedade e Instituições (1889-1930). Tomo III, Capítulo VI, 2ª ed. Rio de Janeiro-São Paulo: Difel, 1978. Ainda assim, são consideradas como força auxiliar do Exército, inclusive, até hoje.

[885] Carta de Eduardo Gomes, do Presídio Hospedaria dos Imigrantes, para Themístocles Brandão Cavalcanti, em 21/12/25. FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. FGV. CPDOC. Arquivo Themístocles Brandão Cavalcanti. TBC c 25.12.21.

[886] Carta do Capitão da Força Pública Francisco Bastos, de São Paulo (Presídio Hospedaria dos Imigrantes ou 4º BC), para Themístocles Brandão Cavalcanti, em 04/12/26. FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. FGV. CPDOC. Arquivo Themístocles Brandão Cavalcanti. TBC c 26.12.04.

[887] Carta do Capitão da Força Pública Francisco Bastos, de São Paulo (Presídio Hospedaria dos Imigrantes ou 4º BC), para Themístocles Brandão Cavalcanti, em 04/12/26. FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. FGV. CPDOC. Arquivo Themístocles Brandão Cavalcanti. TBC c 26.12.04.

desta," caso não seja possível. Várias ações jurídicas em grupo eram tomadas como, por exemplo, o *habeas corpus* que retiraram os oficiais do exército da Casa de Correção, ou o que havia tirado eles próprios da Imigração, resultando na represália do governo comentada pelo Capitão Faustino.

4.4 "Estou na escola da adversidade, e é nella que mais se pode retemperar a alma."

Além das ações judiciais existem outras iniciativas que configuram uma atitude de resistência, tanto em grupo como individuais. São cartas ou manifestos narrando torturas vivenciadas em prisões herdadas do Império do Brasil, ilhas e campos de desterro, com relatos muito impressionantes sobre as práticas punitivas/repressivas de uma época, na qual o pensamento jurídico-político dos contemporâneos das rebeliões em questão, transparece ao leitor. Um deles é o relato lido por Azevedo Lima no capítulo sobre as prisões, navios e Ilhas; em outros momentos cartas e manifestos destinados a autoridades, eram lidos no Congresso por deputados oposicionistas, ou publicados em jornais, com declarações, não raro em tom desafiador, contra autoridades e arbitrariedades encobertas pelo sítio.

A carta ao Congresso, datada de 16/11/24, assinada por 53 oficiais: 6 generais, 1 coronel, 1 tenente coronel, 4 Majores, 7 Capitães, 26 Primeiros-Tenentes e 8 Segundos-Tenentes, todos prisioneiros na Casa de Correção, é um desses documentos.[888] Esse abaixo assinado era uma Carta à Nação, em resposta a um manifesto de Arthur Bernardes lido no Palácio do Governo, após a retomada da capital paulista pelas tropas legalistas, cujo resumo fora publicado pelo *O Brazil* de 10/08/24. A resposta ao "manifesto do Mé"[889] foi lida na Câmara pelo deputado Azevedo Lima, um grande aliado dos revoltosos, juntamente com Baptista Luzardo. Por intermédio desse documento respondiam a diversas acusações feitas a eles pelo presidente Arthur Bernardes. Em primeiro lugar repudiaram a idéia de que seu alvo fosse o presidente, como se fora uma vingança pessoal:

> Preliminarmente, é preciso que o Snr. Presidente da República saiba que está muito enganado quando pensa que as revoluções têm unicamente visado a sua pessoa ou o seu posto. Por causa do "cidadão Arthur Bernardes" nunca teríamos tomado parte num movimento armado. Os ideais revolucionários não miram indivíduos ou posições, e sim princípios. Ninguém se

[888] Abaixo-assinado contendo 53 nomes de oficiais e tenentes presos na Casa de Correção do Rio de Janeiro, expondo à nação os ideais de 5 de julho de 1922 e 1924 e com comentários a um discurso e ao manifesto do Presidente da República. FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. FGV. CPDOC. Arquivo Rosalina Coelho Lisboa, RCL c 24.11.16.

[889] Carta de Luiz Celso Uchôa Cavalcanti, da Casa de Correção, para Themístocles Brandão Cavalcanti, em 25/11/24. FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. FGV. CPDOC. Arquivo Themístocles Brandão Cavalcanti, TBC c 24.11.25. Mé era outro apelido de Bernardes, além de Rolinha.

> bate por causa de S. Exc. ou da sua cadeira presidencial, e sim em virtude de todo o conjunto de maus políticos que se constituíram em sindicato, há muitos lustros, para explorar o Brasil e de que S. Exc. é uma simples parcela e, no momento actual, órgão executivo.[890]

Em seguida expõem suas razões afirmando que o modo de governar o país pelos governos republicanos mantém o povo tutelado, como "o tutor o é dos menores, que rege, ou zagal do gado, que apascenta." Afirmam que a "Constituição" não é cumprida, da mesma forma que não são respeitados "os direitos políticos dos cidadãos sendo, antes, cerceada, "de todos os modos e por todos os meios, a escolha de seus candidatos aos diversos postos da representação popular." É uma crítica clara às fraudes eleitorais e às intervenções nos estados, que sempre utilizam o Exército para a repressão em armas, envolvendo-o numa situação que exige deles o descumprimento da Constituição, e dos preceitos legais que cultivam, e que, como membros da corporação, foram ensinados a respeitar. Queixam-se, especificamente, do governo Bernardes por "exercer suas funções," em todo o mandato, tendo "suspensos os direitos individuais" e, aproveitando-se de um momento em que "ninguém tem meios de se defender," para votar leis "especialíssimas e particularíssimas para condenar irremediavelmente os que lhe não são simpáticos." Protestam contra os governos que desejariam, cuidassem "realmente do bem nacional, e não de interesses subalternos," defendendo "nossas riquezas," a partir da dotação dos meios necessários a um Exército e uma Marinha eficientes, enfim que materialize as "aspirações" de "todos esses anos" de se ter uma "pátria livre," que permita a existência da "república prometida e sempre adiada":

> Aspiramos, como a Nação em peso, a instituição em nosso país de uma política de progresso e de liberdade, que cuide realmente do bem nacional e não de interesses subalternos. De uma política que, incrementando a lavoura, auxiliando as indústrias e facilitando os meios de transportes, dote o Brasil de uma Marinha e de um Exército, embora pequenos, eficientes, para a defesa de nossas riquezas. De uma política que, cumprindo a nossa liberalíssima Constituição, respeite os direitos políticos dos cidadãos e não lhes cerceie, de todos os modos e por todos os meios, a escolha de seus candidatos aos diversos postos da representação popular. De uma política que não persiga os Estados que não votaram nos "escolhidos pelas convenções", como aconteceu no Estado do Rio, onde um presidente já eleito empossado e garantido por um habeas-corpus do mais alto tribunal da República, foi derrubado, com prejuízo de conhecidos e sagrados preceitos da nossa lei mater; como aconteceu no Rio Grande do Sul, onde as antipatias do governo central contra o Sr. Borges de Medeiros geraram uma revolução da generosa terra de Julio de Castilhos; como aconteceu na Baía, onde foi decretada e realizada uma intervenção escandalosa; como finalmente aconteceu no Distrito Federal, onde o candidato do povo, bom ou mal – não era o Sr. Bernardes que competia julgar e sim a urna soberana, apesar de ter obtido mais de dois terços dos votos totais, foi depurado e expulso do Congresso como indesejável. De uma política que não leve a sua intolerância e ódio à oposição ao ponto de deixar país na posição sui-generis de possuir um governo apoiado por câmaras inteiras, onde as raras e honrosas excepções só servem para confirmar regra geral da incondicionalidade. De uma política que, se fizesse votar uma lei, como a de imprensa, para proibir os abusos de linguagem contra as autoridades constituídas, seria a primeira a cumpri-la e não consentir que os jornais governistas ofendessem com termos de peor espécie

[890] Abaixo-assinado contendo 53 nomes de oficiais e tenentes presos na Casa de Correção do Rio de Janeiro, expondo à nação os ideais de 5 de julho de 1922 e 1924 e com comentários a um discurso e ao manifesto do Presidente da República. FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. FGV. CPDOC. Arquivo Rosalina Coelho Lisboa, RCL c 24.11.16.

> os adversários da situação dominante. De uma política, finalmente, que não necessite, para governar, das trevas de um sítio perene, como os malfeitores das trevas da noite.
> Tais aspirações que, em todos estes anos de "república prometida e sempre adiada", têm sido açoitadas nos corações brasileiros que almejam ver a pátria livre dos que "absorveram a personalidade colectiva e são dela senhores como o tutor o é dos menores, que rege, ou zagal do gado, que apascenta", como sentenciou Ruy Barbosa.
> As revoluções, portanto, apenas desaparecem em nossa terra quando nela tivermos um governo realmente republicano, isto é, do povo, pelo povo e para o povo. Porque um governo que precisa dos cubículos das Casas de Correção e Detenção para os seus adversários políticos não pode, positivamente, ser um governo popular; um governo que, para exercer suas funções, não se pode contentar com os meios legais de repressão que bastaram aos seus antecessores e precisa de fazer votar às pressas numa época em que ninguém tem meios de se defender, por estarem suspensos os direitos individuais – leis especialíssimas e particularíssimas para condenar irremediavelmente os que lhe não são simpáticos, pode parecer tudo, inclusive um governo tzarista, mas não se assemelha absolutamente, nem de leve, ao governo de uma Democracia.[891]

Em questões como a tutela do povo, cujos direitos políticos de terem nas urnas sua representação pelo voto não são respeitados, por governos que promovem a fraude eleitoral, bem como na questão do não cumprimento à "Constituição;" ou, ainda, na situação em que o Exército, para reprimir a população ou grupos de oposição, garantindo uma votação fraudulenta, através das armas, sendo envolvido numa situação que exige deles o descumprimento dos preceitos legais podemos concluir que está em jogo a idéia de cumprimento às leis, respeito à Constituição e aos direitos do povo.

O exercício de suas funções, em todo o mandato, tendo "suspensos os direitos individuais" e todas as arbitrariedades decorrentes desse momento político, é outro argumento apresentado. Nesse caso, falam como prisioneiros políticos que são tratados de modo brutal, por uma ditadura civil, amparada legalmente por um estado de sítio.

Sobre o protesto contra os governos que desejariam, cuidassem "realmente do bem nacional, e não de interesses subalternos," defendendo "nossas riquezas," podemos asseverar estar aí o discurso nacionalista, eivado da idéia de progresso, de origem positivista, pelo qual os militares sempre se expressaram e que sempre norteou sua análise e atuação política.

Há que se atentar, também, para os anseios de "dotação dos meios necessários a um Exército e uma Marinha eficientes," e para que se materializem as "aspirações" de "todos esses anos," de se ter uma "pátria livre," que se permita a existência da "república prometida e sempre adiada," uma clara referência à situação material das forças armadas e à idéia de "salvação da República."

Rejeitam acusação de que desejam anistia ou promoções, reafirmando suas convicções:

---

[891] Abaixo-assinado contendo 53 nomes de oficiais e tenentes presos na Casa de Correção do Rio de Janeiro, expondo à nação os ideais de 5 de julho de 1922 e 1924 e com comentários a um discurso e ao manifesto do Presidente da República. FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. FGV. CPDOC. Arquivo Rosalina Coelho Lisboa, RCL c 24.11.16.

> S. Exc. afirma, em seu manifesto, que só lobriga dois moveis nas revoluções de 1922 e na presente: Um, aparente – o conseguimento da amnistia; outro, oculto – e espírito da rapinagem!!...
> Quanto a primeiro, responda o Snr. Presidente se recebeu, por ventura, algum pedido de amnistia dos revoltosos de 1922 ou algum memorial em que ele se declarassem arrependidos da atitude assumida. Alguns ex-alunos induzidos por partidários de S. Ex. a se dirigirem ao Catete, a fim de obterem de S.Ex. o cumprimento de uma disposição legislativa que os fazia voltar à Escola Militar, receberam uma negativa formal e tiveram a desilusão de ver o espírito de concórdia que animava os governistas, que não perderam a oportunidade para publicar nos jornais o nome dos suplicantes, encabeçando a narração do pedido com os títulos mais deprimentes e desmoralizadores.
> Tal era a idéia de confraternização que existia do vencedor em relação ao vencido, do forte relativamente ai fraco.
> Há mais de dois anos que os oficiais revoltosos de 1922 estão afastados do Exército e suportam todos os inconvenientes e prejuízos decorrentes de um processo que, cheio de irregularidades e injustiças, dizem os entendidos – ainda não conseguiu chegar à sua fase derradeira.
> E sabe o governo porque 17 meses de prisão não lhes abateu o ânimo, não os fez chegar ao estado de "humilde arrependimento", condição sine qua non para obtenção de uma "graça"? Não é porque sejam super-homens, mas sim porque a convicção profunda de que defendem a boa causa – com o povo – que nunca os abandonou. Este é o mistério, incompreensível para S. Ex. e seus partidários, que aí fica esclarecida em toda a sua simplicidade.
> E, pois, quem não pediu "clemência" ao governo nos dias de paz, havia de fazê-lo agora, comandando tropas invencíveis? Neste caso ninguém suplicaria coisa alguma, porque poderia impôr.
> Em que documento revolucionário S. Ex. já viu consignado algum pedido de amnistia? Desconhecerá S. Ex., por acaso, os belos manifestos do Snr. General Isidoro, quando, na prisão, sempre os temos lido?
> S. Ex., que se proclama representante do povo, é que devia ter vindo ao encontro dos ideais revolucionários que são as aspirações da Nação brasileira. Aí, então, S. Ex. não mancharia as páginas da História que descreverão o seu governo, com o sangue puro dos seus concidadãos.
> Mas S. Ex. tem, continuamente, afirmada ser a amnistia uma graça, um perdão. Não somente no seu manifesto o fez, mas também no seu famoso discurso aos acadêmicos cariocas e na sua entrevista recente ao Jornal do Comércio.
> S. Ex., porém, está completamente enganado; a amnistia não é medida de "clemência" que se outorga a "arrependidos e penitentes do mal causado", porquanto quem combate, sinceramente, por "dignas aspirações de ideais", mesmo vencido, em minoria, não perde estas aspirações. E eis porque diz muito bem o eminente e sábio Snr. Teixeira Mendes que "uma amnistia deve ser recíproca"; S. Ex. poderá amnistiar os revolucionários que, se estes o não amnistiaram e aos seus correligionários, a luta não cessará.
> Amnistia significa esquecimento. Se dois adversários não esqueceram mutuamente os ressentimentos, estará derimida uma contenda entre eles?
> Quanto a móvel oculto da revolução que S. Ex. descobriu, de tal ordem é, que não merece o menor comentário. Lamentamos, apenas, que a autoridade que tanto condena os abusos da linguagem e as injurias escritas, não se recorde disso quando escreve...
> S. Ex., porém, se enganou profundamente. A revolução de São Paulo não foi provocada pela "prisão de ninguém" nem pela "promoção por merecimento de quem quer que seja". Para provar semelhante asserto, bastará dizer-se que a policia paulista não se envolveu no levante de 1922 e tem suas promoções exclusivamente dependentes do governo do Estado e que o Chefe actual da revolução, o Snr. General Isidoro, não precisa de promoções por merecimento de S. Ex., visto como, há mais de três anos, está reformado, não tendo, destarte, interesse algum em quaisquer vantagens que os governos concedam ao Exército activo.
> A prisão de algumas dezenas de oficiais não é superior aos interesses do país, e estes, exclusivamente estes, é que exigiram a presente revolução, a que S. Ex. melhor que ninguém sabe que não tem faltado o apoio decidido o franco do elemento popular, desinteressado, por completo, em "promoções" de qualquer ordem.[892]

Por fim, rebatem a acusação de que os revoltosos espalharam o pânico, a dor e a morte em São Paulo, apontando a forma de combate adotada pelos legalistas em contraposição ao bombardeio aéreo. Terminam dando exemplos de suas condutas no combate de 1922 e no

[892] Abaixo-assinado contendo 53 nomes de oficiais e tenentes presos na Casa de Correção do Rio de Janeiro, expondo à nação os ideais de 5 de julho de 1922 e 1924 e com comentários a um discurso e ao manifesto do Presidente da República. FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. FGV. CPDOC. Arquivo Rosalina Coelho Lisboa, RCL c 24.11.16.

levante do encouraçado São Paulo, sem prejuízo à população e respondendo ao que chamam de tentativa de "atribuir propósitos indignos aos revolucionários:"

> Que diferença de processo usam "a legalidade" e aqueles que estão "fora da lei"! A Nação sabe de que lado está quem age movido pelo ódio; quem luta desinteressadamente pela grandeza e felicidade e quem lançou a família brasileira na guerra fratricida, desde que, como nuvem cobria ameaçando tempestade, apareceu nos horizontes da política nacional.
> As grandes, as santas causas exigem infindos sacrifícios para sua defesa, mas acabam sempre por vencer, porque elas se apóiam no Direito, na Justiça, na Verdade e nos mais puros sentimentos que abrigam os corações humanos.
> Extingue-se a voz da Imprensa com o recurso do sítio, mas o juízo da História, quem poderá invertê-lo?[893]

Eram cartas de desafio às autoridades e de resistência à condição que se encontravam, onde mostravam ter adquirido uma resistência advinda do sofrimento, que os levaram a considerar a dificuldade material, o sofrimento físico emocional e psíquico como elementos de seus cotidianos, como "condições normais de viver":

> A lei da igualdade entre a acção e reacção, estabelecida por Newton, é uma lei geral; ela subsiste, mesmo, nos fenômenos sociais. Eis porque os horrores requintados da tirania só tiveram por conseqüência a criação do tipo clássico do revolucionário, educado na escola do sofrimento e para o qual as perseguições da
> polícia e o desconforto da vida errante se tornaram condições normais de viver.[894]

Enquanto isso, do exílio em Montevidéu, Isidoro Dias Lopes respondia ao deputado oposicionista Azevedo Lima fazendo críticas ao momento de repressão que o país atravessa.

> Foz do Iguaçú, 27/02/1925.
> Ao illustre Sr. Dr. Azevedo Lima.
> A honrosa visita do nosso estimado amigo deputado J. B. Luzardo aos acampamentos das forças revolucionárias da "Divisão São Paulo" dá-nos a primeira e feliz opportunidade de falar ao vanguardeiro da revolução que, com coragem cívica, hoje tão rara, tendes sido na Câmara dos Deputados. E nossas primeiras palavras são de reconhecimento, de solidariedade e de gratidão àquelle que rompeu primeiro o sítio da mentira official e do silencio com que nos tentou asphixiar o bernardismo. Por um lado - o assassinato da imprensa a censura feroz postal e telegráphica, o encarceramento de milhares de cidadãos de todas as classes e profissões, a injúria, que não podia soffrer o merecido castigo, a calúnia, que não nos era permitido esmagar. [...] Por outro lado, nas fronteiras estrangeiras, além de esbanjar, a rôdo, o dinheiro extorquido á miséria do povo, pagando centenares de espiões, obtinha-se o concurso das nações visinhas, cujas autoridades nos negaram pão e água, não permittindo que embarcássemos em seus navios, que desembarcássemos em seus portos, repellindo mesmo os nossos doentes que procuravam abrigar-se sob a bandeira argentina, como succedeu, entre outros casos, com o capitão Dr. Barbosa Lima, que foi ridicularizado pelos espiões brasileiros, que se acham em missão bernardista, em Puerto Aguirre, além de maltratado pelas autoridades do porto. Estávamos, pois, segregados do resto do mundo, apenas em contacto com o exército Bernardo-borgista que – esse sim – sabia bem que existíamos!... Fóra disto, quasi sem éco, apezar de varonil e potente, era a vóz de Azevedo Lima que nos amparava, denunciando a tyramnia que nas trevas, lôbrega e silenciosamente, viola a correspondência,

[893] Abaixo-assinado contendo 53 nomes de oficiais e tenentes presos na Casa de Correção do Rio de Janeiro, expondo à nação os ideais de 5 de julho de 1922 e 1924 e com comentários a um discurso e ao manifesto do Presidente da República. FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. FGV. CPDOC. Arquivo Rosalina Coelho Lisboa, RCL c 24.11.16.

[894] Ibid.

> espiona, devassa, encarcera, deporta, maltrata, enxovalha e esbofeteia, desde o operário-pária até ao official do Exercito, fardado! Nem mesmo algumas famílias de revolucionários escaparam á sanha covarde das autoridades policiaes e militares do bernardismo! Mas o que dura vence, e surgem Bergamini, Caetano da Silva, Plínio Casado, Luzardo e Venceslau Escobar, que se alinham para o bom combate na Câmara dos Deputados. E em seguida apparecem Lauro Sodré, Antonio Muniz, Soares dos Santos e muitos outros, no Senado. E Barbosa Lima – o mestre austero da palavra, que é um raio que fulmina, faz ouvir sua voz que ribomba pelo paiz inteiro. E Assis Brasil cobre com o seu prestígio a revolução, empunhando a bandeira sagrada, digna de sua vida de impolluto republicano. Eis ahi está o vendaval que se generalisa, que levará por diante todos os obstáculos, purificando e saneando, afinal, a atmosphera morphetica dos syndicatos pluto-oligarchicos que exploram a politicalha rendosa. [895]

Isidoro fala também sobre às críticas dos governistas ao movimento, devido à ausência de um "programa revolucionário."

> A principio, pelo sitio feroz do silencio, da mentira e da calumnia, alguns, por velhacaria, outros, por medo, outros de boa fé, perguntaram: Que é isto? Que querem os revolucionários? Qual o programma? Quem é o chefe e que autoridade intellectual e moral o recomenda?
> Agora, que já podemos ser ouvidos pela Nação, vou responder ás interrogações acima. Antes de tudo, o movimento iniciado em S. Paulo foi a manifestação concreta do estado dos espíritos no Brasil, profundamente revolucionado.
> Programma? Mas alguém precisa de programma para defender a propriedade e a vida, quando assaltados por uma oligarchia, ou pela plutocracia, ou por um syndicato que explora, repito, a rendosa industria da politicalha?
> Examinemos, entretanto, as causas da nossa acção revolucionária. Não sendo versados na complexa sciencia sociológica, eu e meus companheiros somos simplistas e raciocinamos sobre os fatos.
> Phantasticamente rico – sob o aspecto econômico, o Brasil contempla uma oligarchia plutocrática a enriquecer até a quinta geração, enquanto 30 milhões de habitantes, quasi em miséria, são cada vez mais explorados. Esses dez mil, do vasto syndicato, são compostos dos grandes industriaes, seus parentes e amigos do peito; dos presidentes da republica, presidentes de Estados, senadores, deputados federaes e estadoaes, parentes, compadres e nepotes de toda espécie. Ao passo que esses dez mil enriquecem, como accentuei, até a quinta geração, o operário e o povo, uns 30 milhões de espoliados, sem direitos de ordem alguma, estão quasi na miséria, por uma artificial e criminosa carestia de vida. [896]

Além de falarem da concentração de renda e de cargos políticos nas mãos de poucos, criticam a corrupção na política e na administração do país:

> Apparentemente livre, porque é ma Republica com leis orgânicas boas, o Brasil, examinado pelo lado político e administrativo, é uma prostituição. Haverá quem queira factos? Entre mil ahi vão alguns: a intervenção no Estado do Rio, a eleição de senador no Distrito Federal, sitio preventivo na Bahia, a mascarada intervenção no Rio Grande do Sul, a nomeação do presidente da Republica, de Estados, de senadores e deputados federaes e estadoaes.
> Haverá alguém, medianamente culto, honesto, que negue a veracidade dessa ligeira exposição? E será ainda preciso um programma de theses mais ou menos acadêmicas sobre parlamentarismo, presidencialismo, democracia e sociocracia, para justificar a acção daquelles que não quizeram esperar que a Nação fallisse e fosse vendida, para sómente depois reagirem com as armas na mão? [897]

---

[895] Carta de Isidoro Dias Lopes, de Foz do Iguaçu, em 27/02/25, para Azevedo Lima. ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. APESP. Acesso rápido. Cartas da Revolução de 24. Acervo Digitalizado. Disponível em <http://www.arquivoestado.sp.gov.br>. Acesso em: nov. 2009.

[896] Ibid.

[897] Ibid.

Isidoro faz questão de responder, através do deputado às indagações acerca de sua escolha para liderança do movimento:

> [...] Das interrogações feitas no início do movimento, só me resta responder á pertinente ao chefe. Era este, ao meu ver, o calcanhar de Aquilles da revolução. Eu, auxiliado por uma dezena de abnegados officiaes, fui, de facto, o preparador do movimento, balanceando, collectando e coordenando elementos materiaes e pessoaes, mas o fui por instancias constantes, continuamente reiteradas, dessa dezena de officiaes do Exercito. Desde logo será o ponto fraco do movimento: ausência absoluta de um chefe, não só de valor, como, sobretudo, de real repercussão nas classes armadas e no Brasil inteiro. Todos os meus companheiros, civis e militares, são testemunhas do ardor com que, durante mezes, verbalmente e por escripto, bati a todas as portas, falando ou mandando falar a alguns marechaes e generaes, offerecendo a chefa do movimento, ficando eu auxiliar, com qualquer denominação, de quem fosse o chefe com os requisitos alludidos.
> Nome humilde e obscuro no Exército, figura apagada no mundo civil e político, previ, com grande clareza, a exploração que se faria contra a revolução chefiada por um quasi João Ninguém...
> Offerecí, pedi, roguei a diversos, cujos nomes não quero agora declinar, e todos fizeram forfait. Então, os meus companheiros puzeram-me a faca ao peito: ou eu seria o chefe, ou o movimento não se faria, ficando eu o responsável por tudo. Verifiquei ahi que, ás vezes, é preciso mais coragem para não fazer uma cousa difficil e perigosa do que para tental-a.
> Não tive animo de resistir e eis ahi o motivo por que a revolução não teve um chefe de renome, mesmo que esse chefe fosse um medalhão. Não se vive em meio hostil; os costumes brasileiros requerem nomes afamados, eu não o tinha, dahi os primeiros fracassos do movimento, pois por velhacaria, uns, por medos diversos e de boa fé muitos, todos se apegaram a isso para fugirem do cumprimento do dever cívico. [898]

E o general não deixa de explicar o que pretendiam em São Paulo:

> O caso é que irrompeu o movimento armado, e que segundo o plano, que vos darei no final desta, a generosa capital paulista cahiria em nossas mãos, sem um tiro, se não fosse uma falha que o aleijou. É preciso que se saiba que S. Paulo não era senão um objectivo transitório nosso. Uma parte do plano, simples, de facílima execução, mas decisiva, falhou e dahi a batalha que durou quasi um mez, ininterruptamente, até a retirada. O que foi essa série de combates já está mais ou menos descripto no livro do General Abílio de Noronha e que nós, os revolucionários, nessa parte completando apenas a narração, subscrevemos gostosamente, quando compara a nossa fraqueza militar com o grande número do pessoal bernardista e seu estupendo apparelhamento. [899]

Lembra da dúvida que tiveram quanto a estarem no caminho certo, podendo contar com o apoio da população de um modo geral:

> Em meio á luta, que fazíamos durar esperando o pronunciamento da Nação, faziamo-nos essas penosas interrogações: - A indifferença dos companheiros e das populações brasileiras será a nossa condenação, e nossa conducta será criminosa?
> Pouco durou a dúvida cruel. A generosidade, o enthusiasmo e as acclamações da população da formosa capital paulista, a destemida valentia das famílias, misturando-se audacciosamente aos nossos soldados para levar-lhes, gratuitamente, as refeições nas próprias trincheiras, trouxeram-nos a profunda convicção de que éramos os verdadeiros representantes do paiz e que a situação política de S. Paulo era tão artificial e falsa como a de todos os outros Estados. A machina compressora que escravisa a opinião é sempre a mesma, em S. Paulo como em

[898] Carta de Isidoro Dias Lopes, de Foz do Iguaçu, em 27/02/25, para Azevedo Lima. ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. APESP. Acesso rápido. Cartas da Revolução de 24. Acervo Digitalizado. Disponível em <http://www.arquivoestado.sp.gov.br>. Acesso em: nov. 2009.

[899] Ibid.

> Minas, como no Rio Grande, como no Brasil inteiro, e as populações todas só esperam o momento azado para respirar livremente.
> [...] De facto, um conhecimento imperfeito da alma paulista trazia-nos o receio de que, uma vez capturada a capital morrêssemos asphifixiados pelas manifestações de hostilidade da população progressista, industrial, capitalista, comercial e agrícola. Mas nossa estada na capital, as manifestações dos municípios em sua quasi totalidade, os applausos e festas com que nos recebiam, atravez do Estado, demonstraram cabalmente que, apezar das machinas perfeitas dos syndicatos pluto-oligarquicos, ainda não conseguiram matar os filhos dos bandeirantes. [900]

Novamente fala da repressão, do estado de exceção em quase todo o país, do uso da força policial para combatê-los e de como o Exército, não dá combate aos rebeldes, cumprindo as ordens sem levá-las às últimas consequências, agindo assim mesmo os que acreditam no respeito à hierarquia e ao princípio de autoridade:

> Diz-se que o senador Bueno Brandão aparteia o mestre da palavra – Barbosa Lima [...] allegando que mandou para a guerra alguns soldados de policia, recrutados e pagos a tanto por dia... Basta o estado de sitio perpetuo na maioria do Brasil, para prova provada de que o bernardismo está morto pela opinião brasileira. Nem se diga que o Exercito Nacional o ampara. Não. Basta ver que há quasi mil officiaes de terra a mar nas enxovias do General Santa Cruz e Marechal Fontoura. Basta ver dos que, sem estarem aqui, o governo bernardista não tem forças para mandar contra nós, para ver que é uma minoria dona da força e dos recursos da Nação, que o tolera. E desta minoria ainda é preciso subtrahir aquelles que, em ponto de vista atrazado, honestamente pensam que estão cumprindo o dever de defender o princípio da autoridade. [901]

Em seguida, reafirmam que lutam pela legalidade, colocando-se na posição de legalistas e não de revolucionários, nomeando-se defensores da Constituição, da República de um país livre, da dignidade militar, do desagravo ao Exército, ao "pundonor militar." Por último, fazendo coro com os demais discursos dos diversos militares estudados, Isidoro invoca os nomes que representam a corporação, "o Exercito de Osorio, Deodoro, Floriano, Benjamin e Senna Madureira."

> O princípio da autoridade! Onde a autoridade sem leis, governando com suspensão perpetua das garantias constitucionais? Quem sabe, hoje, que os governos não têm autoridade intrínseca e seu poder lhes advem do cumprimento das leis? Que paiz livre, regido por instituições republicanas, admitte, hoje, que o homem, envergando a farda, perde as suas qualidades de homem e de patriota? Centenas de officiaes do Exercito e da Armada estão presos no xadrez, na Casa de Correção, na geladeira da polícia, de cambulhada com a escoria dos criminosos, maltratados, desfeiteados e enxovalhados. Isto é legal? E querem nos convencer que o Exercito pactua com isto? Pois então um official do Exercito é preso, insultado, esbofeteado e injuriado e o Exercito pode ser bernardista?
> Quem não comprehende a razão do augmento dos effetivos das policias e dos armamentos do Rio Grande, São Paulo, Minas, etc.? Quem não vê que o judas tradicional, apedrejado pelos garotos, queimado e estraçalhado nos sabbados de alleluia, é hoje um boneco, com farda de official do Exercito, mandado dependurar nas ruas pelos bernardistas?

---

[900] Carta de Isidoro Dias Lopes, de Foz do Iguaçu, em 27/02/25, para Azevedo Lima. ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. APESP. Acesso rápido. Cartas da Revolução de 24. Acervo Digitalizado. Disponível em <http://www.arquivoestado.sp.gov.br>. Acesso em: nov. 2009.

[901] Ibid.

> Não, mil vezes não, o Exercito de Osorio, Deodoro, Floriano, Benjamin e Senna Madureira não é bernardista! Por factos infinitamente menores, nas offensivas ao pundonor militar – o glorioso Exercito de 89 precipitou a proclamação da Republica. [902]

Termina sua carta reiterando o programa dos revoltosos e informando que a Coluna gaúcha acaba de unir-se à Coluna Paulista, registrando, nesse documento, o momento exato no qual, após diversas reuniões do Estado Maior Revolucionário, será decidido o início da ação das duas Colunas, que unidas formaram a Coluna Prestes.

> [...] Agora, para terminar esta prolixa carta, devo ligeiramente dizer-vos que o nosso programa inicial, já tantas vezes publicado em jornaes e profusamente distribuído em boletins, na capital paulista, contém, entre outros pontos: reforma da Constituição, voto secreto e obrigatório, revogação da lei de imprensa, uniformidade de poder para judiciário, fazendo-o, de facto, independente; responsabilidade effectiva dos agentes do Executivo, ministros, etc.; ensino preliminar gratuito e obrigatório, regulamentação do art. 6º, que é interpretado consoante os caprichos presidenciais, sempre mencionados por um congresso de designados, responsáveis, em conseqüência de seu servilismo, por todos os mais estupendos e attentados aos direitos e as leis, sendo exemplo da degradação a que chegaram a depuração do Irineu Machado, que deshonra a quem a votou.
> De nossa situação militar vos dirá o nosso estimado amigo Dr. Luzardo, que aqui tudo viu e minuciosamente examinou. Assim, com os sentimentos de gratidão e votos e applausos da Divisão São Paulo e da Divisão "Rio Grande", que acaba de se reunir a nós depois de romper um cerco de 10.000 bernardo-borgistas e através de uma épica marcha – recebei os milhares votos de felicidade pessoal do patrício, companheiro e ultimo servo. Isidoro Dias Lopes.[903]

Carlos Chevalier também se utiliza da escrita de cartas como um instrumento, no caso dele, de reclamação ao Supremo Tribunal Militar queixando-se do tratamento dado aos oficiais em tom sarcástico.

> Hão de perdoar os senhores Ministros, a insistência com que vem o abaixo assignado batendo á porta desta Casa de Justiça, mas isto faço por ser o habeas-corpus o único recurso que ainda não sossobrou ante o despotismo doentio de um governo fallido.
> E o que faser senhores juises, se envolvido se acha o suplicante, há 60 longos dias de vida penal em uma dependência do 1º RCD de apenas paredes, sob uma base ladrilhada de 6 x 4, com duas sentinellas á volta e de armas embaladas, e de onde não lhe deixam arredar o pé nem mesmo para as refeições?
> Que fazer senhores do Supremo Tribunal, se doente não lhe permittiram e não lhe permitem a hospitalização?
> Que fazer chefes da Justiça Brasileira, se apesar de condennado a 7 meses e 3 dias de prisão simples, vê-se eternamente encarcerado e sujeito a mais completa inconmunicabilidade?
> Que fazer se tendo apellado da sentença para tribunal superior continua inconmunicavel sem que lhe seja permittido cuidar da sua próxima defesa?
> Que fazer se neste estado de completa incomunicabilidade foi levado á barra do tribunal, e ahi em engraçadíssima força foi condennado á pena acima graças ao juiz que implementou o advogado para quem olhei pela 1ª vez minutos antes do inicio da força citada?
> Que fazer se as autoridades do paiz não cumprem as leis e regulamentos?

---

[902] Carta de Isidoro Dias Lopes, de Foz do Iguaçu, em 27/02/25, para Azevedo Lima. ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. APESP. Acesso rápido. Cartas da Revolução de 24. Acervo Digitalizado. Disponível em <http://www.arquivoestado.sp.gov.br>. Acesso em: nov. 2009.

[903] Ibid.

> Recorrer pois ao habeas-corpus que em um paiz qualquer medianamente civilizado seria a ultima das soluções é no nosso infeliz Brasil a primeira e única.[904]

Chevalier referia-se às acomodações do 1º Regimento de Cavalaria Divisionária (1º RCD), em São Cristóvão, na capital do Rio de Janeiro, onde vários revoltosos ficaram presos em diversas ocasiões. Em sua biografia ele já comentara sobre este alojamento-prisão:

> Dizer algo sobre a hygiene do nosso cárcere, é alterar o bom estado do estomago do leitor. As camas premidas umas contra as outras facilitavam o livre transito dos percevejos, que, em numero ilimitado, banqueteavam-se na variedade de sangues... Os colchões e travesseiros eram da peor palha possivel e extraordinariamente sujos. E a coberta... uma manta de cavalo!... Não podendo supportar além da primeira noite, a desagradável companhia dos 'indesejaveis' parasitas, preferi atirar a minha vil carcassa por sobre as rijas taboas de uma mesa grosseira, que, collocada ao centro do inadequado alojamento, servia para as nossas refeições. Se percevejos não havia no meu novo leito 'confortavel', moscas, por cumulo do azar, em verdadeiras nuvens esvoaçavam por sobre o meu magro corpo cançado da madeira dura... Ao raiar do dia obrigavam-me ellas, com o seu 'zum-zum' desagradável, a saltar fora da pseudo-tarimba. [905]

Leopoldo Nery envia carta aos redatores de jornal nesse mesmo tom de protesto e indignação por terem publicado uma notícia inverídica sobre dois revoltosos, dizendo que teriam se entregado à polícia. Fala também dos falsos revoltosos que os abandonaram e mantém, no momento em que escreve a carta, um discurso de pacificação. Demonstra certa indignação às declarações dadas por políticos e legalistas envolvendo os revoltosos, afirmando estar "na escola da adversidade," onde "mais se pode retemperar a alma":

> Ilmos. Srs. Redatores.
> Certos cavalheiros, verdadeiros estropiados políticos, no afam de conseguir as boas graças do actual Governo, andam por ahi a nos explorar, arvorados em mensageiros da pacificação. É deveras interessante a sollicitude actual desses indivíduos, muitos dos quaes desertaram da lucta por portas escuras, deixando-nos entregues á sorte e perseguidos por uma matilha de cães policiais. E' que agora julgam-nos bom campo de cavações, onde poderão fazer certos servicinhos agradáveis aos poderosos. Não trepidam mesmo diante da infâmia, como no caso da noticia da apresentação dos tenentes Delso e Serôa, que haviam sido presos no Paraná e de uma outra publicada há dias nos jornais de São Paulo, affirmando que o tenente Hugo Bezerra se havia apresentado.
> Creio que esses cavadores já estão sufficientemente desmoralizados e suas victimas não passam de dois companheiros que elles conseguiram embohir.
> Para afastar de meu nome qualquer felonia proxima futura, faço a seguinte declaração: Acho que a Pacificação só poderá ser tratada com quem está de armas na mão. Se o Governo persiste em não transigir com revolucionários, que nos anniquile de vez, porque não há meio termo nesta questão que cumpre terminar para bem de todos os brasileiros. Quanto ao meu caso pessoal, não tomarei conhecimento de boas intenções; esperarei pelos factos, declarando á luz meridiana, que não pretendo ter parte differente dos demais companheiros de lucta. Sou solidário com elles e o serei até o fim.
> Mesmo no seu intimo, os poderosos achariam índigo o acto de um militar, que nas minhas condicções desertasse da lucta.

---

[904] Carta de Carlos Saldanha da Gama Chevalier ao Supremo Tribunal Militar, em 1925. FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. FGV. CPDOC. Arquivo Pedro Ernesto Baptista. PEB c 25.00.00/1.

[905] CHEVALIER, Carlos. **Memórias de um Revoltoso ou Legalista?** 1922-1926. Rio de Janeiro: Estabelecimento Graphico Nictheroy, 1925, p. 56-57.

> Estou na escola da adversidade, e é nella que mais se pode retemperar a alma. Quando um dia a Patria precisar de meus serviços para ajuda-la a repelir uma invasão estrangeira, eu, mais do que os proprietários de palacetes, terei a energia serena e o devotamento para sacrificar-me por ella. A pacificação é facillima, mas se preferem anniquilar-nos, o Congresso ahi está para em dois dias votar a pena de morte com effeito retroativo, então poderão nos ir abatendo por partes.
>
> Fiquem certos, porem, que não conseguirão matar-nos; viveremos na Historia que zomba da tyrannia. [906]

Há outra carta de Nery, desta vez ao marechal Carneiro da Fontoura, Chefe da Polícia Política do Distrito Federal, na qual o oficial o provoca, chamando-o de ineficiente e ridicularizando-o.

> Rio, 31 de março de 1926
> Meu caro Marechal
> Foi com grande alegria, com vivo contentamento, que contemplei de meu cantinho a firmeza com que V. Ex. se engastou na suprema direcção dos nossos negócios Policiaes. Não saia Marechal: Crea, e nisso não vae o mais leve traço de lisonja, que estimo a Policia de V. Ex. pela sua inacreditável efficiencia negativa, desmentida uma única vez por occasião do Becco do Rio, onde, se diga de passagem, a diligencia, que foi pilotada por um trahidor, estava ao alcance de qualquer guarda noturno.
> No entanto, Marechal, eu não evito a policia: a tenho enfrentado repetidas vezes e até mesmo com V. Ex. já cruzei de automovel pelas ruas. Residi numa pensão onde muitas noites dormia um Delegado Distrital e no dia sete de setembro me fizeram parar o automóvel bem em baixo da janella do Palacio, a rua Silveira Martins. Mas, mudando de assumpto, Marechal, póde ficar certo, de que lhe reconheço um grande mérito, que seria injusto pretender impanar - o de ter organizado e dirigir a policia mais supinamente imbecil que já existiu por sobre a face da terra desde os tempos de TUTANKAMEN até os nossos dias. Esta gloria pertence a V. Ex. e ninguém lh'a póde tirar. V. Ex. só não tem o monopólio de ser o expoente Maximo da imbecilidade policial, porque anteriormente áquelle Pharaó, houve um outro, de nome TO-TO-PA', que foi sacrificado pelo inimigo, devido á refinada cultura de imbecilidade do homem que, como V. Ex. o guardava com carinho e muito zelo.
> V. Ex. póde gabar-se de ter organizado uma machina cara e complicadíssima, com um único defeito - não conseguir nunca a marcha avante, o seu forte é o movimento retrógado -. Avalie V. Ex. se o governo cahisse na asneira de demittil-o e de nomear para Chefe o Tenente coronel Daltro Filho, como se propalou nas próprias rodas dos amigos do Cattete; não haveria mais camarada foragido, que pudesse parar nesta São Sebastião do Rio de Janeiro, onde a gente foge e se aninha com tanta facilidade. O "Homem" era capaz de querer organizar policia intelligente e, olhe o Diabo.
> Marechal, V. Ex. mande os seus Sherlockes examinar a assignatura desta para vêr se é recente ou não e mesmo reconhece-la no Tabellião Lino Moreira.
> Disponha sempre da "féra" que é
> Leopoldo Nery da Fonseca Jr. – Cap. de Engenharia.[907]

Esses são alguns exemplos de como lutaram e resistiram aos ferros do cárcere. Ora através das cartas, aqui apresentadas, envolvendo-se na luta jurídica; ora por meio de abaixo-assinados; ora de denúncia e desafios, como mostram as cartas de Chevalier e Nery, em tom sarcástico, uma camuflagem para a indignação de ambos.

Aliás, esta é uma marca da maioria dos revoltosos: a ironia nos momentos mais adversos. Não foram poucas vezes que, ao ler relatos com alta carga de dramaticidade,

---

[906] Carta de Leopoldo Nery da Fonseca Jr. aos Redatores de jornal, em 01/01/27 (local ignorado). FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. FGV. CPDOC. Arquivo Pedro Ernesto Baptista, PEB c 27.01.01.

[907] Ibid.

relacionados a fatos ocorridos dentro das prisões, minha concentração, nesses episódios tão contundentes, foi quebrada pela narrativa de Chevalier e Juarez, em suas biografias, ou por trechos de cartas de tantos revoltosos, como Siqueira Campos, entre outros, arrancando-me uma repentina risada.

As formas de resistência encontradas por eles - que se uniram não mais como companheiros de uma corporação, ou por compartilharem de uma identidade militar-rebelde, mas por, diante das adversidades vivenciadas no exílio e nas prisões, haverem se tornado amigos - ficam claras, à medida que percebem que vivenciarão um longo período de reclusão.

Não obstante Eduardo Gomes ter sido um forte exemplo de amigo dos companheiros de revoltas, um auxiliava o outro em tantas questões quantas estivesse ao seu alcance. Contavam, além de Eduardo, com Themístocles Brandão Cavalcanti, seu advogado; com suas esposas, irmãos, irmãs e mães, como, por exemplo, Dna Jenny Gomes, mãe de Eduardo Gomes, e seus irmãos, Eliane Gomes e Stanley Gomes; com Raymundo Siqueira Campos, irmão de Siqueira Campos, que constantemente auxiliava-os; e com mais um amigo e aliado político que sempre os ajudou, o Dr. Pedro Ernesto Baptista.

O tratamento dado a Pedro Ernesto pelos revoltosos, de um modo geral, é de profunda amizade e respeito. É tratado por termos como: "meu bom amigo," fazendo referência a ele e aos demais da clínica para quem dedicam os "mais cativantes laços de admiração e profunda gratidão."[908] Em outros momentos é chamado por "estimado senhor"[909] ou "o grande amigo" pois, como ele, "sinceros e dedicados poucos existem."[910]

O sentimento que estas palavras revelam estava diretamente ligado ao modo como Pedro Ernesto Baptista atendia aos pedidos dos revoltosos. Era de fato um amigo incansável, da mesma forma que Themístocles Cavalcanti, estendendo seu auxílio para além de favores ligados à saúde, já que era médico.

Encontramos nas cartas enviadas a ele, pedidos de emprego em sua Clínica, como o caso de Aglo da Costa Lima, excluído da Marinha de Guerra, segundo Daltro, por se envolver nos movimentos político.

---

[908] Carta de Delso Mendes da Fonseca para Pedro ErnestoBaptista (data e local ignorados). FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. FGV. CPDOC. Arquivo Pedro Ernesto Baptista, PEB c 1925/29.00.00.

[909] Carta de Agrícola Baptista para Pedro Ernesto Baptista (local ignorado). FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. FGV. CPDOC. Arquivo Pedro Ernesto Baptista, PEB 28-03-24.

[910] Carta de Leopoldo Nery da Fonseca para Pedro Ernesto Baptista (local ignorado). FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. FGV. CPDOC. Arquivo Pedro Ernesto Baptista, PEB 26/05/16.

> Meus respeitos.
> O portador desta Aglo da Costa Lima deseja encontrar uma colocação em vossa Casa de Saúde, a fim de não só manter-se, como também de adquirir prática de serviços de enfermeiro. É indivíduo de bom comportamento, inteligente e cumpridor dos seus deveres, tendo sido excluído da Marinha de Guerra em conseqüência de movimentos políticos, pois pertencia à Aviação Naval. Serviu comigo durante muito tempo, nunca tendo dado motivos de queixa. Esperando que o Dr. o atenda, caso assim seja possível, profundamente grato está quem o admira e o estima. R. E. Daltro[911]

Em outro momento Agrícola Batista escreve a Pedro Ernesto expondo os riscos que corre de ser preso, devido às suas atividades, e pedindo auxílio financeiro para poder sair do Rio de Janeiro.

> Rio, 24/03/1928.
>
> Exmo. Sr. Dr. Pedro Ernesto.
> Estimado Senhor.
> Meus respeitosos cumprimentos.
> Embora um pouco contrariado, sou obrigado a escrever-lhe neste momento expondo a situação em que encontro e tomo a liberdade de recorrer ao seu auxílio para resolvê-la. Como deve saber V. Excia. há dez meses me encontro no Rio, sem que, até hoje, tivesse conseguido uma [ilegível] que me assegurasse uma situação estável. Por isso tive de atravessar e suportar, por tão longo período as mais duras dificuldades.
> Agora além de criar os meios com que estamos lutando quem tem me abrido muitas portas é um cidadão amigo da polícia, amigo da guarda reserva, o qual estando ao par da minha situação, revelou-se-me há dias capaz de mais torpe das infâmias. Desse modo, além de viver em insuportáveis dificuldades, encontro-me, também a ir para a cadeia de um momento para o outro.
> Procurando resolver esta situação ofereceu-me um amigo um lugar em outra parte do país, estando, entretanto, impossibilitado de aceitá-lo, em vista de não dispor de dinheiro necessário para a passagem.
> Nessa parte é que se não lhe for inteiramente impossível, desejava contar com o auxílio do prezado amigo, quem, aliás, já devo um mar de obséquios.[912]

Era tão bem quisto que antes de entrarem em combate, despediam-se dele como um que lhes fosse um "exemplo de dignidade admirável."

> Meu bom amigo.
> Ao partir mais uma vez em busca do que fazer pela causa que abracei, não devo, não posso, nem quero fazê-lo, sem antes levar-lhe a certeza da minha amizade, a conta de minha admiração pelo Sr. e seus bons companheiros. Bem sei as dificuldades que se pois amealharão na sanha que nos propusemos trilhar, eu e esses bons companheiros que me têm encorajado com o seus exemplos de abnegação e coragem. Entretanto temos arrojado ânimo para luta formidável contra a tirania e nesta fase manteremos porque quando nos faltarem forças, aí estão os exemplos de dignidade admirável, no Sr. e neste. Assim, meu bom amigo, ao partir lhe envio apertadíssimo abraço, extensivo aos seus bons companheiros, o seu sempre amigo grato. E é assim meu caro amigo, ao embate incessante de tantos dissabores que minha alma se vai engelando por apreciação das paixões humanas. Resta-me aproveitar o cadáver com utilidade para o que não pouparei esforços, como esforços não pouparei em como ser digno de sua amizade, quem lhe abraça como aos companheiros com muita amizade e gratidão.[913]

---

[911] Carta de A. E. Daltro a Pedro Ernesto, em 14/12/25. FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. FGV. CPDOC. Arquivo Pedro Ernesto Baptista, PEB c 25.12.14.

[912] Carta de Agrícola Baptista para Pedro Ernesto Baptista (local ignorado). FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. FGV. CPDOC. Arquivo Pedro Ernesto Baptista, PEB 28-03-24.

[913] Carta de Delso Mendes da Fonseca para Pedro Ernesto Baptista (data e local ignorados). FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. FGV. CPDOC. Arquivo Pedro Ernesto Baptista, PEB c 1925/29.00.00.

Muitos oficiais o procuram entregando membros de sua família a seus cuidados por se encontrarem presos. É o caso do Comandante da Armada Aníbal de Mendonça que encaminha sua esposa para tratamento.

> Pedro Ernesto.
> Respeitosos cumprimentos.
> A portadora desta é minha esposa que vai para ser rigorosamente examinada pelo bondoso distinto facultativo.
> Na minha situação de privado da minha liberdade tomo, além de entregar-lh' a como médico, a liberdade de pedir que o caro doutor tenha todo interesse, como se tratasse de pessoa que muito lhe fosse cara. Ela lhe porá a par de meus padecimentos. Com muito respeito e consideração. Aníbal de Mendonça. Comandante da Armada[914]

Ou na carta do tenente do Exército Carlos de Saldanha da Gama Chevalier a Pedro Ernesto, agradecendo o desvelo e o carinho com que o tratou em sua casa de saúde, principalmente como foragido, momento em que o escondeu.

> Exmo. Sr.Dr. Pedro Ernesto
> Eis-me tornado à vida!
> O primeiro dever que acode ao meu espírito cumprir é o de agradecer ao bondoso amigo e a seus compassivos companheiros a extrema caridade em que acolheram o infeliz foragido de tudo e de todos na angústia penosíssima da incerteza do dia amanhã. Enquanto sadio nada me amedrontava, porque fácil sem me afigurava fugir aos perigos; doente, jovem, quase impossibilitado de mover-me, eu senti invadir-me o desalento. Longe dos meus, sem mesmo poder procurá-los nem tê-los junto a mim; sem que me fosse possível avisá-los sequer do meu precário estado de saúde; cercado de ciladas, numa instabilidade forçada de todos os momentos, sem repouso d'alma nem de corpo; sem o conforto de uma assistência amiga, como tratar-me? E foi em tão prementes condições que me abristes as portas do vosso bendito asilo. Que sensação confortadora de tranqüilidade e de esperança! Como me senti feliz! Se a enfermidade inexorável cruciava-me de dores, o carinho de vossas palavras, o bálsamo de vossos cuidados profissionais, ungidos de compaixão, animadores e confortantes, infiltravam em meu coração numa serenidade tão grande, uma tal segurança de restabelecimento, que o milagre se fez, e eis-me salvo! Como não hei de agradecer do íntimo d'alma, empenhando se possível fosse a minha vida a todos vós, apóstolos do bem esse benefício extraordinário? Com que delicadeza me cumuláveis de obséquios, buscando apagar-me no entanto aos meus olhos o fulgor de vossa caridade! Enumerar a abundância de vossos benefícios fora tarefa inesgotável e amesquinharia a magnanimidade de vossos corações. Fostes muito além do que um desconhecido poderá merecer, pois para maior consolo de meus negros dias, consentistes que me acompanhasse a esposa. O vosso sublime altruísmo transformou a minha desventurada penúria em opulência, e senti que a bondade de todos quantos me cercavam, faria brotar flores e trescalar aromas em torno de mim. Era um paraíso que criáveis em volta do pobre enfermo que bem perto vira por vezes a morte. Salvaste-me, e a minha gratidão só se sente bem prostrando-se de joelhos diante de vós. Eu, minha mulher e a inocente filhinha para a qual soubestes poupar minha vida, e a quem ensinarei pedir a Deus na suas orações por vós e Exma. Família, vos beijamos reconhecidamente as mãos. Do eterno amigo. Carlos Chevalier.[915]

Da mesma forma, Cabanas agradeceria a Pedro Ernesto por tomar conta de seus irmãos enquanto estava preso, pois um deles se encontrava em um sanatório por ter

---

[914] Carta de Aníbal de Mendonça para Pedro Ernesto Baptista (local ignorado). FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. FGV. CPDOC. Arquivo Pedro Ernesto Baptista, PEB c 25.11.05.

[915] Carta de Carlos Saldanha da Gama Chevalier para Pedro Ernesto Baptista,em 23/10/24 (local ignorado). FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. FGV. CPDOC. Arquivo Pedro Ernesto Baptista, PEB c 24-10-23.

“affectados” seus pulmões, enquanto outro estava na iminência de ficar cego e Cabanas não podia socorrê-los,[916] ou faria o mesmo o pai de Chevalier, Jorge Emílio, em carta comovida pela forma como o médico socorreu o filho num momento de adversidade, no qual quase perdeu a vida.

> Ilmo Dr. Pedro Ernesto.
> Impossibilitado de pessoalmente agradecer-lhe o humanitário e generoso acolhimento feito por V.S. a meu querido Carlos, pois há quatro anos, tive e infelicidade de quebrar uma perna, a qual nunca mais me permitiu locomover-me com facilidade, venho todavia, por este meio e também por intermédio de minha senhora, que será a portadora desta, patentear-lhe tudo que o que esse pai reconhecido pode desejar de felicidade a quem tão desinteressadamente socorreu, em tão triste emergência o seu querido filho.
> Como eu desejaria, meu bom Dr., beijar-lhe as mãos. Como eu seria feliz em dizer-lhe verbalmente Muito obrigado, muito obrigado digno apóstolo à ciência, alma superior que não trepidou, que não temeu a perigos a que atualmente se expunha, quando se tratou de fazer o bem!
> Deus o recompensará, pois só ele tem os meios e o poder de cumular de graças e favores, àqueles que como V. S., sabem exercer o que ele tanto aprecia: A Caridade!
> Reiterando os meus mais sinceros agradecimentos tenho a honra de subscrever-me,
> De V. S.
> Humilde Criado, Muito Obrigado
> Jorge Emílio Chevalier
> Av. 7 de setembro 180
> Niterói 08/11/1925[917]

Foram tantos os favores realizados por Pedro Ernesto, que Luís Carlos Prestes enviou carta da Bolívia, do exílio, agradecendo ao muito que vinha fazendo pelos companheiros.

> Gaiba, 01/02/1928
> Preciosíssimo amigo Dr. Pedro Ernesto.
> Há muito que lhe devo algumas linhas de agradecimento e que traduzam toda a nossa gratidão pelo muito que tem feito, o amigo, pelos companheiros de Revolução.
> O Dr. Alberto Araújo, portador destas linhas e que conosco passou alguns dias de intensa convivência poderá transmitir-lhe um afetuoso abraço toda a nossa amizade e simpatia.
> Admirador muito amigo.
> Luis Carlos Prestes.[918]

A história dos oficiais que se levantaram em armas, na segunda década republicana brasileira é, sem duvida, uma história de enfrentamento contra os poderes constituídos, e, por causa disso, possui uma carga de violência e dramaticidade muito grande, especialmente por se tratar de um período governado sob estado de exceção.

---

[916] Carta de João Cabanas para Pedro Ernesto Baptista, em 06/29 (local ignorado). FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. FGV. CPDOC. Arquivo Pedro Ernesto Baptista, PEB c 29.06.00.

[917] Carta de Jorge Emílio Chevalier (pai de Chevalier) para Pedro Ernesto Baptista, em 08/11/25 (local ignorado). FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. FGV. CPDOC. Arquivo Pedro Ernesto Baptista, PEB c 25.11.08.

[918] Carta de Luís Carlos Prestes, da Bolívia, para Pedro Ernesto, agradecendo pelo que tem feito pelos revolucionários. FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. FGV. CPDOC. Arquivo Pedro Ernesto Baptista, PEB c 28. 02. 01.

Contudo, é, antes de tudo, uma história de luta, pois sua condição de oficiais do Exército lhes emprestou - e mesmo às praças, policiais da força pública e ex-alunos, que os acompanharam nas lutas - uma posição de vantagem em relação aos presos políticos comuns. Isso porque impunham-se diante das autoridades, denunciavam abusos e, principalmente, dispunham de conhecimento suficiente, numa sociedade de iletrados, para tomarem decisões jurídicas. Além disso, no campo da luta armada, propriamente dita, sendo militares, eram treinados para combater, possuindo conhecimento e facilidade para a obtenção de armas e munições, além de conhecerem estratégias de guerra, o que fazia deles inimigos políticos deveras perigosos.

Por fim, possuíam alguns amigos importantes, dentre os familiares algumas autoridades e políticos da oposição. Talvez poucos, numericamente, mas de grande qualidade e capacidade, quanto a um socorro bem presente. E foi com a ajuda desses aliados, alguns mencionados neste trabalho, embora seja impossível abordá-los em sua totalidade, que conseguiram a vitória.

Ainda assim, muitos sucumbiram. A violência do clima, para os exilados, a depressão, a doença, os ferimentos em combate, os assassinatos cometidos pela polícia política, os ferimentos em combate, os acidentes em viagens, e vários outros fatores, como as mortes ocorridas dentro das prisões, durante os horrores das torturas, ceifaram muitas vidas. Afinal, embora a corporação os ensinasse histórias de mitos, tratavam-se, apenas, de seres humanos.

4.5 Violetas nunca mais: a morte alcança os exilados

Quando o avião Laté 28, da companhia aérea francesa Latecoere, caiu na praia Juan Ramirez, ironicamente conhecida como praia da Liberdade, em Montevidéu, seus ocupantes, o piloto Negrin; o sr. Pranville, diretor da Latecoere para a América do Sul; o telegrafista e chefe do tráfego da Aéreo Postal, senhor Prunetta; Nelson Costa – nome falso do tenente João Alberto – e Carlos Oliveira – nome falso do tenente Antônio de Siqueira Campos - foram lançados às águas geladas da Bacia do Prata.[919]

O acidente ocorreu na madrugada, de 10 de maio de 1930, tendo como único sobrevivente o, então, tenente João Alberto, pois Siqueira nadara junto a ele durante algum

[919] Jornal *O Globo* de 20/05/30 e Jornal *Correio da Manhã* de 11/05/1928. ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. APERJ. DESPS. Arquivo da Polícia Política Antonio Siqueira Campos, notação 219, 1924-30. Ver também: BARROS, João Alberto Lins de. **Memórias de um Revolucionário.** 1ª parte – A marcha da coluna. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1953.

tempo, mas de repente desaparece no mar.[920] João Alberto, por sua vez, após nadar um quilômetro até a costa, cerca de duas horas e meia, já sem fôlego, alcança uma pedra nas proximidades da praia.[921] Após gritar por socorro é retirado por um guarda de um posto policial de fronteira, localizado nesta mesma praia.

As buscas pelos demais passageiros se iniciam, mas, além de João Alberto, não há sobreviventes. Siqueira Campos havia realmente desaparecido nas águas do estuário do Prata.[922]

A notícia da morte de Siqueira Campos chegou ao Brasil alguns dias depois e, a partir daí, um fenômeno, no mínimo estranho, aconteceria. Os corpos foram sendo encontrados um a um exceto o de Siqueira Campos.

Em Montevidéu, todos acreditavam que o retardamento do aparecimento "dos despojos do valente oficial brasileiro" estava ocorrendo em conseqüência das manobras executadas por pessoas interessadas no desaparecimento do cadáver, para, assim, impedir o seu repatriamento.[923]

Essa desconfiança surgira porque a praia de "Liberdad, onde seu corpo foi encontrado, em um pântano ficando situada à margem do rio Santa Luzia, a 180 quilômetros de Montevidéu, em direção ao interior do país, era um local contra a correnteza natural da Bacia do Prata. Não se compreendia, então, como e porque foi para ali rebocado o corpo (...) visto o trajeto feito por Santa Luzia ser de rio acima. Além disso, fora "despojado de 20 contos de réis, em dinheiro brasileiro, e de todos os papéis que trazia nas vestes, inclusive o documento de identidade," motivo pelo qual Raymundo Pessôa Siqueira Campos imaginava, que pretendessem impedir sua identificação. A própria data da viagem de Raymundo Pessôa de Siqueira Campos mostrava a morosidade das providências, pois ele só fora chamado a um reconhecimento em fins de junho, quase um mês após a queda do avião, em 10 de maio de 1930.

As declarações de um Capitão, amigo íntimo de Siqueira Campos, ao jornal, oficial, que pediu para não ser identificado por ainda encontrar-se exilado, revela o modo como procederam, tentando desviá-los da identificação, e, consequentemente da repatriação:

---

[920] Jornal *O Jornal* 03/06/30. ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. APERJ. DESPS. Arquivo da Polícia Política Antonio Siqueira Campos, notação 219, 1924-30. Ver também: Ibid.

[921] Jornal *Correio da Manhã* 11/05/28. ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. APERJ. DESPS. Arquivo da Polícia Política Antonio Siqueira Campos, notação 219, 1924-30. Ver também: BARROS, João Alberto Lins de. **Memórias de um Revolucionário**. 1ª parte – A marcha da coluna. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1953.

[922] Nas primeiras declarações de João Alberto ao correspondente da *Associated Press*, ele ainda se refere a Siqueira como Oliveira, resguardando sua identidade diante da possibilidade de ainda estar vivo.

[923] Ibid.

> Indo para Montevidéu en automóvel, para Santa Lucia, com el propósito de internarmos en el pueblo Libertad a fim de reconocer el cadáver...
> Puedo assegurar-lhes que los datos que se mandaron estaban todos equivocados y que se silenciaron algunos, cuyo conocimiento, por nosotros, nos habria apressurado á salir em procura de la deseada identificación. ...puedo decirles... que los datos dados á conocer, em Montevideo, presentaban al corpo como de gran estatura, llevando um cinto de lechero, e hasta dejando entrever que, efectivamente era um hombre de esa profession, vecino del lugar... la realidad nos permitió comprobar que el tal cinto era um cinturón comum, que usaba Sequeira, que se trataba de um hombre de baja estatura, como el, y que su aspecto no era lo que se decía. Además, nos basto comprobar que presentaba en el abdômen, uma cicatriz conocida...[924]
> ...no se habbya dicho que em el cuello de la camisa hay uma inscrición que dice "Rio de Janeiro", e (sim), que em la tirilla de esa prenda interior se vê el sello de la "Casa Gath y Chaves", de Buenos Aires. ?Como és que se omitierón detalles tan importantes?
> A chegada de Raymundo de Siqueira Campos e o caminho de Montevideo à Santa Lucia:
> ...La péssima condicion en que se encontraba el camiño, nos hizo desistir de la ruta, para volver à Colon, y tomar, entonces la carretera que nos levaria à San José. Era la única forma de vencer los obstáculos que nos oponiam. La jornada se hizo así, penosa y larga, dirigiéndonos desde aquella capital á Libertad, em cuyo cementério estaba depositado el cuerpo...
> ...Los señores Raymundo de Sequeira Campos, Alberto Gascue, Índio do Brasil y guarda marina José Picerno, previas lãs formalidades del caso, se hicieram cargo del cuerpo, disponiendo su traslado a nuestra capital, donde llegó á lãs 2 de la tarde de hoy...[925]

Raymundo Pessôa de Siqueira Campos viajou de Liberdad a Montevidéu durante toda a noite e um dia até chegar onde estava o corpo de seu irmão.

No momento em que recebeu o telegrama informando a queda do Laté 28, aguardava-o em sua casa no Rio de Janeiro, no bairro do Maracanã, para a comemoração de seu aniversário junto à esposa, Dna. Maria Lucilla e seus filhos.[926] Era o irmão mais velho, nascido em 10 de maio de 1894,[927] e aguardava Siqueira Campos, a fim de que pudessem passar juntos, essa data, já que este último prometera retornar em tempo, no dia seguinte, dia 10.[928]

Luís Carlos Prestes havia convocado uma reunião em Buenos Aires, com Siqueira Campos, João Alberto e Juarez Távora. Como Juarez estava na Paraíba, somente os dois primeiros embarcaram a bordo de um avião postal da companhia francesa Latecoere, rumo a Buenos Aires. Não fora uma reunião das mais agradáveis. Logo que chegaram, segundo relato

---

[924] Era a cicatriz obtida no combate da Av. Atlântica, junto aos rebeldes do Forte de Copacabana, quando foi atingido no abdomem.

[925] Jornal *El Plata* 22/05/30. *Diário de la tarde.* ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. APERJ. DESPS. Arquivo da Polícia Política Antonio Siqueira Campos, notação 219, 1924-30.

[926] Entrevista a mim concedida por Maria Lucila Siqueira Campos, filha de Raymundo Pessôa Siqueira Campos, irmão de Antonio Siqueira Campos. Rio de Janeiro, 15/09/2008.

[927] Documento do Consulado da República Argentina em Porto Alegre, de Raymundo Pessôa Siqueira Campos, irmão de Antonio de Siqueira Campos, em sua passagem pelo Rio Grande do Sul, rumo a Montevidéu, para encontrar-se com Luís Carlos Prestes, a fim de tomar providências sobre o traslado do corpo de seu irmão para o Brasil. Documento cedido pela família.

[928] Entrevista a mim concedida por Maria Lucila Siqueira Campos, filha de Raymundo Pessôa Siqueira Campos, irmão de Antonio Siqueira Campos. Rio de Janeiro, 15/09/2008.

de João Alberto, Luís Carlos Prestes se posicionou contra o movimento que estava sendo organizado, afirmando que "levara algum tempo estudando as causas políticas e econômicas da atualidade brasileira, mas agora estava convencido de que a revolução burguesa, ao invés de um bem, constituiria um mal para o Brasil". Entre outras coisas "agitou-se numa argumentação confusa" para João Alberto, Siqueira Campos e Miguel Costa, também presente que, "bisonhos no linguajar marxista", não compreendiam muitos dos conceitos que utilizava. Pregava uma reforma de base, como somente o comunismo poderia realizar, dizendo que se não o seguissem estariam "vendidos aos capitalistas." A discussão que se seguiu foi tensa, pois o tom, ainda segundo João Alberto, teria sido o de quem quer mais ser obedecido do que compreendido.[929]

> [...] Parecia um fanático, transbordando de violência contra adversários e amigos da véspera e colocando todos, sumariamente, na classe de exploradores do povo. Um fanático e não um líder de oficiais do Exército responsável pelos compromissos já assumidos com numerosos companheiros. Não escapou à sua diatribe o próprio Juarez Távora, acusado de carola, de retrógrado e de falso revolucionário. 'E porque fazer exceção a nós três ali presentes?' observou Miguel Costa. Prestes exasperou-se. Por um momento julguei que ele e Miguel se iam empenhar em luta. Entretanto, Miguel, cuja bravura pessoal era por demais conhecida de todos nós, não se alterou, continuando a fumar um cigarro de palha e a fitar ironicamente o antigo chefe de nossa Coluna. Siqueira tentou acalmar Prestes, puxando-o para um lado. A influência pessoal que ele exercia sobre Prestes era enorme. Eu fiz o mesmo com o Miguel. Naquela tarde não saímos, apesar de não haver jantar em nossa moradia. Habitualmente comíamos pelos restaurantes da redondeza ou tomávamos café com pão na própria casa. A discussão continuou pela noite adentro, sem qualquer resultado prático. Seria absurdo, entretanto, asseverar que os argumentos de Prestes, contra o movimento revolucionário no Brasil, não nos abalaram um pouco. Havia algo de verdade no que ele dizia. Estávamos de mãos dadas com os nossos adversários da véspera, os inimigos da Coluna, e não podíamos esperar deles muita coisa. O próprio Dr. Artur Bernardes, contra quem havíamos lutado durante anos, proclamava-se, agora, revolucionário ardoroso em Minas Gerais. Evidentemente, aquela não era a "nossa revolução"; mas que fazer? Tínhamos que jogar a cartada e acreditar em políticos como Maurício Cardoso, Osvaldo Aranha, Flores da Cunha, Luzardo, João Neves, para só falar nos do Rio Grande, com quem eu entrara em contato mais estreito. Apesar de ter-me avistado pouco com o Dr. Getúlio Vargas, só podia testemunhar dele uma atitude leal e carinhosa para conosco. Por outro lado, como conceber, agora, uma conversão em massa ao comunismo? Essa idéia de Prestes era absolutamente louca. Não havia, em nenhum de nós, a mais ligeira inclinação para tal doutrina.[930]

A discussão agravou-se quando Prestes afirmou que "Deus, Pátria e Família deviam considerar-se ficções, uma espécie de ópio com que os reacionários anestesiam o povo". Esses valores, tão caros aos militares em questão, fizeram com que João Alberto questionasse a falta de experiência de um celibatário acerca do "sentimento" que a família "merecia." Siqueira Campos, único que se manteve calmo, só se manifestou quando Prestes falou em não pagamento da dívida externa, como um dos pontos do seu programa: "E a esquadra inglesa?"

---

[929] BARROS, João Alberto Lins de. **Memórias de um Revolucionário.** 1ª parte – A marcha da coluna. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1953, p. 218-19.

[930] Ibid, p. 218-19.

Perguntou Siqueira. “Vamos para o interior.” Respondeu Prestes. “Ora, seu Prestes, assim pensaram os índios quando chegou Cabral e até hoje andam pelo interior.”[931] Diante da irredutibilidade de Luís Carlos Prestes, Siqueira Campos pediu o prazo de um mês para que tentassem a revolução, sem que se pronunciasse sobre o comunismo, proposta que foi aceita. Segundo João Alberto, todos saíram traumatizados moralmente. Combinaram com Miguel de não revelarem a ninguém, nem ao próprio Juarez Távora o que se passara entre os quatro. Ao contrário disso, transmitiriam a palavra de ordem da revolução, chamando-o tão logo estivessem prontos. Siqueira Campos iria para São Paulo e assumiria a revolução nesse estado. Segundo João Alberto, acreditava que Prestes voltaria atrás, tão logo percebesse quão inadequada era tal ideologia ao ambiente político brasileiro. Sentiam-se traídos por terem transformado Prestes em “um mito, uma bandeira, uma legenda, à custa de seus próprios feitos”.[932] Haviam passado por adversidades de toda ordem, desde 1922, em combates, prisões e exílio, sendo caçados como animais, sempre relegando a vida pessoal a último plano e agora teriam que assumir a responsabilidade do que haviam iniciado.

Retornaram ao aeroporto. Chovia tanto que um dos passageiros desistiu da viagem. A família de Siqueira Campos o aguardava no dia seguinte, pois haviam preparado uma festa de aniversário para Raymundo contando com a presença do irmão. Tudo foi ornamentado com violetas naturais, por Dna. Lucilla. Violetas naturais de seu próprio quintal. A casa fora, também, toda enfeitada para a festa. Quando chegou a notícia, todos estavam na mesa.[933] A notícia veio por um telegrama, de Prestes, que dizia: “10/may/1930; Urgente... Dezastre avião hoje. Dezapareceu Siqueira.”[934]

Depois desse dia nunca mais aquela mesa seria enfeitada com violetas.[935]

João Alberto, o único sobrevivente ainda não havia revelado seus nomes verdadeiros, mas já contactara Prestes, que imediatamente avisara seu irmão. Mesmo febril e traumatizado cuidara de preservar suas identidades, dando apenas seus nomes fictícios.

---

[931] BARROS, João Alberto Lins de. Memórias de um Revolucionário. 1ª parte – A marcha da coluna. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1953, p. 218-23.

[932] Ibid. p. 198.

[933] Entrevista a mim concedida por Maria Lucila Siqueira Campos, filha de Raymundo Pessôa Siqueira Campos, irmão de Antonio Siqueira Campos. Rio de Janeiro, 15/09/2008.

[934] Telegrama cedido pela família Siqueira Campos.

[935] Entrevista a mim concedida por Maria Lucila Siqueira Campos, filha de Raymundo Pessôa Siqueira Campos, irmão de Antonio Siqueira Campos. Rio de Janeiro, 15/09/2008.

Outros telegramas chegaram em seguida. Um deles diria: "Cazo confirmado. Encuentro cuerpo Antonio. (...) Prestes."[936]

Raymundo viajou para Montevidéu. Passou por estradas intransitáveis "tendo muitas vezes de fazer longos trechos a cavalo e outros em automóvel, puxado por muares."[937]

Mas as dificuldades para a remoção do corpo de seu irmão, para o Brasil, não terminariam aí. Depois de passar por esses percalços, foi surpreendido por outra situação inusitada, que só viria a comprovar a intencionalidade das autoridades em dificultar a repatriação. As companhias de navegação italiana, norte-americana e alemã as quais Prestes e outros amigos emigrados recorreram para realização do traslado do corpo - enquanto seu irmão não chegava[938] - negaram-se a realizar o transporte para o Brasil. Uma companhia alemã que a princípio concordara, chegando mesmo a estabelecer preços, condições e outros detalhes furtou-se, na última hora, ao compromisso, alegando ter recebido ordens, nesse sentido, da agencia do Rio.

Em Montevidéu, atribuía-se a Mullerdos Reis a autoria destas manobras para impedir a ida do corpo para o Brasil, pois este oficial, da Marinha Mercante, era muito ligado ao governo brasileiro. "Além de ser diretor da agencia do Loyd, era presidente da Associação das Companhias de Navegação, vindo daí o seu prestígio junto aos agentes das demais companhias de navegação."[939]

A recusa das companhias evidenciava o temor que as autoridades brasileiras tinham do impacto político que a chegada de seu corpo causaria ao país. Nem as interferências de amigos e de Luís Carlos Prestes, fizeram com que os comandantes de navios contrariassem a determinação feita pela Associação das Companhias de Navegação.

O corpo ficou, então, à espera de uma solução. Prestes, Eduardo Gomes e Raymundo Pessôa de Siqueira Campos, os dois últimos já em Montevidéu, finalmente conseguiram a anuência da Chargeurs Réunis,[940] companhia de navegação francesa que operava na capital

---

[936] Telegrama cedido pela família Siqueira Campos.

[937] Declarações de Raymundo Pessôa Siqueira Campos. Jornal *A Ordem* de 03/06/30. (Jornal independente – Redação Rua do Ouvidor, 189). ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. APERJ. DESPS. Arquivo da Polícia Política Antonio Siqueira Campos, notação 219, 1924-30.

[938] Telegrama de Eduardo Gomes para Raymundo Pessoa de Siqueira Campos: Documento cedido pela família Siqueira Campos.

[939] Declarações de Raymundo Pessôa Siqueira Campos. Jornal *A Ordem* de 03/06/30. (Jornal independente – Redação Rua do Ouvidor, 189). ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. APERJ. DESPS. Arquivo da Polícia Política Antonio Siqueira Campos, notação 219, 1924-30.

[940] Jornal *A Noite* 31/05/30. ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. APERJ. DESPS. Arquivo da Polícia Política Antonio Siqueira Campos, notação 219, 1924-30.

uruguaia, para fazer o traslado dos restos mortais, para o Brasil, a bordo do paquete Kerguelen. O comandante do navio, capitão Y. L. Pernec, pediu que fossem colocadas no pavilhão do navio francês, na cabeceira da urna, diversas coroas: uma coroa de bronze, oferecida pela colônia brasileira no Uruguai; outra, em nome dos antigos oficiais do encouraçado São Paulo, e do Exército, lá exilados; também uma do estado do Rio Grande do Sul, entre outras.[941] Além disso, pôs a bandeira francesa na cabeceira do esquife, atitude que emocionou Raymundo, irmão mais velho de Siqueira Campos, que, segundo o correspondente de *A Pátria*, o abraça em lágrimas.[942]

> A Chargeurs Réunis, da capital do Uruguai, foi a única que se prontificou a trazer os restos mortais no navio Kerguelen, tendo o comandante colocado o pavilhão francês na cabeceira da urna, que tinha ao seu lado coroas: uma de bronze oferecida pela colônia brasileira no Uruguai; uma, dos antigos oficiais lá exilados do encouraçado São Paulo; outra dos companheiros do exílio, que estavam por perto; além de uma coroa do estado do Rio Grande do Sul....[943]

Essa recusa, por parte da Marinha, era representativa do sentimento dos militares que se opunham aos rebeldes, pois, para alguns oficiais legalistas de alta patente e, principalmente, para a polícia, Siqueira Campos sequer era membro do Exército e muito menos se tratava de um herói, morto em batalha, para que merecesse um cortejo solene. Ao contrário, era um rebelde desertor, um foragido da polícia política que perecera na ilegalidade, não fazendo, portanto, parte do corpo militar.

Eram demarcados, assim, mais uma vez, os limites entre os que pertenciam a uma corporação cujos princípios basilares consistiam na ordem, disciplina e obediência incondicional à hierarquia, e aqueles que haviam forjado uma identidade militar-rebelde, ao longo dos combates contra a ordem constituída, das perseguições e prisões. A afirmação da identidade dos legalistas, implícita no ato de rejeição aos rebeldes, guardava em seu seio a oposição que se criara entre os dois grupos, e esta característica revelar-se-á com força de ambos os lados, reforçando, também, a identidade dos militares rebeldes.

A ruptura entre os grupos ocorrera porque o processo de adesão dos rebeldes ao espírito de corpo, durante o processo de formação de suas identidades coletivas, teria

---

[941] Declarações de Raymundo Pessôa Siqueira Campos. Jornal *A Ordem* de 03/06/30. (Jornal independente – Redação Rua do Ouvidor, 189). ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. APERJ. DESPS. Arquivo da Polícia Política Antonio Siqueira Campos, notação 219, 1924-30.

[942] Jornal *A Pátria* 04/06/30. ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. APERJ. DESPS. Arquivo da Polícia Política Antonio Siqueira Campos, notação 219, 1924-30.

[943] Jornal *A Pátria* 04/06/30; Declarações de Raymundo Pessôa Siqueira Campos. Jornal *A Ordem* de 03/06/30. (Jornal independente – Redação Rua do Ouvidor, 189). ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. APERJ. DESPS. Arquivo da Polícia Política Antonio Siqueira Campos, notação 219, 1924-30.

resultado em outro projeto[944] de conduta política. Seus ideais de cidadão político, ao se mesclarem aos valores que construíram como membros da corporação exigiram, para a defesa do *ethos* militar, uma ação de contestação e rebeldia com vistas à "moralização da pátria," e, principalmente, do próprio Exército. Nisto consistia a noção de pertencimento dos rebeldes da década de 20, do século passado, sendo-lhes esses valores mais caros que a obediência à hierarquia. Curiosamente, compartilhavam da mesma história e memória institucional que haviam unido os legalistas em torno de um espírito de corpo, mas não compactuavam com os rumos que o país havia tomado e com a conivência de alguns de seus superiores. Desse modo, ainda que tivessem sido socializados do mesmo modo e compartilhassem da mesma memória institucional, formadora de um *ethos* comum ao "mundo de dentro", um projeto político diferenciado fez com que a identidade profissional se desmembrasse gerando uma identidade "revolucionária." Era natural que isso ocorresse, pois, "quanto ao intento de demarcação, a afirmação de identidades exige sempre alteridade e oposição," e a apreensão do *ethos* militar, pelos revoltosos, não os permitia compactuar com a corrupção dos membros do poder Executivo e dos oficiais legalistas que o apoiavam.

Siqueira foi embalsamado na Faculdade de Medicina de Montevidéu, indo em seguida para a Sociedade Brasileira, também no Uruguai, onde foi velado, permanecendo no Cemitério Central à espera do traslado.[945]

Já estavam no final de maio quando providências, finalmente, foram tomadas, com o apoio financeiro do jornal *O Diário da Noite*, de Assis Chateaubriand,[946] que custeou o pagamento de todas as despesas do traslado[947] e com o apoio do comandante do navio, que decidiu fazê-lo independente da opinião dos demais comandantes.

Na manhã do dia 4 de junho o Kerguelen aportou no cais da Praça Mauá, no Rio de Janeiro, depois de navegar durante toda a viagem com *carta de prego*.[948] Esse expediente foi

---

[944] Isso porque, "quanto ao intento de demarcação, a afirmação de identidades exige sempre alteridade e oposição e esta característica revelar-se-á com força nos projetos das associações, (sejam elas escolares políticas, sindicais, maçônicas, excursionistas, anticlericais, etc.)." CATROGA, Fernando. **O céu da memória.** Cemitério romântico e culto cívico dos mortos em Portugal. Coimbra: Livraria Minerva Editora, 1999: p. 173-74.

[945] Relatórios da Polícia Política de 26/05/30. Relatório sobre sua morte, feito por investigadores em Montevidéu. Assinado por Hélio Lobo. ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. APERJ. DESPS. Arquivo da Polícia Política Antonio Siqueira Campos, notação 219, 1924-30.

[946] Jornal *O Jornal* 01/06/30. ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. APERJ. DESPS. Arquivo da Polícia Política Antonio Siqueira Campos, notação 219, 1924-30.

[947] Telegrama de Prestes à família: *"Cazo confirmado encuentro cuerpo Antonio favor informar Raymundo de Siqueira Diário da Noite Rio desea hacer todas despezas remeza cuerpo punto Responda si família concorda, quales medidas ya tomadas y importância necessária para ser embiada urgente Prestes."* Documento cedido pela família de Siqueira Campos.

[948] A *carta de prego* é um documento levado pelo comandante de um navio, que só pode ser aberto por ordem superior, via de regra por rádio transmissor. O navio sai do porto sem que seu comandante saiba o que vai fazer ou quando poderá chegar

utilizado porque, além de todas as dificuldades que já haviam sido superadas, Prestes tornara público um manifesto de adesão ao comunismo, enquanto o navio ainda estava no mar, criando dúvidas em relação à apropriação que os comunistas fariam das homenagens realizadas em torno da chegada do corpo de Siqueira Campos.[949]

Não obstante o repúdio reservado ao que Siqueira Campos e sua morte representavam, logo após a chegada do esquife inicia-se um cortejo fúnebre surpreendente. Embora sem cerimonial, nem protocolo, como convinha a um acompanhamento militar, tinha o mesmo espírito das solenidades cívico-militares direcionadas aos seus heróis mais ilustres, o que contrariava, inclusive, todas as expectativas dos políticos situacionistas e membros do exército legalistas opositores dos rebeldes.

Conforme afirma Catroga, "a exaltação de 'grandes acontecimentos' pressupõe sempre a consagração cívica dos 'grandes homens' que os terão determinado."[950] E esse evento, gerado pela morte inesperada do rebelde que, ainda muito jovem - nascido em 18 de maio de 1898 - tinha apenas 31 anos de idade, era um instrumento de perpetuação de um símbolo de liderança revolucionária, já que o Forte de Copacabana esteve sob o seu comando no episódio conhecido como "18 do Forte," assim como o 3º destacamento da Coluna Miguel Costa-Prestes.[951]

Logo após o desembarque, ao chegarem à Praça Mauá, o Coronel Moreira Lima fez um discurso, às 10:00 horas da manhã, em homenagem ao tenente Siqueira Campos, cujo conteúdo ocupou duas páginas completas de jornal, no qual reproduz suas façanhas em combate, seu heroísmo e sua coragem e externa a "consternação indizível e a tristeza sem consolo, o acabrunhamento em que se debatem" as "almas" dos que o conheceram:

> [...] Não sei senhores - tais os sentimentos que se entrechocam em minha alma - como traduzir minha palavra, sem vibração, o conceito que formei da extraordinária figura do grande morto, desde o primeiro instante de seu aparecimento no cenário do País. Posso dizer-vos, porém, que ela me deu, logo, a impressão de encarnar numa época de baixezas e degradação de caráter, o antigo heroísmo da raça, revelando com sua esplêndida bravura o desassombro de suas atitudes, a grandeza de seu civismo e a beleza de uma vida devotada aos grandes ideais, a inesgotável riqueza das nossas reservas de energia morais. Tudo nele, aliás, revelava uma dessas existências marcadas com o selo da predestinação. Seu primeiro choque com a vida – e era, então, quase criança – foi um desafio sobre-humano ao destino e à morte. [...]

---

ao seu destino. O jornal tenta elucidar que os "revolucionários do Forte não são comunistas, através do depoimento de vários rebeldes, inclusive.

[949] Jornal *A Crítica* de 31/05/30. ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. APERJ. DESPS. Arquivo da Polícia Política Antonio Siqueira Campos, notação 219, 1924-30.

[950] CATROGA, Fernando. **O céu da memória.** Cemitério romântico e culto cívico dos mortos em Portugal. Coimbra: Livraria Minerva Editora, 1999, pp. 173-74.

[951] Este foi o último destacamento a deixar o país, após proteger a saída de toda a Coluna.

> Marchando, sem esperança e sem medo, para o sacrifício num desafio magnífico às forças vencedoras, ele lançava à face da nação insensibilizada e encolhida, o seu protesto de homem e de brasileiro contra a covardia de todos. Nada conheço de mais belo entre as manifestações de coragem humana...[952]

Quando seu discurso terminou, o cortejo seguiu para a Igreja da Santa Cruz dos Militares, no centro da cidade do Rio de Janeiro, onde foi necessário que seus companheiros de revolta, já reintegrados ao Exército, fizessem um cordão de isolamento, pois aproximadamente dez mil pessoas tentavam adentrar na Igreja para visitar o esquife.[953] Um investigador da Polícia Política afirma que procurava tomar nota das assinaturas das pessoas que subscreviam a lista de visitantes, mas, dois oficiais posicionados na entrada da Igreja tomam conta do livro. Procura outra lista nominal em poder da Igreja, e, como não encontra, diz que os jornais informam a entrada de 30 pessoas por minuto.[954] De fato, em outra fonte, no jornal O Globo de 05/06/30, lê-se a manchete informando que 13 mil pessoas haviam assinado a lista de presença da Igreja Santa Cruz dos Militares, somente até as 24 horas do dia anterior. O relatório descreve o velório com riqueza de detalhes: descreve a cobertura do caixão com o pedaço da bandeira do Forte, que coube à Siqueira, uma medalha preta com laço de fita verde, também do Forte, as coroas e a relação nominal de quem as enviou. No caixão, sob as flores podia-se entrever, além do pedaço da bandeira que havia sido dividida em pedaços e dividida entre os 18 do Forte, antes da saírem em direção à Avenida Atlântica, a bandeira do 3º destacamento da Coluna Prestes, do qual foi comandante.

Sua morte como rebelde, exilado e ainda tão jovem, reacendia a idéia do herói que dera sua vida pela pátria. Essa "aura de heroicidade" que recobria a figura de Siqueira, "explicava o imediato aparecimento de projetos tendentes a garantir a eternização monumental da sua memória." [955]

A missa de corpo presente inicia-se às 17:00 horas, mas devido a multidão aglomerada na Igreja, foram organizados grupos de plantão para guardarem o local, grupos de oficiais

---

[952] Jornal *Diário Carioca* de 04/06/30. ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. APERJ. DESPS. Arquivo da Polícia Política Antonio Siqueira Campos, notação 219, 1924-30.

[953] Jornal *A Ordem* 04/06/30: "*Desfilaram hontem, perante o esquife, contendo os restos mortaes de Siqueira Campos, mais de 10.000 de todas as classes sociais. A Ordem*, 04/06/30. *É interessante observar como há divergência em relação a um número preciso de pessoas presentes no cortejo, mas fica claro que uma multidão se formou em torno de seu cortejo."* ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. APERJ. DESPS. Arquivo da Polícia Política Antonio Siqueira Campos, notação 219, 1924-30.

[954] Relatório da Polícia Política, do Rio de Janeiro, de 04/06/30. Assinado pelo investigador nº 223. ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. APERJ. DESPS. Arquivo da Polícia Política Antonio Siqueira Campos, notação 219, 1924-30.

[955] CATROGA, Fernando. **O céu da memória.** Cemitério romântico e culto cívico dos mortos em Portugal. Coimbra: Livraria Minerva Editora, 1999, pp. p.174.

rebeldes que se revezam de duas em duas horas, começando às 16:00 horas do dia 4 de junho e terminando às 16:00 horas do dia seguinte.

Entretanto, é preciso ressaltar que nem a missa feita na Candelária, antes da chegada do corpo, nem a homenagem do orador na Praça Mauá, ou, ainda, a multidão de visitantes à Igreja Santa Cruz dos Militares, deixavam entrever as homenagens e o cortejo que ainda estavam por vir.

Às 17:20 horas a urna saiu da Igreja, sendo carregada a mão até a esquina da Avenida 1º de março. Neste ponto, foi colocada numa carreta, momento em que, ainda segundo o relatório, pode-se perceber os reflexos das luzes das chapas fotográficas. O cortejo, acompanhado por uma multidão calculada em cerca de 4 mil pessoas, desceu a rua Sete de Setembro, vagarosamente, atravessando a Avenida Rio Branco e continuando até a Praça Tiradentes:

> Ao passar o cortejo na rua Sete de Setembro em frente à casa "Paraíso da crianças," este estabelecimento fez hastear sua bandeira em funeral. Na Praça Tiradentes, na frente do Theatro João Caetano um popular disse algumas palavras declarando ser um ex-soldado do Forte de Copacabana e que queria render uma homenagem sincera ao seu querido comandante, prosseguindo o cortejo seu caminho, entrando na Rua da Constituição até a Praça da República, seguindo pelo lado do Archivo Nacional até o Quartel General do Exército. No portão central desse quartel, diversos officiaes que assistiam a passagem do cortejo não tiraram os seus bonnetes, o que só fizeram deante de forte protesto do povo que a isso os obrigou, sob forte assuada, assim como às praças que alli se achavam. Após esse ligeiro incidente prosseguio o cortejo até a Gare de Pedro II, onde já o aguardava uma multidão de cerca de 400 pessoas.[956]

É interessante observar-se a indiferença de parte dos oficiais legalistas diante do cortejo. Também muitos políticos ligados à Bernardes pensavam assim. Exemplo disso é o fato corrido em 1927, quando a Coluna ainda se encontrava no país, no qual o deputado Maurício de Lacerda tentara aprovar um projeto para erigir um monumento[957] aos "18 do Forte," em bronze. O projeto foi rejeitado na Câmara. Diante disso, pode-se lançar a hipótese de que a multidão na Igreja e no cortejo era composta por oficiais rebeldes, políticos oposicionistas e populares.[958] As listas de presença das missas, documentos encontrados entre as fontes da polícia política e em jornais posteriores à ida do corpo para São Paulo, descrevem os nomes de diversos políticos ligados à Revolução e de oficiais reconhecidamente rebeldes que, em 1930, já haviam cumprido suas penas e sido novamente incorporados ao Exército. As

---

[956] Relatório da Polícia Política assinado pelos investigadores nº 290, 225, 239 e 690. ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. APERJ. DESPS. Arquivo da Polícia Política Antonio Siqueira Campos, notação 219, 1924-30.

[957] Jornal *Correio do Brasil* 11/07/27. ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. APERJ. DESPS. Arquivo da Polícia Política Antonio Siqueira Campos, notação 219, 1924-30.

[958] As listas nominais de militares comprovam que são os rebeldes reintegrados que estão lá.

autoridades não puderam impedi-los de acompanhar o cortejo no Rio de Janeiro, contudo, não obtiveram permissão para que fossem ao enterro, em São Paulo, onde seu irmão determinara, pois pretendia enterrá-lo junto à mãe, Dna. Luiza, falecida quando Siqueira ainda era menino.

Também aparecem, em meio à multidão, os familiares dos rebeldes.[959] Eles estão presentes na missa, na Candelária, realizada antes da chegada do corpo de Siqueira, no cortejo, velório e funeral, podendo-se destacar, dentre muitos outros, a viúva Gomes e sua filha e Leocádia Prestes e sua filha.

No momento da saída do segundo noturno para São Paulo, por volta das 18:00 horas, todos que estavam na gare se ajoelharam.[960] Sete pessoas foram escolhidas para ir à São Paulo, dentro do vagão de trem reservado ao esquife: O irmão de Siqueira Campos, Raymundo Pessôa de Siqueira Campos, que já trazia o corpo desde Montevidéu, e senhora; dois ex-alunos da escola militar, Joaquim Paredes e Jurandyr Magalhães; Pedro Siqueira Campos, primo do revolucionário;[961] e, Alberto Araújo e Barreto Leite Filho do jornal *O Diário de São Paulo.*

> Barreto Leite Filho do jornal *O Diário de São Paulo* (por telefone).
>
> À hora da saída do trem já deviam todos ter abandonado o vagão. Ali estavam, porém, atendendo à multidão que de fora pedia, gritava insistentemente por flores, por uma lembrança... Havia vários oficiais, antigos companheiros de Siqueira, seus irmãos de sonho que o Ministro da Guerra não permitira viajassem até São Paulo... Eram os únicos que tinham licença para entrar. Mais ninguém. E o povo quase ameaçava o carro de um assalto, de uma arremetida entusiástica para arrebatar aquelas flores e guardar. Os agentes de polícia não tinham coragem de uma atitude, tamanha era a multidão. Coziam-se pequeninos pelos cantos, receosos de serem pressentidos. Só os homens de larga prática no trato com essa gente, homens que naturalmente ali havia em quantidade, conseguia identificá-los, com a argúcia que o instinto perseguido desenvolve.
> Partida
> A multidão agita-se com maior intensidade. Olhando-se de cima do carro parece impossível que alguns não se retirem dali quebrados. E muitos com roupa rasgada. Há redemoinhos de braços que se agarram angustiados, dando o máximo da força para conseguir, depois de enorme sacrifício uma flor, uma simples flor simbólica. A locomotiva bem a nossa frente dá o sinal de partida. A gritaria aumenta, vão-se as últimas flores. Homens pobres e ricos, homens elegantes e de aparência modesta, mas sobretudo estes últimos, senhoras, moças, toda a variada e barulhenta multidão grita os mesmos sentimentos. Quando o trem vai sair, levantam-se os vivas de despedidas.
> - Viva Siqueira Campos!
> - Viva a Revolução!
> - Viva Luís Carlos Prestes! [962]

---

[959] Ver foto e texto do Jornal *Diário da Noite* de 16/05/30. Ver também Relatório da Polícia Política de 04/06/30. ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. APERJ. DESPS. Arquivo da Polícia Política Antonio Siqueira Campos, notação 219, 1924-30.

[960] Jornais *Diário da Noite* 05/06/30 e *O Globo* 04/06/30. ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. APERJ. DESPS. Arquivo da Polícia Política Antonio Siqueira Campos, notação 219, 1924-30.

[961] É filho do irmão do pai de Siqueira Campos, Manoel Pessôa Siqueira Campos tio do militar Antonio de Siqueira Campos.

[962] Jornal *O Jornal* 06/06/30. ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. APERJ. DESPS. Arquivo da Polícia Política Antonio Siqueira Campos, notação 219, 1924-30.

No caminho até Cascadura, além das sete pessoas previstas para irem até São Paulo, viajaram no vagão os "oficiais revolucionários," que mesmo não tendo autorização do Ministro da Guerra para irem ao enterro em São Paulo, decidiram acompanhar o trem ao menos até esta estação, a última dentro do estado.

> **A última viagem do Rio a São Paulo acompanhando os despojos de Siqueira Campos.**
> A caminho
> Até Cascadura ainda temos outros companheiros de viagem: Oficiais revolucionários. O ministro pode impedir que venham até o túmulo do companheiro. É todo o sinal de despeito que poderia partir do governo, para com o anistiado pela morte. Eles, porém, vinham até Cascadura, explicando que, se não houvesse o perigo de serem presos pelo caminho e de criarem um incidente desagradável, viriam desafiando a cadeia que por motivos como este, para eles já perdeu a significação. Aqui não há multidão. [...] Quando o trem já ia sair de novo ouvi uns gritos [...]. Era um marinheiro que pedia uma flor. Esse marinheiro já me pedira a mesma flor lá na Central, na partida do trem. Não tivera tempo de dá-la. E ele, para consegui-la embarcara, certamente em um dos carros comuns que vinham atrás do nosso e agora, ali em Cascadura, quando ninguém poderia contar com a repetição da mesma cara, insistia no pedido. Teve a flor. Mereceu.
> E seguimos. Os oficiais que tinham vindo até o último ponto carioca em que parara o trem ficaram. O carro esvaziou-se. [...] Sete. Em cada um uma recordação. Uma saudade que brotava cada vez que olhávamos para o caixão, colocado ao centro, entre coroas e ramos de flores, coberto com a bandeira do 3º destacamento da Coluna Prestes, e do qual pendia um dos famosos pedaços da bandeira que os 18 de Copacabana dividiram entre si, na hora da arrancada.[963]

Em cada estação que passavam a surpresa se repetia. Mesmo em pequenos povoados do interior de São Paulo, a população decidira prestar sua homenagem póstuma, seu culto ao morto.

> A última noite
> Belém, Barra do Piraí, Mendes, Pinheiro, Resende. Em cada estação, em cada povoado, por menor que fosse, sempre uma manifestação, um grupo. [...] Esperavam o trem para oferecer suas flores e receber outras. [...] À medida que avançamos, as manifestações se repetem. Nem as reservas de horas prevalecem. A qualquer hora em que chegássemos havia gente na estação. Em pequenas vilas, onde às 21:00 hs é costume estar-se na cama, [...] iam levar-lhe o ramo de flores e um discurso de despedida, comovido e de uma simplicidade emocionante. Alta madrugada já em território paulista, as homenagens se sucediam, também e talvez com maior vigor, dada a qualidade de paulista do herói brasileiro. Quanto mais para o interior, mais pureza, mais espontaneidade, mais encantos nas expressões de admiração. Se nos grande centros o prestígio dos revolucionários é grande, no interior ele é mais profundo, mais seguro. [...].[964]

E como não podia deixar de ser, diversos oradores apropriam-se da figura de Siqueira Campos adequando acontecimentos de sua vida e a própria comoção causada pela morte do tenente à conveniências políticas. Na chegada do corpo, tanto o jornalista associa sua morte ao que considera serem os "grandes momentos da história paulista", como a oratória eloqüente de algum político, convoca o povo à revolução, "um discurso francamente

[963] Jornal *O Jornal* 06/06/30. ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. APERJ. DESPS. Arquivo da Polícia Política Antonio Siqueira Campos, notação 219, 1924-30.

[964] Ibid.

revolucionário em que se conclamava o povo a seguir o exemplo daquele que ali estava morto, a indicar os caminhos para os que estavam vivos."

.

> Terra dos negócios é também e por isso mesmo, terra de revoltas vivas e de profundo espírito de reivindicações. Esse é o São Paulo que vimos, na campanha liberal receber o Sr. Getúlio Vargas como jamais ninguém foi recebido aqui. Este é o que os revolucionários gostam de chamar de "a cidade vermelha de 24", a terra que ficou revolucionária depois da retirada dos revolucionários pelo contato que teve com eles. Aqui não houve reservas. O primeiro discurso que ouvimos na capital foi um discurso francamente revolucionário em que se conclamava o povo a seguir o exemplo daquele que ali estava morto, a indicar os caminhos para os que estavam vivos.
> E a massa pensativa, pesarosa, que ouvia esse discurso recolhia-se, como para meditar sobre as responsabilidades que lhes apontavam os oradores. As ruas enchiam-se mais à medida que os automóveis avançavam. O caixão vinha a braços. Assim caminhou quilômetros, da Gare do norte à Igreja do Carmo e da Igreja do Carmo ao cemitério da Consolação. Era o desfilar lento e forte da multidão. Cerimônia impressionante e de um caráter talvez mais profundo do que as grandes manifestações festivas que ela faz aos chefes vivos.[965]

Depois disso, o caixão seria carregado nos braços até o Cemitério da Consolação, como último gesto de reverência, pondo fim a esta romagem cívica.

A morte de Siqueira parecia ter gerado uma sensação de perda aos revoltosos logo revelada no decorrer do funeral. A multidão de expectadores que abrira alas para o féretro passar considerava-se atingida com a perda de algo que sequer se materializara. Que era, ainda, somente uma esperança, encerrada na promessa dos tenentes, de combate aos desmandos dos poderosos, uma possibilidade, apenas, de melhora em suas vidas. Esses heróis, que sequer cogitavam em convocar esse mesmo público a uma revolução popular, ainda assim, viam a população depositar nas lutas que travavam contra o governo, talvez sua única esperança de mudança.

O impacto visível que a morte de Siqueira Campos causara, impediu que o governo e o Exército interferissem na homenagem. A comoção da multidão e a presença maciça de rebeldes no cortejo do Rio e de São Paulo foi, certamente, outro fator de impedimento.[966] Depois da interferência da Marinha, no Uruguai, e da reação dos oficiais e praças, em frente ao Quartel do Exército, restava, ainda, a presença antagônica dos investigadores da polícia política, registrada durante o cortejo, especialmente na gare da Central do Brasil. Estes últimos observavam os simpatizantes dos rebeldes, seus movimentos e tentaram efetuar algumas prisões, atitude que fez o tenente Canrobert Penn se exaltar, exigindo que se retirassem. Os rebeldes tinham ojeriza aos integrantes desse setor da polícia, por terem sido

---

[965] Jornal *O Jornal* 06/06/30. ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. APERJ. DESPS. Arquivo da Polícia Política Antonio Siqueira Campos, notação 219, 1924-30.

[966] Embora os jornais cariocas não façam menção, é provável que os rebeldes lotados em São Paulo tenham participado do cortejo paulista, pois, ainda que o discurso conclamando à revolução tivesse a participação de políticos, não há razão para que os rebeldes paulistas não estivessem presentes a um momento significativo, para eles, como este.

seus algozes em perseguições implacáveis, algumas delas tendo resultado em inúmeras prisões e até mesmo mortes, como foi o caso da chacina em Los Galpones.[967]

Mesmo diante de tantos antagonismos, os relatos contidos nos jornais e nos relatórios da polícia política comprovam que o cortejo não deixara nada a desejar às homenagens fúnebres promovidas por órgãos governamentais, ou organizada pelos altos escalões do Exército. Contudo, embora seja fácil chegar-se a conclusão de que políticos oposicionistas, da época, tivessem tido participação efetiva na homenagem - principalmente se considerarmos que a morte de Siqueira ocorrera cinco meses antes da "Revolução de 30" – este, certamente, fora um culto realizado à revelia das autoridades civis do país, tendo, inclusive, contrariado as mais altas patentes do Exército e da Marinha.

Nesse caso, "o sentido do rito" assentava-se "justamente nas interações entre os protagonistas do drama e o consenso que os unificava, sendo aquele inconcebível sem uma organização de signos geradora de eficácia simbólica e performativa."[968]

Os rebeldes, que sobreviveram aos combates, haviam sido recentemente incorporados ao Exército, depois de cumprirem penas em prisões comuns, ilhas e campos de desterro, como vimos, por um período de 8 anos, sendo, por isso, vistos com certo temor pelas autoridades. O caso de Siqueira era ainda mais complicado. Nunca conseguiram prendê-lo. Nunca se apresentara às autoridades. Era considerado pelo Exército como desertor e como tal, não lhe cabia homenagens.

Os mentores da Revolução de 1930 valeram-se também dessa mitificação da heroicidade militar, mas, algum tempo depois, trariam, ao imaginário popular, novos heróis. E estes mártires mortos, com o passar do tempo, desapareceriam da lembrança dos civis como uma nuvem desaparece depois da tempestade. Para a família, cujo sentimento de perda fora dramaticamente vivido, no caso de Siqueira Campos, sobretudo por seu irmão,[969] e para os companheiros de combate, perdas como estas não eram fáceis de serem relegadas ao esquecimento, mas, para as autoridades públicas, Siqueira Campos talvez fosse lembrado, apenas, pela rua que leva seu nome, em Copacabana, bairro onde combatera no episódio do Forte.

---

[967] Ver CASCARDO, Francisco Carlos Pereira. **O Tenentismo na Marinha.** Os Primeiros Anos – 1922 a 1924. São Paulo: Paz e Terra, 2005, p. 772-789.

[968] THOMAS, Lois-Vicent. Rites de mort. Pour La paix dês vivants, Paris, Fayard, 1985, p. 12-14 apud CATROGA, Fernando. **O céu da memória**. Cemitério romântico e culto cívico dos mortos em Portugal. Coimbra: Livraria Minerva Editora, 1999, p. 12.

[969] Entrevista a mim concedida por Maria Lucila Siqueira Campos, filha de Raymundo Pessôa Siqueira Campos, irmão de Antonio Siqueira Campos. Rio de Janeiro, 15/09/2008.

Passados muitos anos, a figura de Antonio de Siqueira Campos viria a fazer parte das comemorações cívico-militares da própria instituição que o desprezara: o Exército. Se analisarmos essas comemorações de forma mais precisa, observaremos que estas passariam a representar um dos mais significativos ritos de atualização da memória e da história do Exército. Sua trajetória – bem como a de muitos outros revoltosos - seria imortalizada através de solenidades cívico-militares, no Forte de Copacabana, que revelaram, claramente, uma tentativa de superação do transcurso do tempo, uma abstração do tempo linear.[970] A apropriação da imagem de Siqueira, o comandante dos "18 do Forte," uma figura do passado, e a integração desta à memória institucional, por sua vez em constante construção e reformulação, revela a intenção de pôr termo à finitude do tempo, reavivando o caminho percorrido por ele, para aceitá-lo como um novo componente da galeria dos mártires do Exército.

Esse procedimento de heroicização não era uma novidade. A exaltação e veneração dos feitos heróicos de guerreiros que eram mortos na defesa da pátria e da liberdade, sua imortalização, mesmo, através dos ritos, sempre fora utilizada pelo Exército, como vimos no primeiro capítulo deste trabalho. O que causa estranhamento em relação às recentes homenagens, em torno de Siqueira Campos, é a transformação de um militar, outrora repelido pela instituição e visto como motivo de desonra, como tantos outros revoltosos, conforme demonstrado no decorrer do trabalho, em um herói representante da mesma. Fora, outrora, considerado um criminoso e depois de alguns anos passara a fazer parte das memórias que nutrem a caserna.

Mas, como a morte consagra e a tudo desculpa, num jogo, no mínimo curioso, de lembrança e esquecimento,[971] sua deserção e combate fora dos parâmetros legais, foi esquecida. As qualidades lembradas em Siqueira Campos, hoje, são o garbo e a coragem demonstrados em suas ações, principalmente, no episódio dos "18 do Forte" que marca sua resistência até a morte, por não desistir de suas convicções políticas e morais. De fato, poucos haviam sobrevivido, mas é verdade que ao caminharem ao encontro de quatro mil legalistas, para enfrentá-los, tinham, realmente, a certeza de não haver chance de sobrevivência. A evocação do morto remete, então, ao mito de bravura e coragem de um herói que pretendera

---

[970] CATROGA, Fernando. **O céu da memória.** Cemitério romântico e culto cívico dos mortos em Portugal. Coimbra: Livraria Minerva Editora, 1999, p.32.

[971] THOMAS, Lois-Vicent. Rites de mort. Pour La paix dês vivants, Paris, Fayard, 1985, pp. 12-14, apud CATROGA, Fernando. **O céu da memória.** Cemitério romântico e culto cívico dos mortos em Portugal. Coimbra: Livraria Minerva Editora, 1999, p. 12.

dar a vida pela pátria e que encarnava, através de sua história, valores interessantes à manutenção do *ethos* militar.

No caso do Exército, esse tipo de apropriação serve, ainda hoje, como "uma prática sociabilitária apostada em unificar diversidades e antagonismos." Unifica incompatibilidades entre o Exercito e os civis, causadas pelo longo e coevo período de ditadura no país, e, em relação aos próprios membros da corporação, serve como uma das muitas "ocasiões em que se aprende a amar e venerar a pátria," através do tributo aos seus filhos "que a glória cobre de uma auréola verdadeira." [972]

Todas essas formas de perpetuação,[973] repletas de lembranças e de esquecimentos estão presentes, atualmente, nas comemorações feitas a Siqueira Campos e aos "18 do Forte,"[974] São práticas de veneração que nutrem a memória institucional, práticas identitárias que, através da imortalização do herói, convidam indivíduos e grupos a sua eternização e perpetuação num determinado tempo histórico. A história do Exército se fez enraizada nesses mitos, ora fundacionais, como, por exemplo, a Batalha dos Guararapes e Guerra do Paraguai, ora consubstanciados em acontecimentos heróicos como a Proclamação da República ou as duas Grandes Guerras. Mas não parou aí. Incorporou, também, todos os episódios da "ilegalidade," que trouxessem no seu âmago elementos do *ethos* militar, como o dos "18 do Forte," a revolta paulista de 1924 e até mesmo a marcha da Coluna Miguel Costa - Prestes, que resultariam na Revolução de 1930. A partir de todos esses "grandes acontecimentos" foi possível realizar a consagração cívica dos "grandes homens,"[975] que elevados à categoria de heróis, enalteceram e enaltecem a memória da instituição, reforçando, assim, o *ethos* da corporação e, conseqüentemente, o espírito de corpo necessário à solidez de seus valores, à sua eficácia dentro daquilo que se propõe como instituição: a defesa da Pátria.[976]

---

[972] Para Catroga os ritos são entendidos como: "condutas corporais, mais ou menos estereotipadas, às vezes codificadas e institucionalizadas, que exigem um tempo, um espaço cênico e um certo tipo de atores.", CATROGA, Fernando. **O céu da memória.** Cemitério romântico e culto cívico dos mortos em Portugal. Coimbra: Livraria Minerva Editora, 1999, p.11.

[973] Cf. THOMAS, Lois-Vicent. Rites de mort. Pour La paix dês vivants, Paris, Fayard, 1985, p.32 apud ibid, p. 12.

[974] O Exército utiliza-se desses recursos em comemorações relacionadas a diversos acontecimentos ou personagens, que o trabalho atual não permite contemplar. Por isso, as referências somente ao evento dos "18 do Forte."

[975] CATROGA, op. cit., nota 972, p. 23.

[976] BRASIL. Constituição. (1891). TÍTULO I: Da Organização Federal; DISPOSIÇÕES PRELIMINARES; *"Artigo 14 - As forças de terra e mar são instituições nacionais permanentes, destinadas à defesa da Pátria no exterior e à manutenção das leis no interior. A força armada é essencialmente obediente, dentro dos limites da lei, aos seus superiores hierárquicos e obrigada a sustentar as instituições constitucionais."* **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil.** Rio de Janeiro, 24 de fevereiro de 1891.

O 1º Regimento de Cavalaria Divisionária

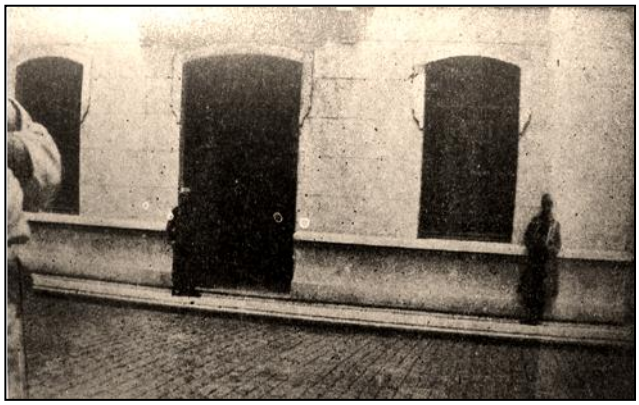


Foto 90

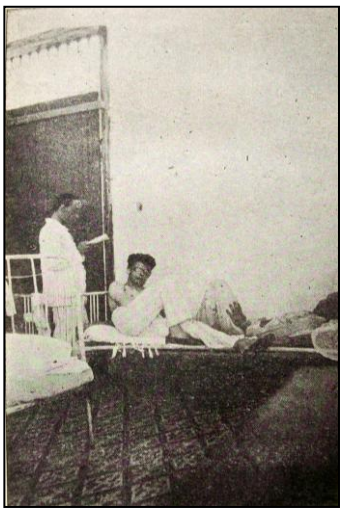


Foto 91

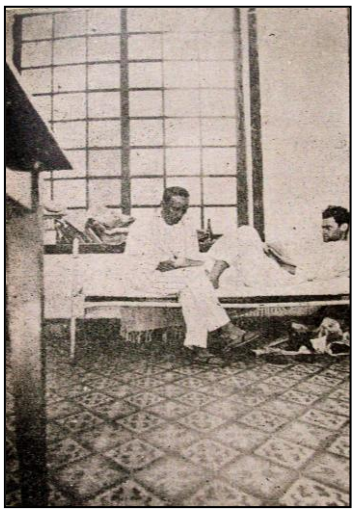


Foto 92

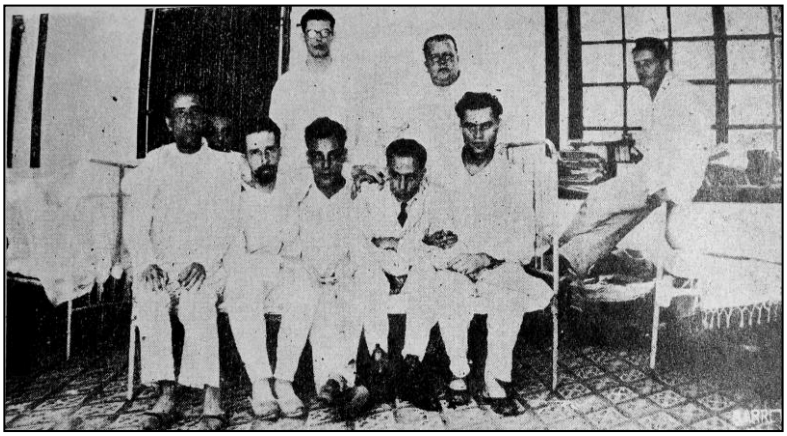


Foto 93

FORMA 1-M

CABLEGRAMA

FECHA DE RECEPCION

ALL AMERICA CABLES, INC.
MONTEVIDEO
OFICINA CENTRAL:
25 DE MAYO ESQ. ZABALA
SUCURSAL:
AV. GRAL. RONDEAU 1008
TELEFONOS:
URUGUAYA 1384 Y 2000 CENTRAL
COOPERATIVA 880 CENTRAL

"VIA ALL AMERICA"

JAMES A. SCRYMSER, FUNDADOR

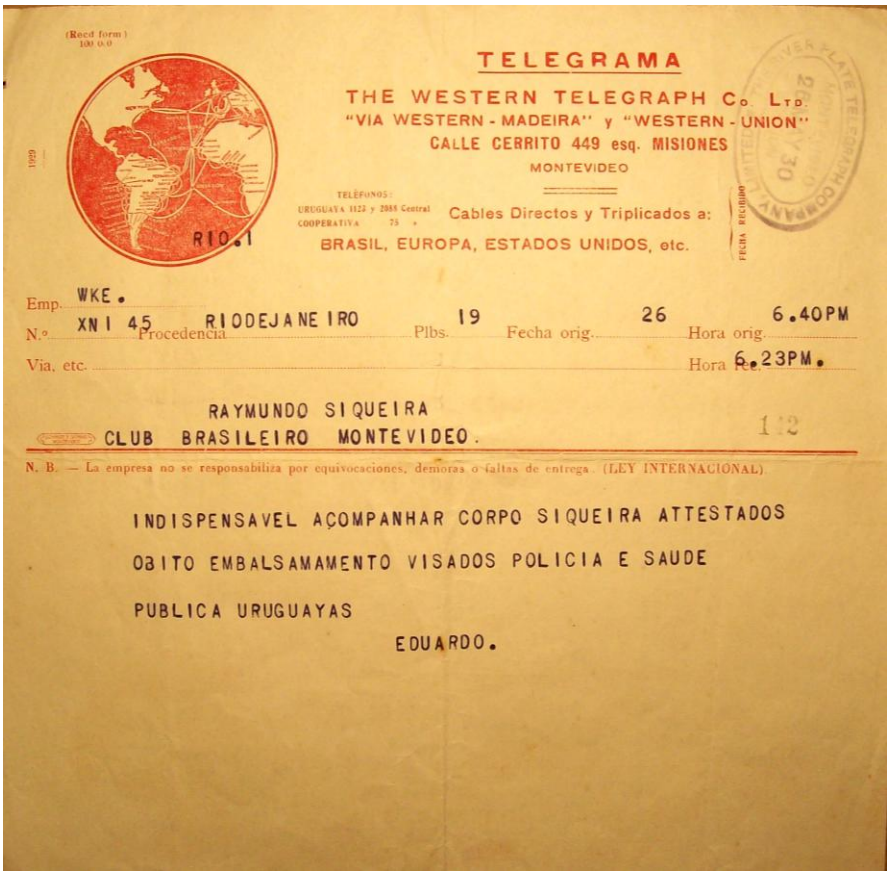
JOHN L. MERRILL, PRESIDENTE

NUMERO	PROCEDENCIA	PALABRAS	OBSERVACIONES	FECHA Y HORA DE PROCEDENCIA	HORA RECEPCION	EMP.
24	BUENOS AIRES	43		22. 12.9PM	12.44PM J	

ALBERTO GASCUE RONDEAU 1429

MONTEVIDEO.

CAZO CONFIRMADO ENCUENTRO CUERPO ANTONIO FAVOR INFORMAR RAYMUNDO DE SIQUEIRA DIARIO DA NOITE RIO DECEA HACER TODAS DESPEZAS REMEZA CUERPO RIO PUNTO RESPONDA SI FAMILIA CONCORDA QUALES MEDIDAS YA TOMADAS Y IMPORTANCIA NECESARIA PARA SER ENBIADA URGENTE. PRESTES.-



(Recd form)
100 0.0

TELEGRAMA

THE WESTERN TELEGRAPH Co LTD.
"VIA WESTERN - MADEIRA" y "WESTERN - UNION"
CALLE CERRITO 449 esq. MISIONES
MONTEVIDEO

TELÉFONOS:
URUGUAYA 1123 y 2085 Central
COOPERATIVA 75 "

Cables Directos y Triplicados a:
BRASIL, EUROPA, ESTADOS UNIDOS, etc.

RIO.I

Emp. WKE.
N.º XNI 45 Procedencia RIODEJANEIRO Plbs. 19 Fecha orig. 26 Hora orig. 6.40PM
Via, etc. Hora 6.23PM.

RAYMUNDO SIQUEIRA
CLUB BRASILEIRO MONTEVIDEO.

N. B. — La empresa no se responsabiliza por equivocaciones, demoras o faltas de entrega. (LEY INTERNACIONAL).

INDISPENSAVEL ACOMPANHAR CORPO SIQUEIRA ATTESTADOS OBITO EMBALSAMAMENTO VISADOS POLICIA E SAUDE PUBLICA URUGUAYAS

EDUARDO.

Fotos 94 e 95

CONCLUSÃO

As instituições militares são lugares de memória.[977] Desde sua arquitetura e os monumentos existentes, em seu espaço físico, passando pela instrução, com situações eivadas de valores que pretendem um aprofundamento da memória, cultivada cotidianamente na caserna; até o treinamento dado ao militar, para lidar com as pessoas do "mundo de fora," [978] tudo isso está fundamentado na memorialística militar. Esse tipo de socialização termina por diferenciar o membro desta corporação dos civis, devido à peculiaridades desenvolvidas em suas personalidades, adquiridas a partir da exaltação de valores que passam a ser basilares para suas condutas militares, enquanto para os civis não são considerados tão relevantes. Nesse sentido, a identidade profissional vem unida a um código de valores, que os militares compartilham e representam, um pensamento militar que os diferencia do pensamento civil, um *ethos* militar.[979]

A construção de uma identidade profissional a partir da diferença, da idéia de oposição aos demais, embora seja comum ao estabelecimento de fronteiras simbólicas[980] na afirmação de quaisquer identidades, no caso específico do Exército, foi geradora de uma rivalidade histórica, entre estes e os civis, para os quais, muitas vezes, essa visão de mundo[981] não é considerada.

O não reconhecimento dessa especificidade pelos governantes da década de 20, do século XX, levou um grupo de militares a uma sucessão de revoltas, com vistas a um desagravo da instituição.

A investigação desse período mostra que a forma de apropriação[982] do *ethos* militar por esse grupo, fez com que optassem pela luta armada, pois possuíam outro projeto político. Não acreditavam numa mudança no Exército sem que a República passasse, antes, por uma "moralização," posto que a instituição estivesse subordinada ao poder público civil. Dessa

---

[977] POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, nº 3, 1989, p. 3-15.

[978] Cf. CASTRO, Celso; LEIRNER, Piero, (orgs.). **Antropologia dos Militares**. Reflexões sobre pesquisa de campo. Rio de Janeiro: FGV, 2009, p. 81.

[979] GUEERTZ, Clifford. **A Interpretação das Culturas.** Rio de Janeiro: Zahar, 1978, p. 144-5.

[980] CASTRO, Celso. **Goffman e os Militares:** sobre o conceito de instituição total. Disponível em: <http://www.aman.ensino.eb.br/>. Acesso em: fev. 2009.

[981] *O ethos de um povo é o tom, o caráter e a qualidade de sua vida, seu estilo moral e estético e sua disposição, é a atitude subjacente em relação a ele mesmo e ao seu mundo que a vida reflete. A visão de mundo que esse povo tem é o quadro que elabora das coisas como elas são na simples realidade, seu conceito da natureza, de si mesmo, da sociedade. Esse quadro contém suas idéias mais abrangentes sobre a ordem.* GUEERTZ, op. cit., nota 979, p. 144-5.

[982] CHARTIER, Roger. "Cultura Popular": revisitando um conceito historiográfico. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 8, n. 16, 1995, p.179-192.

forma, enquanto dentro do Exército várias medidas eram tomadas com vistas à sua modernização, dentre elas a vinda de missões estrangeiras, os revoltosos lutavam em todo o Brasil, promovendo insurreições.

O acompanhamento da trajetória dos revoltosos nos leva a algumas conclusões. As experiências vivenciadas nos combates, verdadeiras circunstâncias de guerra, e a união em torno da luta por um ideal comum, forjaram uma identidade militar rebelde que adere à identidade profissional, pois se transformam num grupo, no qual, quase todos são conhecidos. No início, se conhecem a partir das viagens por todo o país buscando adesões, feitas pelas principais lideranças, prática que os leva a saber quem é simpático à causa – lembrando que muitos já se conheciam da Escola Militar, ou de quartéis, já que esta é uma profissão, na qual, constantemente são transferidos. Em seguida, passam a se conhecer, provando, como é de praxe no meio militar, o compromisso de seus pares, nos combates; e, por último, no árduo convívio da prisão e do exílio, locais de extrema mobilidade, dadas as constantes transferências de prisões, fugas e viagens para onde se encontravam os demais do grupo, exilados. Estão sempre por conhecer e reencontrar novos e antigos companheiros, respectivamente. Ao longo de oito anos, então, já são um grupo constituído. Trocam incontáveis cartas, sabem notícias de todos, onde estão alguns presos, onde outros estão exilados, e, principalmente, quem está no front, seja na Coluna Miguel Costa – Prestes, seja em levantes isolados como no caso do 3º RI, em 1926, no Rio de Janeiro.[983]

Isso está acontecendo num momento em que as instituições do novo regime republicano estão sendo pensadas. Sendo assim, da mesma forma que os militares, de um modo geral, estão ponderando sobre os rumos do Exército, desejosos da criação de uma estrutura que permita o suprimento de recursos materiais, treinamento adequado e a valorização profissional; e os revoltosos pensam na moralização institucional, a partir da eliminação de vícios trazidos do Império,[984] através da luta armada; as instituições de repressão estão sendo criadas, como é o caso, por exemplo, da 4ª Delegacia Auxiliar de Polícia Política, especializada em crimes políticos.

A repressão nesse período toma feições mais densas em virtude dos levantes de 1924. Isso porque ocorrem revoltas entre julho e dezembro em diversas guarnições, por todo o país: em Manaus (Amazonas), no Exército e na Marinha; em Óbidos, (Pará); em Belém (capital do

---

[983] Este levante já foi mencionado ao longo do trabalho. Foi protagonizado pelo Capitão Leopoldo Nery da Fonseca e Carlos Saldanha da Gama Chevalier, ocasião em que ocorre a morte do tenente Jansen de Melo.

[984] Declarações do Ten. - Cel. Frutuoso Mendes em seu depoimento prestado a 27 de setembro de 1922, no Inquérito Policial Militar a que respondeu apud SILVA, Hélio. **1922.** Sangue na Areia de Copacabana. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v. II, 1964, anexos, pp. 493-502. (Documentos da História Contemporânea).

Pará); em Aracaju (Sergipe), em Bela Vista (Mato Grosso), no estado do Rio Grande do Sul, unindo-se à Coluna paulista e formando a Coluna Prestes; no Rio de Janeiro, na Marinha, com o levante do encouraçado *Minas Gerais,* da contratorpedeira *Goiás,* e do encouraçado *São Paulo*, além de outras tentativas frustradas pelas delações. A abrangência dessas adesões, somada à eficácia demonstrada pelos rebeldes em dominar o governo de alguns desses estados, em certas ocasiões, por aproximadamente um mês, como o caso de São Paulo, Aracaju e Manaus, desencadeou uma repressão contra os militares que se iniciaria, de modo significativo, mostrando-se inflexível. Inúmeras prisões já haviam sido feitas em 1922, período de início dos levantes, no governo de Epitácio Pessôa, quando foi decretado o estado de sítio, através do qual o presidente Arthur Bernardes governou todo seu mandato. Da mesma forma, a 4ª Delegacia de Polícia Política data desse ano. Mas é a partir da sucessão de levantes, em 1924, que se inicia um período de repressão política direcionada a militares revoltosos, de marechais a praças; ou civis, estivessem eles envolvidos em lutas operárias ou fossem apanhados pelas ruas, ficando presos durante anos, sem culpa formada. Além destes, deputados, jornalistas, comerciantes e até seus parentes foram aprisionados, interrogados, torturados e mantidos presos ilegalmente. Trata-se de um período da história, no qual prisões permaneceram lotadas, durante oito anos, estando os prisioneiros sujeitos à tortura e até mesmo à morte, nas mãos de uma Polícia truculenta e arbitrária, respaldada por autoridades do Exército e pela presidência da República.

Para os revoltosos, as adversidades nas prisões e no exílio representaram mais um ultraje do governo contra a sua condição de militares, muitos de alta patente, e mais que isso, promoveram uma reelaboração em sua identidade militar rebelde, criando um sentimento de solidariedade, amizade, companheirismo e cumplicidade, entre os revoltosos, além de contarem com a ajuda de pessoas do universo militar, parentes, advogados, médicos e políticos de oposição.

A luta pela sobrevivência desses militares, que passaram por experiências dramáticas na prisão e no exílio, tornou-os mais resistentes, tendo criado um grupo de conspiradores e revoltosos profissionais. Às vezes, do exílio eram recapturados e voltavam às prisões, outras vezes, de dentro das prisões fugiam, indo para o exílio e incorporando-se à novas insurreições. Entre uma fuga e outra, nunca desistiram de lutar. Ao contrário disso, a repressão política, nesse caso, teria gerado uma multiplicidade de encontros e reencontros dos revoltosos, nas prisões e no exílio, colaborando para a construção de alianças que seriam determinantes na Revolução de 1930.

Vale ressaltar, também, que ao longo da década de 20, o poder público civil delegou à Polícia Política juntamente com as Forças Armadas, a incumbência de punir membros da sociedade civil e os militares revoltosos.

Diante de todas essas questões, resta-nos lembrar que os militares revoltosos, na condição de presos políticos que se encontravam, e, por isso, perseguidos pelo poder constituído, padeceram de privações materiais de toda a sorte, do afastamento de seus familiares, de fome, doenças, torturas físicas e psicológicas e perigos de vida, chegando, diversos deles, à morte, como vimos no trabalho apresentado. Penso que conseguimos enxergar a humanidade de algumas dessas lideranças, através do sofrimento passado no cárcere, ou quando estavam foragidos. Mas, também, e principalmente, a determinação em continuarem sua luta, participando de levantes enquanto foragidos; ou de dentro da prisão, por intermédio de cartas, manifestos e petições, destinadas às autoridades legislativas e judiciárias, à imprensa, fotografando seus companheiros, ou elaborando suas autobiografias, que escritas nesses anos sombrios, registraram fatos, ocorridos num período de ditadura civil, no qual, a suspensão dos direitos individuais fez com que o país vivenciasse dias de incerteza.

REFERÊNCIAS:

AGAMBEN, Giorgio. **Estado de Exceção.** São Paulo: Boitempo, 2004.

ALBERTINI, Lauriani Porto. O Exército e os outros. In: CASTRO, Celso e LEIRNER. Piero, (orgs.). **Antropologia dos Militares.** Reflexões sobre pesquisa de campo. Rio de Janeiro: FGV, 2009.

ARAGÃO, Isabel Lopez. **1924:** A Revolução que começou em 1889. 2006. 385 f. Monografia (pós-graduação em História do Brasil). Faculdade de Formação de Professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). São Gonçalo, 2006.

_____. **Revoltas militares no norte do Brasil no ano de 1924**: o levante das forças do Exército e da Marinha no Amazonas. 2009, 60 f. Monografia (graduação em Licenciatura plena em História). Faculdade de Formação de Professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). São Gonçalo, 2009.

ARAÚJO, Leila de Oliveira Lima. Quando a fala e a imagem contam a história de uma hospedaria de imigrantes. Trabalho apresentado no XII Encontro Regional de História ANPUH-RJ 2006. Disponível em: <http://www.rj.anpuh.org/.../rj/.../Leila% 20de%20Oliveira%20Lima%20Araujo.pdf>. Acesso em: out. 2008.

AZEVEDO, Asdrúbal Gwyer de. **Os Militares e a Política.** Barcelos, Portugal: Minho, 1926.

BARRETO, Afonso Henriques de Lima. Diário íntimo. São Paulo: Brasiliense, 1956. 217 p. apud PINHEIRO, Paulo Sérgio. **Estratégias da Ilusão.** A Revolução Mundial e o Brasil. 1922-1935. São Paulo: Cia das Letras, 1991.

BARROS, João Alberto Lins de. **Memórias de um Revolucionário.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1953.

BARTHES, Roland. **Mitologias.** São Paulo: Difel, 1982.

BECKER, Jean-Jacques. A opinião pública. In: RÉMOND René (org.) **Por uma história política.** Rio de Janeiro: UFRJ, [19?].

BENTHAM, Jeremy. **El Panóptico.** Buenos Aires: Quadrata, 2004.

BOMENY, Helena. Novos Talentos, Vícios Antigos. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 6, n. 11, 1993.

BONAVIDES, Paulo; VIEIRA, R. A. Amaral. **Textos Políticos da História do Brasil.** Independência – Império I. Imprensa Universitária da Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, [19-?].

BORGES, Vavy Pacheco. **Tenentismo e Revolução Brasileira.** São Paulo: Brasiliense, 1992.

BOUDON, Jacques-Olivier. Prestígio Militar é trampolim político. **História Viva. Grandes Temas.** Napoleão: o admirável ditador da República. Edição especial temática nº 13, [19?].

BOURDIER, Pierre. A Ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (orgs.). Usos e Abusos da História Oral. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

BRANDÃO, Junito de Souza. **Mitologia Grega**. Capítulo IX,Ulisses, o mito do retorno. Petrópolis: Vozes, 1998. V. 3.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Senado, 1988. 140 p.

BRETAS, Marcos Luiz. O que os olhos não vêem: Histórias das Prisões do Rio de Janeiro. In: MAIA, Clarissa Nunes; NETO, Flávio de Sá; COSTA, Marcos; BRETAS, Marcos Luiz (orgs.). **História das prisões no Brasil**. Rio de Janeiro: Rocco, 2009, Volume II, Cap. 14.

_____. Polícia e Polícia Política no Rio de Janeiro dos anos 20. **Revista do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, nº 3, outubro de 1997.

BRUM, César. **Contando a História de Maricá.** Maricá: GBN Designe**r's, 2004.**

CABANAS, João. **A Coluna da Morte.** Rio de Janeiro: Artes e Ofícios, [19?].

CALÓGERAS, J. **Formação Histórica do Brasil.** 5ª Edição. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1957.

CAMARGO, Márcia. **13 a 18 de fevereiro de 1922.** A semana de 22: revolução estética? São Paulo: Lazuli, 1ª edição, 2007.

CAMBRAKI, Alexandra X. **Compêndio da História de Maricá**. Rio de Janeiro: Cop. Editora e Gráfica Ltda., 2005.

CAMPOS, Maria Stella Barros de Siqueira. **Flores, Campos, Barros e Carvalho.** Olhando para o passado até onde a vista alcança. Recife: Comunicarte, 1999.

CARNEIRO, Glauco. **O Revolucionário Siqueira Campos.** A epopéia dos 18 do Forte e da Coluna Prestes na biografia do lendário tentador do impossível, herói do Tenentismo. Rio de Janeiro: Record, 1966.

CARONE, Edgard. **A Velha República.** (Revolução Política). São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1971.

CARPI, Lúcia; CAMPOS, Jéssica Moura Dias. IML: Identificação e perspectivas. **Arquivo & História. Revista do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro, p. 55-64, n. 1, novembro de 1994.

CARVALHO, Joaquim Nunes de. A Revolução no Brasil. Buenos Aires: [s. n.], 1925, p. 24 apud FAUSTO, Bóris. **Revolução de 1930.** 14ª Edição. São Paulo: Brasiliense, 1994.

CARVALHO, José Murilo de. As Forças Armadas na Primeira República: o poder desestabilizador. Rio; São Paulo: Difel, 1980 apud CASTRO, Celso. **Os Militares e a República.** Um estudo sobre a cultura e ação política. Rio de janeiro: Zahar, 1995.

_____. **O Brasil Republicano.** Sociedade e Instituições (1889-1930). Tomo III, Capítulo V, 2ª Edição. Rio de Janeiro: Difel, 1978. 2º volume. (História Geral da Civilização Brasileira).

_____. **A Formação das Almas.** O imaginário da República no Brasil. São Paulo: Cia das Letras, 1990.

CASCARDO, Francisco Carlos Pereira. **O Tenentismo na Marinha.** Os Primeiros Anos – 1922 a 1924. São Paulo: Paz e Terra, 2005.

CASTRO, Celso. **A Invenção do Exército Brasileiro.** Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

_____. **Os Militares e a República.** Um estudo sobre a cultura e ação política. Rio de janeiro: Zahar, 1995.

_____. Revoltas de soldados contra a República. In: _____; IZECKSOHN, Vitor e KRAAY, Hendrik, (orgs.). **Nova História Militar Brasileira.** Rio de Janeiro: FGV, 2004.

_____. **O Espírito Militar.** Um antropólogo na caserna. Rio de Janeiro: Zahar, 2ª edição, 2004.

_____. Celso. **Goffman e os Militares**: sobre o conceito de instituição total. Disponível em <http://www.aman.ensino.eb.br/>. Acesso em: fev. 2009.

_____; LEIRNER. Piero, (orgs.). **Antropologia dos Militares.** Reflexões sobre pesquisa de campo. Rio de Janeiro: FGV, 2009.

CATROGA, Celso. **Nação, Mito e Rito:** Religião Civil e Comemoracionismo (EUA, França e Portugal). Fortaleza: Edições NUDOC/Museu do Ceará, 2005.

_____. **O céu da memória.** Cemitério romântico e culto cívico dos mortos em Portugal. Coimbra: Livraria Minerva Editora, 1999.

CERVO, A.; BUENO, C. História da Política Exterior do Brasil, São Paulo Ática 1992, p. 199 apud SAMIS, Alexandre. **Clevelândia.** Anarquismo, sindicalismo e repressão política no Brasil. São Paulo: Imaginário, 2002, p. 235.

CESTARI, Larissa Raele; CHAGAS, Paula; LEUENROTH, Edgard. **Caros Amigos.** São Paulo, fascículo n. 7, [19-?] (Rebeldes Brasileiros).

CHAGAS, Paulo Pinheiro. **O Brigadeiro da Libertação:** Eduardo Gomes – Ensaio Biográfico. Rio de Janeiro: Zelio Valverde, 1945.

CHARTIER, Roger. “Cultura Popular”: revisitando um conceito historiográfico. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 8, n. 16, 1995.

CHAZKEL, Amy. Uma perigosíssima lição: a Casa de Detenção do Rio de Janeiro na Primeira República. In: MAIA, Clarissa Nunes; NETO, Flávio de Sá; COSTA, Marcos;

BRETAS, Marcos Luiz (orgs.). **História das prisões no Brasil.** Rio de Janeiro: Rocco, 2009, Volume II, Cap. 9.

CHEVALIER, Carlos. **Memórias de um Revoltoso ou Legalista?** 1922-1926. Rio de Janeiro: Estabelecimento Graphico Nictheroy, 1925.

_____. **Os Dezoito do Forte.** Rio de Janeiro: [s.n.], 1930.

CHINELLI, Fernanda. Pesquisa e aliança: o trabalho de campo com mulheres de militares In: CASTRO, Celso e LEIRNER. Piero, (orgs.). A**ntropologia dos Militares.** Reflexões sobre pesquisa de campo. Rio de Janeiro: FGV, 2009.

COELHO, Edmundo Campos. **Em Busca de Identidade:** O Exército e a Política na Sociedade Brasileira. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1976.

COMBLIN, Pe. Joseph. **A Ideologia da Segurança Nacional.** O Poder Militar na América Latina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2ª edição, 1978.

CORSI, Cel. Carlo. **Educação Moral do Soldado.** Biblioteca Militar, v. XIV. Rio de Janeiro: Gráficos Bloch, 1938. Biblioteca Técnica do Forte de Copacabana.

COSTA, Edgard. **Efemérides Judiciárias**. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1961. p. 189-190. Disponível em: <http://www.stf.jus.br>. Acesso em: abr. 2008.

COSTA, Emília Vioti da. **Da Monarquia à República:** Momentos decisivos. São Paulo: Grijalbo, 1977.

DECCA, Edgar de. **1930.** O Silêncio dos Vencidos. São Paulo: Brasiliense, 6ª Edição, 1994.

DIAS, Everardo. **Bastilhas Modernas:** 1924-1926. São Paulo: Obras Sociais e Literárias, 1926.

_____. **História das Lutas Sociais no Brasil.** São Paulo: Alfa-Ômega, 2ª edição, 1977.

DOSTOIEVSKI, F. M. **Recordações da Casa dos Mortos.** São Paulo: José Olympio, 1945.

DRUMMOND, José Augusto. **O Movimento Tenentista:** A Intervenção Política dos Oficiais Jovens (1922-1935). Rio de Janeiro: Graal, 1986.

DUARTE, Paulo. Agora nós. São Paulo: J. Fonseca, 1927 apud SILVA, Hélio. **1922.** Sangue na Areia de Copacabana. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v. II, 1964. (Documentos da História Contemporânea).

DUARTE, Gen. Paulo de Queiroz. **Os Voluntários da Pátria na Guerra do Paraguai.** O Comando de Caxias. V. 3 – Tomo I. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1987.

ELIAS, Norbert. **O Processo Civilizador.** V. 2. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.

FAUSTO, Bóris. **Revolução de 1930.** 14ª Edição. São Paulo: Brasiliense, 1994.

FAUSTO, Bóris. (org.) História Geral da Civilização Brasileira. Tomo III - **O Brasil Republicano.** 1 – Estrutura de Poder e Economia (1889-1930). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

_____. (org.) História Geral da Civilização Brasileira. Tomo III - **O Brasil Republicano.** 2 – Sociedades e Instituições (1889-1930). Rio de janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

FERNANDES, Florestan. **A Revolução Burguesa no Brasil.** Rio de Janeiro: Zahar, 1971.

FERNANDES, Heloíza Rodrigues. **O Brasil Republicano.** Sociedade e Instituições (1889-1930). Tomo III, Capítulo VI, 2ª Edição. Rio de Janeiro: Difel, 1978.

FERRAZ, Fernando Marques Camargo. Siqueira Campos. **Caros Amigos.** São Paulo, fascículo n. 7, p. 208-223, [19-?]. (Rebeldes Brasileiros).

FERREIRA, Jorge (org.). **O Populismo e sua História.** Debate e Crítica. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

FERREIRA, Marieta de M. A Reação Republicana e a crise política dos anos 20. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 6, n. 11, 1993.

FILHO, Ivan Alves. **Brasil, 500 anos em Documentos.** Rio de Janeiro: Mauad, 2ª edição, 1999.

FONSECA, Nair de Tefé Hermes da. **A Verdade sobre a Revolução de 22.** Rio de Janeiro: Gráfica Portinho Cavalcanti LTDA, 1974. Biblioteca Técnica do Forte de Copacabana.

FONSECA, Paloma Siqueira. A presiganga e as punições da Marinha (1808-31) p. 139, in: IZECKSOHN, Vitor e KRAAY, Hendrik, (orgs.). **Nova História Militar Brasileira.** Rio de Janeiro: FGV, 2004.

FONSECA, Paloma Siqueira. A Presiganga Real (1808-1831): Trabalho Forçado e Punição Corporal na Marinha. In: MAIA, Clarissa Nunes; NETO, Flávio de Sá; COSTA, Marcos; BRETAS, Marcos Luiz (orgs.). **História das prisões no Brasil**. Rio de Janeiro: Rocco, 2009, Volume I, Cap. 3.

FONTAINHA, Afonso. **História dos Monumentos do Distrito Federal - Biografias.** Rio de Janeiro: Cia. Editora Americana, 1954. Biblioteca Técnica do Forte de Copacabana.

FORJAZ, Maria Cecília Spina. **Tenentismo e Política.** Tenentismo e Camadas Médias Urbanas na Crise da Primeira República. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

_____. **Tenentismo e Forças Armadas na Revolução de 30.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1988.

_____. **Tenentismo e Aliança Liberal (1927-1930).** Rio de Janeiro: Livraria Editora Polis Ltda., 1978.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**. Nascimento da Prisão. 17ª Edição. Petrópolis: Vozes, 1998.

FRAGA, Rosendo. Uma Guerra e muitas versões. **Nossa História,** nº 13, p. 42-44, novembro de 2004.

FREITAS, Marco Túlio Delgobbo. **A Missão Militar Francesa no Brasil.** 2004. 80 f. Monografia (Graduação em Licenciatura Plena em História). Faculdade de Formação de Professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo. 2004.

FRITSCH, Wiston. 1922: A Crise Econômica. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 6, n. 11, p. 3-8, 1993.

GAMBOA, Taísa. **Mapas contam a história da Ilha do Fundão** - *Pesquisadores do Instituto de Geociências remontam a evolução cartográfica da região* **Jornal da UFRJ**, abril 2007, p. 18. Disponível em:<http://www.jornal.ufrj.br/jornais/jornal/25/jornalUFRJ2518.pdf. Acesso em: out. 2010.

GINSBURG, C. **O queijo e os vermes:** o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela inquisição. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

GÓES, Antonio Praxedes de Campos. **Pela memória do Marechal Floriano Peixoto e em defesa do Exército Brasileiro.** Rio de Janeiro: [s.n.], 1914.

GONTIJO, Rebeca. "Paulo amigo". Amizade, mecenato e ofício do historiador nas cartas de Capistrano de Abreu. In: GOMES, Angela de Castro (org.). **Escrita de Si.** Escrita da História. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

GRIBAUDI, Maurizio. Escala, pertinência, configuração. In: REVEL, Jacques (org.) **Jogos de Escalas.** A Experiência da Microanálise. Rio de Janeiro: FGV, 1998.

GUEERTZ, Clifford. **A Interpretação das Culturas.** Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

HALL, Stuart. **A Identidade Cultural na Pós-Modernidade.** Rio de Janeiro: DP&A, 1998.

HEINZ, Flávio M. (org.). **Por outra história das elites.** Rio de Janeiro: FGV, 2006.

HESPANHA, Antonio Manuel. Pequenas Repúblicas, grandes Estados. Problemas de organização política entre o Antigo Regime e o liberalismo. In: JANCSO, István (org.). **Brasil:** Formação do Estado e da Nação. São Paulo: Hucitec, 2003.

HOBSBAWN, Eric; RANGER, Terence. Introdução: A invenção das tradições. In: HOBSBAWN, Eric; RANGER, Terence (orgs.). **A Invenção das Tradições.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil.** Rio de Janeiro: José Olímpio, 7ª edição, 1973.

HOLLOWAY, Thomas. **Polícia no Rio de Janeiro.** Repressão e Resistência numa cidade do século XIX. Rio de Janeiro: FGV, 1997.

JEANNENEY, Jean-Noël. A Mídia. In: RÉMOND, René (org.). **Por uma história política.** Rio de Janeiro: UFRJ, 1996.

KAFKA, Franz. **O Processo.** São Paulo: Círculo do Livro, 1963.

LAMOUNIER, Bolívar. Formação de um pensamento político autoritário na Primeira República**:** uma interpretação. In: FAUSTO, Bóris (org.), **História Geral da Civilização Brasileira.** Tomo III - O Brasil Republicano. 1 – Estrutura de Poder e Economia (1889-1930). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

LANNING, Michael Lee. **Chefes, Líderes e Pensadores Militares.** Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1999.

LEIRNER, Piero. Etnografia com militares: fórmula, dosagem e posologia. In: CASTRO, Celso e LEIRNER. Piero, (orgs.). A**ntropologia dos Militares.** Reflexões sobre pesquisa de campo. Rio de Janeiro: FGV, 2009.

LEITE NETO, Leonardo (coord.). 1986. **Catálogo biográfico dos senadores brasileiros.** 1826 a 1986 – Vol. III. Brasília. Centro Gráfico.

LEITE, Solidonio. **Monsenhor Pinto de Campos:** Uma Figura do Império. Rio de Janeiro: J. Leite & Cia., 1925.

LEMOS, Maria Teresa Toríbio Brittes. **Alberto Torres.** Contribuição para o estudo das idéias no Brasil. Rio de Janeiro: Quartet, 1995.

LEVI, Giovanni. **A herança imaterial**: Trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII. Rio de janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

_____. PASSERINI, L. & SCARAFFIA, L. *Vita quotidiana in un quatiere operaio in Torino*, cit., pp. 433-434, apud LIMA, Henrique Espada. Questões de Escala: Giovanni Levi. In: Micro-história: escalas indícios e singularidades. Tese (Doutorado em História). Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 1999. Mimeo.

LIMA, Henrique Espada. **Micro-história: escalas, indícios e singularidades.** Caps. História Social e Microanálise: Edoardo Grendi; Questões de Escala: Giovanni Levi; e Com il poço farete assai: a micro-história de Carlo Ginsburg.Tese (Doutorado em História). Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 1999. Mimeo.

LINS, Ivan. **História do Positivismo no Brasil.** São Paulo: Companhia Editorial Nacional, 1967.

LISBOA, Rosalina Coelho. **A Seara de Caim.** Romance da Revolução no Brasil. Rio de Janeiro: José Olympio, 3ª edição, 1952.

LOBO, Eulália Maria Lahmeyer; TORTIMA, Pedro. O Movimento Operário do Rio de Janeiro. Arquivo & História. **Revista do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro, n. 1, p. 41-54, novembro de 1994.

LOCONTE, Wanderley. A Guerra do Paraguai. São Paulo: Ática, 1994.
LOPES, Nei. **Bantos, Malês e identidade negra**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1988.

LORENZO, Helena Carvalho de; COSTA, Wilma Peres da (org.). **A década de 1920 e as origens do Brasil moderno.** São Paulo: UNESP, 1997.

LOTT, Henrique. **Série de entrevistas.** CPDOC-FGV Disponível em: <http://www.cpdoc.fgv.br>. Acesso em: out. de 2005.

McCANN, Frank D. **Soldados da Pátria:** História do Exército Brasileiro 1889-1937. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

MAGALHÃES, Marcelo de Souza. "Repensando política e cultura no início da República". In: SOBIET, Rachel; BICALHO, Maria Fernanda Baptista e GOUVEIA, Maria de Fátima (orgs.). **Culturas políticas:** ensaios de história cultural, historia política e ensino de história. Rio de Janeiro: Mauad, FAPERJ, 2005.

MAIA, Clarissa Nunes. A Casa de Detenção do Recife: Controle e Conflitos (1855-1915). In: MAIA, Clarissa Nunes; NETO, Flávio de Sá; COSTA, Marcos; BRETAS, Marcos Luiz (orgs.) **História das prisões no Brasil**. Rio de Janeiro: Rocco, 2009, Volume II, Cap. 12.

MALTA, Octávio. Quando a Revolução era quase risonha e franca. **Nosso Século,** São Paulo, n. 43, 1980.

MARSON, Isabel A. **A Rebelião Praieira.** São Paulo: Brasiliense, 1981. (Tudo é História. nº 25).

MARTINS, Maria Fernanda Vieira. **A Velha Arte de Governar.** Um estudo sobre política e elites a partir do Conselho do Estado (1842-1889). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2007.

MATTOS, Ilmar Rhollof de; GONÇALVES, Márcia de Almeida. **O Império da Boa Sociedade.** A consolidação do Estado imperial brasileiro. 9ª Edição. São Paulo: Atual, 1997. (Brasil, Análise e Crítica).

MAYNARD, Andreza Santos Cruz. **A Caserna em Polvorosa**: Revolta de 1924 em Sergipe. 2008. 129 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2008.

MEIRELLES, Domingos. **As Noites das Grandes Fogueiras.** Uma História da Coluna Prestes. 6ª Edição. Rio de Janeiro: Record, 1999.

_____. **1930.** Os Órfãos da Revolução. Rio de Janeiro: Record, 2ª edição, 2006.

MELLO, Carl Egbert Hansen Vieira de. **Apontamentos para a história do Rio de Janeiro, Angra dos Reis e Ilha Grande.** Disponível em: <http://www.ilhagrande.org/Historia-Ilha-Grande>. Acesso em: mar. 2010.

MELLO, Evaldo Cabral de. **A Fronda dos Mazombos.** São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

MENDES, Júnior; RONCARI, Roncari; LUÍS & MARANHÃO, Ricardo. **Brasil História**: Texto e Consulta. 3ª Edição. São Paulo: Brasiliense, 1982, v. 2.

MENDONÇA, Sônia Regina de. **O Ruralismo Brasileiro (1888-1931).** São Paulo: Hucitec, 1997.

MENEZES, Lená Medeiros de. Civilização x barbárie: Mito de combate no discurso midiático sobre a Revolução (1917-1921). In: NEVES, Lúcia Maria Bastos P.; MOREL, Marco e FERREIRA, Tania Maria Bessone da C. (orgs.) **História e imprensa:** Representações culturais e práticas de poder. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

MONTEIRO, Norma de Góes (org.). **Idéias Políticas de Arthur Bernardes.** Brasília – Rio de Janeiro: Senado Federal, Fundação Casa de Rui Barbosa – MEC, 1984.

MORAES, Fernando. **Olga.** São Paulo: Cia das letras, 1998.

MORAES, João Quartim de. O Positivismo nos anos 20, entre a ordem e o progresso, in: LORENZO, Helena Carvalho de; COSTA, Wilma Peres da (org.). **A década de 1920 e as origens do Brasil moderno.** São Paulo: Unesp, 1997.

MOREL, Marco; NEVES, Lúcia Maria F. das; e FERREIRA, Tânia Maria Bessone da C. (orgs.). **História e Imprensa:** Representações culturais e práticas de poder. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

MORSE, Richard M. Formação Histórica de São Paulo. São Paulo: Difel, 1970 apud LOCONTE, Wanderley. **A Guerra do Paraguai.** São Paulo: Ática, 1994.

MOTTA, Marly Silva da; FREIRE, Américo e SARMENTO, Carlos Eduardo. **A Política Carioca em Quatro Tempos.** Rio de Janeiro: FGV, 2004.

NEDER, Gizlene; NARO, Nancy; SILVA, José Luiz Wenewck. **A Política na Corte e no Distrito Federal 1831-1930** in Estudos das Instituições Policiais Brasileiras, Militares e Paramilitares, de suas origens até 1930. Rio de Janeiro: Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – Divisão de Intercâmbio e Edições, 1981.

NETO, Belarmino de Souza. Flores do Pajeú. História e Tradições. V. 1. Pernambuco: Produção independente, 1999.

NETO, Manuel Domingos. Influência estrangeira e luta interna no Exército (1889-1930. In: ROUQUIÉ, Alain (coord.). **Os partidos militares no Brasil.** Rio de Janeiro: Record, [198-?].

NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das; MACHADO, Humberto Fernandes. **Império do Brasil.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

ODEBRECHT Engenharia & Construção. **Colônia**. Bahia: Ed. Salvador, v.1, Bibliex, 1998. Biblioteca Técnica do Forte Copacabana. (O Exército na História do Brasil).

_____. **Reino Unido e Império**. Bahia: Ed. Salvador, v.2, Bibliex, 1998. Biblioteca Técnica do Forte Copacabana. (O Exército na História do Brasil).

_____. **República**. Bahia: Ed. Salvador, v.2, Bibliex, 1998. Biblioteca Técnica do Forte Copacabana. (O Exército na História do Brasil).

OLIVEIRA, Francisco de. **A Economia Brasileira.** Crítica à Razão Dualística. Petrópolis: Vozes, 1988.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi; GOMES, Eduardo Rodrigues; WHATELY, Maria Celina. **Elite Intelectual e Debate Político nos Anos 30.** Uma biografia comentada da Revolução de 1930. Rio de Janeiro: FGV, 1980.

OLIVEIRA, Nelson Tabajara de. **1924 –** A Revolução de Isidoro. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1956.

PINHEIRO, Paulo Sérgio. **Estratégias da Ilusão.** A Revolução Mundial e o Brasil. 1922-1935. São Paulo: Cia das Letras, 1991.

POLLAK, Michael. Memória, e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, nº 10, 1992, pp. 200-212.

_____. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, nº 3, 1989, pp. 3-15.

PRIORE, Mary Del; NEVES, Maria de Fátima das; ALAMBERT, Francisco. **Documentos de História do Brasil.** De Cabral aos anos 90. São Paulo: Scipione, 1997.

RAJA GABAGLIA, Laurita Pessoa. Epitácio Pessoa. Rio de Janeiro: José Olympio, 1951, vol. I apud CASCARDO, Francisco Carlos Pereira. **O Tenentismo na Marinha.** Os Primeiros Anos – 1922 a 1924. São Paulo: Paz e Terra, 2005.

REVEL, J. Microanálise e construção do social. In: REVEL, J. (org.). **Jogos de Escalas:** a experiência da microanálise. Rio de janeiro: FGV, 2000.

REZENDE, Antonio Paulo. **Uma Trama Revolucionária?** Do Tenentismo à Revolução de 30. São Paulo: Atual, 6ª edição, 1990.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart & FERREIRA, Lúcia Maria Alves. **Mídia e Memória.** A produção de sentidos nos meios de comunicação. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

RODRIGUES, Fernando da Silva. Renovação e Revoltas: a Escola Militar do Realengo de 1918 a 1922. Disponível em: <http://www.abed defesa.org/page4/page7/.../FernandoRodrigues.pdf>. Acesso em 01/10/2010.

ROLEMBERG, Denise. **Exílio:** Entre Raízes e Radares. Rio de Janeiro: Record, 1999.

ROQUIÉ, Alan. **O Estado Militar na América Latina.** São Paulo: Editora Alfa-ômega, 1984.

ROSSI, Clóvis. **Militarismo na América Latina.** São Paulo: Brasiliense, 4ª edição, 1990.

SAES, Guillaume Azevedo Marques de. A república e a Espada: **A primeira década republicana e o florianismo.** 2005. Dissertação (Mestrado em História) - Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo,

São Paulo, 2005. Disponível em: <http//::www.teses.usp.br/teses...tde-28042006-181955-.pdf>. Acesso em: mar. de 2009.

SALLES, Ricardo. **Guerra do Paraguai:** escravidão e cidadania na formação do exército. São Paulo: Paz e Terra, 1990.

SAMET, Henrique. Função de Polícia Política na Primeira República. **Arquivo & História. Revista do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro.** Rio de janeiro, p. 65-80, n. 1, novembro de 1994.

SAMIS, Alexandre. **Clevelândia.** Anarquismo, sindicalismo e repressão política no Brasil. São Paulo: Imaginário, 2002.

SANT'ANNA, Marilene Antunes. **Os Espaços da Punição:** Olhares e discursos sobre prisões republicanas no Rio de Janeiro. In: XII ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA ANPUH-RJ 2006: 2. Publicação da Anpuh, Rio de Janeiro, Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro – APERJ - Rio de Janeiro, 2006.

SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. Os Porões da República: A Colônia Correcional de Dois Rios entre 1908 e 1930. **TOPOI**, v. 7, n. 13, jul.-dez. 2006.

SCALERCIO, Márcio Antonio. **O Exército Brasileiro e sua consolidação:** 1934-1955. 1995. 205 f. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro (Niterói), 1995.

SCHULZ, John. **O Exército na Política**: origens da intervenção militar, 1850, 1894. São Paulo: EDUSP, 1994.

SCHWARTZ, Stuart B. **Segredos Internos.** Engenhos e Escravos na Sociedade Colonial 1550-1835. São Paulo: Cia das Letras, 1988.

SILVA, Hélio. **1922.** Sangue na Areia de Copacabana. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v. II, 1964. (Documentos da História Contemporânea).

_____; CARNEIRO, Maria Cecília Ribas. **Deodoro da Fonseca.** 1º presidente do Brasil. 1889-1894. São Paulo: Grupo de Comunicação Três, 1983. (Os presidentes).

_____; _____. **Floriano Peixoto**. 2º presidente do Brasil. 1891-1894. São Paulo: Grupo de Comunicação Três, 1983. (Os presidentes).

SIQUEIRA, Deoclécio Lima de. **Caminhada com Eduardo Gomes.** Rio de Janeiro: Novas Direções, 1989. Biblioteca Técnica do Forte de Copacabana.

SIRINELLI, Jean François. A Geração. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (orgs.). **Usos e Abusos da História Oral.** Rio de Janeiro: FGV, 1996.

SOBRINHO, Alexandre Barbosa Lima. **A Presença de Alberto Tôrres** (sua vida e pensamento). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

SODRÉ, Nelson Werneck. **A Coluna Prestes.** São Paulo: Círculo do Livro S/A, [19-?].

TAUNAY, Alfredo D'estragnolle. **Memórias do Visconde de Taunay.** Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1960.

TAVARES, Cel. A. de Lyra. **Território Nacional:** Soberania e Domínio do Estado. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1985.

TÁVORA, Juarez. **À Guiza de Depoimento sobre a Revolução Brasileira de 1924.** São Paulo: Tipografia de O Combate. 3 volumes, 1927/1928.

TÁVORA, Juarez. **Uma Vida e Muitas Lutas**:– Memórias. V. I – Da planície à borda do altiplano. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército e Livraria José Olympio, 1974.

_____ . **Uma Vida e Muitas Lutas:–** Memórias. V. 2 – A caminhada no altiplano. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército e Livraria José Olympio, 1974.

_____. **Uma Vida e Muitas Lutas –** Memórias. V. 3 – Voltando à planície. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército e Livraria José Olympio, 1977.

THOMAS, Lois-Vicent. Rites de mort. Pour La paix dês vivants, Paris, Fayard, 1985, pp. 12-14. Apud CATROGA, Fernando. O céu da memória. Cemitério romântico e culto cívico dos mortos em Portugal. Coimbra: Livraria Minerva Editora, 1999.

TILLY, Charles. **Coerção, capital e estados europeus. 990-1992.** Cap. 1: As cidades e os Estados na história do mundo; 4: O Estado e seus cidadãos e 7: Os soldados em 1992. São Paulo: EDUSP, 1996.

TOLEDO. Roberto de Pompeu. **O Álbum dos Presidentes**. A história vista pelo JB. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 15 nov. 1989. Edição do Centenário da República.

TOSTES, Vera Lucia Bottrel. **Títulos e Brasões. Sinais da Nobreza.** Titulares brasonados do Império. Rio de janeiro: JC, 1996.

VIANA, Oliveira. **Populações Meridionais do Brasil**. O Campeador Rio-Grandense. V. 2. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

VISCARDI, Cláudia M. R. Aliança "Café com Política". **Nossa História**, Rio de Janeiro, mai. 2005.

WEBER, Maria Helena. Visibilidade e credibilidade. Tensões da comunicação política. In: MAIA, Roseley & CASTRO, Maria C. P. Spínola. (orgs.). **Mídia, esfera pública e identidades coletivas**. Belo Horizonte: UFMG, 2006.

WEFFORT, Francisco C. **O Populismo na Política Brasileira.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

ZAIDMAN, Diana. **A imigração no Brasil no Império.** O caso particular da Hospedaria da Ilha das Flores. Dissertação (Mestrado em História). Niterói – UFF, 1983.

Sites utilizados:

ARQUIVO NACIONAL. (Brasil). (Apresenta informações sobre os presidentes do Brasil). Galeria dos Presidentes. Disponível em: <http://www.arquivonacional.com.br>. Acesso em: nov. 2009.

ARQUIVO NACIONAL. (Brasil). Disponível em: <http://www.portalan.arquivonacional.gov.br/media/presidentes-jan-2010.pdf>. Acesso em: dez. 2010.

BENTO, Cláudio Moreira. (Historiador do Exército) Escola de Formação de Oficiais do Exército. Disponível em: <htpp://www.resenet.com.br>. Acesso em: set. de 2005.

BRASIL. Código Penal (1890). Disponível em <http://www6.senado.gov.br/>. Acesso em jan. 2009.

BRASIL. Constituição (1891). Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil. Rio de Janeiro, DF, 1891. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/>. Acesso em ago. 2010.

CÂMARA dos deputados. Coleção das Leis do Império do Brasil de 1831, p. 51. Disponível em: http://www2.camara.gov.br/. Acesso em: ago. 2010.

MARINHA DO BRASIL. Círculos da Marinha. Disponível em: <htpp://www.mar.mil.com.br/>. Acesso em: out. 2010.

COLÉGIO Brasileiro de Genealogia. Disponível em: <http//:www.cbg.org.br/arquivos _genealogicos_n_02.htm>. Acesso em: 05 jul. 2010.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS CPDOC. Dicionário Histórico Biográfico. Disponível em: <http//:wwwcpdoc.fgv.br/>. Acesso em: set. 2009.

HISTÓRIA do Rio Grande do Sul. (Apresenta informações históricas sobre o Rio Grande do Sul). Disponível em: <http//:www.riogrande.com.br/historia/default.htm>. Acesso em: mar. 2010.

INFONET. Revolta de Fausto Cardoso. Disponível em: <http//:www.infonet.com.br/>. Acesso em: set. 2009.

Fontes:

1- ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. APERJ. Rio de Janeiro.

a) Fundo DESPS – Arquivos da Polícia Política:

Arquivo Antonio de Siqueira Campos.
Arquivo Augusto Ximeno de Villeroy.
Arquivo Asdrubal Gwyer de Azevedo.
Arquivo Canrobert Penn Lopes da Costa.
Arquivo Djalma Dutra
Arquivo Emigdio da Costa Miranda

Arquivo Oswaldo Cordeiro de Farias
Arquivo Sebastião Acioly de Lima Lopes

b) Fundo POLÍCIA POLÍTICA – Arquivos da Polícia Política:

Arquivo Eduardo Gomes.
Arquivo Euclides Hermes da Fonseca.
Arquivo Juarez Fernandes Távora.

c) Livros da CASA DE DETENÇÃO de 1922 a 1930.

2- ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. APESP. Disponível em <http://www.arquivoestado.sp.gov.br>. Acesso em: out. 2009.

a) "Cartas da Revolução de 1924."

Cartas do Exílio.

3- ARQUIVO HISTÓRICO DO EXÉRCITO AHEx. Rio de Janeiro.

a) Relatórios do Ministro da Guerra 1922-1930.
b) Documentos de Alterações dos militares.

4- CENTER FOR RESEARCH LIBRARIES (Consórcio internacional de pesquisa independente de cooperação entre universidades, livrarias e arquivos dos EUA - universidades fundadoras - e outros países). Disponível <http://www.crl.edu>. Acesso em: jan. 2009.

Relatórios do Ministro da Guerra 1922-1924.

5- CPDOC FGV – Centro de Pesquisa e Documentação da Fundação Getúlio Vargas.

a) Arquivo Amaral Peixoto.
b) Arquivo Pedro Ernesto Baptista.
c) Arquivo Rosalina Coelho Lisboa.
d) Arquivo Themístocles Cavalvcanti.

6- MUSEU HISTÓRICO DO EXÉRCITO E FORTE COPACABANA. Rio de Janeiro.

a) Boletins Regimentais do Forte de Copacabana.
b) Documentos de Alterações dos "18 do Forte" (Xerox).

7- MARINHA DO BRASIL. Departamento de Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha – DPHDM (antigo SDM). Rio de Janeiro.

a) Relatórios do Ministro da Marinha.
b) Microfilme do Livro de Quarto do Encouraçado São Paulo.

8- DOCUMENTOS PARTICULARES –

a) Cartas.
b) Recortes de jornais

c) Documentos pessoais
d) Fotos.

9) ENTREVISTAS:

NATALINA SANTOS REBELLO (sobrinha neta de Antonio de Siqueira Campos). Entrevista concedida a Isabel Lopez Aragão. Rio de Janeiro, mar. 2009.

MARIA LUCILA SIQUEIRA CAMPOS. (sobrinha neta de Antonio de Siqueira Campos). Entrevista concedida a Isabel Lopez Aragão. Rio de Janeiro, 15 set. 2008.

Anexos

ANEXO - Levantamento de Prisioneiros e Exilados Militares - Relação nominal (pesquisa em andamento):

1º REGIMENTO DE CAVALARIA DIVISIONÁRIA-RJ

1. Cap. Carlos Miguel de Vasconcelos Querê
2. Cap. Médico Bezerra Cavalcanti[985]
3. Ten. Alberto Orance Guérin[986]
4. Ten. Aroldo Leitão[987]
5. Ten. Carlos Saldanha da Gama Chevalier[988]
6. Ten. Clóvis Seroa[989]
7. Ten. Cunha Cruz (Paulo Kruger ou Vitor César?)[990]
8. Ten. Delso Mendes da Fonseca[991]
9. Ten. Eduardo Gomes[992]
10. Ten. Euclides Lins[993]
11. Ten. Juarez do Nascimento Távora[994]
12. Ten. Lourival Serôa da Mota[995]
13. Ten. Luís Braga Mury[996]
14. Ten. Luis Costa Leite[997]
15. Ten. Olympio de Carvalho Borges[998]
16. Ten. Sampson de Nóbrega Sampaio[999]
17. Ten. Setúbal[1000]
18. Ten. Simas Eneas[1001]

2º REGIMENTO DE INFANTARIA (Dentro da Vila Militar)

19. Sgto. Aldobrantino Chaves Segura (1ª)[1002]
20. Sgto. Osmar Severo do Bonfim[1003]

---

[985] Esteve lá em 1929. Fotografia. CHEVALIER, Carlos. **Os Dezoito do Forte.** Rio de Janeiro: [s.n.], 1930.

[986] CPDOC, FGV. Arquivo Themístocles Brandão Cavalcanti. TBC c 27.03.09.

[987] Esteve lá em 1922. Fotografia. *Cf.* CHEVALIER, op. cit, nota 985.

[988] Esteve lá em 1922. Fotografia. *Cf* CHEVALIER, op. cit., nota 985.

[989] CPDOC, FGV. Arquivo Pedro Ernesto Baptista. PEB c 26.12.16; PEB c 26.12.18.

[990]Fotografia. *Cf* CHEVALIER,op. cit., nota 985.

[991] CPDOC, FGV. Arquivo Pedro Ernesto Baptista. PEB c 26.12.18.

[992] *Cf* CHEVALIER, op. cit., nota 985; CPDOC, FGV. Arquivo Themístocles Brandão Cavalcanti.TBC c 27.01.12.

[993] CPDOC, FGV. Arquivo Themístocles Brandão Cavalcanti. TBC c 27.03.09.

[994] *Cf* CHEVALIER, op. cit, nota 985, p. 58. Juarez Távora, Chevalier, Eduardo Gomes, Paulo Kruger e Cap. Francisco Pereira da Silva estiveram juntos lá por 4 meses, antes da transferência para Trindade. Esteve lá em 1929. TÁVORA, Juarez. **Uma Vida e Muitas Lutas**: – Memórias. V. I – A caminhada no altiplano. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército e Livraria José Olympio, 1974, v. 1, p. 201-3.

[995] CPDOC, FGV. Arquivo Themístocles Brandão Cavalcanti e Arquivo Pedro Ernesto Baptista. TBC c 27.01.12; PEB c 26.12.18.

[996] Ibid, TBC c 19.05.26.

[997] CHEVALIER, op. cit., nota 985, pp. 58 e 60.

[998] CPDOC, FGV. Arquivo Themístocles Brandão Cavalcanti TBC c 27.03.09.

[999] Ibid, TBC c 27.09.03; TBC c 27.03.09. TBC c 04/01/27 e TBC c 05/04/27.

[1000] Ibid, TBC c 27.01.12.

[1001] Ibid, TBC c 27.03.09.

[1002] DIAS, Everardo. **Bastilhas Modernas:** 1924-1926. São Paulo: Obras Sociais e Literárias, 1926, p. 189 e 200.

[1003] Ibid, p. 189 e 200.

21. Sgto. Pedro de Góes Tojal[1004]

4º BATALHÃO DE CAÇADORES DE S'ANTANA - SP.

22. Capitão Faustino Cândido Gomes[1005]
23. Capitão Honorato Augusto Duguet Leitão[1006]
24. Gen. Augusto Ximeno de Vileroy[1007]
25. Major Raimundo Nonato Lopes de Menezes[1008]
26. Major Raul da Veiga Machado
27. Ten. Aguinaldo Sotero de Menezes
28. Ten. Alfredo de Simas Enéias
29. Ten. Arlindo de Castro Carvalho
30. Ten. Eduardo Gomes
31. Ten. Jaime de Almeida
32. Ten. João Rodrigues de Jesus
33. Ten. Joaquim Nunes de Carvalho
34. Ten. Jonatas de Moraes Corrêa
35. Ten. José de Souza Carvalho
36. Ten. Luís Cordeiro de Castro Afilhado
37. Ten. Luso Alves Garrido
38. Ten. Nelson de Melo
39. Ten. Olinto Tolentino de Freitas Marques
40. Ten. Solon Lopes de Oliveira
41. Ten. Waldemar Levy Cardoso[1009]
42. Ten. Waldomiro Pereira da Cunha[1010]

BATALHÃO NAVAL-RJ

43. Capitão-de-fragata Armando Bittencourt[1011]
44. Capitão-tenente Azerêdo Rodrigues
45. Capitão-tenente Heitor Corrêa
46. Capitão-tenente Nelson Megy
47. Primeiro-tenente Elias de Paiva
48. Primeiro-tenente Hermes Fiúza
49. Primeiro-tenente Mattos de Araújo
50. Primeiro-tenente Paulo Machado
51. Primeiro-tenente Rego Monteiro
52. Primeiro-tenente Waldemar de Araujo Motta
53. Segundo-tenente Iomar Neves Marques
54. Sgto. Aldobrantino Chaves Segura (4)
55. Sgto. Orlando de Assis Corrêa
56. Sub-oficial Ataliba Martins Crespo
57. Sub-oficial Manoel Genoíno da Silva[1012]

Civis

58. Américo Prata[1013]

[1004] DIAS, Everardo. **Bastilhas Modernas:** 1924-1926. São Paulo: Obras Sociais e Literárias, 1926, p. 189 e 200.

[1005] APERJ, DESPS, Arquivo Ximeno de Vileroy (em 20/07/1927); CPDOC, FGV. Arquivo Themístocles Brandão Cavalcanti. TBC 26.05.31.

[1006] Ibid.

[1007] CPDOC, FGV. Arquivo Themístocles Brandão Cavalcanti. TBC c 26.06.26.

[1008] Do 4º ao 17º: APERJ. DESPS. Arquivo Ximeno de Vileroy, (em 20/07/1927).

[1009] APERJ. DESPS. Arquivo Ximeno de Vileroy, (em 20/07/1927). OBS: Mal Waldemar Levy Cardoso - Morreu com 108 anos, em 15-16 de maio de 2009. Era nesta data o último Marechal brasileiro, já que para obtenção dessa patente, há que se estar em combate.

[1010] Ibid.

[1011] Do 1º ao 14º: Oficial da Marinha, DIAS, op. cit., nota 1006, p. 182.

[1012] Este sub-oficial, morreu na Clevelândia por maus tratos DIAS, op. cit., nota 1006, p. 190.

59. Antonio Ferreira de Souza
60. Antonio Pedreira
61. Benedicto Amorim
62. Benedicto Pereira da Silva
63. Bertholino Pizzato
64. Clodoaldo Rodrigues dos Santos
65. Dagoberto Miranda
66. Eurico Vianna
67. Fiel Freire Fontes
68. João Gomes
69. Josino de Almeida
70. Júlio Faria
71. Manoel Bezerra
72. Manoel Cunha
73. Manoel Gomes Medeiros
74. Manoel Gonzaga

CAMPO DE DESTERRO DA CLEVELÂNDIA-OIAPOQUE

75. Tenente Matheus de Moura[1014]
76. Marinheiros da Canhoneira Goiás[1015]
77. Marinheiros da Escola da Aviação Naval[1016]
78. Marinheiros do Amazonas
79. Marinheiros do Encouraçado São Paulo[1017]
80. Praças do Exercito do 27º Batalhão de Caçadores de Manaus.[1018]
81. Soldado Francisco Nicolau[1019]
82. Soldado Lauro Nicácio[1020]
83. Sub-oficial Manoel Genoino da Silva[1021]

Civis (?)

84. Ovídio dos Santos[1022]
85. Pedro Alves[1023]

SEM DETERMINAÇÃO SE É CIVIL OU MILITAR:[1024]

86. Acacio Lessa
87. Adelino Bastos
88. Adhemar Silva
89. Adolpho Barbosa
90. Adolpho de Souza
91. Adriano Eugenio de Moraes

[1013] Todos os civis que estão no Batalhão Naval são citados em; DIAS, Everardo. **Bastilhas Modernas:** 1924-1926. São Paulo: Obras Sociais e Literárias, 1926, p. 190.

[1014] Origem: São Paulo e Catanduvas. SAMIS, Alexandre. **Clevelândia.** Anarquismo, sindicalismo e repressão política no Brasil. São Paulo: Imaginário, 2002, p. 186.

[1015] Ibid, p. 184.

[1016] Ibid, p. 201.

[1017] Ibid, p. 201.

[1018] Ibid, p. 201.

[1019] Ibid, p. 182.

[1020] Ibid, p. 201.

[1021] DIAS, op. cit., nota 1013, p. 190.

[1022] Origem: Catanduvas. SAMIS, op. cit., nota 1014, p. 189.

[1023] Ibid, Ibidem.

[1024] *Cf.* SAMIS, op. cit., nota 1014, p. 248-252.

92. Adriano Fontes
93. Agapito Duarte
94. Agostinho Freitas Guimarães
95. Albino G. de Azevedo
96. Alcides Amaral
97. Alexandre Farseli
98. Alexandre José Tarcilio
99. Alexandre Menz
100. Alexandre Silva Montenari
101. Alexandre Zee
102. Alfredo Antonio
103. Alfredo Dalphino dos Santos
104. Alfredo Luiz Araujo
105. Alfredo Moraes
106. Alfredo Rodrigues
107. Alfredo Santini
108. Alfredo Silveira
109. Altino Alves de Almeida
110. Altino Colconi
111. Amâncio Dias
112. Ambrosio Souza Brandão
113. Americo Ferreira
114. AmericoMigliorini
115. Anacleto Nunes
116. Angelo Torres
117. Angelo Zeizoni
118. Anníbal Leitão Borges
119. Antonio /Gomes Oliveira
120. Antonio Araujo
121. Antonio Araujo Machado
122. Antonio Augusto de Moraes
123. Antonio Camara
124. Antonio Cardoso de Oliveira
125. Antonio Cavazzini
126. Antonio Contari
127. Antonio da Silva
128. Antonio da Silva
129. Antonio de Souza
130. Antonio dos Santos
131. Antonio Felippe
132. Antonio Fernandes
133. Antonio Fernandes Neves
134. Antonio Firmino
135. Antonio Francisco da Silva
136. Antonio Francisco Lima
137. Antonio Gastino
138. Antonio Gimenes
139. Antonio Gomes de Oliveira
140. Antonio Joaquim
141. Antonio José dos Santos
142. Antonio Muniz Silva
143. Antonio Pedro Maciel
144. Antonio Pires
145. Antonio Prestes
146. Antonio Rodrigues
147. Antonio Scarelle
148. Antonio Serra Junior
149. Antonio Teixeira de Amorim
150. Antonio Vaz de Campos
151. Antonio Victorio
152. Archelin Victor
153. Argemiro Bento
154. Aristides José Gonçalves
155. Armando Granja
156. Armando Torrenzani
157. Arnaldo Garcia
158. Arthur Alves Silva

159. Arthur Luiz Mesquita
160. Arthur Mathias
161. Arthur Soherth
162. Arthur Trevisan
163. Asterio Siqueira
164. Augusto Freitas Bastos
165. Augusto Gomes Ribeiro
166. Augusto Lopes
167. Augusto Silva
168. Aurelio João Becki
169. Avelino Costa Leite
170. Avelino dos Santos
171. Avelino Pereira Silva
172. Belmiro Ribeiro de Souza
173. Benedicto Araujo
174. Benedicto Balduino
175. Benedicto Barbosa Lima
176. Benedicto Bento
177. Benedicto de Mello
178. Benedicto de Paula
179. Benedicto Ferreira
180. Benedicto Furqui
181. Benedicto Machado Santos
182. Benedicto Parroni
183. Benedicto Soares
184. Benedicto Soares
185. Benedicto Valentim Cruz
186. Bernardino Alçamendia
187. Bernardino Alves Silva
188. Bernardino Azevedo Cruz
189. Brasil Eleuterio dos Santos
190. Braz Leal Araujo
191. Candido Bonfim
192. Candido Oliveira
193. Candido Santos
194. Candido Velloso
195. Carlos Pereira
196. Casemiro Dias Redal
197. Cesar Faceti
198. Cesar Francischini
199. Cezino de Araujo Cruz
200. Chaves Farens
201. Claudionor Martins
202. Custodio José Antunes
203. Cyrillo Lazaro
204. Daniel Soares
205. Daniel Soares
206. Davis Antonio
207. Delfino Gomes da Silva
208. Dephimo Graciano Santos
209. Domingos da Silva
210. Domingos dos Santos Francisco Barreto
211. Domingos Patriarcha
212. Domingos Rodrigues Silva
213. Domingos Vallinatti
214. Ecilario Viniti
215. Edgard Assis Pacheco
216. Eduardo Bernardes
217. Eduardo Dias
218. Eduardo Oliveira
219. Eladio Mancebo
220. Emiliano Gonçalves
221. Eriberto Pinto
222. Ernesto Sebastião Souza
223. Esequiel Silva
224. Espiridião Manoel Cunha Lima
225. Estevam Lopes

226. Estevão Freitas
227. Euclydes Corrêa
228. Euclydes de Oliveira
229. Eugenio Santos
230. Faustino Alberto de Castro
231. Faustino Santos
232. Feliciano Neves de Farias
233. Fernandes Lima
234. Fernando Varella
235. Fidelis Perrota
236. Flodoardo Arruda Gomide
237. Francisco Candido Pereira
238. Francisco Chagas Passos
239. Francisco Chaves
240. Francisco de S. Pennaforte
241. Francisco Diniz
242. Francisco Fernandes
243. Francisco Gonçalves
244. Francisco Henrique Silva
245. Francisco Pedro
246. Francisco Pinto da Costa
247. Francisco Rodrigues Lima
248. Francisco Teixeira dos Santos
249. Frederico Manoel
250. Germano Antonio de Souza
251. Gervasio dos Santos Clemente
252. Gregorio Trigueiro
253. Guilherme Neiva
254. Hans Anderson
255. Helmiro Sebastião Rocha
256. Henrique Ignacio Farias
257. Henrique Mani
258. Henrique Silva
259. Herculano dos Santos
260. Hlario F Goulart
261. Horacio Zamataro
262. Hujo Jacomeles
263. Humberto Pianho (Roberto)
264. Irineu Prescott
265. Isaac Lourenço
266. Israel Deodoro
267. Jacob Bandeira
268. Januario Francisco Alcantara
269. Jeronymo Campos Salles
270. João Antonio Pereira
271. João Augusto Silva
272. João Baptista
273. João Baptista
274. João Barbosa
275. João Camargo
276. João Campos
277. João Candido Farias
278. João Cardoso da Silva
279. João Coelho de Moraes
280. João Costa Machado
281. João Custodio Machado
282. João Cypriano Santos
283. João Dias Anacleto
284. João Domingos Silva
285. João dos Santos
286. João Duarte
287. João Fernandes Souza
288. João Ferreira
289. João Floriano
290. João Guimarães
291. João Lorca Lopes
292. João Martins

293. João Nunes Paralho
294. João Paulo Santos
295. João Pereira de Carvalho
296. João Riter
297. João Soares Costa
298. João Tamberlini
299. João Valentino
300. João Victor Passos
301. Joaquim Couto de Oliveira
302. Joaquim da Silva Segundo
303. Joaquim dos Santos
304. Joaquim Duarte
305. Joaquim Fonseca
306. Joaquim Macedo
307. Joaquim Pinto
308. Joaquim Rodrigues Azenha
309. Jobert Ferreira
310. Jordão Francisco
311. Jorge Rodrigues Moraes
312. José Adalberto Curvello
313. José Aguiar de Oliveira
314. José Almeida
315. José Alves
316. José Alves da Silva
317. José Alves Nascimento
318. José Antonio
319. José Antonio dos Santos
320. José Argenherá
321. José Barbosa
322. José Benedicto Oliveira
323. José Cavaglioli
324. José da Costa Telles
325. José da Silva
326. José da Silva
327. José da Silva Queiroz
328. José de Oliveira
329. José Dias
330. José dos Santos
331. José Francisco de Lima
332. José Francisco dos Santos
333. José Francisco Nascimento
334. José Ignacio Pereira
335. José Isaías
336. José Justino
337. José Lourenço
338. José Machado Magalhães
339. José Maria
340. José Maria Filho
341. José Meira
342. José Miguel Archangelo
343. José Monteiro
344. José Moreira
345. José Mota Ribeiro
346. José Müller
347. José Oliveira
348. José Paschoal
349. José Pereira
350. José Ribeiro
351. José Romeiro
352. José Roque
353. José Rosa
354. José Silva Fiorante
355. José Vianna Barbosa
356. Jovelino Lima
357. Julio Affonso
358. Julio Anacleto
359. Julio Cesar Filho

360. Julio de Moura
361. Julio de Stefani
362. Júlio Ferreira
363. Julio Furianeto
364. Julio Gomes Ferreira
365. Justo Megarije
366. Juvenal Macedo
367. Laureano Francisco Gama
368. Laurindo Beraldo
369. Lazaro Silva
370. Lazaro Silva
371. Leonardo Fernandes
372. Lindolpho Joaquim Souza
373. Lourentino Oliveira
374. Luiz Francisco Toledo
375. Luiz Gonçalves Villas Boas
376. Luiz Henrique
377. Luiz Machado
378. Lydio Palmeira
379. Manoel Baptista
380. Manoel Dias Barbosa
381. Manoel Duarte Pereira
382. Manoel Fraga
383. Manoel Gonçalves Alves
384. Manoel Guerra
385. Manoel Guerra
386. Manoel José Sant'Anna
387. Manoel Limeira Santos
388. Manoel Lopes
389. Manoel Luiz da Rocha
390. Manoel Norberto Abrahão
391. Manoel Norberto Filho
392. Manoel Pedro da Silva
393. Manoel Pereira
394. Manoel Pereira
395. Manoel Pereira da Silva
396. Manoel Pinto Silva
397. Manoel Ribeiro
398. Manoel Ribeiro Vidal
399. Manoel Rodrigues da Silva
400. Manoel Santos
401. Manoel Severiano da Paixão
402. Manoel Severino Alcantara
403. Marciano Antonio Sampaio
404. Marco José de Oliveira
405. Marcos Larose
406. Mario Costa
407. Mario Martielli
408. Mario Nicola
409. Mario Salerno Neves
410. Martinho Rodrigues
411. Matino Corrêa Lima
412. Miguel Rossi
413. Modesto Velasco Alvarez
414. Moysés Guedes
415. Napoleão Tito Alvarenga
416. Nestor Costa Magalhães
417. Nestor Jeremias
418. Nicando Bellarmino Silva
419. Nicoláo Lacallendola
420. Nicoláo Parada
421. Nicoláo Varella
422. Nino Martins
423. Octacilio da Silva
424. Octavio Moura
425. Octavio Santos
426. Olympio José da Silva

427. Olympio Santos
428. Orestes Hermenegildo Souza
429. Oscar Amancio da Silva
430. Oscar de Carvalho
431. Oscar Guarany
432. Oscar Peixoto
433. Oscar Rodrigues
434. Osorio Alves
435. Osorio de Campos
436. Oswaldo Muniz
437. Oswaldo Wanderley
438. Paulino Alvarenga
439. Paulo Figueiredo
440. Paulo João Domingos
441. Paulo Leão
442. Paulo Perenzi
443. Pedro Alves Martins
444. Pedro Alves Santos
445. Pedro Coltroni
446. Pedro Costa Cirne
447. Pedro Ferrari
448. Pedro Orista da Silva
449. Pedro Sanagro
450. Pedro Stanashink
451. Petricio de S. Meirelles
452. Ramiro Ribeiro da Silva
453. Raphael Ferreira
454. Regino Alves Barreto
455. Renato Almeida
456. Reynaldo Marques Laubet
457. Ricardo Camarsky
458. Ricardo Solis
459. Rissieri Perpetuo
460. Rodolpho Silva
461. Roque Laurindo
462. Roque Machado
463. Rufino da Paixão
464. Sebastião Antonio Silveita
465. Sebastião Cardoso
466. Sebastião de Oliveira
467. Sebastião Ferreira
468. Sebastião Jesus
469. Sebastião Lopes
470. Sebastião Pereira
471. Sebastião Pereira Leite
472. Sebastião Santiago
473. Sebastião Souza (Henrique Souza)
474. Sergio Thomaz da Silva
475. Silveira
476. Sylvio de Camargo
477. Sylvio Sampaio
478. Trajano Vieira Macedo
479. Vicente Capelli
480. Waldemar Coelho (Coelho dos Santos)
481. Waldemburgo Noronha
482. Waldemiro Rocha
483. Walter Bolleri
484. Wencesláo Camargo
485. Werner Buckenferder
486. William Uebert

CASA DE CORREÇÃO/DETENÇÃO-RJ

487. Aluno da Escola Militar Amarílio de Matos[1025]
488. Cabo da Armada Amphilóquio Cavalcanti[1026]

[1025] DIAS, Everardo. **Bastilhas Modernas**: 1924-1926. São Paulo: Obras Sociais e Literárias, 1926, p. 196.

489. Cap. Alcebíades Brazil
490. Cap. Art. Adhemar da Costa Mattos
491. Cap. Euclides Hermes da Fonseca
492. Cap. Fellipe Moreira Lima
493. Cap. Heitor da Fontoura Rangel
494. Cap. João Teixeira Marques
495. Cap. Manoel Rabello
496. Cap. Otto Feio da Silveira
497. Cel. Affonso Pinho de Castilhos
498. Gen. Adolpho de Araújo Familiar
499. Gen. Antonio Mendes de Moraes
500. Gen. Izidoro de Sousa Figueiredo
501. Gen. Joaquim de Castro
502. Gen. Pedro Frederico Leão de Sousa
503. Gen. Silvestre Rocha
504. Maj. Edgard de Mattos Lima[1027]
505. Maj. Joaquim Antonio Pereira[1028]
506. Maj. Luíz Gonzaga Borges Fortes[1029]
507. Maj. Theodoro Ribeiro da Cunha[1030]
508. Ten. Aguinaldo José de Senna Campos[1031]
509. Ten. Alcides Paulino da Franca Veloso[1032]
510. Ten. Aristóteles de Sousa Dantas[1033]
511. Ten. Arlindo Maurity da Cunha Menezes[1034]
512. Ten. Aurélio da Silva Py
513. Ten. Brasiliano Americano Freire
514. Ten. Canrobert Penn Lopes Costa
515. Ten. Carlos Magalhães Frankel
516. Ten. Carlos Saldanha da Gama Chevalier
517. Ten. Cel. Djalma Ulrich de Oliveira
518. Ten. César Bacchi de Araújo
519. Ten. Ciro Paes Leme
520. Ten. Delso Mendes da Fonseca[1035]
521. Ten. Edgar de Albuquerque Alves Maia[1036]
522. Ten. Edmundo de Macedo Soares e Silva[1037]
523. Ten. Eduardo Gomes[1038] (Vai para lá em 1924)
524. Ten. Eugênio Everton Pinto[1039]

[1026] Do 3º ao 17º: DIAS, Everardo. **Bastilhas Modernas**: 1924-1926. São Paulo: Obras Sociais e Literárias, 1926, p. 196.

[1027] CPDOC-FGV. Arquivo Rosalina Coelho Lisboa. RCL c 1924.11.16.

[1028] Ibid.

[1029] Ibid.

[1030] Ibid.

[1031] CASA DE CORREÇÃO/DETENÇÃO: CPDOC, FGV. Arquivo Rosalina Coelho Lisboa. RCL c 24.11.16.

[1032] Ibid.

[1033] Fogem da Casa de Correção em 1925: Aristóteles de Souza Dantas, Delso Mendes da Fonseca, Heitor Bianco de Almeida Pedroso, Luis Celso Uchoa Cavalcanti, Melo, Mario Chaves Ferreira e Tasso de Oliveira Tinoco.Ibid.

[1034] Do 25º ao 33º, Ibid.

[1035] Delso participa do assalto ao R.I. juntamente com Jansen de Melo, Leopoldo Nery da Fonseca, Riograndino Kruel. Fogem da Casa de correção em 1925: Aristóteles de Souza Dantas, Delso Mendes da Fonseca, Heitor Bianco de Almeida Pedroso, Luis Celso Uchoa Cavalcanti, Mario Chaves Ferreira e Tasso de Oliveira Tinoco. Ibid.

[1036] Ibid.

[1037] Ibid.

[1038] Eduardo chega à Casa de Correção em 1924, ap[os o levante em São Paulo, em fins de outubro. CPDOC, FGV. Arquivo Rosalina Coelho Lisboa. RCL c 24.11.16.

525. Ten. Giliath Ururary Fiorim[1040]
526. Ten. Helvécio Pinheiro de Albuquerque Maranhão[1041]
527. Ten. Henrique Cunha[1042]
528. Ten. Hugo Bezerra[1043]
529. Ten. Hugo Bezerra de Albuquerque[1044]
530. Ten. Jorge Gomes Ramos[1045]
531. Ten. José Coelho Valente do Couto[1046]
532. Ten. José Lobo Machado[1047] (José ou Jorge?)
533. Ten. Luís Celso Uchoa Cavalcanti[1048]
534. Ten. Luís Venâncio Jansen de Melo[1049]
535. Ten. Mário Chaves Ferreira[1050]
536. Ten. Nelson Gonçalvez Etchegoyen [1051]
537. Ten. Newton Franklin do Nascimento[1052]
538. Ten. Plínio Paes Barreto Cardoso[1053]
539. Ten. Reispício do Espírito Santo[1054]
540. Ten. Roberto Carlos Vasco Carneiro de Mendonça[1055]
541. Ten. Roberto Drumond[1056]
542. Ten. Rubens de Azevedo Guimarães[1057]
543. Ten. Rui de Cruz Almeida[1058]
544. Ten. Sylo Soares Furtado de Meirelles
545. Ten. Tasso de Oliveira Tinoco[1059]

[1039] CPDOC, FGV. Arquivo Rosalina Coelho Lisboa. RCL c 24.11.16.

[1040] Ibid.

[1041] Ibid.

[1042] Ibid.

[1043] Hugo Bezerra foge da Casa de Detenção em 1925 "(...) Em dia de visitas, deixando sua esposa, D. Cenira Gonçaves de Albuquerque, sair calmamente pelo portão principal, enquanto ele penetrava pela porta dos fundos da casa do diretor para ganhar a porta da rua." Ibid.

[1044] Ibid.

[1045] Ibid.

[1046] Ibid.

[1047] Ibid.

[1048] Fogem da Casa de correção em 1925: Aristóteles de Souza Dantas, Delso Mendes da Fonseca, Heitor Bianco de Almeida Pedroso, Luis Celso Uchoa Cavalcanti, Mario Chaves Ferreira e Tasso de Oliveira Tinoco.

[1049] Jansen foge do H.C.E. em princípio de abril. CPDOC, FGV. Arquivo Rosalina Coelho Lisboa. RCL c 24.11.16.

[1050] Fogem da Casa de correção em 1925: Aristóteles de Souza Dantas, Delso Mendes da Fonseca, Heitor Bianco de Almeida Pedroso, Luis Celso Uchoa Cavalcanti, Luis Venâncio Jansen de Melo, Mario Chaves Ferreira e Tasso de Oliveira Tinoco.

[1051] CPDOC, FGV. Arquivo Rosalina Coelho Lisboa. RCL c 24.11.16.

[1052] Ibid.

[1053] Ibid.

[1054] Ibid.

[1055] Ibid.

[1056] Ibid.

[1057] Ibid.

[1058] Ibid.

[1059] Ibid.

546. Ten. Umberto Barreto[1060]
547. Ten. Heitor Bianco de Almeida Pedroso[1061]
548. Oficial Comissionado Adael Barreto de Barros[1062]
549. Sgto. Aduaneiro Galdino de Medeiros[1063]
550. Sgto. Aldobrandino Chaves Segura (3ª)[1064]
551. Sgto. Erasmo Tavares[1065]
552. Sgto. Osmar de Oliveira Almeida[1066]
553. Soldado da Marinha Propércio Tavares[1067]

Civis

554. Abílio Lebre[1068]
555. Aderbal de Carvalho[1069]
556. Adriano Vaz Pinto do Amaral[1070]
557. Afonso de Figueiredo[1071]
558. Antonio Ornelas[1072]
559. Aristides Dias Lopes[1073]
560. Belmonte de Araújo Correa[1074]
561. Biófilo Panclasta[1075]
562. Carlos Carmo[1076]
563. Deodoro da Costa[1077]
564. Eurico Peres da Costa[1078]

[1060] CPDOC, FGV. Arquivo Rosalina Coelho Lisboa. RCL c 24.11.16.

[1061] Fogem da Casa de correção em 1925: Aristóteles de Souza Dantas, Delso Mendes da Fonseca, Heitor Bianco de Almeida Pedroso, Luis Celso Uchoa Cavalcanti, Mario Chaves Ferreira e Tasso de Oliveira Tinoco. SILVA, Hélio. **1922.** Sangue na Areia de Copacabana. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v. II, 1964. (Documentos da História Contemporânea), pp. 425-6; CPDOC, FGV. Arquivo Rosalina Coelho Lisboa. RCL c 24.11.16.

[1062] DIAS, Everardo. **Bastilhas Modernas**: 1924-1926. São Paulo: Obras Sociais e Literárias, 1926, p. 196.

[1063] Ibid, p. 196.

[1064] Ibid, p. 196.

[1065] Ibid, p. 196.

[1066] Ibid, p. 196.

[1067] Ibid, 196.

[1068] Preposto de Corretor. Ibid, p. 196.

[1069] Estudante de Direito. Ibid, p. 196.

[1070] Ibid, pp., 197-8.

[1071] Negociante. Ibid, 197-8.

[1072] Empregado da Prefeitura de Nictheroy. Ibid, Ibidem.

[1073] Como o governo não percebeu que não prenderia Isidoro, prendeu Aristides, de apenas 23 anos, em Ponta Grossa, no dia 15 de setembro, trazendo-o para o Rio de Janeiro, para a Casa de Detenção. Ali ficou um mês no Forte, sendo dali retirado por conselho médico e levado para o quarto salão, ali permanecendo incomunicável por mais um mês. Como fosse necessária a sua vaga foi para o terceiro salão onde ficou e companhia de uns 15 presos, sendo um deles o próprio Everardo Dias. Ficou neste salão da Detenção até 9 de dezembro, quando foi transferido com mais um grupo ao Arsenal da Marinha, sendo enviado à Ilha Rasa num rebocador. Aristides teria ficado preso durante dois anos, sendo libertado por Habeas Corpus somente em setembro de 1926. Ibid, p. 120-21.

[1074] Guarda da Alfândega. Ibid, p. 196.

[1075] Ibid, p. 196-7.

[1076] Chaifeurr falecido. Ibid. 197, 198.

[1077] Despachante da Light. Ibid, p. 196.

565. Everardo Dias[1079]
566. Fernando Ferreira[1080]
567. Francisco Brandão Filho[1081]
568. João Ferreira Chaves[1082]
569. João Labre[1083]
570. Joaquim Cavalcanti de Melo[1084]
571. José da Costa Dourado.[1085]
572. José Peregrino da Silva[1086]
573. Josias Carneiro Leão[1087]
574. Julião Luiz Correa[1088]
575. Júlio Lopes[1089]
576. Luis Teixeira de Barros[1090]
577. Nicolau Parada[1091]
578. Paulo Ornelas[1092]
579. Pedro Passini[1093]
580. Rosendo Arandas[1094]
581. Vicente Ferreira

CORPO DE BOMBEIROS (QUARTEL CENTRAL, PÇA. DA REPÚBLICA)[1095]

582. Tenente Epaminondas Gomes dos Santos[1096]
583. Tenente Eurico Castilhos Franco[1097]
584. Tenente Floriano Peixoto Cordeiro de Faria[1098]
585. Tenente Francisco Bulcão Vianna[1099]

[1078] Solicitador. DIAS, Everardo. **Bastilhas Modernas**: 1924-1926. São Paulo: Obras Sociais e Literárias, 1926, p. 197-8.

[1079] Jornalista e Gerente da Oficina Gráfica e Instituto Profissional José Bonifácio. Ibid, p.196.

[1080] Guarda-livros. Ibid, pp. 197-8.

[1081] Ibid, pp. 196-7.

[1082] Farmacêutico. Ibid, p. 196.

[1083] Dentista. Ibid, p. 197-8.

[1084] Ibid, pp. 196, 197.

[1085] Funcionário Público. Ibid, p. 196.

[1086] Funcionário Municipal. Ibid, p. 196.

[1087] Estudante. Ibid, pp. 197, 198.

[1088] Doméstico. Ibid, p. 196.

[1089] Ibid, p. 197, 198.

[1090] Industrial. Ibid, p. 197-8.

[1091] Operário. Ibid, p. 196.

[1092] Negociante. Ibid, p. 197-8.

[1093] Empregado do comércio. Ibid, p. 197-8.

[1094] Rosendo Arandas e Vicente Ferreira. Ibid, p. 196, 197.

[1095] Os oficiais da Escola Militar são presos neste quartel em 1922 e daí enviados á Ilha das Cobras.

[1096] Servia na aviação da Marinha - o tenente Epaminondas, que pertencia à aviação da Marinha, preso desde o dia 24 de novembro, data do levante do encouraçado *São Paulo,* que este navio pretendia secundar, DIAS, op. cit., nota 1078, p. 181.

[1097] Servia no encouraçado Minas Gerais. Foi preso desde o dia 24 de novembro, data do levante do encouraçado *São Paulo,* que este navio pretendia secundar, Ibid, p. 181.

[1098] Ibid, p. 181.

586. Tenente Guimarães Castro[1100]
587. Tenente Jorge Landim[1101]
588. Tenente Martins Ferreira

---

589. Capitão Boanerges Marchesi
590. Capitão Estevão de Souza Lima
591. Capitão Gustavo Cordeiro de Farias
592. Capitão João Aníbal Duarte
593. Capitão Juarez Távora
594. Capitão Leônidas Hermes da Fonseca
595. Capitão Odilon Antenor de Araújo
596. Capitão Renato da Veiga Abreu
597. Tenente Agenor Leite de Aguiar
598. Tenente Aristóteles de Souza Dantas
599. Tenente Arlindo Maurity da Cunha Menezes
600. Tenente Brasiliano Americano Freire
601. Tenente Canrobert Penn Lopes[1102]
602. Tenente Ebroíno Dias Uruguai
603. Tenente Edgar Alves Maia
604. Tenente Edgardino Pinta
605. Tenente Edmundo de Macedo Soares e Silva
606. Tenente Eduardo Gomes
607. Tenente Guimarães Castro
608. Tenente Henrique Ricardo Hall
609. Tenente Ilídio Rômulo Colônia
610. Tenente Landerico de Albuqerque Lima
611. Tenente Léo Costa
612. Tenente Lincoln Caldas
613. Tenente Lourival Serôa da Motta
614. Tenente Luís Simas Enéas
615. Tenente Manuel de Azambuja Brilhante
616. Tenente Odílio Denys
617. Tenente Raul Luna
618. Tenente Roberto Carneiro de Mendonça
619. Tenente Sampson da Nóbrega Sampaio
620. Tenente Stenio Caio de Albuquerque Lima
621. Tenente Tasso de Oliveira Tinoco
622. Tenente Vitor Cesar da Cunha Cruz[1103]
623. Tenente-Coronel Mariano de Azevedo

Marinha

624. Capitão-tenente Amorim do Valle
625. Capitão-tenente Athanagildo Guimarães
626. Primeiro-tenente Eurico Castilhos Franco
627. Primeiro-tenente Jorge Landim
628. Primeiro-tenente Martins Ferreira
629. Primeiro-tenente Sylvio Camargo[1104]

[1099] Vai do Quartel de Bombeiros, para o aviso "Comandante Nascimento" rumo à Ilha Rasa. DIAS, Everardo. **Bastilhas Modernas**: 1924-1926. São Paulo: Obras Sociais e Literárias, 1926, p. 181.

[1100] Ibid, p. 181.

[1101] Tenente Jorge Landim e Tenente Martins Ferreira serviam no encouraçado Minas Gerais, preso desde o dia 24 de novembro, data do levante do encouraçado *São Paulo*, que este navio pretendia secundar, Ibid, p. 181.

[1102] Esteve lá em 1929. TÁVORA, Juarez. **Uma Vida e Muitas Lutas**: Memórias. V. I – A caminhada no altiplano. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército e Livraria José Olympio, 1974, p. 120.

[1103] Todos, do número 569 até 623, se encontram em DIAS, op. cit., nota 1099.

[1104] Todos da Marinha são do encouraçado Minas Gerais, exceto o tenente Epaminondas, que pertencia à aviação da Marinha. Presos desde o dia 24 de novembro, data do levante do encouraçado *São Paulo*, que este navio pretendia secundar. Durante 50 dias permaneceram incomunicáveis, sendo, somente no mês de dezembro permitidas as primeiras visitas. Também se encontravam na mesma situação, em outras dependências, os civis Belisário Penna, Lúcio de Mendonça Magalhães e Paulo Bittencourt. Ibid, p. 181.

Civis

630. Belisário Penna[1105]
631. Lúcio de Mendonça Magalhães[1106]
632. Paulo Bittencourt[1107]

ESCOLA DO ESTADO-MAIOR

633. Hugo Bezerra (1).[1108]
634. Leopoldo Nery da Fonseca (1)[1109]
635. Siqueira Campos (2).[1110]

EXÍLIO-DIVERSOS ESTADOS E PAÍSES

636. Cap. Miguel Alberto Crispin da Costa Rodrigues[1111]
637. Capitão Fernando Tavora [1112]

[1105] DIAS, Everardo. **Bastilhas Modernas**: 1924-1926. São Paulo: Obras Sociais e Literárias, 1926, p. 181.

[1106] Ibid, p. 181.

[1107] Ibid, p. 181.

[1108] CHEVALIER, Carlos. **Memórias de um Revoltoso ou Legalista?** 1922-1926. Rio de Janeiro: Estabelecimento Graphico Nictheroy, 1925, p. 81.

[1109] Ibid, p. 81.

[1110] Ibid, p. 81.

[1111] Pasos de Los Libres. CPDOC, FGV. Arquivo Pedro Ernesto Baptista. PEB c 28.10.16.

[1112] APESP. Arquivo Público do estado de São Paulo. Carta de Libres 07/03/1926 para Simas; Carta de Libres 09/03/1926 para Simas; Carta de Libres 09/04/1926 para Enéas; Carta de Libres 23/04/1926 para Simas; Carta de Libres 30/04/1926 para Enéas; Carta de Libres 10/05/1926 para Enéas; Carta de Libres 21/05/1926 para Enéas; Carta de Libres 24/05/1926 para Simas; Carta de Libres 28/05/1926 para Simas; Carta de Libres 02/06/1926 para Simas; Carta de Libres 04/06/1926 para Alfredo; Carta de Libres 09/06/1926 para Enéas; Carta de Libres 11/06/1926 para Enéas; Carta de Libres 25/06/1926 para Enéas; Carta de Libres 30/06/1926 para Enéas; Carta de Libres 02/07/1926 para Enéas; Carta de Libres 07/07/1926 para Enéas; Carta de Libres 16/07/1926 para Enéas; Carta de Libres 23/07/1926 para Enéas; Carta de Libres 30/07/1926 para Enéas; Carta de Libres 02/08/1926 para Enéas; Carta de Libres 04/08/1926 para Enéas; Carta de Libres 11/08/1926 para Enéas; Carta de Libres 13/08/1926 para Enéas; Carta de Paso de los Libres 16/08/1926 para Simas; Carta de Santo Tomé 17/08/1926 para Simas; Carta de Libres 27/08/1926 para Enéas; Carta de Libres 30/08/1926 para Enéas; Carta de Libres 01/09/1926 para Enéas; Carta de Libres 01/09/1926 para Enéas; Carta de Libres 03/09/1926 para Simas; Carta de Libres 10/09/1926 para Simas; Carta de Libres 13/09/1926 para Simas; Carta de Libres 17/09/1926 para Simas; (não consta local e data) para Simas; Carta de Foz do Iguassú (não consta data) para Major Dutra e Coronel Mendes; Carta (não consta local e data) para Capitão Simas; Carta de Buenos Aires 15/11/1925 para Capitão Simas; Carta de Buenos Aires 09/05/1925 para Capitão Simas; Carta de Foz do Iguassú 07/03/1925 para Capitão Simas.ta de Paso de los Libres 11/08/1926 para Enéas; Santo Tomé 19/08/1926 para Simas; Carta de Libres 27/02/1926 para Delegados regionaes da Zona de Oeste; Carta de Paso de los Libres 10/03/1926 para Delegado militar geral da zona do Norte; Carta de Libres 21/06/1926 para Simas; APESP – Carta de Libres 20/01/1926 para Simas; Carta de Libres 03/02/1926 para Simas; Carta de Libres 17/02/1926 para Enéas; Carta de Libres 21/02/1926 para Enéas; Carta de Libres 25/08/1926 para Alfredo; Carta de Libres 17/02/0000 para Enéas; Carta (não consta local) 16/01/1924 para Simas; Carta (não consta local) 18/01/1924 para Simas; Carta (não consta local) 12/02/1924 para Simas; Carta (não consta local) para Simas; Carta de Teresina 01/01/1926 para Prestes; Carta de Libres 10/02/1926 para Simas; Carta de Libres 09/03/1926 para Simas; Carta de Libres 09/04/1926 para Enéas; Carta de Libres 23/04/1926 para Simas; Carta de Libres 30/04/1926 para Enéas; Carta de Libres 10/05/1926 para Enéas; Carta de Libres 21/05/1926 para Enéas; Carta de Libres 24/05/1926 para Simas; Carta de Libres 28/05/1926 para Simas; Carta de Libres 02/06/1926 para Simas; Carta de Libres 04/06/1926 para Alfredo; Carta de Libres 09/06/1926 para Enéas; Carta de Libres 11/06/1926 para Enéas; Carta de Libres 25/06/1926 para Enéas; Carta de Libres 30/06/1926 para Enéas; Carta de Libres 02/07/1926 para Enéas; Carta de Libres 07/07/1926 para Enéas; Carta de Libres 16/07/1926 para Enéas; Carta de Libres 23/07/1926 para Enéas; Carta de Libres 30/07/1926 para Enéas; Carta de Libres 02/08/1926 para Enéas; Carta de Libres 04/08/1926 para Enéas; Carta de Libres 11/08/1926 para Enéas; Carta de Libres 13/08/1926 para Enéas; Carta de Paso de los Libres 16/08/1926 para Simas; Carta de Santo Tomé 17/08/1926 para Simas; Carta de Libres 27/08/1926 para Enéas; Carta de Libres 30/08/1926 para Enéas; Carta de Libres 01/09/1926 para Enéas; Carta de Libres 01/09/1926 para Enéas; Carta de Libres 03/09/1926 para Simas; Carta de Libres 10/09/1926 para Simas; Carta de Libres 13/09/1926 para Simas; Carta de Libres 17/09/1926 para Simas; Carta (não consta local e data) para Simas; Carta de Santo Tomé 19/08/1926 para Simas; Carta de Paso de los Libres 10/03/1926 para Delegado militar geral da zona do Norte; Carta de Libres 21/06/1926 para Simas; Carta de Libres 20/01/1926 Simas; Carta de Libres 03/02/1926 para Simas; Carta de Libres 17/02/1926 para Enéas; Carta de Libres 21/02/1926 para Enéas; Carta de Libres 25/08/1926 para Alfredo; Carta de Libres 17/02/0000 para Enéas; Carta de Teresina 01/01/1926 para Prestes; Carta de Libres 10/02/1926 para Simas; Carta de Paso de los Libres 11/08/1926 para Fernando, Enéas; Carta de Libres 07/02/1926 para Simas; Carta de Paso de los Libres 12/03/1926 para Simas; Carta de

638. Coronel João Francisco Pereira de Souza[1113]
639. Gen. Isidoro Dias Lopes[1114]
640. General Bernardo de Araujo Padilha[1115]
641. General Bernardo de Araujo Padilha [1116]
642. General Isidoro Dias Lopes [1117]
643. Honorio Lemes da Silva[1118]
644. Major Miguel Costa [1119]

Libres 16/03/1926 para Alfredo; Carta de Libres 24/04/1926 para Enéas; Carta de Libres 16/06/1926 para Enéas; Carta de Libres 18/06/1926 para Enéas; Carta de Paso de los Libres 11/08/1926 para Enéas; Carta de Libres 07/03/1926 para Simas Carta de Libres 21/03/1926 para Enéas; Carta de Libres 02/04/1926 para Simas; Carta de Libres 31/05/1926 para Enéas; Carta (não consta local) 23/08/1926 para Simas.

[1113] APESP. Arquivo Público do estado de São Paulo. Carta de São José 04/09/1924 para Capitão Simas; Carta de Quartel em Fóz do Iguassú 15/10/1924 para General Isidoro Dias Lopes; Carta (não consta local) 05/11/1924 para Capitão Simas; Carta de Iguassú 00/01/1925 para Coronel Juarez Távora; Carta de São José 04/09/1924 para Capitão Simas; Carta de Quartel em Fóz do Iguassú 15/10/1924 para General Isidoro Dias Lopes; Carta (não consta local) 05/11/1924 para Capitão Simas; Carta de Iguassú 00/01/1925 para Coronel Juarez Távora; Carta de Iguassú 23/10/1924 para General Isidoro; Carta de Concordia 19/01/1925 para Marechal Isidoro e Generais Padilha e Miguel Costa; Carta de B. Aires 26/06/1925 para Major A. Simas Enéas; Carta de Buenos Aires 27/06/1925 para B. Padilha e major A. Simas Enéas; Carta de Buenos Aires 29/06/1925 para General B. Padilha e major A. Simas Eneas; Carta de Buenos Aires 26/06/1925 (não consta destinatário).

[1114] Pasos de Los Libres. CPDOC, FGV. Arquivo Pedro Ernesto Batista. PEB c 28.10.16.

[1115] APESP. Arquivo Público do estado de São Paulo. Cartas de Buenos Aires, não consta data, para João Francisco Pereira de Souza; Carta de Buenos Aires 28/07/1925 para o Coronel João Francisco Pereira de Souza; Carta de Buenos Aires 07/07/1925 para o Coronel João Francisco Pereira de Souza; Carta de Buenos Aires 15/07/1925 para o Marechal Isidoro Dias Lopes; Carta de Buenos Aires (não consta data) para João Francisco Pereira de Souza; Carta de Buenos Aires 28/07/1925 para o Coronel João Francisco Pereira de Souza; Carta de Buenos Aires 07/07/1925 para Coronel João Francisco Pereira de Souza; Carta de Monte Caceros 16/10/1925 para Simas; Carta de Buenos Ayres 08/05/1925 para Simas; Carta de Monte Caceros 16/10/1925 Simas; Carta de Monte Cacero 10/09/1925 para Simas; Carta de Buenos Aires 26/06/1925 (não consta destinatário); Carta de Asunción 29/07/1925 para Marechal Dias Lopes.

[1116] APESP. Carta de Buenos Aires 15/07/1925 para Marechal Isidoro Dias Lopes; Carta de Buenos Ayres 08/05/1925 para Simas; Carta de Monte Caceros 16/10/1925 para Simas.

[1117] APESP. Carta de Fóz do Iguassú 07/02/1924 para General Padilha; Carta de São José 07/10/1924 para Simas Enéas; Carta de Fóz do Iguassú, Paraná 04/02/1925 para Dr. Brazil Vianna; Carta de Fóz do Iguassú, Paraná 04/02/1925 para Dr. Brasil Vianna; Carta de Asunción 10/06/1925 para Capitão Simas Enéas; Carta de São Paulo 20/11/1923 (não consta destinatário); Carta de Santo Tomé 14/11/1924 para Simas; Carta de Monte Caceros 03/12/1924 para Assis Brazil; Carta de Iguassú 22/01/1925 para Simas; Carta de Fóz do Iguassú, Paraná 02/04/1925 para Simas; Carta de Fóz do Iguassú, Paraná 05/04/1925 para Simas; Carta de Encarnación 15/04/1925 para Simas e Mauro; Carta (não consta local) 19/04/1925 para Simas; Carta (não consta local e data) para Simas; Carta de Asunción 14/05/1925 para Simas; Carta de Asunción 16/05/1925 para Simas; Carta de Asunción 19/05/1925 para Simas; Carta de Asunción 26/05/1925 para Simas; Carta de Asunción 10/06/1925 para Simas; Carta de Asunción, Paraguay 20/06/1925 para Simas; Carta de Asunción 01/07/1925 para Simas; Carta de Asunción 08/07/1925 para Simas; Carta de Asunción 18/07/1925 para Simas; Carta de Asunción 20/07/1925 para Simas; Carta de Asunción 01/08/1925 para Simas; Carta de Assunción 05/08/1925 para Simas; Carta de Asunción 08/08/1925 para Simas; Carta de M. Caceros 05/10/1925 para Simas; Carta de Monte Caceros 25/10/1925 para Simas; Carta (não consta local e data) para Simas; Carta (não consta local e data) para Simas; Carta (não consta local e data) para Simas; Carta (não consta local e data) para Simas; Carta (não consta local e data) para Simas; Carta (não consta local e data) para Simas; Carta (não consta local e data) para Simas; Carta de Asunción 03/07/1925 para Simas Eneas; Carta de Bordo do Bell 15/04/1925 para Simas, Dr. Mauro ou Miro; Carta (não consta local e data) para Capitão Simas Enéas; Carta de Fóz do Iguassú 07/02/1924 para General Padilha; Carta de São José 07/10/1924 para Simas Enéas; Carta de Iguassú, Paraná 04/02/1925 para Dr. Brazil Vianna; Carta de Fóz do Iguassú, Paraná 04/02/1925 para Dr. Brasil Vianna; Carta de Asunción 10/06/1925 Capitão para Simas Enéas; Carta de Fóz do Iguassú 27/02/1925 para Azevedo Lima; Carta de Libres 01/04/1926 para Simas Enéas; Carta de Asunción 01/07/1925 para general Padilha e Capitão Simas Enéas; Carta (não consta local e data) para Capitão Simas; Carta de Monte Caceros 16/10/1925 para Simas; Carta de São Paulo 19/11/1923 para Murat Nápoles; Carta (não consta local) 24/04/1925 para Capitão Simas Enéas; Carta de Bordo do Bell 15/04/1925 Simas, Dr. Mauro ou Miro; Carta (não consta local e data) para Simas; Carta (não consta local e data) para Capitão Simas; Carta (não consta local e data) para Capitão Simas Enéas; Carta de Monte Caceros 16/10/1925 para Simas.

[1118] APESP. Arquivo Público do Estado e São Paulo. Carta de Artigas 30/09/1924 para General Isidoro Dias Lopes e Coronel João Francisco Pereira de Souza.

[1119] APESP. Carta de Presidente Wenceslau 02/09/1924 para Simas; Carta de Cascavel de Santa Cruz 08/02/0000 para Capitão Simas; Carta de Prata, Piauhy 08/01/1926 Marechal Isidoro; Carta de Cayuá 06/09/1924 para Capitão Simas Enéas; APESP – Carta de Santa Cruz 04/02/1925 para General Bernardo de Araujo Padilha; Carta de Prata, Piauhy 08/01/1926 para

645. Manoel Mendes de Morais[1120]
646. Marechal Odilio Bacellar[1121]
647. Ten. Agrícola Baptista[1122]
648. Ten. Alcides Araújo[1123]
649. Ten. Antônio de Siqueira Campos[1124]
650. Ten. Augusto do Amaral Peixoto[1125]
651. Ten. Canrobert Penn Lopes Costa[1126]
652. Ten. Djalma Soares Dutra (1928)[1127]
653. Ten. Fernando Távora[1128]
654. Ten. Ítalo Landuci[1129]
655. Ten. João Alberto[1130]
656. Ten. João Alberto[1131]
657. Ten. Leopoldo Nery da Fonseca[1132]
658. Ten. Luís Carlos Prestes[1133]
659. Ten. Orlando[1134]
660. Ten. Otávio[1135]
661. Ten. Solon Lopes de Oliveira[1136]
662. Ten. Alfredo de Simas Enéas[1137]

Marechal Isidoro; Carta de Presidente Wenceslau 02/09/1924 para Simas; Carta de Cascavel de Santa Cruz 08/02/0000 para Capitão Simas; Carta de Presidente Wenceslau 04/09/1924 para General Izidoro Dias Lopes; Carta de Ilha Xavier de Brito 21/09/1924 para Capitão Simas Enéas; Carta de Santa Cruz 21/01/1925 para Simas; Carta de Santa Cruz 23/01/1925 para Simas; Carta de Santa Helena 00/04/1923 para Capitão Simas Enéas; Carta de Santa Helena 19/04/1925 para Simas; Carta (não consta local e data) para Simas e Dutra; Carta (não consta local e data) para Simas.

[1120] APESP. Carta (não consta local e data) para General.

[1121] APESP. Arquivo Público do Estado e São Paulo. Carta de São Paulo 00/07/1924 para Imprensa Paulistana.

[1122] Rio de Janeiro, 1928.

[1123] Pasos de Los Libres. CPDOC. FGV. Arquivo Pedro Ernesto Baptista. PEB c 28.10.16.

[1124] Uruguai/ Argentina.

[1125] Uruguai/ Argentina. CPDOC. FGV. Arquivo Pedro Ernesto Baptista. PEB c 25.09.10.

[1126] Fronteira Argentina, 1925.

[1127] Buenos Aires. 1928. CPDOC. FGV. Arquivo Pedro Ernesto Baptista. PEB c 28.10.16.

[1128] Cf. Cartas APESP. Arquivo Público do Estado e São Paulo.

[1129] Ibid.

[1130] Paraná, 1928.

[1131] Porto Alegre. CPDOC. FGV. Arquivo Pedro Ernesto Baptista. PEB c 30.06.16.

[1132] São Paulo e Curitiba: CPDOC, FGV. Ibid, PEB c 26.09.30 (26.03.30); PEB c 28.10.16.

[1133] Buenos Aires/Argentina. Ibid, PEB c 28.10.16

[1134] Buenos Aires. CPDOC, FGV. Arquivo Pedro Ernesto. PEB c 28.10.16.

[1135] São Paulo, 1928.

[1136] Pasos de Los Libres. CPDOC. FGV. Arquivo Pedro Ernesto Baptista. PEB c 28.10.16.

[1137] APESP. Arquivo Público do estado de São Paulo. Cartas de: Buenos Aires 26/07/1925 Coronel João Francisco Pereira de Souza; 27/07/1925 Coronel João Francisco Pereira de Souza; San Javier 07/04/1926 Marechal Isidoro Dias Lopes; APESP - Cartas de: Buenos Aires, não consta data, João Francisco Pereira de Souza; Buenos Aires 28/07/1925 Coronel João Francisco Pereira de Souza; Buenos Aires 07/07/1925 Coronel João Francisco Pereira de Souza; Buenos Aires 15/07/1925 Marechal Isidoro Dias Lopes; Fóz do Iguassú 06/11/1924 General B. Padilha; APESP – Carta de Buenos Aires (não consta data) para João Francisco Pereira de Souza; APESP - Buenos Aires 28/07/1925 para Coronel João Francisco Pereira de Souza; APESP – Carta de Buenos Aires 07/07/1925 para Coronel João Francisco Pereira de Souza; APESP – Carta de Buenos Aires 15/07/1925 para Marechal Isidoro Dias Lopes; APESP – Carta de Foz do Iguassú (não consta data) para Major Dutra e

663. Ten. Alvaro Dutra[1138]
664. Ten. Anibal Nunes[1139]
665. Ten. Asdrubal[1140]
666. Ten. Bacchi [1141]
667. Ten. Baldomiro Rosa (Miro)[1142]
668. Ten. Barata [1143]
669. Ten. Binoca[1144]
670. Ten. Brayner[1145]
671. Ten. Cabanas[1146]
672. Ten. Canrobert[1147]
673. Ten. Capitão Ribas[1148]
674. Ten. Costa (?)Leite[1149]
675. Ten. Djalma Soares Dutra[1150]

Coronel Mendes; APESP – Carta de Buenos Aires 26/06/1925 (não consta destinatário); APESP – Carta de Asunción 29/07/1925 para Marechal Dias Lopes; APESP – Carta de Foz do Iguassú (não consta data) para Major Dutra e Coronel Mendes.

[1138] APESP. Carta de Libres 05/05/1925 para Simas; Carta de Libres 13/05/1925 para Simas; Carta de Libres 03/09/1925 para Simas; Carta de Libres 23/10/1925 para Simas; Carta de Libres 10/12/1925 para Simas; Carta de Libres 19/01/1926 para Simas; Carta de Libres 26/01/1926 para Simas; Carta de Libres 07/02/1926 para Simas; Carta de Libres 18/08/1926 para Simas; Carta de Libres 12/06/1925 para Simas.

[1139] APESP. Carta de Buenos Aires 18/02/1926 para Capitão A. Simas Eneas.

[1140] APESP. Carta (não consta local e data) para Simas.

[1141] APESP. Carta de Assumpção 30/11/1925 para Simas; APESP – Carta de Montevidéo 02/02/1926 para Simas.

[1142] APESP. Carta (não consta local) 28/03/1925 para Simas; Carta de Buenos Aires 07/04/1925 para Simas; Carta de Buenos Aires 21/04/1925 para Simas; Carta de Assuncion 29/04/1925 para Simas; Carta de Concepcion 05/05/1925 para Simas; Carta de Concepcion 11/05/1925 para Simas; Carta de Asuncion 13/06/1925 para Simas; Carta de Buenos Aires 05/09/1925 para Simas; Carta de Buenos Aires 01/10/1925 para Simas; Carta de Buenos Aires 05/10/1925 para Simas; Carta de Buenos Aires 15/10/1925 para Simas; Carta de Buenos Aires 21/11/1925 para Simas; Carta de B. Aires 28/11/1925 para Simas; Carta de Buenos Aires 02/12/1925 para Simas; Carta (não consta local) 29/04/1926 para Simas; Carta de Asuncion 01/05/1925 para Simas.

[1143] APESP. Carta de Curitiba 10/10/1923 para E.; arta de Curitiba 16/10/1923 para E.; Carta (não consta local) 26/11/1923 para E; Carta de Rio de Janeiro 07/07/1923 para Enéas; Carta (não consta local) 26/08/1923 (não consta destinatário); Carta de Curitiba 22/09/1923 para Enéas; Carta de Curitiba 09/11/1923 para Enéas; Carta de Rivera 28/11/1925 para Simas; Carta de Rivera 27/11/1925 para Simas; Carta de Rivera 15/12/1925 para Simas; Carta de Rivera 21/12/1925 para Simas; Carta de Rivera 04/01/1926 para Simas; Carta de Rivera 14/01/1926 para Simas; Carta de Rivera 25/01/1926 para Simas; Carta de Rivera 27/01/1926 para Simas; Carta de Rivera 29/01/1926 para Simas; Carta de Pepiry 05/10/1926 para Simas; Carta de Pepiry 02/11/1926 para Simas; Carta de Libres 19/02/1927 para Simas; Carta de Libres 16/02/1927 para Simas; Carta de Libres 15/04/1927 para Simas; Carta (não consta local e data) para Simas; Carta de Pepiry-mirim 18/08/1926 para Simas; Carta de Pepiry-mirim 20/08/1926 para Simas; Carta de Pepiry 24/08/1926 para Simas.

[1144] APESP. Carta de Concepcion 22/04/1926 para Major Simas; Carta de Concepcion 03/06/1925 para Major Simas.

[1145] APESP. Carta de Monte Caceros, Posadas 10/04/1925 para Major Simas Enéas; Carta de Monte Caceros 06/04/1925 para Major Simas Enéas; Carta de Asunción 19/05/1926 para Simas.

[1146] APESP. Carta (não consta local) 02/08/1925: "Aos bons Brasileiros"; Carta de Asunción 20/01/1926 para Simas; Carta de Posadas 20/07/1926 para Simas; Carta (não consta local e data) para Simas; (não consta local e data) para Simas; Carta de Buenos Aires (não consta data) para Simas; Carta (não consta local e data) para Sr. General; Carta de Rio de Janeiro 27/06/1925 "Ao povo brasileiro"; Carta de Paraná (não consta data) para Simas.

[1147]APESP. Arquivo Público do estado de São Paulo. Carta de Monte Caceros 01/09/1925 para Simas; Carta de Paso de Los Libres 18/09/1925 para Simas; Carta (não consta data, local e destinatário); Carta de Paso de los Libres 28/09/1925 para Simas; Carta de Paso de los Libres 19/11/1925 para Simas; Carta de Paso de los Libres 20/11/1925 para Simas; Carta de Paso de los Libres 26/04/1926 para Simas.

[1148] APESP. Carta de Central 21/01/1925 para Simas; Carta de Monte Caceros 01/04/1925 para Simas.

[1149] APESP. Carta de Rio 10/03/1927 para Simas.

676. Ten. Falconiére[1151]
677. Ten. Filinto Müller[1152]
678. Ten. Firpo [1153]
679. Ten. França[1154]
680. Ten. Gumercindo[1155]
681. Ten. Hall[1156]
682. Ten. Léo [1157]
683. Ten. Lourival Serôa[1158]
684. Ten. Luis Carlos Prestes[1159]
685. Ten. Thales (da Wauthier)[1160]

FORTE SANTA CRUZ-RJ

686. Cap. de Mar e Guerra Arthur Seabra[1161]
687. Com. da Armada Aníbal de Mendonça[1162]
688. Ex-aluno Emígdio da Costa Miranda
689. Ten. Alcídes Teixeira de Araújo[1163]
690. Ten. Carlos da Costa Leite[1164]
691. Ten. Djalma Dutra[1165]

[1150] APESP. Carta de Fóz do Iguassú 06/11/1924 para General B. Padilha.

[1151] APESP. Carta de Asunción 15/12/1925 para Simas.

[1152] APESP. Carta de Buenos Aires 11/06/1926 para Simas.

[1153] APESP. Cartas de: Melo 17/10/1925 Simas.

[1154] APESP. Carta de Buenos Aires 05/09/1925 para Simas; Carta de Buenos Aires (não consta) data para Simas; Carta de Buenos Aires 09/09/1925 para Simas; Carta de Buenos Aires 16/10/1925 para Simas; Carta de Buenos Aires 15/12/1925 para Simas.

[1155] APESP. Carta de Foz do Iguassú (não consta data) para Major Dutra e Coronel Mendes; Carta (não consta local e data) para Capitão Simas; Carta de Buenos Aires 15/11/1925 para Capitão Simas; Carta de Buenos Aires 09/05/1925 para Capitão Simas; Carta de Foz do Iguassú 07/03/1925 para Capitão Simas; Carta de Foz do Iguassú 07/03/1925 para Capitão Simas; Carta de Foz do Iguassú (não consta data) para Major Dutra e Coronel Mendes.

[1156] APESP. Carta de Montevidéo 09/01/1925 para General Isidoro. Carta de Fóz do Iguassú 30/03/1925 para Simas; Cartas de Foz do Iguassú 01/04/1925 para Simas; Carta (não consta local) 02/04/1925 para Simas; Carta de Buenos Aires 20/09/1925 para Simas; Carta de Buenos Aires 23/09/1925 para Simas; Carta de B. A 28/11/1925 para Simas; Carta de Buenos Aires 29/01/1926 (não consta destinatário); Carta de Buenos Aires. 05/02/1926 para Simas; Carta de Buenos Aires 12/04/1926 para Simas; Carta de Buenos Aires 11/06/1926 para Simas; (não consta local e data) para Simas; Carta de Buenos Aires 04/08/1926 para Simas; Carta de Buenos Aires 05/08/1926 para Simas; Carta de Buenos Aires 15/08/1926 para Simas; Carta (não consta local) 25/08/1926 para Simas; Carta de B. A 02/09/1926 para Simas; Carta (não consta local) 28/02/1926 para Simas.

[1157] APESP. Carta de Encarnacion 05/05/1925 para Simas; Carta de Asunción 13/06/1925 para Simas; Carta de Asunción 20/01/1926 para Simas.

[1158] APESP. Carta de Concepción 10/10/1925 para Simas; Carta de "Bahia Negra", Paraguay 12/10/1925 para Simas; Carta de P. Esperança 13/10/1924 para Simas.

[1159] APESP. Carta de Iguassú 30/05/1925 para Marechal Isidoro Dias Lopes; Carta de Ponta Porã 13/05/1925 para Marechal Isidoro Dias Lopes; Carta de Piauhy 08/01/1926 para o Marechal Isidoro; Carta de Prata, Piauhy 08/01/1926 para Marechal Isidoro; Carta de Barracão 10/02/1925 para Marechal Isidoro Dias Lopes; Carta de Paso de los Libres 18/04/1928 (não consta destinatário); Carta de Santa Helena 05/02/1925 para Major Simas.

[1160] APESP. Carta (não consta local e data) para Simas; Carta (não consta local e data) para Simas; Carta (não consta local e data) para Simas; Carta de Asuncion 13/07/0000 para Don Simas.
[1161] CPDOC, FGV. Arquivo Pedro Ernesto Baptista. PEB c 26.06.17.

[1162] APESP. PEB c 25.11.05.

[1163] Esteve lá em 1929. TÁVORA, Juarez. **Uma Vida e Muitas Lutas**:– Memórias. V. I – A caminhada no altiplano. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército e Livraria José Olympio, 1974, p, 245.

[1164] CPDOC, FGV. Arquivo Themístocles Brandão Cavalcanti. TBC c 29.02.04/1.

692. Ten. Djalma Soares Dutra[1166]
693. Ten. Eduardo Gomes[1167]
694. Ten. Filinto Müller[1168]
695. Ten. Hugo Bezerra (2)[1169]
696. Ten. Leopoldo Nery da Fonseca (2)[1170]
697. Ten. Luís de França Albuquerque (Força Pública)[1171]
698. Ten. Manuel Messias de Mendonça[1172]
699. Ten. Nelson de Mello[1173]
700. Ten. Newton Stillac Leal[1174]

HOSPITAL CENTRAL DA MARINHA

701. Carlos Costa Leite[1175]
702. Pinto Seixas[1176]

HOSPITAL CENTRAL DO EXÉRCITO-RJ

703. Mal. Odylo Bacellar[1177]
704. Ten. Carlos Saldanha da Gama Chevalier[1178]
705. Ten. Eduardo Gomes[1179]
706. Ten. Juarez do Nascimento Távora[1180]
707. Ten. Leopoldo Nery da Fonseca[1181]
708. Ten. Lourival Serôa da Mota[1182]
709. Ten. Luis Braga Mury[1183]
710. Ten. Riograndino Kruel[1184]

[1165] Esteve lá em 1929. TÁVORA, op. cit, nota 1165.

[1166] FORTE DE SANTA CRUZ. APERJ. DESPS. Arquivo Djalma Dutra.

[1167] Esteve lá em 1929. TÁVORA, Juarez. **Uma Vida e Muitas Lutas**:– Memórias. V. I – A caminhada no altiplano. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército e Livraria José Olympio, 1974, p, 245.

[1168] CPDOC, FGV. Arquivo Themístocles Brandão Cavalcanti. TBC c 28.05.03.

[1169] Esteve lá em 1922. CHEVALIER, Carlos. **Memórias de um Revoltoso ou Legalista?** 1922-1926. Rio de Janeiro: Estabelecimento Graphico Nictheroy, 1925, p. 81.

[1170] Esteve lá em 1922. Ibid, Ibidem..

[1171] CPDOC, FGV. Arquivo Themístocles Brandão Cavalcanti. TBC c 29.02.05.

[1172] CPDOC. TBC c 28.10.09. Carta aos cuidados do Ten. Mury e do Ten. Joaquim Nunes de Carvalho.

[1173] CPDOC. Arquivo Themístocles Brandão Cavalcanti. TBC c 29.01.27.

[1174] Esteve lá em 1929. TÁVORA, op. cit., nota 1165.

[1175] CPDOC, FGV. Arquivo Pedro Ernesto Baptista. PEB (?).

[1176] CPDOC. Arquivo Themístocles Brandão Cavalcanti. TBC (?).

[1177] *Cf.* CHEVALIER, op. cit., nota 1169.

[1178] HOSPITAL CENTRAL DO EXÉRCITO. *Cf* CHEVALIER, Carlos. **Os Dezoito do Forte.** Rio de Janeiro: [s.n.], 1930.

[1179] Eduardo Gomes está no Hospital somente até o final de 1922, quando foge.

[1180]*Cf* CHEVALIER, op. cit., nota 1178.

[1181] Foge em 1925 do Hospital Central do Exército, vestido de enfermeiro; Ataque ao 3º R.I. em maio de 1925. Fracassa e foge novamente. SILVA, Hélio. **1922**. Sangue na Areia de Copacabana. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v. II, 1964. (Documentos da História Contemporânea), pp. 425-6.

[1182] ARQUIVO HISTÓRICO DO EXÉRCITO. AHEx. Relatório do Ministro da Guerra de 24/05/26. (Fugiu neste dia).

[1183] CPDOC, FGV. Arquivo Themístocles Cavalcanti. TBC 26.07.14.

ILHA DAS COBRAS-RJ (Esses oficiais se encontram nesta ilha em 1922.)

711. Presos da Força Pública[1185]
712. Ten-Coronel Mariano de Azevedo[1186]
713. Cap. Aníbal Duarte
714. Cap. Boanerges Marchesi
715. Cap. Estevão de Souza Lima
716. Cap. Gustavo Cordeiro de Farias
717. Cap. Juarez Távora
718. Cap. Leônidas Hermes da Fonseca
719. Cap. Odilon Antenor de Araújo
720. Cap. Renato da Veiga Abreu
721. Ten. Agenor Leite de Aguiar
722. Ten. Alcides Gonçalves Etehegoyen
723. Ten. Alcino Ribeiro da Silva[1187]
724. Ten. Alfredo Enéas[1188]
725. Ten. Arquias Rômulo Colônia[1189]
726. Ten. Augusto Maynard Gomes
727. Ten. Canrobert Pen Lopes Costa
728. Ten. Ebroino Dias Uruguai
729. Ten. Edgard de Albuquerque Alves Maia
730. Ten. Edgardino de Azevedo Pinto
731. Ten. Eduardo Gomes[1190]
732. Ten. Henrique Cunha[1191]
733. Ten. José Coelho Valente do Couto
734. Ten. José Faustino da Silva
735. Ten. Landerico de Albuquerque Lima
736. Ten. Léo Costa
737. Ten. Lincoln de Carvalho Caldas
738. Ten. Luis Simas Enéas
739. Ten. Manuel de Azambuja Brilhante
740. Ten. Odílio Denys
741. Ten. Raul Luna
742. Ten. Sampson da Nóbrega Sampaio
743. Ten. Souza Lima
744. Ten. Tasso de Oliveira Tinoco

ILHA DAS FLORES-RJ

745. Cap. Juarez Távora[1192]
746. João Celso Uchôa Cavalcanti[1193]

ILHA DE BOM JESUS-RJ

747. Tenente Rego Monteiro[1194]

[1184] Foge em 1925 do Hospital Central do Exército, vestido de enfermeiro; Ataque ao 3º R.I. em maio de 1925. Fracassa e foge novamente. SILVA, op. cit., nota 1184.

[1185] Cf. SAMIS, Alexandre. **Clevelândia.** Anarquismo, sindicalismo e repressão política no Brasil. São Paulo: Imaginário, 2002.

[1186] Do 2º ao 12º: TÁVORA, Juarez. **Uma Vida e Muitas Lutas**:– Memórias. V. I – A caminhada no altiplano. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército e Livraria José Olympio, 1974, p. 120.

[1187] *Cf.* SAMIS, op. cit., nota 1185.

[1188] Do 15º ao 20º: TÁVORA, op. cit., nota 1186.

[1189] Ibid.

[1190] Vai para lá em 1926.

[1191] Do 23º ao 33º: TÁVORA, op. cit., nota 1186.

[1192] TÁVORA, op. cit., nota 1186, p. 97.

[1193] DIAS, Everardo. **Bastilhas Modernas**. 1924-1926. São Paulo: Obras Sociais e Literárias, 1926, p. 190. Acadêmico (médico), menor de idade.

748. Tenente Sylvio Camargo[1195]
749. Sub-oficial da Armada Ataliba Martins Crespo[1196]
750. Sgto. da Armada Clodoaldo Rodrigues dos Santos[1197]

Civis

751. Bruno Lobo (Professor)[1198]
752. Maurício de Lacerda[1199]
753. Viriato da Cunha Bastos Schomacker[1200]

ILHA DE TRINDADE- ES (Retornam da ilha no início de 1923.)

754. Oficiais do Minas[1201]
755. Major Godofredo Franco de Farias[1202]
756. Gen. João Maria Xavier de Brito[1203]
757. Cel. Waldomiro Castilhos de Lima[1204]
758. Tenente-Coronel Djalma Urich de Oliveira[1205]
759. Cap. Aristóteles de Souza Dantas [1206](2)
760. Cap. Benjamin Ribeiro da Costa[1207]
761. Cap. Carneiro de Mendonça[1208]
762. Cap. César Gonçalves[1209]
763. Cap. de Corveta Nélson Simas[1210]
764. Cap. de Mar e Guerra Arthur Seabra[1211]
765. Cap. Joaquim Magalhães Cardoso Barata[1212]
766. Cap. Mário Magalhães Barata[1213]
767. Cap. Médico Arlindo de Castro Carvalho

[1194] Everardo. **Bastilhas Modernas.** 1924-1926. São Paulo: Obras Sociais e Literárias, 1926, p. 236.

[1195] Ibid, P. 236

[1196] Ibid, p. 190.

[1197] Ibid, p. 190.

[1198] Em fins de julho de 1925 foi preso por impetrar habeas corpos e defendê-lo no Supremo Tribunal contra o regulamento do ensino, contra o qual houve manifestações e greves por parte dos acadêmicos. Ibid, p. 221.

[1199] Permaneceu preso por 1 ano. Ibid, pp. 222-9.

[1200] Já citado como testemunha do caso Oscar Niemeyer. Ibid, p. 236.

[1201] SAMIS, Alexandre. **Clevelândia**. Anarquismo, sindicalismo e repressão política no Brasil. São Paulo: Imaginário, 2002, p. 211.

[1202] TÁVORA, Juarez. **Uma Vida e Muitas Lutas**:– Memórias. V. I – A caminhada no altiplano. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército e Livraria José Olympio, 1974, p. 207.

[1203] Fotografia. *Cf.* CHEVALIER, Carlos. **Os Dezoito do Forte**. Rio de Janeiro: [s.n.], 1930.

[1204] Ibid.

[1205] SAMIS, op. cit., nota 1201, p. 211.

[1206] Fotografia. *Cf.* CHEVALIER, op. cit., nota 1203.

[1207] TÁVORA, op. cit., nota 1202.

[1208] Ibid, p. 213.

[1209] Ibid, p. 207.

[1210] (Marinha) Ibid, Ibidem.

[1211] (Marinha) Ibid, p. 207 e 213.

[1212] Fotografia. *Cf.* CHEVALIER, op. cit, nota 1203.

[1213] TAVORA, op. cit., nota 1202, p. 207.

768. Cap. Olinto Tolentino de Freitas Marques[1214]
769. Cap. Ten. Ari Parreiras[1215]
770. Cap. Ten. Mário da Câmara Hoffman[1216]
771. Cap. Alcino Artidoro da Costa[1217]
772. Cap. Benjamin Constant Magalhães de Almeida[1218]
773. Cap. Carlos Miguel de Vasconcelos Querê[1219]
774. Cap. Godofredo Franco de Faria
775. Cap. Joaquim de Magalhães Cardoso Barata[1220]
776. Ten. Arlindo Maurity da Cunha Menezes
777. Ten. Arthur Guedes de Abreu[1221]
778. Ten. Augusto Maynard Gomes[1222]
779. Ten. Aurélio da Silva Py[1223] (2)
780. Ten. Carlos Carvalho Rego[1224]
781. Ten. Carlos Saldanha da Gama Chevalier[1225] (4)
782. Ten. Eduardo Gomes[1226]
783. Ten. Fernando Garcia Vital[1227]
784. Ten. J. Cordeiro de Castro Afilhado
785. Ten. João Pereira Machado[1228]
786. Ten. João Soarino de Mello[1229]
787. Ten. Jonatas de Moraes Correia
788. Ten. José de Souza Carvalho[1230]
789. Ten. Juarez do Nascimento Távora[1231]
790. Ten. Langleberto Lima (Langleberto Pinheiro Soares?)[1232]
791. Ten. Luís Cordeiro de Castro Afilhado[1233]
792. Ten. Luís Venâncio Jansen de Melo[1234]

[1214] Fotografia. *Cf.* CHEVALIER, Carlos. Os Dezoito do Forte. Rio de Janeiro: [s.n.], 1930.

[1215] (Marinha) TÁVORA, Juarez. **Uma Vida e Muitas Lutas**:– Memórias. V. I – A caminhada no altiplano. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército e Livraria José Olympio, 1974, p. 207.

[1216](Marinha) Ibid, p. 107.

[1217] SAMIS, Alexandre. **Clevelândia.** Anarquismo, sindicalismo e repressão política no Brasil. São Paulo: Imaginário, 2002, p. 211.

[1218] Ibid, p. 211.

[1219] Ibid, p. 211.

[1220] Ibid, p. 211.

[1221] Fotografia, op. cit., nota 1214.

[1222] Fotografia. Ibid.

[1223] Fotografia. Ibid.

[1224](Marinha) TÁVORA, op. cit., nota 1215.

[1225] Fotografia. *Cf.* CHEVALIER, op. cit., nota 1214.

[1226] Fotografia. Ibid.

[1227] (Marinha) TÁVORA, op. cit. nota 1215.

[1228](Marinha) Ibid.

[1229] Pertencente ao 28º BC, Aracajú – Sergipe, tendo participado do levante junto com Augusto Maynard Gomes. Ibid.

[1230] Fotografia. *Cf* CHEVALIER, op. cit., nota 1214.

[1231] Fotografia. Ibid.

[1232] Fotografia. Ibid.

[1233] Fotografia. Ibid.

793. Ten. Messias de Mendonça[1235]
794. Ten. Newton Franklin do Nascimento[1236]
795. Ten. Olindo Denys[1237]
796. Ten. Raphael Fernandes Guimaraes [1238]
797. Ten. Roberto Carlos Vasco Carneiro de Mendonça[1239]
798. Ten. Roberto Drumond[1240]
799. Ten. Solon Lopes de Oliveira[1241]
800. Ten. Sylo Soares Furtado Meirelles[1242]
801. Cabo Alcebíades[1243]
802. Cabo Nocodemis[1244]
803. Marinheiro Agripino[1245]
804. Marinheiro Ceará[1246]
805. Praças do 2º BC Aracajú, Sergipe[1247]

ILHA GRANDE-RJ

806. Com. Pery Constant Bevilaqua[1248]
807. Major Felorin Lima[1249]
808. Ten. Arlindo Maurity da Cunha Menezes[1250]
809. Ten. Leopoldo Nery da Fonseca[1251]
810. Ten. Olynto Tolentino de F. Marques[1252]
811. Ten. Odilon Antenor Filho[1253]

[1234] Fotografia. Carlos. **Os Dezoito do Forte**. Rio de Janeiro: [s.n.], 1930.

[1235] Pertencente ao 28º BC, Aracajú – Sergipe, tendo participado do levante junto com Augusto Maynard Gomes. TAVORA, Juarez. **Uma Vida e Muitas Lutas**: Memórias. V. I – A caminhada no altiplano. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército e Livraria José Olympio, 1974, p. 207.

[1236] Fotografia. op. cit., nota 1234.

[1237] Fotografia. Ibid.

[1238] Fotografia. Ibid.

[1239] Fotografia. Ibid.

[1240] Fotografia. Ibid.

[1241] SAMIS, Alexandre. **Clevelândia**. Anarquismo, sindicalismo e repressão política no Brasil. São Paulo: Imaginário, 2002, p. 211.

[1242] Fotografia. *Cf.* CHEVALIER, op. cit., nota 1236.

[1243] Fotografia. Ibid.

[1244] TÁVORA, op. cit., nota, 1235, p. 207.

[1245] Fotografia. *Cf.* CHEVALIER, op. cit., nota 1234.

[1246] TÁVORA, op. cit., nota 1236, p. 209.

[1247] Ibid, p. 207.

[1248] *Cf.*Cartas do CPDOC, FGV.

[1249] CPDOC, FGV. Arquivo Pedro Ernesto Baptista. PEB c 26.09.04.

[1250] CPDOC, FGV. Arquivo Themístocles Brandão Cavalcanti. TBC c 24.12.10; TBC c 24.12.31; TBC c 25.01.08; TBC c 25.01.11; TBC c 25.02.15; TBC c 25.07.24.

[1251] Foge da Ilha. SILVA, Hélio. **1922.** Sangue na Areia de Copacabana. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v. II, 1964. (Documentos da História Contemporânea), pp. 425-6.

[1252] CPDOC, FGV. Arquivo Themístocles Brandão Cavalcante. TBC c 26.01.02/1; TBC c 26.02.20; TBC c 25.05.06; TBC c 26.05.17; TBC c 26.07.07; TBC c 25.08.12; TBC c 25.08.18. TBC c 25.11.24; TBC c 25.12.18 (Cartas até 24.09.25).

---

812. Gen. Antonio Mendes de Moraes
813. Major Edgard de Mattos Lima (reformado)
814. Major Intendente de Guerra Raul Porto
815. Major Joaquim Antonio Pereira
816. Major Reformado Mario Clementino de Carvalho
817. Cel. Chrysantho Leite de Miranda Sá
818. Cap. Antonio de Souza Aguiar[1254]
819. Cap. Aureliano de Moraes Coutinho
820. Cap. Carlos Augusto Cardozo
821. Cap. Carlos Miguel de Vasconcelos Querê
822. Cap. João Carlos Barreto
823. Cap. Leopoldo Nery da Fonseca Junior
824. Cap. Luso Alves Garrido
825. Cap. Manoel Rabello
826. Cap. Odilon Antenor de Araujo
827. Cap. Otto Feio da Silveira
828. Cap. Raymundo da Paz Filho
829. Sargento Eletricista Arthur Pereira da Silva
830. Sargento Abdias Baptista de Araujo
831. Sargento José Porfírio de Souza
832. Ten. Abelardo Torres da Silva Castro
833. Ten. 2º Adael Barreto de Barros (comissionado)
834. Ten. 2º Aguinaldo de Assis Baptista (Comissionado)
835. Ten. Aguinaldo José de Senna Campos
836. Ten. Alcides Paulino da França Velloso
837. Ten. Aristóteles de Souza Dantas
838. Ten. Arlindo Maurity da Cunha Menezes
839. Ten.2º Aurélio da Silva Py
840. Ten. Canrobert Penn Lopes da Costa
841. Ten. Carlos Pfaltzgraff Brasil
842. Ten. Cel. José Sothero de Menezes Junior
843. Ten. 2º Cyro Paes Leme
844. Ten. Delso Mendes da Fonseca
845. Ten. Edgard de Albuquerque Alves Maia
846. Ten. Edmundo Macedo Soares e Silva
847. Ten. Eugenio Ewerton Pinto
848. Ten. Eurico Mariano de Oliveira
849. Ten. Fernando Lavacctiel Riosca
850. Ten. Francisco Pereira da Silva
851. Ten. Frederico Cristiano Buiz
852. Ten. 2º Helvécio Pinheiro Albuquerque Maranhão
853. Ten. Henrique Cunha
854. Ten. Illidio Romulo Colonia
855. Ten. João Carlos Barreto
856. Ten. Jorge Ramos Lemos
857. Ten. Langleberto Pinheiro Soares
858. Ten. Luis Braga Mury
859. Ten. Lydio Gomes Barbosa
860. Ten. Mario Chaves Ferreira
861. Ten. Milton Guimarães de Souza
862. Ten. Newton Francklin do Nascimento
863. Ten. Plínio Paes Barreto Cardozo
864. Ten. 2º Reispício do Espírito Santo
865. Ten. Renato dos Santos Jacyntho
866. Ten. Roberto Carneiro de Mendonça
867. Ten. Roberto Drumond
868. Ten. Rubens de Azevedo Guimarães
869. Ten. 2º Ruy da Cruz Almeida
870. Ten. Sylo Furtado Soares Meirelles
871. Ten. Tasso de Oliveira Tinoco

[1253] Segundo Hélio Silva, este tenente morreu lá. SILVA, op. cit., nota 1251, p. 226 e 235.

[1254] Do número 1 ao 61: ARQUIVO HISTÓRICO DO EXÉRCITO. AHEx. Relatórios do Ministro da Guerra - período: 28/01/23 a 28/06/26.

ILHA RASA-RJ

Exército

872. General Augusto Ximeno de Villeroy[1255]

Marinha

873. Capitão-de-corveta João M. Dias (médico)
874. Capitão-de-corveta Raul Elísio Daltro[1256]
875. Capitão-de-corveta Soares de Pinna;[1257]
876. Capitão-de-fragata Armando Bittencourt[1258]
877. Capitão-tenente Áttila Monteiro Aché[1259]
878. Capitão-tenente Augusto Schort[1260]
879. Capitão-tenente Azerêdo Rodrigues[1261]
880. Capitão-tenente Heitor Corrêa[1262]
881. Capitão-tenente Nelson Megy[1263]
882. Capitão-tenente Salalino Coelho[1264]
883. Primeiro-tenente Afonso Machado[1265]
884. Primeiro-tenente Álvaro de Araujo[1266]
885. Primeiro-tenente Álvaro Miguelotte Vianna[1267]
886. Primeiro-tenente Ary Lima[1268]
887. Primeiro-tenente Djalma Freitas Cordovil Petit[1269]
888. Primeiro-tenente Elias de Paiva[1270]
889. Primeiro-tenente Faro Orlando[1271]
890. Primeiro-tenente Floriano Peixoto Cordeiro de Faria[1272]
891. Primeiro-tenente Francisco Bulcão[1273]
892. Primeiro-tenente Hermes Fiúza[1274]

[1255] DIAS, Everardo. **Bastilhas Modernas**: 1924-1926. São Paulo: Obras Sociais e Literárias, 1926, pp. 151 e 152.

[1256] Veio do Jaceguay em 21 de fevereiro de 1925. Ibid, p. 182.

[1257] Veio do Jaceguay em 21 de fevereiro de 1925. Ibid, p. 182.

[1258] Oficial da Marinha. Vieram do Batalhão Naval para ao *Comandante Nascimento*. Ibid, p. 182.

[1259] Veio do Jaceguay em 21 de fevereiro de 1925. Ibid, p. 182.

[1260] Veio do Jaceguay em 21 de fevereiro de 1925. Ibid, p. 182.

[1261] Oficial da Marinha. Vieram do Batalhão Naval para ao *Comandante Nascimento*. Ibid, p. 182.

[1262] Oficial da Marinha. Vieram do Batalhão Naval para ao *Comandante Nascimento*. Ibid, p. 182.

[1263] Oficial da Marinha. Vieram do Batalhão Naval para ao *Comandante Nascimento*. Ibid, p. 182.

[1264] Veio do Jaceguay em 21 de fevereiro de 1925. Ibid, p. 182.

[1265] Veio do Jaceguay em 21 de fevereiro de 1925. Ibid, p. 182.

[1266]Veio do Jaceguay em 21 de fevereiro de 1925. Ibid, p. 182.

[1267] Veio do Jaceguay em 21 de fevereiro de 1925. Ibid, p. 182.

[1268] Veio do Jaceguay em 21 de fevereiro de 1925. Ibid, p. 182.

[1269] Veio do Jaceguay em 21 de fevereiro de 1925. Ibid, p. 182.

[1270] Oficial da Marinha. Vieram do Batalhão Naval para ao *Comandante Nascimento*. Ibid, p. 182.

[1271]Veio do Jaceguay em 21 de fevereiro de 1925. Ibid, p. 182.

[1272]Veio do Jaceguay em 21 de fevereiro de 1925. Ibid, p. 182.

[1273] Oficial da Marinha. Estava no Quartel de Bombeiros. Foi levado a bordo do aviso Jaceguay para bordo do *Comandante Nascimento.* Dali veio para a Ilha Rasa. Ibid, pp. 181-182-183.

893. Primeiro-tenente Mattos de Araújo[1275]
894. Primeiro-tenente Paulo Machado[1276]
895. Primeiro-tenente Paulo Mário da Cunha Rodrigues[1277]
896. Primeiro-tenente Rego Monteiro[1278]
897. Primeiro-tenente Waldemar de Araujo Motta[1279]
898. Sargento da Armada Ataliba Martins Crespo.[1280]
899. Sargento da polícia Osmar de Almeida[1281]
900. Segundo tenente Iomar Neves Marques[1282]
901. Segundo-tenente Rafael Uchôa[1283]
902. Sub-oficial Ataliba Martins Crespo (Marinha).

Civis

903. Aristides Dias Lopes[1284]
904. Bartlet Ramos[1285]
905. Bernardo Carmo[1286]
906. Edmundo Bittencourt[1287]
907. Eurico Peres Costa[1288]
908. Everardo Dias[1289]
909. Felipe Rodrigues[1290]
910. Francisco Brandão[1291]
911. Guilherme Telles[1292]
912. João Celso Uchôa Cavalcanti[1293]
913. João Ferreira Chaves[1294]

[1274] Oficial da Marinha. Vieram do Batalhão Naval para ao *Comandante Nascimento*. DIAS, Everardo. **Bastilhas Modernas**: 1924-1926. São Paulo: Obras Sociais e Literárias, 1926, p. 182.

[1275] Oficial da Marinha. Vieram do Batalhão Naval para ao *Comandante Nascimento*. Ibid, p. 182.

[1276] Oficial da Marinha. Vieram do Batalhão Naval para ao *Comandante Nascimento*. Ibid, p. 182.

[1277]Veio do Jaceguay em 21 de fevereiro de 1925. Ibid, p. 182.

[1278] Oficial da Marinha. Vieram do Batalhão Naval para ao *Comandante Nascimento*. Ibid, p. 182.

[1279]Oficial da Marinha. Vieram do Batalhão Naval para ao *Comandante Nascimento*. Ibid, p. 182.

[1280] Ibid, p. 183.

[1281] Ibid, p. 183.

[1282] Oficial da Marinha. Vieram do Batalhão Naval para ao *Comandante Nascimento*. Ibid, p. 182.

[1283] Ibid, p. 183.

[1284] Filho de Isidoro Dias Lopes. Veio da Detenção, após passar pela 4ª Delegacia de Polícia Política onde foi interrogado para informar o paradeiro de seu pai. Como não colaborou seguiu preso para a Ilha Rasa.

[1285] Solicitador. Ibid, p. 183.

[1286] Advogado. Ibid, p. 183.

[1287] Proprietário do jornal o *Correio da Manhã.*

[1288] Farmacêutico. Ibid, p. 183.

[1289] Gráfico. Ibid, p. 183.

[1290] Ibid, 183.

[1291] Ibid, 183.

[1292] Ibid, p. 182.

[1293] Acadêmico de medicina e menor de idade. Ibid, p. 182.

[1294] Ibid, p. 183.

914. José Eduardo Macedo Soares[1295]
915. José Oitica[1296]
916. Maurício de Lacerda[1297]
917. Paulo Bittencourt[1298]
918. Paulo P. Lacerda[1299]
919. Raul Paula Lopes[1300]
920. Raymundo Lemos Motta[1301]
921. Salvador Lima[1302]
922. Sérgio Rodrigues de Carvalho[1303]
923. Vicente Ferreira[1304]

NAVIO ALFENAS

924. Cap. José Carlos Dubois[1305]
925. Cap. Leopoldo Nery da Fonseca Jr.[1306]
926. Cap. Mario Abreu[1307]
927. Ten. Alberto Barbeto[1308]
928. Ten. Aroldo Leitão[1309]
929. Ten. Bento Ribeiro[1310]
930. Ten. Carlos Saldanha da Gama Chevalier[1311]
931. Ten. Heitor Bianco de Almeida Pedrosa[1312]
932. Ten. Honório Hermeto Bezerra Cavalcanti[1313]
933. Ten. Joaquim Soares de Ascensão[1314]
934. Ten. Telmo Barbosa[1315]

[1295] Proprietário fundador dos jornais *Diário Carioca* e *O Imparcial.* DIAS, Everardo. **Bastilhas Modernas**: 1924-1926. São Paulo: Obras Sociais e Literárias, 1926, p. 150 e 152.

[1296] Professor e jornalistas. Ibid, p. 183.

[1297] Deputado. Ibid, 150.

[1298] Ibid, p. 150.

[1299] Ibid, p. 150.

[1300] Ibid, p. 183.

[1301] Ibid, p. 183.

[1302] Ibid, p. 183.

[1303] Ibid, p. 183.

[1304] Ibid, p. 183.

[1305] Está neste navio em 18/07/22. Fotografia. *Cf.* CHEVALIER, Carlos. **Os Dezoito do Forte.** Rio de Janeiro: [s.n.], 1930.

[1306] Está neste navio em 18/07/22. Ibid.

[1307] Está neste navio em 18/07/22. Ibid.

[1308] Tenta suicídio no navio. SILVA, Hélio. **1922**. Sangue na Areia de Copacabana. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v. II, 1964. (Documentos da História Contemporânea), p. 226 e 235.

[1309] CHEVALIER, Carlos. **Memórias de um Revoltoso ou Legalista**? 1922-1926. Rio de Janeiro: Estabelecimento Graphico Nictheroy, 1925, p. 60.

[1310] Está neste navio em 18/07/22. Fotografia. *Cf.* CHEVALIER, op. cit., nota 1305.

[1311] Está neste navio em 18/07/22. Fotografia. Ibid.

[1312] Está neste navio em 18/07/22. Fotografia. Ibid.

[1313] Está neste navio em 18/07/22. Fotografia. Ibid.

[1314] Está neste navio em 18/07/22. Fotografia. Ibid.

935. Revoltosos do Forte Copacabana e da Vila Militar[1316]

NAVIO BENEVENTES

936. Ten. Setúbal[1317]
937. Ten. Adalberto Araripe Rocha Lima
938. Ten. Agnaldo José Senna Campos (2)
939. Ten. Ariosto de Almeida Daemon
940. Ten. Asdrúbal (Gwyer de Azevedo)
941. Ten. Walter de Souza Daemon
942. Ten. Carlos Magalhães Frankel (2)
943. Ten. Carlos Saldanha da Gama Chevalier
944. Ten. Carlos Saldanha da Gama Chevalier (3)
945. Ten. Doeys
946. Ten. Dutra (Djalma, Edgard e Álvaro Soares Dutra –irmãos?)
947. Ten. Granville Belorophonte de Lima
948. Ten. Humberto Castelo Branco
949. Ten. José Públio Ribeiro
950. Ten. Leony de Oliveira Machado
951. Ten. Lincoln de Carvalho Caldas
952. Ten. Pedroso (Benedito Manoel – Força Pública ou Heitor Bianco de Almeida - Exército?)
953. Ten. Pery (Constant Bevilaqua?)
954. Ten. Santos Dias

NAVIO CAMPOS

955. Rebeldes de São Paulo (1924) e Mato Grosso (1922)[1318]

NAVIO COMANDANTE VASCONCELOS (Aviso de Pesca)

956. Capitão-de-corveta João M. Dias (médico)[1319]
957. Capitão-de-corveta Raul Elísio Daltro[1320]
958. Capitão-de-corveta Soares Pinna[1321]
959. Capitão-de-fragata Armando Bittencourt[1322]
960. Capitão-tenente Attila Monteiro Aché[1323]
961. Capitão-tenente Augusto Short[1324]

[1315] Está neste navio em 18/07/22. Fotografia. *Cf.* CHEVALIER, Carlos. **Os Dezoito do Forte.** Rio de Janeiro: [s.n.], 1930.

[1316] CHEVALIER, Carlos. **Memórias de um Revoltoso ou Legalista?** 1922-1926. Rio de Janeiro: Estabelecimento Graphico Nictheroy, 1925, p. 64.

[1317] Do 1º ao 19º: Fotografia. *Cf.* CHEVALIER, op. cit., nota 1315.

[1318] *Cf.* SAMIS, Alexandre. **Clevelândia.** Anarquismo, sindicalismo e repressão política no Brasil. São Paulo: Imaginário, 2002.

[1319] Oficial da Marinha. Veio do aviso hidrográfico *Jaceguay*. Foi transferido dia 21 de fevereiro de 1925 para Ilha Rasa a bordo do aviso *Comandante Nascimento*, encontrando-se ali com os prisioneiros que vinham do Quartel de bombeiros e do Batalhão Naval. DIAS, Everardo. **Bastilhas Modernas:** 1924-1926. São Paulo: Obras Sociais e Literárias, 1926, p. 185.

[1320] Oficial da Marinha. Veio do aviso hidrográfico *Jaceguay*. Foi transferido dia 21 de fevereiro de 1925 para Ilha Rasa a bordo do aviso *Comandante Nascimento*, encontrando-se ali com os prisioneiros que vinham do Quartel de bombeiros e do Batalhão Naval. Ibid, p. 185.

[1321] Oficial da Marinha. Veio do aviso hidrográfico *Jaceguay*. Foi transferido dia 21 de fevereiro de 1925 para Ilha Rasa a bordo do aviso *Comandante Nascimento*, encontrando-se ali com os prisioneiros que vinham do Quartel de bombeiros e do Batalhão Naval. Ibid, p. 185.

[1322] Oficial da Marinha. Estava preso no Batalhão Naval e foi embarcado no aviso de pesca *Comandante Vasconcelos* em 21 de fevereiro. Lá encontraram outros prisioneiros que vinham do aviso hidrográfico *Jaceguay*. Ibid, p. 182-3.

[1323] Oficial da Marinha. Veio do aviso hidrográfico *Jaceguay*. Foi transferido dia 21 de fevereiro de 1925 para Ilha Rasa a bordo do aviso *Comandante Nascimento*, encontrando-se ali com os prisioneiros que vinham do Quartel de bombeiros e do Batalhão Naval. Op. cit., nota 1319, p. 185.

962. Capitão-tenente Azerêdo Rodrigues[1325]
963. Capitão-tenente Heitor Corrêa[1326]
964. Capitão-tenente Nelson Megy[1327]
965. Capitão-tenente Salalino Coelho[1328]
966. Primeiro-tenente Afonso Machado[1329]
967. Primeiro-tenente Álvaro de Araujo[1330]
968. Primeiro-tenente Álvaro Miguelotte Vianna[1331]
969. Primeiro-tenente Ary Lima[1332]
970. Primeiro-tenente Djalma Freitas Cordovil Petit[1333]
971. Primeiro-tenente Elias de Paiva[1334]
972. Primeiro-tenente Faro Orlando[1335]
973. Primeiro-tenente Floriano Peixoto Cordeiro de Faria[1336]
974. Primeiro-tenente Francisco Bulcão Vianna[1337]
975. Primeiro-tenente Hermes Fiúza[1338]

[1324] Oficial da Marinha. Veio do aviso hidrográfico *Jaceguay*. Foi transferido dia 21 de fevereiro de 1925 para Ilha Rasa a bordo do aviso *Comandante Nascimento*, encontrando-se ali com os prisioneiros que vinham do Quartel de bombeiros e do Batalhão Naval. DIAS, Everardo. **Bastilhas Modernas**: 1924-1926. São Paulo: Obras Sociais e Literárias, 1926, p. 185.

[1325] Oficial da Marinha. Estava preso no Batalhão Naval e foi embarcado no aviso de pesca *Comandante Vasconcelos* em 21 de fevereiro. Lá encontraram outros prisioneiros que vinham do aviso hidrográfico *Jaceguay.* Ibid, p. 182-3.

[1326] Oficial da Marinha. Estava preso no Batalhão Naval e foi embarcado no aviso de pesca *Comandante Vasconcelos* em 21 de fevereiro. Lá encontraram outros prisioneiros que vinham do aviso hidrográfico *Jaceguay.* Ibid, p. 182-3.

[1327] Oficial da Marinha. Estava preso no Batalhão Naval e foi embarcado no aviso de pesca *Comandante Vasconcelos* em 21 de fevereiro. Lá encontraram outros prisioneiros que vinham do aviso hidrográfico *Jaceguay.* Ibid, 182-3.

[1328] Oficial da Marinha. Veio do aviso hidrográfico *Jaceguay*. Foi transferido dia 21 de janeiro de 1925 para Ilha Rasa a bordo do aviso *Comandante Nascimento*, encontrando-se ali com os prisioneiros que vinham do Quartel de bombeiros e do Batalhão Naval. Ibid, p. 185.

[1329] Oficial da Marinha. Veio do aviso hidrográfico *Jaceguay*. Foi transferido dia 21 de janeiro de 1925 para Ilha Rasa a bordo do aviso *Comandante Nascimento*, encontrando-se ali com os prisioneiros que vinham do Quartel de bombeiros e do Batalhão Naval. Ibid, p. 185.

[1330] Oficial da Marinha. Veio do aviso hidrográfico *Jaceguay*. Foi transferido dia 21 de janeiro de 1925 para Ilha Rasa a bordo do aviso *Comandante Nascimento*, encontrando-se ali com os prisioneiros que vinham do Quartel de bombeiros e do Batalhão Naval. Ibid, p. 185.

[1331] Oficial da Marinha. Veio do aviso hidrográfico *Jaceguay*. Foi transferido dia 21 de janeiro de 1925 para Ilha Rasa a bordo do aviso *Comandante Nascimento*, encontrando-se ali com os prisioneiros que vinham do Quartel de bombeiros e do Batalhão Naval. Ibid, p. 185.

[1332] Oficial da Marinha. Veio do aviso hidrográfico *Jaceguay*. Foi transferido dia 21 de janeiro de 1925 para Ilha Rasa a bordo do aviso *Comandante Nascimento*, encontrando-se ali com os prisioneiros que vinham do Quartel de bombeiros e do Batalhão Naval. Ibid, p. 185.

[1333] Oficial da Marinha. Veio do aviso hidrográfico *Jaceguay*. Foi transferido dia 21 de janeiro de 1925 para Ilha Rasa a bordo do aviso *Comandante Nascimento*, encontrando-se ali com os prisioneiros que vinham do Quartel de bombeiros e do Batalhão Naval. Ibid, p. 183. Estava preso no Batalhão Naval e foi embarcado no aviso de pesca Comandante Vasconcelos em 21 de fevereiro. Lá encontraram outros prisioneiros que vinham do aviso hidrográfico Jaceguay.

[1334] Oficial da Marinha. Estava preso no Batalhão Naval e foi embarcado no aviso de pesca *Comandante Vasconcelos* em 21 de fevereiro. Lá encontraram outros prisioneiros que vinham do aviso hidrográfico *Jaceguay.* Ibid, p. 182-3.

[1335] Oficial da Marinha. Veio do aviso hidrográfico *Jaceguay*. Foi transferido dia 21 de janeiro de 1925 para Ilha Rasa a bordo do aviso *Comandante Nascimento* (rebocador), encontrando-se ali com os prisioneiros que vinham do Quartel de bombeiros e do Batalhão Naval. Ibid, p. 183.

[1336] Oficial da Marinha. Estava preso no Batalhão Naval e foi embarcado no aviso de pesca *Comandante Vasconcelos* em 21 de fevereiro. Lá encontraram outros prisioneiros que vinham do aviso hidrográfico *Jaceguay.* Ibid, p. 182-3.

[1337] Oficial da Marinha. Estava no Quartel de Bombeiros. Foi levado a bordo do aviso Jaceguay para bordo do *Comandante Nascimento, Comandante Nascimento.* Ibid, p. 181-2-3.

976. Primeiro-tenente Mattos de Araújo[1339]
977. Primeiro-tenente Paulo Machado[1340]
978. Primeiro-tenente Paulo Mário da Cunha Rodrigues[1341]
979. Primeiro-tenente Rego Monteiro[1342]
980. Primeiro-tenente Waldemar de Araujo Motta[1343]
981. Segundo-tenente Iomar Neves Marques[1344]

NAVIO CUYABÁ

982. Cap. Honorato Augusto Duguet Leitão[1345]
983. Cap. Leopoldo Nery da Fonseca[1346]
984. Ten. Adir Guimarães[1347]
985. Ten. Aguinaldo de Castro Sena Campos[1348]
986. Ten. Azevedo Marques[1349]
987. Ten. Benjamim Constant[1350]
988. Ten. Carlos Costa Leite[1351]
989. Ten. Carlos Magalhães Frankel[1352]
990. Ten. Carlos Saldanha da Gama Chevalier **(?)**[1353]
991. Ten. Eduardo Gomes[1354]
992. Ten. Felipe Moreira Lima[1355]
993. Ten. Gentil Tavares de Araújo[1356]

[1338] Oficial da Marinha. Estava preso no Batalhão Naval e foi embarcado no aviso de pesca *Comandante Vasconcelos* em 21 de fevereiro. Lá encontraram outros prisioneiros que vinham do aviso hidrográfico *Jaceguay.* DIAS, Everardo. **Bastilhas Modernas**: 1924-1926. São Paulo: Obras Sociais e Literárias, 1926, p. 182-3.

[1339] Oficial da Marinha. Estava preso no Batalhão Naval e foi embarcado no aviso de pesca *Comandante Vasconcelos* em 21 de fevereiro. Lá encontraram outros prisioneiros que vinham do aviso hidrográfico *Jaceguay.* Ibid, p. 182-3.

[1340] Estava preso no Batalhão Naval e foi embarcado no aviso de pesca *Comandante Vasconcelos* em 21 de fevereiro. Lá encontraram outros prisioneiros que vinham do aviso hidrográfico *Jaceguay.* Ibid, p. 182-3.

[1341]Veio do aviso hidrográfico *Jaceguay*. Foi transferido dia 21 de janeiro de 1925 para Ilha Rasa a bordo do aviso *Comandante Nascimento*, encontrando-se ali com os prisioneiros que vinham do Quartel de bombeiros e do Batalhão Naval. Ibid, p. 183.

[1342] Estava preso no Batalhão Naval e foi embarcado no aviso de pesca *Comandante Vasconcelos* em 21 de fevereiro. Lá encontraram outros prisioneiros que vinham do aviso hidrográfico *Jaceguay.* Ibid, p. 182-3.

[1343]Estava preso no Batalhão Naval e foi embarcado no aviso de pesca *Comandante Vasconcelos* em 21 de fevereiro. Lá encontraram outros prisioneiros que vinham do aviso hidrográfico *Jaceguay.* Ibid, p. 182-3.

[1344]Estava preso no Batalhão Naval e foi embarcado no aviso de pesca *Comandante Vasconcelos* em 21 de fevereiro. Lá encontraram outros prisioneiros que vinham do aviso hidrográfico *Jaceguay.* Ibid, p. 182-3.

[1345] DPHDM. Relatórios dos Ministros da Marinha.

[1346] Início de 1924, véspera do levante de São Paulo. CHEVALIER, Carlos. **Memórias de um Revoltoso ou Legalista?** 1922-1926. Rio de Janeiro: Estabelecimento Graphico Nictheroy, 1925, p. 81.

[1347] Fotografia. Cf. CHEVALIER, Carlos. **Os Dezoito do Forte**. Rio de Janeiro: [s.n.], 1930.

[1348] Ibid.

[1349] Os oficiais 12º a 17º e 19º: SILVA, Hélio. **1922.** Sangue na Areia de Copacabana. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v. II, 1964. (Documentos da História Contemporânea), p. 368-9 (Fotos).

[1350] Ibid, p. 368-9, (Fotos).

[1351] Ibid, 368-9, (Fotos).

[1352] Ibid, 368-9, (Fotos).

[1353] CUIABÁ. Fotografia. *Cf.* CHEVALIER, op. cit., nota 1347.

[1354] SIQUEIRA, Deoclécio Lima de. **Caminhada com Eduardo Gomes.** Rio de Janeiro: Novas Direções, 1989. Biblioteca Técnica do Forte de Copacabana, p. 43. Eduardo está no Cuiabá em maio de 1926, indo para Trindade.

[1355] SILVA, op. cit., p. 368-9 (Fotos).

994. Ten. Hugo Bezerra[1357]
995. Ten. Heraldo Filgueiras[1358]
996. Ten. Jorge Gomes Ramos[1359]
997. Ten. Luis Braga Mury (?)[1360]
998. Ten. Mario Clementino[1361]
999. Ten. Mario Neves Galvão[1362]
1000. Ten. Matheus Moura[1363]
1001. Ten. Milton Guimarães de Souza[1364]
1002. Ten. Nelson Gonçalves Echegoyen **(2)**
1003. Presos de 1922.[1365]
1004. Presos de Catanduvas[1366]
1005. Soldado Francisco Nicolau[1367]
1006. Soldado Lauro Nicácio[1368]
1007. Leoncio Basbaum[1369]

NAVIO JACEGUAI
Marinha

1008. Capitão-de-corveta João M. Dias (médico)[1370]
1009. Capitão-de-corveta Raul Elísio Daltro
1010. Capitão-de-corveta Soares Pinna
1011. Capitão-tenente Attila Monteiro Aché
1012. Capitão-tenente Augusto Short
1013. Capitão-tenente Salalino Coelho
1014. Primeiro-tenente Afonso Machado
1015. Primeiro-tenente Álvaro de Araujo
1016. Primeiro-tenente Álvaro Miguelotte Vianna
1017. Primeiro-tenente Ary Lima
1018. Primeiro-tenente Djalma Freitas Cordovil Petit
1019. Primeiro-tenente Faro Orlando
1020. Primeiro-tenente Francisco Bulcão Vianna
1021. Primeiro-tenente Paulo Mário da Cunha Rodrigues

[1356] SILVA, Hélio. **1922.** Sangue na Areia de Copacabana. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v. II, 1964. (Documentos da História Contemporânea), p. 368-9 (Fotos).

[1357] Início de 1924, véspera do levante de São Paulo. Cf. CHEVALIER, Carlos. **Memórias de um Revoltoso ou Legalista?** 1922-1926. Rio de Janeiro: Estabelecimento Graphico Nictheroy, 1925, p. 81.

[1358] SILVA, op. cit., nota 1356.

[1359] Ibid.

[1360] Ibid.

[1361] Ibid.

[1362] Ibid.

[1363] Participa da Revolta na capital paulista e, de Catanduvas para a Clevelândia. SAMIS, Alexandre. **Clevelândia.** Anarquismo, sindicalismo e repressão política no Brasil. São Paulo: Imaginário, 2002, p. 186.

[1364] SILVA, op. cit., nota 1356.

[1365] *Cf.* CHEVALIER, op. cit., nota 1357.

[1366] SAMIS, op. cit., nota 1363, p. 201.

[1367]De Catanduvas para a Clevelândia. Ibid, p.182 e Fotografia *Cf* CHEVALIER, op. cit., nota 1357.

[1368] De Catanduvas para a Clevelândia. SAMIS, op. cit., nota 1363, p. 201.

[1369] *Cf.* CHEVALIER, op. cit., nota 1357.

[1370] Do 1º ao 13º: Fora, transferidos no dia 21 de fevereiro de 1925 para Ilha Rasa a bordo do aviso *Comandante Nascimento*, encontrando-se ali com os prisioneiros que vinham do Quartel de bombeiros e do Batalhão Naval. DIAS, Everardo. **Bastilhas Modernas**: 1924-1926. São Paulo: Obras Sociais e Literárias, 1926, p. 185.

Exército

1022. Primeiro-tenente Vitor Cesar Cunha Cruz[1371]
1023. Diogo Figueiredo Moreira Jr. (ex-aluno)[1372]
1024. Osmar Soares Dutra (ex-aluno)[1373]
1025. Paulo Weber Vieira da Costa (ex-aluno)[1374]

POLÍCIA CENTRAL (4ª DELEGACIA DE POLÍCIA POLÍTICA)

1026. Sargento Aldobrantino Chaves Segura (2)[1375]
1027. Ten. José de Oliveira França[1376]

PRESÍDIO POLÍTICO – HOSPEDARIA DOS IMIGRANTES –SP

1028. Gen. Augusto Ximeno de Vileroy[1377]
1029. Cap. Faustino Cândido Gomes[1378]
1030. Cap. Honorato Duguet Leitão[1379]
1031. Cap. Olyntho Tolentino de Freitas Marques[1380]
1032. Cap. Raul da Veiga Machado[1381]
1033. Ten. Aguinaldo Sotero de Menezes [1382]
1034. Ten. Eduardo Gomes[1383]
1035. Ten. Luís Cordeiro de Castro Afilhado[1384]
1036. Ten. Nelson de Melo[1385]
1037. Ex-aluno Diogo de Figueiredo Junior[1386]
1038. Ex-aluno Hiram de Oliveira[1387]

Oficiais da Força Pública

1039. Cap. Francisco Bastos[1388]
1040. Cap. Índio do Brasil[1389]

[1371] DPHDM. Relatório dos Ministros da Marinha.

[1372] Ibid.

[1373] Ibid.

[1374] Ibid.

[1375] DIAS, Everardo. **Bastilhas Modernas:** 1924-1926. São Paulo: Obras Sociais e Literárias, 1926, p. 185, p. 189

[1376] APERJ – Arquivo Augusto Ximeno de Vileroy.

[1377] CPDOC, FGV. Arquivo Themístocles Brandão Cavalcante. TBC 25.05.30.

[1378] CPDOC, FGV. TBC 26.05.11; TBC c 26.02.01; TBC 26.04.07; TBC 26.05.09.

[1379] CPDOC, FGV. TBC 26.05.11.

[1380] CPDOC, FGV. TBC 25.05.06, TBC 25.05.12

[1381] CPDOC, FGV. TBC 26.05.11; TBC c 25.12.21; TBC c 25.12.31; TBC c 26.01.19.

[1382] CPDOC, FGV. TBC 26.05.11; TBC c 25.12.21.

[1383] SIQUEIRA, Deoclécio Lima de. **Caminhada com Eduardo Gomes**. Rio de Janeiro: Novas Direções, 1989. Biblioteca Técnica do Forte de Copacabana, p. 43. De 1924 a 1925 (meados): CPDOC, FGV. Arquivo Themístocles Brandão Cavalcante.TBC 25.05.19, TBC 25.05.30; TBC c 25.12.21 (Cartas até 17.09.25).

[1384] CPDOC, FGV. Arquivo Themístocles Brandão Cavalcante. TBC 26.01.26; TBC c 25.12.21; TBC c 26.01.06.

[1385] CPDOC, FGV. TBC 26.05.11; TBC c 25.12.21.

[1386] CPDOC, FGV. Arquivo Themístocles Brandão Cavalcante. TBC c 26.06.10.

[1387] CPDOC, FGV. TBC c 26.06.10.

[1388] CPDOC, FGV. TBC 26.05.11; TBC 26.03.20; TBC 26.05.07; TBC 26.05.16; TBC 26.05.22; TBC 26.05.26; TBC 26.05.31; TBC 26.06.10; TBC 26.00.00; TBC c 26.12.04; TBC c 27.06.30.

1041. Ten. Arlindo de Oliveira[1390]
1042. Ten. Ary da Fonseca Cruz [1391]
1043. Ten. Augusto Abrantes [1392]
1044. Ten. Benedicto Marcondes da Costa [1393]
1045. Ten. Benjamim Nery [1394]
1046. Ten. Cesar Honório de Campos [1395]
1047. Ten. Gordiano Pereira [1396]
1048. Ten. João Batista Nitrini [1397]
1049. Ten. João Procópio da Silva [1398]
1050. Ten. José de Oliveira França [1399]
1051. Ten. Orlando Correia de Albuquerque[1400]
1052. Ten. Otaviano Gonçalves da Silveira[1401]

OBS: Há civis TBC 1926.05.11

Civil
1053. Octávio Garcia Feijó[1402]

QUARTEL DO CAMPINHO-RJ
1054. Delso Mendes da Fonseca[1403]

[1389] CPDOC, FGV. TBC 26.05.11; TBC c 26.12.04.

[1390] CPDOC, FGV. TBC c 26.05.11; TBC c 26.05.16; TBC c 26.12.04.

[1391] CPDOC, FGV. TBC c 26.05.11; TBC c 26.12.04.

[1392] CPDOC, FGV. TBC c 26.05.11; (também) TBC c 27.06.15; TBC 26.05.16; TBC c 26.05.26.

[1393] CPDOC, FGV. TBC c 26.05.11; TBC c 26.06.10.

[1394] CPDOC, FGV. TBC c 26.05.11; TBC c 26.05.22; TBC c 26.12.04.

[1395] CPDOC, FGV. TBC c 26.05.11; TBC c 26.12.04.

[1396] CPDOC, FGV. TBC c 26.05.11; TBC c 26.05.22; TBC c 26.05.26; TBC c 26.12.04.

[1397] CPDOC, FGV. TBC c 26.05.11; TBC c 26.05.16; TBC c 26.12.04.

[1398] CPDOC, FGV. TBC c 26.05.11; TBC c 26.12.04.

[1399] CPDOC, FGV. TBC c 26.05.11; TBC c 26.12.04.

[1400] CPDOC, FGV. TBC c 26.05.22.

[1401] CPDOC, FGV. TBC c 26.05.11; TBC c 26.05.16; TBC c 26.06.10; TBC c 26.12.04.

[1402] CPDOC, FGV. TBC c 26.05.31.

[1403] CPDOC, FGV. TBC c 24.01.26. (transferido a 3 dias).